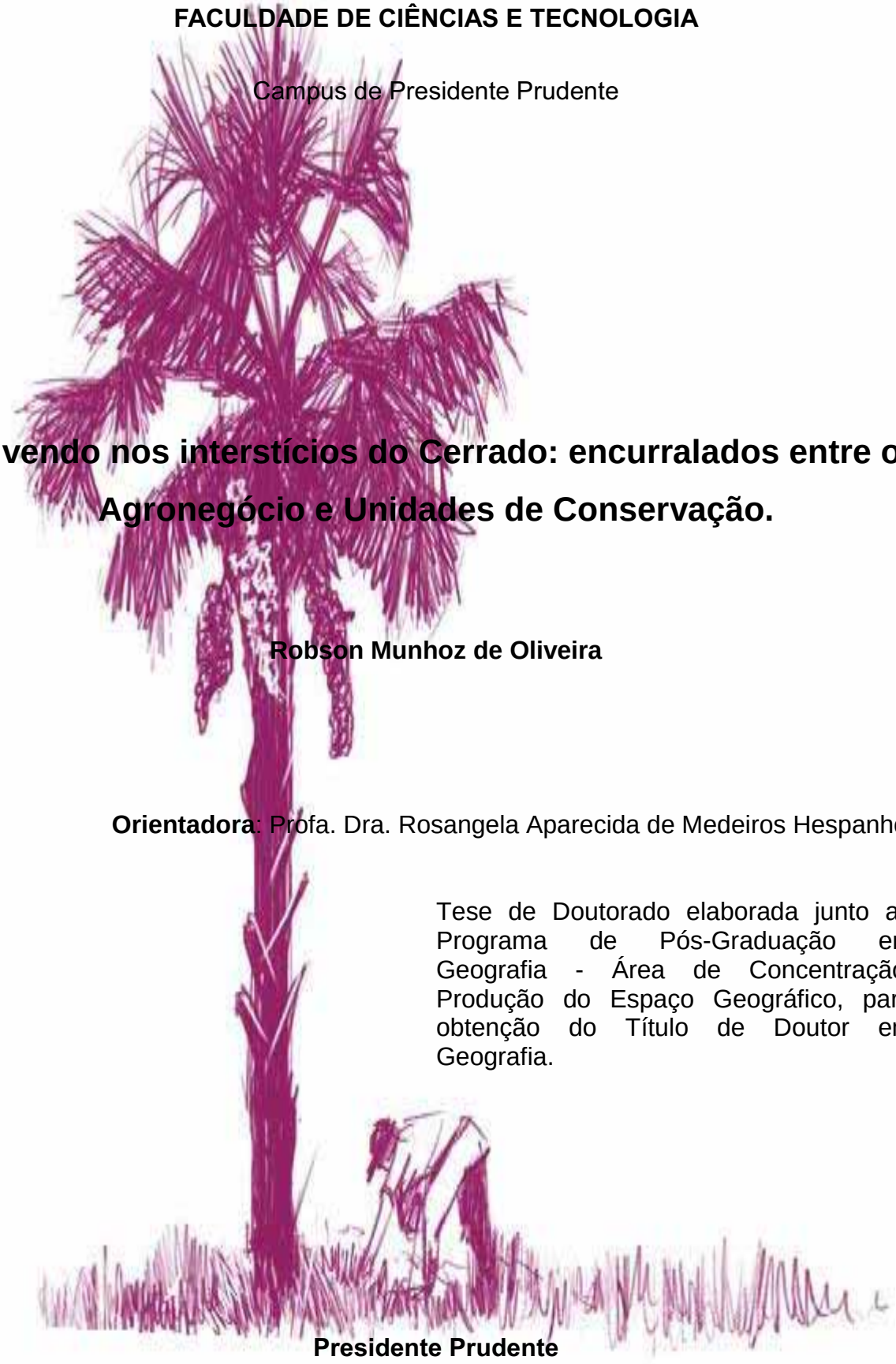
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

Campus de Presidente Prudente



Vivendo nos interstícios do Cerrado: encurralados entre o Agronegócio e Unidades de Conservação.

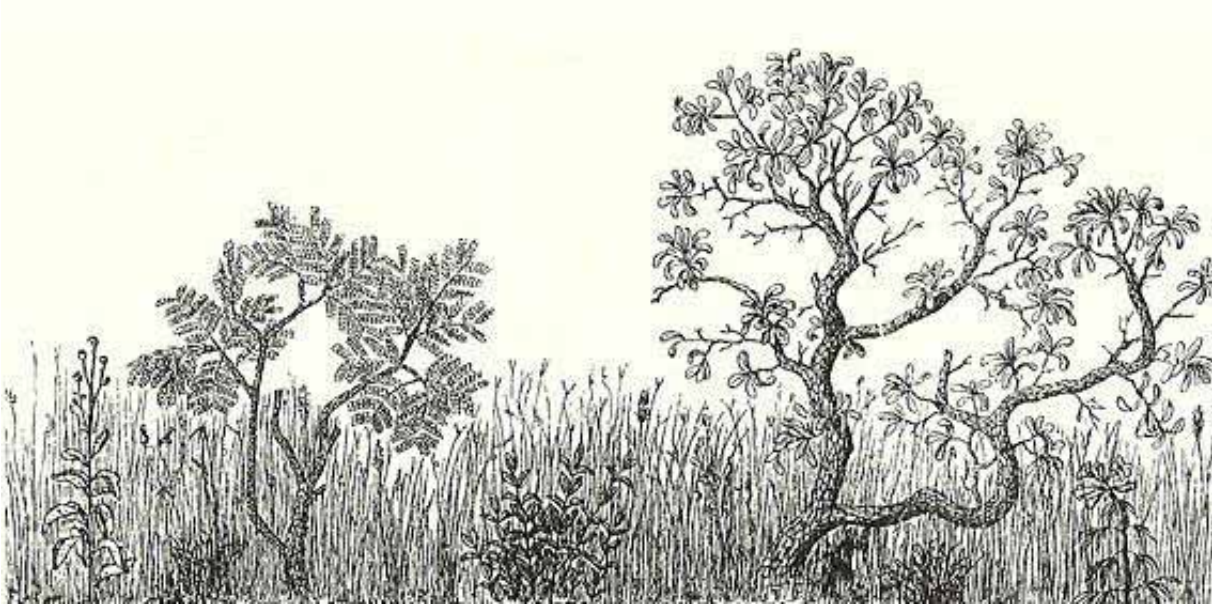
Robson Munhoz de Oliveira

Orientadora: Profa. Dra. Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol

Tese de Doutorado elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia - Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico, para obtenção do Título de Doutor em Geografia.

Presidente Prudente

2015

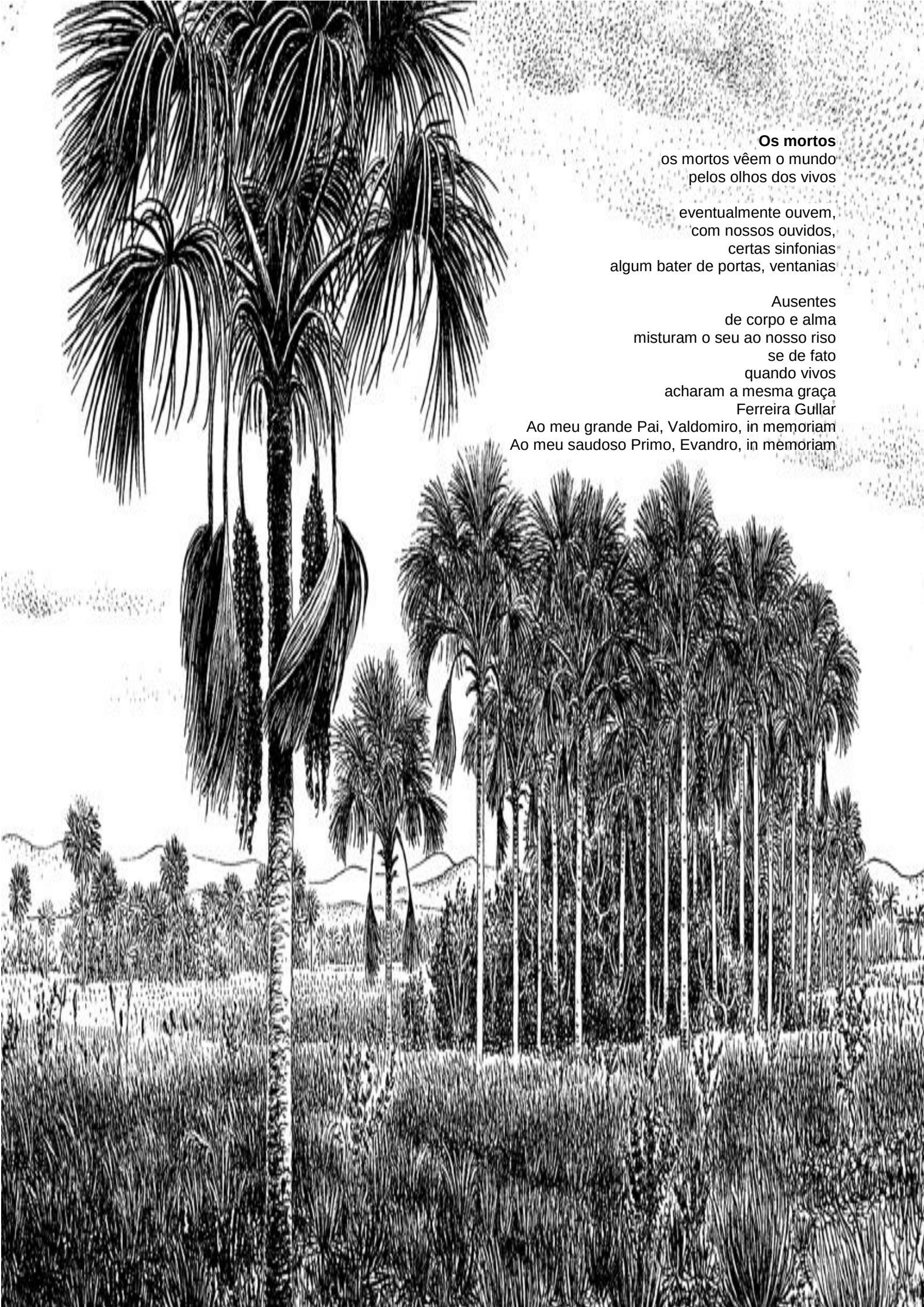


Robson Munhoz de Oliveira

Vivendo nos interstícios do Cerrado: encurralados entre o agronegócio e Unidades de Conservação.

Orientadora: Profa. Dra. Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol

Presidente Prudente



Os mortos
os mortos vêem o mundo
pelos olhos dos vivos

eventualmente ouvem,
com nossos ouvidos,
certas sinfonias
algum bater de portas, ventanias

Ausentes
de corpo e alma
misturam o seu ao nosso riso
se de fato
quando vivos
acharam a mesma graça
Ferreira Gullar
Ao meu grande Pai, Valdomiro, in memoriam
Ao meu saudoso Primo, Evandro, in memoriam

Agradecimentos

Incontáveis pessoas contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho, algumas, porém, por traição da minha memória não estão registradas. Perdoem-me! Mesmo assim, não poderíamos deixar de registrar aquelas que foram lembradas.

Agradeço ao meu querido Pai, que esteve ali ao meu lado sempre, até que o destino o chamasse para virar uma estrela no céu;

Agradeço à minha Mãe, que sempre esteve ao meu lado me incentivando e que considero co-autora desta tese;

A minha irmã Rose, pelos conselhos, mas, especialmente por ser uma pessoa com quem sei que posso contar nos momentos difíceis;

Ao meu filho Rafael que me proporciona tanta alegria;

Ao meu sobrinho Caio Vinícius, que me tem como pai e que tenho como filho;

Ao Gui, meu enteado, por quem aprendi a cultivar carinho e ter como meu filho;

À minha esposa, linda Caliantra que cheira como uma Flor-do-Cerrado e que me apoiou como uma rocha durante toda essa jornada;

À minha orientadora Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol, por confiar mais uma vez que poderia conseguir, assim como tem feito desde a iniciação científica quando eu dava os primeiros passos pelos meandros da academia, mas também pela dedicação e provocações;

Ao meu Primo e Amigo Carlinhos e Julinha, pelos churrascos de picanha ou de sardinha;

Ao irmão-amigo Adriano, pelas risadas e diversos momentos alegres e difíceis que passamos juntos desde os tempos de graduação, mas, sobretudo, pela sua complacência e companheirismo;

Ao Amigo Arlon Sigano, o baiano mais mineiro que conheci nesta jornada, pelos pousos de graça, por me salvar das onças no Parque e pela parceria no boteco do Deus Dará;

Ao amigo Anderson Itaquera, pelos churrascos regrado de boa conversa;

Ao amigo Carlos Castro (Carlão), pelas parcerias nas festas, pelas cervejas e pelas risadas ao longo do doutorado em Pres. Prudente.

Ao Ederson, pela parceria desde os tempos que cheguei em Brasília e pela amizade que cultivamos como professores da Faculdade Projeção;

Ao Evandro, pela grande amizade, que mesmo distante, mantem-se sólida;

Ao meu amigo Gênio (Eugênio China), pelos tempos que moramos juntos no Cruzeiro e que, mesmo longe, mantem-se amigo de verdade;
Ao Gelsão e a Miriam, pela comida japonesa e saquê de graça e por abrir sua casa para as diversas confraternizações durante minha estada em Pres. Prudente;
Ao Juvair, por sempre estar disposto a tomar uma e pela grande amizade que cultivamos desde os tempos de UnB;
Ao Marquinho, pelas parcerias nas viagens pela América Latina e pelas que ainda virão;
Ao Tom, pelas viagens por estes sertões, pelas ideias que trocamos, sempre no boteco, pelas provocações e pela segunda sem lei;
Ao Rones, pelas agradáveis reuniões nos botecos de Pres. Prudente, Uberlândia, Brasília e Goiânia ao longo destes 16 anos de sólida amizade e pela disposição sempre em tomar uma (ssss);
Aos amigos do IFB pelo carinho e pela compreensão sem a qual seria mais árduo a realização deste trabalho;
Ao João Vitor, pela transcrição das entrevistas e pela amizade desde criança;
Ao Geraldo Inácio (UFU) e Marcos Nicolau (Montes Claros) pelas ideias trocadas, pelas sugestões de leitura;
Aos amigos do Programa de Pós-Graduação, Aline Sulzbacher, Caio Felipe, Camila Al Zahaer, Cassião, Elivelton Silva, Edna Couto, Frederico Gambardella, Flávio, Guilherme Whitacker, Helicardo, Jânio Barretos, Juniele Martins, Gustavo Batel, José Dourado, Luis Carlos, Nino, Paulo Jurado, Paulinho, Rafael Gotardi, Sergio Souza, Vitor e Wagne Amorim;
Ao Kolbe e ao Júlio César da WWF, pelos dados sobre extrativismo e pela atenção despendida;
À minha Grande Amiga Cidíssima por todo carinho, pelos doces, biscoitos que fez para minha mãe, aos seu filhos Dayvison, Douglas, Maria, Emilly, Luana e Aninha por quem nutri tanto carinho e afeto;
À mineiridade de todos os amigos que fiz em Serra das Araras e pelas comunidades por onde andei, Torraca, Magno, Naeudes, Aparecida, Denis Rocha, Pâmella, Andressa, Batatinha, DJ Ismar Kelvin, Diegos Guedes, Deus Dará e Pâmella do Ponto X, Valeria, Dj Dopinho e Luana da Lanchonete, Cristiane da Farmácia, seu Romão, dona Antônia, seu Di e sua esposa dona Maria, Ney de Zito, Joel Júnior (Júninho), Assiely, pelo tempo que convivemos juntos.

Ao seu Nilo, pela disposição em pegar na minha mão e dar os primeiros passos pelos interstícios do Cerrado e sua esposa dona Maria, pela galinha caipira e pelo afeto;
Ao seu João Lira, pela confiança em emprestar a moto sem a qual não teria realizado a pesquisa de campo;
À minha querida dona Zita (Ozita) dona da pousada, que pela amizade e o carinho nem queria nos cobrar a hospedagem e seu filho Adailton, que me proporcionou ver do alto da Serra um lugar encantador;
Ao seu Quinca e sua esposa pelo pouso e pelas doces palavras;
Ao pai do Toninho pelos causos contados, à sua mãe pelos sorrisos;
A Elane Barbosa, secretária da CooPsertão, pela gentileza e atenção, mas também pelo carinho demonstrado;
Ao seu Antonio Norberto, pelas lições que me deu durante a caminhada pela RDS Veredas do Acari;
Ao Lincoln pelas longas conversas sobre os sertões e os sertanejos, nas quais tanto aprendi;
Ao Toninho, pelo pouso e pela atenção dispendida nas tantas horas que conversamos e que, sem medir esforços, me guiou pacientemente durante as andanças pelos interstícios do Cerrado da comunidade de Mangal, Marimbas, Pequi, São Félix;
Ao Dei, seu pai seu Nego e sua mãe dona Branca, pelo pouso de graça e pela longa prosa, pelo benzimento e pelo carinho;
Ao Cesar Victor e Ernane Faria, pelo pouso de graça na casa da FUNATURA;
À Diana, Daiane e Damiane do Instituto Rosa Sertão, pelas dicas e pelos sorrisos;
Ao amigo Gustavo, pelas ideias trocadas e pelo afeto demonstrado;
A todos que tanto colaboraram com a pesquisa de campo: senhor Santilino sua esposa dona Maria, seu Tino e sua esposa; seu Zé Fino e sua esposa Miguelina; seu Raul e sua esposa dona Odete; seu Zezito e sua esposa Toninha; seu Zé Santana e sua esposa dona Antonia; dona Davi; seu Calindo Bito e sua esposa Maria do Carmo; senhor Cícero; ao seu Domingão e sua esposa dona Deusita; Zé Flávio, e tantos outros que tornar-se-ia exaustivo registrar;
À Aslene, pelas portas abertas na comunidade Barro Vermelho, mas, especialmente pelo carinho demonstrado e pela amizade consolidada;

Ao seu Zézu, ex-presidente (à época da pesquisa, presidente) da CoopSertão, pessoa de sabedoria impar, que me dedicou preciosa atenção;
Ao seu Eric, presidente da CoopSertão, que sempre esteve a disposição para ajudar no que precisássemos;
À Valéria, pelas sugestões das comunidades a serem estudadas e pela atenção em meio a correria, mas também pelo café com pão-de-queijo na lanchonete e pelos coquinho-azedos e cajuzinhos esquecidos;
Ao Danilo e Marcio, pelas sugestões das comunidades a serem estudadas, pelas aulas de campo, pelas valiosíssimas informações que tanto contribuíram com a pesquisa, mas, sobretudo por se mostrarem amigos;
Ao seu Wilson, Eng. Agrônomo da CoopSertão, pelas tantas contribuições que foram de grande valia para a pesquisa, mas também pela amizade demonstrada;
Ao Joel, técnico da CooPsertão, pela disposição em sempre ajudar e pelas ricas informações;
Ao Tico do Buraquinho, por me receber em sua casa e me ensinar sobre a arte de manejar as partes do buritizeiro com sua douta sabedoria popular;
À Milene Cavalcante Ribeiro, bibliotecária da Chapada Gaúcha, que pacientemente nos ajudou a encontrar bons livros sobre a região;
À Rose, Presidente da Associação das Bordadeiras e Artesãos de Serra das Araras pelas ricas informações;
A querida amiga Ana Ivania Geraizeira, professora da Unimontes, pessoa com quem fiz a primeira inclusão pelos rincões sertanejos do norte de Minas e pelo pouso;
Ao Grande amigo Heitor, pelas andanças pelos sertões Cerradeiros até os Xacriabás e pelas cervejas nas barrancas do São Francisco;
À Célia Xacriabá, pelas reflexões trocadas e pelo carinho e amizade construída nos diversos Encontros dos Povos do Cerrado e no Facebook ;
Ao CAA e ao seu Braulino, que nos recebeu em sua propriedade rural e nos deu uma aula de campo com sua sabedoria de toda uma vida;
Ao seu Arcilo, que me recebeu em sua posse e se pôs a demonstrar o saber tradicional do Geraizeiros;
Ao seu Raimundo, seus filhos Dú, João e Joaquim, que nos receberam em sua casa e nos ensinaram tanto sobre a Terra Ronca e seus segredos;
Equipe do Programa de Pós-Graduação em Geografia, especialmente à Cinthia, à Carina e à Ivonete pela atenção e presteza sempre que precisei;

Ao seu Gustavo e sua esposa dona Domingas, pela sabedoria que compartilharam sobre as plantas do Cerrado e seu filho Diomar, pela sabedoria que compartilhou sobre as cavernas de Terra Ronca, mas também pelo pouso e comida nos dias que tivemos na comunidade de São João, município de São Domingos;

Aos membros da banca de qualificação, Adriano e Messias, pelas valiosas sugestões;

À FAPESP, por ter acreditado na proposta inicial e dado o apoio financeiro de que necessitei para o desenvolvimento deste trabalho;

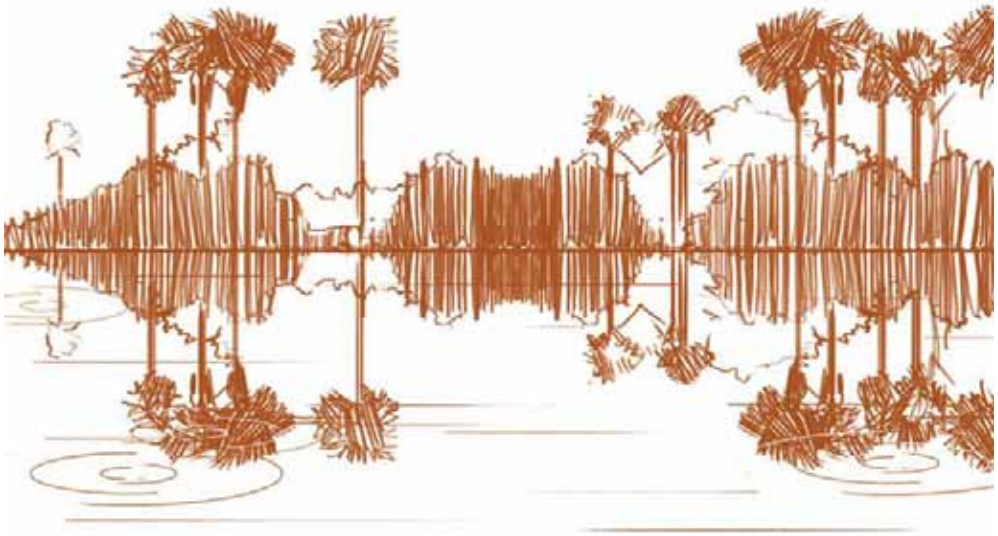
À Prefeitura de Chapada Gaúcha na figura do ex-prefeito Mundinho pelo fornecimento dos mapas da cidade;

Ao Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN) e ao Renato Araújo e ao Rodrigo Noleto, pela sugestão de pesquisar a dinâmica territorial que está em curso no município de Chapada Gaúcha - MG.

À Central do Cerrado, Luís Roberto Carrazza, por permitir a participação na assembleia geral;

Aos Cerradeiros que me permitiram invadir seu universo, espero poder contribuir com esta tese;

A todos aqueles que esqueci por um lapso da minha memória, mas que não foram menos fundamentais.



“Eu não sei muita coisa não, eu só sei contá o que é...Primeiro é o buriti, é a fruta que Deus deixou pra nóis tudo, qualquê vivente que nasce. [...]”

(senhor João Jacarandá, Cerradeiro da comunidade Barro Vermelho, PESQUISA DE CAMPO, maio de 2013)

Homenagem

O navegante Cerradeiro

Em minha estada de tantos pousos por aqueles rincões do norte e noroeste mineiro, descobri que o sabor indelével dos frutos do cerrado adocicara as palavras dos sertanejos que conheci. Descortinar territorialidades me permitiu ver temporalidades imbricadas, sem explicação e que não as querem sob a luz dos meus olhos porque não querem ser desenhadas como quimera. Admito, foi necessário um esforço para esvaziar-me dos valores que trouxe na bagagem, despir-me da minha mundividência, dos conceitos prontos, da linguagem ininteligível e da opulência como referência, para só então deixar-me submergir na tentativa de ver o outro, ouvir o outro, esforço muitas vezes vão. Sempre apressado, minha única tristeza foi não ter podido dar a devida atenção a tantas pessoas que, sem esperar nada em troca, me cativaram. Lamento quando lembro quantas maravilhas deixei de descortinar e quantos mundos deixei de conhecer ao longo dessa jornada. Contar me consumiria tanto tempo, quanto passear revisitando as lembranças dos dias que vivi ali, com cada qual, proseando, sem relógio, contemplando o entardecer Cerradeiro. Meu carinho por essas pessoas é o espelho do carisma dessa gente. Não nego, me apaixonei pela elegância da mineiridade. Apesar de mim, essa gente “invisível” navega por estes Gerais, jocosos, felizes e leves e assim seguem navegando para além de todos os avatares que a sociedade moderna não passou ilesa. Muitos deste Cerradeiros, cresceram sob os verdejantes oásis de Veredas nesses sertões, atravessando os rios que são parte de seus territórios, como o sangue que corre em suas veias. Celebram com a vida e com a arte de relacionarem-se com a Natureza. Com seus corpos cobertos por suas peles de coriácea, muitos já tortuosos com aspecto cortiçado, confundem-se com o Cerrado. Tropeços, sutis e elegantes, seguem cantando e navegando pelos mares do Cerrado, pescando, caçando e assistindo televisão. Ora velado, ora explicito, por detrás de doutas palavras, mesmo tropeço no purismo da língua vernácula, essas Cerradeiras e Cerradeiros, homens e mulheres comuns, expressam um ponto de vista que reflete como querem que o mundo siga. Hoje quase me perdi nas lembranças dos momentos vividos ali, quase me esquecendo de esquecer, quase me esquecendo de voltar para casa, onde minha Caliandra me esperava com seu cheiro de Flor-do-Cerrado.

Resumo

O presente trabalho traz alguns elementos teóricos e empíricos para compreender o sistema agroextrativista articulado por comunidades tradicionais do Cerrado, no município de Chapada Gaúcha, localizado na Microrregião Geográfica de Januária-MG e seu papel na conservação da Natureza, tendo o extrativismo de frutos nativos como alternativa de geração de renda e reprodução sociocultural para estas comunidades. Para consecução dos objetivos propostos, realizamos revisão bibliográfica, levantamento de dados nos Censos Agropecuários e Demográficos, bem como a realização de entrevistas com 42 agroextrativistas, um atravessadores dos segmentos de favela (Dimorphandra mollis), um do segmento de favela e pequi (Caryocar brasiliense Camb.), representantes ligados ao Instituto Estadual de Floresta, aos presidentes das associações das comunidades estudadas, presidente e pessoal técnico da Cooperativa Regional de Produtores Agrissilviextrativistas Sertão Veredas (CoopSertão). Com o desenvolvimento da pesquisa, constatamos que a resistência das comunidades tradicionais no município de Chapada Gaúcha vêm ocorrendo de forma precária, em face das contradições inerentes ao novo campo de força a que estão submetidos com a territorialização do agronegócio após 1970 e com a criação de Unidades de Conservação após meados de 1990, dando origem a uma situação de instabilidade e insegurança em relação ao acesso à terra, ao território e aos recursos naturais. Este novo contexto socioambiental vem obrigando os agroextrativistas, pequenos posseiros na sua maioria, ao cercamento de suas terras em pequenas glebas, de modo na atualidade que quase não existem mais áreas de uso comum. Isso porque, se por um lado, a força do agronegócio ligado a produção de eucalipto, pínus, soja e semente de capim, vem paulatinamente suprimindo os territórios de uso comum entre as famílias rurais de comunidades tradicionais no município de Chapada Gaúcha, de outro, verifica-se a omissão do Estado no que toca ao reconhecimento do papel dos agroextrativistas para conservação dos ecossistemas naturais, mas presente na implementação de Unidades de Conservação fundamentada em um arcabouço normativo que criminaliza as práticas inerentes ao modo de vida das comunidades tradicionais, como: plantar nas veredas, à solta do gado no Gerais, caçar, cortar madeiras e partes da palmeira buriti para construção de casas, currais e diversos utensílios de uso no cotidiano, dentre outras atividades. Neste contexto, buscaremos demonstrar como o extrativismo de frutos nativos do Cerrado pode ser tomado como uma alternativa para geração de renda frente a outras formas de uso da terra de maneira que esses agentes tornem-se aliados na conservação da Natureza.

Palavras-Chave: Agroextrativismo; Frutos Nativos do Cerrado; Unidades de Conservação; Agronegócio; Comunidade Tradicional.

Abstract

This research talks about theoretical and empiric elements to comprehend the “agroextrativista” system linked by traditionals communities from savannah. in Chapada Gaúcha, located in a small geographic area in Januária- MG and its role in preserving the environment, being the extractivism of native fruits like option for income generation and in socio-cultural terms to those communities. For the achievement of the proposed goals, we implemented a bibliographic review, data entry in Agricultural and Demographic surveys, such as interviews with 42 extractive people, people from “favelas” (Dimorphandra mollis), others from “favela” and “pequi” (Caryocar brasiliense Camb), representatives linked to “Instituto Estadual de Floresta”, presidents of associations of the studied communities, presidents and technical people of “Cooperativa Regional de Produtores Agrissilviextrativistas Sertão Veredas (CoopSertão). Developing the research, we realized that the resistance of the traditional communities from município de Chapada Gaúcha happens in a low way related to the contradictions of the new force that they are submitted with the “territorialização" the agribusiness after 1970 and with the creation of Conservation Unit after middle 1990, giving origin of an unstable situations and insecurity associated to the soil access, to the field and to the natural ressources. This new social-environmental context obliges the “agroextrativistas”, small squatters to fence their soil in small Glebes in a way that, nowadays, there are not so many areas in common. The reason is, on the one hand, the agribusiness force is linked the eucalyptus production, “pinus”, soy and seeds of “capim” is gradually removing the territories of common use among rural families in traditional communities in the municipality of Chapada Gaúcha. On the other, there is the State's failure in regard to the recognition of the role of the agroextractivists for conservation of natural ecosystems, but the implementation of protected areas based on a new normative framework criminalizes lifestyle practices of traditional communities, such as planting in the Veredas, extensive livestock farming in Gerais, hunting, cut wood and parts of the buriti palm for building houses. Corrals and use many utensils in daily life, among other activities. In this context, this research demonstrated how the extraction of native fruits of the savannah can be taken as an alternative to income generation compared to other forms of land use so that these agents become allies in nature conservation.

Palavras-Chave: “Agroextrativismo”; native fruits the savannah; Conservation Unit; Agribusiness; Traditionals Communities.

Lista de Ilustrações

Figura 01: Mapa de localização das comunidades estudadas no município de Chapada Gaúcha-MG..... 34
Figura 02: Localização do município de Chapada Gaúcha no estado de Minas Gerais e na Microrregião Geográfica de Januária-MG..... 46
Figura 03: Produto Interno Bruto do Município de Januária e Microrregião Geográfica de Januária entre 1999 e 2011 (em mil Reais)..... 49
Figura 04: Número e área dos estabelecimentos agropecuários por condição do produtor na Microrregião Geográfica de Januária – MG em 2006..... 58
Figura 05: Número e percentual de estabelecimentos agropecuários com agricultura por grupo de área na Microrregião Geográfica de Januária – MG em 2006..... 59
Figura 06: Percentual da área com lavouras e pastagem nos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar por tipo de mão-de-obra na Microrregião Geográfica de Januária – MG em 2006..... 60
Figura 07: Número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar por grau de especialização na Microrregião Geográfica de Januária – MG em 2006..... 61
Figura 08: Percentual da área de lavouras, pastagens, valor da produção e valor da produção animal nos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar por tipo de mão-de-obra na Microrregião Geográfica de Januária – MG em 2006..... 61
Figura 09: Percentual do número e área dos estabelecimentos agropecuários por tipo de mão-de-obra na Microrregião Geográfica de Januária – MG em 2006..... 62
Figura 10: Uso e ocupação do solo do Mosaico Sertão Veredas Peruaçu em 2010..... 65
Figura 11: Áreas Protegidas do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu..... 67
Figura 12: Incidência do extrativismo na área do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu..... 70
Figura 13: Fluxo de comercialização de produtos do extrativismo de frutos nativos na região Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu..... 72
Figura 14: Dificuldades identificadas para o extrativismo de frutos nativos na região do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçú..... 73
Figura 15: Potencial Agrícola do município de Chapada Gaúcha-MG..... 79
Figura 16: Localização do município de Chapada Gaúcha-MG na Bacia do rio São Francisco..... 80
Figura 17: Localização da sede do município de Chapada Gaúcha e localização do PESA, 2011..... 81
Figura 18: Área colhida com a lavoura temporária no município de Chapada Gaúcha-MG entre 1997 e 2012 (ha)..... 84
Figura 19: Produtos da lavoura temporária nos estabelecimentos agropecuários, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no município de Chapada Gaúcha – MG em 2006 (%)..... 85
Figura 20: Número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar segundo o tipo de mão-de-obra no município de Chapada Gaúcha – MG em 2006..... 86
Figura 21: Número e áreas dos estabelecimentos que utilizam só mão-de-

obra familiar por grupo de área no município de Chapada Gaúcha-MG em 2006 (%)..... 87
Figura 22: Renda anual dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar que usam só mão-de-obra familiar por grupos de renda (%)..... 87
Figura 23: População total, rural e urbana do município de Chapada Gaúcha – MG, 1991 e 2000..... 89
Figura 24: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal em 1991, 2000 e 2010..... 90
Figura 25: Recursos transferidos pelo Programa Bolsa Família para beneficiários do município de Chapada Gaúcha entre 2004 e 2013..... 94
Figura 26: Área de distribuição original e principais remanescentes da vegetação nativa do Cerrado – 2009 e 2010..... 125
Figura 27: Monocultura de Eucalipto da empresa silvicultora TMG localizada próximo à comunidade de Pequi, Mangal, Marimbas e São Félix..... 146
Figura 28: Placa indicando área de propriedade privada da empresa silvicultura Plantar. 147
Figura 29: Confronto de Limites do PESA..... 149
Figura 30: Cemitério de família tradicionalmente moradora da comunidade Morro do Fogo ao fundo da pastagem com gado..... 152
Figura 31: Entrada da Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari..... 168
Figura 32: Localização da Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari..... 169
Figuras 33 e 34: Vista Parcial do Parque Estadual Serra das Araras a partir do rio Catarina..... 173
Figura 35: Localização do Parque Estadual Serra das Araras..... 174
Figura 36: Placa que proíbe expressamente caçar, pescar e soltar animais no interior do PESA..... 207
Figura 37: Torre de vigilância localizada dentro do PESA, próximo à comunidade Barro Vermelho, usada para monitorar eventuais irregularidades e focos de incêndio..... 207
Figura 38: Uso da madeira e buriti para confecção de objetos de uso cotidiano por comunidades tradicionais da Chapada Gaúcha..... 209
Figura 39: Curral feito com madeira cuja extração é proibida..... 210
Figura 40: Assoreamento da barra do gaio do Carro com o rio Feio..... 215
Figura 41: Área de Brejo sendo usada para o cultivo de feijão-catador e milho..... 218
Figura 42: Filhotes de Papagaio-Verdadeiro apreendidos no entorno da RDS Veredas do Acari..... 247
Figura 43: Frutos nativos do cerrado..... 258
Figura 44: Caroço do Pequi estocado por uma família da comunidade Barro Vermelho para autoconsumo da amêndoa..... 268
Figura 45: Amêndoa de Pequi servida no café da tarde por família que mora as margens do rio Feio..... 268
Figura 46: Prédio da unidade de beneficiamento da CoopSertão..... 275
Figura 47: Instalações da unidade de beneficiamento da CoopSertão..... 275
Figura 48: Produtos da CoopSertão expostos em uma estante feita dos

pecílos do buriti..... 283
Figura 49: Raspas de buriti..... 289
Figura 50: Funcionária da CoopSertão demostrando como se prepara o doce de buriti..... 290
Figura 51: Corte esquemático de um pequi descascado..... 292
Figura 52: O pequizeiro, árvore de médio porte, típica do Cerrado..... 292
Figura 53: Árvore da favela (Dimorphandra spp) frutificando..... 300
Figura 54: Favela estendida ao sol para secagem unidades produtiva próxima a Vereda do Carro..... 302
Figura 55: Favela aguardando o caminhão da CoopSertão, comunidade Morro do Fogo, Distrito de Serra das Araras..... 304
Figura 56: Carregamento de favela chegando ao depósito do atravessador local..... 309
Figura 57: Favela comprada pelo atravessador local estocada no galpão da Associação de Moradores de Serra das Araras.....

Lista de Quadros

Quadro 01: Quadro dos entrevistados..... 40
Quadro 02: Principais frutos utilizados segundo a área protegida..... 68

Lista de Tabelas

Tabela 01: PIB do município de Januária, do estado de Minas Gerais e do Brasil por setor em 2011 (em mil reais)..... 48
Tabela 02: Crescimento do PIB do município de Januária por setor es entre 1999 a 2011 (em mil reais)..... 48
Tabela 03: Evolução da participação do PIB de Januária no PIB da MRG entre 1999 e 2011 (em mil reais)..... 49
Tabela 04: Crescimento do PIB na MRG de Januária e município de Januária e entre 1999 a 2011 (mil reais)..... 49
Tabela 05: Produto Interno Bruto a preços correntes, Brasil, Minas Gerais e MRG de Januária 1999 a 2011 (em mil reais)..... 50
Tabela 06: Dinâmica populacional entre 2000 e 2010, população rural e urbana e habitantes por km^2 para os municípios da MRG de Januária-MG.... 51
Tabela 07: Efetivo dos rebanhos por cabeças e tipo de rebanho na Microrregião Geográfica de Januária-MG entre 1995 e 2012..... 52
Tabela 08: Efetivo dos rebanhos por grupos de área total na Microrregião Geográfica de Januária-MG em 1995/96..... 53
Tabela 09: Área e número de estabelecimentos com pastagem natural e plantada para os municípios da MRG de Januária-MG em 2006..... 54
Tabela 10: Área colhida com lavouras temporárias na Microrregião Geográfica de Januária -MG entre 1990 e 2012 (ha)..... 55
Tabela 11: Área colhida das lavouras permanentes na Microrregião Geográfica de Januária - MG entre 1990 e 2012 (ha)..... 56
Tabela 12: Número de pés de eucalipto por grupos de área total na Microrregião Geográfica de Januária em 1995..... 57
Tabela 13: Média da área dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar por tipo de mão-de-obra na Microrregião Geográfica de Januária – MG em 2006..... 59
Tabela 14: Número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar segundo o nível de instrução da pessoa que dirige o estabelecimento na MRG de Januária – MG em 2006..... 63
Tabela 15: Efetivo dos rebanhos por cabeças e tipo de rebanho município de Chapada Gaúcha-MG entre 1995 e 2012..... 82
Tabela 16: Número de estabelecimentos agropecuários com bovinos e de cabeças de bovinos por tipo de agricultura município de Chapada Gaúcha – MG em 2006..... 83
Tabela 17: Área e número de estabelecimentos com pastagem natural e plantada no município de Chapada Gaúcha em 2006..... 83
Tabela 18: Pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal no município de Chapada Gaúcha em abril de 2014..... 92
Tabela 19: Número de Famílias inscritas no Cadastro Único para Chapada Gaúcha e Minas Gerais segundo a renda per capita familiar em abril de 2014..... 93
Tabela 20: Montante de recurso destinado ao Programa Bolsa Família (Lei nº 10.836 de 2004) em Minas Gerais e no município de Chapada Gaúcha-

MG no ano de 2013..... 95
Tabela 21: PIB do município de Chapada Gaúcha por setor entre 1999 a 2011 (em mil reais)..... 96
Tabela 22: Produto Interno Bruto a preços correntes, Brasil, Minas Gerais, MRG de Januária e Chapada Gaúcha, 1999 a 2011 (em mil reais)..... 96

Lista de Abreviaturas e Siglas

ABRACAVE	Associação Brasileira de Carvão Vegetal
ADISC	Agência de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável da Chapada Gaúcha
ADRS	Agente de Desenvolvimento Rural Sustentável
AEFA	Área de Experimentação e Formação em Agroecologia
APF	Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses
BA	Bahia
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CAA-NM	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CEASA	Centrais de Abastecimento
CEX	Coordenadoria de Agroextrativismo
CEX-MMA	Programa Comunidades Tradicionais-Ministério do Meio Ambiente
CNPCT	Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOPI	Cooperativa Pioneira
COOAPI	Cooperativa Agropecuária Pioneira
COOPSERTÃO	Cooperativa Regional de Produtores Agrissilviextrativistas Sertão Veredas
COPABASE	Cooperativa de Agricultura Familiar Sustentável com Base na Economia Solidária
CTPA	Centro Tecnológico para Pesquisas Agropecuárias
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DF	Distrito Federal
DOE	Diário Oficial do Estado
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ES	Espírito Santo
FACE	Faculdade de Ciências Econômicas
FBB	Fundação do Banco do Brasil
FISET	Fundo de Investimentos Setoriais
FUNATURA	Fundação Pró-natureza
GEDRA	Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária
I PNPC	Primeiro Programa Nacional de Papel e Celulose
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEF-MG	Instituto Estadual de Floresta de Minas Gerais
II PND	II Plano Nacional de Desenvolvimento
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISPN	Instituto Sociedade, População e Natureza.
ISSN	International Standard Serial Numbe
MG	Minas Gerais
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MIP	Manejo Integrado de Pragas
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MinC	Ministério da Cultura

MME	Ministério de Minas e Energia
MRG	Microrregião Geográfica
NUPAUB	Núcleo de Apoio à Pesquisa Sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras
ONG	Organização Não-Governamental
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PADAP	Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba
PADSA	Programa de Assentamento Dirigido à Serra das Araras
PARNA GSV	Parque Nacional Grande Sertão: Veredas
PCI	Programa de Cooperación Interuniversitaria
PESA	Parque Estadual Serra das Araras.
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PIB	Produto Interno Bruto
PNF	Programa Nacional de Florestas
PNGSV	Parque Nacional Grande Sertão Veredas
PNPC	Plano Nacional de Papel e Celulose
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento do Cerrado
PR	Paraná
PRODECER	Programa de Desenvolvimento do Cerrado
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista
RIOTERCO	Comercial Rio Grandense de Terras e Colonização
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural Aldeia
RURALMINAS	Fundação Rural Mineira
SINDIFER	Sindicato da Indústria do Ferro no estado de Minas Gerais
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SNIF	Sistema Nacional de Informações Florestais.
SNUC	Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza
SOBER	Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural
UC	Unidade de Conservação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
ZA	Zona de Amortecimento

Sumário

Introdução..... 23
Procedimentos Metodológicos..... 32
Primeira etapa da pesquisa de campo..... 35
Segunda etapa da pesquisa de campo..... 36
Terceira etapa da pesquisa de campo..... 38
I ORIGEM E CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA ÁREA DE ESTUDO..... 43
1.1 Caracterização socioeconômica da Microrregião Geográfica de Januária-MG..... 45
1.2 Da vila à cidade dos gaúchos..... 74
1.3 Características das populações tradicionais..... 102
II AS CONTRADIÇÕES INERENTES À PRODUÇÃO E À CONCEPÇÃO DE NATUREZA E AOS TERRITÓRIOS PLURAIS..... 109
2.1.A disjunção entre Sociedade/Natureza..... 110
2.2.Do curso natural da Natureza ao curso social da Natureza..... 120
2.3 A produção da Natureza pelas sociedades modernas..... 123
2.4 A produção da Natureza e dos Territórios pelas sociedades tradicionais.... 126
2.5 Produção do território e produção da Natureza pelas populações tradicionais: uma aproximação da concepção de Territórios Plurais..... 130
III DO USO DOS TERRITÓRIOS LIVRES À TRAGÉDIA DOS GERAIS E DAS VEREDAS..... 135
3.1 A Revolução Técnico-Científica no campo e suas implicações para o ambiente natural e social em áreas de Cerrado..... 136
3.2.A origem das terras de ausentes e das posses no Cerrado: territorialidades justapostas..... 138
3.3 A expansão do agronegócio e a supressão/encurralamento das populações Cerradeiras no município de Chapada Gaúcha-MG..... 145
IV A CRIMINALIZAÇÃO DOS MODOS DE VIDA E DAS TERRITORIALIDADES DA COMUNIDADES TRADICIONAIS CERRADEIRAS.. 164
4.1. A (des) construção da concepção de Natureza intocada como fundamentos do marco legal para criação das UCs..... 166
4.2 Características socioambientais da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari..... 168
4.3 Características socioambientais do Parque Estadual Serra das Araras..... 172
4.4 Criação das Unidades de Conservação e desterritorialização e encurralamento das comunidades Cerradeiras..... 176
4.5 Territórios legitimados pelo uso e ocupação tradicional..... 181
4.6 Territorialidades forjadas pela história..... 183
4.7 Uma proposta de recategorização: de Proteção Integral para Uso Sustentável..... 198
4.8 Criminalização de prática laborais, culturais, dos saberes tradicionais 203
4.9 Proibição do cultivo nas Veredas, insegurança alimentar e dependência do mercado..... 213
4.10 RDS Veredas do Acari configurada como Unidade de Conservação de Proteção Integral..... 221

4.11 A pecuária: da solta à presa..... 226
4.12 Paradoxo entre preservação da Natureza e criminalização das comunidades Cerradeiras..... 230
4.13 Menores restrições para a coleta de frutos nativos..... 236
4.14 As territorialidades sobrepostas como uma face do território..... 239
4.15 Modo de vida das comunidades Cerradeira e uso dos recursos comuns: estratégia ou tragédia do Cerrado?..... 246
V O (AGRO) EXTRATIVISTA: UM OLHAR SOBRE A EXPERIÊNCIA DA COOPSERTÃO NO MUNICÍPIO DE CHAPADA GAÚCHA-MG..... 253
5.1 O potencial do território Cerradeiro como gerador de renda pelo extrativismo de frutos nativos..... 254
5.2 As vantagens do extrativismo sobre outras formas de uso da terra e seus limites ambientais..... 260
5.3 O extrativismo de frutos nativos do Cerrado e seu potencial nas comunidades Cerradeiras..... 266
5.4 A importância da CoopSertão como agente dinamizadora do agroextrativismo..... 273
5.4.1 O extrativismo e comercialização do Buriti..... 284
5.5 Os estrangulamentos em relação ao aproveitamento, beneficiamento e comercialização do pequi pela CoopSertão..... 291
5.6 A favela: alternativa de renda..... 300
5.7 A configuração da rede de atravessadores da favela e do pequi e a importância da CoopSertão..... 305
5.7.1 Rede de atravessadores da favela..... 307
5.7.2 Rede de atravessadores do Pequi, proibições do IEF e estrangulamentos da CoopSertão..... 311
Considerações Finais..... 328
Referências..... 333

FICHA CATALOGRÁFICA

Oliveira, Robson Munhoz de.
S--- Vivendo nos interstícios do Cerrado: encurralados entre o agronegócio e Unidades de Conservação / Robson Munhoz de Oliveira. - Presidente Prudente: [s.n], 2015.
351 --- f. : il.

Orientador: Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol
Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Extrativismo. 2. Unidade de Conservação. 3. Comunidades Tradicionais. I. Oliveira Munhoz, Robson. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

Ilustração das capas e da pág. 09 - Zoltar Design - www.zoltardesign.com.br;
Ilustração da contracapa, Eugênio Warming. Vista de Cerrado próximo à Lagoa Santa;
Ilustração da dedicatória, Buritizal, Percy Lau, Revista Brasileira de Geografia v.4, n.4, 1942;
Ilustração da pág. 253, Campo Cerrado, Percy Lau, Revista Brasileira de Geografia v.2, n.3, 1940.

Introdução

A partir da década de 1970, a maior difusão do conjunto dos meios técnico-científicos inerentes à engenharia genética e aos instrumentos de plantio, tratos culturais e colheita, transformou profundamente a interação Sociedade-Natureza em áreas de Cerrado. Esse processo converteu o Cerrado num meio Técnico-Científico-Informacional, porém sem suprimir por completo as territorialidades das populações tradicionais cerradeiras, que têm como uma das atividades complementares à renda e à subsistência, o extrativismo de frutos nativos para a alimentação. Estas populações seguem vivendo nos meandros dos remanescentes de Cerrado, entre os quais, quase sempre, prevalece a simbiose harmônica entre Sociedade e Natureza.

Por seu turno, as Unidades de Conservação (UCs)[1], mormente àquelas que não admitem a presença humana, ou seja, as "Unidades de Proteção Integral", criadas com propósito de conter o processo de destruição da Natureza, têm criado entraves para a reprodução das populações tradicionais e a manutenção dos seus modus vivendi. Desse modo, os preservacionistas defensores do Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (SNUC-Lei 9.985/2000) defendem que esses espaços "Naturais", devem conformar-se como lócus privilegiado para o estudo e a conservação da biodiversidade, ao mesmo tempo em que negam o "consumo" e a "coleta", portanto, os elementos indispensáveis à sustentação do modo de vida das populações tradicionais inseridas nessas áreas ou em suas Zonas de Amortecimento (ZAs)[2].

Considerando que a Lei Nº 9.985/2000 não admite moradores nessas áreas, fica patente a concepção que defende que a Natureza não só é um produto que se faz e refaz isoladamente, como sua conservação pressupõe a ausência e, quando necessário, o reassentamento em outras localidades de populações tradicionais, destarte interrompendo centenas de anos de enlace com o seus territórios tradicionais.

---

[1]O Art. 2º da Lei nº 9.985/2000 no seu parágrafo I define "unidades de conservação" como sendo o "espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção".

[2]Segundo o inciso XVIII do Art. 2º, para os fins previstos na Lei 9985/2000, entende-se por Zona de Amortecimento: "o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade".

No município de Chapada Gaúcha-MG, recorte territorial da presente pesquisa, se, por um lado, as empresas plantadoras de eucalipto e pínus que se territorializaram na década de 1970, compravam pequenas posses de terra e cercavam imensas áreas, incluindo as áreas de uso comum das populações tradicionais, por outro, o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG), que comprou as terras dessas mesmas empresas para a criação do Parque Estadual Serra das Araras (PESA) e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari (RDS Veredas do Acari), impeliram agricultores ao cercamento das terras em pequenas glebas. Isso porque, esses agricultores temiam ter suas terras tomadas, quer pelas empresas silvicultoras, quer pelo IEF, o que de fato ocorreu em muitos casos. No município de Chapada Gaúcha, ainda existe terras em litígios entre moradores tradicionais, empresas silvicultoras e o IEF, assim como deste com empresas silvicultoras.

Assim, o mesmo Estado que “tirou com uma mão” ao criar as UCs, em áreas, outrora de uso comum, compradas das empresas silvicultoras que haviam se apropriado indevidamente destas terras, “não deu com a outra”, de modo a criar mecanismos compensatórios, evitando que estas comunidades locais se desintegrassem ou descaracterizassem seu modo de vida e sua cultura. Isso porque, entre outras proibições, dentro das UCs e em suas Zonas de Amortecimento, tornou-se crime realizar práticas, outrora intrínsecas ao modo de vida tradicional dos cerradeiros, como: plantar nos brejos das veredas onde eram cultivados os gêneros alimentícios para o autoconsumo, criar o gado “na solta”, extrair partes da palmeira buriti e madeira para construção de casas, currais e para fabricação de outros artefatos, caçar, etc. Até mesmo a coleta de lenha para cozinhar tornou-se crime, mesmo dentro da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Veredas do Acari, desvirtuando assim sua finalidade prevista na Lei 9.985/2000. Essa RDS, muito embora seja um espaço que teoricamente deveria permitir a utilização dos recursos Naturais, por não possuir Plano de Manejo, vem sendo tratado com uma Unidade de Conservação de proteção integral. A despeito desse processo, as comunidades vêm resistindo, muito embora precariamente, porque não estão organizadas em nenhuma forma de movimento social, sindicato ou associação, portanto apenas burlam os códigos normativos.

As restrições causadoras de conflitos na área de estudo foram identificadas com mais clarividência nas comunidades de Morro do Fogo, Barro Vermelho e entre

os moradores do Gaio do Carro e rio Feio (Distrito de Serra das Araras). Na comunidade do Pequi, o maior problema identificado foi o assoreamento dos rios causado pela monocultura de eucalipto nas chapadas, embora as restrições de uso dos recursos Naturais também existam.

Cabe acrescentar ainda que, a maior difusão dos meios de comunicação nas comunidades estudadas, vem incorporando seus membros ao mercado consumidor, em especial os mais jovens, tornando cada dia mais necessário à liquidez monetária para suprir bens "necessários". Ademais, a proibição de práticas tradicionais vem compelindo as famílias a suprirem seus meios de subsistência pela compra e, cada dia mais, os obrigando a integração ao mercado consumidor. Como consequência, muitos pais mandam seus filhos trabalharem fora da posse. Como a região tem um baixo dinamismo econômico, veem-se obrigados, frequentemente, a migrarem para Brasília e outras cidades fora da região. O êxodo rural não é ainda mais intenso porque estas famílias recebem o benefício de transferência direta de renda do Programa Bolsa Família do Governo Federal e/ou recebem aposentadoria.

Em face da redução dos territórios de uso comum pelas comunidades tradicionais e da criação de Unidades de Conservação, defendemos como tese nesse trabalho, a viabilidade do uso sustentável do potencial do território cerradeiro, em especial dentro das Unidades de Conservação, tendo o extrativismo de frutos nativos do Cerrado para a comercialização como uma das táticas[3] de reprodução sociocultural, ainda que, como atividade complementar à renda.

Os diferentes ciclos produtivos dos diversos frutos comestíveis do Cerrado ao longo do ano, como buriti (Mauritia flexuosa L.f), cabeça-de-nego (Annona crassiflora Mart.), cajuzinho-do-cerrado (Anacardium othonianum), pequi (Caryocar brasiliense), cagaita (Eugenia dysenterica DC), jatobá-do-cerrado (Hymenaea stigonocarpa Mart. ex Hayne), coquinho-azedo (Butia capitata (Mart.) Becc var. capitata.) etc., que possuem potencial não aproveitado ou parcialmente aproveitado economicamente no município de Chapada Gaúcha-MG, os quais produzem em meses diferentes, apresentam-se como aspecto favorável ao extrativismo dos frutos do Cerrado, posto que isso possibilita a geração de renda durante todo o ano. Soma-se a isso, a

[3] *Tática* é usada aqui com a acepção atribuída por Certeau (1994, p. 41) que a define como o cálculo das "[...] operações quase microbianas que proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram o seu funcionamento." No pensamento de Certeau, o saber popular engendra maneiras de utilizar o sistema e suas ordens dogmáticas, como forma de resistências ou ao menos "manobras" de enfrentamento entre forças desequilibradas.

possibilidade de armazenamento dos frutos beneficiados como doce, óleo, congelados, desidratados, em conserva, etc. Depois de processados, além de possuírem maior valor agregado, permite às famílias o armazenamento por longo período, de modo a se ter suprimento para alimentação e comércio durante a entressafra.

Importa enfatizar que, dentro das áreas privadas em grandes fazendas criadoras de gado ou em Unidades de Conservação, o extrativismo não é proibido, desde que cumpra com certas práticas simples de manejo, o que demonstra que esta é uma atividade que não acarreta alterações radicais ao ecossistema do Cerrado, sendo, portanto, uma alternativa em potencial para gerar renda e conservar a Natureza em consonância com as políticas ambientais e a criação de Unidades de Conservação.

Diante desse questionamento, definiu-se como objetivo geral da pesquisa, compreender a viabilidade do extrativismo de frutos do Cerrado no contexto das tramas sociais inerente à expansão do agronegócio e a criação das Unidades de Conservação. Neste contexto, propomos problematizar as possibilidades e limites das táticas de reprodução sociocultural, adotadas a partir do potencial natural do Cerrado, particularmente do extrativismo de frutos nativos para alimentação. Esse objetivo se desdobrou em outros de cunho mais específicos, são eles:

1) Caracterizar o modus vivendi e o território tradicionalmente ocupado pelas comunidades estudadas antes e depois da chegada do agronegócio e da criação das UCs;

2) Identificar as atuais formas de acesso às terras, aos territórios tradicionalmente ocupados e aos recursos naturais pelos agroextrativistas;

3) Analisar os impactos ao meio ambiente causados pelo agronegócio e pelas comunidades tradicionais;

4) Identificar as restrições de uso das terras, dos territórios e dos recursos naturais impostas pela Lei nº 9.985/2000 e pelo Instituto Estadual de Floresta de Minas Gerais (IEF-MG);

5) Compreender o embate das comunidades tradicionais locais com a administração das Unidades de Conservação, empresas privadas e proprietários particulares no município de Chapada Gaúcha;

6) Caracterizar as formas de uso da terra, do território e dos recursos naturais, especialmente dos frutos nativos do Cerrado; e,

7) Estudar a forma de articulação das comunidades estudadas com a Cooperativa Regional de Produtores Agrissilviextrativistas Sertão Veredas (CoopSertão) e as dificuldades encontradas para alavancar o uso sustentável do potencial do extrativismo de frutos nativos do cerrado.

Não se trata aqui de sustentar a mercantilização do Cerrado, visto que não defendemos a integração pura e simples das populações cerradeiras ao mercado capitalista, sob pena de deterioração do que esses possuem de mais valioso, isto é, a visão totalizante Sociedade-Natureza, historicamente construída e consolidada. A proposta sugere compreender como essa aproximação com o mercado vem ocorrendo? Quais seus desdobramentos positivos e negativos? E a partir das constatações, tecer propostas para que não ocorra a degeneração das relações de troca com a subordinação passiva das populações tradicionais ao mercado. Defende-se que é possível garantir a soberania desses territórios, mesmo com a colocação de parte da produção no mercado. Para tanto, faz-se necessário, potencializar os aspectos positivos e superar os estrangulamentos, tomando-se o cuidado para não subordinar e/ou desvirtuar o modo de fazer/viver tradicional. Importa dizer que as comunidades cerradeiras não veem o Cerrado apenas como bioma ou recurso aproveitável economicamente, mas como território de pertencimento.

O presente estudo pretendeu abordar não apenas o que existe de pitoresco ou excêntrico na cultura rustica das comunidades tradicionais estudadas, mas, sobretudo, lançar luz sobre os laços econômicos que elas vêm estabelecendo com o mercado capitalista. Assim, buscamos demonstrar que a dimensão cultural só é compreensível como determinada e determinante da dimensão econômica, não podendo, nenhuma das duas dimensões, ser entendida isoladamente. Essa proposição nos ajudou a compreender os processos societários que estão em curso no rural sob o prisma de uma abordagem antes territorial que setorial, ou seja, que considere uma perspectiva integradora das diversas dimensões do real e não apenas os aspectos econômicos de um setor da economia, visto que esta, a nosso ver, necessita ser superada.

Diante disso, podemos colocar os seguintes questionamentos e, a partir dele, desenvolvermos nosso raciocínio: o avanço do capital sobre vastas extensões de terras de Cerrado e a criação das Unidades de Conservação, representou ou representará o fim dos sistemas de uso comum das terras e dos recursos Naturais

que ainda restam no Cerrado no município de Chapada Gaúcha-MG? Quais são os atores externos às comunidades, cuja presença torna mais complexo e comprometedor o funcionamento do sistema de uso comum das terras e dos recursos Naturais? Quais os interesses subjacentes a esses agentes externos? O sistema extrativista tradicional é uma atividade flexível, que não exaure os recursos ou se constitui mais um ramo econômico que responderá a lógica predatória do modelo capitalista? Como os extrativistas se adaptam as demandas de mercado para não exaurir os recursos Naturais ou se reproduzem a lógica predatória? Como o fazem? O extrativismo pode ser tão ou mais viável que outras formas de uso da terra? A diversidade de produtos comercializáveis estocado na Natureza permite aos extrativistas adotarem respostas flexíveis às conjunturas de mercado?

Dado o uso indiscriminado dos termos sociedades tradicionais, populações tradicionais, povos tradicionais, comunidades tradicionais, optamos por usar o termo Sociedades Tradicionais em sentido mais amplo para designar povos indígenas e não-indígenas de todo o território nacional, Sociedades Tradicionais Cerradeiras para designar povos indígenas e não-indígenas do Cerrado. Por sua vez, usaremos Populações Tradicionais para designar apenas as populações tradicionais não-indígenas de todo o território nacional, ao passo que para aquelas Populações Tradicionais que vivem em áreas do bioma Cerrado, usaremos como sinônimos os termos Populações Cerradeiras, Populações Tradicionais Cerradeiras ou simplesmente Cerradeiros.

Especificamente para as comunidades que estão sendo estudadas nesta pesquisa, usaremos o termo Comunidades Cerradeiras ou Comunidades Tradicionais Cerradeiras ou simplesmente Cerradeiros. É importante frisar que o foco desta pesquisa se dirige para as populações tradicionais não-indígenas de modo que apenas esporadicamente faremos referência aos Povos Indígenas.

Os termos “extrativista” ou “agroextrativista” são substancialmente amplos para designarem os coletores de frutos do Cerrado, grupo específico que nos propomos estudar. Essas populações tradicionais, também são chamadas genericamente Povos do Cerrado, Povos Cerradeiros, Geralistas, Geraizeiros, Veredeiros e Sertanejos, expressões usadas para referirem-se as populações que realizam o agroextrativismo. Essas denominações ainda encerram vaguidade devido a sua amplitude, isso porque designam um conjunto muito amplo de pessoas que praticam atividades agropastoris e extrativistas em áreas de Cerrado e em áreas de

transição desse bioma com a caatinga no Norte de Minas Gerais. Assim, na falta de uma denominação mais específica para os coletores de frutos nativos do Cerrado, no presente estudo, os chamaremos simplesmente de agroextrativistas, porque esta denominação é a que melhor qualifica os membros das famílias estudadas sob o prisma que pretendemos estudar, embora a mais importante atividade geradora de renda monetária para essas comunidades seja a pecuária.

Os agroextrativistas são mulheres e homens, adultos e crianças, que adentram um determinado espaço natural em busca de certo recurso que será utilizado com valor de uso e/ou troca. O aproveitamento dos frutos do Cerrado se dá para subsistência e/ou para complementar a renda, não sendo, necessariamente, o extrativismo a principal atividade geradora de renda.

Por fim, cabe lembrar que o uso do termo Natureza e Natural grafado com letra maiúscula expressa nosso entendimento de que essa é uma Natureza resultante de relações sociais que o condicionaram, portanto denota a ideia de Segunda Natureza, ou seja, uma Natureza humanizada e culturalizada; quando grafada como “n” referimos a natureza no curso original, que não sofreu a interferência humana, ou seja, a Primeira natureza. Igualmente o uso do termo “recursos Naturais” grafado com letra maiúscula, denota as relações sociais que fazem de certos componentes da Natureza, verdadeiramente recursos “sociais”, porque socialmente útil.

O termo “Cerrado” também foi grafado com letra maiúscula, porque ele é tomado, não apenas como um Bioma compreendido com um conjunto de elementos bióticos e abióticos, mas como Território Cerradeiro, portanto forjado pelos seres sociais que o habitam e historicamente estabeleceram profunda interação nesse Espaço. Para desenvolver as análises e indicar algumas possíveis alternativas, o presente estudo divide-se em cinco capítulos.

No primeiro capítulo fazemos a caracterização socioeconômica do espaço na Microrregião Geográfica de Januária (MRG), cuja ênfase centra-se na nova fase de ocupação produtiva da região com a chegada dos gaúchos e a criação do Projeto de Assentamento Dirigido à Serra das Araras (PADSA), que teve como objetivo ocupar o “vazio” demográfico do sertão Noroeste de Minas Gerais e na chegada dos gaúchos e na criação do município de Chapada Gaúcha. Por fim, fizemos uma caracterização do que doravante denominaremos Populações Tradicionais e Comunidades Cerradeiras.

No segundo capítulo fizemos uma reflexão acerca da disjunção entre Sociedade/Natureza e das nuanças no processo de produção da Natureza, como decorrência do avanço do agronegócio e dos modos de vida das populações tradicionais buscando demostrar, como ao longo da história social, o curso da natureza natural foi profundamente transformado, dando origem a uma segunda Natureza.

No terceiro capítulo buscaremos compreender a gênese das posses como condição de acesso à terra e do regime de uso comum dos Gerais, das Veredas e dos recursos Naturais, pelas populações tradicionais cerradeiras. Ademais abordaremos a expansão do capital ligado ao agronegócio sobreposta às áreas de uso comum, processo que foi permeado pelas disputas territoriais redundando em formações multiterritoriais no município de Chapada Gaúcha.

No quarto capítulo abordaremos a criação das Unidades de Conservação estudadas e como o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (Lei 9.985/2000-SNUC), permeado pela ótica dicotômica entre Sociedade e Natureza, vem sendo aplicada pelo IEF às populações tradicionais cerradeiras criminalizando suas práticas tradicionais.

O quinto capítulo traz uma discussão acerca das potencialidades do território cerradeiro para o extrativismo de frutos nativos do Cerrado no município de Chapada Gaúcha-MG no contexto do modus vivendi das populações tradicionais cerradeiras. Para tanto, colocamo-nos a pesquisar os canais de comercialização dos produtos do extrativismo; a importância da CoopSertão como agente dinamizadora do agroextrativismo; os principais estrangulamentos para o aproveitamento comercial do pequi, do buriti e da favela; a configuração das redes de atravessadores da favela e do pequi; os cuidados no manejo dos frutos do Cerrado; entre outros aspectos. O texto encerra-se com as considerações finais e as referencias bibliográficas.

O modo de vida dos homens comuns não pode ser analisado adequadamente dissociado de seu contexto mais amplo, pois sua natureza aglutina e sintetiza valores e perspectivas de uma outra história que teve como palco um território forjado na intima interação com a Natureza, com influência, entretanto, de uma complexa teia de relações locais e extra-locais, que não pode ser facilmente desvendada e que suporta diversas interpretações complementares entre si. No presente trabalho versam algumas assertivas, mas também interrogações sobre a intercambiante e predatória interação entre Natureza e Sociedade e as formas de

sociabilidade na construção do território dos Cerradeiros, o que nos resta não apenas problematizar, mas compreender propositivamente.

Procedimentos Metodológicos

A compreensão do tema e consecução dos objetivos propostos requereu a leitura de um referencial teórico acerca de conceitos e temas diversos, dentre eles: revolução técnico-científica no campo; conceito de Natureza e produção da Natureza; interação Sociedade-Natureza; conceito de populações tradicionais; tensionalidades entre capital e populações tradicionais; expansão do agronegócio em áreas do Cerrado e seus impactos ambientais; formação socioterritorial da Microrregião Geográfica de Januária (MRG) de Januária e do município de Chapada Gaúcha-MG; sistema de uso comum das terras e recursos Naturais; sistemas agroextrativistas, dentre outros, além de uma gama de leis relacionadas às Unidades de Conservação e Povos e Comunidades Tradicionais.

Ademais, foi realizado levantamento de dados no site SIDRA/IBGE da série histórica de Produção Agrícola Municipal entre 1990 e 2012; da Pesquisa Pecuária Municipal entre 1995 e 2012 e do Censo Agropecuário de 1995/96 e 2006; e Censo Demográfico de 2010; Estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2013 realizado pelo IBGE; Contas Nacionais e Produto Interno Bruto dos Municípios, IBGE 2004-2008; site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Portal da Transparência para o Programa Bolsa Família; do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, Atlas de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas de 2013, entre outras fontes que foram mencionadas nas referências bibliográficas.

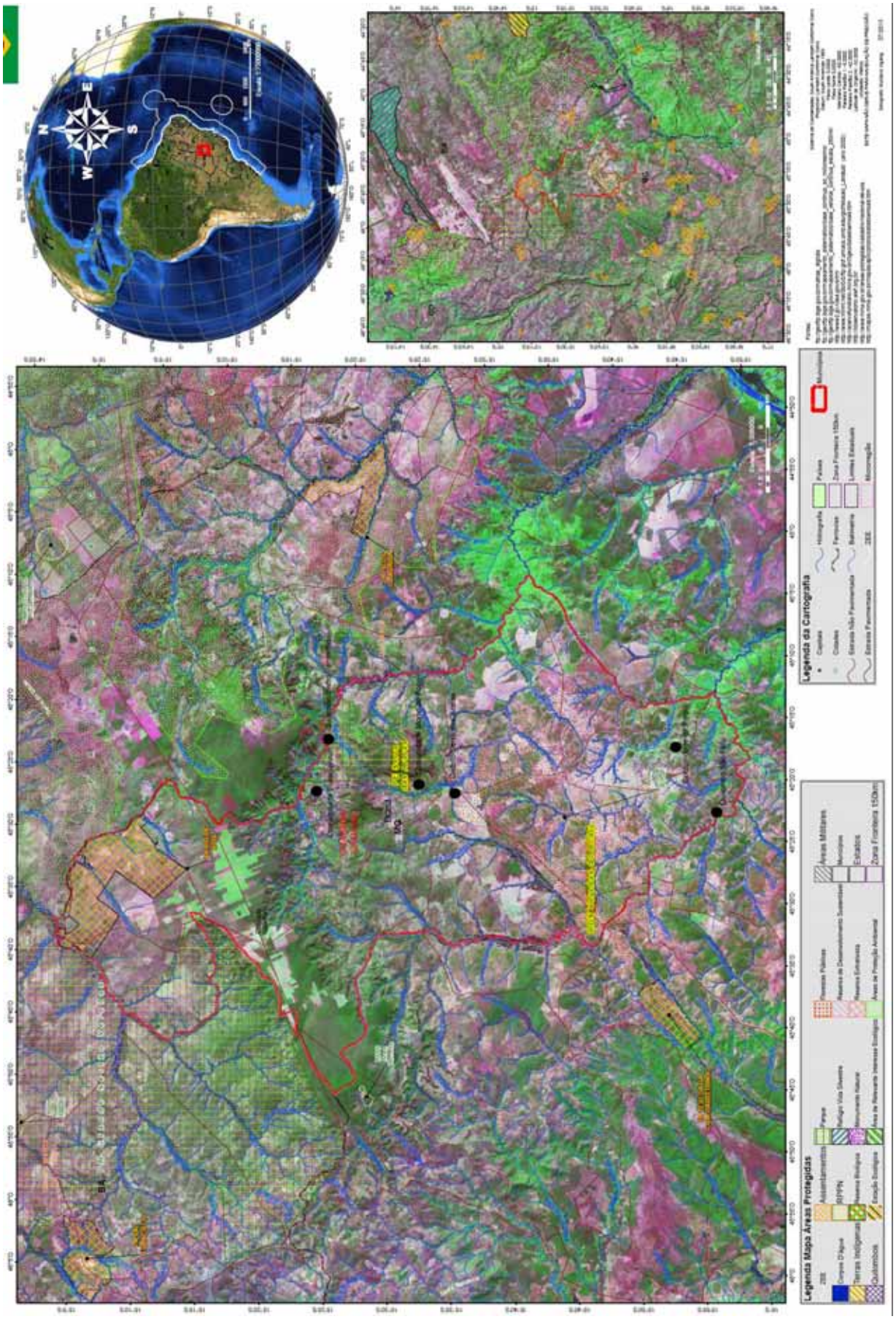
A pesquisa de campo teve natureza metodológica estritamente qualitativa e foi feita em três etapas. A primeira etapa ocorreu entre 02 e 19 de julho de 2011; a segunda entre 15 de abril e 03 de maio de 2013 e 13 de maio a 02 de junho de 2014 e a terceira foi realizada entre os dias 10 e 16 de junho de 2014, totalizando 65 dias. A pesquisa de campo foi realizada no município de Chapada Gaúcha-MG, o qual sedia as duas Unidades de Conservação estudadas na presente pesquisa - o Parque Estadual da Serra das Araras (PESA); a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari (RDS Veredas do Acari) - e a Cooperativa Regional de Produtores Agrissilviextrativistas Sertão Veredas (CoopSertão).

A área de estudo teve como foco de investigação as comunidades Morro do Fogo, Buraquinho, Pequi, quilombo São Félix, quilombo Barro Vermelho[4] e Distrito de Serra das Araras, localizadas no município de Chapada Gaúcha-MG[5], onde residem diversas famílias agroextrativistas, que têm como uma das suas fontes de renda, o fornecimento de frutos nativos do Cerrado para a CoopSertão e para atravessadores (Figura 01). **- MAPAS DAS ÁREAS PROTEGIDAS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA GAÚCHA - MINAS GERAIS**

Devemos lembrar que as comunidades estudadas foram propositalmente selecionadas em Zona de Amortecimento (ZA) e dentro das Unidades de Conservação (UCs), sendo que esta se constitui na área core de proteção e aquela, sua circunvizinhança, a qual também está submetida a um regime especial de proteção, segundo o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (SNUC-Lei 9.985/2000).

[4] Das 50 famílias moradoras do quilombo Barro Vermelho, 11 famílias são consideradas moradores do "São José" por estarem situadas perto do rio de mesmo nome. Entretanto, como são tratados na sociedade como pertencentes ao Barro Vermelho, aqui também os consideraremos como moradores desse Quilombo. Todos eles estão na área atingida pelo Parque Estadual Serra das Araras.

[5] A comunidade de Buraquinho está em processo de reconhecimento como quilombo. Por sua vez, a comunidade Morro do Fogo está sendo aponta por pessoas ligadas ao poder público local como quilombo, mas parece não haver interesse da comunidade.


Legenda Mapa Áreas Protegidas
Legenda da Cartografia

Primeira etapa da pesquisa de campo

Depois de percorrer por 09 (nove) dias o Norte de Minas Gerais conhecendo diversas comunidades tradicionais, visitamos o Distrito de Serra das Araras, próximo de onde existem duas Unidades de Conservação e onde entrevistamos o agroextrativista e Presidente da Associação da Comunidade de Buraquinho; o agroextrativista e Presidente da Associação da Comunidade Morro do Fogo; o Presidente da Associação das Bordadeiras e Artesãos de Serra das Araras, um ex-atravessador comprador de pequi e também ex-produtor de carvão; o representante da CoopSertão; o representante do Instituto Estadual de Floresta de Minas Gerais (IEF-MG); e dois agroextrativistas, além de visitar as instalações da unidade de beneficiamento dessa Cooperativa. Em todos os casos, não identificaremos os entrevistados em função do posto que ocupam, a fim de evitar constrangimentos.

O objetivo precípuo desta primeira etapa da pesquisa de campo foi conhecer as lideranças regionais, as famílias agroextrativistas e a CoopSertão. Ademais, objetivamos conhecer as comunidades agroextrativistas que vivem/resistem há diversas gerações no município de Chapada Gaúcha, espaço que tem sido palco, amiúde, de disputas entre estes, empresas ligadas ao agronegócio, proprietários privados de terras, detentores de títulos de terra duvidosos, outrora de uso comum das comunidades tradicionais; e o Estado, representado pelo Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG).

Na primeira etapa da pesquisa utilizamos como instrumento de entrevistas um roteiro semiestruturado, o que naquele momento nos pareceu o mais adequado, visto que o objetivo era fazer uma primeira aproximação com as comunidades locais. O referido instrumento foi o ponto de partida para posteriormente a elaboração de outros roteiros de entrevistas.

A entrevista semiestruturada fundamenta-se em um roteiro básico apoiado em hipóteses previamente estabelecidas. As respostas desdobraram-se em novas indagações e novas hipóteses. A entrevista semiestruturada mantém a presença consciente do pesquisador no processo de entrevista (TRIVIÑOS, 1987). As perguntas tinham o propósito de identificar os fatores explicativos ou causais do fenômeno estudado. Pautou nossa preocupação, o uso adequado da linguagem, a estrutura e a sequência das perguntas no roteiro, bem como a consonância das perguntas com os objetivos da pesquisa.

Esse roteiro de entrevista que deu a direção do nosso diálogo, buscando as continuidades e descontinuidades nos modos de vidas cerradeiros e seus elos causais, exploravam as seguintes dimensões da realidade: a) os estímulos e desalento por parte das famílias para desenvolver o extrativismo como gerador de renda; b) a importância da RDS Veredas do Acari para viabilizar as atividades extrativistas de frutos do Cerrado; c) as restrições de uso dos recursos Naturais, da terra e dos territórios tradicionalmente ocupados na Zona de Amortecimento e interior do PESA e RDS Veredas do Acari; d) as formas de organização social para manutenção da cultura e do modo de vida tradicional; e) a real ameaça das restrições criadas pelas Unidades de Conservação à reprodução sociocultural dessas comunidades; e) a relação das comunidades com o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais; f) a maneira como esses grupos humanos se relacionam com o Cerrado local por meio das formas de utilização dos seus recursos para subsistência e geração de renda; g) o vínculo das comunidades cerradeiras com a Cooperativa Regional de Produtores Agrissilviextrativistas Sertão Veredas; e, h) os vínculos que os ligam ao lugar e ao mundo, dentre outros.

Segunda etapa da pesquisa de campo

Na segunda etapa da pesquisa de campo ocorrida entre 15 de abril e 03 de maio de 2013 e 13 de maio e 02 de junho de 2013, portanto 01 ano e 10 meses após a primeira etapa, efetuamos entrevistas junto a três técnicos rurais ligados a CoopSertão; o engenheiro agrônomo da CoopSertão; quatro Agentes de Desenvolvimento Rural Sustentável (ADRS); um ex-funcionário da Empresa Adiflor; e um ex-monitor do IEF que trabalhou durante oito anos na função e que tomava conta das terras de ex-latifundiário do município; o Presidente da Associação da Comunidade de São Félix; o Presidente da Associação Comunitária Rural São José do Barro Vermelho; o Presidente da Associação Comunitária Serra das Araras; dois monitores do Instituto Estadual de Floresta de Minas Gerais (IEF-MG); três ex-monitores do Instituto Estadual de Floresta de Minas Gerais (IEF-MG); um

atravessador do segmento de favela (Dimorphandra mollis)[6]; um atravessador do segmento do pequi e favela (Caryocar brasiliense Camb.); oito (8) agroextrativistas da comunidade Morro do Fogo; nove (9) agroextrativistas da comunidade Pequi; seis (6) agroextrativistas da comunidade São Félix; quatro (4) agroextrativistas da comunidade de Buraquinho; cinco (5) agroextrativistas da comunidade Pequi; e, dez (10) agroextrativistas do Distrito de Serra das Araras, sendo que dois moravam as margens do rio Feio, totalizando 42 agroextrativistas.

Ademais, realizamos novamente entrevista junto ao representante da CoopSertão; ao presidente da Associação da Comunidade Morro do Fogo; um ex-atravessador comprador de pequi e ex-produtor de carvão, os quais já haviam sido entrevistados na primeira pesquisa de campo em julho de 2011.

Na segunda etapa da pesquisa de campo foi utilizado como instrumento um roteiro de entrevista com questões abertas, o qual foi aplicado junto a um total de 42 famílias agroextrativistas situadas no interior e ZA do Parque Estadual Serra das Araras[7], do RDS Veredas do Acari e situada no corredor ecológico que liga o Parque Estadual Serra das Araras e o Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Importa dizer que todos os agroextrativistas entrevistados tinham raízes locais profundas, pois eram nascidos e criados nas comunidades, ou originavam-se de comunidades próximas, sobretudo dos municípios circunvizinhos de Januária-MG e São Francisco-MG.

Um segundo roteiro de entrevista foi aplicado junto ao presidente da cooperativa; aos técnicos e ao Engenheiro Agrônomo da CoopSertão. Um terceiro roteiro de entrevista foi aplicado junto ao Geógrafo monitor do IEF e que, por ocasião da entrevista estava responsável interinamente pelo Parque Estadual de Serra das Araras e RDS Veredas do Acari, aos monitores e ex-monitor do IEF e ao gerente das UCs estudadas.

[6] A favela (*Dimorphandra mollis*), espécie nativa de ampla distribuição no Cerrado é uma leguminosa de grande interesse para a indústria farmacêutica e cosmética, por isso vem sendo explorada pelos agroextrativistas das comunidades estudadas.

[7] Segundo o gerente do Parque, muitas famílias das comunidades Morro do Fogo e Barro Vermelho ainda estão dentro da Unidade de Conservação, ao passo que os membros entrevistados destas comunidades entendem que estão na Zona de Amortecimento.

Terceira etapa da pesquisa de campo

Na terceira etapa da pesquisa de campo, na ocasião de realização da Romaria e Festa de Santo Antônio – 10 a 16 de junho de 2014 entrevistamos pela segunda vez o gerente das duas Unidades de Conservação estudadas. Essa terceira ida à Chapada Gaúcha para pesquisa de campo, nos oportunizou suprir algumas dúvidas que se desdobraram da segunda etapa da pesquisa de campo, por meio de entrevistas com os principais membros das comunidades estudadas, pessoas também já entrevistadas na primeira e segunda etapa da pesquisa. Na ocasião realizamos uma revisão das informações que estes haviam fornecido o que nos possibilitou preencher diversas lacunas.

Também foram de grande relevância as conversas que tivemos com dezenas de pessoas nos bares, nas lanchonetes, nas vendas, nas feiras, nas pousadas, na igreja, na praça e outros espaços e ocasiões informais do cotidiano.

A desconfiança em relação ao estranho é sempre muito grande, acreditamos que, sobretudo, pela prática de atos considerados crimes, como o corte de madeira de lei, a prática da caça, o cultivo nas veredas e, inclusive, a produção de carvão em pequenas carvoarias familiares, ainda existentes em toda a região. Entretanto, o convívio que totalizou 65 dias, permitiu estabelecer com as comunidades, uma relação de confiança fundamental para o desvelamento de questões de grande relevância. Foi prova disso, que com o avançar dos dias, questões jamais reveladas para um estanho, foram sendo apresentadas espontaneamente, muitas vezes, mesmo sem que fossem perguntadas. Revelado nas falas está a cosmovisão da Natureza, os signos, as experiências, os saberes, os rancores e valores destas comunidades.

No processo dialógico com os Cerradeiros, nos encontramos em seus orbis imergido subjetivamente, mas como entendemo-nos expectador, distanciamos para fazer a análise, embora num vai-e-vem entre esses dois campos. Policiamo-nos pela prevalência da objetividade.

Ainda antes de iniciar a pesquisa, pressupomos uma dificuldade que teria que ser enfrentada e não tínhamos artifícios para sua superação até aquele momento. Com efeito, esta dificuldade nos ficou ainda mais clarividente quando elaboramos a primeira versão do questionário que seria aplicado junto aos extrativistas: a dificuldade referia-se ao ocultamento da identidade das pessoas que contribuiriam

com nossa investigação. Isso porque, entre os aspectos que buscávamos desvelar na presente investigação, estava o descumprimento da legislação ambiental pelos entrevistados, moradores dos UCs, particularmente no tocante a Lei 9.985/2000-SNUC. Uma vez revelado pelos entrevistados a prática das queimadas, da caça, da coleta de frutos, da extração de recursos Naturais, estaríamos desvelando, não só os modos de vida, mas as práticas “criminosas” destas comunidades perante aos olhos das autoridades, que muito embora não sejam vista de tal forma pelo pesquisador, pouco importa para a tradição positivista dos juristas e tecnocratas. No caso da natureza da presente investigação, ocorrida em comunidades tradicionais situadas “dentro” de uma UC específica, o problema descortinava-se mais complexo. A solução foi descortinada com a leitura da obra de Senhor Pierson, onde na nota 06, revela ter preservado o anonimato dos depoentes com o uso fictício de nomes de lugares. Em nossa pesquisa, consideramos que não seria possível usar o nome fictício para o Parque estudado, portanto, procederemos ao uso fictício para os entrevistados. Assim como Pierson sugere, qualquer que deseje verificar a veracidade de nossas constatações poderemos fornecer-lhe de bom grado.

Assim, optamos por preservar oculta a identidade dos entrevistados, mesmo tendo solicitado a todos o registro das gravações e/ou filmagens. Desse modo, são fictícios todos os nomes usados para designar os entrevistados. Para tanto, também não diferenciamos no texto “monitores” e “ex-monitores” do IEF de forma a garantir o anonimato, assim, ao longo do texto, todos serão apresentados como monitores do IEF. Não diferenciamos por gêneros aqueles entrevistados que, por alguma razão, foram qualificados, o que poderia permitir sua identificação, como: monitores, ADRS, presidentes de associação etc., de forma que foram todos mantidos no masculino. Apesar de ter apresentado no texto acima a descrição de algumas informações que permite identificar o entrevistado, não o fizemos no corpo do trabalho de maneira a não permitir a associação dessas informações ao codinome, mantendo assim o anonimato do entrevistado. O Quadro 01 resume as pessoas entrevistadas.

Quadro 01: Quadro dos entrevistados*

Senhor Dantas do Urucuia	Representante do IEF
Senhor Buritirano**	Representante do IEF
Senhor Araci Araçá	Monitor do IEF
Senhor Caroba Mulungu	Monitor do IEF
Senhor Alegrinho do Gaio Seco	Monitor do IEF
Senhor Velho Chico	Monitor do IEF
Senhor Firmino Cagaita	Monitor do IEF
Senhor Adriano Cachimbo	Agroextrativista, Representante da CoopSertão
Senhor Lundu Curraleiro	Agente de Desenvolvimento Rural Sustentável (ADRS) da CoopSertão
Senhor Anatalino Cabeça	Agente de Desenvolvimento Rural Sustentável (ADRS) da CoopSertão
Senhor Calengue Raizeiro	Agente de Desenvolvimento Rural Sustentável (ADRS) da CoopSertão
Senhor Sucupiro	Agente de Desenvolvimento Rural Sustentável (ADRS) da CoopSertão
Senhor Joãnico Pequizeiro	Técnico da CoopSertão
Senhor Pico dos Buracos	Técnico da CoopSertão
Senhor Antônio Dó	Técnico da CoopSertão
Senhor João Catador	Técnico da CoopSertão
Senhor Zito Catingueiro***	Técnico da CoopSertão
Senhor Nézim Umbuzeiro	Atravessador no segmento da favela
Senhor Bartolomeu Murici	Atravessador no segmento de pequi e favela
Senhor Francisco Baru	Ex-Atravessador no segmento do pequi e ex-produtor de carvão
Senhor Miguilim Gamela	Agroextrativista, Comunidade Morro do Fogo
Senhor Valdô Carinhanha	Agroextrativista, Comunidade Morro do Fogo
Senhor Miro Veredeiro	Agroextrativista, Comunidade Morro do Fogo
Senhor Caio Jatobá	Agroextrativista, Comunidade Morro do Fogo
Senhor Catireiro	Agroextrativista, Comunidade Morro do Fogo
Senhor Zefulô Buritizeiro	Agroextrativista, Comunidade São Félix
Senhor Calengue Raizeiro	Agroextrativista, Comunidade São Félix
Senhor Manuelzão	Agroextrativista, Comunidade São Félix

Quadro 01: Quadro dos entrevistados*

(continuação)

Senhor Joãozito Matraca	Agroextrativista, Distrito de Serra das Araras
Senhor Fulozinho Marolo	Agroextrativista, Distrito de Serra das Araras
Senhor Quinca do Alambique	Agroextrativista, Distrito de Serra das Araras
Senhora Totinha Peruaçú	Agroextrativista, Distrito de Serra das Araras
Senhor Baiano do Brejo	Agroextrativista, Distrito de Serra das Araras
Senhor Silvestre Matuto	Agroextrativista, Distrito de Serra das Araras
Senhora Diadorim Mutamba	Agroextrativista, Distrito de Serra das Araras
Senhor Félix Vaqueiro	Agroextrativista, Distrito de Serra das Araras
Senhor Pai Velho	Agroextrativista, rio Feio, Distrito de Serra das Araras
Senhor Crispim Carroceiro	Agroextrativista, rio Feio, Distrito de Serra das Araras
Senhor João Jacarandá	Agroextrativista, Quilombo Barro Vermelho
Senhor Paulo a Pique	Agroextrativista, Quilombo Barro Vermelho
Senhor Riobaldo Manzuá	Agroextrativista, Quilombo Barro Vermelho
Senhor Varginho Mangabeiro	Agroextrativista, Quilombo Barro Vermelho
Senhor Quiméro do Gaio Moiado	Presidente da Associação Comunitária
Senhor Miguilim Gamela	Presidente da Associação Comunitária
Senhor Calengue Raizeiro	Presidente Associação da Comunitária
Senhor Lundu Curraleiro	Presidente da Associação Comunitária
Senhor Pepeu ***	Quilombo Barro Vermelho
Senhor Nininho Xakriabá***	Quilombo Barro Vermelho
Senhor Cochá dos Cajueiros***	Quilombo Barro Vermelho
Senhor Taboca***	Quilombo Barro Vermelho
Senhor Divino***	Quilombo Barro Vermelho
Senhor Rafinha das Araras	Agroextrativista, Comunidade Pequi
Senhor Suçuá	Agroextrativista, Comunidade Pequi
Senhor Anatalino Cabeça	Agroextrativista, Comunidade Pequi
Senhor Palmeira dos Cocos***	Agroextrativista, Comunidade Pequi
Senhor Pererê Jatobá	Agroextrativista, Comunidade de Buraquinho
Senhor Patativa dos Gerais	Agroextrativista, Comunidade de Buraquinho
Senhor Quiméro do Gaio Moiado	Agroextrativista, Comunidade de Buraquinho
Senhor Adriano Cachimbo	Agroextrativista, Comunidade de Buraquinho
Senhor Euzébio Bate-caixa***	
Senhor Suari***	

Quadro 01: Quadro dos entrevistados*

(continuação)

Senhor Jacaranda***	
Senhor Veredinha***	
Senhor Maçaranduba**	
Véio Felão***	
Senhor Dejaniro Muriti***	
Senhor Sussuarino***	
Senhor Felino do Arraial ***	
Senhor Canindé	
Senhor Catulé***	
Senhor Mutambo***	
Senhora Tonica do Pacari	Agroextrativista, Quilombo Barro Vermelho,
Senhora Branca do Rosário	Agroextrativista, rio Feio, Distrito de Serra da Araras
Senhora Vó Maninha***	Agroextrativista, Comunidade São Félix
Senhora Jeni Papo	Agroextrativista, Comunidade São Félix
Senhora Sussa Sucupira	Agroextrativista, Comunidade São Félix
Senhora Rosa Guimarães	Agroextrativista, Comunidade São Félix
Senhora Neguinha Caliandra	Agroextrativista, Comunidade Morro do Fogo
Senhora Mariquinha Indaiá	Agroextrativista, Comunidade Morro do Fogo
Senhora Joinha Sambaíba	Agroextrativista, Comunidade Morro do Fogo
Senhora Rose Barueira	Agroextrativista, Comunidade Pequi
Senhora Nica do Acari	Agroextrativista, Quilombo Barro Vermelho
Senhora Mimi Bordadeira	Agroextrativista, Quilombo Barro Vermelho
Senhora Miúcha Fiadeira	Agroextrativista, Quilombo Barro Vermelho
Senhora Fava D'anta	Agroextrativista, Quilombo Barro Vermelho
Senhora Neuzita***	Agroextrativista
Senhora Filó***	Agroextrativista

* O Quadro oculta os verdadeiros nomes e apelidos pelos quais os entrevistados são conhecidos de forma que suas identidades foram preservadas.
** As passagens que mencionam o senhor Buritirano foram obtidas por ocasião da Mesa-Redonda que abordou o conflito no PESA durante o XIII Encontro do Povos do Grande Sertão-Veredas em julho de 2014.
*** Pessoas mencionadas no texto pelos entrevistados e que também tiveram suas identidades preservadas.

I

ORIGEM E CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA ÁREA DE ESTUDO

> "[...] Toleima. Todo boi, enquanto vivo, pasta. Razão e feijão, todo dia dão de renovar. A coragem que não faltasse; para engulir, a pôlpa de buriti e carnes de rês brava. [...]" (ROSA, 2006, p. 448)

O que buscaremos apresentar neste capítulo são as características gerais das atividades agropecuárias da Microrregião Geográfica de Januária-MG, com destaque para a nova fase de ocupação produtiva da região, com a chegada dos gaúchos e a criação do Projeto de Assentamento Dirigido à Serra das Araras (PADSA), que teve como proposta ocupar o "vazio" demográfico do sertão Noroeste de Minas Gerais.

Para tanto abordaremos aspectos relacionados às atividades agropecuárias, tais como: importância das lavouras temporárias e permanentes; pastagens naturais e pastagens plantadas; efetivo dos principais tipos de rebanho na região; número e área dos estabelecimentos agropecuários da Agricultura Familiar e Não Familiar[8]; número e área dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar por tipo de mão-de-obra e por grupo de área; grau de integração da Agricultura Familiar ao mercado; valor da produção vegetal e da produção animal nos estabelecimentos agropecuários com Agricultura Familiar; nível de instrução da pessoa que dirige o estabelecimento na Agricultura Familiar, crescimento populacional, crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no período entre 1999 e 2011, entre outros aspectos. Nesta primeira parte, a proposta é dar uma visão geral da dinâmica socioeconômica da região estudada.

Posteriormente, procuraremos elucidar o processo que deu origem ao Distrito de Chapada Gaúcha e, com sua autonomia política-administrativa, o município de Chapada Gaúcha e analisar suas características socioeconômicas, abordando

[8] O Censo Agropecuário de 2006 adotou o conceito de Agricultor Familiar definido pela Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006 e, por simplificação, designados de 'não familiares' os estabelecimentos que não se enquadram na definição trazida pela referida lei, englobando além das terras públicas e pequenos e médios agricultores que não se enquadraram, seja pelo limite de área ou de renda. A referida Lei estabelece no Art. 3º : "[...] considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família." De acordo com o inciso III e VI do § 2º do Art. 3º dessa mesma Lei, também é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural: "II - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores;" e VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º."

aspectos relacionados às atividades agropecuárias, tais como: importância das lavouras temporárias e permanentes; das pastagens naturais e pastagens plantadas; o efetivo dos principais tipos de rebanho na Agricultura Familiar e Não Familiar; tipo de mão-de-obra nos estabelecimentos com Agricultura Familiar; acréscimo populacional; densidade demográfica; índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM); perfil da renda das famílias incluídas no Cadastro Único; número de famílias beneficiária do Programa Bolsa Família; Produto Interno Bruto (PIB) municipal no período entre 1999 e 2011, entre outros aspectos.

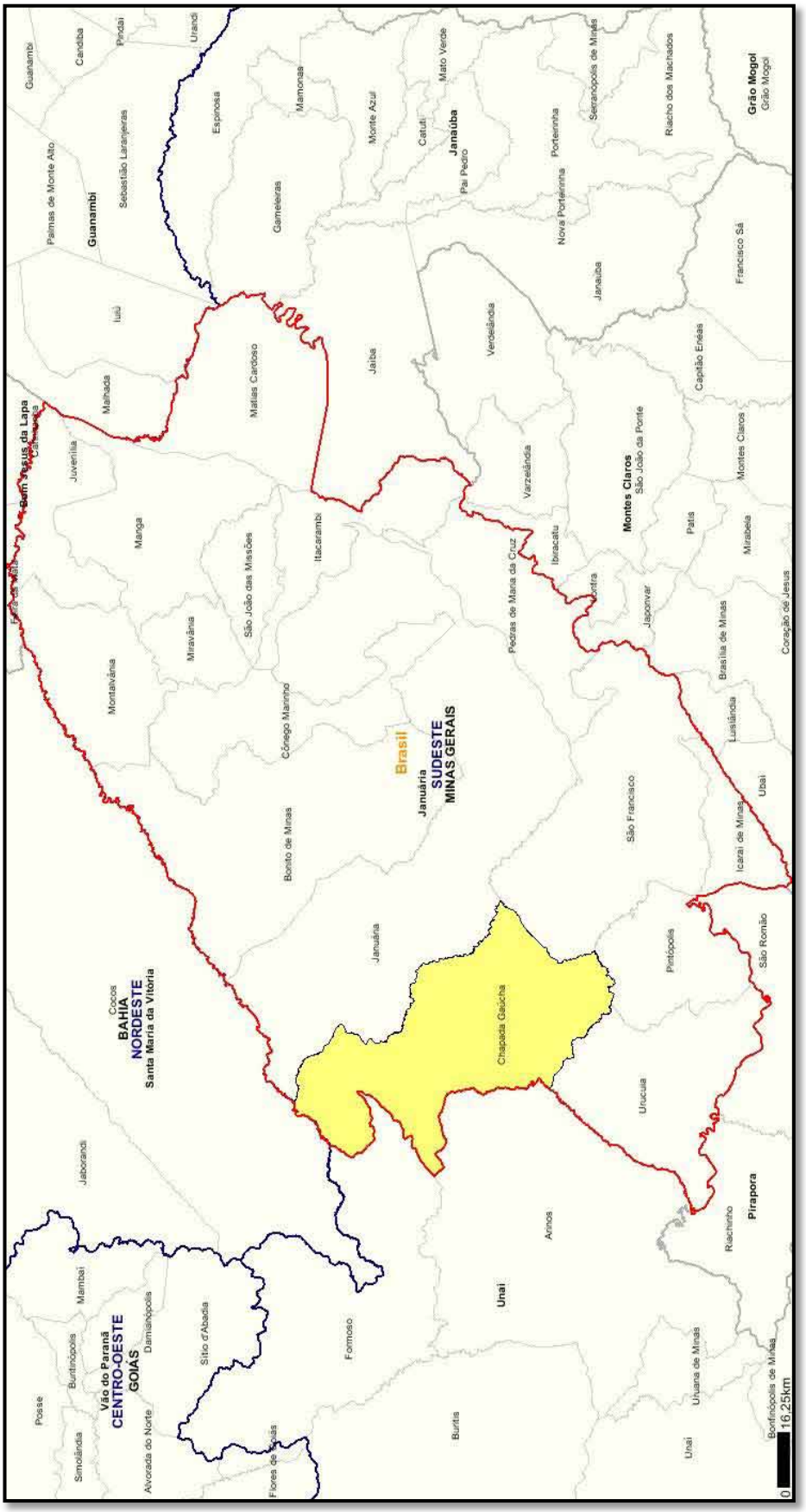
1.1 Caracterização socioeconômica da Microrregião Geográfica de Januária-MG.

A Microrregião Geográfica de Januária (MRG de Januária) faz parte da Mesorregião Norte de Minas Gerais. De acordo com o IBGE, em 2010 a MRG de Januária possuía população de 274.092 habitantes, sendo constituída por 16 municípios, abrangendo área total de 33.203 km². Dentre os municípios que a compõem estão: Bonito de Minas; Chapada Gaúcha; Cônego Marinho; Icaraí de Minas; Itacarambi; Januária; Juvenília; Manga; Matias Cardoso; Miravânia; Montalvânia; Pedras de Maria da Cruz; Pintópolis; São Francisco; São João das Missões e Urucuia (Figura 02).

O município de Januária, emancipado em 1833, é o principal centro cultural e econômico da Microrregião Geográfica de Januária-MG, sendo um importante centro histórico de Minas Gerais, localizado à beira do rio São Francisco. Possui diversas escolas com ensino médio, curso técnico, hospital, postos de saúde, hotéis e agências bancárias (FUNATURA, 2003). Atualmente possui cinco instituições de ensino superior[9], o que faz de Januária, no campo da educação, um polo que atrai pessoas de toda a região. É exatamente essa maior oferta de serviços que torna esse município um dos polos regionais e, portanto, a capital regional, exercendo certa polarização sobre os demais municípios que a compõe.

[9] Centro de Educação Integrada do Vale do São Francisco (CEIVA); Universidade Estadual de Minas Gerais, extensão de Montes Claros (UNIMONTES); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica do Norte de Minas Gerais (IFNMG); Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR); e, Escola Técnica Alto Médio São Francisco (FUNAM).

Figura 02: Localização do município de Chapada Gaúcha no estado de Minas Gerais e na Microrregião Geográfica de Januária-MG.



Fonte: IBGE, 2014.

Assim, o PIB do setor de serviços do município de Januária em 2011 representava 79%, seguido pelo setor industrial com 12% e pelo setor agropecuário com 9% (Tabela 01), refletindo a estrutura da economia mineira e brasileira que demonstram uma tendência de ganho de importância do setor terciário nas últimas décadas.

Tabela 01: PIB do município de Januária, do estado de Minas Gerais e do Brasil por setor em 2011 (em mil reais).

Setor	Januária	%	Minas Gerais	%	Brasil	%
Agropecuária	33.955	9	15.568.048	9	105.163.000	6
Indústria	44.069	12	54.306.183	32	539.315.998	29
Serviços	287.088	79	97.398.820	58	1.197.774.001	65
Total	**365.112**	100	**167.273.051**	100	**1.842.252.999**	100

Fonte: IBGE 2011, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.
Org. Robson Munhoz de Oliveira

O PIB municipal cresceu 223% entre 1999 e 2011, com destaque para o setor terciário que apresentou crescimento de 271% no período, seguido pelo setor industrial com crescimento de 249% e setor agropecuário com crescimento de 47%. Depreende-se ainda da Tabela 02 que o setor agropecuário perdeu sua posição de importância para o setor industrial.

Tabela 02: Crescimento do PIB do município de Januária por setor entre 1999 a 2011 (em mil reais).

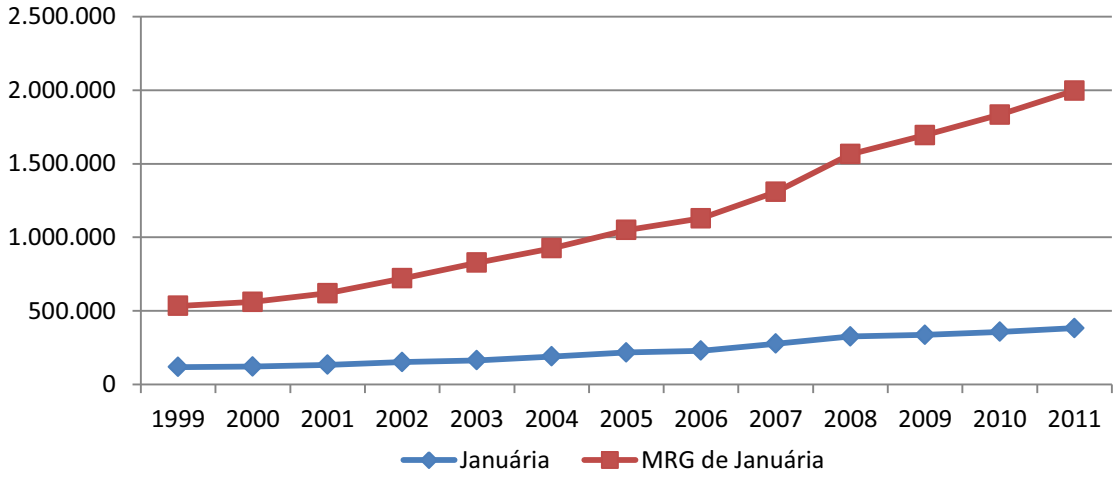
	1999	2011	Cresc. no período	%
Agropecuária	23.125	33.955	10.830	47
Indústria	12.619	44.069	31.450	249
Serviço	77.324	287.088	209.764	271
Impostos sobre produtos líquidos de subsídios	5.271	17.576	12.305	233
Total	**118.339**	**382.688**	**264.349**	**223**

Fonte: IBGE 1999 e 2011 em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.
Org. Robson Munhoz de Oliveira

Quando realizamos a comparação entre a evolução do PIB municipal com o da MRG de Januária, observamos que o município vem perdendo peso relativo em face do ritmo mais acelerado do PIB regional (Figura 03) de tal maneira que reduziu sua participação de 28,5% em 1999 para 23,7% em 2011 (Tabela 03). O

crescimento do PIB do município de Januária no período entre 1999 e 2011 foi de 233%, desempenho inferior à Microrregião que foi de 288% (Tabela 04).

Figura 03: Produto Interno Bruto do Município de Januária e Microrregião Geográfica de Januária entre 1999 e 2011 (em mil Reais)



Fonte: IBGE 1999 e 2011, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA Org. Robson Munhoz de Oliveira

Tabela 03: Evolução da participação do PIB de Januária no PIB da MRG entre 1999 e 2011 (em mil reais)

	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011
MRG de Januária	415.612	486.357	663.510	832.106	1.030.530	1.356.931	1.613.798
Município de Januária	118.339	133.542	164.342	217.305	277.245	337.440	382.687
Participação do Município na MRG	28,5%	27,5%	24,8%	26,1%	26,9%	24,9%	23,7%

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.
Org. Robson Munhoz de Oliveira

Tabela 04: Crescimento do PIB na MRG de Januária e município de Januária e entre 1999 a 2011 (mil reais)

	1999	211	Cresc. no período	%
Município de Januária	118.339	382.688	264.349	223
MRG de Januária	415.612	1.613.798	1.198.186	288

Fonte: IBGE 1999 e 2011 em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.
Org. Robson Munhoz de Oliveira

Quando observamos a participação do PIB da MRG de Januária no PIB de Minas Gerais entre 1999 e 2011, observamos a perda de 0,04 % no período passando de 0,46% para 0,42, enquanto para o país a participação da MRG se mantem estável em 0,040%.

Na comparação, o PIB da MRG cresceu 0,7% a menos que o PIB nacional e 12,2% a menos que o PIB estadual no período de 12 anos, o que demonstra desempenho semelhante ao conjunto do país e não muito inferior ao estadual, sendo que neste último caso, ficou abaixo 1% ao ano em média. (Tabela 05).

Tabela 05: Produto Interno Bruto a preços correntes, Brasil, Minas Gerais e MRG de Januária 1999 a 2011 (em mil reais).

	1999	2011	Crescimento no período	%
Brasil	1.064.999.712	4.143.013.337	3.078.013.625	289,0
Minas Gerais	89.789.782	386.155.622	296.365.840	330,1
MRG Januária - MG	415.612	1.613.798	1.198.186	288,3

Fonte: IBGE, 1999 e 2011, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.
Org. Robson Munhoz de Oliveira

Em 2010, a MRG de Januária-MG possuía uma densidade demográfica de 8,93 hab./km^2, bastante inferior à média do estado, que nesse mesmo ano era de 33,41 hab./km^2. Essa menor densidade demográfica é determinada e determinante para a manutenção do Cerrado e do modo de vidas de Populações Tradicionais e, por conseguinte, para a criação de Unidades de Conservação, questões que retomaremos ao longo do trabalho.

Entre 2000 e 2010 a população da MRG de Januária passou de 257.072 para 274.092, com acréscimo de 6,2% no período. Esse incremento populacional ficou aquém do aumento estadual que foi de 9,5% e do nacional que foi de 12,3%. Os maiores destaque foram o município de Chapada Gaúcha e Urucuia que apresentaram acréscimos de 32,7% e 29,3%, respectivamente, fato que está relacionado com o recente dinamismo no setor agrícola desses municípios.

A MRG de Januária possui 56% da população residindo no espaço rural, o que é sensivelmente superior ao índice estadual e nacional que é de 14,7% e 15,6%, respectivamente (Tabela 06).

Tabela 06: Dinâmica populacional entre 2000 e 2010, população rural e urbana e habitantes por km^2 para os municípios da MRG de Januária-MG.

Município	2000	2010	2000/2010 %	Urbana	%	Rural	%	Hab./Km^2
Chapada Gaúcha	7.270	10.805	32,7	5.761	47	5.044	53	3,32
Cônego Marinho	6.477	7.101	8,8	1.915	73	5.186	27	4,32
Bonito de Minas	7.863	9.673	18,7	2.209	77	7.464	23	2,48
Icaraí de Minas	9.315	10.746	13,3	2.986	72	7.760	28	17,18
Itacarambi	17.455	17.720	1,5	13.799	22	3.921	78	14,46
Januária	63.605	65.463	2,8	41.322	37	24.141	63	9,83
Juvenília	7.148	5.708	-25,2	4.392	23	1.316	77	5,36
Manga	21.959	19.813	-10,8	13.848	30	5.965	70	10,16
Matias Cardoso	8.600	9.979	13,8	5.136	49	4.843	51	5,12
Miravânia	4.187	4.549	8,0	1.079	76	3.470	24	7,55
Montalvânia	16.031	15.862	-1,1	10.239	35	5.623	65	10,55
Pedras de Maria da Cruz	8.871	10.315	14,0	6.328	39	3.987	61	6,76
Pintópolis	6.949	7.211	3,6	2.532	65	4.679	35	5,87
São Francisco	51.497	53.828	4,3	34.204	36	19.624	64	16,27
São João das Missões	10.230	11.715	12,7	2.446	79	9.269	21	17,27
Urucuia	9.615	13.604	29,3	6.165	55	7.439	45	6,55
Total	**257.072**	**274.092**	**6,2**	**154.361**	**44**	**119.731**	**56**	**8,93**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 e 2010.
Org. Robson Munhoz de Oliveira

A alta proporção de população morando na área rural dos municípios que compõe a MRG de Januária justifica a importância de políticas públicas que atendam aos anseios da população do campo.

De acordo com a série histórica dos dados de Produção Agrícola Municipal realizada entre 1990 e 2012, da Pesquisa Pecuárias Municipais realizadas entre 1995 e 2012 e dos Censos Agropecuários de 1995 e 2006 do IBGE, as atividades agropecuárias na Microrregião Geográfica de Januária-MG referem-se às lavouras temporárias, permanentes, pastagens naturais e plantadas.

Analisando o efetivo dos principais tipos de rebanho na região, constatamos que bovino, suíno, ovino, galinhas e galos, frangas, frangos e pintos, obtiveram elevação no período entre 1990 e 2012, com destaque para o efetivo de bovino que teve aumento de 266.339 cabeças, representando um acréscimo de 56,42%, conforme se verifica na Tabela 07. Esses dados confirmam que a pecuária bovina continua sendo importante na região desde seu processo de formação Socioespacial.

Tabela 07: Efetivo dos rebanhos por cabeças e tipo de rebanho na Microrregião Geográfica de Januária-MG entre 1995 e 2012

	1990	1995	2000	2005	2010	2012
Bovino	471.995	486.311	420.147	569.058	636.839	738.334
Equino	46.960	50.487	34.936	33.504	25.448	25.963
Muar	19.850	20.824	8.304	8.900	4.173	4.538
Suíno	41.334	33.759	34.791	38.870	49.633	50.270
Caprino	11.050	6.097	3.991	9.582	7.445	6.958
Ovino	6.867	3.487	2.423	5.294	11.459	9.230
Galinhas	149.618	124.204	139.059	145.569	164.668	159.143
Galos, frangas, frangos e pintos	196.700	180.400	231.933	267.910	297.976	305.095

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal, 1990, 1995, 2000, 2005, 2010 e 2012.
Org. Robson Munhoz de Oliveira

Se tomarmos por referência a definição de Modulo Fiscal[10] para a MRG de Januária que é de 65 ha e que em conformidade com o Art. 4º da Lei nº 8.629/1993, a qual define que os imóveis rurais entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais são considerados “Pequenas Propriedades”, conclui-se que no caso da MRG de Januária, são pequenos os imóveis rurais que tem até 260 ha. Assim, considerando os dados acerca do número de estabelecimentos por Grupo de Área disponível no Censo Agropecuário, verifica-se que os estabelecimentos entre 1 (um) e menos de 200 ha, possuíam em 1995/96, um total de 720.810 cabeças do efetivo dos rebanhos, o que representava 67,12% do total, demonstrando que essa é uma atividade importante na região, mas em especial para as Populações Cerradeiras, as quais estão incluídas entre esses pequenos estabelecimentos, conforme se observa na Tabela 08.

[10] O módulo fiscal de cada município, expresso em hectares, é determinado levando-se em conta os fatores elencados no Art. 50 da Lei Nº 6.746/1979.

Tabela 08: Efetivo dos rebanhos por grupos de área total na Microrregião Geográfica de Januária-MG em 1995/96.

	Número de Cabeças	%
Menos de 1 ha	15.138	1,41
1 a menos de 2 ha	17.734	1,65
2 a menos de 5 ha	81.226	7,56
5 a menos de 10 ha	72.180	6,72
10 a menos de 20 ha	100.578	9,37
20 a menos de 50 ha	197.764	18,42
50 a menos de 100 ha	138.637	12,91
100 a menos de 200 ha	112.691	10,49
200 a menos de 500 ha	110.697	10,31
500 a menos de 1.000 ha	64.061	5,97
1.000 a menos de 2.000 ha	52.098	4,85
2.000 a menos de 5.000 ha	62.216	5,79
5.000 a menos de 10.000 ha	32.146	2,99
10.000 a menos de 100.000 ha	16.651	1,55
100.000 ha e mais	-	-
Total	1.073.869	100,00

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 1996.
Org. Robson Munhoz de Oliveira

Se tomarmos apenas o efetivo do rebanho bovino em 1995/96, o mais importante na região, como foi mostrado, a concentração permanece no grupo de área entre 1 (um) e menos de 200 ha, os quais representam 43,67%.

No que toca à área e ao número de estabelecimentos com pastagens, verificou-se que apesar de as pastagens naturais serem amplamente utilizada na região em uma modalidade de cria de bovinos denominada de “solta” que ocorre em territórios de uso comum, observa-se que as pastagens plantadas são ainda superiores, sendo que existem 2,54 ha de pastagens plantadas para cada 1 (um) ha de pastagens naturais, ou seja, dos 507,741 ha com pastagens na região, as pastagens plantadas representam 72% e as pastagens naturais representam 28%. Entretanto, em Bonito de Minas, Chapada Gaúcha e Urucuia, as pastagens naturais são predominantes (Tabela 09).

Tabela 09: Área e número de estabelecimentos com pastagem natural e plantada para os municípios da MRG de Januária-MG em 2006.

	Pastagem Natural				Pastagem Plantada					
	Área	**%**	**Nª Estab.**	**%**	**Área**	**%**	**Nº Estab.**	**%**	**Área Total**	**Nº Total Estab.**
Bonito de Minas	12.452	70	335	39	5.231	30	534	61	17.683	869
Chapada Gaúcha	17.104	79	397	59	4.506	21	272	41	21.610	669
Cônego Marinho	1.858	29	165	32	4.562	71	352	68	6.420	517
Icaraí de Minas	364	2	35	4	18.098	98	892	96	18.462	927
Itacarambi	1.069	4	33	13	23.739	96	213	87	24.808	246
Januária	19.808	36	821	33	35.399	64	1675	67	55.207	2.496
Juvenília	3.199	13	56	13	22.295	87	377	87	25.494	433
Manga	5.885	13	221	16	39.730	87	1185	84	45.615	1.406
Matias Cardoso	15.662	32	197	35	33.273	68	359	65	48.935	556
Miravânia	2.088	19	88	14	9.051	81	546	86	11.139	634
Montalvânia	6.483	17	149	17	30.598	83	742	83	37.081	891
Pedras de Maria da Cruz	3.936	9	121	19	41.547	91	513	81	45.483	634
Pintópolis	8.208	40	331	33	12.318	60	679	67	20.526	1.010
São Francisco	13.212	18	747	25	61.162	82	2252	75	74.374	2.999
São João das Missões	1.484	19	316	32	6.337	81	667	68	7.821	983
Urucuia	30.511	65	466	45	16.572	35	561	55	47.083	1.027
Total	**143.323**	**28**	**4.478**	**27**	**364.418**	**72**	**11.819**	**73**	**507.741**	**16.297**

Fonte: Censo Agropecuário de 2006.
Org. Robson Munhoz de Oliveira

Em 2012 a área total colhida com culturas temporárias perfaziam 51.183 ha, sendo as mais significativas: a soja em grão com 23.376 ha, o milho em grão com 9.310 ha, a mandioca com 5.900 ha, a cana-de-açúcar com 5.572 ha e o feijão em grão com 4.284 ha (Tabela 10).

Tabela 10: Área colhida com lavouras temporárias na Microrregião Geográfica de Januária-MG entre 1990 e 2012 (ha)

	1990	1995	2000	2005	2010	2012
Algodão herbáceo (em caroço)	14.997	1.402	294	2.485	20	40
Arroz (em casca)	6.554	4.109	3.361	3.970	2.870	983
Cana-de-açúcar	5.000	4.537	4.950	4.470	5.710	5.572
Fava (em grão)	4.405	2.711	55	120	124	119
Feijão (em grão)	9.929	16.690	16.490	9.123	10.297	4.284
Mamona (baga)	2.100	90	2.390	1.638	3.170	761
Mandioca	9.082	5.528	6.300	5.175	7.090	5.900
Melancia	630	350	135	279	260	230
Milho (em grão)	19.110	20.300	20.720	18.379	19.666	9.310
Soja (em grão)	8.020	2.000	12.500	8.800	16.530	23.376
Sorgo (em grão)	-	-	390	250	820	332
Tomate	2	245	250	392	377	222
Total	80.153	58.164	68.068	55.193	67.270	51.183

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal 1990, 1995, 2000, 2005, 2010 e 2012.
Org. Robson Munhoz de Oliveira

A área total colhida das culturas temporárias apresentou forte queda, ou seja, redução de 63,86% no período analisado: de 80.153 ha em 1990 para 51.183 ha em 2012. A redução da área colhida de algodão herbáceo, arroz, fava, feijão, mamona, mandioca, melancia e milho foram parcialmente compensadas pelo aumento da área colhida com soja.

Depreende-se desse processo uma expansão da cultura empresarial, no caso a soja, de um lado, e uma retração da área das culturas tradicionalmente cultivadas no âmbito da Agricultura Familiar, por outro. Essa afirmativa de que houve redução das áreas das culturas que são representativas no âmbito da Agricultura Familiar, é corroborada pelos dados do Censo Agropecuário de 2006, que permitem identificar que esse segmento, apesar de deter apenas 31,98% da área dos estabelecimentos agropecuários, contra 68,02% dos Não Familiares, respondia em 2006, por 61% da área plantada com feijão, 82,80% com mandioca, 68,30% com milho e apenas com 11,35% com soja.

Por sua vez, em 2012 a área colhida com culturas permanentes perfazia um total de 5.766 ha, sendo as mais significativas: a banana com 2.441 ha, seguida pelo café com 1.310 ha, limão com 727 ha e manga com 616 ha, sendo que todas as demais culturas permanentes ocupam área inferior a 250 ha (Tabela 11). Todas elas apresentaram lenta evolução, com destaque para área colhida com banana que, ao

longo da década de 1990 e início de 2000, apresentou certo destaque no conjunto da produção de culturas permanentes. Nenhuma delas se revelou, segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006, relevante para a Agricultura Familiar.

Tabela 11: Área colhida das lavouras permanentes na Microrregião Geográfica de Januária - MG entre 1990 e 2012 (ha)

	1990	1995	2000	2005	2010	2012
Banana (cacho)	30	247	240	1.896	2.111	2.441
Café (em grão) Total	-	75	1.176	1.217	1.335	1.310
Coco-da-baía	57	59	8	170	155	145
Goiaba	-	-	1	18	33	23
Laranja	351	370	372	88	55	52
Limão	35	41	5	176	399	727
Mamão	14	9	5	72	64	261
Manga	129	149	36	355	842	616
Maracujá	-	-	3	34	51	30
Tangerina	30	28	7	37	13	8
Urucum (semente)	-	-	-	20	200	80
Uva	-	35	81	19	-	-
Total	679	1.047	1.934	4.102	5.261	5.766

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 1990, 1995, 2000, 2005, 2010 e 2012.
Org. Robson Munhoz de Oliveira

Em relação ao total de árvores de espécies silvícolas em 1995, foram registrados 50.122.349 árvores, a quase totalidade, ou seja, 99,95% eram de eucalipto, sendo que 70% estavam no grupo de área entre 10.000 a menos de 100.000 ha e 25,94% estavam no estrato entre 5.000 a menos de 10.000 ha, o que demonstra que esta é uma atividade predominante de larga escala (Tabela 12).

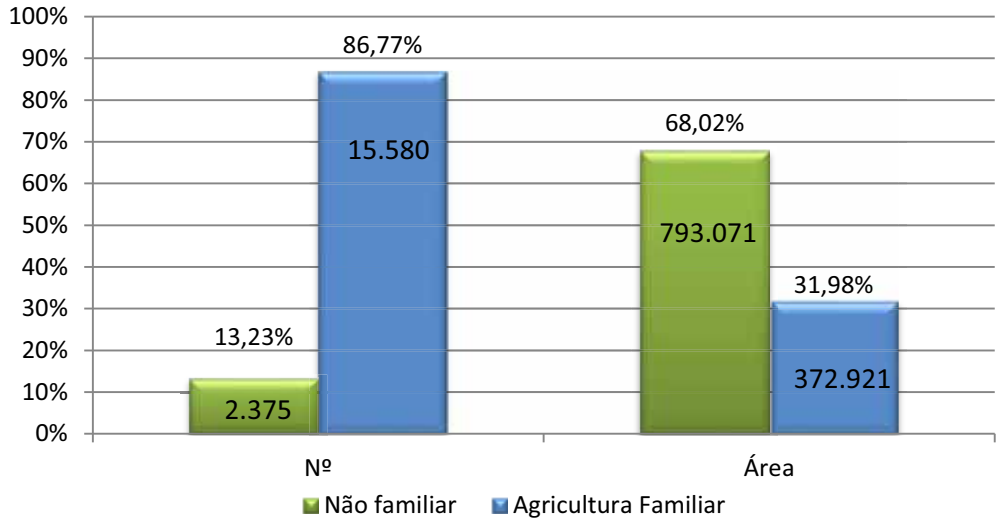
Tabela 12: Número de pés de eucalipto por grupos de área total na Microrregião Geográfica de Januária em 1995

	Número de árvores	Percentual de árvores (%)
Menos de 1 ha	-	-
1 a menos de 2 ha	-	-
2 a menos de 5 ha	1.009	0
5 a menos de 10 ha	10	0
10 a menos de 20 ha	-	-
20 a menos de 50 ha	12	0
50 a menos de 100 ha	4	0
100 a menos de 200 ha	6	0
200 a menos de 500 ha	150	0
500 a menos de 1.000 ha	-	-
1.000 a menos de 2.000 ha	1.866.400	3,7
2.000 a menos de 5.000 ha	-	-
5.000 a menos de 10.000 ha	13.000.000	25,9
10.000 a menos de 100.000 ha	35.229.758	70
100.000 ha e mais	-	-
Total	**50.097.349**	**100**

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 1995/96.
Org. Robson Munhoz de Oliveira

De acordo com o IBGE, a Microrregião Geográfica de Januária possuía em 2006 um total de 17.995 estabelecimentos agropecuários abrangendo uma área de 116.599.200 ha, sendo que deste total, 15.580 (86,77%) dos estabelecimentos foram caracterizados como pertencente ao grupo da Agricultura Familiar, os quais abarcavam área de 372.921 ha (31,98%), ao passo que apenas 2.375 (13,23%) foram caracterizados como Não Familiar, abarcando área de 793.071 ha (68,02%) o que demonstra uma concentração fundiária (Figura 04).

Figura 04: Número e área dos estabelecimentos agropecuários por condição do produtor na Microrregião Geográfica de Januária – MG em 2006



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006. Org. Robson Munhoz de Oliveira

A partir dos dados foi verificado que na MRG de Januária-MG, a média da área dos estabelecimentos agropecuários Não Familiares é de 334 ha, ao passo que o da Agricultura Familiar é de 24 ha (Tabela 13). Como se vê, neste último caso, a área média está 41 ha abaixo do módulo fiscal que é de 65 ha para a MRG de Januária, portanto, uma área extremamente reduzida, seja para a produção de subsistência das famílias, seja para a produção comercial, especialmente quando se considera as características econômicas da região. Por essa razão, o uso dos territórios tradicionalmente ocupados pelos cerradeiros, atualmente convertido em monoculturas de eucalipto e UCs, era tão fundamental para a manutenção da sociabilidade das Populações Cerradeiras extrativistas, grupo que, por definição, está contemplado entre os Agricultores Familiares, questão que será retomada mais adiante.

É importante dizer que o segmento estudado na presente pesquisa denominado doravante de “Cerradeiro”, caracteriza-se por não empregar mão-de-obra externa à família (item 3 deste capítulo), o que nos permite acreditar que o grupo de “Agricultores Familiares” que utiliza “Só mão-de-obra familiar”, de acordo com a classificação do IBGE, engloba o grupo social estudado na presente tese. Assim, se tomarmos o segmento que utiliza “Só mão-de-obra familiar”, observaremos que a área média dos estabelecimentos agropecuários é ainda menor, ou seja, de 21 ha (Tabela 13). De uma maneira geral, a média da área entre

todos os segmentos discriminados por tipo de mão-de-obra no interior do grupo da Agricultura Familiar, não apresenta forte discrepância, como ocorre quando comparamos com o grupo de “Não Familiares”, cuja área média é de 334.

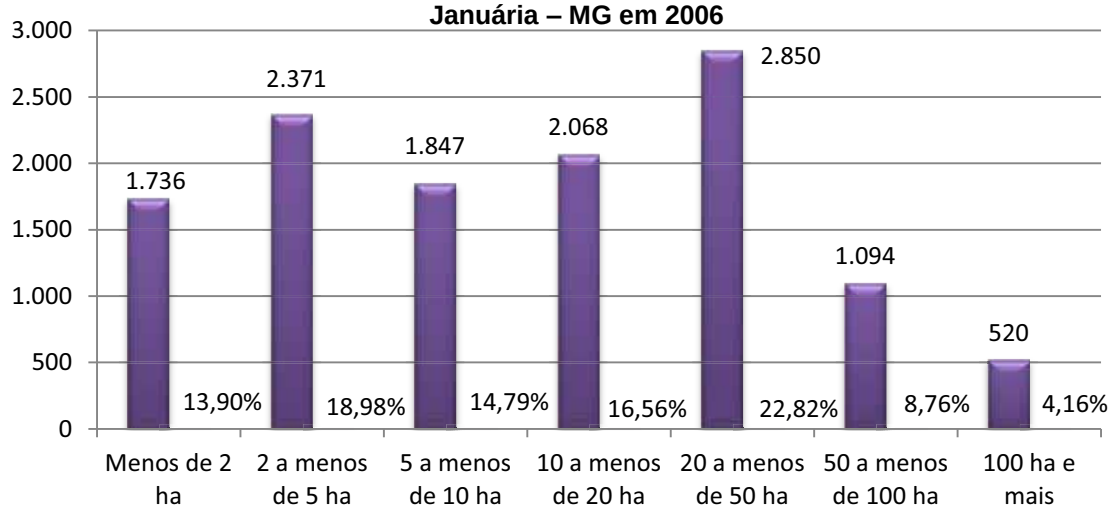
Tabela 13: Média da área dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar por tipo de mão-de-obra na Microrregião Geográfica de Januária – MG em 2006.

	Número	Área (ha)	Média da área (ha)
Só mão-de-obra familiar	13.971	298.883	21
Mão-de-obra familiar e empregado temporário	983	43.186	43
Mão-de-obra familiar, empregado temporário e empregado permanente	351	16.356	46
Mão-de-obra familiar e serviço de empreitada	349	14.484	41
Mão-de-obra familiar e demais combinações	880	28.204	32
Total	16.534	401.113	24

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006.
Org. Robson Munhoz de Oliveira

Constatamos ainda que dos 12.486 estabelecimentos agropecuários registrados pelo Censo Agropecuário de 2006 na região, 10.872 (87,5%) enquadram-se nos grupos de áreas com menos de 50 ha, o que demonstra o peso quantitativo desse segmento normalmente associado às famílias cerradeiras (Figura 05).

Figura 05: Número e percentual de estabelecimentos agropecuários com agricultura por grupo de área na Microrregião Geográfica de Januária – MG em 2006

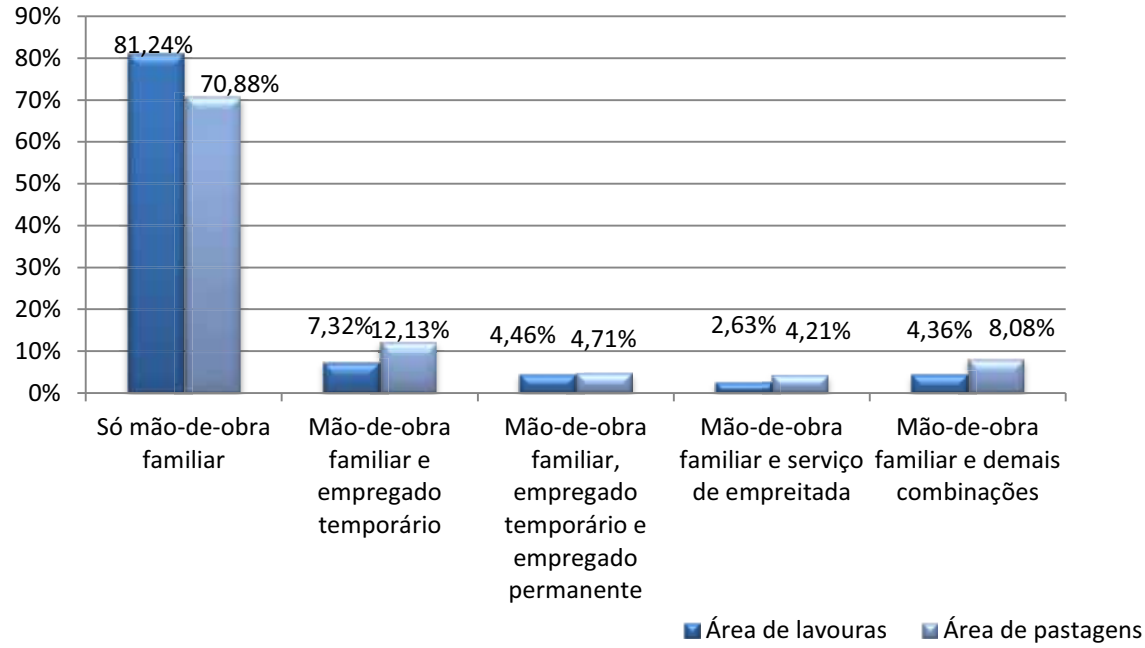


Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006 Org. Robson Munhoz de Oliveira.

Apesar da reduzida área dos estabelecimentos agropecuários que representam a Agricultura Familiar - em média de 24 ha -, estes possuem importante

participação na área com lavoura e pastagem, mais uma vez com destaque para o segmento que utiliza “Só mão-de-obra familiar”, que com área média de 21 ha, responde por 81,24% da área com lavoura e 70,88% da área com pastagem (Figura 06).

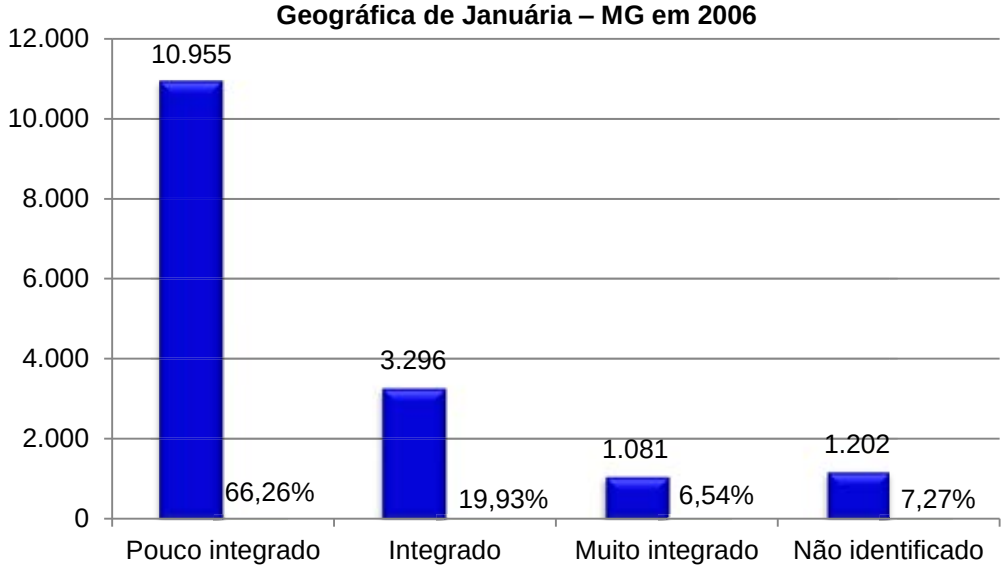
Figura 06: Percentual da área com lavouras e pastagem nos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar por tipo de mão-de-obra na Microrregião Geográfica de Januária – MG em 2006



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006. Org. Robson Munhoz de Oliveira

Quando se analisa, com base no Censo Agropecuário de 2006, o grau de integração com o mercado dos estabelecimentos com Agricultores Familiares na MRG de Januária, observa-se a predominância daqueles do grupo “Pouco integrado”, representando 10.955 (66,26%) do total de estabelecimentos (Figura 07), dentre estes 9.528 (86,97%) estabelecimentos utilizam-se “Só da mão-de-obra familiar”. Neste segmento é comum a produção agropecuária, destinada primeiramente ao autoconsumo e, esporadicamente, à produção de excedentes para o mercado (IBGE, 2006).

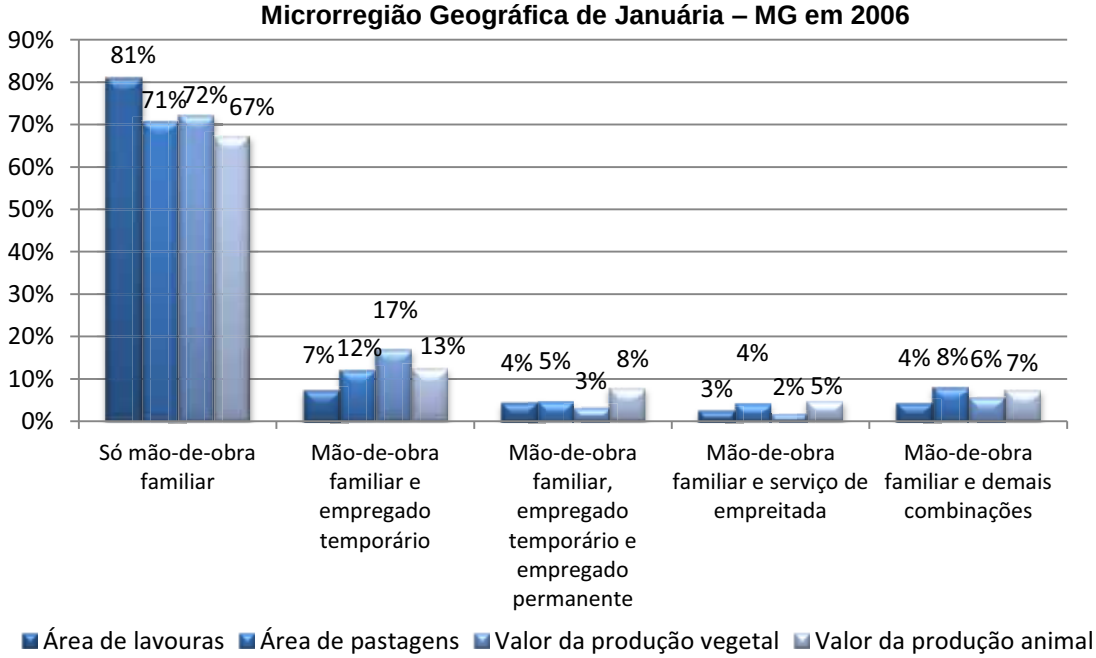
Figura 07: Número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar por grau de especialização na Microrregião Geográfica de Januária – MG em 2006



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006. Org. Robson Munhoz de Oliveira

A área de lavoura, pastagem, valor da produção vegetal e valor da produção animal nos estabelecimentos agropecuários com Agricultura Familiar é majoritariamente representada pelo grupo que utiliza “Só mão-de-obra familiar”, os quais participam com 81%, 71%, 72% e 67%, respectivamente (Figura 08).

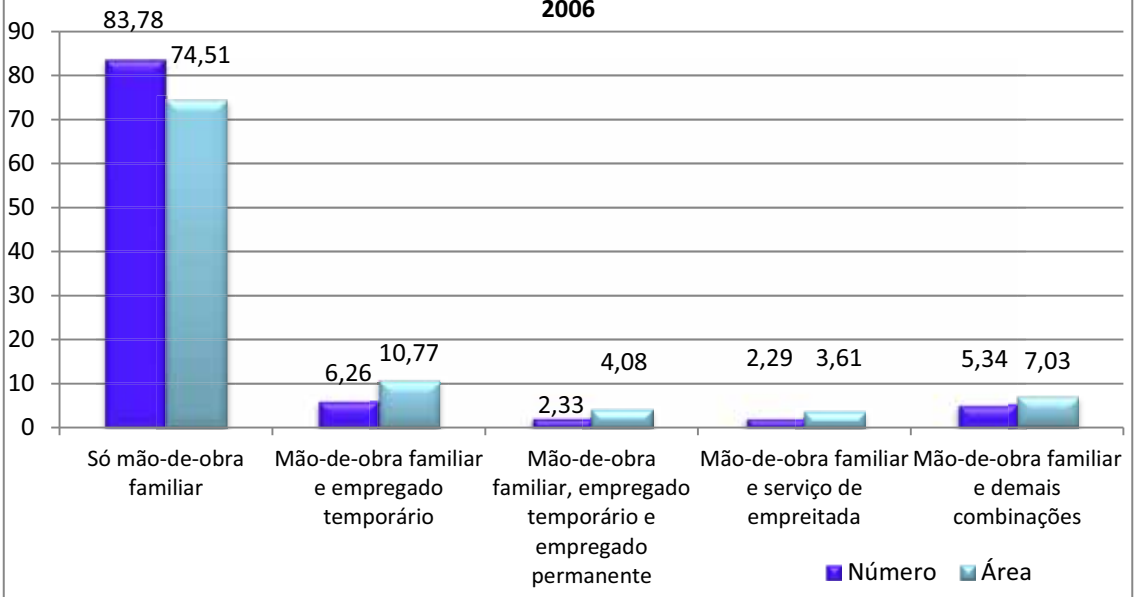
Figura 08: Percentual da área de lavouras, pastagens, valor da produção e valor da produção animal nos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar por tipo de mão-de-obra na Microrregião Geográfica de Januária – MG em 2006



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006. Org. Robson Munhoz de Oliveira

Esse peso mais significativo também é explicado pela maior participação da área e do número de estabelecimentos representado por este segmento que utiliza “Só mão-de-obra familiar”, ou seja, 12.486 (83,78%), de um total de 14.903 estabelecimentos agropecuários com Agricultura Familiar e 298.883 ha (74,51%) de uma área total de 401.113 ha com Agricultura Familiar (Figura 09).

Figura 09: Percentual do número e área dos estabelecimentos agropecuários por tipo de mão-de-obra na Microrregião Geográfica de Januária – MG em 2006



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006. Org. Robson Munhoz de Oliveira

Dentre os 17.955 Agricultores Familiares identificados pela pesquisa do Censo Agropecuário de 2006, 42,6% possuíam o “Ensino fundamental incompleto”, 28,91% “Não sabe ler nem escrever” e 12,83% não estudaram, “mas sabem ler e escrever” e 5,82% foram “Alfabetizados depois de adulto”. Deste modo, conforme se observa na Tabela 14, o peso relativo daqueles Agricultores Familiares que concluíram o ensino médio e curso superior é pouco significativo.

Tabela 14: Número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar segundo o nível de instrução da pessoa que dirige o estabelecimento na MRG de Januária – MG em 2006.

Nível de instrução da pessoa que dirige o estabelecimento	Nº Estab.	%
Ensino fundamental incompleto (1º grau)	7.649	42,60
Não sabe ler e escrever	5.190	28,91
Nenhum, mas sabe ler e escrever	2.304	12,83
Ensino fundamental completo (1º grau)	1.045	5,82
Alfabetização de adultos	786	4,38
Ensino médio ou 2º grau completo (outro)	565	3,15
Ensino médio ou 2º grau completo (técnico agrícola)	233	1,30
Engenheiro agrônomo	20	0,11
Veterinário	5	0,03
Zootecnista	2	0,01
Engenheiro florestal	-	-
Outra formação superior	156	0,87
Total	17.955	100,00

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006. Org. Robson Munhoz de Oliveira

Como pode ser visto, a MRG de Januária é fortemente caracterizada pela Agricultura Familiar que pratica a policultura, tendo como principais lavouras: o feijão, o milho e a mandioca, além da criação de gado, prática ainda corriqueira em pastos naturais em áreas de uso comum.

Embora não seja capturada pelas pesquisas oficiais, em pesquisa de campo foi possível perceber que se constitui em importante atividade econômica na MRG, a venda em escala bastante reduzida de farinha de mandioca, polvilho, doces de frutos nativos, hortifrutigranjeiros, pimentas, queijos, beiju, biscoitos, conservas etc. os quais são comercializados em feiras e na própria propriedade.

Igualmente não capturado pelos dados oficiais, a produção extrativista em pequena escala de frutos nativos do cerrado é bastante difundida na MRG de Januária. Considerando essa indisponibilidade de dados para a realização da tarefa de caracterizar o segmento extrativista na MRG de Januária, nos valeremos das informações contidas no "Plano[11] de Desenvolvimento Territorial de Base

[11] O **Plano teve** duração entre 2008 e maio de 2014 e teve por objetivo geral: "Promover o desenvolvimento da região em bases sustentáveis e integrado ao manejo das unidades de conservação e demais áreas protegidas do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu." Seus objetivos específicos eram: **"Promover a gestão integrada das unidades de conservação e demais áreas protegidas do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu; Promover a implementação de práticas voltadas para o extrativismo vegetal racional, geradora de renda para os produtores e compatíveis com a proteção das unidades de conservação; Promover o desenvolvimento do turismo ecocultural sustentável na região, de forma a valorizar as tradições culturais e as riquezas naturais."** (FUNATURA, 2008) **Segundo a Funatura (2008) a proposta de trabalhar com**

Conservacionista do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu" realizado sob a coordenação da **Fundação Pró-Natureza**[12] **(FUNATURA).**

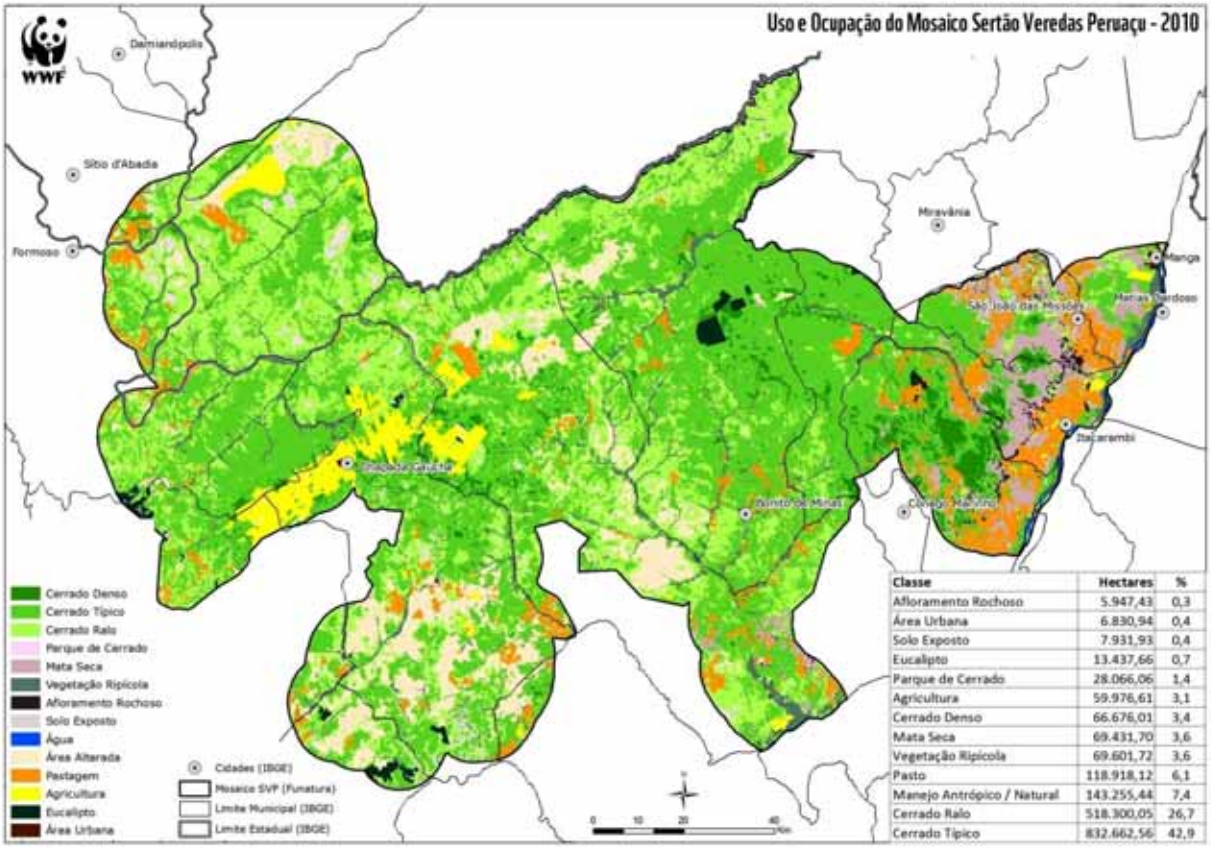
O referido Plano estabeleceu como recorte territorial a região que denominou de "Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu (MSVP)" e tem como focos o extrativismo sustentável de produtos do cerrado; e, o turismo ecocultural. Assim, o referido Plano, além de ter como um dos focos o extrativismo sustentável, abrange oito (08) dos 16 municípios que compõem a MRG de Januária, sendo estes: Bonito de Minas, Chapada Gaúcha, Cônego Marinho, Formoso, Itacarambi, Januária, Manga, São João das Missões e Urucuia. Engloba ainda as seguintes unidades que não fazem parte da MRG de Januária: Arinos-MG, Formoso-MG e pequena parcela do município de Cocos, situado no sudoeste da Bahia.

Convém lembrar que o avanço da fronteira agrícola e a produção de carvão vegetal a partir de madeira nativa do cerrado, tanto de forma legal como ilegal, vêm engendrando o uso e a ocupação desordenada do solo do espaço regional, especialmente na porção sul do Mosaico, exatamente na área definida como recorte territorial da presente pesquisa e, por conseguinte, a criação de UCs em toda a região para conter esse processo de degradação ambiental (Figura 10).

Mosaicos de Unidades de Conservação tem como base o Art. 26 da Lei nº 9.985/2000 que estabelece que "Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional".

[12] Conforme o Art.1º do seu estatuto a Fundação Pró-Natureza ou FUNATURA, é pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos.

Figura 10: Uso e ocupação do solo do Mosaico Sertão Veredas Peruaçu em 2010.



Classe	Hectares	%
Afloramento Rochoso	5.947,43	0,3
Área Urbana	6.830,94	0,4
Solo Exposto	7.931,93	0,4
Eucalipto	13.437,66	0,7
Parque de Cerrado	28.066,06	1,4
Agricultura	59.976,61	3,1
Cerrado Denso	66.676,01	3,4
Mata Seca	69.431,70	3,6
Vegetação Ripícola	69.601,72	3,6
Pasto	118.918,12	6,1
Manejo Antrópico / Natural	143.255,44	7,4
Cerrado Ralo	518.300,05	26,7
Cerrado Típico	832.662,56	42,9

Fonte: WWF, 2014.

Assim, na região definida como Mosaico pela Funatura existem 14 UCs, sendo seis (06) do grupo de Proteção Integral, totalizando 346.552,00 ha, formadas pelo Parque Nacional (PN) Grande Sertão Veredas, Parque Nacional (PN) Cavernas do Peruaçu, Parque Estadual (PE) Veredas do Peruaçu, Parque Estadual (PE) da Serra das Araras, Parque Estadual (PE) da Mata Seca e Refúgio Estadual de Vida Silvestre (RVS) do Pandeiros e oito (08) do grupo de Uso Sustentável, totalizando 898.523,00 ha, abrangendo **as seguintes unidades:** Área de Proteção Ambiental (APA) Federal Cavernas do Peruaçu, Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual de Pandeiros, Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual do Cochá e Gibão, Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Veredas do Acari, Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Veredas do Pacari, Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Arara Vermelha, Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Fazenda Ressaca e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Porto Cajueiro. Assim, somadas totalizam 1.301.875,53 ha.

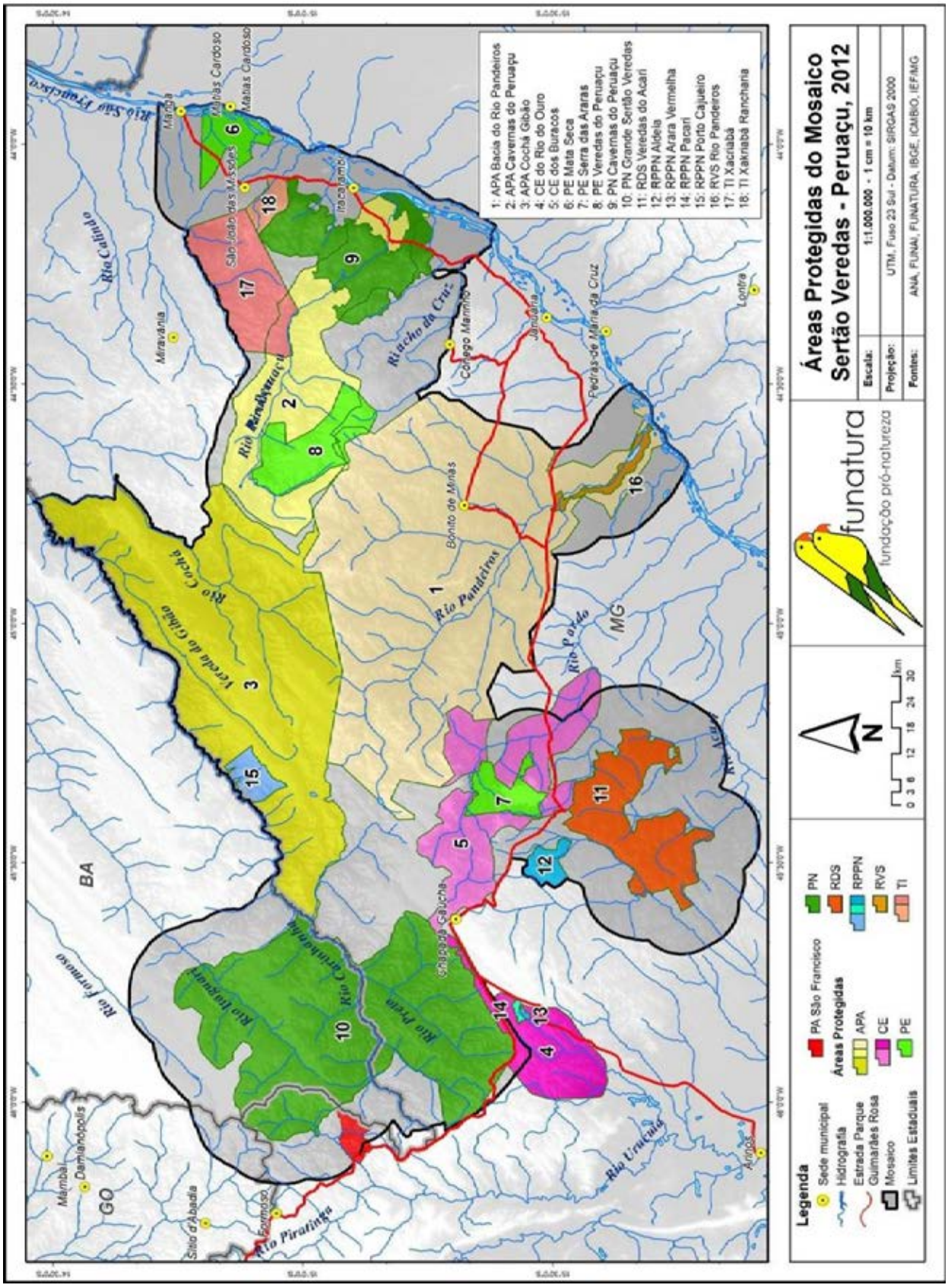
Essas UCs foram criadas entre 1989 e 2005, sendo que sete (07) antes da exigência de realização de consultas públicas pela Lei 9.985/2000-SNUC e sete (07) após essa Lei, razão pela qual se encontra até os dias atuais diversos problemas para sua implementação.

> Essas unidades encontram-se em um grau de implantação muito incipiente, sendo que a maioria ainda não tem plano de manejo e apresenta problemas recorrentes de gestão, tais como baixa taxa de regularização fundiária e carência de recursos humanos. Algumas possuem Conselho Consultivo, porém, funcionando com dificuldade. (FUNATURA, 2008, p. 17)

Considerando ainda a respectivas Zonas de Amortecimento[13] dessas UCs definidos em Planos de Manejo; o Corredor Ecológico (CE) Rio do Ouro e Corredor Ecológico (CE) dos Buracos; a Terra Indígena (TI) Xacriabá e Terra Indígena (TI) Xacriabá Rancharia; as reservas legais das propriedades privadas e as áreas de preservação permanente, o Mosaico perfaz uma área total de cerca de 1.500.000 ha (Figura 11).

[13] Para as UC's que não possuíam Zonas de Amortecimento, foi estabelecida uma área com raio de 10 km do limite das áreas protegidas (FUNTATURA, 2007).

Figura 11: Áreas Protegidas do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu.



Fonte: Mosaico, 2014.

A área das UCs de Uso Sustentável, somada às Terras Indígenas é bastante superior - quase três vezes – a área das UCs de Proteção Integral - estas que tolera o extrativismo apenas em suas Zonas de Amortecimento – permitindo a realização do extrativismo sustentável em parcela considerável do Mosaico. “[...] Os frutos do Cerrado desempenham também um importante papel na alimentação dos habitantes da região, já que em épocas de frutificação são vastamente aproveitados.” (FUNATURA, 2008, p. 22) Nos 11 municípios abrangidos pela poligonal do MSVP vivem, além de um grupo indígena, diversas comunidades de quilombos, geraizeiros, veredeiros, vazanteiros, entre outros grupos tradicionais, os quais optamos por denominar genericamente de Cerradeiros.

No que concerne à distribuição das espécies frutíferas na área do Mosaico, observa-se a seguinte distribuição segundo as UCs, conforme o Quadro 02.

Quadro 02: Principais frutos utilizados segundo a área protegida.

Proteção Integral	Parna Grande SertãoVeredas (explorado no entorno e na Zona de Amortecimento)	favela, pequi, buriti, coco indaiá, coquinho azedo, cagaita
	Parna Cavernas do Peruaçu (explorado no entorno e na Zona de Amortecimento)	pequi, favela, cabeça de nego (araticum), coquinho azedo, umbú
	Parque Estadual Veredas do Peruaçu (explorado no entorno)	pequi, favela, buriti, cabeça de nego, cajuí e lobeira.
	Parque Estadual Serra das Araras (explorado no entorno e na Zona de Amortecimento)	pequi, favela, buriti, cajuí, cabeça de nego
	Parque Estadual da Mata Seca (explorado no entorno)	umbú, jenipapo, cajarana, jatobá
	Refúgio Estadual de Vida Silvestre do Pandeiros (explorado no entorno)	pequi, favela, cagaita, babaçu
Uso Sustentável	APA Estadual do Pandeiros	pequi, favela, buriti, babaçu, cabeça de nego
	APA Estadual Rio Cochá-Gibão	pequi, favela, buriti, cabeça de nego, coco indaiá
	APA Cavernas do Peruaçu	favela, pequi, buriti, cabeça de nego, umbu, jenipapo
	R.D.S Veredas do Acari	pequi, favela, buriti, cajuí, cabeça de nego
	RPPN do Porto Cajueiro (entorno)	pequi, favela, buriti, cabeça de nego, cagaita
	RPPN da Arara Vermelha (entorno)	favela, pequi, buriti, coco indaiá, coquinho azedo, cagaita
	RPPN Veredas do Pacari (entorno)	favela, pequi, buriti, coco indaiá, coquinho azedo, cagaita
	RPPN Fazenda Ressaca (entorno)	Sem registros
Área legalmente protegida	Indígena dos Xacriabás	pequi, cagaita, coquinho azedo, cabeça de nego, umbu.

Fonte: Funatura, 2008.

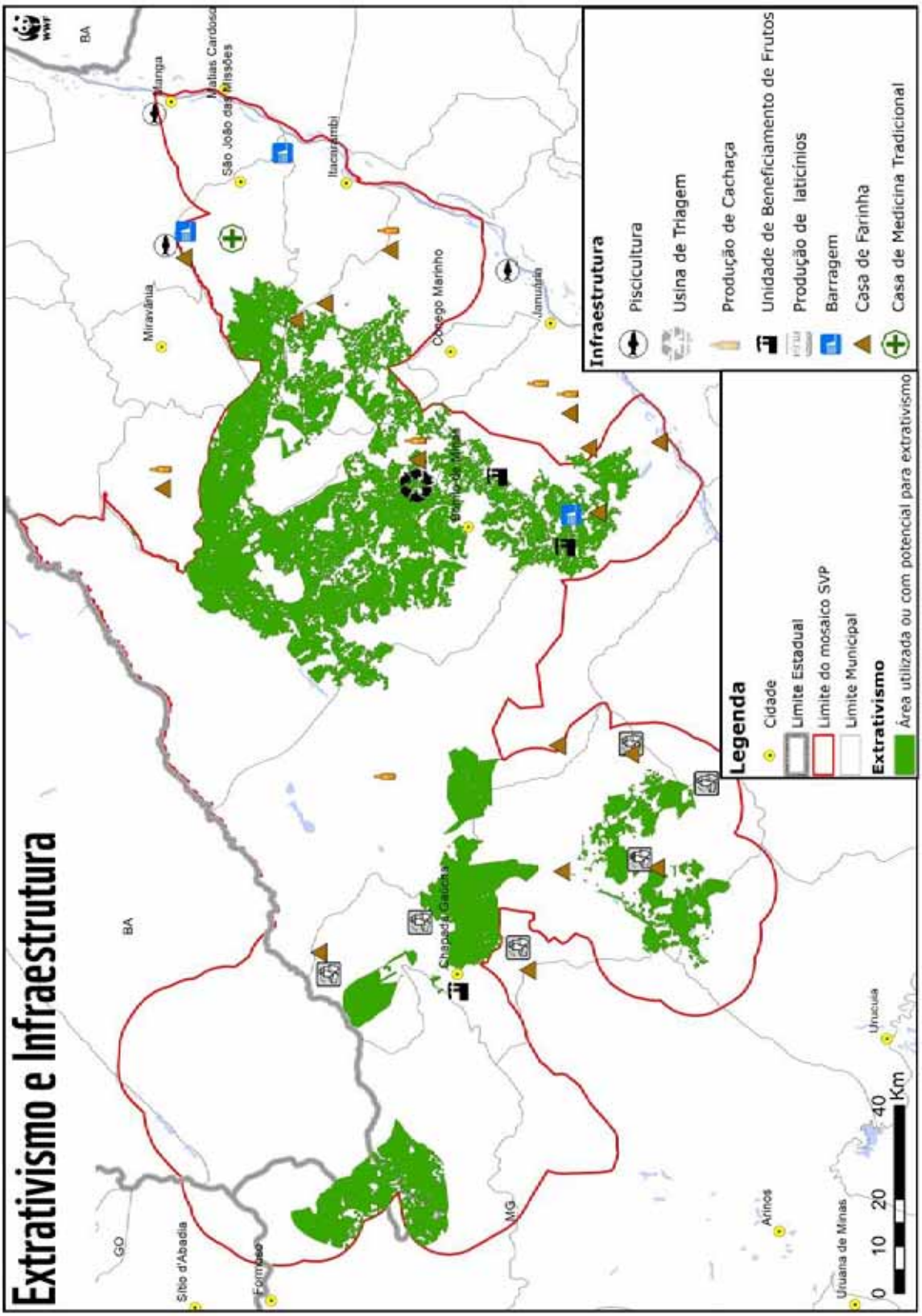
O referido Plano aponta que o extrativismo vegetal sustentável na área do Mosaico ainda é incipiente, mas, em geral, as comunidades tradicionais fazem coletas de produtos do cerrado para o autoconsumo, dentre os quais se destacam: o pequi, o buriti, a araticum, o caju, o coco-indaiá, dentre outros. Com o aproveitamento comercial, os frutos mais extraídos são: o umbu (Spondias tuberosae) em Januária, Itacarambi e Manga, a favela (Dimorphandra mollis) em Chapada Gaúcha e Formoso e a palha do coco-cabeçudo (Orbignya speciosa) em Formoso.

Para evidenciar o potencial de utilização dos frutos do Cerrado, o **Plano de Desenvolvimento Territorial do Mosaico** menciona alguns dados de um levantamento realizado por Filgueiras & Martins (2002) no entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas (PNGSV):

> Em uma área de dez parcelas de 1.000m2, foram encontradas 135 espécies vegetais com potencial extrativista. Das espécies, 32 são de fruteiras nativas, 74 de uso medicinal, 6 produtoras de óleos, 11 de uso culinário geral (doces, sucos e condimentos), 6 especialmente utilizadas para confecção de artesanato, 4 usadas localmente em construção de casas simples, ranchos, cercas, currais e cercados, e 26 são espécies de uso ornamental. Nesta lista, merecem destaque, por sua multifuncionalidade, o pequi, o buriti, o murici, a cagaita, o cajuí e a mangaba. [...] (FUNATURA, 2008, p. 22)

A Figura 12 permite auferir a espacialização da incidência do extrativismo na região do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçú e, em particular, seu potencial na área de estudo da presente investigação, localizada no extremo sul do Mosaico, ou seja, o CE de Buracos, o PE Serra das Araras e a RDS Veredas do Acari, possuem forte ocorrência de extrativismo, bem como a APA Estadual do Pandeiros, a APA Cavernas do Peruaçu, a APA Estadual Rio Cochá-Gibão, as Terras Indígenas e o PN Cavernas do Peruaçu.

Figura 12 Incidência do extrativismo na área do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu.

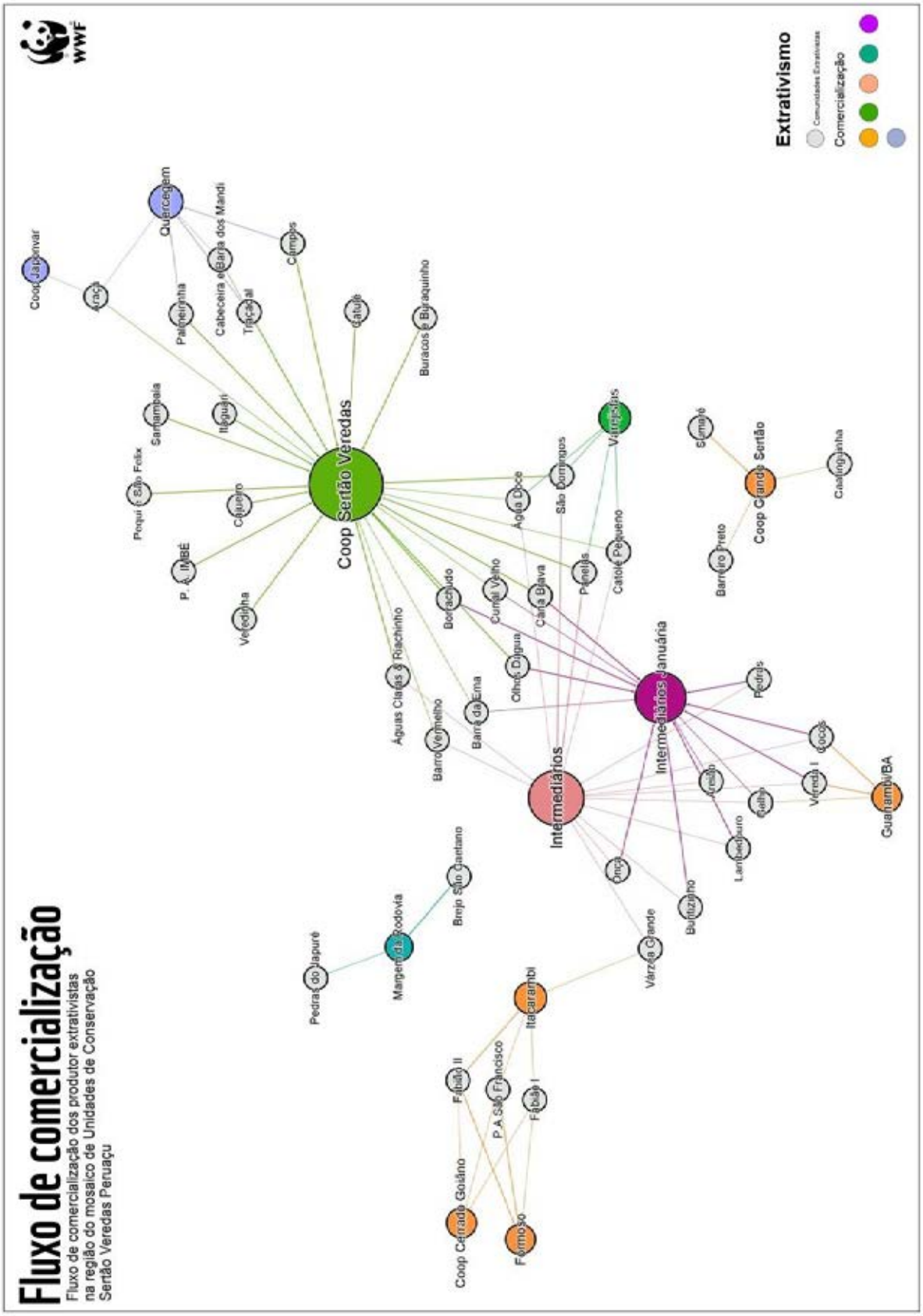


Fonte: Fornecido pela WWF, setembro de 2014.

A Figura 13 permite identificar que o fluxo de comercialização de produtos do extrativismo de frutos nativos na região do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu converge para 4 (quatro) cooperativas, sendo elas: a Cooperativa dos Produtores Rurais e Catadores de Pequi de Japonvar (CooperJap); a Cooperativa Mista de Agricultores Familiares, Extrativistas, Pescadores, Vazanteiros e Guias Turísticos do Cerrado (**CoopCerrado**); a Cooperativa Regional de Produtores Agrissilviextrativista Sertão Veredas (CoopSertão); e, por último, e mais importante, como mostraremos no Capítulo V, a Cooperativa Regional de Produtores Agrissilviextrativistas Sertão Veredas (CoopSertão-Veredas). Além das cooperativas, há a atuação de intermediários no segmento de pequi para venda para as Centrais de Abastecimento de Goiânia e Brasília e de favela, que é vendida para a Empresa Quercegen Technologies, aspectos que serão abordados no Capítulo V. Não obstante o Projeto Mosaico não trabalhe com a totalidade das comunidades existentes e que já exploram os frutos nativos, observa-se uma grande quantidade de comunidades envolvidas com o extrativismo.

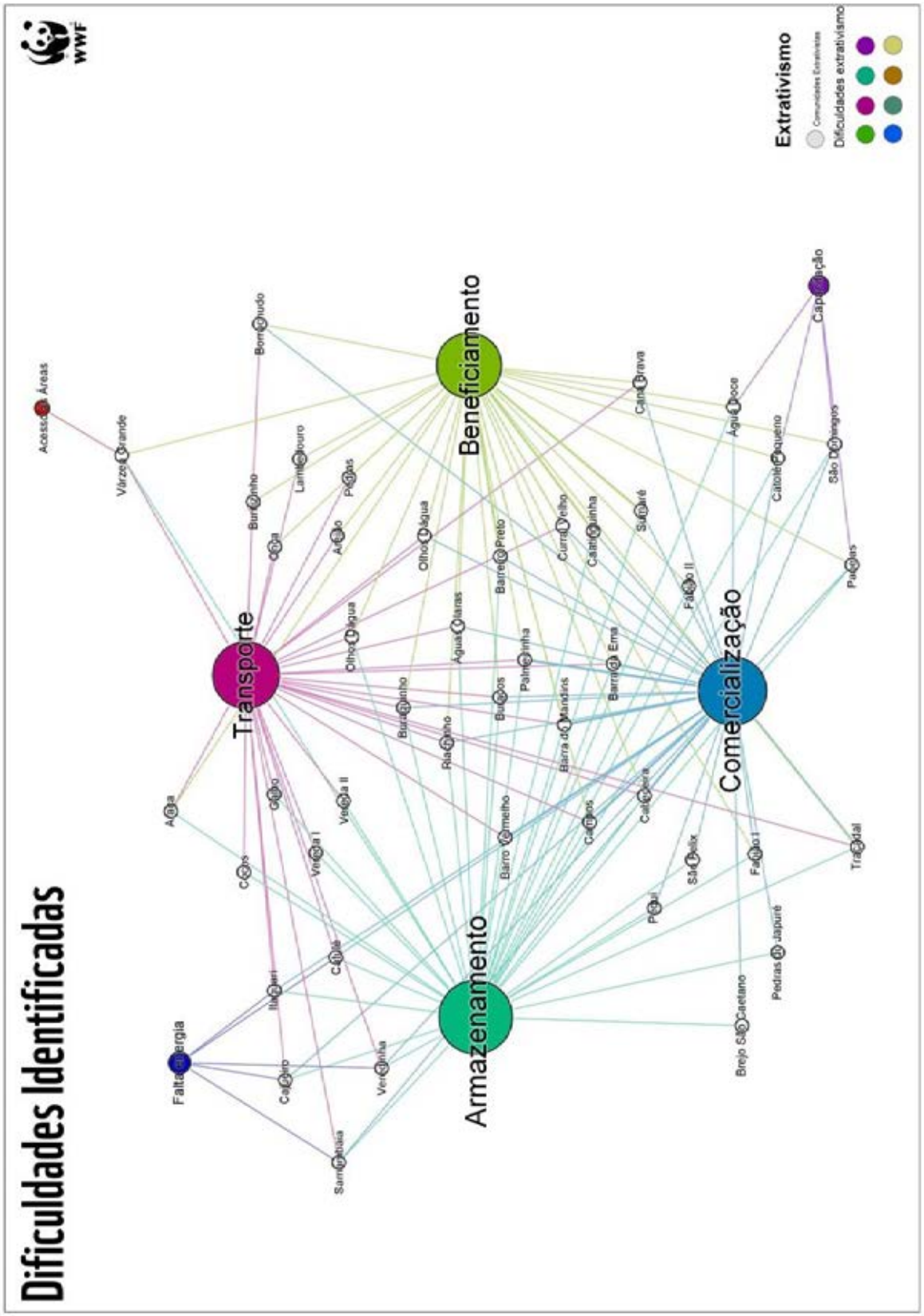
No que toca ao segmento extrativista, a equipe que trabalha no Projeto Mosaico identificou 4 (quatro) pontos de estrangulamento, os quais podem ser visualizados na Figura 14.

Figura 13: Fluxo de comercialização de produtos do extrativismo de frutos nativos na região Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu.



Fonte: Fornecido pela WWF, setembro de 2014.

Figura 14: Dificuldades identificadas para o extrativismo de frutos nativos na região do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçú.



Fonte: Fornecido pela WWF, setembro de 2014.

O primeiro ponto refere-se ao armazenamento nas comunidades, isso porque os produtos são perecíveis. O segundo problema, que se desdobra do anterior, refere-se à falta de infraestrutura e qualificação dos extrativistas para o beneficiamento. Isso porque, havendo a possibilidade para o beneficiamento, o armazenamento seria facilitado, pois reduziria sua perecibilidade. Entre as alternativas para o beneficiamento está a preparação dos frutos em conserva na salmoura ou ácido cítrico, desidratada por secamento ao sol ou secador elétrico, congelada ou transformada em óleo, o que além de agregar valor à produção, permitiria às famílias o armazenamento por longo período, de modo a se ter suprimento para alimentação e comércio durante a entressafra.

O terceiro ponto refere-se ao transporte que decorre das longas distâncias entre os pontos de venda e as comunidades, na sua maioria não pavimentada. O quarto ponto é relativo à falta de canais de comercialização e, por conseguinte, aos baixos preços pagos pelos atravessadores e cooperativas, questões que revisitaremos no Capítulo V.

1.2 Da vila à cidade dos gaúchos

Uma nova fase de ocupação produtiva das áreas de Cerrado a partir de meados da década de 1970 se deu com a criação de assentamentos por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), inclusive dando origem a alguns municípios que atualmente se destacam como produtores de soja. De acordo com Heredia; Palmeira; Leite (2000) houve casos em que o Estado esteve articulado com cooperativas do Sul ou do Sudeste com o intuito de fixar colonos interessados em estabelecerem-se no Cerrado. O Estado também foi estimulador de empresas colonizadoras privadas que, por sua vez, promoveram uma ocupação mais densa das áreas de Cerrado com a substituição de populações preexistentes por pessoas de fora da região, marcando profundamente a configuração das relações sociais.

Neste contexto, ocorreu o povoamento da porção noroeste do município de São Francisco-MG, outrora Vila dos Gaúchos, atual município de Chapada Gaúcha, iniciado em 1976 com a chegada dos primeiros moradores oriundos do Rio Grande do Sul atraídos pelo Projeto de Assentamento Dirigido à Serra das Araras (PADSA). O referido Projeto integrava os municípios de Formoso, Arinos, Januária e São Francisco e o povoado de Vila dos Gaúchos e visava ocupar produtivamente um

espaço “vazio”, o que foi feito desconsiderando os habitantes que já ocupavam as Veredas[14] e os chapadões ao privatizar seus territórios.

À época procurava-se ocupar economicamente o que era considerado um “espaço vazio”, com grandes extensões de terras públicas e devolutas. Para tanto, como previa o Projeto Agrário para o Desenvolvimento de Serra das Araras, elaborado e implementado pela Fundação Rural Mineira (RURALMINAS), glebas de terra foram vendidas aos gaúchos, sendo que a operação foi realizada por intermédio da Cooperativa Pioneira (COOPI) do norte do Rio Grande do Sul. Com isso fazia-se presente a figura do Estado num território até então regido por lógicas muito distintas daquelas que os gaúchos viriam trazer do sul do país. Segundo Zatz (2004), o PADSA objetivava ocupar e gerar riquezas na região com a implantação do agronegócio. Conforme descreveu Bertran (1999, p. 68),

> A antiga Vila dos Gaúchos surgiu em 1976 como loteamento de terras de uma imobiliária de Carazinho (RS), assentados os imigrantes sulistas, em boa parte descendentes de italianos e alemães, com o apoio do governo de Minas Gerais. Eram gaúchos atingidos pela crise agrária e demográfica de seu estado de origem, e que em poucas décadas moveu o contingente de 1 milhão de pessoas rumo, principalmente, aos cerrados do Brasil Central e Ocidental. Compostos de pequenos e médios proprietários, criaram naquela região de chapada seca uma paisagem agrícola e urbana absolutamente inusual nos antigos sertões, lembrando ainda hoje, transcorrido que é um quarto de século, um acampamento empoeirado, sem quaisquer veleidades de conforto, movido a um labor agrícola insano, estranho aos costumes e à estética sertaneja do Noroeste de Minas.

O projeto inicial possuía área total de 31.428 hectares e abrangia quatro municípios, sendo 58,28% das terras situadas no município de Januária, 27,17% em Arinos, 9,92% em São Francisco e 4,62% em Formoso, sendo que estas terras foram divididas em lotes e vendidas aos gaúchos. A RURALMINAS destinou 218 hectares para a implantação da Vila dos Gaúchos que sediaria o Projeto de Assentamento Dirigido à Serra das Araras (PADSA).

O PADSA foi implementado a partir de um contrato entre a RURALMINAS e Comercial Rio Grandense de Terras e Colonização (RIOTERCO), a quem coube selecionar os colonos beneficiários do programa, prestar assistência técnica, jurídica, médica, educacional, além de facilitar o acesso ao crédito rural, a comercialização e o armazenamento dos produtos agrícolas, sendo que a condição

[14] A “vereda” no Brasil Central, em geral, ocupam os vales suavemente íngremes ou as áreas planas do fundo de vale acompanhando as linhas de drenagem, mas também é comum localizarem-se em posições intermediária do terreno, avizinhando às nascentes e bordas das cabeceiras de matas de galeria. Ocupam solos minerais hidromórficos, saturados durante a maior parte do ano (MUNHOZ; EUGÊNIO; OLIVEIRA, 2011).

para ser contemplado com tais benefícios era a retirada de 20% da cobertura vegetal das terras adquiridas (MARTINS, 2011). A RURALMINAS também dizia que só liberava a escritura se fosse desmatado 20% da área. Inicialmente os gaúchos cultivaram arroz, milho e soja (CHAPADA GAÚCHA, 2007).

Um relatório publicado pela Secretaria de Cultura de Chapada Gaúcha traz o relato de diversas pessoas que chegaram ao que mais tarde viria a ser a sede do município de Chapada Gaúcha. A seguir reproduzimos alguns trechos destas entrevistas. Destacamos algumas passagens que nos permite perceber a visão que os gaúchos tinham da região:

> O senhor Valdemar Sbruzzi ficou sabendo através de uma rádio de Ibirubá/RS [em 1977] que havia terras a venda em Minas Gerais através da empresa Rioterco. A propaganda informava que havia terras boas para cultivo de soja, terras planas e chovia bem. [...] As terras no Sul eram caras e buscavam mais espaço. [...] (CHAPADA GAÚCHA, 2007, p. 04).
> [...] em Carazinho [...] todos os dias, meio dia tinha um programa na radio, que falavam das terras de Minas Gerais, terras devoluta [...]. Um dia, resolvi ir visitá-lo para saber o fundamento dessa terra, pois a propaganda era muito boa. [...]. Chegamos aqui. Até trator novo tínhamos para começar o trabalho. [...]. aqui, um lugar muito feio [...] (CHAPADA GAÚCHA, 2007, p. 04).
> [...] meu esposo [...] Ele veio aqui, achou muito boa a terra, uma altitude boa, preço bom, comprou e já voltou com a terra comprada. [...] Em final de 1976 vim para Minas, conheci Minas que era só um cerrado. [...] (CHAPADA GAÚCHA, 2007, p. 04).
> Soubemos dessas terras através de um projeto chamado Rioterco, que vendia terras em Minas Gerais, faziam muita propaganda lá no Sul, então o Olivir veio na frente, isso foi em maio de 1977 pra ver as terras e gostou daqui. [...] ainda quero ver muita novidade nesta cidade que um dia fizemos daquele imenso cerrado uma cidade tão bela que hoje vivemos tranqüilos. (CHAPADA GAÚCHA, 2007, p. 06).
> [...] Tínhamos muito pouca terra, e era muito caro pra comprar, o que tinha não dava para plantar quase nada, então soubemos através de um anúncio que em Minas Gerais havia terra barata e muito produtiva [...]. o preço era muito tentador, [...] então ficamos impressionados e logo vendemos tudo que tínhamos até mesmo as coisas de dentro de casa e viemos somente com as roupas e os objetos pequenos que deu pra trazer no ônibus. Vendemos o pouco de terra que tínhamos lá, e deu pra comprar mais que o dobro aqui em Minas. [...] conseguimos financiamento para comprar tratores e implementos agrícolas e um poço artesiano foi aberto, a Ruralminas trouxe muitas esperanças para todos nós [...] (CHAPADA GAÚCHA, 2007, p. 08).

Fica evidente nas passagens, a incessante investida do Estado, aliás bem sucedida, de promover a região como fronteira agrícola a ser desbravada. Também podem ser notadas diversas referências aos baixos preços das terras que levou muitos pequenos proprietários a venderem suas pequenas glebas e patrimônio no Sul do país e se mudarem com suas famílias para a MRG de Januária-MG, onde compraram grandes extensões de terras. Essas terras eram historicamente utilizadas pelas famílias tradicionais presentes na região há muitas gerações,

conforme buscaremos demonstrar mais adiante. Anteriormente à chegada dos sulistas, o uso e a ocupação dos solos baseavam-se essencialmente na pecuária “na solta” e na agricultura de subsistência, sobretudo milho, feijão, arroz e mandioca.

O referido relatório, embora descreva bem as dificuldades encontradas pelos gaúchos na chapada mineira, não aborda as contradições na implementação do PADSA e a consequente perda material e cultural por parte das populações tradicionais, velando os paradoxos resultante da dinâmica da agricultura empresarial, desse modo reforçando a visão que enxergava as terras do Noroeste de Minas como “só um cerrado”, “um lugar muito feio”, portanto, terras sem gente, sem dono e improdutivas, orgulhando-se por serem capazes de fazer “daquele imenso cerrado uma cidade tão bela”.

Em relação a um desses conflitos, Salgado (2010) menciona que a criação de gado “na solta” circulava e se alimentava nas áreas de plantio, problema que foi resolvido com o recuo dos mineiros que possuíam posse nas cercanias das plantações, por meio da intervenção da RURALMINAS.

O artigo de autoria de Edward publicado na Revista Veja, em 22 de julho de 1998 ilustra a perspectiva que enaltece o agronegócio, distorcendo a realidade, porque despreza os desdobramentos nefastos desse processo:

> No cerrado mineiro, gaúchos transformam uma **região pobre** num oásis de produção agrícola. [...] A prosperidade do município também destoa da paisagem. Embora esteja situado numa das regiões mais pobres de Minas Gerais, dentro do chamado Polígono da Seca, suas terras são um celeiro de produção de alimentos. [...] As primeiras famílias chegaram ao local em 1978, quando tudo ali era **mata virgem de cerrado**. A terra era tão barata que, na época, com o preço de 50 hectares no Rio Grande do Sul compravam-se 1.000 hectares na chapada mineira. [...] (EDWARD, 1998, s/p) [grifo nosso].

No que toca as contradições inerentes a esse processo, vejamos o ponto de vista de Martins (2011, p. 155) que nos parece mais coerente:

> Em sua essência, não havia nenhuma contradição no PADSA, mas na prática isso se revelou de todas as formas. [...] Num primeiro olhar, são poucas as diferenças, sobretudo, porque tanto os migrantes como os veredeiros que habitavam aqueles territórios eram camponeses. Uns e outros se dedicam a agricultura, tendo como variável importante à matéria prima cultural. O que de fato diferencia esses grupos e engendra conflitos por territórios são os agenciamentos e subjetivações que cada um produz. As subjetivações referem-se às relações que são estabelecidas entre o grupo e o território. De um lado, é preciso considerar que o assentamento foi implantado nas terras comuns. Isso quer dizer, que de uma forma ou de outra, esses migrantes são vistos como apropriadores privados do bem comum. De outro, os migrantes gaúchos apropriaram destas terras e fizeram delas o “mito da fundação” de uma comunidade política, social, cultural e econômica. [...] Na verdade, o que de fato ocorre com esses migrantes gaúchos no Norte mineiro é a recriação da “virgindade” da terra, como que se antes deles não houvesse nenhuma

> forma de apropriação e, por isso, eles são os responsáveis pela modernização e pela implantação criação de um “território” gaúcho nestas cercanias. (MARTINS, 2011, p. 155)

A partir de 1982, com a criação da Cooperativa Agropecuária Pioneira (COOAPI), o arroz, como principal lavoura, foi substituído gradativamente pelos cultivos de soja e, posteriormente, pelo capim para a produção de sementes. Contando com a experiência que trouxeram do Rio Grande do Sul e o forte apoio do Estado, os gaúchos se consolidaram como produtores de soja e semente de capim, lavouras que em 2014 são os principais produtos comerciais do município de Chapada Gaúcha.

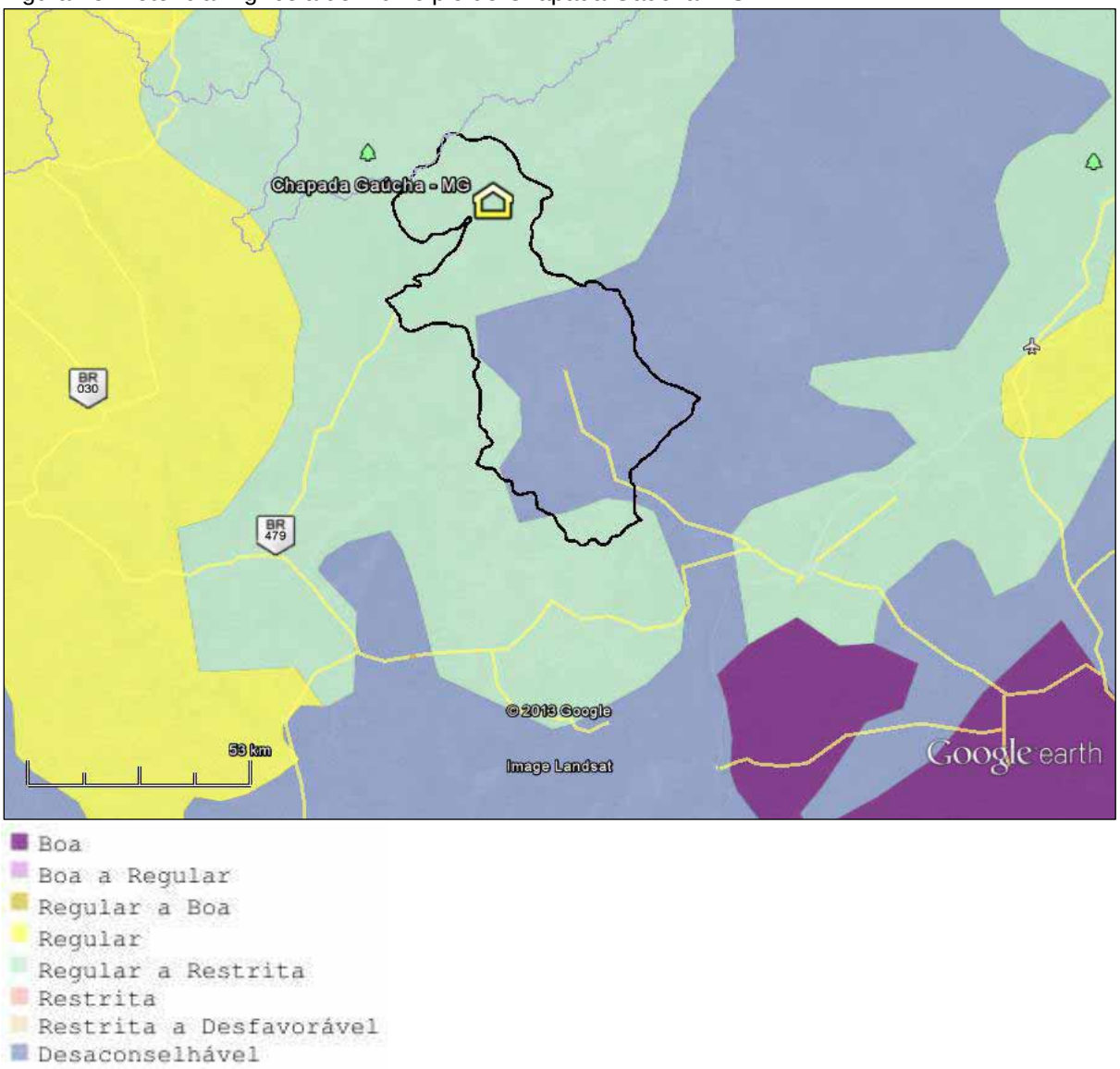
Embora o município de Chapada Gaúcha tenha sua origem com o PADSA em 1976, criado com a chegada dos gaúchos, dando origem à Vila dos Gaúchos, somente em 28 de janeiro de 1995 deu seu primeiro passo para emancipação com a criação do Distrito de Chapada Gaúcha (IBGE, 2013). O recém criado Distrito ganhou autonomia por força da Lei 12.030 de 21 de dezembro de 1995, que o elevou à categoria de município de Chapada Gaúcha. Com esse processo, o Distrito de Serra das Araras, antes pertencente ao município de São Francisco, passou a fazer parte do município de Chapada Gaúcha (GOMES, 2013). Em 1996 ocorreu a primeira eleição municipal e em 1º de janeiro de 1997, instalou-se a primeira administração. Em 16 de setembro 2005 foi criado pela lei municipal nº 343, o Distrito de Vila Retiro Velho, anexado ao município de Chapada Gaúcha (IBGE, 2013).

Com 19 anos de existência, o município é um grande produtor de soja e sementes de capim que vem suprimindo áreas de cerrado, um das razões pela qual foram criados na região o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, o Parque Estadual Serra das Araras, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari, a Reserva Particular do Patrimônio Natural Aldeia e o Corredor Ecológico Vão dos Buracos.

A criação dessas Unidades de Conservação visava conter a devastação ambiental na região, com destaque para o processo de voçorocamento, visto que o tipo de solo não permitia praticas agrícolas extensivas. Corroborando essa informação, os dados do IBGE acerca do potencial agrícola de Chapada Gaúcha apontam que a porção norte do município por onde se territorializou o agronegócio ligado à produção de soja e sementes para capim, a terra é classificada como

“regular a restrita”, ao passo que por onde se territorializou o agronegócio ligado à monocultura de eucalipto e pínus, a terra é classificada como “desaconselhável” (Figura 15).

Figura 15: Potencial Agrícola do município de Chapada Gaúcha-MG.

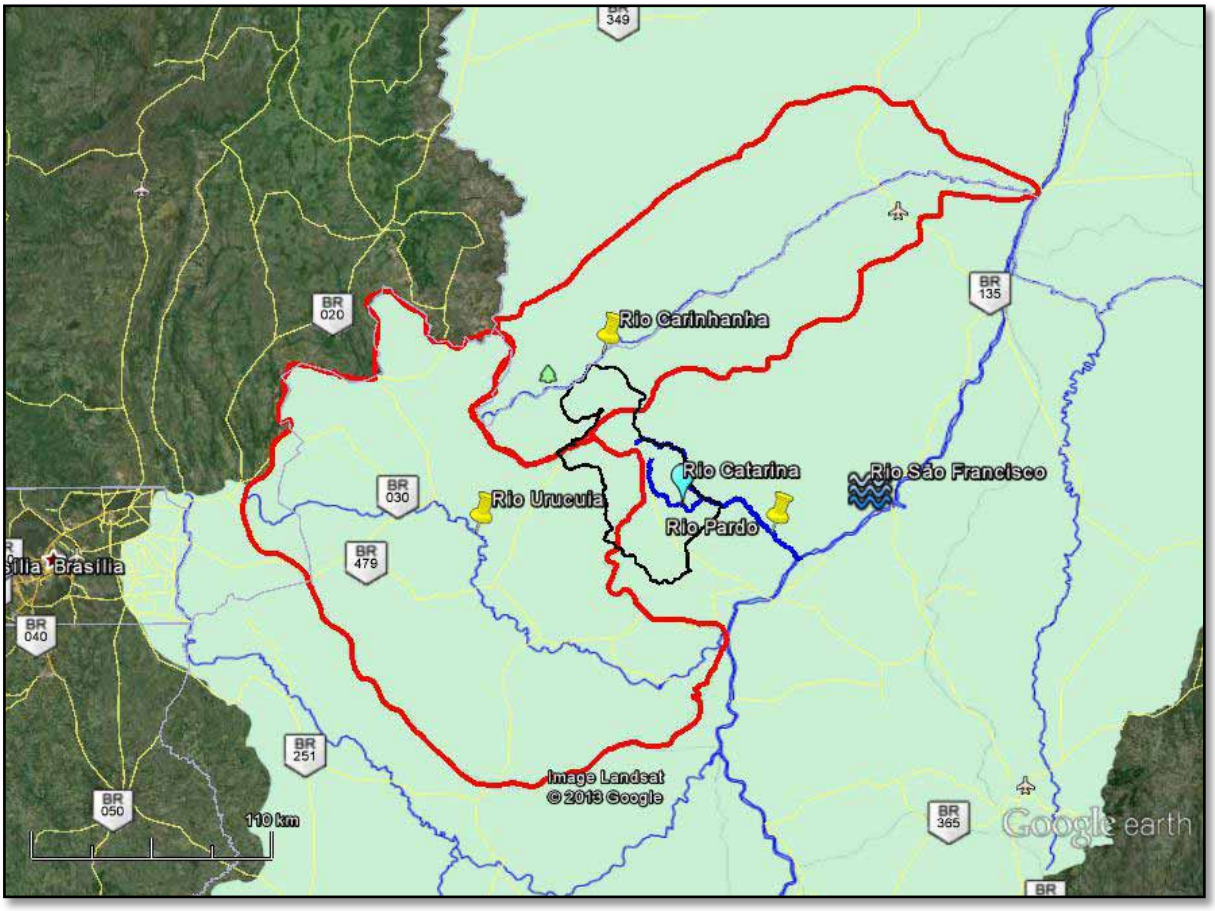


Fonte: Potencial Agrícola do Brasil, Mapa Interativo IBGE, 2002. Sobreposição à imagem do Google Earth, 2014. Org.: Robson Munhoz de Oliveira

Nos dias atuais a monocultura ameaça a integridade das Unidades de Conservação no município de Chapada Gaúcha. No caso do Parque Nacional Grande Sertão Vereda (PNGSV), os moradores foram retirados da área do Parque e alocados para o Projeto de Assentamento São Francisco, localizado no município de Formoso-MG, ao passo que os moradores que vivem no interior do Parque Estadual Serra das Araras, uma das duas Unidades de Conservação estudadas na presente tese, estão na iminência de ser reassentados. Àqueles que vivem dentro de

Unidades de Conservação, em corredores ecológicos ou em Zonas de Amortecimento, amargam a limitação de uso dos recursos naturais locais conforme suas tradições e costumes. Ademais, a região é uma rica área hidrológica responsável pelo abastecimento de mais de 20% da bacia do rio São Francisco, com importantes afluentes como o rio Pardo e Carinhanha e rio Pandeiros (FUNATURA, 2008; MOSAICO, 2009). O município de Chapada Gaúcha situa-se entre três sub-bacias do rio São Francisco, quais sejam: bacias hidrográficas do rio Urucuia, rio Carinhanha e rio Pardo, em Minas Gerais (Figura 16).

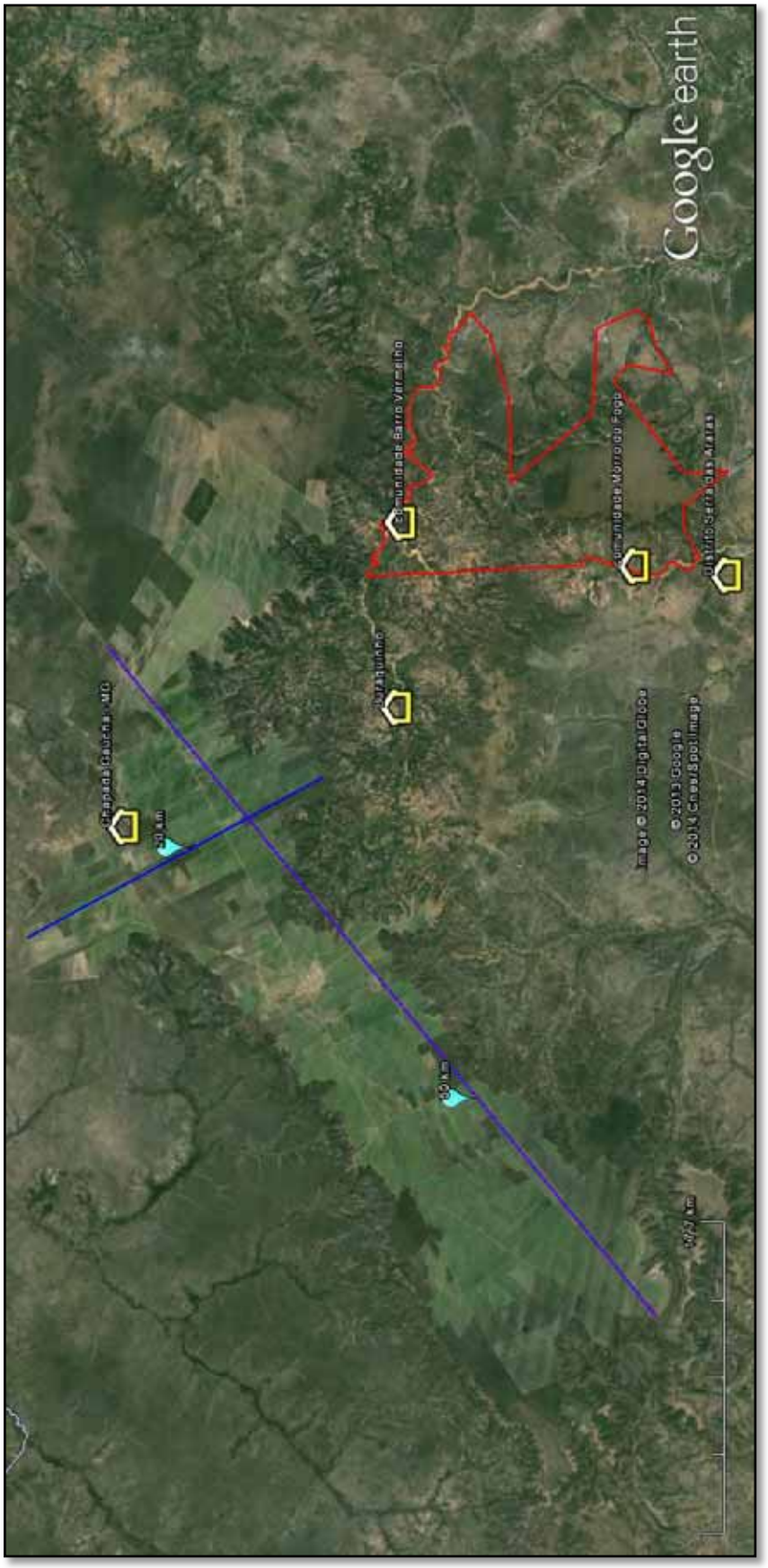
Figura 16: Localização do município de Chapada Gaúcha-MG na Bacia do rio São Francisco.



Bacia do rio São Francisco ___ Rios ___ Limite das Bacias ___ Limite do município de Chapada Gaúcha ___ Limite de outros municípios
Data da Imagem: 20 de abril de 2013. Localização: 15°22'02.43"S 45°22'53.83"O Fonte: Google Earth, 2014; Org. Robson Munhoz de Oliveira.

Na circunvizinhança da sede do município de Chapada Gaúcha-MG pode ser visualizada uma grande mancha esquadrilhada pelos tratores dos grandes produtores de grãos, medindo 50 km na direção sudoeste-nordeste e 20 km de noroeste a sudeste (Figura 17).

Figura 17: Localização da sede do município de Chapada Gaúcha e localização do PESA, 2011.



Localização: 15°22'21.19"S 45°33'05.21"O Data da Imagem: 10 de abril de 2013.
Fonte: Google Earth, 2014.

De acordo com a série histórica dos dados de Produção Agrícola Municipal, de Pesquisa Pecuária Municipal entre 1997 e 2012 e do Censo Agropecuário de 2006, as atividades agropecuárias no município de Chapada Gaúcha-MG, referem-se às lavouras temporárias, permanente, pastagens naturais e plantadas.

Analisando o efetivo dos principais tipos de rebanho no município de Chapada Gaúcha, constatou-se que bovinos, suínos, ovinos, galinhas e galos, frangas, frangos e pintos, obtiveram pequena elevação no período entre 1997 e 2012, com destaque para o crescimento relativo apenas de ovinos. Por sua vez, o efetivo de galinhas e equinos apresentou pequena redução. O destaque em número absoluto é do efetivo do rebanho bovino que obteve crescimento de 942 cabeças ou 5,2% no período analisado, conforme pode ser visto na Tabela 15.

Tabela 15: Efetivo dos rebanhos por cabeças e tipo de rebanho município de Chapada Gaúcha-MG entre 1995 e 2012

	1997	**2000**	**2005**	**2010**	**2012**
Bovino	18.074	13.448	16.674	20.845	19.016
Suíno	2.315	2.353	2.931	2.885	2.725
Ovino	45	50	945	1.289	1.168
Galos, frangas, frangos e pintos	9.323	9.774	9.873	10.058	9.381
Galinhas	10.084	10.402	8.940	8.439	7.669
Equino	1.246	1.270	1.358	956	854

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal, 1997, 2000, 2005, 2010 e 2012.
Org. Robson Munhoz de Oliveira

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, o rebanho bovino estava presente em 501 estabelecimentos agropecuários, somando 16,8 mil cabeças. Destes, 87% dos estabelecimentos e 49% das cabeças, encontram-se no grupo de área entre 1 (um) e menos de 200 ha, ou seja, em estabelecimentos de até 4 (quatro) módulos fiscais, considerados como “Pequenas Propriedades” para o município de Chapada Gaúcha segundo o Art. 4º da Lei nº 8.629/1993. Os dados revelam que a pecuária bovina continua importante na região desde seu processo de formação.

Se observarmos ainda os dados da Tabela 16, verificaremos que destes 501 estabelecimentos, 431 são de Agricultores Familiares, representando 52,7% do total do rebanho, demonstrando que essa é uma atividade relevante, inclusive para as comunidades tradicionais do município, as quais estão incluídas na categoria familiar.

Tabela 16: Número de estabelecimentos agropecuários com bovinos e de cabeças de bovinos por tipo de agricultura município de Chapada Gaúcha – MG em 2006

	Nº Estab. agropecuários com bovinos	Nº de cabeças de bovinos
Agricultura Familiar - Lei 11.326/2006	431	8.877
Agricultura Não Familiar	70	7.961
Total	501	16.838

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006.
Org. Robson Munhoz de Oliveira

Em 2006, o município registrava 17.104 ha plantados com pastagens naturais em 397 estabelecimentos agropecuários e 4.506 ha de pastagens plantadas em 272 estabelecimentos, apresentando total de 21.610 ha de pastagens em 669 estabelecimentos. Deste modo, as pastagens naturais representavam 79% da área total (Tabela 17), indicadores que refletem a tradição da pecuária de solta no município, a qual era realizada em pastos naturais, mas, que desde a década de 1970, vem paulatinamente sendo reduzida devido a maior presença de empresas privadas e a criação de Unidades de Conservação. Outrossim, a forte presença da pastagem natural reflete, em certa medida, a descapitalização da Agricultura Familiar, segmento que representa 87% dos estabelecimentos com bovinos no município, como foi visto.

Tabela 17: Área e número de estabelecimentos com pastagem natural e plantada no município de Chapada Gaúcha em 2006.

	Pastagem Natural				Pastagem Plantada					
	Área	%	Nª Estab.	%	Área	%	Nº Estab.	%	Área Total	Nº Total Estab.
Chapada Gaúcha	17.104	79	397	59	4.506	21	272	41	21.610	669
Total da MRG de Januária	**143.323**	**28**	**4.478**	**27**	**364.418**	**72**	**11.819**	**73**	**507.741**	**16.297**

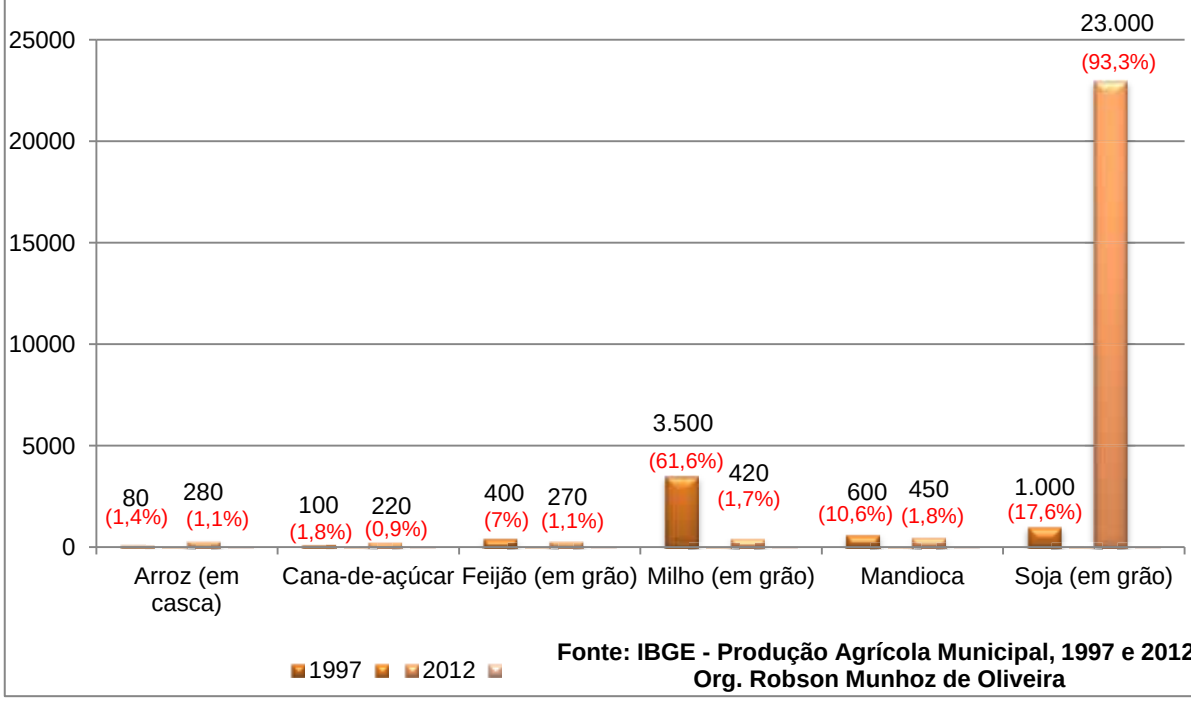
Fonte: Censo Agropecuário de 2006.
Org. Robson Munhoz de Oliveira

Em 2012, a área total colhida com culturas temporárias perfaziam 24.640 ha plantadas em 512 estabelecimentos, sendo que as mais significativas em ordem de importância eram a soja com 23 mil ha, a mandioca com 450 ha, o milho com 420 ha, o arroz com 280 ha, o feijão com 270 ha e a cana-de-açúcar com 220 ha.

Conforme pode ser visto na Figura 18, no município a área colhida com soja apresentou rápido crescimento, tendo saído de 1 mil ha para 23 mil ha, entre 1997 e

2012. Por seu turno, as áreas colhidas com arroz e cana-de-açúcar que em 1997 já eram pequenas, continuaram irrisórias, apresentando pequeno crescimento absoluto no período entre 1997 e 2012. A área colhida com feijão e mandioca que em 1997 era pequena apresentou queda no período entre 1997 e 2012. Por sua vez, a área colhida com milho, relativamente importante, também apresentou redução entre 1997 e 2012 (IBGE, 2014).

Figura 18: Área colhida com a lavoura temporária no município de Chapada Gaúcha-MG entre 1997 e 2012 (ha)

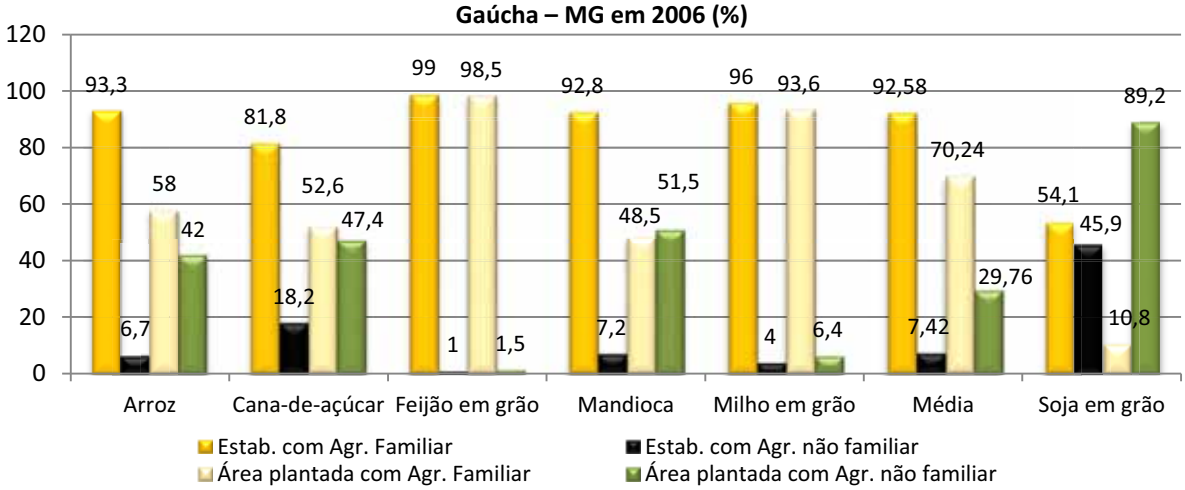


Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 1997 e 2012.
Org. Robson Munhoz de Oliveira

Depreende-se dos dados apresentados, a expansão da agricultura empresarial, no caso a soja, de um lado, e o crescimento pouco significativo ou a retração da área da agricultura tradicionalmente cultivada no âmbito da Agricultura Familiar. Essa afirmativa pode ser corroborada pela área plantada e número de estabelecimentos com soja da qual a Agricultura Familiar representa 10,8% e 54,1%, respectivamente e o Não Familiar 89,2% e 45,9%, respectivamente, mostrando uma discrepância de representatividade entre esses dois segmentos. A situação inversa se verifica em relação à cultura de arroz, feijão, mandioca e milho, as quais estão majoritariamente na Agricultura Familiar. Nos estabelecimentos em que essas culturas estão presentes, em média, 92,58% são da Agricultura Familiar e apenas

7,42% da categoria não familiar, sendo que aqueles abrangem, em média, 70,24% da área plantada e estes 29,76, respectivamente (Figura 19).

Figura 19: Produtos da lavoura temporária nos estabelecimentos agropecuários, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar no município de Chapada Gaúcha – MG em 2006 (%)



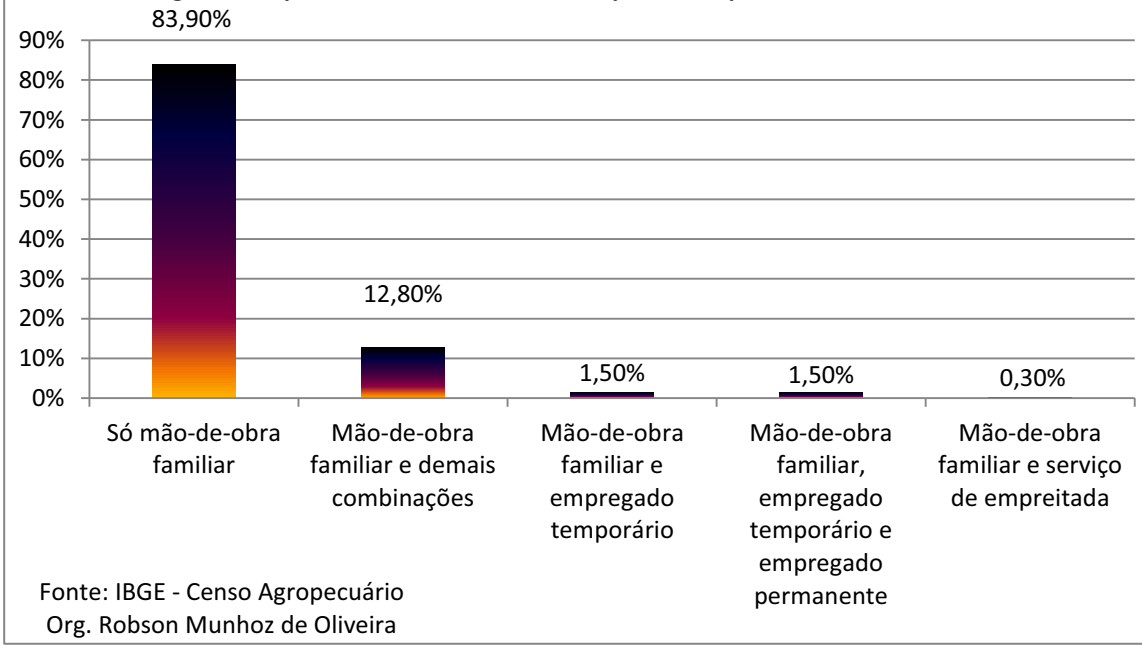
Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006.
Org. Robson Munhoz de Oliveira

No município de Chapada Gaúcha, as lavouras permanentes abrangiam em 2012, um total de 208 ha de área plantadas, sendo oito ha cultivados com laranja e 200 com urucum. Entretanto, em pesquisa de campo, foi observado a produção de mamão, manga, bananeira, laranja, banana, jamelão, pinha, maracujina, abacaxi, melancia, abacate, goiaba, limão, acerola, romã, amora etc., sempre cultivada em pequenas áreas nos quintais dos estabelecimentos rurais, entretanto essa produção foi apontada pelos entrevistados como importante para o autoconsumo e a comercialização para geração de renda complementar.

Outro aspecto que nos parece interessante refere-se ao grau de integração com o mercado pelos estabelecimentos agropecuários com Agricultura Familiar no município, isso porque, do total de 670 estabelecimentos com Agricultura Familiar, 73,5% estão pouco integrados, 15,5% estão integrados, apenas 8% estão muito integrados e 3% não foi identificado. Os dados demonstram que parcela considerável do segmento familiar destina sua produção basicamente para o autoconsumo, comercializando o excedente, outro aspecto que caracteriza as comunidades tradicionais cerradeiras (IBGE, 2006).

Quando se examina no Censo Agropecuário de 2006 o tipo de mão-de-obra nos estabelecimentos com Agricultura Familiar, observa-se que deste total de 670 estabelecimentos com Agricultura Familiar, constata-se que 562 (83,9%) utilizam “Só mão-de-obra familiar”, 86 (12,8%) utilizam de “Mão-de-obra familiar e demais combinações”, 10 (1,5%) que utilizam de “Mão-de-obra familiar e empregado temporário”, 10 (1,5%) que utilizam “Mão-de-obra familiar, empregado temporário e empregado permanente” e apenas 2 (0,3%) que utilizam “Mão-de-obra familiar e serviço de empreitada” (Figura 20).

Figura 20: Número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar segundo o tipo de mão-de-obra no município de Chapada Gaúcha – MG em 2006

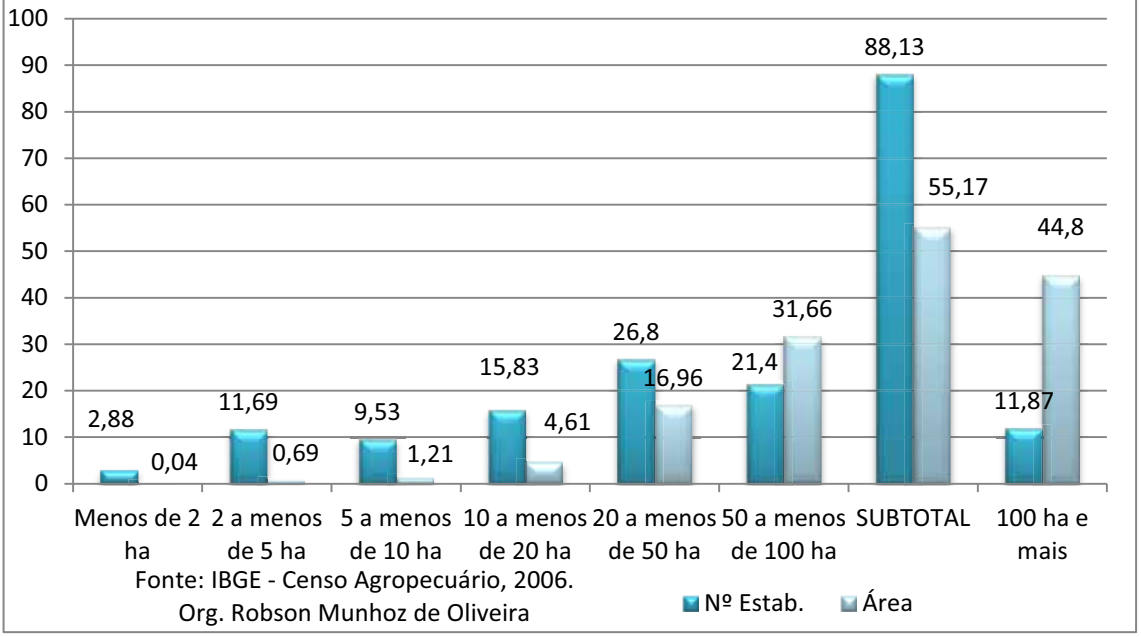


Fonte: IBGE - Censo Agropecuário
Org. Robson Munhoz de Oliveira

É importante afirmar que o perfil da Agricultura Familiar que utiliza “Só de mão-de-obra familiar”, assemelha-se com o perfil do grupo social estudado neste trabalho e que foi denominado de cerradeiro ou agroextrativista, visto que estes também utilizam exclusivamente da mão-de-obra familiar nas atividades rurais.

Do total de estabelecimentos do segmento que utiliza “Só mão-de-obra familiar”, 88,1% possuem área inferior a 100 ha e abarcam 55% da área dos estabelecimentos agropecuários com Agricultura Familiar. Aqueles que possuem área superior a 100 ha representam 11,9% dos estabelecimentos, mas representam 44,8% da área dos estabelecimentos agropecuários com Agricultura Familiar. (Figura 21).

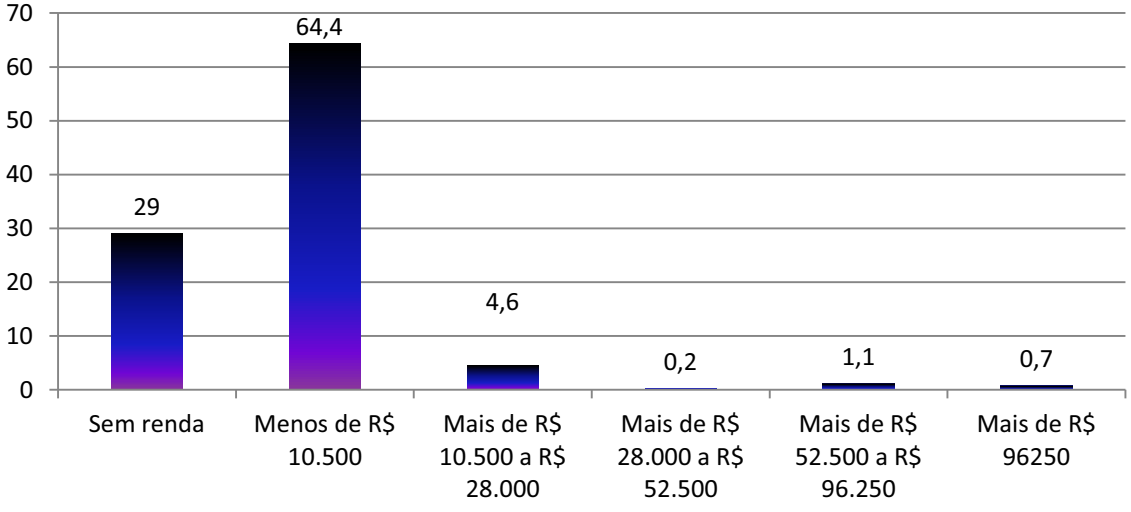
Figura 21: Número e áreas dos estabelecimentos que utilizam só mão-de-obra familiar por grupo de área no município de Chapada Gaúcha-MG em 2006 (%)



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006.
Org. Robson Munhoz de Oliveira

Do total de estabelecimentos do segmento que utiliza "Só mão-de-obra familiar", 29% não possuem renda e 64,4% possuem renda anual inferior a R$ 10.500,00 (IBGE, 2006). Para o grupo com mais de R$ 10.500,00, a participação desse segmento reduz-se significativamente, conforme pode ser visto na Figura 22.

Figura 22: Renda anual dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar que usam só mão-de-obra familiar por grupos de renda (%)



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006. Org. Robson Munhoz de Oliveira

Como pôde ser observado o segmento que utiliza “Só mão-de-obra familiar” possui renda extremamente baixa, o que permite enquadrá-los no grupo das famílias de baixa renda que vivem em estado de pobreza, condição que no município afetava 53,65% da população, segundo dados do Censo Demográfico de 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2002/2003. Consoante com os dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) para o município de Chapada Gaúcha, o total de famílias inscritas no Cadastro Único[15] no mês de abril de 2014 era de 2.711 ou 8.968 pessoas (BRASIL/MDS, 2014). A questão da pobreza no município será retomada mais adiante.

É muito comum em todo o município o cultivo destinado apenas à subsistência. Dentro da área do Parque Nacional Grande Sertão Veredas (PARNA GSV), por ocasião da elaboração do Plano de Manejo dessa unidade, a Funatura (2003) identificou apenas agricultura para o autoconsumo, com área média de 1,13 hectares por família, tendo como principais culturas o arroz, o feijão, o milho e a mandioca. A principal atividade produtiva das comunidades situadas dentro do perímetro do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, era a pecuária extensiva, utilizando o pasto nativo do Cerrado.

Segundo a Funatura (2003), praticamente todas as famílias situadas dentro da área do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, utilizam a prática da queimada, o que também se aplica às comunidades estudadas no presente trabalho, conforme corroborado pela declaração dos entrevistados em pesquisa de campo.

Segundo o Censo Demográfico (2000 e 2010), a população total do município no ano de 2000 era de 7.270 e em 2010 a população alcançou a marca de 10.805 pessoas, apresentando acréscimo de 48%, portanto, muito acima do acréscimo populacional da MRG de Januária que foi de 6,2% no período. Em 2010, a população total do município representava 0,05520% da população do estado de Minas Gerais, que em 2010 era de 19.572.330 (IBGE, 2010).

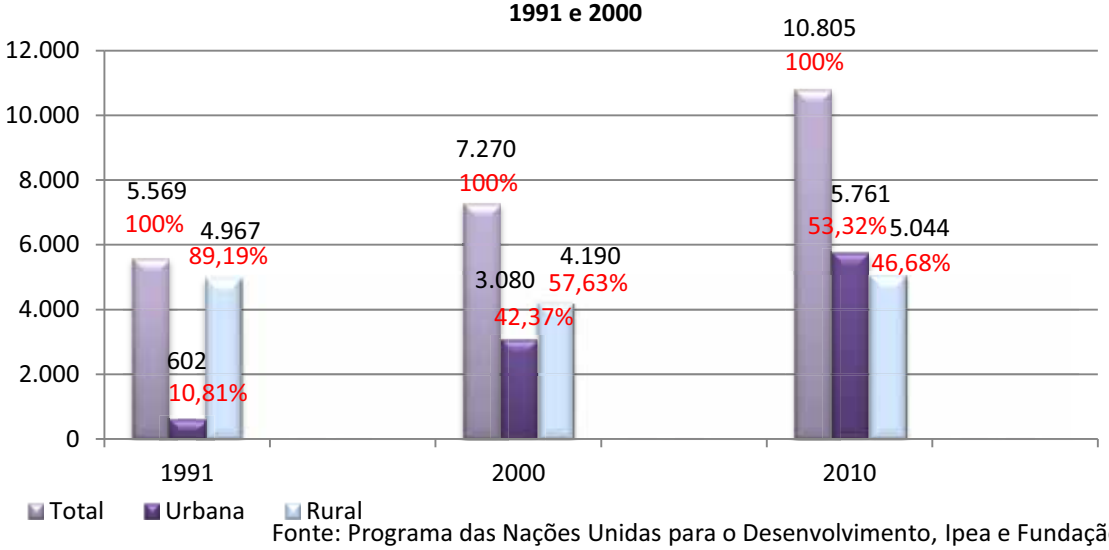
Segundo o IBGE (2010), em 2010 a população urbana do município representava 53,32% e a população rural representava 46,7% (Figura 23). Importa frisar que o município apresenta índice de população rural muito acima da estadual que era de 14,7% e da nacional que é de 15,6%, o que demonstra o peso da

[15] “O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa; ou renda mensal total de até três salários mínimos.” (BRASIL, 2014, s/p).

população rural para o município. Acrescenta-se ainda que destes 5.761 habitantes considerados pelo Censo Demográfico como urbanos, 1.561 estavam situados fora da sede do município, portanto em aglomerações urbanas com forte influência da dinâmica rural.

Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (ADHB), no período entre 2000 e 2010, a população de Chapada Gaúcha teve incremento médio de 4,04% ao ano, sendo que no período entre 1991 e 2000, esse incremento foi de 3,01% ao ano, ou seja, bastante superior à taxa média do estado de Minas Gerais que foi de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000 e superior à média nacional que foi de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000 (ADHB, 2014).

Figura 23: População total, rural e urbana do município de Chapada Gaúcha – MG, 1991 e 2000



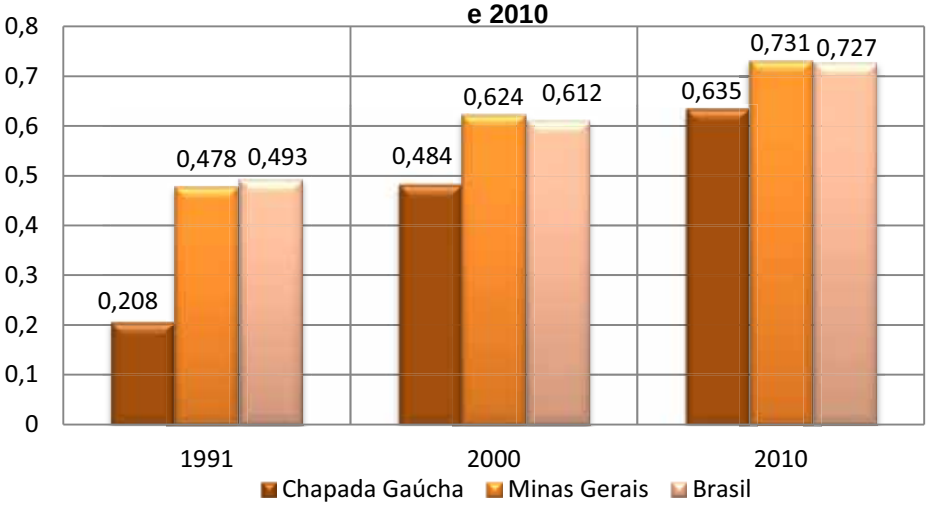
Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Ipea e Fundação João Pinheiro. Org. Robson Munhoz de Oliveira

A densidade demográfica do município de Chapada Gaúcha que em 2010 era de 3,32 hab./km^2 também apresenta índice inferior ao da MRG de Januária que era de 8,26 hab./km^2, do estado de Minas Gerais que era de 33,41 hab./km^2, da Região Sudeste que era de 86, 92 hab./km^2 e do Brasil que era de 22,43 hab./km^2.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) da Chapada Gaúcha era de 0,208 em 1991; de **0,484 em 2000 e de 0,635 em 2010**, inferior à média mineira que era de 0,478 em 1991, 0,624 em 2000 e 0,731 em 2010 e à nacional que era de 0,493 em 1991, 0,612 em 2000 e 0,727 em 2010 (Figura 24). Deste modo, o município vem paulatinamente reduzindo a distância do estado e país em

relação as três dimensões mensuradas pela pesquisa - Longevidade, Educação e Renda.

Figura 24: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal em 1991, 2000 e 2010



Fonte: Organização das Nações Unidades/Atlas de Desenvolvimento Humano, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2013.
Org. Robson Munhoz de Oliveira

Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, a Chapada Gaúcha ocupa a 3.393º posição no ranking do IDHM em 2010, em relação aos 5.565 municípios brasileiros, sendo que 3.392 (60,95%) municípios brasileiros estão classificados em situação melhor que o município em relação a IDHM e 2.173 (39,05%) estão classificados em situação igual ou pior. Em relação aos 853 municípios mineiros, a Chapada Gaúcha ocupa a 623º posição no ranking do IDHM em 2010, sendo que 622 (72,92%) municípios estão classificados em situação melhor que a Chapada Gaúcha em relação ao IDHM e 231 (27,08%) municípios estão em situação pior ou igual (ADHB, 2014).

Segundo dados do Censo Demográfico de 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2002/2003, a incidência da pobreza[16] no município acomete de 53,65% população, portanto, superior ao percentual de Minas Gerais que é de 26,60% e da Região Sudeste que é de 29,12%. O município está incluído nos 32,6% dos municípios brasileiros que possuem mais da metade da sua população vivendo em estado de pobreza. Na Região Sudeste, 13,3% dos municípios tem mais da metade da sua população vivendo em estado de pobreza.

[16] O IBGE considera como pobre o individuo que não consegue ter acesso a uma cesta alimentar e de bens mínimos necessários a sua sobrevivência. (IBGE, 2010)

Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil em 2010, 39,21% da população de 18 anos ou mais completou o ensino fundamental e 22,94% completou o ensino médio, ao passo que para o estado de Minas Gerais esse indicadores eram melhor que para o município, ou seja, eram de 51,43% e 35,04% respectivamente. “Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade. A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHM Educação” (ADHB, 2014, s/p).

Os dados para o município, sempre piores que para o estado, demonstram a necessidade de se fortalecer as políticas direcionadas ao campo, não apenas pelo peso relativo da população rural - 46,7% - que certamente poderia contribuir consideravelmente para dinamizar a economia urbana, mas, especialmente, porque os indicadores sociais piores normalmente são deste grupo.

Kageyama; Hoffmann (2006, p. 97) asseveram que, no caso brasileiro “[...] A distribuição da pobreza [...] difere significativamente da distribuição tanto regional como urbano-rural da população, confirmando que o Nordeste e a zona rural continuam a ser os grandes ‘depósitos’ da pobreza no Brasil.”

No que toca a esse aspecto, Mercadante (2003, p. 49) ressalta que:

> É precisamente neste segmento de pequenos produtores ao qual haveria que adicionar a maior parte da população agrícola que não tem acesso a terra que se concentram os fenômenos de pobreza relativa e absoluta no campo. Agregue-se o fato de que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, ao gerar uma concentração da propriedade do capital ainda maior do que a da propriedade da terra contribuiu para reproduzir e amplificar o processo de concentração e polarização da distribuição da renda no setor rural.

No Brasil, no mês de abril de 2014, existiam 27.884.336 famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal familiar de até três salários mínimos, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais, o que corresponde a 86.243.847 pessoas pertencentes às famílias de baixa renda (BRASIL, 2014, s/p)

No estado de Minas Gerais, o total de famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único em abril de 2014 era de 2.807.746, o que correspondia a 8.902.605 pessoas, de forma que o estado representava 10,1% do total de famílias brasileiras e 10,3% do total de pessoas inscritas no Cadastro Único (BRASIL/MDS, 2014). Considerando que Minas Gerais, com seus 20.593.356[17] habitantes, representava

[17] Estimativa do IBGE com data de referência em 1º de julho de 2013.

10,3 % em 2013, dos 201.032.714[18] brasileiros, podemos concluir que a representatividade estadual inscrita no Cadastro Único frente ao país é proporcional, o que não se verifica na comparação do estado de Minas Gerais com o município de Chapada Gaúcha (IBGE, 2013).

Assim, no município de Chapada Gaúcha-MG, o total de famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único no mês de abril de 2014 era de 2.711 ou 8.968 pessoas, representando 0,097% do total de famílias em nível estadual e 0,1% do total de pessoas inscritas no Cadastro Único, apesar de o município com seus 11.972[19] habitantes em 2013 representar apenas 0,058% da população total do estado. Os dados demonstram discrepância na representatividade do município, haja vista que o número de pessoas do município inscritas no Cadastro representa um percentual quase duas vezes superior a sua participação no total da população estadual (IBGE/CENSO, 2013 e BRASIL/MDS, 2014).

Considerando a estimativa do IBGE para o município de Chapada Gaúcha de 11.972 habitantes para 2013 e os dados do MDS de 2014, podemos afirmar que em abril de 2014 existiam 5.621 (cerca de 47%) de pessoas vivendo com renda per capita mensal de até R$ 70,00; 1.309 (cerca de 11%) com renda per capita mensal entre R$ 70,01 e 140,00; 6.930 (cerca de 58%) com renda per capita mensal de até R$ 140,00; e 8.371 (cerca de 70%) com renda per capita mensal de até meio salário mínimo. Considerando a estimativa de que a população municipal representa 0,0581% da população estadual, conforme pode se constatar pela Tabela 18, em relação ao percentual de pessoas de baixa renda, entendida, conforme o MDS, como aquelas que têm renda mensal de até meio salário mínimo, assim como para os demais grupos, que o município possui indicadores piores que os estaduais.

Tabela 18: Pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal no município de Chapada Gaúcha em abril de 2014

	Até 1/2 Salário Mínimo	**Até R$ 140,00**	**Entre R$ 70,01 e 140,00**	**Até R$ 70,00**	**Total**
Chapada Gaúcha	8.371	6.930	1.309	5.621	8.968
Minas Gerais	2.393.315	1.609.798	650.321	959.477	2.807.746
Chapada G./MG	0,35	0,43	0,20	0,59	0,32
Brasil	24.640.692	18.740.708	5.381.709	13.358.999	27.884.336

Fonte: Brasil/MDS, Relatórios de Informações Sociais, 2014.
Org. Robson Munhoz de Oliveira

[18] Estimativa do IBGE com data de referência em 1º de julho de 2013.
[19] Estimativa do IBGE com data de referência em 1º de julho de 2013.

Dentre as 2.711 famílias com até três (03) salários mínimos[20] inscritas no Cadastro Único no município de Chapada Gaúcha em 2014, 1.594 famílias, ou 58,79%, possuíam renda per capita familiar de até R$ 70,00, enquanto em Minas Gerais esse percentual é de 34,17% e para o Brasil é de 47,91%. Dentre estas 2.711 famílias inscritas no Cadastro Único no município de Chapada Gaúcha, 1.920 famílias ou 70,82% possuíam renda per capita familiar de até R$ 140,00, enquanto em Minas Gerais esse percentual é de 57,33% e para o Brasil é de 67,21%. Dentre estas 2.711 famílias inscritas no Cadastro Único no município de Chapada Gaúcha, 2.370 ou 87,42%, possuíam renda per capita até meio salário mínimo, enquanto em Minas Gerais esse percentual é de 85,23% e para o Brasil é de 88,37%. Os dados ratificam que o percentual de pobres no município é superior à taxa do estado, embora se aproxime da média nacional que é fortemente influenciada pela pobreza da região Nordeste (Tabela 19) (BRASIL/MDS, 2014).

Tabela 19: Número de Famílias inscritas no Cadastro Único para Chapada Gaúcha e Minas Gerais segundo a renda per capita familiar em abril de 2014.

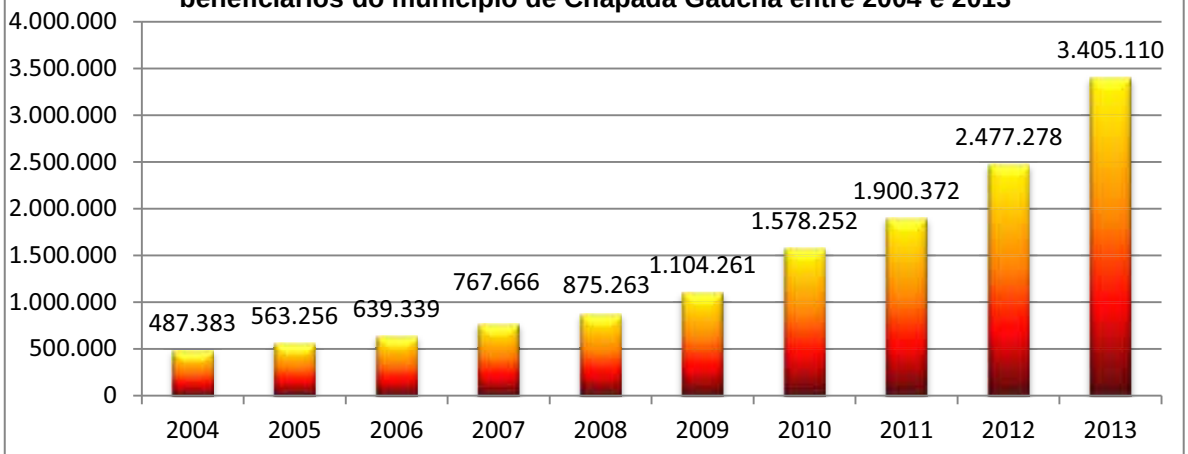
	Até 03 salários mínimos	**%**	**Até R$ 70,00**	**%**	**Até R$ 140,00**	**%**	**Até meio salário mínimo**	**%**
Chapada Gaúcha	2.711	100	1.594	58,79	1.920	70,82	2.370	87,42
Minas Gerais	2.807.746	100	959.477	34,17	1.609.798	57,33	2.393.315	85,23
Brasil	27.884.336	100	13.358.999	47,91	18.740.708	67,21	24.640.692	88,37

Fonte: Brasil/MDS, Relatórios de Informações Sociais, 2014.
Org. Robson Munhoz de Oliveira

Entre 2004 e 2013 a soma de recursos transferidos para beneficiários pelo Programa Bolsa Família no município de Chapada Gaúcha teve aumento de 598,65 % (Figura 25).

[20] Os dados se referem ao mês de abril de 2014 quando o salário mínimo era de R$ 724,00.

Figura 25: Recursos transferidos pelo Programa Bolsa Família para beneficiários do município de Chapada Gaúcha entre 2004 e 2013



Fonte: Portal da Transparência, 2014. Org. Robson Munhoz de Oliveira

O Bolsa Família constitui-se em um programa de transferência condicionada de renda direcionado às famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único. O inciso I do Art. 4 do Decreto 6.135 de 2007, define como família “a unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todos moradores em um mesmo domicílio.”; “família de baixa renda” é “aquela com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo; ou b) a que possua renda familiar mensal de até três salários mínimos;”. O Domicílio é definido no inciso III como “o local que serve de moradia à família;”.

No mês de maio de 2014, o referido Programa beneficiou 1.154.015 famílias no estado de Minas Gerais, enquanto no município de Chapada Gaúcha beneficiou 1.458 famílias, representando uma cobertura de 115,0% da estimativa de famílias pobres no município no mês de maio de 2014 que, segundo o IBGE, em 2010 era de 1.268 famílias.

A Tabela 20 nos permite observar que o percentual do montante recebido pelas famílias no município de Chapada Gaúcha em relação ao estado de Minas Gerais foi de 0,173% (BRASIL/MDS, 2014, s/p), mais uma vez um percentual bastante superior a representação da população total do município em relação à população do estado em 2013 que era de 0,058% (IBGE, 2013), o que significa dizer que o município necessita emergencialmente tomar medidas que leve à superação da pobreza, proporcionando às famílias do campo e da cidade, condições de sobrevivência sem a dependência de políticas mitigatórias como o Programa Bolsa Família, que devem ser provisórias.

Tabela 20: Montante de recurso destinado ao Programa Bolsa Família (Lei nº 10.836 de 2004) em Minas Gerais e no município de Chapada Gaúcha-MG no ano de 2013.

	Recursos recebidos do Bolsa Família-2013 (R$)	**%**	**População total - 2010**	**%**	**Estimativa População total – 2013***	**%**
Minas Gerais	1.969.640.876	100	19.597.330	100	20.593.356	100
Chapada Gaúcha-MG	3.405.110	0,173	10.805	0,055	11.972	0,0581

Fonte: IBGE, 2010, 2013 e Portal da Transparência, 2014.
*Estimativa do IBGE com data de referência em 1º de julho de 2013.
Org. Robson Munhoz de Oliveira

As famílias do município receberam no mês de maio de 2014 benefícios com valor médio de R$ 195,78 e o valor total transferido pelo governo federal em benefício das famílias atendidas alcançou R$ 285.448,00 nesse mesmo mês.

Maia (2014, p. 12), referindo-se ao Programa Bolsa Família, destaca:

> O desafio ainda é grande: o critério de inclusão precisa permitir a ultrapassagem para o atendimento de famílias pobres e não apenas indigentes, como de fato vem ocorrendo; o benefício precisa ser elevado para um patamar de pelo menos um salário mínimo; a transferência monetária precisa ser mais articulada ao acesso a serviços sociais básicos e a políticas e programas sociais estruturantes; os Programas de Transferência de Renda, como outros programas sociais, precisam, sobretudo, ser articulado a uma Política Econômica que seja capaz de distribuir a renda e a riqueza socialmente produzida, gerar emprego e renda para a população que tenha condições de se autonomizar.

É inegável a importância dos recursos do Programa Bolsa Família para a manutenção da população no campo e para a economia municipal, todavia, não é suficiente, exigindo do Estado, em municípios como a Chapada Gaúcha, o aproveitamento de recursos locais, como o extrativismo de frutos nativos como alternativa de geração de renda.

De acordo com dados do Cadastro Central de Empresas do IBGE de 2006, o município de Chapada Gaúcha possuía um total de 149 empresas. Desse total, 54,46% foram classificadas como pertencentes ao “Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas” e 12,50% pertencente a “Outras atividades de serviços”. Das 149 empresas, 143 ou 96% empregavam entre 1 e 4 funcionários, ou seja, a grande maioria das empresas empregava um número bastante reduzido de pessoas.

Os dados do Cadastro Central de Empresas do IBGE registraram para o município de Chapada Gaúcha, em 2012, um total de 112 empresas, portanto, 37 empresas a menos que em 2006, quando foi registradas 149 empresas. Apesar disso, o número de pessoas ocupadas no município cresceu de 55 pessoas em

1997 para 523 em 2006 e 884 em 2012, ou seja, obteve acréscimo de 1507% entre 1997-2012, mostrando que a cidade está experimentando certo dinamismo econômico.

Por sua vez, o Produto Interno Bruto (PIB) municipal cresceu 296,2% entre 1999 e 2011, com destaque para o setor secundário que apresentou crescimento de 791,1% no período (Tabela 21).

Tabela 21: PIB do município de Chapada Gaúcha por setor entre 1999 a 2011 (em mil reais)

	1999	2011	Crescimento no período	%
Agropecuária	10.882	24.891	14.009	128,7
Indústria	766	6.826	6.060	791,1
Serviços	7.103	42.845	35.742	503,2
Impostos sobre produtos líquidos de subsídios	550	1.902	1.352	245,8
PIB per capita		6.903		
PIB a preços correntes	**19.301**	**76.465**	**57.164**	**296,2**

Fonte: IBGE, 1999 e 2011, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.
Org. Robson Munhoz de Oliveira

Na comparação com o país, o PIB municipal cresceu 7,2% a mais no período analisado, tendo ficado 7,9% acima do PIB da MRG de Januária e 33,9% abaixo do PIB estadual, o que demonstra melhor desempenho que o conjunto do país e da região e desempenho muito abaixo do estadual (Tabela 22). Da Tabela 22 se apreende ainda que a participação do PIB municipal no PIB da microrregião obteve ganho de 0,10%.

Tabela 22: Produto Interno Bruto a preços correntes, Brasil, Minas Gerais, MRG de Januária e Chapada Gaúcha, 1999 a 2011 (em mil reais)

	1999	2011	Crescimento no período	%
Brasil	1.064.999.712	4.143.013.337	3.078.013.625	289,0
Minas Gerais	89.789.782	386.155.622	296.365.840	330,1
MRG Januária - MG	415.612	1.613.798	1.198.186	288,3
Chapada Gaúcha	19.301	76.465	57.164	296,2
Participação do Munic. na MRG	4,64%	4,74%	-	0,10%

Fonte: IBGE, 1999 e 2011, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.
Org. Robson Munhoz de Oliveira

Considerando o ritmo de crescimento do PIB do município, conclui-se que a pobreza tem como causa, antes a injusta da distribuição da riqueza, que sua escassez, refletindo o que ocorre em todo país. O Brasil encontra-se atualmente

entre as 10 maiores economias do mundo, mas permanece entre as nações com pior distribuição de renda.

Considerando o atual quadro de automação de todos os setores produtivos, a tendência é a criação de emprego em um ritmo proporcionalmente inferior ao crescimento da economia ou mesmo o decréscimo do número de empregos em função da automação da base técnica produtiva. Além disso, neste cenário a geração de novos empregos será certamente por mão-de-obra qualificada, podendo agravar o quadro de pobreza do município de Chapada Gaúcha.

O Brasil é um país desigual que carrega uma herança de injustiça e que mantem historicamente à margem uma parcela considerável de sua população no que tange ao acesso as condições mínimas de dignidade e cidadania. No caso brasileiro, o problema não é apenas do número de pobres, mas também se refere à distribuição de renda, dimensões que não podem ser confundidas e que comportam, portanto, soluções distintas, pois além de muitos pobres, o Brasil é marcado por uma parcela extremamente reduzida da população concentrando grande parcela da renda e da riqueza produzida socialmente.

De acordo com Mercadante (2003, p. 39), a desigualdade no Brasil está associada a três vetores principais:

> i) à matriz social originária, fundada na concentração da terra e do poder político [...]; ii) ao caráter patrimonialista do Estado e à forma como são obtidos e utilizados seus recursos (o caráter regressivo do sistema tributário e a apropriação privada dos recursos públicos pelos grupos que controlam ou se beneficiam do poder político, por exemplo); iii) ao caráter concentrador e excludente dos modelos econômicos historicamente adotados no país, voltados para a acumulação do capital e preservação e reprodução dos interesses dos grupos econômicos internos e externos que ocupam uma posição hegemônica na estrutura de poder político.

Mercadante (2003, p. 51) acrescenta que para criar uma sinergia entre distribuição de renda e crescimento econômico “[...] é necessário muito mais do que adicionar aos modelos econômicos tradicionais políticas compensatórias [...]”, pois isso apenas atenua expressões localizadas da exclusão social e, portanto, não são suficientes para suplantar os mecanismos de reprodução e aprofundamento da desigualdade e da pobreza em curto prazo. O autor acredita que a única forma de dar solução efetiva aos problemas de pobreza e da desigualdade social no Brasil é incorporando as políticas públicas mecanismos redistributivos; o estabelecimento de um novo padrão de inserção internacional que reduza nossa vulnerabilidade externa

e resgate nossa autonomia de decisões na esfera econômica; e, por fim, mas não menos importante, desenvolver a democracia.

A Chapada Gaúcha, emancipada em 1995, é um município ainda muito jovem, mas que dispõe de pouca oferta de serviços em todas as áreas. Entretanto, é importante dizer que, com a expansão e consolidação do agronegócio, o município de Chapada Gaúcha vem atraindo pessoas de diversos municípios circunvizinhos, com destaque para Januária-MG, Arinos-MG, Formoso-MG, São Francisco-MG, Cocos-BA e todas as comunidades rurais da área desses municípios, mas, especialmente, de sua própria área rural. São pessoas que foram em busca de melhores oportunidades, especialmente para trabalhar no comércio e nas fazendas produtoras de soja e semente de capim.

Apesar disso, o que se apreende dos dados é que a economia do município possui baixa empregabilidade, absorvendo uma parcela ínfima da população que é de 10.805 (IBGE, 2010), restando à esmagadora maioria, a informalidade ou a migração para as cidades de grande e médio porte, especialmente Brasília.

O município de Arinos, distante 100 km da Chapada Gaúcha, embora não componha a MRG de Januária, exerce grande influência sobre seus habitantes em virtude da maior oferta de serviços. Essa polarização foi intensificada com o asfaltamento da MG-479 em 2012, que liga os dois municípios. Não menos importante, o município de Montes Claros, o mais importante polo comercial do Norte de Minas Gerais, constitui-se em outro pólo de atração dos moradores do município de Chapada Gaúcha.

A sede do município de Chapada Gaúcha e São Francisco estão interligadas por estrada não pavimentada, distanciadas 129 km uma da outra, ao passo que a sede do município de Januária dista 163 km da sede do município de Chapada Gaúcha-MG, interligadas por estrada não pavimentada. Chapada Gaúcha ainda é, em certa medida, polarizada por Januária-MG, cidade que vem perdendo para esta o título de capital econômica da MRG de Januária-MG, devido ao desenvolvimento do agronegócio.

Por sua vez, Brasília-DF, a metrópole mais próxima do município de Chapada Gaúcha, dista 329 km por asfalto, constituindo-se no principal destino quando a procura é por empregos e serviços mais especializados não ofertados na região. Por sua vez, Belo Horizonte-MG, distante 820 km de Chapada Gaúcha - 640 km por

estrada pavimentada e 180 km não pavimentada - devido à distância possui uma pequena capacidade de atração sobre as pessoas do município.

A quase totalidade das estradas que interligam as comunidades rurais entre si e com a sede do município, assim como as estradas que ligam o município a outras partes da região, não são pavimentadas, fazendo dessa cidade um espaço relativamente isolado, especialmente no que toca às comunidades rurais.

Importa destacar que esse isolamento que perdura desde décadas remotas, constitui fator explicativo de manutenção das populações tradicionais e seus modus vivendi. Não menos considerável para esse processo que ensejou forjar um modo de vida peculiar foi a interação entre a sociedade e o peculiar quadro ambiental desse subespaço regional.

A forma de organização social da MRG de Januária-MG nos idos do século XVII, XVIII, XIX e início do século XX ao ser contrastada com as observações empíricas feitas nos estudos de campo no ano de 2014, permite constatar que muitas coisas ainda foram mantidas em seu lugar, como a relação de compadrio; os costumes da caça e pesca, não apenas como divertimento, mas como necessidade de suprimento de proteínas; a criação de animais, principalmente o gado; a posse como principal meio de acesso à terra; a prática da agricultura, essencialmente para autoconsumo; a construção das habitações e objetos de uso cotidiano a partir dos recursos naturais locais; o uso do cavalo e do rio como importantes vias de comunicação entre cidades e comunidades, embora para as longas e médias distâncias, o mais usual seja o uso dos veículos automotores; a coleta de frutos nativos; entre outros elementos.

Todavia, tanto esse isolamento, como o ambiente natural como substrato para a constituição dos territórios das comunidades tradicionais, necessita ser reinterpretado após a chegada dos gaúchos, das empresas reflorestadores e a criação das Unidades de Conservação. É dentro deste contexto socioambiental que defendemos o extrativismo de frutos nativos do Cerrado como alternativa de reprodução sociocultural das comunidades tradicionais da região como estratégia de conservação da Natureza. Essa preocupação constituirá o cerne de nosso trabalho nas linhas que se seguem.

Quando da chegada dos gaúchos, vale frisar que a construção identitária dos Cerradeiros estava pronta, pois a existência de uma representação coletiva da identidade estava forjada entre os membros tradicionais das comunidades

estudadas e não se fez sem referências étnicas como ocorreu no caso dos mamelucos/brasilíndios e afro-brasileiros, que eram não-indígenas, não-europeus e não-negros, se vendo como diferentes e, portanto, fundaram-se brasileiros, como colocou Darcy Ribeiro.

Entre as populações tradicionais da Microrregião Geográfica de Januária já existia suficiente unidade cultural, passível de ser identificada por “estranhos”, seja no plano biótipo, sobretudo relacionado a sua aparência, nem tanto do homem europeu, mas dos traços herdados dos indígenas e do negro, com especial destaque para as práticas culturais coletivas, se diferenciando pela culinária, forma de produzir, de falar, de vestir, da musicalidade, dos rituais praticados, ainda que no âmbito do cristianismo, dentre outras inúmeras particularidades que os caracterizam como entidade unitária, culturalmente distinta e oposta.

Apesar de suas nuanças internas, o “estranhamento” das populações tradicionais da região, quando da chegada dos gaúchos, fortaleceu sua identidade e existência coletiva, contribuindo para consolidar sua essência como grupo diferenciado culturalmente. Ao se reconhecerem como iguais possuíam elementos suficiente para oporem-se aos migrantes do sul.

Ribeiro (1995) observa que debaixo da uniformidade identitária que deu origem à unidade nacional, subsistem tensões que são travadas entre classes sociais e que as atrocidades que representou o processo de fusão racial e cultural no Brasil são negadas pela classe dominante.

> É bem provável que o brasileiro comece a surgir e a reconhecer-se a si próprio mais pela percepção de estranheza que provocava no lusitano, do que por sua identificação como membro das comunidades socioculturais novas, porventura também porque desejoso de remarcar sua diferença e superioridade frente aos indígenas. (RIBEIRO, 1995, p. 127)

Muito embora compartilhando o fato de ser brasileiro, falar a mesma língua, fundarem suas crenças no monoteísmo cristão e tantos outros traços em comuns, a diferenciação dos modos de vida gaúcha e Cerradeira nos seus diversos aspectos era notória. O fato de serem brasileiros não transcende o fato de serem culturalmente distintos. Somava-se a esse processo, a postura negativa do gaúcho, que enxergava no nativo uma gente inferior, obsoleta e, por vezes, retrógrada como nos foi relatado em pesquisa de campo pelos membros das comunidades tradicionais entrevistados.

Entretanto, a miscigenação é um processo inevitável, como já vem ocorrendo, e certamente ocorrerá em maior intensidade. A expressão “uai-tchê” ou “mineiruchos”, usadas a título de brincadeira pela população local, demonstra a transposição de identidade, por um lado, e o reconhecimento da aculturação, por outro. Os dados do Censo Demográfico corrobora essa afirmativa ao revelarem que para 2010, existiam na MRG de Januária 78% de “pretas e pardas” e apenas 17% “branca”, entre pessoas com 10 a 17 anos[21].

Em relação às características dos chapadenses, Bertran (1999, p. 69) descreve: “E aqui e ali, também nas vivendas da população fortemente ruralizada, notam-se moços e crianças já de filhos da terra, mistos de agricultores sulistas [...] com aquele interessante povo mineiro e baiano [...]” (BERTRAN, 1999, p. 69).

Mourão (2011, p. 88) analisa que:

> Esta mistura de gaúchos e sertanejos sucedeu em aspecto diferenciado aos hábitos da cidade. A cultura gaúcha está em cada detalhe: nas casas de carnes, churrasco, muita erva-mate, cuia e chimarrão em todos os lugares. Aliás, o chimarrão é comum nas casas e nos ambientes de trabalho. Os times de futebol favoritos são os do Rio Grande do Sul, com o mesmo favoritismo dos times mineiros. [...]

Apesar da miscigenação, o auto-reconhecimento das populações tradicionais como manifestação da consciência das suas diferenças de origem e de cultura, não se faz apenas no confronto com a “sociedade urbano-industrial e com as formulações político-ideológicas” dessa mesma sociedade, como escreveu Diegues e Arruda (2001, 73), mas também com sociedades rurais de origem e orientações política-ideológicas distintas.

Neste contexto, o que se desenha com bastante clareza é o confronto, entre o conhecimento “mais” e conhecimento “menos”, entre o velho e o novo, arcaico e moderno, refletindo as matrizes distintas da maneira de se pensar o fazer. Esse processo é a forma mais pura de colisão entre o local, o extra-local e o global, ao mesmo tempo em que ideologias distintas e distantes se chocam e o hegemônico e o hegemonizado se estranham. Conflitam-se em espaços coincidentes de temporalidades distintas. São os tempos antagônicos das populações tradicionais e do forasteiro. O tempo lento da Natureza e o tempo acelerado do capital se estranha e se entrelaça num território forjado por acumulação de tempos e ritmos desnivelados.

[21] Os dados do Censo Demográfico para as demais faixas não estão disponíveis.

A conformação de um território gaúcho em terras mineiras, ampliado pelo processo de territorialização sobre as terras tradicionais de uso comum das comunidades tradicionais, resulta em um latente conflito que é tornado mais complexo com a criação do Parque Estadual da Serra das Araras e RDS Veredas do Acari Vereda do Acari, os quais abordaremos nos próximos capítulos. Antes, porém, buscaremos apresentar algumas características do que estamos denominando de populações tradicionais e populações cerradeiras.

1.3 Características das populações tradicionais

Quando se reduz a escala de análise da sociedade nacional brasileira para o que se vem denominando na academia, no meio oficial ou por auto-reconhecimento de "Populações Tradicionais[22]", é possível constatar que esse grupo social possui traços culturais em comum e semelhantes lógicas de organização, portanto, é um grupo diferenciado socialmente, tanto distinto da população urbanizada, como dos agricultores mais integrados ao mercado, e mesmo daquele segmento denominado Agricultor Familiar.

Não obstante, as Populações Tradicionais, com suas nuances, não são homogêneas, mas, antes constituem uma Unidade Social Plural. Malgrado seja uma Unidade Social porque possui muitos traços em comum ou semelhante, quase sempre herdados de suas origens negras, europeias e indígenas, é Plural porque são constituídas de grupos sociais diferentes entre si, com culturas e tradições distintas, marcado por sotaques e adaptados a microcosmos ambientais.

As "Populações Tradicionais" estão incluídas no que Diegues (1996) denomina de "Sociedades Tradicionais". Para esse autor, as "Sociedades Tradicionais" possuem base econômica e sociocultural, que podem ser tipificada pelas seguintes características:

a) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado; b) reduzida acumulação de capital; c) não se utilizam de força de trabalho assalariada; d) modo de produção mercantil independentes em pequena escala; e) uso de recursos naturais renováveis; e) dependência e interação com a

[22] O SNUC, Lei Nº 9.985/2000, também adota o termo "populações extrativistas tradicionais" (Art.18).

Natureza e seus ciclos, que se traduzem em estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais; f) tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o ambiente; g) combinam diversas atividades econômicas dentro de um complexo calendário; h) reutilização dos dejetos e relativamente baixo nível de poluição; i) noção de território do grupo social que se reproduz; j) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra; l) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e as relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; m) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas; n) reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final; o) fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos; p) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta; q) aproveitam intensivamente a mão-de-obra familiar; r) suas tecnologias são de baixo impacto sobre o ambiente e derivam de conhecimentos patrimoniais; e, s) estão presentes há muito tempo na região, muito embora não possuam registro legal de propriedade privada individual da terra. Definem apenas o local de moradia como parcela individual de modo que o restante do território é visto como área de uso comunal, tendo seu uso regulamentado pelos costumes e normas compartilhadas no interior do grupo. (DIEGUES, 1996, DIEGUES; ARRUDA, 2001 e DIEGUES, 2006).

Para Toledo (1994, p. 24) citado por Dayrell (1998), a fonte predominante de energia entre estes grupos sociais é a solar e baseiam-se nos seus próprios saberes e crenças. Para Dayrell (1998), as “populações tradicionais” também podem ser trabalhadores rurais diaristas, migrando em determinadas épocas do ano, e acrescenta que “tradicional” não significa um sistema cultural estático, mas um sistema dinâmico.

Num primeiro momento, essas populações não querem ser reconhecidas ou se reconhecem como Tradicionais, ou seja, como um grupo diferenciado socialmente do conjunto da sociedade nacional, isso porque, vivem dispersas territorialmente, sem contiguidade espacial, o que dificulta sua identificação com outros grupos tradicionais. Apenas mais recentemente, parcelas desse grupo têm se auto-identificado como tradicionais, sobretudo por força de organizações e

movimentos sociais que disputam território com empresas capitalistas e Unidades de Conservação. Também é recente o reconhecimento pelo Estado brasileiro desse grupo Tradicional.

Diegues; Arruda (2001) escrevem que, até recentemente, esse outro sem visibilidade no Brasil, era identificado como o índio, havendo pouca preocupação com outras formas de alteridade. É muito recente no país o reconhecimento de identidades socioculturais, tanto no campo dos estudos científicos, quanto no plano do auto-reconhecimento dessas populações tradicionais, como portadoras de uma tessitura social própria.

Na presente pesquisa adotamos o conceito de Populações Cerradeiras para designar o conjunto das Comunidades Cerradeiras presentes em áreas do bioma Cerrado e, em particular, as comunidades estudadas no município de Chapada Gaúcha. Destarte, entendemos que as Populações Cerradeiras são parte das "Sociedades Tradicionais" que, segundo Diegues; Arruda (2001, p. 66), serve para designar grupos humanos com características culturais distintas e que historicamente, construíram e reproduziram modos de vida peculiares de forma mais ou menos isolada, baseado na cooperação social e relações próprias com a Natureza. "[...] Essa noção refere-se tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional, que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos."

O termo "Cerradeiro" foi cunhado por Mendonça (2012), entretanto, ao passo que esse autor usa "Povos Cerradeiros"[23], optamos pelo uso da denominação "Populações Cerradeiras" ou "Comunidades Cerradeiras", visto que consideramos o termo "Povos" mais apropriado para designar Povos Indígenas, grupos também considerados "tradicionais".

Tomados no conjunto, as Populações Cerradeiras se diferenciam da sociedade urbano-moderna e daquelas comunidades rurais mais fortemente integradas ao modelo capitalista, seja pela base material que lhes dão existência, marcada por meios técnicos de baixo impacto ambiental, seja pela forma de produzir

[23] Segundo Mendonça (2012, p. 03), Povos Cerradeiros: "Refere-se às classes sociais trabalhadoras/produtoras que historicamente viveram/vivem nas áreas de Cerrado e constituíram/constituem formas de uso e exploração da terra a partir das diferenciações naturais-sociais, experienciando formas materiais e imateriais de trabalho, que denotam relações sociais de produção e de trabalho muito próprias e em acordo com as condições ambientais, resultando em múltiplas práticas sócio-culturais e ambientais adequadas a utilização do Bioma Cerrado."

que os vinculam mais fortemente à Natureza. São grupos sociais que comungam de lógicas semelhantes na relação com a Natureza, fazem uso intensivo do saber tradicional nas práticas de manejo dos recursos naturais e na agricultura, na caça e na pesca, assim como fazem uso das técnicas rústicas e manejam recurso de uso comum ou comunal. Outro traço comum é a sapiência que caracteriza estas populações, derivada não apenas do legado indígena, africano e europeu, mas também da experiência da interação com a Natureza no processo de construção territorial.

Malgrado, as sociedades tradicionais Cerradeiras sejam formadas por um conjunto de comunidades que vivem fundadas em modos de vida que possuem muitos traços em comuns, a cada comunidade, a cada família e a cada indivíduo corresponde uma trajetória única. Ao mesmo tempo em que possuem suas peculiaridades, seus modos de vida, sua cultura, suas artes de sobrevivência, suas formas de enlace com a Natureza, se entrecruzam e se confundem em determinados capítulos da história. Essas similitudes são tão mais fortes quanto mais próximos estão espacialmente e diferenciam gradativamente quando inseridos em ambiente natural distintos.

De uma maneira mais ampla, as comunidades tradicionais do Cerrado, ou simplesmente Cerradeiros, são denominados na literatura e pelos movimentos sociais também por Geralistas, pela forma como aproveitam os Gerais, como área de uso comum, seja para o extrativismo, caça ou para cria do gado “à solta” ou “na solta”, para usar as expressões difundidas no cotidiano. Os Cerradeiros também aparecem na literatura com a denominação genérica de Sertanejo, outrora, o Vaqueiro. Também é comum o uso dos termos agroextrativista e extrativista, que embora se refira a certos grupos que têm no extrativismo uma importante fonte de geração de renda, possui caráter bastante amplo.

Algumas denominações são atribuídas para grupos mais específicos, seja pela posição geográfica no Bioma Cerrado, seja pela atividade laboral que exerce. A denominação Geraizeiro, por exemplo, é atribuída às comunidades que habitam a região do norte de Minas Gerais. Costa (2006) anota que o termo é aplicado recorrentemente às comunidades que vivem na margem direita do rio São Francisco. Segundo Dayrell (2000, p. 190): “Os gerais é um termo regional que se refere às áreas localizadas nos planaltos e serras da região [norte mineira] onde predomina a formação vegetal denominada de cerrados [...].” Esse mesmo autor (1998) afirma

que o termo Geraizeiros é especialmente usado para designar aquelas comunidades que vivem sobre/entre a Serra do Espinhaço na região da Serra Gerais em Minas Gerais.

Desta forma, o termo não pode ser atribuído aos moradores de outras localidades do Cerrado, como no caso da área estudada na presente pesquisa. Desse modo, seria equivocada a generalização do uso do termo para designar o conjunto das populações do Cerrado e, portanto, optamos pelo termo Populações Cerradeiras, quando nos referirmos indistintamente as diversas comunidades que vivem nos diferentes nichos ecológicos do Cerrado e Comunidades Cerradeiras para quando nos referirmos às comunidades agroextrativistas estudadas.

As nominações também fazem referência à ocupação de nichos ecológicos como pela ocupação e uso das Veredas, Veredeiros; ocupação das campinas, Campineiros; ocupação das chapadas, Chapadeiros, que segundo Costa (2006) estão na margem esquerda do rio São Francisco. Existe, igualmente, àqueles que ocupam ou usam a barranca e várzea do rio São Francisco, Barranqueiros, Vazanteiros ou Ribeirinhos. No Vale do Gorutuba os Cerradeiros recebem a denominação de Gorutubanos. Existem também as populações aquilombadas, existentes em todos os territórios de Cerrado, que ora são conhecidos por quilombolas, ora por denominações específicas em função do ambiente que habitam e/ou exploram, tais como: Geralistas, Veredeiros, Chapadeiros, Agroextrativistas etc.

Entre populações Cerradeiras, existem agroextrativistas, barranqueiros, vazanteiros, veredeiros, sertanejos, ribeirinhos, quilombolas, pescadores e tantos outros, que em geral não lutam entre si, mas ao contrário, tem seus territórios entremeados, entrecruzados e mesmo assim vivem e convivem em harmonia entre si e com a Natureza.

Outra forma de denominar os grupos mais específicos de Cerradeiros é fazendo referência à atividade que esse grupo exerce. Assim, como nos casos anteriores, a denominação a partir da atividade que o grupo exerce, não deixa de ser uma forma de qualificá-los pelo modo de vida tradicional que o caracteriza, no caso das mulheres quebradeiras de coco babaçu ou Babaçueiras, situadas na mata de cocais; os Raizeiros que vivem da coleta de plantas medicinais situados em todo o Cerrado; os Extrativistas ou Agroextrativistas, que vivem da extração de diversos recursos, mas especialmente o termo designa aqueles que extraem frutos como

pequi[24] (Caryocar brasiliense Camb.), mangaba[25] (Hancornia speciosa Gomes.), cabeça-de-nego[26] (Annona crassiflora Mart.), cagaita[27] (Eugenia dysenterica DC.), buriti[28] (Mauritia fl exuosa L.f.) etc. e a favela[29] (Dimorphandra mollis) também presentes em todo o Cerrado e que normalmente também praticam a agricultura; os Mangabeiros, referem-se especificamente ao grupo que tem na extração do látex para o fabrico da borracha. Poderiam ser acrescidos a essa lista os coletores de Pequi, posto que existe um grupo expressivo especializado na extração desse fruto do Cerrado em toda essa vasta região, entretanto esses são geralmente denominados extrativistas ou agroextrativistas. Existem outras denominações utilizadas para designar grupos que desenvolveram habilidades específicas requeridas para o manejo de nichos ecológicos ou recursos Naturais específicos.

Cabe observar que, estas famílias, ainda que recebam denominações específicas, não vivem da exploração de recursos de um único nicho ecológico, mas normalmente são coletores de diversos frutos do Cerrado, caçadores, pescadores, ainda praticam a agricultura ou a cria de gado "à solta" nos Gerais ou em suas próprias "mangas"[30], em maior ou menor medida. São famílias, homens, mulheres e crianças, que desenvolvem diversas atividades paralelas ou conforme a época do ano, tanto para auto-sustento, como para comercialização do excedente em pequena escala. Em todo caso, são pessoas com raízes locais profundas, cujos ancestrais mais longínquos que se tem na memória, nasceram e foram criados naquela comunidade ou vieram de comunidades próximas.

Portanto, no caso das populações Cerradeiras, o acesso à terra é um ingrediente fundante, mas não se limitando ao uso do solo apenas para a agricultura, como o fazem os denominados Agricultores Familiares, predominantes na região Sul e Sudeste do Brasil, esses geralmente mais tecnificados e mais

[24] Também conhecido popularmente por, piquiá-bravo, pequi, amêndoa-de-espinho, grão-de-cavalo, pequiá, pequiá-pedra, pequerim, suari e piquiá.
[25] Também conhecida popularmente por mangabeira, mangabeira-do-norte, mangabeira-docerrado e fruta-de-doente.
[26] O fruto cabeça-de-nego também conhecido localmente por cabeça e em outras regiões é popularmente conhecido por articum, araticum, marolo e panã.
[27] Também conhecido popularmente por cagaiteira.
[28] Também conhecido popularmente por miriti, carandá-guaçú, carandaí-guaçú, muriti, palmeira-buriti, palmeira-dos-brejos, mariti, bariti, meriti.
[29] Também conhecido popularmente por Barbatimão, barbatimão-de-folha-miúda, faveira, faveiro-do-cerrado, fava-de-arara, farinha, farinheiro, cinzeiro, canafístula, enche-cangalha, faveiro-do-cerrado, barbatimão-de-folha-miúda e canafístula.
[30] "Manga" é uma denominação local usada para designar um pequeno espaço com formação de pastagem plantada, dentro da posse do agroextrativista, destinado a alimentar o gado no período de estiagem.

dependentes do mercado. Os Cerradeiros necessitam, para além do acesso à terra, o acesso ao território para que também possam ter acesso aos frutos da terra, isso porque assentam seu modo de vida no acesso aos recursos Naturais. A matriz do saber tradicional das comunidades Cerradeiras é fruto das tradições indígenas, ocidentais e africanas, cada qual refletindo a história que a conformou em co-evolução com o ecossistema local.

Em suma, os Cerradeiros são parte das Populações Tradicionais que possuem raízes ligadas a terra e ao trabalho no Cerrado, com o qual criaram uma relação de determinação recíproca. Seus modos de vida baseiam-se em uma interação com a Natureza cujos impactos historicamente não se mostraram significativos. O Cerrado forja o homem que o forja. São populações que desbravaram os sertões, gente que vive em forte interação com o lócus do qual se entende parte e de onde tende a ser desterritorializado no período atual. O Cerradeiro é forjado na interação com a Natureza porque o próprio Cerrado é tomado como espaço vital.

A análise dos Cerradeiros nos permite apreender a pluralidade de um sujeito singular. A exemplo dos Povos indígenas, o território tornou-se o ente que liga esse ser social em elaboração à Natureza. Isso é o que se vê na atualidade em rincões no Cerrado.

II
AS CONTRADIÇÕES INERENTES À PRODUÇÃO E À CONCEPÇÃO DE NATUREZA E AOS TERRITÓRIOS PLURAIS

O presente capítulo aborda criticamente as perspectivas que contribuem para reforçar a disjunção entre Sociedade/Natureza, visto que compreendemos que o avanço do componente técnico-científico e informacional não anulou a Natureza e que a Natureza e Sociedade constituem uma totalidade produzida por meio do trabalho social.

Defendemos que a dicotomia Sociedade/Natureza não se aplica a nenhuma sociedade e que essa interação é mais evidente no grupo social das populações tradicionais. Para demonstrar essa premissa, mostraremos como ao longo da história social, o curso da natureza natural foi profundamente transformado, dando origem a uma segunda Natureza culturalizada, ora pelas sociedades modernas, ora pelas sociedades tradicionais. No primeiro caso, empobrecendo ou dilapidando os recursos naturais, no segundo, propiciando sua manutenção e aumento da diversidade, dando origem a territórios plurais e, em ambos os casos, a uma segunda Natureza.

Essa discussão nos parece relevante porque permite compreender as profundas e inseparáveis raízes que as comunidades cerradeiras possuem com seus territórios plurais, portanto demonstra sua capacidade de explorar, seja para uso, seja para troca, os recursos naturais, particularmente os frutos silvestres, sem destruir o ambiente Natural, palco de sua História. Assim, não estaria correta a desterritorialização das comunidades cerradeiras dos espaços Naturais que são convertidos em Unidades de Conservação e Zonas de Amortecimento, conforme verificamos na presente pesquisa. Demostra também a necessidade se realizar um tratamento diferenciado entre os grupos Tradicionais e Modernos.

2.1 A disjunção entre Sociedade/Natureza

A discussão sobre a disjunção entre Sociedade/Natureza acompanha a Geografia como uma sombra, ainda que atualmente, a busca pela superação dessa diáfise possa ser considerada uma prerrogativa.

Smith (1988) ao discutir acerca da “ideologia da natureza”[31] desvela a função social e política do dualismo da natureza em seu Desenvolvimento desigual:

[31] “[...] Eu considero a ideologia como sendo uma ‘reflexão invertida, truncada e distorcida da realidade’. A ideologia não é simplesmente um conjunto de idéias erradas, mas sim um conjunto de

natureza, capital e a produção de espaço. Smith (1988, p. 45) argumenta a necessidade de "[...] renovar a concepção terrivelmente arcaica da natureza que domina o pensamento ocidental [...]" Para cumprir essa tarefa, Smith (1988) tenta reunir os fragmentos da concepção de natureza em Marx, ainda que em sua obra Marx não tenha dado um tratamento conjunto ou explicito a Natureza.

Para Smith (1988), a transformação da natureza e de sua concepção foi reflexo do desenvolvimento do capitalismo industrial que domina tanto o consumo físico quanto o intelectual da natureza e que fez ambos afeiçoando a seus objetivos.

Smith (1988, p. 28) destaca que a concepção de natureza é extremamente complexa e muitas vezes contraditória porque,

> [...] A natureza é material e espiritual, ela é dada e feita, pura e imaculada; a natureza é ordem e desordem, sublime e secular, dominada e vitoriosa, ela é uma totalidade e uma série de partes, mulher e objeto, organismo e máquina. A natureza é um dom de Deus e é um produto de sua própria evolução; é uma história universal à parte, e é também o produto da história, acidental e planejada, é selvagem e jardim. [...]

Smith (1988) afirma que todos esses significados sobrevivem, mas eles são forjados numa concepção essencialmente dual. Iniciemos por abordar um lado deste dualismo, "a natureza externa", para em seguida abordar a outra face, a "universalidade da natureza".

De acordo com Smith (1988, p. 28), a natureza externa é constituída pelo "[...] reino dos objetos e dos processos que existem fora da sociedade. A natureza exterior é primitiva criada por Deus, autônoma; [...] Como árvores e rochas, rios e tempestades [...]."

Smith (1988) sustenta que Francis Bacon teria contribuído com essa concepção dual de natureza, pois Bacon defende uma concepção de natureza explicitamente exterior à sociedade humana, a qual se constitui um objeto a ser dominado e manipulado por meio da aplicação das técnicas - "artes mecânicas" - que são, por sua vez, desenvolvidas pela ciência - "perquirição da natureza".

> A partir de Bacon tornou-se lugar comum que a ciência trate a natureza como exterior no sentido de que o método e o procedimento científicos ditam uma absoluta abstração tanto do contexto social dos eventos e objetos em exame quando do contexto social da própria atividade científica [...]. (SMITH, 1988, p. 31)

---

idéias radicadas na experiência prática, embora seja a experiência prática de uma dada classe social que vê a realidade através da sua própria perspectiva e, ainda assim, de forma parcial. Embora seja, dessa forma, uma reflexão parcial da realidade, a classe tenta universalizar sua própria percepção do mundo" (SMITH, 1988, p. 45).

Para Smith (1988), as raízes históricas desse dualismo remontam mais diretamente a Kant. O autor lembra que Kant distinguiu entre diversas naturezas, sendo a mais importante e talvez mais duradoura, a distinção entre uma natureza interior e outra exterior. Esta primeira compreendia as “paixões cruas” dos seres humanos, e a segunda era constituída pelo “ambiente social e físico” no qual viviam os seres humanos. A mente era o meio, segundo Kant, pelo qual esse dualismo era superado “[...] a mente cognoscente individual experimentava a natureza como uma unidade na mente. [...]” e lembra que a ideologia burguesa acerca da natureza tem como fundição essas dicotomias filosóficas realizadas por Kant. (SMITH, 1988, p. 29)

Por outro lado, a natureza é também claramente concebida como universal ou humana “[...], na qual está implícito que os seres humanos e seu comportamento social são absolutamente tão naturais quanto os aspectos ditos "externos" da natureza. [...]”. Contidos na concepção “universal de natureza”, em contradição a de “natureza exterior”, está explicito que a sociedade, ou seja, a espécie humana é uma entre muitas na totalidade da natureza. Desta forma, haveria duas naturezas, uma exterior ao homem e outras que inclui o homem (SMITH, 1988, p. 28).

A partir de Darwin as pesquisas biológicas passaram a ser tratadas, antes como históricas que como acidentais, entretanto “[...] A Biologia humana era simplesmente uma parte desse sistema. [...]” quando se tentou aplicar os seus conceitos darwinianos para o campo social. Sob este arcabouço teórico a sociedade torna-se um artefato biológico, onde estaria presente a concepção de natureza universal, de forma que a natureza humana era interpretada como um subconjunto da natureza biológica, explica Smith (1988, p. 33).

Por fim, Smith (1988, p. 46) argumenta a favor da tese da função ideológica da concepção universal fundada na natureza-humana, e que em nosso entendimento ainda é atual. Em suas palavras:

> [...] A função escamoteadora da concepção universal hoje é atribuir a certos comportamentos sociais o status de eventos naturais, pelos quais se quer significar que tais comportamentos e características são normais, dados por Deus, imutáveis. A competição, o lucro, a guerra, a propriedade privada, o erotismo, o heterossexualismo, o racismo, a existência de ricos e de despossuídos, ou de "caciques e índios" — a lista é infinita — tudo isso é considerado natural. A natureza, e não a história humana, é considerada responsável; o capitalismo é tratado não como historicamente contingente mas como um produto inevitável e universal da natureza que, enquanto ele possa estar hoje em pleno apogeu, ele pode ser encontrado na antiga Roma ou entre bandos de macacos saqueadores, onde a sobrevivência do mais

> apto é a regra. O capitalismo é natural; lutar contra ele é lutar contra a natureza humana.

A sustentação desse conceito de Natureza, apesar da frágil contradição ideológica que ele contém, exige uma omissão: “[...] Por definição, a natureza exterior exclui a atividade humana, mas a natureza universal também exclui a atividade humana [...]” (SMITH, 1988, p. 46). Apesar da presença de artefatos humanos na paisagem, como as estradas de ferro, se dá a exclusão do trabalho concreto real, o que seria na visão de Smith (1988), o

> [...] exorcismo da atividade social da natureza universal, para se atenuar a contradição entre natureza exterior e a universal. A possibilidade de socialização da natureza universal é, em última instância, negada, não com base na experiência histórica, mas pela contradição com a natureza exterior. Essa é a ideologia da natureza. (SMITH, 1988, p. 47)

Neste sentido, Smith (1988, p. 47) sustenta que o argumento da natureza universal se ancora na concepção de exterioridade da natureza.

Neste sentido, seria necessário demonstrar que exista uma natureza exterior com suas leis invioláveis para que se possa defender a tese de que a natureza universal também possui suas leis invioláveis e que, portanto, precisam ser aceitas como tais pelo conjunto da sociedade.

Para Smith (1988, p. 48) o tratamento dado por Marx à Natureza constitui-se a principal alternativa à ideologia engendrada pela burguesia para justificar seu projeto de dominação. “[...] Escrevendo na metade do século dezenove, Karl Marx explicitamente tentou uma reconciliação analítica da natureza e da história e estava claramente consciente da significação ideológica da natureza universal. [...]”

Para Smith (1988, p. 48) “[...] Marx insistia vigorosamente sobre a unidade da natureza e da História, chegando até mesmo a sugerir em sua época que virtualmente não existia mais nenhuma natureza que tenha precedido a história humana.” Mas, Smith (1988, p. 65) adverte que é necessário mostrar a relação concreta pela qual a natureza revela sua prioridade social. Em Marx a prioridade social da natureza não deve ser infundida de fora, mas existe na relação social com a natureza. “[...] Ao invés da dominação da natureza, devemos, portanto, considerar o processo muito mais complexo de produção da natureza. [...]”.

> [...] Enquanto o argumento da dominação da natureza sugere um futuro sombrio, unidimensional e livre de contradições, a idéia de produção da natureza sugere um futuro histórico que está ainda para ser determinado pelos eventos e pelas forças políticas e não pela necessidade técnica. Porém, os eventos e as forças políticas são precisamente aquelas que determinam o

> caráter e a estrutura do modo capitalista de produção. [...] (SMITH, 1988, p. 65)

Segundo Smith (1988), Marx viu o trabalho humano como a força da interação metabólica entre sociedade e natureza. “[...] A natureza geralmente é vista como sendo precisamente aquilo que não pode ser produzido; é a antítese da atividade produtiva humana. [...]” Assim, Marx não falou explicitamente à propósito da produção da natureza, mas em sua obra há uma concepção que conduz firmemente a esse raciocínio.

Buscando demonstrar o papel do trabalho sobre o processo de produção da natureza, Engels (1979, p. 217-218), defende que:

> Em face de cada novo progresso, o domínio sobre a natureza, que tivera início com o desenvolvimento da mão, com o trabalho, ia ampliando os horizontes do homem, levando-o a descobrir constantemente nos objetos novas propriedades até então desconhecidas. Por outro lado, o desenvolvimento do trabalho, ao multiplicar os casos de ajuda mútua e de atividade conjunta, e ao mostrar assim as vantagens dessa atividade conjunta para cada indivíduo, tinha que contribuir forçosamente para agrupar ainda mais os membros da sociedade. Em resumo, os homens em formação chegaram a um ponto em que tiveram necessidade de dizer algo uns aos outros.

Assim, além da origem da linguagem Engels (1979, p. 215), buscando evidenciar o trabalho como fator relevante na produção da natureza, defende que o trabalho não é fonte de toda riqueza, mas o é, com efeito, juntamente com a natureza por ele transformado, a riqueza. “[...] O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem. [...]”. Nesta passagem, Engels quer dizer que a mão não é apenas o órgão do trabalho, é, pois, produto dela, assim como de resto, toda ação exercida por meio do desenvolvimento das mãos, atuou sobre o conjunto do organismo humano. Neste sentido, o desenvolvimento dos meios de produção permitira transformações quantitativas e qualitativas da natureza.

Smith (1988) explica que a obra de Marx trata a natureza como uma “unidade diferenciada” e que ele estava, antes preocupado em explicar os processos reais que poderiam provocar a unidade entre natureza e sociedade, que em discutir os aspectos filosóficos dessa suposta unidade. Isso o levou a abordar “a função do trabalho humano” que se constitui no centro das relações entre os seres humanos e a natureza e acrescente que:

> [...] A produção da consciência é uma parte integral dessa produção geral da vida material. Em seu sentido mais geral, a consciência é simplesmente a consciência da prática humana [...] Dessa maneira, a consciência como tal é o produto natural da atividade humana produtiva e das relações sociais nas quais seres humanos interagem uns com os outros a fim de produzir. [...] (SMITH, 1988, p. 73)

De acordo com Smith (1988, p. 67):

> [...] Em sua aparência mais imediata, a paisagem natural apresenta-se a nós como o substratum material da vida diária, o domínio dos valores de uso mais do que como o dos valores-de-troca. Como tal, ela é altamente diferenciada ao longo de qualquer número de eixos. Todavia, com o progresso da acumulação de capital e a expansão do desenvolvimento econômico, esse substratum material torna-se cada vez mais o produto social, e os eixos dominantes de diferenciação são, em sua origem, crescentemente sociais. [...] O problema será o de separar os momentos essenciais da produção da natureza de suas aparências variadas.

De acordo com a concepção de Marx, a sociedade, ao atuar sobre a Natureza externa, inevitavelmente modifica a sua própria natureza. Ocorre que a sociedade ao produzir os meios para sua satisfação, outrossim, produz a sua própria vida material e, por conseguinte, no processo de produção pelo trabalho, produz novas necessidades, cuja satisfação requer outras mais atividades produtivas pelo trabalho, ou seja, a fonte da sua própria modificação. “[...] Essas necessidades e seus modos de satisfazê-las são, no nível mais geral, os determinantes da natureza humana, porque acima de tudo isso as pessoas são seres naturais; [...]” (SMITH, 1988, p. 72).

Assim, a sociedade ao interagir com a natureza por meio do trabalho, quer seja produzindo com valor de uso, quer seja com valor de troca, transforma a matéria para atender as necessidades e valores sociais. Isso ocorre sem, entretanto, isentá-la como primeira natureza, sujeitas a lei da natureza, a partir de então igualmente sujeitas a lei de mercado. Esse processo está sujeito a natureza humana mais primitiva, como a fome, a produção de habitação e de ferramenta, mas também é impulsionada pela produção de excedente, das forças produtivas e dos fetiches desenvolvidos pelo modo capitalista de produção. Nesse processo, sociedade e natureza se fundem numa totalidade inseparável até mesmo analiticamente. Neste sentido, a teoria de Smith (1988), designa como produção a Natureza, tanto a transformação material da existência humana, como a construção ideológica. Deste modo, ao se produzir a Natureza, tem-se o Espaço Geográfico e o Território.

> Se esta descrição da ideologia da natureza é correta, não deveria de forma alguma ser surpreendente que, nas ciências sociais, a natureza seja largamente ignorada: a natureza é o objeto estudado pela ciência

> natural; a sociedade é o objeto da ciência social. [...] (SMITH, 1988, p. 47)

Assim como a divisão acadêmica do trabalho, a dualidade Geografia Física e Geografia Humana, tem sua origem assentada nesse dualismo de que fala Smith. A Geografia necessita superar os resquícios do passado que concebia a Natureza como independente ou externa à Sociedade e, ainda, mais recentemente, a visão de que a Natureza como fator foi totalmente anulada pela força das técnicas, assim superando a visão determinista da Natureza, mas se assentando em uma visão determinista das técnicas.

Com essa assertiva, não se quer negar que a sociedade possui certo domínio sobre a Natureza, mas que esse domínio não só não é absoluto, quanto os meios para fazê-lo não são equânimes entre todos os grupos sociais. Como argumento, Smith (1988) destaca que a dominação social da natureza é uma realidade observável por todos, ainda que sua magnitude e moralidade seja objeto de acirradas polêmicas.

Com efeito, já havia escrito Engels em 1876, depois dos grandes progressos alcançados no XIX pelas ciências naturais, paulatinamente compreendemos mais as leis da natureza, tanto em relação aos seus efeitos imediatos, como os remotos efeitos de nossa intromissão e, portanto, de controlar cada vez melhor esses processos.

> E quanto mais isso seja uma realidade, mais os homens sentirão e compreenderão sua unidade com a natureza, e mais inconcebível será essa idéia absurda e antinatural da antítese entre o espírito e a matéria, o homem e a natureza, a alma e o corpo, idéia que começa a difundir-se pela Europa sobre a base da decadência da antigüidade clássica e que adquire seu máximo desenvolvimento no cristianismo. (ENGELS, 1979, p. 224)

Em nossa compreensão a Natureza necessita ser vista como um ente integrado a sociedade, mas possuidora de singularidades. Em outros termos, a Natureza não é o substrato onde apenas repousa a organização social, mas ela é um componente social com peculiaridades, que a faz uma instância distinta e integrada ao mundo social. Não seria plausível fazer uma separação rígida porque, embora a Natureza não seja, como a técnica, um produto prioritariamente social, ela também é constituída de componentes da instância social. Em um processo recíproco, a sociedade condiciona o curso evolutivo da Natureza, bem como a Natureza condiciona os processos sociais. A interação Sociedade-Natureza que se

faz pelo trabalho social é, portanto, um processo onde seus elementos são condicionados e não determinados um pelo outro.

No terreno da Ciência Geográfica, por sua vez, carece de superação a perspectiva que foca, por um lado, unilateralmente a materialidade do espaço vista restritamente pela dinâmica da Natureza e, por outro, aquela que foca a atenção apenas nas relações sociais, não abordando a interação destas duas dimensões. A esse respeito Haesbaert (2010, p. 37) realça que "[...] o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve incluir a interação sociedade-natureza) [...]".

Na conceituação de espaço geográfico ou de território, os geógrafos tendem a negligenciar a interação entre Sociedade e Natureza. Em verdade, trata-se de uma tentativa de fuga do tão criticado determinismo ambiental. "Por força de uma visão antropocêntrica de mundo, menosprezamos ou simplesmente ignoramos a dinâmica da natureza que, dita hoje indissociável da ação humana, na maioria das vezes acaba perdendo totalmente sua especificidade." (HAESBAERT, 2010, p. 53).

Haesbaert (2010) chega a se perguntar se não estaríamos assistindo a "desterritorialização natural" entendida como a incapacidade da própria Natureza de se impor, em face da capacidade social de "domesticá-la" ou "amansá-la" pela força das técnicas. Como exemplo de pujança da Natureza, o autor cita as recentes erupções de um vulcão no Congo. Podemos acrescentar o exemplo do terremoto ocorrido no Japão em março de 2011. Assim, temos dois exemplos, em dois territórios distintos: um apenas parcialmente provido das técnicas mais primorosas de sondagem e anulação da dinâmica natural e outro amplamente equipado com essas técnicas. "[...] Mesmo sabendo que os efeitos desta 'desterritorialização' [da natureza] são muito variáveis de acordo com as condições sociais e tecnológicas das sociedades, não há dúvida de que temos aí outra 'força, não-humana, interferindo na construção de nossos territórios." (HAESBAERT, 2010, p. 53).

Em territórios opacos[32] como em vastas regiões do Congo e de algumas outras porções do planeta, como grandes extensões do Norte e Nordeste brasileiro, existe populações rurais que têm seus modos de vida organizados com forte

[32] "Os espaços da globalização apresentam cargas diferentes de conteúdo técnico, de conteúdo informacional, de conteúdo comunicacional. Os lugares, pois, se definem pela sua densidade técnica, pela sua densidade informacional, pela sua densidade comunicacional [...]" (SANTOS, 2006, p. 173) Assim, os espaços que dispõem de tais atributos são denominados por Santos de "territórios luminosos", ao passo que aqueles que não dispõem são denominados de "territórios opacos".

dependência/interação com a Natureza e, pouca ou nenhuma dependência das técnicas modernas e que, portanto, ainda tem a dinâmica da Natureza como fator condicionante. Isso tem mais validade para as populações rurais, especialmente aquelas de traço tradicional à exemplo dos territórios estudados na presente pesquisa. Essas características também são notáveis em muitos vilarejos ou cidades de pequeno porte que possuem sua dinâmica fortemente atrelada ao espaço rural e as ruralidades.

De acordo com Santos, “A história comprova que a natureza natural tem um papel, evidentemente. Ninguém vai desconhecer, no entanto, que ele não é central na história; sobretudo hoje, cada vez menos.” (SANTOS, 2003, p. 311) Devemos considerar que, se embora potencialmente a força das técnicas possa ser capaz de anular as variáveis ambientais, por outro devemos considerar que vastas extensões do planeta e uma porção não desprezível da população mundial, ainda fazem uso de técnicas bastante rudimentares para interagirem com a Natureza. Ademais, mesmo para aquelas sociedades para quem as técnicas modernas estão disponíveis, seu uso tem implicações nos custos do produto final, o que pode anular seu uso como meio técnico. Haesbaert (2010, p. 57) também reconhece que ”[...] Dependendo das bases tecnológicas do grupo social, sua territorialidade ainda pode carregar marcas profundas de uma ligação com a terra, no sentido físico do termo.”

Santos (1988, p. 27) ao analisar o “novo sistema da natureza” enfatiza que a despeito da capacidade humana de “modificar a ação das forças naturais” ela não foi totalmente aniquilada como fator, ou mesmo “[...] impõem resultados diversos a ações semelhantes.” Entretanto, destaca o autor:

> [...] o homem, prevendo as mudanças conjunturais do quadro natural, se prepara, seja para tirar partido dessa mudança, seja para reduzir os seus efeitos nefastos ou puramente negativos. E segue: [...] Hoje, o homem não comanda as intempéries, mas tem conhecimento prévio de sua eclosão. [...] apesar dos avanços da técnica, a história não é indiferente aos dados naturais.

Atualmente, em muitos estudos geográficos, com evidência para aqueles que têm o espaço urbano como área de estudo, o dado Natural não se constitui como variável substancial, embora isso venha se alterando. A consideração dos elementos naturais raramente tem peso relevante como materialidade do espaço, não obstante os elementos abióticos, a saber: solo, água, ar, fundos de vales, encostas etc., seja um dado do espaço, inclusive urbano. Mesmo esses elementos

não se constituindo como fonte de recursos diretos, como podemos pensá-los para certos grupos, eles necessitam ser considerados na análise.

Parece-nos que, quanto mais ganha importância os objetos técnicos, mais a oposição entre Natureza e Sociedade se acirra e torna-se visível. Quanto mais se tornam despidas da tessitura e arquitetura da Natureza, mais os objetos técnicos ganham oposição em relação àquilo que se denomina Natureza, tornando-se nítida estas diferenças.

No outro extremo, podemos chamar a atenção para as análises com foco nos processos ecológicos que diminuem o papel da sociedade na produção da Natureza e do Espaço. A ciência biológica tem sido acusada de minimizar o papel das relações sociais nos processos ecológicos e por ver a Natureza como um ente autônomo. Nesse particular são ilustrativos os casos dos ambientalistas que assumem uma perspectiva protecionista da natureza e sugerem políticas de proteção da Natureza por meio da criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral. Esse modelo de UC não permite a presença humana, porque a considera externa à Natureza. Descola (2000) assinalou que no pensamento moderno, a natureza só ganha sentido em oposição às obras humanas.

A despeito da naturalização dos processos sociais como já apontado por Smith (1998), pensar as implicações da concepção dicotômica da Natureza e Sociedade, constitui-se em desafio. Neste sentido, podemos presumir ao menos três processos, além do já apontado por Smith: a) primeiro, visto como oposto, a Natureza necessita ser dominada e convertida em objetos para servir a sociedade, sem nenhum tipo de preocupação com a capacidade de suporte dos recursos naturais; b) segundo, se a Natureza é algo externo ao mundo dos objetos no qual estamos todos inseridos, sobretudo a população urbana, podendo oferecer perigo por constituir-se em habitat de animais selvagens e insetos peçonhentos, necessita ser eliminada; e, c) terceiro, colocada como improdutiva para a sociedade moderna diante de um mundo com milhões de pessoas em condições de insegurança alimentar e nutricional, necessita ser suplantada em beneficio do agronegócio.

Para se entender a produção da segunda Natureza pela superação da primeira natureza, faz-se necessário apreender o movimento de negação interna, a antinomia, onde um ser é a supressão de seu outro, de seu negativo. A partir dessa concepção, a luta dos contrários tonar-se-ia o motor da materialidade do mundo.

Não é possível pensar a sociedade desintegrada do ambiente Natural para compreendê-la como espirito puro e nem a Natureza como virgem, para compreender que ela tem sua própria dinâmica, mas deve ser compreendida pela história desse intenso intercâmbio que se fez pelo trabalho social. O espirito compreendido como o movimento das ideias que animam o mundo é causa e consequência das condições materiais existentes. Portanto, as contradições se dão na práxis da interação entre Sociedade e Natureza, sendo essa interação intermediada por um conjunto sistêmico de técnicas sociais.

2.2 Do curso natural da Natureza ao curso social da Natureza

Um dos problemas dos mapas globais dos biomas, nos quais é representada a área originalmente ocupada pela vegetação, é que eles mostram uma situação hipotética, indicando uma situação-clímax[33] (CONTI; FURLAN, 2003), referenciada nas condições climáticas e de solos, posto que não consideram as relações sociais que, ao atravessá-los, muitas vezes transforma a Natureza em fragmentos desconexos, enclaves isolados, verdadeiros oásis. Esse processo é tanto mais intenso quanto mais as forças produtivas estão desenvolvidas. Henrique (2003) argumenta que todas as sociedades, por mais simples que sejam seu modus vivendi, possuem formas de domínio da Natureza.

Toda essa transformação leva Santos (2000, p. 18) a observar que a Natureza acabou, “[...] dizer que a Natureza acabou é uma forma de provocar uma discussão mais acesa.” Em verdade, ele quis dizer que a Natureza constitui-se na atualidade um valor, pois “[...] ela não é natural no processo histórico. Ela pode ser natural na sua existência isolada, mas no processo histórico, ela é social. [...]”.

Atualmente, o que predomina nos espaços antropizados são formações secundárias, sendo que apenas nas grandes manchas, com baixa densidade populacional, existem situações semelhantes às originais. Devemos acrescentar que mesmo nessas regiões que se caracterizam pela baixa densidade demográfica, mas que possui a presença de alguns poucos grupos humanos organizados em moldes tradicionais e/ou tribais há milhares de anos, a primeira natureza não seguiu seu

[33] Estamos fazendo distinção entre processos “sucessionais” e “clímax”, sendo aquele resultado da ação humana e este do movimento dada primeira natureza, sem qualquer forma de interferência humana.

curso em direção ao clímax, mas se origina das sucessões ecológicas em função da manipulação e interação desses grupos com a Natureza por meio do trabalho.

Henrique (2003) destaca que é impossível ao homem comum compreender os limites entre as obras da Natureza e a dos homens ou entre onde finda o natural e onde se inicia o técnico. Tal empreitada não se deve limitar a observação de sua aparência, pois requer a compreensão de sua história. AB`Saber (2003, p. 09) nos ensina que,

> [...] a paisagem é sempre uma herança. Na verdade, ela é uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades.

Nesta perspectiva a paisagem é condicionada por duas forças que a coloca em movimentos. Se, por um lado, é herança dos "processos fisiográficos e biológicos", ou seja, pela força da Natureza, por outro, ela é "herança", da História social, ou seja, das forças sociais que operam pelo trabalho para produzir as condições necessárias para vida material.

Mesmo que, hipoteticamente, não haja mais a intervenção humana em um determinado ecossistema já antropizado, por mais amplo que seja esse espaço e tempo, ele não retomará seu curso natural – o clímax original – devido às perturbações anteriormente sofridas pela fauna, flora e elementos abióticos, provocados pelo trabalho social.

Devemos considerar que atualmente o curso da natureza já foi reorientado irreversivelmente ao longo da História social. De tal modo, podemos afirmar que a Natureza está antropizada na sua essência, aceito que o trabalho humano é indutor dos processos sucessionais, portanto, condicionaram e condicionam seu vir-a-ser, destarte impedindo que ela alcance seu clímax-original. Isso porque, a dinâmica em âmbito biológico é condicionada em parte pelos processos no âmbito social. Podemos dizer com Conti; Furlan (2003, p. 126) que "A vida prepara o meio e esse seleciona o que vai viver. [...]", porém, lembram os autores, isso ocorre intermediado pela vida em sociedade.

Desde que o ser humano passou a dominar todos os rincões do Planeta, mesmo que sem fazer dele local de sua morada, deixou seu legado: mudou definitivamente o curso da história ecológica no ecúmeno. É como se fosse impossível apagar as "pegadas" humanas que marcaram a face da Terra. Em virtude do atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas e as marcas impressas

no Planeta pelos humanos, o curso da Natureza guiou-se por rumos diversos daquele que vinha seguindo.

Smith (1988, p. 97) disse que, “[...] Onde a natureza sobrevive intacta, milhas acima da superfície da terra, ou anos luz de distância, isto só é possível ainda porque é inacessível. [...]” Não obstante, consoante com Santos (1988, p. 23), se um espaço não é fisicamente tocado pelo homem, ele é pelo menos objeto de preocupações e de intenções, por isso afirma que hoje praticamente não existe natureza. “Tudo hoje se situa no campo de interesse da história, sendo, desse modo, social.” Não apenas o espaço sideral, mas igualmente os mais remotos rincões da Floresta Amazônia e do Deserto do Saara, são objetos de estudos e sondagens, o que torna estes ecúmenos objetos sociais, na atualidade, não raro, impulsionados por interesses econômicos.

De tal modo, Santos (1988) defende que os limites entre o natural, o técnico e social tornaram-se tênues e a cada dia se confundem mais. O avanço no campo da biotecnologia torna-se um exemplo ilustrativo. Nesse particular a fronteira entre as espécies animais e vegetais também já foi rompida.

Santos (1988, p. 28) observa que na medida em que as técnicas se difundem, os “objetos criados”, cada vez mais toma o lugar dos “objetos naturais”, entretanto, os objetos “aparecem também como objetos naturais aos olhos das novas gerações.” Para Santos (1988, p. 28), em verdade, é “[...] a história de sua produção que distingue a natureza herdeira do natural e a que provém do artifício.”

Na contramão dessa forma de compreender a Natureza, a Organização das Nações Unidas, com a preocupação de mitigar os impactos ambientais, realizou a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), assinada no Rio de Janeiro em 1992, que define em seu Art. 2º “diversidade biológica” como a:

> [...] variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas. (BRASIL, 2010, s/p)

Por seu turno, a Lei 9.985/2000, Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), adota essa mesma definição. Desse modo, tanto na CDB, como no SNUC, uma perspectiva mais holística foi preterida em favor de enfoques biologizantes e estreitos, marcadamente quantitativos e unidisciplinares, nos quais o humano é considerado exterior ao ecossistema.

A despeito dessa definição, é substancial dizer, que a “diversidade biológica” não se limita à dimensão pertencente ao mundo biológico, sabido que a Natureza é fluxo de energia e matéria, condicionada pelas relações sociais que a perpassam, dado que os sistemas naturais não são fechados. Desde que o ser humano passou a habitar o espaço planetário, uma das mais fundamentais propriedades inerentes à Natureza, são as relações sociais que dá a ela movimento e forma, da qual resulta mais movimento e novas formas. E com a territorialização do capital, a luta dos contrários passou a constituir o motor da realidade que dá materialidade do mundo.

Na presente pesquisa, a “Natureza” é entendida como uma construção sociocultural por meio do trabalho e outras práticas que buscam suprir múltiplas demandas sociais. Isso porque, é bem verdade que o que existe atualmente em termos de biodiversidade já está fortemente condicionado pelas atividades antrópicas.

2.3 A produção da Natureza pelas sociedades modernas

Em que pese o fato de atualmente ainda existir no Brasil cerca de 50% da cobertura vegetal, desta a quase totalidade - cerca de 95% está fortemente alterada pela agropecuária, industrialização e urbanização e seus efeitos deletérios. O Bioma Cerrado possui a maior taxa proporcional de desmatamento, sendo que entre 2002 e 2008, perdeu 7,5% de sua cobertura vegetal remanescente. Esse bioma possui apenas 7,44% de sua área protegida por unidades de conservação, federais, estaduais e municipais (BRASIL, 2011c). Apesar de o rural ser o lócus privilegiado da interação Sociedade-Natureza, é no espaço urbano onde os problemas ambientais ganham maiores evidencias.

Nas últimas quatro décadas, mais de 50% dos dois milhões de km^2 de Cerrado foram convertidos em pastagens plantadas e lavouras anuais e permanentes. Outrossim, as taxas históricas de desmatamento do Cerrado se mostraram superiores ao da floresta amazônica, mas o esforço da sociedade para conservação desse ecossistema tem sido substancialmente inferior ao da Amazônia, quando tomados como referência à atenção despendida ao bioma Cerrado na mídia nacional e internacional e pelo percentual da área preservada/conservada em Unidades de Conservação.

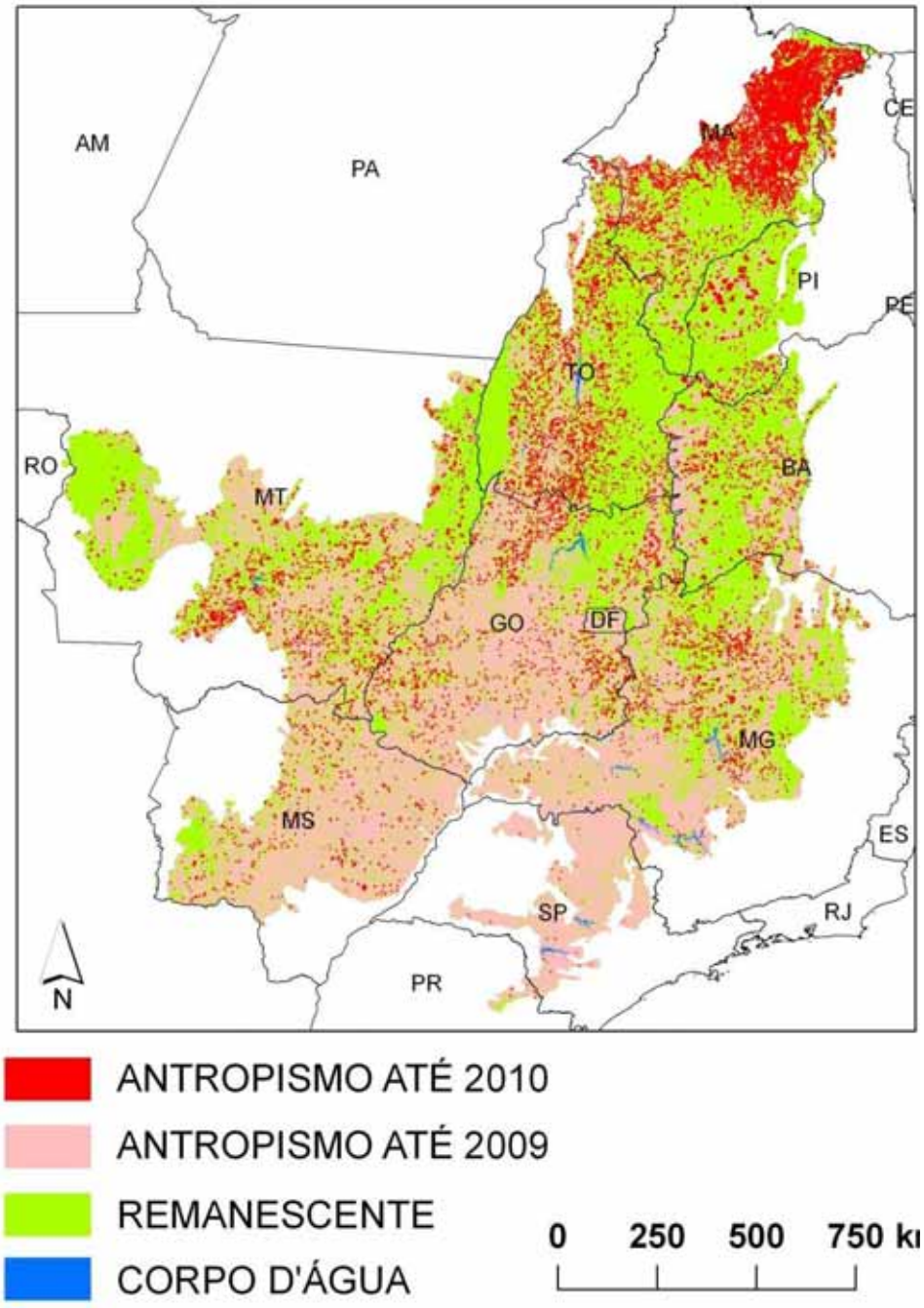
Como consequência do desmatamento, vem ocorrendo a fragmentação das florestas, savanas e campos pelas atividades humanas, sendo que no Cerrado em particular, esse processo resulta, sobretudo da territorialização do agronegócio, que vem reduzindo a Natureza a um conjunto, não raro, desconexo de redutos, conformando um mosaico, intercalando manchas urbanas e áreas de monocultivos. Com isso, se suprime os corredores ecológicos e matas ciliares, destarte interferindo na circulação da flora e fauna, gerando impactos negativos muitos substanciais no movimento da Natureza. Acresce notar as alterações climáticas regionais associadas à substituição da vegetação natural por amplos campos de cultivos homogêneos, por áreas habitadas e outras obras da sociedade.

Devemos considerar que os processos ecológicos responsáveis pela manutenção da biodiversidade em um dado ecossistema, podem não se restringirem a esse ecossistema, portanto os fragmentos de cerrado, por maiores que sejam, sempre estarão afetados por ações antrópicas nas áreas circunvizinhas. A Figura 26 permite visualizar a área original de Cerrado e o grau de fragmentação a que foi submetida.

Os problemas poucos perceptíveis e visíveis são o desequilíbrio nas cadeias tróficas causados pelo aumento ou redução da população de uma dada espécie de inseto, resultante do uso intensivo e constante de agroquímicos (CONTI; FURLAN, 2003). Não menos grave é a poluição genética das plantas nativas pelo pólen de plantas geneticamente modificadas, inclusive pelos organismos transgênicos, podendo causar sua esterilização (GONÇALVES, 2004). Dentro dessa perspectiva, a alteração das condições ambientais indesejadas, aplainadas pelas técnicas, constitui um processo relevante para nossa análise.

A maioria das plantas utilizadas na agricultura moderna foram hibridizadas, buscando sua melhor performance em determinadas condições ambientais Naturais ou artificiais, ou ainda para adequá-las as inovações físico-químicas e mecânicas. Assiste-se a artificialização do ambiente natural para adaptá-lo aos animais e plantas, bem como a manipulação dos sistemas agrícolas com a irrigação, fertilização, construção de estufas, entre outras formas de reprodução da Natureza, muitas vezes atingindo condições ótimas, controlados por sistemas informatizados.

Figura 26: Área de distribuição original e principais remanescentes da vegetação nativa do Cerrado – 2009 e 2010.



Fonte: BRASIL, 2011b.

O processo de simplificação da biodiversidade pelas atividades agrícolas ocorre em diferentes escalas de produção, tanto nos grandes produtores empresariais, como nos pequenos produtores familiares. Distingue-se nesses dois casos o tipo de produto cultivado, a maior ou menor homogeneidade dos sistemas

agrícolas, bem como o nível de incorporação do conhecimento tecnológico ao processo produtivo. Também aquele segmento da agricultura familiar que está relativamente bem tecnificado, causa externalidades negativas ao meio natural, posto que, dependendo do nível de especialização alcançado na produção, causam a redução da pluralidade intrínseca à primeira natureza, contribuindo para sua homogeneização e, portanto, para o processo de produção da segunda Natureza.

Esse processo pode por em marcha uma uniformidade irreparável, portanto podemos admitir que o manejo das espécies, mesmo por agricultores familiares, pode transitar de um estágio benéfico, no qual a manipulação de espécies contribuiria para sua conservação (e/ou recuperação) ou ampliação da diversidade biológica[34], para um estágio maléfico, com a especialização e consequente desaparecimento local de espécies nativas e extinção de endêmicas. Em outros termos, ocorre a substituição da primeira natureza, mais plural, por uma segunda Natureza, mais uniforme, porque empobrecida pela unicidade das técnicas largamente empregadas na agricultora moderna.

O movimento da sociedade feito pelas novas técnicas teve como corolário o alvorecer de uma segunda Natureza, perturbada ou fortemente alterada. Nesse particular, o avanço do capital torna-se extremamente nefasto para o Bioma Cerrado que realiza o elo entre os diversos biomas brasileiros. Esse processo ganha impulso com a revolução técnico-científica e informacional que avança a passos largos no presente e condiciona o vir-a-ser da Natureza. Por seu turno, as sociedades tradicionais também condicionam o curso da Natureza e esse tema será tratado nas sessões subsequentes.

2.4 A produção da Natureza e dos Territórios pelas sociedades tradicionais

Há de se considerar que a dinâmica da primeira natureza sofreu e sofre a interferência das sociedades tradicionais pelos usos que foram dado a ela ao longo da História, mesmo que com um mínimo de impacto negativo, como por exemplo,

[34] Diegues; Arruda (2001) e Guha (2000) mencionam o aumento da diversidade biológica pelo manejo de populações tradicionais, conforme mostraremos no próximo item.

com a adaptação de espécies e sementes exóticas de um agroecossistema[35] em outro e pela seleção de espécies para o cultivo sistematizado, pois o território destas sociedades tradicionais é terreno de inventividade.

A partir de diferentes percepções e usos da Natureza, dá-se o processo de produção de uma segunda Natureza mais diversificada que, por sua vez, permite a construção de territórios igualmente plurais. Como pode ser apreendido da própria nomenclatura usada para designar alguns grupos sociais entre as populações tradicionais, já se depreende a interação com o meio natural visto a partir dos nichos ecológicos que habitam/manejam, tais como: Cerradeiro, Veredeiro, Varjeiro/Varzeiro, Ribeirinho, Babaçueiro, Mangabeiro, Seringueiro, Castanheiro, Pescador, Campeiro, Pantaneiro, Praieiro, Barranqueiro, Geraizeiro, Catingueiro e tantos outros.

Arruda (1997, p. 05) assinalou que as sociedades tradicionais, mas principalmente as indígenas "[...] desenvolveram através da observação e experimentação um extenso e minucioso conhecimento dos processos naturais e, até hoje, as únicas práticas de manejo adaptadas às florestas tropicais". Castro (2000) observa que grupos sociais nos países amazônicos, como indígenas, castanheiros, seringueiros, pescadores artesanais e outros, distinguem com grande riqueza de detalhes, no interior das florestas, tênues diferenças entre flora e fauna, além de sons produzidos na mata, diferenciando quando noturno e diurno, o mesmo em relação aos movimentos e aos odores. Esses grupos são capazes de distinguir diversos sistemas altamente complexos intrínsecos a estas florestas úmidas tropicais. Reconhecem o tempo de vida das espécies, suas formas e funções, bem como o uso para a sociedade.

Diegues e Arruda (2001) afirmam que a lida com esses territórios demanda, além de aprofundado saber acerca dos recursos locais e dos períodos de reprodução das espécies, a utilização de um calendário complexo dentro do qual necessitam ajustar-se às diversas operações.

As práticas sociais como o manejo, o cultivo e a seleção de espécies, desenvolvidas e aprimoradas pela inventividade dos agroextrativistas em todo o mundo ao longo dos últimos 12 mil anos, podem ser consideradas as grandes

[35] Dayrell (2000, p. 210) define agroecossistema como "[...] um tipo particular de ecossistema, onde nos campos de produção ocorrem processos ecológicos encontrados nas formações nativas de vegetação [...]", mas que não deixam de ser "artefatos humanos."

responsáveis pelo legado da pluralidade de plantas cultiváveis e de agroecossistemas. Sob essa ótica, não seria coerente tratar a agrobiodiversidade fora do contexto das práticas socioculturais e econômicas que as plasmaram. De acordo com Santille (2009, p. 94): “[...] Por isso, além da diversidade biológica, genética e ecológica, há autores que agregam um quarto nível [...]: o dos sistemas socioeconômicos e culturais que geram a diversidade agrícola.”

Dayrell (2000, p. 210-211), ao tratar do conceito de co-evolução, afirma que: “Quando olhamos atentamente uma paisagem rural, estamos vendo, de fato, o produto da diversidade de relações e interações estabelecidas entre sociedade e o entorno natural [...]”. Para Dayrell (1998, p. 02) “[...] produção e cultura não são fenômenos distintos, pelo contrário, estão intimamente interligados, intermediados pela natureza.”

Guha (2000, p. 95) menciona que estudos demonstram que as maiores diversidades biológicas relacionam-se com pequenas intervenções antrópicas. De acordo com Descola (2000, p. 150), a ecologia histórica fez cair por terra o mito de que a Amazônia seria a última vasta região de floresta tropical climática que subsiste no Planeta. Outrossim, essa artificialização da Natureza com a concentração de determinados recursos vegetais mais úteis teria implicações sobre a distribuição da fauna associada a ela de forma que:

> [...] a natureza amazônica é, na verdade, muito pouco natural, podendo ser considerada, ao contrário, o produto cultural de uma manipulação muito antiga da fauna e da flora. Embora sejam invisíveis para um observador inexperiente, as consequências desta antropização estão longe de ser irrelevantes, sobretudo no que diz respeito à taxa de biodiversidade, mais elevada nas porções de floresta antropogênicas do que nas porções de floresta não modificada pelo homem. (DESCOLA, 2000, p. 150)

Sem embargo, destaca Descola (2000), as sociedades que fizeram uso desses recursos, não colocaram em risco os princípios fundamentais do ambiente Natural, apesar da fragilidade de muitos de seus ecossistemas. Também Pimbert e Pretty (2000) apoiados em Hobbs e Huenneke (1992), exprimem-se a favor dessa concepção:

> [...] crescentes evidências empíricas sugerem que frequências ou intensidades moderadas de perturbação incentivam uma riqueza máxima de espécies [...] Para preservar a diversidade biótica e o funcionamento de ecossistemas naturais, os esforços de conservação devem incluir uma explícita consideração dos processos de perturbação. (PIMBERT; PRETTY, 2000, p. 193)

Pimbert e Pretty (2000), fazendo referência aos estudos de Adams; McShane (1992) sobre o Parque Nacional de Serengeti na Tanzânia, observam que áreas protegidas têm assistido sua biodiversidade reduzir devido às restrições impostas a presença das comunidades locais, nesse caso os massais. Para os autores, o mais importante é que sejam feitos esforços para identificar os processos sociais que promovem o aumento da diversidade biológica para incentivá-los. Silva (2006, p. 62), baseando-se em Anderson; Posey (1987, p. 50), ressalta que:

> Há indícios de antigas aldeias Kayapó espalhadas por toda imensa área entre os rios Araguaia e Tapajós, e é provável que outros povos – como os Xavantes, Canela, Gavião, Xifrin e Apinajé – tenham praticado formas semelhantes de manejo em áreas de cerrado, aumentando assim a influência indígena nesse ambiente [...].

O uso do fogo, por exemplo, usado como técnica para renovação da pastagem, indubitavelmente alterou a estrutura dos ecossistemas no Cerrado. Todavia, não há consenso na literatura especializada, nem entre as comunidades locais que vivem no Cerrado, se o fogo é negativo ou positivo para a dinâmica dos ecossistemas, dado que esse bioma tem uma longa história de convivência com o fogo, inclusive anterior às ações antrópicas, o que sugere grande adaptação. Com base nessa afirmativa, podemos concluir que muitos dos ecossistemas tropicais considerados como primeira natureza, podem ter sido profundamente modificados por Povos indígenas e populações tradicionais.

O substrato natural do território das sociedades tradicionais, entendido como ecossistemas singulares e frágeis, apesar do uso, tem sido cuidado – ou pelo menos não espoliado - por sociedades tradicionais, o que permite que hoje possamos fazer uso desse patrimônio genético remanescente. Foram as populações Cerradeiras, com seus agroecossistemas produtivos, que nos permitiram ser testemunhos oculares desse bioma, isto é, pensar o Cerrado como algo concreto ou que a obra-prima Grande Sertão: Veredas, escrito por Guimarães Rosa em 1956, não fora fruto de sua imaginação.

Pelo exposto, considera-se mais pertinente chamar essa diversidade biológica de geodiversidade, porque cada elemento da Natureza possui uma dependência externa a si, do mesmo modo que o homem como ser natural também possui essa dependência externa a si. Cada um dos elementos da Natureza é parte de um todo que se faz e desfaz numa interação recíproca com a sociedade. Cajka (2001) lembra que a capacidade do homem de guiar a evolução do ecossistema, faz

dele algo mais que um despretensioso membro da Natureza. Uma vez reconhecido que o homem é um ser único, então podemos entender seus laços com a Natureza.

O homem como ser social e histórico não apenas conservou, mas fomentou a diversidade biológica. Nessa ótica, a Natureza é mais uma vez entendida como segunda Natureza, na qual o seu refazer não mais é operado pelos ciclos naturais estritamente, mas condicionada pelas forças sociais que realizam grande esforço na tentativa de dominá-la e subordiná-la para se emancipar, torná-la menos rude.

Arruda (1997, p. 11) lembra que o conceito de "clímax" e "equilíbrio ecológico", são atualmente questionados em face da emergência do conceito de “sistemas longe do equilíbrio” que alicerçam as pesquisas mais recentes. Assim, fica clarividente que, “[...] a natureza é cada vez mais percebida num estado de contínua mudança.”

Atualmente, as relações sociais, de um lado, e a dinâmica da Natureza, do outro, sempre está intermediada, no primeiro caso pela Natureza e no segundo caso pela Sociedade, portanto será sempre uma interação Sociedade-Natureza intermediada pelas técnicas de manejo tradicionais e modernas e as intencionalidades sociais. Isso porque, a Natureza é mais ou menos vital para todas as formas de organização sociocultural. Assim, se a Natureza é diversa, a cultura também o é.

2.5 Produção do território e produção da Natureza pelas populações tradicionais: uma aproximação da concepção de Territórios Plurais.

Entre as populações cerradeiras, a Natureza e o território se fazem em interação com as práticas e modus vivendi, sempre mediado pelo trabalho. Isso porque, o território é expresso num substrato material peculiar, onde historicamente foi tecida, fio por fio, a rede das relações sociais cotidianas e das relações políticas solidárias e tensas, no qual a sorte de todos os constituintes está amalgamada. A vida espiritual e simbólica das populações cerradeiras também é reflexo das condições Naturais/materiais que os rodeiam. Assim, o território necessita ser visto não a partir de uma concepção que o define como mera base física para as relações sociais, mas como uma entidade estruturada na trama social que é intrínseca à Natureza, resultante de interações complexas e profundas mediada pelo trabalho.

Essas relações se expressam material e simbolicamente no território de pertencimento.

Diante disso, temos que relações sociais entre populações cerradeiras e relações ecológicas entre elementos bióticos e abióticos estão fortemente imbricados, num fazer e refazer incessante da Natureza e do território que se metamorfoseia em um processo de co-evolução dado sua inseparabilidade. Desse modo, a Natureza contém o território e esse o contém.

Ancorado nessa concepção, a natureza naturalis deixa de ser um “manto imaculado” e metamorfoseia-se em Natureza culturalizada, dado o pressuposto da co-evolução Sociedade-Natureza, marcada pela sua inseparabilidade. Para Almeida (2005), o território é objeto de operações simbólicas onde os atores sociais do Cerrado projetam suas percepções da Natureza e a leitura de mundo que os rodeia, o que ocorre fundado numa cultura ecológica do espaço. Para Almeida (2003, p. 75): “[...] Esta Natureza está ancorada em um território e é intrínseco a esse.”

Os membros das populações cerradeiras de um dado território possuem sua insígnia na forma peculiar de manejar e nomear os recursos Naturais, nos tipos de técnicas empregadas nas atividades agrícolas e de criação de animais, assim como as técnicas de caça e pesca que possui relativa homogeneidade interna ao grupo. Não raro também são peculiares os tipos de uso dos recursos Naturais. Isso ocorre porque suas técnicas de manejo são provenientes de uma origem social específica e se aplicam a um meio natural igualmente específico, que opera como um dado singularizador, daí sua forte identificação com aquele espaço, permitindo a eles chamá-lo de território. Desse modo, uma singularidade ancora-se na outra, produzindo um território ímpar sobre uma Natureza igualmente ímpar. Da diversidade de contexto socioambiental deriva a pluralidade de formas de organização social no espaço de cada porção do Planeta. Isso é o que aqui estamos denominando de territórios plurais. O território é plural porque o espaço geográfico é multiforme.

Os diversos nomes populares dados aos mesmos frutos dos cerrados refletem as sociodiversidades das sociedades que vivem no cerrado com seus modos próprios de vida. Para ficar em apenas três exemplos, mas sem deixar de lembrar que essa diversidade de taxonomia se aplica a todos os frutos e árvores do Cerrado, vale citar o baru (Dipteryx alata Vog.), o pequi (Caryocar brasiliense Camb.) e o buriti (Mauritia flexuosa L. f.). O baru, como é mais popularmente conhecido,

fruto do baruzeiro, também recebe o nome de barujo, bugueiro, cambaru, castanha-de-bugre, castanha-de-burro, castanha-de-ferro, coco-feijão, feijão-coco, pau-cumaru, pau-cambaru, cumbary, cumaru, cumarurana, cumbaru, feijão-baru, chimoré, fruta-de-macaco, emburena-brava, garampara, mariparagé, almededro e “tonka beans”, entre outros tantos nomes. O pequi, fruto do pequizeiro, espécie de ocorrência generalizada no Cerrado brasileiro também recebe o nome de piqui, grão-de-cavalo, amêndoa-de-espinho, piqui-do-cerrado, piquiá-bravo, pequiá, pequiá-pedra, pequerim, suari e piquiá, entre outros. Por sua vez, o buriti, fruto da elegante palmeira popularmente conhecida por buritizeiro, ocorre no Cerrado brasileiro e em suas cercanias, como no complexo do Pantanal, e em países vizinhos como Bolívia e Paraguai. É uma das espécies mais útil para as populações do Cerrado e também é popularmente conhecida por buriti-do-brejo, carandá-guaçú, carandaí-guaçú, coqueiro-buriti, bariti, mariti, meriti, miriti, miritizeiro, muruti, muriti, muritim, palmeira-dos-brejos, entre outros. Igualmente diversificadas são as aplicabilidades múltiplas dadas aos recursos disponíveis nos ecossistemas do Cerrado-território.

No Cerrado podemos ainda mencionar um conjunto de sociabilidades específicas a ecossistemas igualmente específicos que produzem seus territórios em interação com a Natureza. Não são apenas desses nichos específicos que vivem estas populações, porque geralmente também são extrativistas, pescadores, criam o gado a solta, praticam a agricultura, podendo inclusive eventualmente trabalhar como assalariado. Essa determinação depende também do sistema de relações sociais em que estão inseridos.

No que toca ao que estamos denominando de territórios plurais, é necessário considerar o que escreve Suzuki (2013, p. 629-630), pois a Natureza não é um elemento determinante.

> [...] a diversidade existente de sociedades tradicionais se produz [...] não como uma determinação monocausal, em que um tipo de natureza defina a sociedade, mas como uma das múltiplas determinações, **em que pese seu significado marcante**. Razão pela qual há, em biomas semelhantes, sociedades tradicionais de mesmo tipo; bem como existe a possibilidade de uma mesma sociedade tradicional ocorrer em biomas distintos, pois não há uma única determinação, a da natureza, mas múltiplas, em que a história social do grupo interfere, de modo, também, contundente, na definição de suas características e do seu modo de vida. [grifo nosso]

As populações cerradeiras qualificam o território segundo seus valores, signos e em função das demandas materiais vitais, mas também a Natureza

qualifica sua estrutura societária e territorial. São criaturas criadoras de modelos mentais de interpretação do mundo Natural. As especificidades da Natureza dão características particulares a identidades, ao mesmo tempo em que as identidades particulares fazem uso e dão sentido polissêmico a Natureza.

Exemplos desses territórios plurais, produzidos por uma sociabilidade ecológica impar, estão os territórios das populações cerradeiras, forjados pelo trabalho cotidiano e pelas táticas de reprodução social que asseguram sua sobrevivência e a manutenção da Natureza, sempre baseadas em suas experiências vividas e aprendidas com ao anciões. Nesse movimento, os ecossistemas de Cerrado, conformam-se como um território experimentado no cotidiano pelo sujeito social coletivo. Distingue-se pelos sistemas de uso comum-múltiplo dos Gerais e das Veredas para o extrativismo, agricultura e criação do gado “na solta”, produzindo sua existência material e imaterial, ao se produzir a Natureza que atravessa seu cotidiano. São territórios geralmente construídos por pequenos posseiros que, devem ter como características essenciais, a capacidade de exercício do poder e da “autonomia”. Essa é a reivindicação política de um número considerável de populações tradicionais no Cerrado, geralmente com identificação a um espaço geográfico específico, contínuo ou descontínuo.

Nos territórios de uso comum dos Gerais e das Veredas se reconhece as experiências históricas comungadas por determinados grupos sociais, mais ou menos coesos, que partilham um mundo co-vivido, na dimensão das experiências objetivas e das subjetividades. Assim, a manifestação da multiterritorialidade dá origem a territórios justapostos, harmônicos, não raro, complementares.

Martins (2011) ressalva que os Gerais são múltiplos em escalaridades e que estas se fazem de acordo com cada grupo social que faz dele seu habitat territorial. Sua multiplicidade deve-se as experiências históricas e ambientais singulares que marca suas nuanças. “[...] Adentro dos Gerais, por entre as suas chapadas, grupos sociais vão se apropriando de partes específicas, como, por exemplo, as Veredas. [...]” forjada pelos veredeiros (MARTINS, 2011, p.18).

Dizer que a vida é plural é o mesmo que dizer que os territórios são singulares em cada porção do espaço geográfico. Isso faz do Planeta um mosaico territorial que, a cada dia, se desvela mais interconectado do ponto de vista dos sistemas técnicos e, por conseguinte, também dos sistemas Naturais. Essa pluralidade possui uma unidade como síntese social, porquanto é portadora de

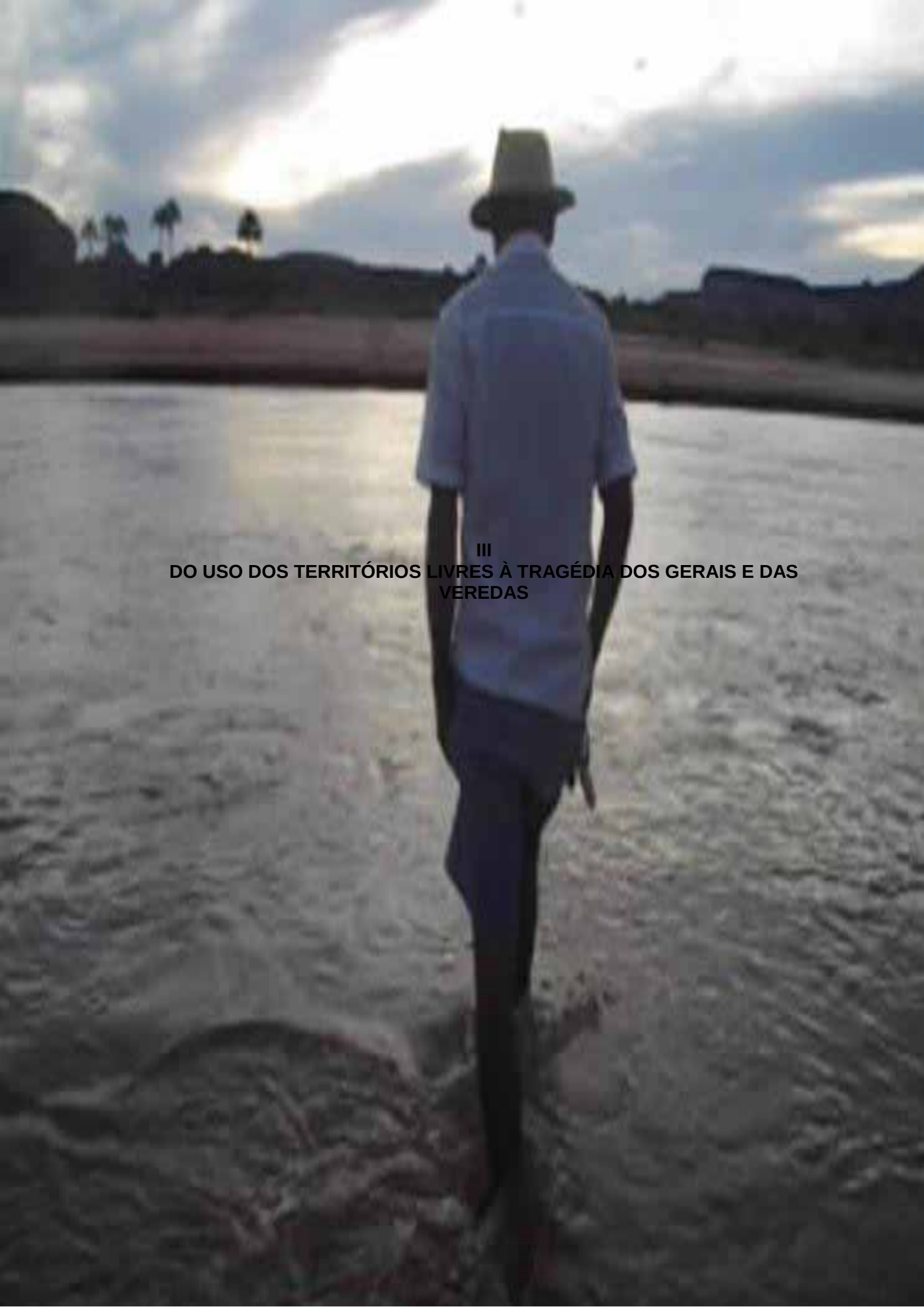
traços comuns intrínsecos ao ser humano e de sua capacidade organizativa em sociedade.

Mais recentemente, o modo de produção capitalista globalizado vem, por um lado, forjando e reforçando novos traços comuns aos diversos territórios do mosaico Cerrado, no que diz respeito aos sistemas técnicos e, por outro, vem suprimindo velhos traços peculiares no que diz respeito aos sistemas culturais e Naturais.

Em síntese, os territórios plurais constituem um quadro amalgamado que tem como motor as intencionalidades convergentes e as intencionalidades divergentes entre classes e grupos sociais. Sua profunda compreensão necessita ser apreendida a partir da dialética materialista, para só aí se alcançar as contradições presentes na história da interação das diversas sociedades com a Natureza.

Diante do que foi exposto, defendemos a capacidade das populações cerradeiras estudadas em assegurar a reprodução do seu modus vivendi, ao mesmo tempo em que protegem a Natureza, por meio dos sistemas extrativistas de frutos nativos do cerrado. Assim, legitimando os direitos de permanência e acesso das comunidades cerradeiras aos seus territórios que vem sendo suprimidas pelo avanço do agronegócio e criação das Unidades de Conservação, a exemplo do que vem ocorrendo no município de Chapada Gaúcha-MG.

Antes, porém, abordaremos na Parte III deste trabalho, a questão do avanço das empresas silvicultoras sobre territórios cerradeiros estudados e as tensionalidades decorrentes desse processo e, na Parte IV, os conflitos entre o Instituto Estadual de Floresta (IEF) e os cerradeiros como desdobramento do uso dos recursos Naturais em Unidades de Conservação e em áreas circunvizinhas.



III
DO USO DOS TERRITÓRIOS LIVRES À TRAGÉDIA DOS GERAIS E DAS VEREDAS

A proposta contida nesse capítulo é discutir os impactos socioambientais da modernização da agricultura que ganha ímpeto no Brasil a partir da década de 1970 e nesse contexto incorpora as áreas de Cerrado como lócus de reprodução ampliada no campo com a territorialização do agronegócio[36].

Ademais, procuraremos ainda identificar a gênese das atuais posses, predominantes na área de estudo, bem como a origem do regime de uso comum dos Gerais e das Veredas, por comunidades cerradeiras que se estabeleceram no município de Chapada Gaúcha há cerca de dois séculos. Outro aspecto abordado refere-se à expansão do capital ligado ao segmento silvicultor, nos territórios de uso comum e tradicionalmente ocupados pelas comunidades cerradeiras e os conflitos socioambientais resultantes desse processo.

A importância de realizar essa abordagem nos permite propor alternativas para a manutenção do Cerrado em consonância com a reprodução social das populações tradicionais que vivem no e do Cerrado. Neste contexto, compreendemos que o extrativismo apresenta-se como uma alternativa conciliadora na área de estudo, especialmente devido à presença de extensas áreas protegidas por Unidades de Conservação (UC), espaços onde a prática do extrativismo é realizada desde que as comunidades cerradeiras se estabeleceram para forjar seus territórios.

3.1 A Revolução Técnico-Científica no campo e suas implicações para o ambiente natural e social em áreas de Cerrado

As regiões tropicais, embora detentoras da maior produtividade biológica do planeta, não eram no período anterior à década de 1970, o lócus por excelência da reprodução ampliada do capital no campo. Para essa investida, particularmente no campo brasileiro, foi necessário importar um modelo técnico-científico dos países temperados, que redundou num forte impacto socioambiental, o qual imprimiu marcas profundas no território. Esse processo inicialmente ficou circunscrito a

[36] O *agronegócio* é tomado como um negócio, direcionado para exportação, que envolve muito mais que uma planta industrial ou um conjunto de unidades agrícolas, na qual a referência à propriedade territorial desaparece. O agronegócio na atualidade apresenta tendência a controlar áreas cada vez mais extensas do país e com presença de empresas com controle internacional. Assim, em seu âmbito os grandes grupos controlam a produção de insumos, o armazenamento, o beneficiamento e a venda. Também se relaciona com a alta tecnologia agrícola e, na atualidade, impõe-se como símbolo da modernidade (LEITE; MEDEIROS, 2012).

manchas da Região Sudeste e, a posteriori, foi estendido a outras regiões do país. Com esse processo, assistiu-se a extrema uniformização biológica, ideológica, cultural e técnica, fundadas em uma racionalidade pragmática e mercadológica que, paradoxalmente, tornaria mais eficiente à produção de biomassa, áreas já detentoras naturais desse potencial.

Esse processo ganha corpo no Brasil com a Revolução Verde, a partir de meados da década de 1960, com a implementação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) financiado pelo Estado brasileiro, o qual privilegiou o interesse do grande capital oligopolista internacional, seja do campo, seja da cidade, em detrimento dos já despossuídos agricultores familiares. O SNCR buscou a reorganização da agricultura em bases técnico-científicas mais eficientes e contou com apoio do Estado por intermédio da oferta de crédito rural farto e barato (SILVA, 1996).

Além das sequelas deixadas pelo processo de modernização da agricultura à sociedade brasileira, as quais ficaram explícitas pela periferização dos grandes e médios centros urbanos, como resultado do êxodo rural, marcadas pela pobreza extrema de uma parcela significativa da população, o ambiente natural também foi fortemente impactado. Esse processo ficou expresso com a perda da biodiversidade florística e faunística resultante da significativa redução das matas substituídas pela pecuária e monocultura de grãos e, mais recentemente, da cana-de-açúcar. Segundo Klink; Machado (2005), nos últimos 35 anos, mais de 50% dos dois milhões de km^2 originais de Cerrado, foi substituído por pastagens plantadas e culturas anuais e diversas espécies animais e vegetais estão ameaçadas de extinção.

Associado a perda da cobertura vegetal, ocorreu a perda do solo, o assoreamento de rios, a poluição de cursos d'agua e a extinção de animais silvestres, mudanças climáticas locais, redução de recursos naturais para sociedades tradicionais, concentração das terras com a redução das áreas de uso comum, entre tantos outros impactos negativos.

Pelos motivos aventados, Hespanhol (2008) destacou que a chamada agricultura convencional-produtivista, tornou-se alvo de questionamento de movimentos sociais e ambientalistas, que ressalvaram os aspectos nefastos do pacote tecnológico da Revolução Verde para o solo, a água, a atmosfera, os animais e a própria saúde e bem-estar humano.

Assim, foi a partir da segunda metade dos anos de 1950, com o ímpeto de violência e desrespeito à natureza e às sociedades tradicionais, inicia-se a ocupação mais sistemática das áreas de Cerrado. Os modelos de ocupação desenvolvimentista iniciado no governo JK, e continuado pelos governos militares, como estratégia geopolítica, tinham esses espaços de Cerrados como grandes “vazios” econômicos, espaço de terra sem gente e sem dono, portanto tendo seu potencial inexplorado.

Os programas governamentais de ocupação dos Cerrados implementados a partir dos anos de 1970, com algumas variações, levariam além da soja e outros produtos adaptados às condições ambientais pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), os agricultores considerados com um perfil adequado ao modelo econômico de agricultura planejada que, portanto, tinham que estar afinados com os paradigmas tecnológicos modernos.

Desde então, o agronegócio, por meio da compra, não raro a preços simbólicos ou do “grilo”, prática corriqueira na região do Cerrado, vem a passos largos suprimindo os Gerais como possibilidade - outrora área de uso comum entre agroextrativistas e fazendeiros -, privatizando recursos genéticos, o solo e a água, privando as populações tradicionais cerradeiras dos direitos fundamentais para a manutenção do seu modus vivendi.

3.2 A origem das terras de ausentes e das posses no Cerrado: territorialidades justapostas

A compreensão do acesso à terra-território e uso dos recursos nos territórios tradicionalmente ocupados pelos cerradeiros do município de Chapada Gaúcha, tema em tela no presente estudo, exigirá a retomada da história de ocupação da região, porque esse, assim como qualquer outro objeto e sujeito de uma pesquisa, demanda sua inserção no devido tempo e espaço.

O povoamento da Microrregião Geográfica de Januária-MG aumentou com a chegada do bandeirante paulista Matias Cardoso de Almeida na sua empreitada contra os indígenas arredios, malgrado continuava rarefeito. Assim foi que, com o estabelecimento das sesmarias concedidas pela coroa aos bandeirantes paulistas entre os séculos XVII e início do XVIII, tinha origem o domínio das terras da atual Microrregião Geográfica de Januária-MG. Naquele momento, o regime de parte

considerável das terras da região, tornara-se de domínio individual, embora nem sempre fossem efetivamente usadas. Isso porque, mesmo com a chegada dos bandeirantes, a utilização das terras e dos seus recursos, era de livre acesso ou de uso Geral, excetuando os territórios efetivamente ocupados por tribos indígenas hostis, as áreas próximas as sede das sesmarias efetivamente usadas para agricultura, assim como as poucas terras cultivadas por seus respectivos camaradas, vaqueiros e posseiros. Em todos os casos, as terras onde se praticava a pecuária, incluíam-se entre as áreas de uso comum por grupos de negros aquilombados, indígenas e sertanejos.

Conforme Abreu (1963), “[...] Desde começos do século XVIII, as sesmarias tinham sido limitadas ao máximo de três léguas separadas por uma devoluta.” (ABREU, 1963, p. 136) Quase todos os currais inicialmente estabelecidos, situavam-se as margens dos rios principais ou em afluentes menores. Igualmente os pequenos vilarejos margeavam os rios, que distavam entre si um dia de cavalo, conectados pelas estradas boiadeiras. Desse modo, o isolamento de diversas áreas tornou-se um campo fértil para o surgimento de diversos núcleos de quilombos e sertanejos posseiros que estabeleceram suas territorialidades por muitas gerações nos interstícios das fazendas curraleiras.

Dayrell (1998) explica que as sedes das fazendas ficavam em áreas onde a terra era melhor e com água abundante, ao passo que as roças eram cultivadas por meeiros e os canaviais pelos agregados. Por sua vez, o vaqueiro era o agregado de maior confiança e tinha o direito de também criar algumas cabeças de bovino ou de equino.

O isolamento como elemento que permitiria a generalização das posses na região, pode ser apreendido do fato de que o vaqueiro ao separar do rebanho do fazendeiro, uma para cada três crias, como pagamento “[...] ia juntando as peças do seu próprio rebanho, que levaria para zonas mais ermas, ainda não conhecidas nem alcançadas pelas sesmarias” (RIBEIRO, 1995, p. 341), dando origem a novas posses.

Dayrell (1998) escreve que os sitiantes[37] situavam-se em terrenos onde não tinha nenhum fazendeiro que se dizia dono. Os posseiros, como explica Dayrell

[37] O autor escreve que a denominação sitiante ou situante é usado para o pequeno produtor que mora em terra que possa ter alguma origem na aquisição, não necessariamente possuindo escritura

(1998), ficavam situados mais distantes das fazendas, em terras que o fazendeiro se dizia dono e dava permissão. Normalmente bastava o pretendente pedir permissão ao fazendeiro para plantar no terreno. Entretanto,

> [...] Quase sempre existiam algumas pré-condições para colocar a posse, como por exemplo: o tamanho da área a cercar; retirada de madeira; número de cabeças de criação; ajudar o fazendeiro em algum serviço eventual, etc. No mais, na maioria das vezes, eles ficavam lá sem maiores aborrecimentos. De acordo com a situação, o fazendeiro, sua esposa e filhos apadrinhavam os filhos dos posseiros; em contrapartida, os posseiros poderiam ser jagunços na eventualidade de um conflito. (DAYRELL, 1998, p. 93-94)

Com o passar dos anos, os sesmeiros e seus herdeiros que não conseguiram ocupar produtivamente a vastidão das terras abarcadas pelas suas fazendas, as "abandonaram" dando a essas terras o caráter de terras devolutas. Em muitas dessas terras devolutas, famílias já haviam fixado morada e delas tiravam seu sustento, desenvolvendo aí um modo de vida peculiar em interação com o Cerrado local.

Em pesquisa de campo no município de Chapada Gaúcha-MG, identificamos o uso dos termos "Gerais", "terras soltas", "terras de ausentes", "terras liberadas" e "larga" como sinônimos para designar essas terras que seus ancestrais usaram e que as atuais gerações sempre utilizaram para a criação de gado e para o extrativismo de recursos úteis. Eram terras devolutas ou terras cujos donos moravam fora da região, pouco visitando sua fazenda, daí a expressão "terras de ausente" ou "terras soltas". Sobre essas terras, estabeleceram-se regimes de uso comum entre famílias que foram se constituindo como grupos sociais diferenciados, deste modo conformando suas instituições sociais. Dentre esses, muitos antigos sertanejos, negros aquilombados e seus descendentes, foram se miscigenando com indígenas da região. Foi essa configuração territorial que permitiu a manutenção, reprodução e expansão dos Cerradeiros no sertão Noroeste Mineiro.

Assim, mulheres e homens, com suas famílias, estabeleceram-se em terras "soltas", ou seja, onde os sesmeiros e, mais tarde, seus descendentes ou grileiros, não questionavam sua presença ou muitas vezes o tinham como vaqueiro ou agregado incumbidos de cuidar do gado e das terras. Nestas terras, mormente perto das veredas, se formaram antigos núcleos familiares, onde se faziam roçados e se criava gado na solta, em terra de uso comum, ou se preferirmos, nos Gerais.

---

da terra. "[...] Na maioria das vezes apenas um papel escrito sobre o direito de aquisição do terreno." (DAYRELL, 1998, p. 94), conforme também foi verificado em nossa pesquisa de campo.

Pelo costume, os grandes fazendeiros permitiam o acesso dos agroextrativistas locais para pequenos roçados de arroz, feijão, milho e mandioca nas veredas embrejadas ou úmidas, bem como para pescar, caçar ou coletar alguns recursos naturais que necessitavam, tais como: frutos, remédios, madeira etc. Essa pequena produção normalmente se destinava ao autoconsumo, mas também poderia ser destinada à comercialização em mercado local.

À época, prevalecia a compreensão de que mesmo a terra sendo propriedade privada, os recursos naturais não os eram. Predominava entre os proprietários, posseiros e mesmo entre aqueles que não estavam vinculadas ao espaço rural e a terra, a visão de que se o solo é privado, os recursos que brotam dele, não o são.

Gonçalves (2004, p. 221-222) assinala que, tradicionalmente, os camponeses em áreas do Cerrado, usavam essas terras sem registro formal de propriedade, ao mesmo tempo em que grandes fazendeiros possuíam extensas pastagens para a criação do gado. Mesmo estes sendo proprietários da terra, não o eram do babaçu, do pequi, do baru, ou da fava d'anta. Esse uso conjunto das terras na região de Cerrado constituía uma modalidade mais complexa, cujas territorialidades distintas não são mutuamente excludentes.

Além disso, não era de interesse do grande fazendeiro a exploração dos recursos naturais, especialmente porque não tinha valor relevante no mercado e porque possuíam outras fontes de renda. Esses proprietários apenas utilizavam a vegetação natural para o pastoreio à solta de seu rebanho, não havendo razões para entrar em conflito com as comunidades locais, onde muitas vezes moravam seus vaqueiros ou cujos membros muitas vezes lhes serviam.

Segundo Martins (2011, p. 16), que estudou os veredeiros do município de Chapada Gaúcha, "[...] não é que não havia a posse formal e burocrática da terra, isso havia." Porque o fazendeiro era considerado dono legítimo das terras, mas não dos recursos naturais do Cerrado, o que fomentou a estruturação de uma complexa rede de solidariedade de uso comum. O autor realça que "Os Gerais são uma amálgama cultural e histórico e também circunstâncias ambientais" que quando tomado isolado de qualquer de suas características, deixa de serem os Gerais, tais como o conhecemos. Mas, para o autor, as veredas tornaram-se o fulcro privilegiado de territorialização das famílias veredeiras.

É importante esclarecer que os terrenos de veredas que não recebem uso vinculado a alguma família, também são terras livres, de uso comum e constituem-se

subsistemas ecológicos complementares aos Gerais, porque são a fonte de água para o gado. É o conjunto desses dois sistemas de uso comum das terras, das Veredas e dos Gerais, que permitem o desenvolvimento do modo de vida cerradeiro. Na prática, pode se falar em um território e duas territorialidades específicas.

Como nos explicou o senhor Miro Veredeiro, agroextrativista da Comunidade Morro do Fogo:

> Área grande aberta era Gerais. Esses Gerais quase não produzia um terreno mais fraco, então o pessoal pouco mais ligava pra terreno de Gerais. Agora terreno de mata é lugar de cultura é lugar que o pessoal mais procurava pra morá. Ele dá tudo sem adubo sem nada. Em terreno de cultura tudo que você plantá o terreno produzia (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013).

O senhor Riobaldo Manzuá, agroextrativista da comunidade Barro Vermelho, nos explica que as áreas de livre acesso,

> [...] chamava ausente, era terra do Estado, terra que não tinha documentação nenhuma, não tinha dono. Todo mundo era dono. Se um chagesse encostasse numa beira daquela e engraçasse, ele podia aproximar dali fazê sua casa, não tinha quem...era do Estado. Nem existia esse negocio de posse tubem não, de primeiro não existia isso não. Foi de poucos ano pra cá. [...]

Observa-se que os cerradeiros não sabiam distinguir as terras devolutas, terras públicas, das terras que tinham proprietários ou pessoas que se diziam proprietários. Muitas dessas terras, mesmo tratando-se de terras devolutas, foram ilegalmente incorporadas as propriedades privadas ou, não raro, no caso da região estudada, com a conivência do Estado.

O senhor Calengue Raizeiro, agroextrativista e Agente de Desenvolvimento Rural Sustentável (ADRS) da CoopSertão, nos relatou que as fazendas circunvizinhas às posses de uso das famílias quilombolas da comunidade de São Félix sempre tiveram pessoas que eram donos ou se declaravam donos. Explica que mesmo as terras de uso comuns não pertencentes à comunidade São Félix, mas usadas para a solta do gado, coleta de frutos e outros recursos naturais, já eram posse ou propriedades de determinadas famílias, sendo que foram estas que mais tarde venderiam suas propriedades para as empresas silvicultoras que se instalaram na circunvizinhança da comunidade, gerando intenso conflito.

As palavras do senhor Totinha Peruaçú, morador do Distrito de Serra das Araras, homem que durante toda sua vida foi agregado em fazendas da região, e atualmente é morador do Distrito de Serra das Araras, revela a concepção do que os Cerradeiros compreendem por Gerais:

> O sertão é o mundo, os Gerais é o mundo inteiro que não é cercado. O Gerais é de todo mundo andar, agora só que cada lugar tem seu dono, mas não impede a gente andá, né. A gente só não pode invadi, porque não é da gente, mas em problema de andá, todo mundo pode andá. (PESQUISA DE CAMPO, MAIO DE 2013)

Nos recônditos das entranhas do território cerradeiro, pela construção social, sua identidade se desvela como homem dos Gerais, tal é sua ligação e dependência desse espaço complementar as Veredas. Nessa perspectiva, podemos citar a narrativa do senhor Zefulô Buritizeiro, agroextrativista da comunidade São Félix, acerca do gado criado "na larga", ou seja, na área de uso comum e da livre escolha da área para se plantar a roça:

> O gado era criado solto. Num tem pobrema, eu vô campiá eu óio o gado de todo mundo. Nóis encontra, 'você viu meu gado? Vi tá em tal lugar, tá tudo bem' não tem poblema né. Não tinha separação, num tinha nada a vê. Era tudo um grupo só, os gado fica junto, os animali, tudo junto num logradouro só. Só cercava as roças, senão as criação entrava na roça e comia. (PESQUISA DE CAMPO, MAIO DE 2013)

A manutenção por longo período dos regimes de uso coletivo da terra na Microrregião Geográfica de Januária-MG tem motivações diversas:

> [...] a) fazendeiros não tinham o capital suficiente para controlar tantas terras; b) o Norte de Minas por um longo período esteve à margem da economia de mercado; c) havia certos princípios de "solidariedade" que garantia o acesso à terra; d) o próprio Estado era um dos grandes proprietários. Talvez o "mito" de que estas terras eram improdutivas tenha sido o principal elemento para não haver de fato a propriedade capitalista nos Gerais, ou pelo menos, ela não se estabeleceu com todas as suas características. (MARTINS, 2011, p. 110)

O que de fato constitui as terras de uso comum ou de uso Gerais, não se limitam às chapadas, porque são também os tabuleiros, as encostas, as Veredas, mas normalmente se atribui Gerais às chapadas, utilizadas para "a solta" do gado, em caso de possuí-lo. Assim, as terras Gerais, mais distantes, eram consideradas terras "soltas", de "ausentes" ou "livres", que podiam ser usadas por todos. Os Gerais, em grande medida, eram terras devolutas, mas muito comumente um proprietário ou um fazendeiro se dizia dono, mesmo sem sê-lo. Nos sertões do Cerrado, a terra era comum tanto como o saber sobre a Natureza.

Ao referir-se sobre os tempos em que a terra era comum, assim se expressa a senhora Sussa Sucupira e o senhor Zefulô Buritizeiro, um casal de agroextrativistas da comunidade quilombola São Félix, em Chapada Gaúcha:

> Aqui era assim, oh! Dona Vó Maninha tá ali [outra moradora quilombola], vamo supô, assim né, Dona Vó Maninha tá morando ali, se eu 'botei aquela roça ali', num gaio que tem aqui que chama Gaieiro, vinha fazia aquela roça, plantava, num tinha nada a vê.

Complementa o senhor Zefulô Buritizeiro: “Era comum. Pudia trabaiá, colê sua roça o que ocê fô usa, não tem pobrema. Não tinha dividição não.” Continua a senhora Sussa Sucupira: “Fazia cerca só em volta pro animal num comê. E se dissesse assim: ‘a terra num tá mais bom’, porque vai trabalhando ela vai ficando fraca, né. Tirava aquele arame e butava noutro canto. Era desse tipo!” (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

O senhor Sucupiro, agroextrativista e Agente de Desenvolvimento Rural Sustentável (ADRS) da CoopSertão, membro da comunidade Morro do Fogo, lembra que atualmente todos os posseiros têm suas terras cercadas, mas “antigamente”, antes da chegada das empresas silvicultoras e do Parque Estadual Serra das Araras (PESA) e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari (RDS Veredas do Acari), as terras eram usadas em comum.

Mesmo com a multiplicação das famílias nos núcleos comunitários ao longo das décadas que sucederam à chegada dos sesmeiros, até o início da década de 1970, o acesso à terra e o uso coletivo dos recursos Naturais pelas comunidades Cerradeiras na Microrregião Geográfica de Januária-MG, dentro das grandes e pequenas propriedades particulares, normalmente não era negado pelos seus proprietários (ou grileiros).

Em relação à região, Rosa (2006), assim descreve o que viu:

> [...] situado sertão é por os campos-gerais a fora a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Urucúia. Toleima. Para os de Corinto e do Curvelo, então, o aqui não é dito sertão? Ah, que tem maior! Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristojesus, arredado do arrocho de autoridade. O Urucúia vem dos montões oestes. Mas, hoje, que na beira dele, tudo dá — fazendões de fazendas, almargem de vargens de bom render, as vazantes; culturas que vão de mata em mata, madeiras de grossura, até ainda virgens dessas lá há. O gerais corre em volta. Esses gerais são sem tamanho. Enfim, cada um o que quer aprova, o senhor sabe: pão ou pães, é questão de opiniães... O Chapadão é em sobre longe, beira até Goiás, extrema. Os gerais desentendem de tempo. [...] O sertão está em toda a parte. [...] Estes gerais enormes, em ventos, danando em raios, e fúria, o armar do trovão, as feias onças. O sertão tem medo de tudo. [...] (ROSA, [1956] 2006[38])

Conforme nos foi relatado em pesquisa de campo em maio de 2013, na Microrregião Geográfica de Januária-MG, mesmo àquelas famílias menos abastadas, proprietários de pequenas glebas ou posseiros que detinham documentos não oficiais de posse da terra, não impunham proibições para o uso dos

[38] *Passim.*

recursos naturais, antes não só permitiam o livre acesso à suas terras para o extrativismo, caça ou pesca para o autoconsumo e/ou venda do excedente, como percorriam terras alheias para a prática da coleta desses recursos úteis que não possuía em suas terras.

Atualmente, o termo Gerais continua a fazer referência às terras de uso geral entre agroextrativistas que, amiúde, convivem nessas terras sem nenhum registro legal, ao mesmo tempo em que fazendeiros as utilizam para a pecuária extensiva com pastagem natural.

Gonçalves (2004) registra que durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, as chapadas foram objeto de atenção das grandes empresas do complexo agropecuário, originando a grande monocultura e o cercamento das terras nessa região o que se deu com o apoio formal do Estado, no caso de Minas Gerais pela Fundação Rural Mineira (RURALMINAS), acarretando na privatização de grande parte das terras públicas, com contratos de concessão por 20 anos para empresas silvicultoras.

Mais recentemente no município de Chapada Gaúcha, o modo de vida cerradeiro, forjado por uma longa história de convivência entre diversas comunidades locais, dia após dia, vem sendo desterritorializado, especialmente pela chegada de empresários rurais, tema que será tratado no próximo item, e da criação de UCs pelo Instituto Estadual de Floresta de Minas Gerais (IEF-MG), questão que será revisitada na Parte IV deste trabalho mais pormenorizadamente.

3.3 A expansão do agronegócio e a supressão/encurralamento das populações Cerradeiras no município de Chapada Gaúcha-MG

No município de Chapada Gaúcha, situado na Microrregião Geográfica de Januária-MG, até a década de 1970, conforme foi demonstrado, havia a convivência relativamente harmônica entre diversos grupos tradicionais e grandes fazendeiros. No entanto, essa forma de relação social começou a se diluir gradativamente, ante ao avanço do agronegócio para as áreas de Cerrado da região, com a monocultura de soja, sementes de capim, eucalipto e pínus e a produção de carvão a partir da madeira nativa do Cerrado. No município de Chapada Gaúcha e sobre áreas outrora de uso comum das comunidades estudadas, foram identificadas diversas empresas

que cultivaram principalmente eucalipto e pínus, são elas: Plantar Siderúrgica[39] e TMG Siderurgia as quais até os dias correntes possui plantações no município, a Adiflor Agro, a Mina Seiva Reflorestamento e a Faial, as quais encerraram atividades silvicultora no município (Figura 27 e 28).

Figura 27: Monocultura de Eucalipto da empresa silvicultora TMG localizada próximo à comunidade de Pequi, Mangal, Marimbas e São Félix.

Autor: Robson Munhoz de Oliveira, abril de 2013.

[39] Mais informações consultar: http://www.plantar.com.br/

Figura 28: Placa indicando área de propriedade privada da empresa silvicultura Plantar.
Autor: Robson Munhoz de Oliveira, maio de 2013.

Autor: Robson Munhoz de Oliveira, maio de 2013.

O senhor Gregório, quando questionado sobre o que seria as denominadas “terra de ausente”, responde:

> Que não tem ninguém, não tem orige, né. [...] Eu mesmo quanto eu vim praí, essa terra aí não tinha dono. Agora todo mundo cercô, ‘eu comprei o direito de fulano, eu comprei direito de fulano’, aí abafa tudo. Vai avaluindo e o povo vai tomando. Dentro daquele direito tem um bocado de alqueire de terra sem orige, né, aí eles fica com tudo. Ninguém vai importá porque não tem orige né..[risos]. Essa mesmo onde eu tenho a fazenda eu cheguei ainda não tinha dono, não tinha orige era de ausente. Essa era um mundo de terra, aí eu cheguei e cerquei um pedaço lá, 15 alqueiro e duas hectare, porque nesse tempo a gente era fraquinho, não tinha condição, cercô só o que a força dava. [risos] Mas pela lei eu ganhei. Tenho documento de uma parte.

Foi assim que, após a década de 1970, os Gerais, espaço de uso comum e múltiplo entre diversos grupos sociais que vivem no Cerrado da região, ganhou um sentido mais claro em oposição às terras particulares, as quais se caracterizam pelo uso privativo e singular por uma família ou uma empresa.

No município de Chapada Gaúcha-MG, episódio muito corriqueiro foi a compra do direito de posses das terras dos moradores por empresas silvicultoras, bem como o cercamento de áreas muito maiores que a posse de fato adquirida, conforme nos foi relatado em pesquisa de campo. Em outros casos, essas empresas se territorializaram sobre as posses de agroextrativistas, sem mesmo comprar seu direito de posse. Nesse processo, muitos Cerradeiros foram desterritorializados ou

ficaram encurralados. Dentre essas comunidades, na presente investigação abordaremos o caso da comunidade Morro do Fogo, do quilombo de São Félix e as famílias que moravam próximo do rio Feio e no Distrito de Serra das Araras.

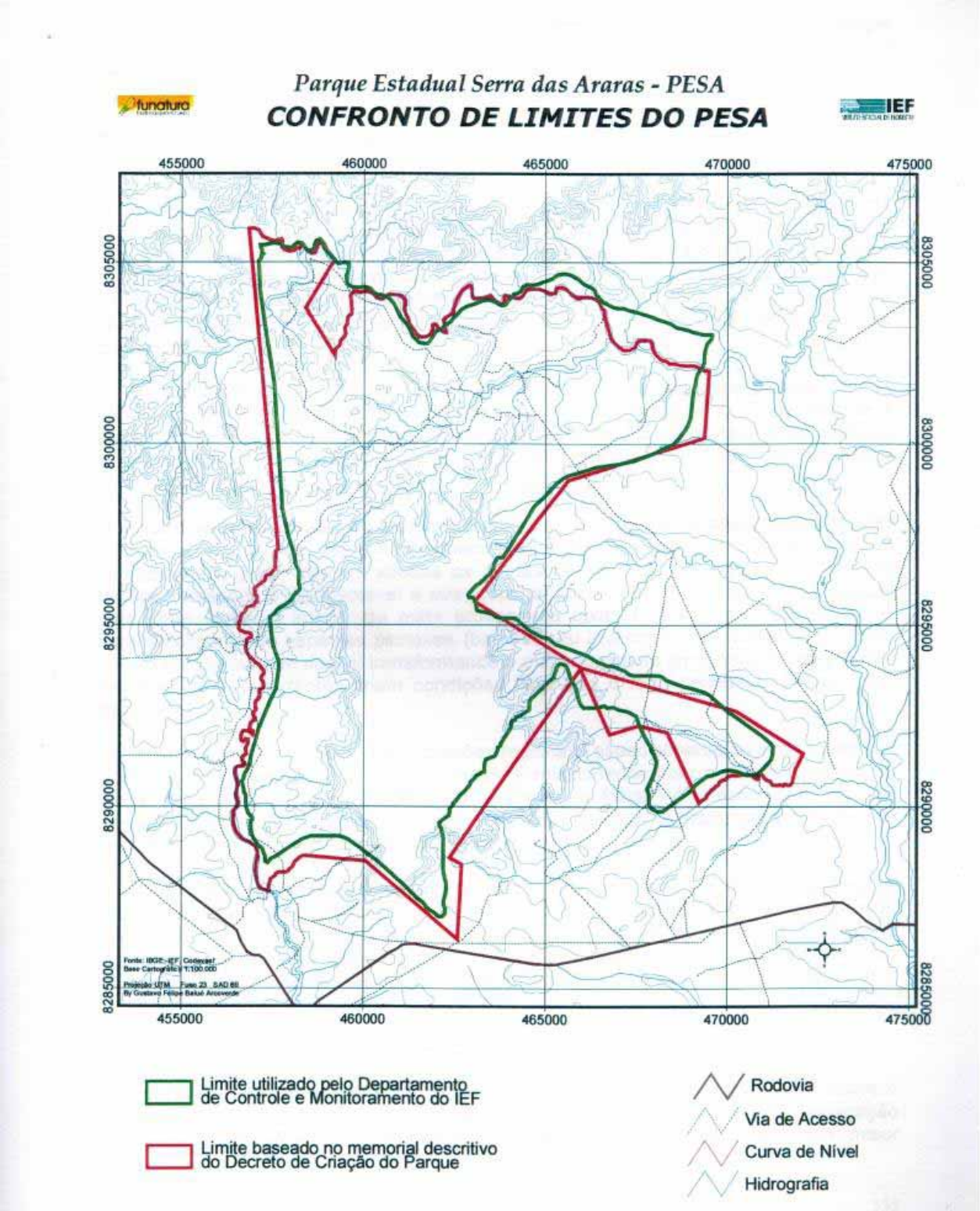
Para realizar sua territorialização no município, as empresas se aproveitaram de duas condições que caracterizavam e ainda caracterizam a região. A primeira refere-se à indefinição dominial das terras decorrente da dificuldade de medição da área das fazendas (posses ou propriedades), pois essas tinham como limítrofes de referência os rios e veredas (popularmente denominadas de “gaio”), cabeceiras dos rios e pontos onde um rio desagua no outro (popularmente denominado “barra”), conforme pudemos observar em pesquisa de campo por meio do relato de diversos entrevistados, moradores tradicionais da região.

Para compreender melhor esse processo, convém pautar-se pelo seguinte exemplo que nos foi dado pelo senhor Calengue Raizeiro:

> Antigamente o povo comprava terra era no pé do pé. O agrimensor ‘ô minha fazenda é daqui na cabeceira do gaio tal do fulano lugar aculá...aí você sai da cabeceira do gaio lá na barra do outro, na cabeceira do outro aqui, pronto! Fincava um pau fincava outro lá, fincava outro lá..aí dava dez alqueires, cê ia medir dava 100, 200. Aí quando a coisa foi avançando, que veio topógrafo e tudo, aí chegou foi medir aquelas área, às vezes o caboco tinha comprado 20 alqueira, mas porque o cumpade tinha mostrado numa ponta na outra, da cabeceira de um gaio no outra, da cabeceira de uma Vereda na outra, na barra na outra, tinha mostrado aquilo ali, o topógrafo chegava, ia medir, o cara ‘falava tinha 20 alqueira’, chegava ia medi dava 200, 400 alqueira. Aí media o marco dele era livre, ai media e registrava. Foi o caso que aconteceu nesta fazenda. Aqui mesmo [referindo-se ao caso do avanço da empresa TMG sobre as terras da comunidade São Félix] maior parte foi acontecido isso. Os posseiros, tinham muitos posseiro das família daqui que venderam suas própria posse e saíram pra ir pra cidade e com isso foi ficando aí foi dando resistência pras empresa. Quando as empresas foi comprando, aí o vizinho seu morava qui vendia pra empresa, a empresa queria te atentar pra você vender também. Por último aqui fico nois aqui, nois resistimos aqui. [...] Hoje tamo sossegado, a terra tá demarcada individual e é bom cada um saber do seu pedacinho de terra. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

A título de ilustração vale a pena mencionar o cartograma do “Confronto de limites do PESA” onde são mostrados os limites do Parque segundo o Departamento de Controle e o Monitoramento do IEF sobreposto aos limites do Parque segundo o memorial descritivo do Decreto de criação do PESA (Figura 29).

Figura 29: Confronto de Limites do PESA.



Fonte: Plano de Manejo, 2005.

O que o cartograma revela é que, apesar do maior rigor no processo de circunscrição da área abrangida pelo Parque, há divergências em relação ao seu exato limite. Isso certamente reflete a indefinição dominial que caracteriza as terras das comunidades estudadas.

O caso do senhor Riobaldo Manzuá também é ilustrativo para a compreensão da indefinição dominial, pois parte das terras foi doada pelo seu antigo patrão, o senhor Catulé, para quem ele trabalhou de vaqueiro por 15 anos. Para “formalizar” entre eles a doação, o senhor Catulé escreveu em um papel que doava a terra ao senhor Riobaldo Manzuá. Mesmo posteriormente o senhor Dejaniro Murititendo tendo comprado a propriedade das terras do senhor Catulé, no ato da compra, conta o senhor Riobaldo Manzuá, manteve o compromisso de oportunamente medir a terra doada a ele, já que ficaria muito caro fazê-lo naquele momento. O senhor Catulé, em verdade, doou 27 hectares, mas de acordo com a descrição dos limites da terra posteriormente demarcada pelo agrimensor, constatou-se que se tratava de 257 ha doados ao senhor Riobaldo Manzuá.

As empresas que chegaram à região na década de 1970 usaram sorrateiramente da indefinição dominial das terras para apropriar-se de áreas maiores que as áreas que de fato haviam adquirido por compra ou recebido por concessão da Ruralminas, o que provocou intenso conflito entre essas empresas e algumas famílias moradoras das comunidades do município de Chapada Gaúcha-MG.

O senhor Miro Veredeiro lembra que isso ocorreu principalmente na área onde esta instalada a RDS Veredas do Acari e explicou que era muito comum algumas empresas comprarem pequenas posses e cercarem áreas muito grandes, aproveitando-se das imprecisões nos limites dessas posses. “Comprava um pedacinho de uma possizinha e aí já cercava uma ariona, e assim foram comprando, comprando...No tempo o pessoal não sabia que terra ia da esse valor que tem hoje não. Muitos caíram pra dentro do arraialzinho da Serra [das Araras porque não tinha mais terras para plantar e criar o gado]” (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013).

O senhor Quinca do Alambique, agroextrativista do Distrito de Serra das Araras, nos relatou que essa foi a prática adotada pela empresa Adiflor:

> Essa área aqui sempre foi usada em comum, aí chegou a Adiflor. Primeiro a Adiflor começou assim, se você tivesse uma posse aqui, comprava a posse sua e comprava de qualquê um que morasse dentro da área que era devoluta. Ela ia e comprava o direito de posse, aí cercava o tanto que ela queria. De quem tinha ela ia comprando as posses e cercava o que ela

> interessava, onde tivesse vazio ela ia cercando. Pegava de uma Vereda na outra, da cabeceira de uma Vereda outra, esse mundo...só cercava por fora. Tem lugar aí que entre uma Vereda na outra da três mil, cinco mil hectare. Respeitô só a terra da igreja. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

Como nos conta o senhor Pai Velho, referindo-se as empresas silvicultoras:

> Às vezes compravam um direito de posse de uma fazendinha pequena, num mundo velho de uma sede só. Ali chegavam e comprava aquelas terras e cercava um mundo velho. Nois mesmo vendeu nossa posse para Adiflor. Antes as terras era tudo solta. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

O senhor Firmino Cagaita, monitor do IEF, lembra que tinha áreas que a rigor não pertencia a Adiflor, mas que essa vendeu tudo para o IEF[40]. Essa empresa teria:

> [...] corrido com muita gente. Foi o que tentaram fazer com seu Euzébio Bate-caixa e não conseguiu. Lá são uma 12 casas toda da família de seu Euzébio Bate-caixa. Existe ainda hoje uma área do seu Suari. À época a Adiflor mandou bater nele, mas ele não saiu. Tem várias áreas dento dessa área da RDS Veredas do Acari que o povo fala que os donos não venderam, mas a Adiflor cercou tudo em volta e englobou tudo. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

Segundo o senhor Fulozinho Marolo, agroextrativista do Distrito Serra das Araras, as terras utilizadas e que, portanto, a Adiflor se dizia dona, era de cerca de 61 mil hectares, entretanto, parte dessas terras não foi vendida para o Instituto Estadual de Floresta de Minas Gerais (IEF-MG), porque a Adiflor não possuía documentos. Isso demonstra que parte dessa área de terras vendida ao IEF eram terras onde a empresas se territorializou indevidamente, portanto que não havia sido adquirida por meio da compra, sendo outrora de uso comum pelas comunidades cerradeiras.

Conforme pode ser visto, o modelo agroexportador se opõe e sobrepõe ao modelo agroextrativista e são incompatíveis porque regido por lógicas antagônicas. O modelo agroexportador necessita de terras fartas e baratas e não tem limites porque visa incessantemente a expansão de suas fronteiras e tem como motor os novos meios técnicos produtivos e é isso que o faz ser o que é. Sua necessidade é a da reprodução ampliada. O modelo agroextrativista se limita as necessidades humanas do grupo social, e sua consecução a capacidade da força física, porque seus meios técnicos são rudimentares.

O segundo aspecto favorável à territorialização ilegal e predatória das empresas de eucalipto e pínus identificada no município de Chapada Gaúcha foi a insegurança que os posseiros tinham e ainda têm em relação ao direito a terra,

[40] Conforme abordaremos na Parte IV, a área onde foi implantada a RDS Veredas do Acari foi adquirida da empresa silvicultura Adiflor.

mesmo em relação aquelas áreas que teriam direito por usucapião por preencher os requisitos do Art. 191, da Carta Magna de 1988, onde se lê que:

> Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinqüenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade. (BRASIL, 1988)

Em verdade, muitos desses posseiros estão há três, quatro ou mais gerações no local onde ainda hoje produzem suas condições de existência, assim estando muitas famílias há mais de 100 anos na mesma comunidade e com o passar dos anos foram se multiplicando e constituindo novas posses.

Conforme nos informou o senhor Valdô Carinhanha, na comunidade Morro do Fogo originalmente existiam 10 famílias. Atualmente na sua família existem seis gerações residindo na comunidade: seu neto, filhos, mãe, ao passo que avós e bisavós estão sepultados a 300 metros da casa da família, área que o IEF considera pertencente ao Parque (Figura 30).

Figura 30: Cemitério de família tradicionalmente moradora da comunidade Morro do Fogo ao fundo da pastagem com gado.

Autor: Robson Munhoz de Oliveira, maio de 2013.

Não houve entre as famílias entrevistadas, alguma que tivesse origem fora da região. Todos os entrevistados, quando declararam que seus avôs ou bisavôs não nasceram na comunidade que moram atualmente, relataram que seus ascendentes vieram de comunidades vizinhas, sendo a maioria do próprio município de Chapada Gaúcha, município de Januária ou município de São Francisco.

Segundo o senhor Valdô Carinhanha, agroextrativista da comunidade Morro do Fogo, as 30 famílias moradoras da comunidade Morro do Fogo, originaram-se de poucas famílias, todos com trajetórias muito parecidas. O mesmo foi verificado nas demais comunidades estudadas, cujos laços de parentesco consanguíneo eram muito comuns. Os modos de vida de seus ascendentes e dessas populações possui um continuum histórico assentado em um dinamismo próprio. O ritmo de transformação se distingue das sociedades urbanas, pela sua menor incorporação de novos elementos resultantes do maior isolamento geográfico e menor contato por vias de comunicação.

O município de Chapada Gaúcha, como toda a Microrregião Geográfica de Januária-MG, por se tratar de uma região com baixo dinamismo econômico, caracteriza-se como espaço de repulsão dos mais jovens, assim afora os gaúchos, os demais migrantes que atualmente moram nas comunidades estudadas, são originários do espaço intra-regional.

Por isso não é demais afirmar que incontestadamente o trabalho e as raízes profundas legitimam o direito hoje a posse da terra pelos cerradeiros e a necessidade de um projeto que considere seu modo de vida, diferentemente da criação de Unidade de Conservação de Proteção Integral que nega suas práticas centenárias.

No passado quando as terras eram “soltas”, “liberadas” para o uso comum, as famílias podiam crescer sem se preocupar com o sustento dos membros que nasciam, nem mesmo depois que estes casavam e necessitavam de possuir suas próprias terras para seguir a vida com a família. Não obstante, atualmente diante do quadro de restrição ao acesso à terra e do uso dos recursos naturais, o caminho da cidade tem sido visto com a melhor alternativa para os jovens. Assim, o cercamento das terras, além de limitar o extrativismo de recursos naturais, restringiu sobremaneira a criação de gado à solta, o qual precisa agora ser criado dentro de suas próprias terras.

Em relação à territorialização da empresa silvicultora Adiflor sobre terras de uso comum, área onde atualmente localiza-se a RDS Veredas do Acari, num primeiro momento, segundo o senhor Fulozinho Marolo, não houve manifestação contrária da população local, nem mesmo dos criadores que realizavam à solta do gado na área, isso porque eles não cercaram uma área que os criadores continuavam usando, embora encurralados. “Cercô lá, mas deixou isso daqui pro gado baté, o que já era bem mais pouco né. Quando eles desmatô aqui, começou a briga com o povo, que era onde o povo criava já há muitos anos, mas o povo não se unia para brigá.” (PESQUISA DE CAMPO, MAIO DE 2013) Tudo indica que os criadores embora se sentissem pertencentes à terra, sentiam que a terra não lhes pertenciam porque desamparados judicialmente e sem qualquer conhecimento jurídico, achavam que não tinham nenhum direito sobre a terra, mesmo esta sendo utilizada há muitos anos para obter a renda para o sustento da família.

O senhor Fulozinho Marolo explica que a empresa Adiflor não encontrou maior resistência por parte da maioria dos posseiros porque além de comprar a terra, prometia emprego na empresa. Para ganhar a confiança da população local, o gerente da empresa estabeleceu uma parceria com uma pessoa da comunidade que intermediava a negociação. “Aí vinha, fala que era bom se vendê. Além de cê ficá com o dinheiro cê também ia trabaiá na empresa.” (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

Assim, as alterações do ambiente natural e socioeconômico no entorno das comunidades, impostas pelo capital no campo em áreas de Cerrado, obrigam os cerradeiros a reformular suas táticas de manejo para o sustento da família para não terem que mandar seus filhos mais velhos trabalharem nas cidades ou em empresas capitalistas na região. Mesmo desterritorializados pela chegada do agronegócio e das UCs, as comunidades tradicionais continuam se sentindo pertencentes aos seus territórios originais, daí a força do lugar para a resistência e luta.

No caso da área de estudo, foi constatado que não foi sem tensionalidades que a empresa silvicultora TMG se territorializou. A instalação da monocultura de eucalipto pela empresa TMG, gerou intensos conflitos por terra com a comunidade São Félix, pois essa empresa comprou posses na região e territorializou-se por áreas de uso comum da comunidade, valendo-se da confusão em relação aos limites fundiários das terras na região.

Para pressionar as famílias da comunidade de São Félix a sair do local, o gerente da empresa TMG fez diversos “buracos” na estrada que dá acesso à comunidade para dificultar a locomoção dos moradores. Segundo nos relatou a esposa do senhor Calengue Raizeiro, a senhora Jeni Papo, agroextrativista da comunidade São Félix, os buracos não permitia o acesso à comunidade nem mesmo a cavalo. Ela nos contou que “[...] A estrada ali mesmo ele [o gerente da empresa TMG] catucaram que não passava carro pra ir pra escola nem nada. [...]” (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013).

Também houve muitas ameaças, inclusive de morte, por parte do gerente da empresa TMG, conforme nos relatou o senhor Zefulô Buritizeiro. Houve tentativa de colocar fogo na casa de um dos moradores. Segundo o senhor Calengue Raizeiro, “[...] o trabaio dele era desapropria posseiro. Tomava conta de uma fazenda, fazia pressão ali e desapropriava todo mundo”. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

O capítulo recente da história dos quilombos de São Félix é ilustrativo do processo de encurralamento e resistência das comunidades Cerradeiras, pois ficou marcado pelo confronto com a empresa TMG que, segundo um entrevistado, o senhor Zefulô Buritizeiro:

> Desmatou tudo. Essas chapada aqui foi tudo desmatada. Era pra fazer carvão, disse que era pra plantar eucalipto, uma parte desmatou com trator de esteira. Tacaram fogo, lerô esse mato tudo aí, queimô tudo, cortô esse Cerrado tudo e fez carvoeira [com a madeira nativa]. Até hoje tem o que sobro das carvoeira. Arranjô as pessoa do lugar para corta lenha e queima, mas trouxe muita gente de fora. Muita gente de Brasília de Minas, mas pro povo da comunidade ninguém, do Pequi, do Acari. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013).

Em relação à empresa TMG que plantou eucalipto na região, o senhor Anatalino Cabeça, agroextrativista e Agente de Desenvolvimento Rural Sustentável (ADRS) da CoopSertão, aponta que há dois lados, um negativo e outro positivo: de um, os problemas gerados pelo desmatamento e, por outro, os empregos gerados. Em nosso entendimento, a chegada de uma empresa que abre a possibilidade de emprego fixo e com carteira assinada, onde os postos de trabalhos são sempre esporádicos, quando existem, é vista com bons olhos por aqueles que precisam arrumar empregos sem ter que morar fora do município.

Quando o senhor Zefulô Buritizeiro foi questionado sobre os principais benefícios e problemas que resultaram da atuação das empresas silvicultoras na região observa:

> De bom o emprego, por pouco tempo, mais pros comércio. De ruim os desmate que na época eles batia o correntão, desmato a beira do córreus aí veio muita areia pra dentro do córreus, o que fez diminuir muito as águas ou acabá. Teve muitas veredinha aí, acabou com esses desmate. Desmatava, aí media o tratô gradiando pra plantar, cortava a raiz da árvois, aí as areia vinha pra dento dos córreus né. Atrapalhou muito essa parte aí. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

De acordo com a narrativa da senhora Diadorim Mutamba, fazendo referência ao rio Aldeia, situado há 06 km de Serra das Araras, limítrofe do RDS Veredas do Acari:

> Desde que eu sou gente pra cá, a Aldeia nunca tinha secado. Morei na beira dele. Tinha uma passagem pro animal passá dentro d'agua. De uns anos pra cá, depois das desmatação pra cá, então a Aldeia secou. Na seca ele fica areião igual alí na rua [aponta a rua]. Porque quem chama as águas é as alvis, viu, é as alvis. Mata a raiz das alvis porque que ela puxa a água pra cima, como que ela pode, num tem. Cê vê que quanto era tempo das chuva as alvis chorava. Cê passava de baixo de alvis, ela chegava tava pingando água. Porque vinha chuva mesmo. Hoje se num vê. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

Assim, a sua maneira a senhora Diadorim Mutamba, a anciã do Distrito de Serra das Araras, embora a pessoa mais lembrada quando se fala de religião e festas religiosas, dá sua explicação empírica para a redução das chuvas.

Outra consequência da implementação da monocultura de eucalipto, identificada por famílias da comunidade de São Félix, foi a morte de veados, decorrente da intoxicação pelo veneno utilizado na lavoura, de forma que esses animais não se prestaram nem para o consumo humano. O senhor Calengue Raizeiro nos explica porque ocorriam essas mortes:

> Teve uma época mesmo que eles tava aí mexendo aí na época do eucalipto e o povo achô muito veado morto, tem isso. As água tá contaminada, os bixinho pasta naqueles luga verdinho, porque no tempo da seca, quando o eucalipto tá novo, eles usa moía com carro pipa, aí tá verdinho, bate o veneno ali, o bixinho vai e come ali e adoece. [...] Hoje ainda a gente vê umas eminha, mas é muito pouco. Aqui perto eu vi uma ema, elas tava ali de manhã cedo, três ema, aí chamei o menino, mas ele não tinha uma máquina que pegava longe, três emas, lindo lá, é muito difícil hoje, ainda mais próximo assim. Antigamente era mais frequente, aqui é acidentado e elas não gosta, mas se saísse aqui um, dois quilômetros via muita. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

É importante lembrar que além da arenização dos rios e veredas, como nos foi relatado, o eucalipto tem grande capacidade de absorção de água do solo, podendo ter sido esse mais um fator que contribuiu para redução das águas dos rios e veredas no município. Nos trechos das entrevistas fica muito evidente o destaque dado pelos entrevistados aos problemas e a diminuta dimensão dos benefícios trazidos por essas mesmas empresas às pessoas do local.

A senhora Rosa Guimarães, agroextrativista da comunidade São Félix, nos relatou que a empresa TMG não cercava a áreas com monocultivo de eucalipto, de modo que também o gado criado na larga entrava para pastar e comia o veneno de formiga colocado na plantação, o que resultou na morte de muitos animais e grande prejuízo para as famílias da comunidade São Félix. O próprio senhor Zefulô Buritizeiro relatou que teve gado que morreu envenenado. “Nois levo muito prejuízo por conta dessa empresa, nois tomo muito prejuízo. Só gado, nossa morreu, parece que foi oito vaca. Até vaca parida.” (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013) Depois da ocorrência desses episódios, a firma viu-se obrigada a cercar a plantação.

Este caso também foi verificado no caso da empresa Adflor, que tendo cercado as terras de uso comum, não conseguiu conter o gado dos criadores que continuou adentrando a área tomada pela empresa porque “As reses estavam acostumadas com aquele local e ela mesmo quebrava a cerca e entrava” nos conta o senhor Quinca do Alambique (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013). Em verdade, pareceu que essa tentativa frustrada de reterritorialização foi uma tática deliberada, mas sutil dos criadores que sempre desconheceram seus direitos e estiveram desprovidos dos recursos para acessá-lo por meio da justiça. Entretanto, a Adiflor não admitiu e lançou mão de estratégias para não ser desterritorializada, conforme nos explica o senhor Fulozinho Marolo:

> Aí eles pegaram e pois veneno. Eles mataram aqui mais de umas 100 rês, veado tudo morreu. Se andava aí via os veado morto aí. Chego na quadra, onde fazia aquele entrocamentozinho, eles ponha sal com Adrim. Eu perdi sete rês. Deixaram a cancela aberta, meu gado entrô. [...]. Às vezes o gado morrendo, o povo pra não toma prejuízo tirava o gado. Por isso que colocava o sal, pro gado comê. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

Quando questionado se o gado poderia ser solto em meio ao eucalipto da empresa TMG, ao que foi respondido pelo senhor Zefulô Buritizeiro: “Aonde tem eucalipto não, só eles mesmo que cria. Mas a área pra cá onde tá solto é liberto, é de todo mundo. Elas fala que essa área é tudo deles, mas tá liberada pra cria, pode pega as fruta.” (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013) Explica a senhora Rosa Guimarães:

> Eles iam proibi, assim pro pessoal, mas a adevogada do sindicato veio aí, chamou o gerente da firma e aí falô ‘enquanto o INCRA não viesse pra defini e que todos os boi era solto’, podia continuar solto, só do dia que o INCRA viesse para liberá, medi as terra, cercá...e até hoje num veio. (PESQUISA DE CAMPO, MAIO DE 2013)

Conforme pode ser apreendida da fala do senhor Zefulô Buritizeiro e a senhora Sussa Sucupira, atualmente ainda há terras em litígio entre a firma TMG e a comunidade São Félix. Quando questionado se gostaria de resolver logo esse impasse ou manter como está, declara:

> Uai, que dize que o INCRA medindo fica mais fácil, porque aí fica certo, né, fica real né...e assim fica comum. Uma hora pode um entroja aí, atrevê, né...querê cita uma orde [judicial]. Porque os da empresa..eles é contra nóis. Então que diz que o INCRA entrando, legalizando com esse proprietário tudo fica livre. Eles tava correndo com o gado do povo...daqui de casa mesmo eles panharam aqui e colocaram pra outra fazenda, soltando pra fora, tiram daqui, sumiu gado...nois levo bem prejuízo...Minha irmã ali, a muié do Manuelzão mesmo, sumiu uma vaca gorda, até ontem...foi aí que veio a adevogada. (PESQUISA DE CAMPO, MAIO DE 2013)

Essa situação se arrasta por mais de 20 anos, e enquanto prevalecer, a família do senhor Zefulô Buritizeiro e a senhora Sussa Sucupira, como de resto toda a comunidade de São Félix, continuará a viver uma situação de insegurança quanto ao futuro do seu principal e único meio de vida, o território. Sem embargo, o futuro da família segue por um presente de pouco conforto material e por um futuro incerto.

A fase mais crítica da luta das famílias da comunidade de São Félix contra a empresa TMG durou cerca de 20 anos e somente teve fim quando os membros da comunidade se organizaram para resistir e terem seus direitos como remanescentes de quilombolas reconhecidos[41].

No total, a Fundação Cultural Palmares[42] reconheceu como de direito, 1.020 ha para dividir em 18 lotes, o que daria 56,66 ha para cada família, sendo que as terras seriam demarcadas nos certames do local da fazenda onde estava estabelecida a família há centenas de anos.

O reconhecimento, demarcação e titulação das terras da comunidade São Félix foram considerados pelo senhor Calengue Raizeiro e sua esposa, a senhora Jeni Papo, como uma vitória. O orgulho do casal em ter obtido o título definitivo para o direito de acesso ao território e aos recursos nela existentes, tão necessários para a existência e reprodução social e cultural da comunidade, é expresso simbolicamente pelo quadro fixado na parede da sala com a certidão de auto-reconhecimento emitida pela Fundação Palmares que data de dezembro de 2005.

---

[41] Para isso se ampararam no Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, onde foi definido que “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” (BRASIL, 1988)

[42] Entidade vinculada ao Ministério da Cultura (MinC) com a finalidade de promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. (BRASIL, 1998b)

O caso das comunidades cerradeiras estudadas constitui-se em exemplos de territorialização do agronegócio por áreas de Cerrado, engendrando conflitos com as populações que tradicionalmente habitam essas terras-territórios. O avanço das relações capitalistas de produção ensejou, naquela região, a produção capitalista do espaço. Com o avanço da agricultura em moldes empresariais pelas áreas de Cerrado nos dias atuais, a relativa harmonia até então existente se diluiu.

Os novos territórios do capital no município de Chapada Gaúcha se fizeram como a negação dos territórios tradicionalmente ocupados pelas comunidades Cerradeiras, isso porque a populações tradicionais e o capital ligado ao agronegócio são agentes sociais antagônicos e, portanto, um território se desmanchou para que outro se fizesse, porque seus agentes são pares dialéticos que configuram interesses contraditórios. Os territórios se fazem e desfazem e podem ser mais ou menos constantes. Via de regra quando a disputa é travada entre populações tradicionais e o capital, com a territorialização deste último, a interação Sociedade-Natureza, comumente deixa de ser uma interação harmônica para tornar-se usurpação da Natureza.

Nesse contexto, é improvável que o território e os enlaces sociais que dão vida, sejam uma “orquestra em sinfonia”, em consonância perfeita entre as classes sociais e seus elementos – técnicos e Naturais - o que de fato não existe. Sempre que os interesses dos agentes envolvidos forem divergentes, um processo territorial implicará na desconstrução do território pré-existente. Nesse caso, necessariamente há a expropriação ou a expulsão dos atores sociais que sucumbiram, inibindo sua capacidade de exercício do poder, pois a territorialização do capital implicou necessariamente na desterritorialização dos cerradeiros.

É sabido que a territorialização de uns implica necessariamente na desterritorialização de outros sempre que esses forem pares antagônicos. Entretanto, mesmo que o poder das empresas sobre aqueles territórios estivessem estabelecidos, os cerradeiros seguiram lutando porque compreendiam que a reconfiguração territorial e a reterritorialização sobre o território original estavam sempre abertas como possibilidades. Comunidades cerradeiras como a de São Félix, Morro do Fogo e rio Feio, seguem lutando e resistem para permanecer existindo com seus modos de vida tradicional.

Nos casos em tela, tivemos a multiterritorialidade conflituosa, pois o exercício do poder esteve, especialmente com a chegada do agronegócio, permanentemente

em jogo. Os cerradeiros compreendiam que as possibilidades nunca estiveram por completo aniquiladas. Isso porque, a ordem estabelecida é sempre provisória como o é a própria sociedade, sempre um devir. O território é um devir porque está sempre em litígio. Não obstante, atualmente as comunidades cerradeiras evoluem para um acesso cada vez mais instável à terra e seus recursos naturais.

Nos casos das comunidades cerradeiras estudadas, onde foram identificados uso comum de terras e de recursos naturais, tanto em terras de propriedade privada, como de Unidades de Conservação, as tensões pelo exercício do poder mostraram-se latentes, caracterizando um processo de multiterritorialidade conflituosa.

Nesses espaços tem-se assistido uma forte tensionalidade pelo exercício "pleno"[43] do poder sobre o território, elemento sem o qual não podemos falar em soberania territorial, condição, a qual as comunidades cerradeiras estudadas, nunca alcançaram plenamente, visto que sempre estiveram sujeitos ao domínio dos donos das terras. Essa condição será perpetuada no que depender dos fazendeiros e empresas capitalistas que controlam as relações de poder que subjaz a já concentrada estrutura fundiária da Microrregião Geográfica de Januária-MG. A elite que comanda o campo é e sempre foi representante dos mais retrógrados interesses da sociedade brasileira, a qual tem se mostrado muito bem organizada para coibir ações que impelem mudanças na estrutura agrária.

É sabido que sempre que estão imbricados interesses e valores divergentes no processo de territorialização, as tensionalidades sociais são potencialmente engendradas, ainda que elas sejam veladas. Nesse confronto, os territórios pré-existentes, não raro, tornam-se objetos de disputas e esfacelam-se, dando origem a um segundo território**,** um território forjado, resultante de novas correlações de forças. Em síntese, o território é sempre um equilíbrio provisório tal como sugere o próprio teor semântico do conceito.

Haesbaert (2010, p. 6775) com base em Lefebvre, conclui que o “espaço-tempo vivido” é “território múltiplo”, “diverso e complexo”, diferentemente do território “unifuncional” engendrado pelo capital. Na interpretação de Costa (2003), existem duas lógicas: uma baseada no regime agrário e coletivo, cujas relações de trabalho

[43] As aspas sinalizam as restrições legais sempre existentes em um Estado-nação nos moldes do Estado moderno, muito embora comumente, avessos aos interesses sociais, porque afinados com os interesses do capital.

se estruturam pela reciprocidade e que se opõe nitidamente à lógica capitalista de produção do espaço e do território.

A cada nova área aberta para o monocultivo, se queima uma memória de valor incomensurável e que se apaga para sempre, contribuindo para dilacerar a diversidade biológica e cultural presente no Cerrado. A chegada do "desenvolvimento" e do preservacionismo ao município de Chapada Gaúcha, colocou em xeque a manutenção da pluralidade da vida nessas comunidades Cerradeiras.

Se, no passado, o Cerrado foi visto como espaço desprovido de biodiversidade, portanto, um bioma pobre, entretanto, é sabido nos dias correntes, que o contato do Cerrado com outros biomas o faz singular e que o conhecimento detalhado dessas áreas está em posse das sociedades tradicionais Cerradeiras que aí vivem há séculos. Por isso, os remanescentes de Cerrado são sua memória da biodiversidade útil.

Os problemas enfrentados pelas sociedades tradicionais Cerradeiras não têm sido diferente, quando da criação de Unidades de Conservação para conter a expansão do capital. Nesses casos, também temos assistido a des (re) territorialização ou a criminalização desses grupos sociais que são contrários à demarcação das Unidades de Conservação.

Se por um lado, com o avanço da fronteira agrícola para as áreas de Cerrado na Chapada Gaúcha e da chegada de empresas capitalistas pós-1970, as tradicionais comunidades cerradeiras foram desterritorializadas ou encurraladas nas margens das veredas, sujeitandas aos interesses dos proprietários de terra, por outro o lado, a criação das Unidades de Conservação (UCs), pós-1990 as subsumiram as normas ambientais, o que mais uma vez vem impelindo terminantemente ou restringindo o acesso à terras e aos recursos naturais.

Se por um lado as UCs foram criadas para conter a expansão da fronteira agrícola e de pequenas, médias e grandes carvoarias no município de Chapada Gaúcha, por outro, elas contribuíram significativamente para redução dos territórios de uso comum tradicionalmente ocupado pelos Cerradeiros. Ademais, a presente pesquisa constatou que, na área de estudo, as UCs têm causado problemas semelhantes àqueles gerados pelas empresas silvicultoras em relação a utilização dos recursos Naturais e ao território, muitas vezes, com restrição ainda mais rigorosas que àquelas colocadas pelos proprietários privados.

A incorporação das áreas de Cerrado pela dinâmica do agronegócio desde a década de 1970 e, por conseguinte, os impactos profundos sobre a Natureza e a Sociedade, levaram os gestores do IEF a encarar toda atividade social como predatória. Sendo assim, esses agentes não fazem distinção entre comunidades cerradeiras e o agronegócio. Por outro lado, mantem uma visão dicotômica incapaz de enxergar Natureza e a Sociedade como uma totalidade inseparável, especialmente respeitar essa perspectiva como ponto de vista das tradicionais comunidades cerradeiras.

Não obstante, nos dias correntes, não com a mesma frequência que no período anterior a década de 1970, ainda podem ser vistos casos de uso comum dos recursos Naturais no Cerrado, inclusive no município de Chapada Gaúcha-MG. Malgrado as tentativas de resistência empreendida por estas comunidades, as territorialidades sobrepostas não têm sido a face dominante dos processos territoriais no Cerrado, mas sim a desterritorialização das populações tradicionais Cerradeiras. A sucumbência dessas populações decorre da falta de fomento e apoio às organizações sociais que fazem frente à chegada do agronegócio.

No caso da área de estudo, mesmo na RDS Veredas do Acari, a qual é regida por legislação que prevê o uso do território e dos recursos Naturais pelas comunidades tradicionais, existe uma multiterritorialidade muito mal resolvida, dada à limitação do uso do território em razão do arcabouço jurídico que regula o uso dos recursos no seu interior e a morosidade para a elaboração do Plano de Manejo da unidade, como buscaremos mostrar mais adiante.

Assim, as UCs que deveriam ser a salvaguarda das comunidades tradicionais no município de Chapada Gaúcha-MG, tornam-se mais um problema a ser enfrentado pelas famílias cerradeiras que ainda não sucumbiram. Isso porque, os defensores da criação de áreas protegidas, acometidos de uma visão dicotômica, sustentam que essas áreas devem ser livres da interferência humana, não reconhecendo o papel fundamental que as populações tradicionais podem desempenhar ao serem incorporadas ao sistema de proteção da Natureza que, ao valorizá-la como recurso natural útil para sua reprodução social, contribui para sua proteção. Em síntese, atualmente as UCs constituem-se o problema que tolhem as essas comunidades, pobres do ponto de vista econômico, mas ricas em matéria-prima para reprodução da sua existência e sociabilidade.

O modo de vida tradicional das comunidades Cerradeiras, baseado na agricultura de excedente ou para autoconsumo, na pecuária em pastos nativos e no extrativismo de diversos recursos naturais, nos parece compatível com um modelo de desenvolvimento conciliador diante da necessidade de conservação dos recursos Naturais e da cultura rustica cerradeira. Neste contexto, especialmente diante do irremediável assoreamento das Veredas para o cultivo, ao menos no curto prazo, e da redução da área para à solta do gado, o extrativismo de frutos nativos pode ser uma alternativa complementar para geração de renda e reprodução social dos Cerradeiros, como tática de resistência a exclusão de que são objetos.

Na área estudada, ainda existem casos de uso comum dos recursos em áreas de “propriedade privada”, em posses e Unidades de Conservação. Tanto pequenos como grandes proprietários de terra, bem como os posseiros, não negam que seja feita a coleta de recursos naturais em suas áreas, não pedindo nenhum tipo de contrapartida econômica sobre o que foi coletado, sendo que essa multiterritorialidade fundada na reciprocidade solidária, cultivada há muitas gerações como parte da tradição local, apresenta-se como um aspecto favorável ao extrativismo de frutos nativos. Essa sobreposição de territórios, os conflitos produzidos com esse processo, sobretudo em UCs, e o uso dos recursos naturais úteis, serão o tema abordado na próxima parte desse trabalho.

IV
A CRIMINALIZAÇÃO DO MODO DE VIDA E DAS TERRITORIALIDADES DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS CERRADEIRAS

> Por nós não, porque nos já tamo na era vencida, mas eu que tenho meu filho tenho meu neto [...] porque se não fosse a Natureza, nóis não tinha nada. Agora uma comparação: nos morre e o que quê vamo deixa pros fios, igual eu que tenho um bando de fios, agora nos pega derruba os pau tudo, pega bota fogo, o que que eu e meu marido vamo deixa pro fios? Vamo deixar terra, só a terra, nem a água que cê pode bebe, vamo deixa. (senhora Jeni Papo, PESQUISA DE CAMPO, abril de 2013)

O que se segue é a tentativa de fazer uma reflexão acerca da forma como o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC/Lei Nº 9.985/2000)[44] - separa "Sociedade" de "Natureza" ao criar as categorias "Unidades de Proteção Integral" reproduzindo a concepção que encara a Natureza como uma esfera redutível em si mesma, ou seja, que nega terminantemente a totalidade Sociedade-Natureza, criminalizando práticas corriqueiras, mas vitais para as populações tradicionais produzirem sua sociabilidade e se reproduzirem socialmente sem perderem sua identidade. Neste contexto, buscaremos mostrar que o saber local tem sido subestimado na formulação de projetos e políticas ambientais no que tange à gestão das Unidades de Conservação. Abordaremos ainda o assoreamento dos rios e Veredas na região, as medidas coercitivas em relação à prática da agricultura de vereda e as características da criação de gado na solta e sua transição para a criação do gado nas "mangas", cada vez mais comum na região.

No bojo desse processo, analisaremos as tensionalidades entre IEF e as comunidades cerradeiras, bem como as disputas pelo exercício do poder sobre os territórios tradicionalmente ocupados por essas comunidades. Buscamos ainda identificar as formas de multiterritorialidades que subsistem como práticas costumeiras nas comunidades estudadas, herdadas dos primórdios da formação socioterritorial da região.

Diante disso, ao longo desse capítulo buscaremos responder ao seguinte questionamento: as UCs devem constituir-se em "ilhas" conformada como "oásis verdes" sem a presença humana como premissas para a conservação da Natureza? No que toca a esse respeito, essa pesquisa tende a negativar essa concepção. Compreendemos que no Cerrado deve haver espaço para a coexistência entre Natureza e as sociedades tradicionais, ambas realizando suas atividades vitais,

[44] Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

nesse habitat natural que também deve ser entendido como território dos cerradeiros.

Por fim, defenderemos que as UCs, ao contrário de como têm sido vistas, constituem-se espaços privilegiados para a prática do extrativismo de frutos nativos do cerrado. Assim, buscando superar essa concepção dicotômica, defenderemos a ótica que aponta para as Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Extrativista como políticas capazes de conciliar quatro dimensões que concretamente estão imbricadas: economia, sociedade, ambiente e cultura, promovendo o justo uso das terras e dos recursos Naturais, conservação da Natureza e manutenção de modos de vida fundados na tradição. Compreendemos que o território deve ser visto como um espaço contíguo ou reticular que integra as atividades de diversos setores econômicos e múltiplos atores sociais.

4.1 A (des) construção da concepção de Natureza intocada como fundamentos do marco legal para criação das UCs

A despeito do que procuramos evidenciar no capítulo II, a concepção dicotômica Sociedade/Natureza prevalece imbricada no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei Nº 9.985/2000), que institui as "Unidades de Proteção Integral" como áreas protegidas de uso indireto e, portanto, intocável. Esse é o caso da denominada Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. De acordo com o parágrafo VI, do Art. 2º da Lei Nº 9.985/2000, "proteção integral" é definida como: "manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo apenas o uso indireto dos seus atributos naturais." O "uso indireto" é definido no inciso IX dessa mesma lei, como: "aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos Naturais." (grifo nosso)

Por sua vez o Decreto nº 21.724/1981 que regulamenta o Parque Estadual Serra das Araras em Minas Gerais estabelece no Art. 12 que não serão permitidos dentro das áreas dos Parques Estaduais "I - qualquer forma de exploração das riquezas e dos recursos Naturais; [...] III - a coleta de frutos, sementes, raízes, cascas e folhas; IV - o corte de árvores, arbustos e demais formas de vegetação; [...]" Ademais, o Decreto nº 21.724/1981 estabelece no parágrafo I do Art. 10 que o

Plano de Manejo poderá conter o que chama de “zona intangível”[45] e onde a “primitividade da natureza permanece intacta”. Nestas áreas não se tolera qualquer alteração pela sociedade, inclusive aquelas consideradas tradicionais.

As determinações legais supramencionadas fazem das UCs de proteção integral, verdadeiras “ilhas”, “desertos humanos”, na medida em que a ênfase é dada aos elementos bióticos e abióticos, desprezando as “populações tradicionais” ao inverter o texto da lei, “[des] respeitando e [des] valorizando seu conhecimento e sua cultura” como se lê no inciso XII, artigo 4º, da Lei Nº 9.985/2000.

Vista por esse prisma, a Natureza constitui-se num “âmbito material e objetivo que existe em si” (ALMEIDA, 2003, p. 72), sendo considerado externo à sociedade, portanto, independente das relações sociais travadas no seu interior e do saber sobre ela. Os ecologistas adeptos da ecologia profunda defendem que a preservação da Natureza tem valor intrínseco, ou seja, valor em si mesmo, não levando em conta os benefícios que a proteção da Natureza pode legar para as gerações futuras e, com base nessa visão, tem apresentado políticas radicais de conservação, defendendo que uma área extensa do Planeta deve ser isolada dos humanos, como recorda Pimbert e Pretty (2000).

A ecologia profunda fundamenta-se no argumento de que é necessário primariamente preservar a Natureza e não as necessidades humanas. Esse aforismo é defendido mesmo quando o uso dos recursos Naturais é para sobrevivência de pequenos grupos relativamente isolados do mundo urbano e que usam técnicas rusticas como meio de produção. Essas técnicas chegam a ser tão rudimentares que se fossemos datá-las, certamente encontraríamos sua gênese no século XIX e sua decadência em meados do século XX, para a parte do Brasil que integra a core área econômica.

Esse processo ficou evidenciado na área de estudo, cujas comunidades estão passando pelo processo de criminalização e expropriação, rompendo com a trajetória de territórios historicamente construídos por famílias, para quem viver implica em conviver com a Natureza, exercendo suas atividades vitais e

[45] “I - Zona Intangível, onde a primitividade da natureza permanece intacta, não se tolerando qualquer alteração pelo homem. Funciona como matriz de repovoamento de outras zonas onde são permitidas atividades humanas regulamentadas. Essa zona é dedicada à proteção integral de ecossistemas, dos recursos genéticos e ao monitoramento ambiental. O objetivo básico do manejo é a preservação, garantindo a evolução natural;”

socioculturais, com isso colocando em xeque sua segurança alimentar e nutricional, conforme buscamos mostrar no capítulo III deste trabalho.

Essas são mais alguns elementos que concorrem a favor do incentivo ao extrativismo de frutos silvestres e da favela nas comunidades afetadas pela criação das Unidades de Conservação e da apropriação das terras pelo agronegócio. No próximo item, procederemos à caracterização das duas UCs estudadas.

4.2 Características socioambientais da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari foi criada pelo Decreto s/nº em 21 de outubro de 2003, sendo que 55.415 hectares (91%) estão dentro do município de Chapada Gaúcha e 5.405 (09%) no município de Urucuia no estado de Minas Gerais, totalizando 60.975,00 ha. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari abrange 17% do município de Chapada Gaúcha-MG e 2,5% da área do município de Urucuia-MG (Figuras 31 e 32).

Figura 31: Entrada da Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari.

Autor: Robson Munhoz de Oliveira, abril de 2013.

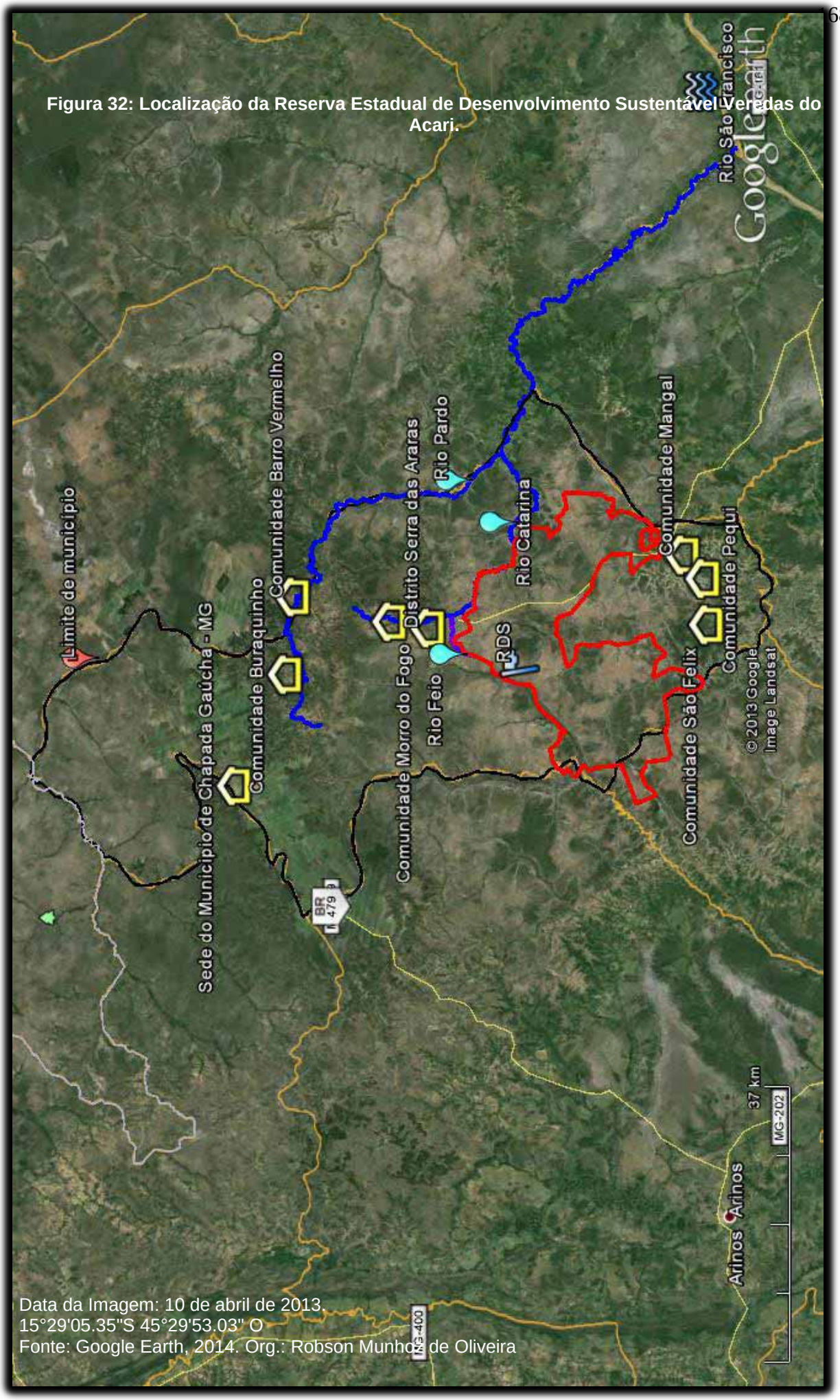


Figura 32: Localização da Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari.

A RDS Veredas do Acari é administrada pelo IEF-MG e se encontra em um grau de implantação incipiente e embora tenha constituído seu Conselho Deliberativo desde 2009, ainda não possui Plano de Manejo. Desse modo, existem poucas informações disponíveis que nos ajudam a caracterizar essa Unidade de Conservação. Acerca do Plano de Manejo da RDS Veredas do Acari, o senhor Dantas do Urucuia, representante do IEF, relata sua importância: “Para Reserva nós ainda estamos trabalhando pra ver se a gente consegue esse Plano, estamos tentando junto à diretoria. A Reserva é fundamental pra poder a gente tá administrando melhor.” (PESQUISA DE CAMPO, JULHO DE 2011)

Diante da inexistência de Plano de Manejo para a RDS Veredas do Acari e para evitar que sua core area e sua Zona de Amortecimento - estabelecida interinamente em um raio de três quilômetros do entorno - fique aberta a qualquer tipo de prática, o que inevitavelmente causaria a depredação dos ecossistemas, uma vez que as atividades humanas compatíveis com a manutenção do ambiente não foram definidas, o que o IEF tem feito é reduzir seu uso às regras que se aplicam a uma Unidade de Conservação de Proteção Integral. De acordo com o Art. 20 da Lei n. 9.985/2000,

> A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

Assim, trata-se de uma “Unidade de Conservação de uso sustentável” e que, portanto, permite a exploração dos recursos naturais desde que seja assegurada a sua renovação e dos processos ecológicos e que a exploração seja realizada de forma socialmente justa e de forma economicamente viável com a presença humana, entretanto isso não vem ocorrendo. Segundo a Funatura (2008), a região se notabiliza pela “vasta ocorrência” de espécies frutíferas, especialmente pequi, cagaita e buriti, sendo que na área da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari, a ocorrência de pequi se notabiliza pela densidade de árvores. Em relação à história das terras que deram origem à Reserva de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari, sabe-se que era pertencente à empresa silvicultora Adiflor, que possuía eucalipto e pínus plantado na área. Segundo a Funatura, no início da criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari, foi realizado o Projeto da Maderita para a exploração do pínus que estava plantado nas terras adquiridas pelo IEF-MG para a criação da Unidade de Conservação. O senhor Dantas do Urucuia, representante do IEF, confirma: “[...] a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari era uma fazenda, Adiflor, essa empresa, ela plantou eucalipto, plantou pínus, fez pivô, fez tudo aí dentro da

Reserva e quando ela passou essa área pro IEF, ela passou uma área lá de milhares de metros cúbicos de pínus [...]" (PESQUISA DE CAMPO, JULHO DE 2011) Em 2009 ainda existiam, segundo o senhor Dantas do Urucuia, 16 mil metros cúbicos de pínus plantados de forma esparsas em pequenas áreas dentro da RDS Veredas do Acari, o que somado totalizam cerca de 400 ha. Quando o IEF comprou a terra da Adiflor para a implantação da RDS Veredas do Acari, esta empresa já havia abandonado as atividades desde o final década da 1990.

Em relação ao pínus, em julho de 2011, durante a entrevista, o senhor Dantas do Urucuia explicou:

> [...] nos estamos vendo junto a diretoria a possibilidade da gente tá extraindo esses pínus com a questão do extrativismo. Tira esse resto em beneficio da comunidade e da própria unidade que também tem algumas coisas que a gente tá precisando e eu acredito que com esse píno a gente pode tá tendo algum retorno. (PESQUISA DE CAMPO, JULHO DE 2011)
> .

A criação da RDS Veredas do Acari em uma área praticamente sem cobertura vegetal, a qual foi retirada pela Adiflor para a plantação de eucalipto, além da existência de um grande maciço de pínus em seu interior deixada por essa mesma empresa, foi algo que à época e ainda hoje, leva diversos membros da comunidade a questionarem os motivos da criação de uma UC em uma área totalmente devastada e com presença de espécies exóticas. A área onde hoje é a RDS Veredas do Acari, nos conta o senhor Fulozinho Marolo, foi desmatada pela Adifor com a utilização de trator de esteira e correntão. Atualmente, na área da RDS Veredas do Acari, especialmente os pequizeiros estão crescendo novamente.

Em pesquisa de campo em julho de 2011, o senhor Dantas do Urucuia nos informou que não existem mais famílias morando na área da RDS Veredas do Acari, assim "[...] essa área tá toda regularizada.", ou seja, "O IEF comprou e pagou". O senhor Dantas do Urucuia também relatou que "[...] dentro [da RDS Veredas do Acari] só tem uns três ou quatro criadores de gado [morando], mas que eu acredito que não vai gerar problema não." Em entrevista realizada em junho de 2014, o senhor Dantas do Urucuia nos informou que atualmente a RDS Veredas do Acari está quase totalmente desocupada, possuindo uma única família que alega estar há mais de 50 anos no local e que é reconhecida pelo IEF como Veredeiro, apesar de essa área ter sido vendida pela Adflor como sua propriedade. Quando o IEF comprou a área, a Adiflor já havia expulsado quase todos os posseiros.

O senhor Dantas do Urucuia, nos informou que a Adflor havia adquirido as terras de 24 fazendas que posteriormente formaram uma única de 60 mil hectares. De acordo com o senhor Alegrinho do Gaio Seco, monitor do IEF, dentro da área do RDS Veredas do Acari nunca existiram comunidades, apenas ranchos de vaqueiros que tem seu gado na área. Entretanto, em contradição com este argumento, o senhor Firmino Cagaita, o senhor Fulozinho Marolo e o senhor Baiano do Brejo, relataram que nessa área, diversos litígios foram levados à justiça por moradores dispersos que ocupavam a área por onde se territorializou a empresa Adiflor e onde atualmente é o RDS Veredas do Acari. Conforme pode se depreender do nosso diálogo com o representante do IEF e os membros das comunidades entrevistados, ficou claro que a Adiflor transferiu ao Estado a situação de litígio que se arrastava desde havia adquirido as terras.

4.3 Características socioambientais do Parque Estadual Serra das Araras

O Parque Estadual Serra das Araras (PESA) foi criado pelo Decreto nº 39.400, de 21 de janeiro de 1998 e está sob a administração e jurisdição do Instituto Estadual de Floresta de Minas Gerais (IEF-MG), a quem coube realizar a implantação da unidade. De acordo com o Art. 2º desse decreto, a área destinada ao PESA é de aproximadamente onze mil cento e trinta e seis hectares, oitenta e cinco hectares (11.136.85 ha).

Segundo o Plano de Manejo, o PESA possui 82,4 km de perímetro e 72.717 ha de superfície considerada como Zona de Amortecimento. O Art. 4º do referido decreto estabelece que o Parque Estadual da Serra das Araras ficará sujeito às normas do regulamento de Parques Estaduais, aprovado pelo Decreto nº 21.724, de 23 de novembro de 1981. De acordo com a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, o PESA é uma Unidade de Conservação de “proteção integral”, portanto, os ecossistemas devem estar livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo apenas o uso indireto dos seus atributos naturais (Figuras 33, 34 e 35).

Figuras 33 e 34: Vista Parcial do Parque Estadual Serra das Araras a partir do rio Catarina.

Fonte: Autor: Robson Munhoz de Oliveira, 2013.

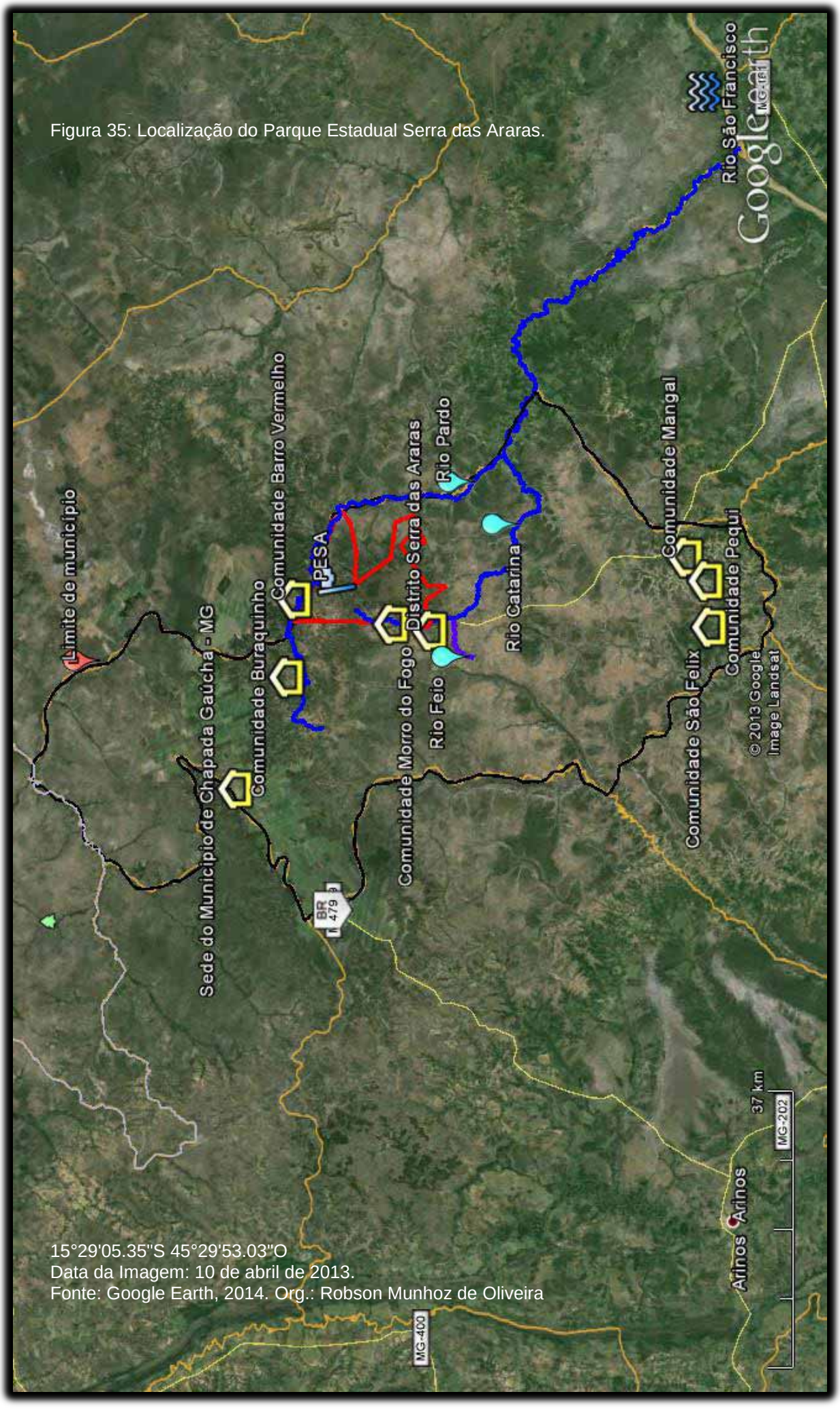


Figura 35: Localização do Parque Estadual Serra das Araras.

15°29'05.35"S 45°29'53.03"O
Data da Imagem: 10 de abril de 2013.
Fonte: Google Earth, 2014. Org.: Robson Munhoz de Oliveira

O PESA está inteiramente localizado dentro do município de Chapada Gaúcha, sendo que a 1,5 km nas adjacências do Parque Estadual Serra das Araras, se situa o Distrito de Serra das Araras, onde também se localiza o escritório do IEF-MG. O Parque é fechado à visitação, o que ocorre apenas esporadicamente pelas comunidades locais, especialmente durante a realização da Festa de Santo Antônio, por ocasião da romaria ao local onde está a imagem de Santo Antônio. O PESA possui Plano de Manejo desde 2005 e constituiu seu Conselho Consultivo pelo Decreto nº 39.400 desde janeiro de 1998.

O PESA está situado a quatro quilômetros da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari e está ligado ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas pelo Corredor Ecológico Vão dos Buracos. Trata-se de uma área que se destaca por conter diversos ecossistemas, segundo o IEF, de preservação permanente, especialmente Veredas e matas ciliares. “Sua cobertura vegetal é formada predominantemente pelo cerrado e ecossistemas associados (matas ciliares e Veredas).” (IEF, 2013, s/p). De acordo com o plano de manejo, o PESA está no bioma do Cerrado e ecossistemas compostos pelas seguintes fitofisionomias: cerrado strictu senso, campos limpo e sujo, matas de galeria, Veredas, carrascos. Os sítios geomorfológicos contido na área do PESA constituem-se em habitat e criadouro de espécies de araras atualmente ameaçadas de extinção, tais como a arara-canindé e arara-vermelha (FUNATURA, 2005).

A área do Parque Estadual Serra das Araras é cortada por inúmeras Veredas (cabeceiras pouco profundas, localmente denominadas “gaio”), que se constitui o habitat de treze espécies da fauna ameaçadas de extinção (IEF, 2013). Além de fornecer alimento para esses e diversos outros animais silvestres, a Unidade de Conservação é vista como dotadas de excepcionais atributos da Natureza, de rara beleza cênica, sendo considerado como uma paisagem Natural de grande potencial turístico. Portanto, as características da área preenchem os requisitos previstos no parágrafo I do Art. 6º do Decreto nº 21.724/1981, onde se estabelece que a criação de Parque Estadual seja proposta em áreas que,

> [...] possua um ou mais ecossistemas totalmente inalterados ou parcialmente alterados pela ação do homem, nos quais as espécies vegetais e animais, sítios geomorfológicos e os "habitat" ofereçam interesse especial do ponto de vista científico, cultural, educativo e recreativo, ou em que existam paisagens naturais de grande valor cênico.

Segundo o IEF (2013), dentre as espécies ocorrentes no cerrado do Parque Estadual Serra das Araras, destacam-se aquelas cujos frutos são utilizados como alimento pela fauna silvestre local, dentre eles se destacam a favela, a mangaba, o pequi, o jatobá-do-cerrado, o araçá e a gabiroba, sendo que nas veredas e matas ciliares há grande ocorrência da palmácea buriti e da pindaíba.

> [...] A riqueza do cerrado em espécies com frutos e flores comestíveis, bem como os abrigos que o arenito da borda das chapadas propicia, contribuem particularmente para a preservação da avifauna, em especial das espécies arara-vermelha e arara-canindé. Entre os mamíferos, o destaque é para o veado-galheiro ou sussuapara, espécie extremamente rara em Minas Gerais, que ocupa as áreas alagadas das Veredas, além do veado-campeiro, onça-parda, jaguatirica, gato-mourisco, lontra, tatu-canastra e o tamanduá-bandeira. (IEF, 2013, s/p)

No que toca aos aspectos socioculturais, foi observado total ausência na página oficial do Instituto Estadual de Floresta de Minas Gerais (IEF-MG), de qualquer referência à importância e riqueza cultural das comunidades que estão situadas na área do Parque Estadual Serra das Araras ou em sua Zona de Amortecimento. Essa postura reflete em alguma medida a perspectiva biologizante que justifica a criação dessa Unidade de Conservação de Proteção Integral negando os grupos humanos como parte da Natureza.

4.4 Criação das Unidades de Conservação e desterritorialização e encurralamento das comunidades Cerradeiras

Antes da implementação do PESA no município de Chapada Gaúcha, foi feito uma audiência pública para consultar se a comunidade era favorável a criação dessa Unidade de Conservação, sendo que na ocasião o IEF fez muitas promessas, segundo nos informou o senhor Velho Chico, monitor do IEF. Dentre uma dessas promessas destacou-se que, com a implementação da Unidade de Conservação, chegariam turistas que deixariam dinheiro nas comunidades e de resto em todo o município de Chapada Gaúcha, o que resultaria na geração de empregos. Para o convencimento da comunidade, demonstraram o sucesso de outros parques próximos de Belo Horizonte e com fácil acesso, o que não se aplica ao PESA, o qual está relativamente isolado por estrada de terras.

De acordo com o senhor Velho Chico,

> [...] Ali só pode ter o turismo, assim mesmo obedecendo o Plano de Manejo, mas o Parque não tem acesso, não tem estrada, não tem estrutura. Só tem duas estradas por onde passa carro que dão acesso ao Parque: a do Morro do Fogo e de seu Domingo e outras que só passa de a pé ou de cavalo. O principal ponto é para subir o morro, não tem segurança, não tem um corrimão, o pessoal sobe mas é uma coisa arriscada. [...] (PESQUISA DE CAMPO, JULHO DE 2013)

Embora a comunidade Morro do Fogo possua dois acessos por veículos, todos eles são muito difíceis, seja pela grande quantidade de areia existente na estrada, seja pelo fato de alguns trechos serem demasiado íngremes. Entretanto, o que mais dificulta o acesso a essa comunidade são os diversos rios que necessitam ser atravessados, dentre eles o rio Catarina[46] que possui 140 m de largura, inclusive podendo atolar irremediavelmente um carro, como já ocorreu com uma caminhonete que não mais foi recuperada, conforme história contada por moradores da comunidade. Durante os dias de chuva, o acesso à comunidade é tornado impossível. Entretanto, até a margem direita do rio Catarina, chega o transporte escolar, um meio muito usado pelos moradores para ir até Serra das Araras. Também a cooperativa chega até essa margem direita do rio Catarina para buscar a produção dos agroextrativistas.

Nas palavras do senhor Joãozito Matraca, Agroextrativista, Distrito Serra das Araras, “Quando o Parque chegou pra nossa região, a proposta foi muito boa. Que ia trazer uma renda, ia ter um emprego pra pessoa, e que essa renda produzida era trazida pelo município, porém se tá acontecendo nois não tem conhecimento. [...]” (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

O senhor João Jacarandá relata que nem durante, tampouco depois da criação do Parque, o pessoal do IEF realizou qualquer entrevista ou consultaram sobre a história do lugar, a área efetivamente usada pela comunidade ou a melhor forma de gestão de determinado recurso, mas apenas foram às comunidades informar o que pode ou não ser feito, especialmente no que tange uso do fogo para manejo de pasto, da retirada da lenha, das proibições de caça, do terreno onde se pode plantar e sobre outras as práticas consideradas criminosas.

Segundo o senhor Velho Chico, para elaboração do Plano de Manejo do PESA houve a participação da comunidade que se limitou a realização de oficinas

[46] Em alguns mapas, como no do Instituto de Geociências Aplicadas de janeiro de 2007, o rio Catarina aparece com a denominação de “rio Santa Catarina”, mas este não é conhecido pelas comunidades locais por esta denominação.

com objetivo de extração de informações[47]. A participação de muitas pessoas da comunidade se deu mais por curiosidade que para interferir na elaboração efetiva do Plano, pois não houve discussões que puderam mudar o que chegou previamente definido.

Assim, a participação da comunidade ocorreu para legitimar o processo, de forma que seus membros foram apenas consultados, sem poder interferir efetivamente nas decisões. Na fala do senhor Firmino Cagaita, monitor do IEF:

> [...] a participação foi enrolativa, pra enrolar. Conversô bonito, elogiô a comunidade, que precisava do apoio da comunidade das informações tal, tal, tal... Muito bonito, mas ficou só nisso. Foi o seguinte: eles fizeram tudo bonitinho, dentro da lei, mas pra acabá ficando do jeito que já veio pronto de Brasília, só que com o consentimento da comunidade. Enrolou todo mundo aí com palestra muito bonito e tal.

É importante frisar que o PESA foi criado em 1998, portanto antes da existência da Lei 9.985/2000. A Lei é um instrumento importante porque assegura "[...] a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação" (ARTIGO 5º, INCISO III). Contraditoriamente, no parágrafo primeiro do Art. 27, a referida Lei menciona que apenas "Na elaboração, atualização e implementação do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas, das Reservas de Desenvolvimento Sustentáveis, das Áreas de Proteção Ambiental e, quando couber, das Florestas Nacionais e das Áreas de Relevante Interesse Ecológico, será assegurada a ampla participação da população residente." De tal forma, o SNUC não prevê a participação das comunidades tradicionais residentes e indiretamente afetadas na elaboração do Plano de Manejo dos Parques e outras categorias de UCs de Proteção Integral.

Tendo como base a referida Lei, foi elaborado o Plano de Manejo do Parque Estadual Serra das Araras, publicado em março de 2005, que deveria incluir "[...] medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas." (ARTIGO 27.§ 1º), o que, pela ausência efetiva da população local, tornaram-se letras mortas.

Conforme o senhor Bartolomeu Murici, referindo-se à participação das comunidades locais na construção do Plano de Manejo do PESA:

> Eles participaram, mas de maneira que ele chegavam com aquela palavra assim, como se fosse assim, disfarçando, entendeu? Nos vamo fazer um plano de manejo, nos vamos ajuda as pessoas pra trabalhar, aqui pode criá

[47] Segundo Pimbert; Pretty (2000) a participação como *extração de informação* é aquela na qual as pessoas apenas respondem a questionários, não tendo a oportunidade de influir sobre os planos de gestão dos recursos naturais.

> seu gado, num tem problema, vocês pode trabalhar, num pode é desmatá sem...desorientadamente. Então, enrolou os coitado. Prometeram que ia dar serviço, os píno que vai dar pro pessoal da Serra [das Araras]. Hoje cê não pode pescá, porque o IEF aqui não deixa pescá nem com anzol. [...] (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

Após a criação do Parque houve por parte do IEF uma tentativa de ampliá-lo, não obstante as comunidades que vivem em seu entorno e aquelas que seriam atingidas pela ampliação, não concordaram exatamente devido as privações que já estavam submetidas.

O senhor Xiriri, representante da Fundação Pro-Natureza, lembrou da proposta de ampliação do PESA que passaria de 11 mil para 70 mil, mas esta em articulação com senhor Carijó e senhor Macaúba propôs a criação da RDS Veredas do Acari, o que foi feito por meio de abaixo assinado[48]. Isso só foi possível porque a RDS Veredas do Acari foi criada em 2003, portanto após a criação da Lei 9.985/2000, importante para que a comunidade contestasse a ampliação do Parque e encampasse a proposta de criação da RDS.

No que toca à criação do Parque, como se observou, na prática não houve, por parte do Estado, o devido reconhecimento das formas de saberes que caracterizam os modos de vida tradicionais. O que se assiste, ao contrário, é o saber tradicional sendo, ora menosprezado por aqueles que têm como base o conhecimento técnico e científico, ora apropriado pelo Estado e por empresas capitalistas para atender seus interesses.

O total desconhecimento e/ou desconsideração do contexto sociocultural em que são criadas as Unidades de Conservação, refletindo a insuficiência e imprecisão de informações, resulta na elaboração de projetos de desenvolvimento, em grande medida, insustentáveis para a realidade local. Pesa sobremaneira nesse processo a secundarização dada ao saber das populações tradicionais. A invisibilidade que, no entanto, opera sobre a existência das populações tradicionais, não se faz, quando são colocados como potenciais degradadores ou protagonistas de problemas ambientais.

Outro problema advém da tentativa de adequar conceitos importados do mundo urbano, em boa medida, de outras partes do país ou do mundo, para a realidade onde se quer criar UCs. Os conceitos de Natureza, desenvolvimento,

[48] Informação obtida do senhor Xiriri por ocasião da Mesa-Redonda que abordou o conflito no PESA durante o XIII Encontro dos Povos do Grande Sertão-Veredas em julho de 2014 e, posteriormente, confirmada com o **senhor Macaúba**.

pobreza, riqueza e bem estar social, os quais partem de parâmetros e valores externos ao mundo das comunidades tradicionais, podem ser tomados como exemplo de equivoco técnico-científico. O reconhecimento da importância do saber tradicional na gestão dos recursos naturais teria que partir da aceitação pelo Estado ou da luta das comunidades cerradeiras pelo seu reconhecimento.

Advogamos a necessidade de suprimir as assimetrias de poder entre os atores sociais na gestão do território das UCs, afastando assim o absolutismo dos atores hegemônicos da sociedade capitalista e a ingerência unilateral do Estado, que se funda num aparato normativo, elaborado sem a participação popular. Para os órgãos judiciais brasileiros, a única coisa que importa é aplicação da lei stricto senso, ignorando a possibilidade de estabelecer um diálogo salutar com a sociedade.

No caso brasileiro, um dos grandes percalços para superação dessa assimetria é a dificuldade de distinguir e desvencilhar a atuação de dois atores envolvidos nesse processo – capital e Estado - posto que o primeiro, muitas vezes se realiza por meio do segundo, ou seja, o Estado se faz presente em nome dos interesses inerentes ao capital.

A exclusão social e o desdém dos órgãos públicos não impedem que essas comunidades tradicionais construam uma base organizativa comunitária estável para uma inserção participativa no processo de gestão dos recursos naturais, que atualmente conservaram e, sobre a qual, possuem ampla experiência em manejar.

Por sua vez, os modos de manejo do Cerrado pelas populações tradicionais, refletem a articulação dos saberes históricos, aprendido com os mais velhos da comunidade, com o saber construído na experiência do cotidiano e com o conhecimento moderno, aprendido por meio de técnicos, cooperativas, ONGs e outros agentes externos às comunidades, portanto, é produto histórico e atual, porquanto se constitui em aprendizado dinâmico. A interação entre o conhecimento científico e o saber tradicional, certamente proporcionará a melhor compreensão dos processos naturais e da diversidade biológica, de tal maneira que os dois lados sairão ganhando, gerando uma sinergia positiva na gestão das UCs.

Assim, se com a criação das UCs de “proteção integral”, as comunidades tradicionais evitam o confronto com o capital ligado ao agronegócio, por outro lado, tem no caminho o Estado e os interesses avessos e contraditórios que eles

representam, muitas vezes tendo como protagonistas os ecologistas que com suas retóricas ideológicas, falam em nome do coletivo.

Com ações pretensamente benéficas para o conjunto da sociedade, o Estado encurrala e oblitera os extrativistas e com eles, suas culturas e tradições, em prol de uma Natureza sem gente, para o “uso indireto” ou “proteção integral”. O caráter excludente das políticas ambientais necessita ser respondido com uma insurreição nas vozes das populações tradicionais, com o propósito de desmistificar a concepção de Natureza intocada. Nessa empreitada, faz-se necessário trazer à tona o etnocentrismo dos gestores das UCs na tentativa de sua superação.

Defendemos que o saber tradicional de facto das comunidades tradicionais constitui-se em elemento para legitimar seu empoderamento em defesa dos territórios tradicionais. Em nossa compreensão, essa diversidade de manifestações territoriais de base socioambiental deve ser vista como potencializadora do desenvolvimento das comunidades tradicionais. Por seu turno, esse exercício do saber tradicional sobre um dado espaço é uma condição também para o exercício do poder político e da soberania sobre seus territórios, visto que é exatamente esse vínculo de pertencimento e domínio da Natureza que lhes caracterizam como pertencentes a um determinado espaço territorial.

É essa base de saber único que dá suporte e legitimidade para a luta pela terra e seus recursos naturais. O território das comunidades tradicionais é resultado da práxis coletiva de sucessivas gerações, que, ao longo da história, construíram e reconstruíram o mundo em que vivem.

4.5 Territórios legitimados pelo uso e ocupação tradicional

Entre os cerradeiros estudados no município de Chapada Gaúcha, foi constatada uma corrida para o cercamento da parte que foi possível de seus territórios tradicionalmente ocupados, tendo esse fato ocorrido em dois momentos distintos. O primeiro momento ocorreu por ocasião da chegada das empresas silvicultoras na década de 1970, quando se tornou recorrente a sobreposição de grandes propriedades privadas às terras-territórios tradicionalmente ocupadas para uso comum e eventualmente aquelas usadas para uso por uma dada família,

suscitando uma corrida para o seu cercamento pelos posseiros que temiam ser desterritorializados.

O segundo momento ocorreu quando as terras foram medidas para demarcar as posses reconhecidas judicialmente ou pelo próprio fazendeiro, por ocasião da venda de suas terras para a criação das Unidades de Conservação, ponto que iremos revisitar mais a frente. Ocorreu que devido à falta de recursos, esses posseiros cercaram apenas o território nas proximidades de suas habitações, normalmente áreas muito pequenas, de no máximo 50 ha, de forma que o capital territorializou-se pelas chamadas “largas”, ou seja, as terras de uso Geral.

As palavras do senhor Miro Veredeiro da comunidade Morro do Fogo, evidenciam esse processo: “A gente bateu a cerca em cima da divisão com medo de dá problema” (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013). Também o senhor Sucupiro, da comunidade Morro do Fogo, relata: “Eu cerquei porque tava todo mundo cercando” (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013). Por outro lado, a senhora Mimi Bordadeira lembra que na comunidade Barro Vermelho, as posses foram reconhecidas e formalizadas, mas muitos ainda não cercaram sua terra. Nesses casos, as terras não foram cercadas porque os posseiros não dispunham de recursos para fazê-lo.

Foi assim que, a partir da de meados da década de 1990, o capital privado e fazendeiros da região, transferiram os problemas de litígio sobre direito de posse para o Estado quando venderam suas terras ao Instituto Estadual de Florestas-MG para a criação das Unidades de Conservação, sendo que o senhor Dejaniro Muriti vendeu as terras onde atualmente é o Parque Estadual Serra das Araras (PESA) e a empresa silvicultora Adiflor, vendeu as terras onde atualmente é a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari.

Em virtude do processo de formação Socioespacial do município de Chapada Gaúcha, nos dias correntes, frequentemente se encontra a sobreposição de posses e Unidades de Conservação e, por conseguinte, litígios entre as populações tradicionais e o Estado, processo que atualmente está em evidência na comunidade de Morro do Fogo e Barro Vermelho que foram atingidas diretamente pelo Parque Estadual Serra das Araras criado sobre seus territórios tradicionais. Entretanto, também abordaremos os conflitos da UCs estudas na região com a comunidade de Pequi, São Félix, Buraquinho, Distrito de Serra das Araras, cujas famílias

tradicionalmente usam esses territórios em comum para o extrativismo vegetal de frutos, lenha, madeira, planta medicinal, caça e solta do gado.

Para melhor compreender como essas tensionalidades se sucederam na comunidade Morro do Fogo, procederemos aos fatos sociais no tempo histórico em que eles se originaram, buscando contextualizá-lo no processo que forjou as bases territoriais que legitimam o direito ao acesso ao território tradicionalmente ocupado por essa comunidade[49].

4.6 Territorialidades forjadas pela história

O senhor Valdô Carinhanha conta que quando seus avós chegaram às terras onde atualmente localiza-se a comunidade Morro do Fogo e o PESA, o local era considerado “terras de ausente”. Mais tarde o senhor Mutambo, morador do município de São Francisco e membro de uma família conhecida localmente por “Famílias dos Gatos”, apresentou-se como legítimo proprietário dessas terras denominadas Fazenda Riacho Fundo que totalizavam 13 mil ha.

Sem embargo, o senhor Mutambo nunca questionara a presença das famílias moradoras da comunidade Morro do Fogo, por isso essas famílias não conheciam a origem daquele que se dizia proprietário. Entretanto, quando o senhor Mutambo solicitou a medição das terras, os moradores da comunidade Morro do Fogo souberam da existência do proprietário do lugar em que sua família havia estabelecido morada há seis gerações.

A medição foi realizada pelo senhor Felino do Arraial, agrimensor, membro de família tradicional do município de São Francisco, o qual recebera essas mesmas terras onde localizava a comunidade Morro do Fogo, como pagamento pelo trabalho que realizou para o senhor Mutambo. Desde então, os avós do senhor Valdô Carinhanha ficaram morando no terreno sabendo que as terras eram de propriedade do senhor Felino do Arraial. Por sua vez, esse fez um acordo com as famílias moradoras do Morro do Fogo, permitindo sua permanência nas terras, em troca, essas famílias cuidariam de toda a fazenda. Na ocasião foi feito um documento

[49] Não foi possível examinar as especificidades do processo histórico de todas as comunidades estudadas, sendo que além da comunidade Morro do Fogo, alguns aspectos históricos foram investigados nas comunidades de Barro Vermelho e, como apresentado anteriormente, na comunidade São Félix. Todavia, ressalvemos que, nos aspectos gerais, as histórias dessas comunidades se entrecruzam, como foi apontado nos capítulos I e III do presente estudo.

manuscrito com os termos do acordo no qual o senhor Felino do Arraial reconhecia as famílias da comunidade como posseiras.

Com o passar dos anos essas famílias foram se multiplicando, nos conta o senhor Valdô Carinhanha, e firmando novas posses na fazenda. Mais tarde, esse senhor Felino do Arraial vendeu a fazenda ao senhor Sussuarino que morava fora da região. Entretanto, a venda das terras do senhor Felino do Arraial para o senhor Sussuarino, só foi conhecida pela comunidade "por meio de conversa do senhor Maçaranduba"[50], que havia comentado informalmente que as terras haviam sido vendidas pelo senhor Felino do Arraial para o senhor Sussuarino, pois "o Felino do Arraial não veio falar pra gente que tinha vendido as terras", conta o senhor Valdô Carinhanha.

Mais tarde, o senhor Sussuarino vendeu as terras para o senhor Dejaniro Muriti, o que novamente não teria sido comunicado as famílias da comunidade Morro do Fogo, pensando estarem ainda em terras pertencentes ao senhor Sussuarino, o que somente foram descobrir mais tarde.

Esse senhor Dejaniro Muriti arrendou o terreno para empreiteiros da região que passaram a produzir carvão a partir da madeira nativa do Cerrado. Quando da elaboração do plano de manejo por essa empresa para produção de carvão, o senhor Valdô Carinhanha conta "[...] eles passava aí na frente fazendo esse plano de manejo aí, mas nem dava atenção para nois aqui do lugar não né". (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

O senhor Valdô Carinhanha nos relatou que a empresa usou correntão puxado por trator de esteira para realizar o desmatamento da área. A referida empresa adentrou com os tratores para a derrubada do Cerrado na área que os posseiros consideravam suas, respeitando parcamente as posses e encurralando os posseiros "tirando só a casa com os quintal". "Foi quando eu reclamei e eles disse, não podia perdê porque já tinham comprado o Cerrado" para fazer carvão, nos conta o senhor Valdô Carinhanha (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013).

Nesse momento, o senhor Valdô Carinhanha procurou um advogado na cidade de São Francisco e impetrou o pedido de "interdito proibitório[51]". Conta ele

[50] O senhor Maçaranduba era um morador de Serra das Araras, encarregado de cuidar das terras para o senhor Sussuarino.

[51] Art. 932. "O possuidor direto ou indireto, que tenha justo receio de ser molestado na posse, poderá impetrar ao juiz que o segure da turbação ou esbulho iminente, mediante mandado proibitório, em

que em três dias o oficial de justiça trouxe a intimação e a empresa cessou as atividades. A partir de então, a empresa procurou o senhor Valdô Carinhanha para negociar a continuação da exploração do carvão, mas não houve acordo. Neste contexto, 11 famílias da comunidade somaram força para requerer a usucapião. Foi quando se descobriu que a terra estava registrada no cartório de registro de imóveis de São Francisco em nome do senhor Dejaniro Muriti, pois as famílias da comunidade não sabiam que o senhor Dejaniro Muriti havia comprado as terras do senhor Sussuarino.

Por ocasião dessa disputa judicial com a empresa produtora de carvão e diante da negociação de venda dessas terras ao IEF, foi feito um acordo com as 11 famílias, ainda antes que o senhor Dejaniro Muriti vendesse as terras ao IEF, pois este somente compraria as terras depois que os posseiros tivessem suas terras demarcadas e subtraídas da área que estava em negociação. O senhor Dejaniro Muriti procedeu à demarcação reconhecendo apenas as áreas que estes haviam cercado, desse modo os posseiros conseguiram o direito a posse de 470 ha e compraram, em dinheiro, outros 32 ha que haviam passado na medição realizada, totalizando 502 ha. Essa área que fica na margem esquerda do rio Catarina é uma área bastante inferior as terras onde tradicionalmente exerciam suas territorialidades, especialmente a solta do gado e a coleta de recursos naturais, atividades vitais para a reprodução da sociabilidade das famílias rurais dessa comunidade.

O acordo somente foi possível porque o senhor Valdô Carinhanha possuía o mencionado documento manuscrito feito pelo senhor Felino do Arraial décadas atrás que reconhecia a fixação das moradas dos membros da comunidade no local, entretanto, este documento foi perdido pelo advogado que cuidava do caso de litígio judicial mencionado. Esse documento agora não era mais importante porque o senhor Felino do Arraial havia feito um contrato de compra e venda e este documento incluiu somente as 11 famílias cujas moradas estavam em suas terras, ou seja, apenas os que estavam na chamada “grota nova” à margem esquerda do rio Catarina.

O senhor Dejaniro Muriti deixou um morador de Serra das Araras com procuração para assinar o documento daqueles posseiros quando resolvessem fazer

---

que se comine ao réu determinada pena pecuniária, caso transgrida o preceito.” Código de Processo Civil, Lei 5.869/73.

suas escrituras, visto que naquele momento não tinham dinheiro para fazê-lo, ou mesmo que tivessem não era compensador porque o valor da terra era menor que o custo para sua legalização.

O senhor Dantas do Urucuia, representante do IEF, afirma que desconhece qualquer terra escriturada entre as comunidades Morro do Fogo e Barro Vermelho, mas tem conhecimento de algumas “escrituras de posse” feita no cartório o que, no entanto, não foram registradas porque não estão desmembradas e à época os custos cartorários desse processo eram considerados altos para as famílias posseiras e que por esse mesmo motivo não o fizeram até hoje.

O senhor Firmino Cagaita, monitor do IEF, nos explica que antes das terras serem vendidas ao IEF para a criação do PESA, esse senhor Dejaniro Muriti elaborou um plano para produção de carvão a partir do Cerrado nativo e arrendou as terras para empreendedores da região, mas ainda no início os empreiteiros não respeitaram o plano de manejo para produção de carvão, o que trouxe à região representantes do IEF, que propuseram a constituição do PESA. Com a efetivação da proposta do IEF, o senhor Dejaniro Muriti abortou o projeto de produção de carvão e vendeu as terras ao IEF.

Importa dizer que em 2014 residiam 37 famílias na comunidade Morro do Fogo, sendo que do lado direito do rio Catarina existem 17 famílias, que quando da demarcação do Parque não foram diretamente atingidos, ao passo que do lado esquerdo do rio Catarina existiam 20 famílias que ficaram dentro do Parque, entre os quais incluem-se aquelas 11 famílias reconhecidas como posseiros pelo senhor Dejaniro Muriti. Dentre as demais nove (09) famílias com morada fixada dentro do Parque, mais recentemente cinco tiveram suas posses reconhecidas pelo Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais - ITER, ao passo que 04 famílias tiveram suas terras demarcadas, mas não possuem nenhum tipo de documento que lhe assegure a posse.

Conforme o senhor Buritirano, representante do IEF[52], o Parque foi criado antes do SNUC, como de resto, a maior parte das 101 Unidades de Conservação de Minas Gerais, assim diversos estudos necessários para a criação dessas Unidades não foram realizados. Assim, muitas foram criadas, especialmente na região de

[52] As passagens que mencionam o senhor Buritirano foram obtidas por ocasião da Mesa-Redonda que abordou o conflito no PESA durante o XIII Encontro dos Povos do Grande Sertão-Veredas em julho de 2014.

Januária, sem que se levasse em consideração a presença de comunidades tradicionais, dos quais a quase totalidade posseiros, gerando conflitos sociais. No que concerne a esses aspectos, o senhor Buritirano explica que o que mais tem causado problema é exatamente a sobreposição do PESA as terras das comunidades tradicionais Morro do Fogo e Barro Vermelho[53].

O mesmo senhor Buritirano aventa duas hipóteses que explicaria o fato de as terras terem sido sobrepostas a área do Parque, apesar do IEF à época ter estabelecido como condição para a compra das terras a demarcação e subtração da área das comunidades. Isso porque, o Memorial Descritivo dessa Unidade está em desacordo com o Decreto de sua criação, entre os quais cerca de 1100 ha não coincidem.

A primeira hipótese aventada, segundo o senhor Mário, seria um erro técnico do INCRA na delimitação do Parque. O senhor Buritirano explica que a área delimitada no Decreto de criação do Parque é menor do que a área considerada Parque o que pode ter resultado de uma falha técnica. Isso porque o técnico que fez a demarcação das posses, simplesmente subtraiu a área total dessas posses da área vendida pelo senhor Dejaniro Muriti ao IEF, sem o cuidado de averiguar onde elas estavam localizadas.

A segunda hipótese apontada pelo senhor Buritirano como o mais provável, conclusão a que chega depois de ver o Plano de Manejo, conversar com antigos gerentes dessa Unidade de Conservação e membros das comunidades, é que o tamanho da área ocupada pelos posseiros do Morro do Fogo e Barro Vermelho seria maior que a área originalmente reconhecida pelo senhor Dejaniro Muriti.

Em caso de esta segunda hipótese ser verdadeira, ela decorreria justamente do fato de muitas dessas famílias terem se reproduzido e na atualidade demandarem áreas maiores que as que lhes foram destinadas, visto que muitos ficaram encurralados em parcos rincões, ponto que retomaremos mais adiante neste capítulo. Suas territorialidades não se acomodam as pequenas posses que ficaram como tristes legados dos Gerais que estas comunidades colocaram-se como guardiões há centenas de anos. Deste modo, parece não haver uma concordância em relação à abrangência das terras tradicionalmente ocupadas de tal maneira que

[53] O caso do Barro Vermelho será especificamente abordado mais adiante neste mesmo capítulo.

a área do PESA não é considerada como originalmente pertencente ao território dessas comunidades.

Outro ponto de divergência encontrado entre um dos monitores do IEF e os posseiros foi em relação à satisfação com o tamanho da área demarcada como posse. Segundo o senhor Velho Chico, monitor do IEF, o senhor Dejaniro Muriti, determinou que se medissem as terras que o posseiro considerasse necessária para o sustento da sua família. “O doutor Dejaniro Muriti não estipulou tamanho, era o que as pessoas precisasse.” (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013) Cita o caso do senhor Pepeu e o senhor Nininho Xakriabá, cujas terras juntas somavam 50 ha que “foram eles que tiraram. O senhor Cochá dos Cajueiros ficou 32 ha, o velho Taboca ficou só 17 ha, ele queria só o que tava cercado. O senhor Riobaldo Manzuá deu 251 ha[54], o senhor Paulo a Pique 51, Divino, 40 e poucas.” (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

O senhor Paulo a Pique, agroextrativista da comunidade Barro Vermelho, nos contou que o antigo proprietário, “Véio” Felão” que vendeu a terra para o “doutor” Dejaniro Muriti que comprou a fazenda, permitiu que ele continuasse morando e trabalhando com a família. Com a compra da Fazenda pelo IEF, essas famílias foram reconhecidas como posseiras, quando foram demarcados 51 ha e destinado à família do senhor Paulo a Pique.

Entretanto, entre os entrevistados que tiveram terras demarcadas por ocasião da venda da fazenda ao IEF para criação do PESA, diferentemente do que nos informou o senhor Velho Chico, não houve benevolência por parte do senhor Dejaniro Muriti no momento de demarcação das terras na comunidade Morro do Fogo, tampouco na comunidade Barro Vermelho. Isso porque, originalmente as 11 famílias da comunidade Morro do Fogo que empreenderam a resistência, consideravam que suas terras abrangiam uma área de cerca de 800 ha e que, portanto ficaram prejudicadas com a demarcação de apenas 470 ha, considerados suas posses. Segundo o senhor Valdô Carinhanha, o senhor Dejaniro Muriti “queria tirar só uma possizinha, só quase o quintal com a casa pro posseiro, porque a gente sempre só tinha cercado mesmo só os quintalzinho, né”, pois o restante das terras era de uso coletivo. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

[54] Na ocasião da demarcação das posses, o senhor Riobaldo Manzuá alegou que essas terras já lhe pertenciam, portanto não eram de propriedade do senhor Dejaniro Muriti, mas fora concedida pelo senhor Catulé, em forma de pagamento pela venda de sua fazenda, razão pela qual recebeu 251 ha.

Assim, ao longo dessa disputa entre as famílias da comunidade Morro do Fogo e o senhor Dejaniro Muriti, esse vendeu as terras ao Estado para a criação do PESA, mas não sem antes demarcar as terras da comunidade Morro do Fogo, razão pela qual essas famílias consideram que suas terras estão fora do PESA.

Esse processo de (des) territorialização demonstrou a fragilidade dos territórios historicamente construídos por essas comunidades tradicionais Cerradeiras. Todavia, nos dias atuais, a precariedade desse território, é colocada em evidência com a manifestação das reterritorialidades dessas comunidades que se fazem subordinadas às proibições levadas a cabo pelo IEF nas áreas que se tornaram o PESA e a RDS Veredas do Acari.

Segundo o senhor Valdô Carinhanha, apesar do reconhecimento das posses pelo senhor Dejaniro Muriti que ocorreu ainda antes da venda das terras ao IEF, o entendimento do senhor Dantas do Urucuia, representante do IEF, é que estão dentro do PESA todas 20 famílias da comunidade Morro do Fogo que estão na margem esquerda do rio Catarina, o que inclui àquelas 11 famílias que tiveram suas terras reconhecidas como posse e demarcadas, pois o representante do IEF entende que o limite oeste do Parque é o rio Catarina (Figura 35), o que é contestado pelas comunidades.

O entendimento da comunidade é que o limite oeste do Parque seja a cerca de suas posses que vão até a base do platô, visto que estas foram reconhecidas pelo senhor Dejaniro Muriti. Deste ponto até a margem esquerda do rio Catarina existe uma faixa de terra de 1400 metros onde estão fixadas as moradas, roças e “mangas” das 20 famílias da comunidade Morro do Fogo e que deveria ter ficado fora do perímetro do Parque.

O senhor Dantas do Urucuia, representante do IEF, referindo-se as famílias moradoras do Morro do Fogo, relatou:

> [...] o Parque foi vendido por uma determinada pessoa que foi lá e vendeu pro IEF, só que tinha 20 famílias dentro dessa área que tem propriedades [leia-se posses], e o IEF ainda não adquiriu essas áreas. [Dos 11.137 ha] [...] 1.100 ainda não foi regularizado, ou seja, não foi pago. É então essas pessoas continuam morando dentro da unidade. [...] Dentro dessa área esses proprietários criam gado, a cultura deles é o gado, a cultura é de subsistência. Essa é a maior questão, [a prática das atividades para] a subsistência. [...] Eles não possuem a escritura, eles têm apenas o documento de posse [...] O IEF declarou Parque, mas não regularizou, não pagou a aquisição das terras, então eles continuam dentro do Parque, é considerado Parque. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

Segundo o senhor Caroba **Mulungu**, monitor do IEF, na comunidade Morro do Fogo, situados dento do PESA existem 11 posses, onde, totalizando 502 ha, que tiveram suas terras reconhecidas.[55] Assim, as demais 09 famílias estão, do ponto de vista do IEF, em condições irregular. O IEF objetiva reassentar, tanto que possui como quem não possui documentos das terras, mas como parte das famílias não possui a escritura do terreno, o IEF pretende indenizar apenas aquelas 11 posses que possuem documentos, ou seja, que tiveram suas terras demarcadas pelo senhor Dejaniro Muriti antes da instituição do PESA. Deste modo, conclui-se que as famílias que não foram reconhecidas como posseiras, estão em situação mais instável que àquelas famílias que obtiveram o reconhecimento das posses.

Quando o senhor Dantas do Urucuia, representante do IEF, foi questionado se alguma comunidade terá que ser reassentada porque está dentro do Parque, ele respondeu: “Ah nós estamos aguardando o IEF tá regularizando essa situação, né, mas é provável que sim, se o IEF quiser manter com Parque, vai ter que tirar o pessoal de lá, né. É porque é Parque e Parque é fechado, Parque é uma unidade fechada. [...] 100% fechada." (PESQUISA DE CAMPO, JULHO DE 2011)

O senhor Dantas do Urucuia confirma a versão dos entrevistados no Morro do Fogo e no Barro Vermelho, que as posses foram reconhecidas pelo senhor Dejaniro Muriti e afirma que o IEF não vai violar o direito dessas 11 famílias, mas não sabe como o IEF vai proceder em relação aos demais. Ele também lembra que o prazo para realizar a remoção das famílias é de 10 anos e este prazo já expirou.

O senhor Sucupiro que possui 49 ha de terra em área de litígio com o IEF é um dos membros da comunidade Morro do Fogo que não teve suas terras demarcadas pelo senhor Dejaniro Muriti, mas que conseguiu fazê-lo pelo ETER. Em suas palavras:

> O senhor Dejaniro Muriti enrolou os povo, aí, enrolou os povo aí, e passou a terra pro IEF, né, e os povo tá dentro, o povo não tinha conhecimento. O que eu entendo é isso. Ele falou, chegou, mostrou, mediu, que era dele e a outra era para o IEF, como que agora o IEF já tá dizendo que tudo é deles, que daí [do rio Catarina] pra cá é tudo deles, então eu tô dentro do Parque. Eu tenho o documento. Ele já olhou e manda guardar. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

Conforme declara o senhor Valdô Carinhanha, que teve sua terra regularizada: “A gente ainda tem medo de voltar, de ter que brigar com o próprio

[55] Nestas 11 posses moram 10 famílias, isso porque o senhor Valdô Carinhanha comprou o direito de posse de um irmão.

Estado, porque igual que eles quê que vira Parque né, a gente ainda tem medo do dia de amanhã desapropriá a gente para ir pra outro lugá". (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013) Esse temor encontra fundamento nas palavras dos representantes do IEF, apesar de ter sido aventada a possiblidade de "Desafetação", conforme previsto no paragrafo 7º do Art. 22 do SNUC[56].

No caso do Morro do Fogo, diferente do Barro Vermelho – caso que será tratado mais adiante - como parte das famílias possuem documentos das terras, uma das opções seria sua aquisição pelo IEF, o que poderia se dar por diversos mecanismos, dentre eles, principalmente pelas Compensações Ambientais e admite que esta não seria a mais fácil. O senhor Buritirano lembra oportunamente que muitos não querem vender sua terra, mas em sua fala deixa essa como uma possibilidade para aqueles que queiram fazê-la. Esta possibilidade não nega a proposta de Desafetação, o que necessariamente teria que ser compensado com a incorporação de outra área ao PESA, afirma o senhor Buritirano.

Ao longo da fala do senhor Buritirano foi possível perceber sua insistência no uso da Compensação Ambiental como instrumento para solucionar o impasse no PESA. A Compensação Ambiental decorre de efeitos de impactos não mitigáveis causado por empreendimentos, podendo ser aplicado nos casos de pessoas físicas e jurídicas que não possuem Reserva Legal. Assim esse instrumento é utilizado para compensar passivos ambientais adquirindo-se áreas para regularização fundiária no interior de UCs do grupo Proteção Integral. Essa perspectiva é defendida sob o argumento de que permite dar soluções céleres e devido a falta de recursos por parte do Estado, mas devemos frisar não necessariamente é melhor solução para as famílias afetadas.

No que tange à Compensação Ambiental, devemos fazer duas considerações: por um lado, devemos pensar que as compensações ambientais se dão em área distintas e muitas vezes distantes do local onde crime ambiental foi cometido. Por outro lado, esta alternativa representaria a desterritorialização das comunidades, visto que passa pela compra dos territórios das famílias tradicionais atingidas pelo PESA. Defendemos que a primeira opção deve ser a de propiciar

[56] "§ 7º A desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica." (Lei 9.985/2000)

alternativas de manutenção dessas famílias rurais em seus territórios tradicionalmente ocupados.

Segundo o senhor Caroba Mulungu, monitor do IEF, parte das famílias que ficaram fora dos 502 ha reconhecidos são filhos que originalmente residiam nessa área, mas que foram estendendo suas posses à medida que foram se casando e, portanto, o senhor Dejaniro Muriti não os reconheceu como posseiros legítimos. Ele nos explica que no Barro Vermelho tem pessoas nessa mesma situação.

A esse respeito assim se expressa o senhor Caroba Mulungu em relação a essas famílias que não tiveram suas posses reconhecidas:

> Para gente tá em situação irregular. Eles alegam que existe muitos anos que estão ali. Realmente alguns tá há muitos anos. Eu não sei quando foi feito o estudo. Para gente como funcionários [do IEF], nos temos aqui o Plano de Manejo e o que ele rege é aquilo que a gente segue. Se ele falar que é aquilo é aquilo. Então, é...a gente desconsidera que essas pessoas realmente sejam donos da terra. [...] Na verdade, é eles correr atrás do direito deles. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

As palavras do funcionário do IEF demonstra bem a perspectiva desta instituição que tem se mostrado intransigente com as comunidades tradicionais que estão no entorno e interior das Unidades de Conservação.

Acerca da tentativa de reassentamento da comunidade Morro do Fogo, vejamos o ponto de vista do senhor Miro Veredeiro:

> Eles queria retira nóis daqui, mais nóis já muito véio e há muitos anos que morava aqui, não tiveram, não achô jeito de tira nóis não, aí tiro um pedaço [das terras], mas tentaram demais. Eles queria compra, que nóis vendece tudo pra eles por mixaria. Aí nóis demo esta aí pra fica aqui, né, porque nóis já era moradô veio antigo. Aonde é que ia se vendesse? Hoje não tem mais pra onde a gente vai? (PESQUISA DE CAMPO, JULHO DE 2011)

Fica claro na passagem o desejo do senhor Miro Veredeiro em continuar no lugar onde nasceu e foi criado, pois considera que seu “pedacinho de chão”, espaço forjado pela territorialidade construída historicamente, é vital a manutenção da integridade material e imaterial da família. Outro aspecto que fica evidente é que ele entende que as terras que foram consideradas como pertencentes às 10 posses reconhecidas, não contempla toda a terra tradicionalmente usada pelos membros da comunidade.

Segundo o senhor Velho Chico, monitor do IEF, foram feitos diversos comunicados informando às famílias residentes na comunidade Morro do Fogo e Barro Vermelho que estas teriam que sair, entretanto por falta de recurso para realizar a indenização das famílias, não houve a efetivação do reassentamento da

população. Ademais, ele acredita que haveria muita resistência porque as pessoas sempre demonstraram desejo de continuar em seus territórios.

Para essas famílias Cerradeiras, uma propriedade, ainda que regularizada, mas que não seja no lugar do qual se entende parte, não tem o mesmo significado, porque mais que terras são seus territórios feitos como um espaço subjetivo e local de pertencimento.

Nesses reassentamentos, as populações tradicionais são apartadas do seu lócus de reprodução sociocultural, portanto são excluídas e esquecidas pelo Estado. A retirada da população tradicional da área para a criação das UCs do Grupo de Proteção Integral conforme o SNUC - Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre - pode tornar a área mais vulnerável pela ausência de seus legítimos fiscais, maiores interessados na manutenção dos ecossistemas, porque seus modos de vida se assentam nele.

Com a criação do Parque, parte da comunidade Barro Vermelho foi atingida, assim como ocorreu com a comunidade Morro do Fogo. Por isso, a situação em que se encontra a comunidade Barro Vermelho não é muito diferente do Morro do Fogo se distinguindo apenas porque a maioria dos moradores não possui qualquer documento que comprove a posse das terras, destarte estando em situação mais vulnerável.

O senhor Varginho Mangabeiro corrobora a versão de que o IEF somente compraria as terras do senhor Dejaniro Muriti, depois que todos os agregados e posseiros tivessem suas terras demarcadas. E assim foi feito época de forma que estas famílias mobilizaram-se e foram até o cartório para fazer sua declaração de posse. Ele nos conta que à época da criação do Parque, 20 famílias, entre posseiros e agregados da comunidade Barro Vermelho, tiveram suas posses reconhecidas pelo senhor Dejaniro Muriti, mas atualmente apenas quatro possuem registros de suas terras, ao passo que todos os demais possuem apenas a Declaração de Posse. Isso porque, a imensa maioria das famílias não possui recursos para legalizar sua posse ou porque o valor da terra é menor que o custo para legalizá-la, situação idêntica à ocorrida no Morro do Fogo.

De acordo com senhor Lundu Curraleiro, Agroextrativista e Agente de Desenvolvimento Rural Sustentável (ADRS) da CoopSertão, entretanto, cerca de 20 destas que estão em áreas que o IEF considera Parque, tiveram suas posses

reconhecidas e parte não possuem nem mesmo o direito de posse ou qualquer outro documento.

Entretanto, a comunidade possui cerca de 50 famílias, sendo que 20 estão situadas à margem esquerda do rio Pardo, portanto não foram atingidos diretamente pelo Parque e 30 famílias estão situadas à margem direita do rio Pardo, portanto, de acordo com o IEF, que entende que o limite norte do Parque é o rio Pardo, essas 30 famílias tiveram suas terras sobrepostas.

Mesmo aquelas 20 famílias que não foram diretamente atingidas pelo Parque, possuem estreita dependência das estradas, das terras para a solta do gado e para a agricultura, dos recursos existentes na área considerada Parque, além de terem laços consanguíneos com as famílias que estão dentro do Parque. De tal forma, que podemos afirmar que o Parque foi criado sobre seus territórios tradicionalmente ocupados e vitais para a manutenção do modo de vida destas famílias.

O IEF deverá propor uma indenização para que todas as famílias da comunidade Barro Vermelho atingidas pelo PESA saiam de suas posses. Dentre as 30 famílias atingidas, nove (09) estão situadas mais próximas ao centro do Parque, de modo que estas se constituem em maior problema para o IEF. Segundo senhor Lundu Curraleiro uma proposta de reassentamento já foi apresentada pelo IEF as 09 famílias da comunidade que estão mais próximas do centro do PESA que seriam deslocadas para uma área de cerrado pertencente à empresa silvicultora Plantar e que fica localizada na Zona de Amortecimento do mesmo Parque. Mesmo esta área se tratando de terras muito próximas à comunidade, a proposta foi recusada, pois o vinculo das famílias com o lugar onde estas nasceram e foram criadas é muito forte e difícil de ser rompido.

No que toca ao reassentamento das famílias da comunidade Barro Vermelho, o senhor Lundu Curraleiro relata:

> Eles diz que não sai. Não sei que vão fazê com eles. Tem família que nasceu e criou, falou que não sai, mas não sai mesmo! Ele pode dar o terreno bom que dé pra eles. A maioria só tem a declaraçãozinha de posse e a documentação hoje não é fácil não. Eu sei que eles tão preocupado demais. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

Em entrevista realizada em junho de 2014, o senhor Dantas do Urucuia, representantes do IEF, manifestou que o IEF tem interesse em realocar essas famílias, o que diverge da proposta de “Desafetação” apresentada pelo senhor Buritirano, também representante do IEF, por ocasião da mesa-redonda realizada no

XIII Encontro dos Povos de Chapada Gaúcha realizado em julho de 2014, apenas um mês depois da entrevista com senhor Dantas.

O senhor Buritirano, referindo-se ao Barro Vermelho, admite: “[...] realmente nos ocupamos as áreas. Nós dividimos uma comunidade tradicional. [...] Por isso uma parte ficou dentro do Parque, que é a maioria. [...] mesmo que o memorial descritivo retire essa população da área” ele defende a criação de um grupo de trabalho para saber o que cada uma das partes envolvidas – IEF, poder público municipal, comunidades tradicionais e ONGs que atuam localmente– para que a comunidade permaneça no local sem impactar a Natureza. Em contraponto argumenta que “[...] a comunidade Barro Vermelho não ocupa a totalidade do território que eles estão pleiteando [...]”.

O senhor Buritirano explica que no caso do Barro Vermelho está sendo levada a cabo a proposta de “Desafetação” com a incorporação de alguma outra área, de forma a compensar a redução do PESA. Isso seria mais factível no caso do Barro Vermelho porque a Compensação Ambiental não pode ser feita sobre as terras dessa comunidade porque os moradores não possuem documentos, diferente do Morro do Fogo onde as famílias possuem documentos. Ademais, a comunidade Barro Vermelho é uma comunidade reconhecida oficialmente como quilombo.

Aquela situação de descontentamento com o tamanho das posses identificada na comunidade Morro do Fogo, igualmente foi verificada na comunidade Barro Vermelho, entre aquelas 20 famílias que tiveram suas posses reconhecidas. O problema foi, como nos explicou senhor Lundu Curraleiro, que a terra concedida para os posseiros foi apenas a área que estas haviam cercado. Ocorreu que igualmente ao Morro do Fogo, os agroextrativistas da comunidade Barro Vermelho havia cercado uma área extremamente pequena, insuficiente para suprir os gêneros básicos para o sustento da família. Devemos retomar que o modo de vida destas comunidades ancora-se em táticas como a solta do gado, o extrativismo vegetal entre outras atividades que se tornaram, após o encurralamento, inexequíveis.

Segundo senhor Lundu Curraleiro:

> O funcionário [do INCRA] foi e mediu onde tava cercado, veja bem: se eu tinha um hectare de terra cercado, eu fiquei com um hectare de terra cercado, se eu tinha 25, eu fiquei com minha 25 hectare de terra cercada, se eu tinha 200 ei fiquei com meu duzentos hectare cercado. Então onde era circo foi liberado. ‘Esse circo é seu.’ Cercado então é seu. (PESQUISA DE CAMPO, JUNHO DE 2014)

Segundo o senhor Lundu Curraleiro, todas as famílias já estavam estabelecida há muitas gerações antes do Parque, sendo que estas tiveram filhos que se casaram e firmaram morada na comunidade. “Pelo que meu pai falô, ninguém chegou lá depois do Parque.” Na atualidade, a maioria dos posseiros que reivindica seu direito de posse e de permanecer em seu território, são filhos ou netos daqueles que negociaram as terras com o senhor Dejaniro Muriti.

Assim, dois problemas relacionados ao direito de acesso à terra se desvelaram: primeiro, algumas famílias que moravam na mesma posse dos pais não tiveram suas posses reconhecidas e atualmente reivindicam o direito de acesso à terra. A segunda consequência, não menos notória desse processo, foi que, se no passado, na medida em que os filhos que se casavam podiam constituir novas posses e se estabelecerem nas comunidades onde nasceram atualmente eles veem-se obrigados a migrarem para cidade, visto que as posses dos pais normalmente são demasiadas pequenas.

O senhor João Jacarandá, que possui nove filhos dos quais, sete moram na comunidade Barro Vermelho, considera que os 51 hectares que lhe coube como posseiro, é uma área demasiadamente pequena para tirar o sustento da família. Considerando o modo de vida local, ou seja, o extrativismo dos recursos naturais locais; a prática de cria do gado na solta; a baixa fertilidade do solo; a ausência do uso de meios técnicos modernos para a prática da agricultura e da pecuária; o grande número de filhos por família, de fato os parcos rincões que foram reconhecidos foram insuficientes para o sustento da família e para auferir progresso material em uma região relativamente longe de mercados consumidores expressivos.

Com a chegada do Programa Luz Para Todos em 2007 para comunidade Barro Vermelho e a necessidade de realizar a abertura de algumas clareiras para realizar a fixação dos postes, mais uma face do impasse entre o Estado, representado pela figura do IEF e dessas comunidades tradicionais, veio à tona com o embargo das atividades da empresa que realizava o serviço. De acordo com o IEF, a empresa que estava realizando a prestação de serviço estava cometendo irregularidades. Todavia, os membros da comunidade entrevistados acreditam que a proibição colocada pelo IEF foi uma estratégia deliberada para forçar as comunidades a se curvar a proposta de reassentamento. “Eles num vai ganha energia eles desocupa o Parque”, colocou senhor Lundu. Nas palavras do senhor

Lundu Curraleiro, referindo-se a como “todo mundo” se manifestara na ocasião de uma reunião com representantes do IEF que vieram de Belo Horizonte para discutir a questão:

> [...] Eu não tô nem aí com energia. Eu nasci e criei aqui com meu candieiro entendeu?! Se quisé colocar energia bom, se não quis morro aqui com meu candieiro. Mas não vou sair das minhas terra por causa de energia, não vou sair do meu local por causa de energia. Aí foi liberado energia. [...] Foi falado pro coordenador do meio ambiente. [...] morre quem morre, num tô nem aí com energia. Se vocês pensá que porque num vai energia pra mim eu vou saí, do meu lugar, vou sair da minha casa, eu vou largá o meu terreno? Vivi até hoje com candieiro, morro com candieiro! (PESQUISA DE CAMPO, JUNHO DE 2013)

A fala dos membros da comunidade Barro Vermelho, reproduzida pelo senhor Lundu Curraleiro na passagem acima, expressa o sentido coletivo que transcende a subjetividade cerradeira para partilhar a dor de perder seu território e da liberdade de ser livre no seu lugar. Outrossim, é interessante apreender dessa fala que estas comunidade estão dispostas, no limite, a abdicar-se de um item, como foi mostrado no Capítulo I, essencial para melhoria da sua qualidade de vida, para, em troca, não serem apartado do seu “pedaço de chão”. Até junho de 2014 diversas famílias da comunidade Barro Vermelho ainda estava sem energia.

O episódio mais recente – fevereiro de 2014 - do conflito da comunidade Barro Vermelho com o IEF teve como pivô a construção de banheiros de alvenaria para 48 famílias, sendo que dentre estas, estão aquelas 30 famílias que foram atingidas pelo Parque.

Na atualidade a comunidade de Barro Vermelho enfrenta grande impasse quanto à efetivação do Projeto Minha Casa Minha Vida, a qual contemplou a comunidade no ano de 2014, mas que na atual circunstancia, não poderá ser efetivado e que vem gerando grande revolta por parte dos membros da referida comunidade. Conforme foi colocado pelo senhor Buritirano, o SNUC não permite a construção em Unidades de Conservação, portanto as casas não poderão ser construídas enquanto não for redefinida a área do Parque.

4.7 Uma proposta de recategorização: de Proteção Integral para Uso Sustentável

O senhor Dantas do Urucuia, representante do IEF, quanto indagado acerca da recategorização do Parque para uma RDS ou RESEX, considera que apesar da importância ambiental do PESA e de defender que não restam dúvidas da necessidade de proteção da área, num primeiro momento, não descarta a exequibilidade de recategorização. O entrevistado coloca que seria o caso de uma análise técnica mais profunda para a recategorização da área, mas num segundo momento declara que não acredita nessa possibilidade.

O senhor Dantas do Urucuia justifica sua resposta apoiando-se no argumento de que comunidades como o Barro Vermelho, são muito carentes principalmente devido aos solos pobres e frágeis. Dessa maneira, acredita que as famílias exerceriam uma grande pressão sobre os recursos naturais, especialmente o solo, que intensificaria o assoreamento do rio Pardo, o qual já vem transportando grande carga de sedimentos para o rio São Francisco.

O senhor Dantas do Urucuia, entretanto, não considera três aspectos que a nosso ver necessita ser levado em conta. Primeiro, o senhor Dantas do Urucuia não menciona o fato de que a expansão do agronegócio na Chapada Gaúcha, desde meados de 1970, atualmente com cultivos de sementes e soja se estende até a linha de ruptura do relevo na borda da chapada, tornando-se a causa do assoreamento do rio Pardo.

O segundo refere-se ao fato de que estas comunidades estão há muitas gerações neste local e não causaram impactos significativos. Corrobora o fato de que nem ele, tampouco outros entrevistados, souberam responder em que medida essas comunidades representavam real ameaça a integridade dos ecossistemas, o que justificasse a criação do Parque.

O senhor Dantas do Urucuia quando questionado sobre quais as atividades potencialmente predatórias para o ambiente são praticadas pelas comunidades tradicionais na região e que teriam levado a criação do PESA e da RDS Veredas do Acari, respondeu que o cavoejamento apresentava-se como ameaça, mas que não soube responder se era praticado pelas comunidades ou por empresários.

O senhor Dantas do Urucuia, quanto questionado se alguma atividade atualmente praticada pelas comunidades tradicionais que vivem no interior do

Parque ou em suas Zonas de Amortecimento colocam em xeque a integridade do Parque, respondeu:

> A gente tem monitorado o Parque. Nos temos um funcionário que acompanha direitinho. A gente procura evita tá interferindo na rotina da comunidade e nos não temos tido problema nenhum, a não se a questão do gado e a questão legal que a lei determina que o órgão gestor tem um prazo para desapropriar.

Terceiro ponto não considerado pelo senhor Dantas do Urucuia é que, com a recategorização do Parque em RDS ou RESEX, o Estado poderia oferecer alternativas de geração de renda compatíveis com a conservação do ecossistema local, coibindo práticas predatórias, inclusive com o apoio dessas comunidades.

Dentro desse contexto, defendemos como mais coerente para a realidade local das comunidades Cerradeiras, a recategorização do PESA, preferencialmente em Reserva de Desenvolvimento Sustentável, haja vista que esta permite a prática da pecuária em moldes sustentáveis, contemplando assim uma dimensão intrínseca do modo de vida das comunidades tradicionais.

Nossa proposta encontra fundamento no fato de o PESA ter sido criado em 1998, portanto antes da criação do SNUC (Lei Nº 9.985/2000). O SNUC preconiza no § 2º do Art. 22 que: “A criação de uma Unidade de Conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento.” Ao passo que no § 3º do mesmo artigo consta: “No processo de consulta de que trata o § 2º, o Poder Público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas.” O que não era uma obrigatoriedade no ato da criação do PESA e, portanto, não foi feito de forma adequada.

Ademais, considerando o modo de vida dessas populações, historicamente fundamentado em forte interação com a Natureza, a RDS se mostra compatível, isso porque essa categoria de Unidade de Conservação, de acordo com o SNUC, tem como “objetivo básico preservar a natureza” e ao mesmo tempo assegurar “os meios necessários para a reprodução e a melhoria de vida” das “populações tradicionais” por meio “da exploração dos recursos naturais”. Ademais no Art. 20, § 5º, IV consta que na RDS “é admitida a exploração de componentes dos ecossistemas naturais em regime de manejo sustentável e a substituição da cobertura vegetal por espécies cultiváveis, desde que sujeitas ao zoneamento, às limitações legais e ao Plano de Manejo da área.”

Outro ponto que deve ser ressaltado é que a RDS não proíbe a criação de gado de forma sustentável no seu interior, conforme lembra o senhor Buritirano. Ademais, a RDS permite a manutenção dessas comunidades no seu interior, de acordo com o Art. 20 da Lei n. 9.985/2000, onde consta que a RDS "é uma área natural que abriga populações tradicionais" que ancoram seu modo de vida em práticas "[...] sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais [...]".

Essa mesma lei somente determina que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas "quando necessário", o que a nosso ver não é o caso da comunidade Barro Vermelho e Morro do Fogo. No Art. 23, § 1º do SNUC fica definido que: "As populações de que trata este artigo obrigam-se a participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção da Unidade de Conservação." E ainda fica estipulado no § 2º que o uso dos recursos Naturais pelas populações de que trata este artigo obedecerá às seguintes normas:

> I - proibição do uso de espécies localmente ameaçadas de extinção ou de práticas que danifiquem os seus habitats; II - proibição de práticas ou atividades que impeçam a regeneração natural dos ecossistemas; III - demais normas estabelecidas na legislação, no Plano de Manejo da Unidade de Conservação e no contrato de concessão de direito real de uso.

Outro argumento a favor da recategorização do PESA, convertendo-a em RDS Veredas do Acari, é que aquela dispõe de um Conselho Consultivo, ao passo que esta possui um Conselho Deliberativo como instância colegiada, permitindo assim maior participação da comunidade nas decisões, conforme se lê § 4º do Art. 20:

> A Reserva de Desenvolvimento Sustentável será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

A mesma Lei prevê que no interior dessa Unidade de Conservação, haja área de proteção integral, desde que previsto em seu plano de manejo. "Art. 19, § 6º O Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento sustentável definirá as zonas de proteção integral, de uso sustentável e de amortecimento e corredores ecológicos, e será aprovado pelo Conselho Deliberativo da unidade."

A "Desafetação" da UC, como atualmente proposto pelo IEF, seria uma medida que poderia ocorrer paralelamente. De toda forma, qualquer ação por parte do poder público passa necessariamente pela consulta aos maiores interessados, ou seja, as comunidades afetadas por essas ações. Esta consulta necessita ser feita

após a apresentação às comunidades de todas as possibilidades e amplo esclarecimento das implicações contidas nas propostas.

As Reservas Extrativistas (RESEXs) pertencem ao “Grupo das Unidades de Uso Sustentável”, conforme o inciso IV do Art. 14 do SNUC (Lei Nº 9.985/2000), constitui-se em uma segunda opção, por não permitir a solta do gado e não permitir áreas particulares em seu interior, embora seja gerida por um Concelho Deliberativo. Conforme se lê:

> Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos Naturais da unidade.

Por sua vez o decreto Nº 98.897/1990 define: “Art. 1º As reservas extrativistas são espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos Naturais renováveis, por população extrativista.”

Anderson e Ioris (2001, p. 165) defendem que “[...] O estabelecimento de reservas extrativistas na Amazônia representa um importante passo para a promoção de formas socialmente justas de uso da terra que têm o potencial de reconciliar o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental”

Em carta pública de 2012, os Extrativistas e Agroextrativistas do Cerrado defendem que as RESEXs são uma forma de ampliar o significado da Reforma Agrária ao lhe dar sentido ecológico e cultural, permitindo a conciliação desses três campos da política, os quais, não raro, são colocados como distintos e até opostos.

Entretanto, com todas as dificuldades e imbróglios a serem resolvidos no processo de implementação de uma Reserva Extrativista ou RDS, que evidentemente são muito mais complexos que aqueles colocados no presente estudo, essa modalidade de UC nos parece a melhor alternativa para a conciliação da proteção ambiental e desenvolvimento humano.

Na Carta dos Extrativistas e Agroextrativistas do Cerrado de 2012 se lê “[...] sabemos que a política socioambiental não pode se restringir à punição e à fiscalização. Ela tem que ser propositiva e ser positiva.” Para tanto, esses povos e populações do Cerrado propuseram as Resexs “[...] onde nosso conhecimento tradicionalmente desenvolvido pode contribuir para a preservação e conservação do Cerrado garantindo uma vida digna para seus povos. [...]” Entretanto, no encontro de que resultou essa Carta-Manifesto, constataram que nas 30 Resexs, incluindo

aquelas já decretadas, como aquelas que estão em processo de reconhecimento e regularização, as condições de vida foram sensivelmente deterioradas pelo descaso das autoridades, especialmente porque adiam em resolver o problema fundiário “esse nó estrutural”. (CARTA, 2012, s/p)

Por fim, não é demais mencionar a recente Lei 21.147 de 14 de janeiro de 2014, a qual no Art. 4° estabelece como “objetivos específicos da política estadual para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais”:

> VII – solucionar os conflitos gerados em decorrência da implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em territórios tradicionalmente ocupados, **estimulando-se alternativas como a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, previstas na Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000;** VIII – assegurar aos povos e comunidades tradicionais a permanência em seus territórios e o pleno exercício de seus direitos individuais e coletivos, sobretudo nas situações de conflito ou ameaça à sua integridade, bem como a defesa dos direitos afetados direta ou indiretamente, seja especificamente por projetos, obras e empreendimentos, seja genericamente pela reprodução das relações de produção dominantes na sociedade. (Grifo nosso)

No Brasil, principalmente em áreas de Cerrado, existe a necessidade de ampliar as áreas protegidas pelo SNUC (Lei Nº 9.985/2000) e outras legislações específicas, entretanto, esse processo não pode se dar com a exclusão das populações tradicionais como tem ocorrido até os dias atuais. Defendemos que o processo de inclusão social, desenvolvimento humano e econômico, entendido como a manutenção das culturas rusticas, formas tradicionais de organização socioeconômica e repartição da renda e da terra, devem andar junto com as políticas ambientais. Diante disso, defendemos a necessidade de reconhecimento da sapiência das populações tradicionais por parte do Estado, das organizações supra-estatais e pela academia, na gestão dos recursos naturais em Unidades de Conservação.

Acrescenta-se que, não basta a conservação in sito de algumas pequenas áreas protegidas pelas UCs, sejam elas de “uso sustentável” ou de “’proteção integral”, sob o argumento de que dentro desses espaços relativamente pequenos, mas com grande biodiversidade, consegue-se conservar grande número de espécies florísticas e faunísticas. Urge que se conserve o bioma na sua integralidade, inclusive com a diversidade das formas tradicionais de organização social.

Devemos salientar que, não só essas formas de organização social estão dispersas por todo o bioma, não sendo possível em algumas pequenas áreas

abarcar sua diversidade de formas, como seu modo de vida tradicional impõe a necessidade de áreas relativamente amplas, especialmente naqueles espaços mais distantes de mercados consumidores.

4.8 Criminalização de prática laborais, culturais, dos saberes tradicionais

No atual contexto socioambiental do município de Chapada Gaúcha, muitos agroextrativistas ficaram encurralados pela violência da lei, portanto estando insatisfeitos porque as áreas demarcadas são consideradas insuficientes para a manutenção do seu modo de vida, além de incidir uma série de restrições por estar em Zona de Amortecimento.

O que se viu na área de estudo foi que inicialmente as práticas culturais e laborativas das populações tradicionais que vivem no interior e nas Zonas de Amortecimento das Unidades de Conservação foram monitoradas e consideradas crimes, para posteriormente, com base na legislação, justificar sua expulsão desses territórios tradicionalmente ocupados, o que é colocado com uma necessidade para o bem da Natureza e, pretensamente, de toda a humanidade. Esse processo de criminalização inverte o sentido da alínea 2º do Art. 42 do SNUC (Lei Nº 9.985/2000), que assegura legalmente os direitos das populações tradicionais, conforme se lê:

> Até que seja possível efetuar o reassentamento de que trata esse artigo, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações.

As ações impetradas pelos gestores das UCs na área de estudo, não nos permite outra interpretação, além da prevalência da perspectiva que apenas vê incompatibilidade entre Sociedade e Natureza, ou melhor, entre populações tradicionais e seus territórios. Os gestores, defensores da natureza virgem, sugerem um sistema normativo perverso, porque incoerente com os modos de vida das populações tradicionais. Essa visão míope padece da capacidade de respeito ao outro e ao seu modo de vida, não conseguindo se resignar da visão hegemônica das formas de se operar a interação com a Natureza. A violência da Lei impõe como

sanção as populações tradicionais, a exclusão social do mundo a que eles pertencem e que pertence a eles.

O Cerradeiro é um grupo social que perde sua razão de ser quando separado de seu território identitário que o realiza como ser coletivo. Isso porque, só faz sentido falar em Cerradeiro quando nos referimos às relações desse grupo social sobre uma determinada porção do espaço em áreas de Cerrado. Prisioneiro do território que o faz Cerradeiro, porque privado da possibilidade de uso coletivo dos Gerais para o extrativismo de recursos úteis, para a caça, para a criação de gado nos moldes à solta e da prática da agricultura nas Veredas, mas especialmente alijado de sua terra, essas mulheres e homens, têm seu modo de vida desvirtuado e sua existência e reprodução social como populações tradicionais colocadas em xeque.

Diegues (1996, p. 84) analisando as comunidades tradicionais caiçaras, observa que:

> O território das sociedades tradicionais, distinto do das sociedades urbanas industriais, é descontínuo, marcado por vazios aparentes (terras em pousio, áreas de estuário que são usadas para a pesca somente em algumas estações do ano) e tem levado autoridades da conservação a declará-lo parte das "Unidades de Conservação" porque "não é usado por ninguém." (DIEGUES, 1996, p. 84)

É importante frisar ainda que essa área somente foi avaliada como adequada para a criação de UCs porque o modo de vida dessas comunidades não é predatório, e no caso do PESA, cabe acrescentar que foi fundamental à luta que as famílias da comunidade Morro do Fogo empreenderam para defender seu território quando da chegada das empresas silvicultoras e produtoras de carvão, de modo que os ecossistemas locais não sofreram grandes perturbações. Contrariamente, a criação da RDS Veredas do Acari, na área que outrora pertenciam a Adiflor, onde havia sido uma monocultura de árvore, inclusive teve sua criação questionada por se constituir em uma área de Cerrado integralmente devastada. A criação de UCs geralmente está associada às iminentes ameaças oferecidas pelo avanço da lógica predatória do capital. Para Diegues (2004, p. 11), "[...] as matas associadas aos ecossistemas litorâneos conservaram-se em bom estado não porque foram transformadas em parques nacionais, mas, sobretudo porque eram habitadas por essas comunidades tradicionais. [...]".

É necessário assegurar às comunidades tradicionais, portadores de saberes sobre o ecossistema local, o direito de permanecer em seu território e continuar

exercendo seu modo tradicional de vida, aliás, responsável pela manutenção da biodiversidade. Entretanto, esse direito vem sendo negado no caso em que seus territórios são transformados em áreas protegidas, inclusive “protegidas” das comunidades tradicionais que ali vivem há séculos.

Na atualidade, as restrições impostas pelo IEF no que concerne ao uso dos territórios e dos recursos Naturais nas áreas cores e Zonas de Amortecimento do PESA e da RDS Veredas do Acari, frequentemente têm gerado conflitos entre este Instituto e os cerradeiros locais.

Quando questionado acerca das restrições aplicadas para as famílias que foram atingidas diretamente pelo Parque e aquelas que têm suas habitações nas Zonas de Amortecimento, conforme o senhor Dantas do Urucuia, elas são bem distintas e explica:

> Dentro de uma área de Parque, conforme o Decreto [...] a partir daquele momento você não pode ampliar mais o seu desmatamento pra você tá plantando [pode apenas continuar plantando onde já plantava, seja dentro ou fora da Vereda], você não pode tar ampliando a própria casa que você mora, pro cê ter uma ideia de como é restritivo. Já as pessoas do entorno [Zona de Amortecimento] não. Do entorno tá sujeita a toda legislação, mas não é tão restritivo como o Parque. [...] Já fora dependendo do que você possa tá querendo desenvolver, as vezes você consegue.

Com a fala do senhor Dantas do Urucuia, conclui-se que as proibições são tanto para quem tá dentro como quem tá fora do PESA ou da RDS Veredas do Acari. Essas restrições consideradas pelos entrevistados como muito rigorosas, se estendem, mormente às comunidades Morro do Fogo e Barro Vermelho, cujas terras são limítrofes ao PESA (ou estão parcialmente em seu interior, conforme o IEF) e para os moradores do rio Feio e comunidade Pequi, que estão próximos da RDS Veredas do Acari, ou seja, em Zonas de Amortecimento.

O senhor Adriano Cachimbo, representante da CoopSertão, referindo-se a comunidade Morro do Fogo, Barro Vermelho e ao PESA, defende:

> O Parque na verdade tinha que ser [...] uma reserva [RDS] porque são área de uso em que a comunidade já usava, né, já tinha o hábito de usar aquela região do Cerrado, então a área de Parque não pode ser explorada nem nada. Mais aí eles têm a área deles que são ligadas ao Parque. É na verdade eles tão no amortecimento mesmo, na zona mesmo de amortecimento, eles estão ligado, né, na zona do raio acho que é 10 quilômetros de raio, então a cerca deles morre na cerca do Parque, eles tão colado. É assim se fosse na Reserva Sustentável era melhor pra eles, ali é bem encostado com a Unidade de Conservação e que tem potencial pra uso, agora do outro lado da Serra das Araras tem a reserva do acari, essa é de uso sustentável, só que até hoje a comunidade eles usam em pequena quantidade. (PESQUISA DE CAMPO, JULHO DE 2011)

Nas áreas pertencentes às posses dos agroextrativistas que estão em Zona de Amortecimento, as proibições impostas pelas normas das UCs referem-se, mormente, ao cultivo no brejo da Vereda; a retirada de vegetação fora da Vereda, de qualquer tamanho para o plantio; a prática da coivara – queima da biomassa após a limpeza da área para o plantio -; o corte de madeira de lei, a caça, a retirada de parte da palmeira buriti para comercialização, o que se mostra um sério problema para as comunidades do tipo tradicional e que por isso, na prática comumente são burladas.

O senhor Caroba **Mulungu,** monitor do IEF, afirma que nem mesmo dentro das áreas que foram regularizadas como posse, é admitido o desmatamento para prática da agricultura tradicional de subsistência. Não obstante, dentro de suas posses em Zonas de Amortecimento, os agroextrativistas realizam a coleta de frutos nativos, bem como de lenha seca, ervas medicinais ou resíduos vegetais para confecção de artesanatos e utensílios, mesmo sem fazer o pedido de autorização ao IEF, o que apesar disso, não são fiscalizadas e penalizadas com maior rigor por causarem baixo impacto ambiental. Além disso, conforme o senhor Alegrinho do Gaio Seco, monitor do IEF, as irregularidades não são combatidas com mais eficácia devido ao reduzido pessoal envolvido na fiscalização das UCs, daí a opção do Estado em retirar a população, o que se apresenta como uma opção mais barata em longo prazo.

As comunidades só possuem dentro do seu torrão de terra uma liberdade vigiada. No entanto, a caça, a drenagem das águas para o plantio nas Veredas e, sobretudo, a coivara, entretanto, são realizadas a revelia porque são práticas proibidas em ambas as UCs e esses agroextrativistas compreendem esse espaço como seu território, cujo poder consideram inalienável. As Figuras 36 e 37 evidenciam essas proibições.

Figura 36: Placa que proíbe expressamente caçar, pescar e soltar animais no interior do PESA.

Autor: Robson Munhoz de Oliveira, abril de 2013.

Figura 37: Torre de vigilância localizada dentro do PESA, próximo à comunidade Barro Vermelho, usada para monitorar eventuais irregularidades e focos de incêndio.

Autor: Robson Munhoz de Oliveira, abril de 2013.

Segundo o senhor Varginho Mangabeiro,

> Dentro do Parque não tem liberdade pra ninguém, ninguém corta nada: desmato, tirá madeira, nem anda dentro do Parque, não pode caçá. Tem gente que gosta de caçá os bicho, o animal no mato, mas dentro do Parque é respeitado. Se pega é cadea...é não pode... (PESQUISA DE CAMPO, MAIO DE 2013)

Em relação ao corte da madeira, assim se manifesta o senhor Miro Veredeiro do IEF:

> Proíbe direto. Aqui moço nóis não pode nada, até a madeira que se tira, a maderinha pra cerca o quintal assim, eles não aceita tira não. [...] Eles fala com a gente, que diz que é preciso retirar licença. [...] (PESQUISA DE CAMPO, JULHO DE 2011) Quando tira alguma árvore a gente tira pra poste de arama, alguma coisa né, ninguém vai sair cortando tudo. Corta uma aqui, corta outra aculá. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

A extração de madeira de lei como a sucupira branca, e outras madeiras de lei, seja para construção de casas, currais ou para qualquer outra finalidade é rigorosamente punida com multa aos infratores. O uso desses recursos naturais, especialmente da madeira do Cerrado e de partes do buritizeiro, é fundamental para a reprodução do modo de vida tradicional das comunidades Cerradeiras, porque são à base da sua existência material (Figura 38).

Como nos colocou o senhor Firmino Cagaita, monitor do IEF,

> Eles estão querendo preservar o meio ambiente para as gerações futuras. Concordo! Mas eles estão esquecendo das gerações atuais. O pessoal vive exprimido. O pessoal limpa uma roça que é uma coisa que eles aprenderam com os bisavós, chega lá é multado, por quê?! Porque a varinha passou do diâmetro de não sei quanto centímetro, tem que te licença. [...] Ninguém vai botá na cabeça deles mais não. Você vai coloca na cabeça deles, um senhor de 60 e poucos anos. Isso pode ser uma coisa a longo prazo, mas até o longo prazo eles vão sobreviver como? Hoje, por exemplo, se não fosse esse beneficio do governo, tava enrolado todo mundo. Tem gente ali que vive basicamente da bolsa família, bolsa escola...Se não fosse esse programa do governo, esse povo tava vivendo do que, do extrativismo? Colhendo pequi uma vez por ano? E assim mesmo a legislação não permite porque lá é Parque. [...] Nesse Parque, você vai achar até engraçado, mas a coisa mais bonita em que tem aí é o povo que é exatamente o que a legislação não permite, quer tirá, quer desapropriá. O costume dele, o tipo dele, e por causa dessas pressão que tá sendo feita alterou muito o modo deles vivê. (PESQUISA DE CAMPO, MAIO DE 2013)

O caso do senhor Crispim Carroceiro é ilustrativo, pois esse agroextrativista, mesmo sabendo das proibições, diante da necessidade de fazer um curral, extraiu a madeira de que necessitava e foi denunciado à polícia ambiental por um dos monitores da RDS Veredas do Acari que não tardou em ir até a casa desse agroextrativista para conferir a existência da infração ambiental. Na Figura 39 o curral feito com a madeira extraída irregularmente.

Figura 38: Uso da madeira e buriti para confecção de objetos de uso cotidiano por comunidades tradicionais da Chapada Gaúcha. Da esquerda para direita, de cima para baixo, cerca; galinheiro; vassoura de folha e talo de buriti; suporte de panelas feito de galho de árvore; lenha em uma casa de farinha; suporte de galho para pote de barro; furadeira artesanal feita de madeira; pilão; e, carroça de boi.

Autor: Robson Munhoz de Oliveira, abril e maio, 2013.

Figura 39: Curral feito com madeira cuja extração é proibida.

Autor: Robson Munhoz de Oliveira, maio de 2013.

Ao defrontar-se com a situação material do agroextrativista supracitado, caracterizada pela carência de provisões básicas, portanto, da visível incapacidade dessa família de pagar a multa e de verificar que a extração da madeira se fez para o uso na própria posse, a polícia ambiental não aplicou a multa, conforme o senhor Crispim Carroceiro nos contou. Podemos aludir que as intensas fiscalizações e cobranças podem mesmo convencer os agroextrativistas de que suas práticas são criminosas.

Segundo o senhor Quinca do Alambique, o corte das madeiras de lei sem licença é proibido, sendo que essas são as mais adequadas para fazer cerca, casa, curral etc. Entretanto, o agroextrativista não está munido dos recursos para a realização dessa solicitação porque é necessário se deslocar até o município de Arinos que está a 137 km para encaminhar o processo, tornando dispendioso e inviável o pedido formal para os agroextrativistas das comunidades locais.

Em 2014 a principal fonte de energia dos Cerradeiros para cozinhar ainda é o fogo, produzido pela queima da lenha. Assim, a lenha é indispensável para a produção da rapadura, da farinha, do queijo, dos doces de buriti, do óleo de pequi e

de buriti, do sabão, de remédios etc. Desse modo, constatou-se que as proibições incidem sobre práticas tradicionais fundamentais para as comunidades Cerradeiras estudadas. No entanto, foi verificado que no interior da RDS Veredas do Acari, é expressamente proibida a coleta de lenha seca para o uso no fogão, forno ou qualquer outra finalidade. Segundo um entrevistado, cuja morada está situada na Zona de Amortecimento, a alegação da administração do RDS é que os galhos e troncos secos constituem-se em abrigos ao inseto.

Com a criação das Unidades de Conservação, exprimiu-se o senhor Totinha Peruaçú,

> Uns desmatinho aí que a gente planta, a gente tem que fazer escondido. Esses dia mesmos eles veio e mutaram dois vizinhos meus. Eu num gosta de devoração sem precisão, fica cortando coisa que num vai aproveitar, né? Uma vez eu entrei pra dentro da mata aí, com machado, se tem um pau seco, a gente já evita de corta, aproveita ele, pra ajudar, né. (PESQUISA DE CAMPO, MAIO DE 2013)

A partir da ótica dos legisladores e executores dessas leis, como é o caso dos funcionários do IEF, esses espaços naturais devem se conformar como lócus privilegiado para o estudo e a conservação da biodiversidade, ao mesmo tempo em neles devem ser negados o “consumo” e a “coleta”, mesmo paras as sociedades tradicionais, portanto os elementos indispensáveis à sustentação dos seus modos de vida. Considerando que a Lei Nº 9.985/2000 não admite moradores nas áreas de “proteção integral”, fica patente a concepção que defende que a Natureza, não só é um produto que se faz e refaz isoladamente, como sua conservação, pressupõe a ausência e, quando necessário, o reassentamento das populações tradicionais.

A supremacia da lei não considera a sapiência das populações do Cerrado, mas a sujeita à subsunção dos tecnocratas de Estado e, por isso faz das UCs verdadeiros desertos humanos. Os preservacionistas que veem esses territórios historicamente ocupados como áreas não utilizadas, propõem como instrumento as Unidades de Conservação integrais, as quais acabam por se consolidar, de fato, como áreas sem a presença humana.

A interação Sociedade-Natureza, peculiar às populações tradicionais Cerradeiras, pode ser concebida com um processo adaptativo ao meio e que permite a essas populações, a partir da sua cosmovisão e a sua própria maneira, recriar permanentemente um sistema homeostático, capaz de prover sua retroalimentação, eis que tudo que é retirado desse sistema retorna a ele, a exemplo de um conjunto complexo e dinâmico de circuitos integrados e fechados, no qual nada se perde.

Assim, temos que as sociedades tradicionais fazem e refazem seu território, desviando a natureza do curso natural, entretanto sem causar impactos significativos.

A fiscalização do IEF nas comunidades de São Félix e Pequi se faz menos presente por elas estarem relativamente distantes das UCs, ou seja, a oito (08) quilômetros do extremo sul da RDS Veredas do Acari e a 37,5 km do PESA, entretanto sem deixar de gerar insatisfação às famílias daquelas comunidades. O senhor Rafinha das Araras e sua esposa, moradores da comunidade de Pequi, foram enfáticos quanto às restrições de uso dos recursos naturais, especialmente no tocante a madeira e retirada da cobertura vegetal para praticarem a agricultura. O senhor Rafinha das Araras questiona as proibições colocadas pelo IEF:

> Oh, moço vou falar pro cê, igual, se fô pro cê tirá [a madeira] pra explorá, pra vendê pra lá, mas pro cê colocar roça!? Como que pode trabaiá moço. Eles quê que o povo vai tudo pra cidade? Tem jeito não. Aqui nois tem que trabaiá na roça, planta mandioca, planta milho, faço farinha. Se não pode dirá uma madeira, se não pode colocar uma roça. Nem numa chapada dessa aí se for colocar uma roça aí, planta um pé de mandioca, um pé de capim pras criação eles veem. (PESQUISA DE CAMPO, MAIO DE 2013)

A fala do senhor Caio Jatobá, agroextrativista da comunidade Morro do Fogo, deixa claro sua indignação. Quando foi pedido que ele mencionasse quais foram as regras que vieram com a criação do PESA e que mais afetaram suas práticas cotidianas, ele respondeu:

> Essa parte do desmate né, porque a gente não pode muito desmatá, cortá certo tipo de árvore. Mas nessa parte a gente já entende muito bem que não pode mesmo, tem que conservá. De primeiro quando não tinha as proibição, tinha ora que tinha que colocar uma rocinha pequena aí, cortava um pé de piqui, na manha, não sabia que aquilo ali podia prejudicar. Mas hoje pra colocar uma rocinha qualquer, arrisca eu colocá ela aí e eu se multado. E o fogo também. Pra tirar uma licença tem que pagar e tem que os documento tá tudo em ordinha pra consegui. Em pequena área não compensa e a taxa é alta. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

O senhor Caroba **Mulungu** nos informou que apesar de não ser emitida qualquer licença para realização de desmatamento na área do PESA, alguns agroextrativistas ainda praticam a agricultura em áreas onde tradicionalmente as famílias o faziam. O senhor Firmino Cagaita, monitor do IEF, fala que a estrutura e pessoal do IEF são insuficientes para fiscalizar a prática da caça, das queimadas para renovação de pastagem e outras infrações que ocorre de forma mais dissimuladas, restando ao IEF concentrar-se em coibir a prática agrícola pelos agroextrativistas.

4.9 Proibição do cultivo nas Veredas, insegurança alimentar e dependência do mercado

A agricultura de excedente nas comunidades tradicionais estudadas no município de Chapada Gaúcha-MG baseia-se na produção de mandioca, feijão-catador[57] e milho, eventualmente abobora, melancia, amendoim, quiabo, dentre outros produtos, todavia, nem todos o fazem. A baixa produção de excedente para o mercado no caso dos produtos da agricultura Cerradeira ocorre, mormente por que: a) o solo fora das Veredas normalmente é pobre em nutrientes; b) há anos de estiagem prolongada que frustra o excedente; c) o baixo grau ou a ausência total de tecnologias e de insumos químicos nas atividades agrícolas; d) a família não possui terrenos úmidos de veredas em suas terras; e) as áreas úmidas de Veredas são suficientes para a produção apenas para subsistência; f) a família possui outra fonte de renda que supri suas necessidades econômicas; g) os membros da família têm idade avançada, normalmente vivendo da aposentadoria; h) os filhos estão trabalhando fora da unidade produtiva, não havendo disponibilidade de força de trabalho; i) a família considera pouco compensador devido aos baixos preços; j) não há mercado consumidor expressivo na região; l) a dificuldade de escoar a produção das comunidades pelas péssimas condições das estradas muito arenosas que as interligam aos mercados consumidores; m) a produção de excedente não faz parte da tradição das famílias da região; n) o IEF não permite por estar em área considerada perímetro das Unidades de Conservação ou em Zona de Amortecimento ou pela soma de mais de um desses fatores.

Desta forma, historicamente os agroextrativistas do município de Chapada Gaúcha, contam com a fertilidade natural e a umidade dos solos das Veredas para praticarem a agricultura, especialmente porque os solos fora da vereda são pobres em nutrientes e, em alguns anos, a estiagem é muito rigorosa. Corrobora a baixa fertilidade do solo a resposta da senhora Neguinha Caliandra quando questionada sobre o que ela produz na sua posse: “Aqui a gente planta é mandioca, um feijãozinho-catadô, as terra é muito fraquinha.” Quanto à indagação sobre o quê

[57] O feijão-catador também é conhecido como feijão-gurutuba em algumas regiões da Bahia e norte de Minas Gerais; feijão-caupi, feijão-macássar ou macassa e feijão-de-corda na região Nordeste; feijão-da-colônia, feijão-da-praia e feijão-de-estrada na região Norte; feijão-miúdo na região Sul; e, feijão-fradinho nos estados da Bahia e do Rio de Janeiro (EMBRAPA, 2014).

plantar para comercializar, ela respondeu: “Só a mandioca, tem vez que a gente faz farinha.” (PESQUISA DE CAMPO, JULHO de 2011) Porquanto, é comum a prática da criação de gado na solta como complemento da renda familiar. Segundo o senhor Bartolomeu Murici, atravessador no segmento de pequi e favela, a falta de chuva acometeu o município em 2012 e 2013. “Ano passado eu não colhi uma espiga de milho e foi muitos que não colheu. [...] O ano passado, esse ano de novo.” (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

O senhor Zefulô Buritizeiro plantou roça de milho, feijão-catador e mandioca, sendo que todos esses gêneros destinavam-se apenas para autoconsumo da família. Assim como outros agroextrativistas, o senhor Zefulô Buritizeiro reclamou que esse ano, até mesmo a produção para autoconsumo foi afetada pela falta de chuva, o que é agravado, segundo ele, pela proibição de cultivar nas Veredas, que em muitos casos estão assoreadas, portanto inapropriadas para o cultivo.

Nas palavras do senhor Bartolomeu Murici,

> A situação aqui desse pessoal aí da roça aí é triste, só a gente que mora aqui no lugar que sabe. Tem lugar aí que tem muita gente que não tem nem almoço nem janta. A maioria desse lugar que cê passou tem terra boa, mas o agricultor não tem condição de compra o feijão nem pra plantar. Mas é muito aí onde você andou, nesse Mangal, no São Félix. Ali que é pior mesmo. Então tem o lugar para lavora, mas muitas vezes você planta e não chove aí você perdeu tudo. Aqui na Serra tem é muitos aí. O **senhor Veredinha** mesmo é um dos mais trabalhadô. Mas brejo tem o ano todo. Nas água e nas seca tem porque é brejo. (PESQUISA DE CAMPO, MAIO DE 2013)

O senhor Velho Chico, monitor do IEF, resume a dependência das famílias das comunidades de Barro Vermelho e Morro do Fogo em relação às rendas provenientes do Programa Bolsa Família e da aposentadoria:

> [...] O povo aí era uma pobreza danada. Toda vida o que sustentava aquele povo aí era um aposentado que tinha na família. Aí um aposentado ou dois que tinha na família, aí tudo mundo vivia daquilo ali. E agora vem bolsa família, e agora vem bolsa escola. Então melhorou bastante. Pra aquele pessoal que mora ali no entorno do Parque Serra das Araras a pecuária não é a principal fonte de renda, porque quase ninguém tem gado não. Quem tem é assim, tipo uma poupança. Tem duas vaquinha que é a ora que apertar. Vende o bezerro ou então vende a vaca. E dinheiro fácil né. O que eles fazem ali mesmo é farinha, fazia! Até isso tá acabando. Era caminhões e caminhões de farinha que eles trazia no carro de boi até aqui. Pra daqui vende pros caras leva né, Brasília, Arino. Já hoje quase num vê isso mais. Hoje eles entrega aqui. Ele compra aqui no senhor Jacaranda, soma notinha, traz a farinha e paga com farinha. (PESQUISA DE CAMPO, MAIO DE 2013)

Nas comunidades estudadas, de uma maneira geral, as principais fontes de renda são, o benefício previdenciário, nos casos de famílias com casais mais idosos e, o benefício do Programa Bolsa Família, nos casos de casais mais jovens e com filhos, que estão imediatamente atrás da pecuária de corte, da mandiocultura e do extrativismo, sendo que o buriti, a favela e o pequi, são respectivamente os produtos mais importantes para geração de renda. Com menor importância estão o milho e o feijão-catador, que só esporadicamente produz excedente para o mercado.

As falas do senhor Bartolomeu Murici e do senhor Velho Chico, monitor do IEF, nos permite depreender a estreita dependência das comunidades em relação ao brejo para a segurança nutricional e alimentar das comunidades no município de Chapada Gaúcha. Essa dependência em relação às áreas de brejo ocorre, por um lado, por falta de chuva e meios de produção que permita melhorar a produtividade e, por outro, por falta de outras fontes de renda para suprir os gêneros alimentícios, mas triviais para assegurar a dignidade destas famílias.

Entretanto, atualmente, com a criação das Unidades de Conservação, a prática da agricultura nas Veredas foi criminalizada, com a proibição imposta pelo Instituto Estadual de Floresta de Minas Gerais (IEF-MG). O IEF fundamenta sua proibição no argumento de que as roças vêm afetando o equilíbrio hídrico das Veredas e causando seu assoreamento conforme pode ser observado na Figura 40. É necessário dizer que esse processo foi identificado em todas as comunidades estudadas e em outras áreas da região visitadas.

Figura 40: Assoreamento da barra do gaio do Carro com o rio Feio. Foto panorâmica.

Autor: Robson Munhoz de Oliveira, 2013.

Nas palavras do senhor Félix Vaqueiro, agroextrativista do Distrito de Serra das Araras, referindo-se à criação do PESA: “O que fizeram foi acabar com o lugar. Esse trem aqui tudo era lavora, lugar do povo trabalhar e proibiu. A pessoa não planta aí nem mais um pé de cana aí mais aí.” Completa a senhora Diadorim

Mutamba, a mais velha moradora do lugar, depois de concordar com a fala do senhor Félix Vaqueiro: “E nem pode tira mais uma varinha”. Continua o senhor Félix Vaqueiro: “Acabô tudo, acabô com o lugar. Tem que trabalhar escondido.” (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

O relato do senhor Caroba Mulungu, monitor do IEF, referindo-se a comunidade Barro Vermelho, deixa claro quem esse Instituto responsabiliza pelo assoreamento dos rios e veredas:

> [...] É um lugar muito bonito, porém ele tá num processo de assoreamento mesmo. Os rio que existem tão muito assoreados [...] Existe uma comunidade dentro da unidade que acaba provocando isso aí. Então tem uma questão de preservação mesmo de pensar em preservar que se deu a criação desse Parque. (PESQUISA DE CAMPO, MAIO DE 2013)

Quando questionei o senhor Caroba Mulungu sobre a responsabilidade das empresas plantadoras de pínus e eucalipto e dos gaúchos com soja e semente nesse processo, este reconhece que o desmatamento agravou o assoreamento, mas muda o foco dos responsáveis ao responder:

> A gente sabe que essas pessoas que estão próximo [do rio], as comunidades, eles costumam viver do cultivo da terra, então o desmatamento é um fator fundamental para qualquer tipo de erosão, assoreamento que é consequência, o aumento da população que precisa de mais espaços. (PESQUISA DE CAMPO, MAIO DE 2013)

O esgotamento dos brejos para a realização do plantio, como nos explicou o senhor Quinca do Alambique, é feito por meio de uma ou mais valetas que concentra a água e a direciona para o curso principal do rio. Se isso não for feito, não produz nem mesmo o arroz. Em relação à proibição imposta pelo IEF em plantar nas Veredas fazendo a drenagem da água, o senhor Quinca do Alambique critica:

> Se você mora num terreno fraco, só produz lá dentro do brejo. Não tem acesso a um adubo e nem tem condição financeira, por exemplo. Aonde é o bom seu, a parte boa sua é aonde é o brejo. Aí pra você plantá, você tem que abrir o esgoto para enxugar a terra. Isso já vem des dos bisavós dele, fazendo isso. Ali dava o feijão, ali dava o arroz, ali dava a abobra, ali dava tudo...não precisa de adubo, não precisa nada. Vocês [o IEF] fala que não pode fazer assim, então você têm que ensina como é que faz. Ensina a produzir no solo ruim, sem adubo, ou então a produzir no moiado dento d’água, sem precisar enxuga, porque em cima não dá... Só fala que não pode faze assim. Tem brejo aí que planta nele há 200 ano, tem mais de 100 ano...né, e até 10 ano atrás não tinha acabado. (PESQUISA DE CAMPO, MAIO DE 2013)

Então conclui pertinentemente fazendo referencia à política direcionada aos pescadores que recebe um salário durante a piracema e da necessidade da criação de uma política semelhante direcionada aos agroextrativistas. Em verdade, estes parcos rincões que lhes restaram depois da demarcação das terras com a criação das UCs, conforme iremos mostrar, talvez seja suficiente para produção intensiva de produtos agropecuários, forjado em outras bases tecnológicas que não está contemplado no modo de vida das comunidades Cerradeiras.

Entendemos, em concordância com o senhor Fulozinho Marolo, que de fato, se não houver uma política compensatória, não haverá cumprimento das normas ambientais, mesmo naquele caso em que possa haver impactos ambientais significativos, pois esses agroextrativistas necessitam continuar se alimentando e alimentando suas famílias apesar das determinações legais.

O senhor Ludu Curraleiro quando questionado acerca do problema que atualmente mais afeta a comunidade Barro Vermelho, respondeu:

> [...] É sobre o trabalho, porque eles lá, a maioria lá vive dos seus braços, nem outra coisa não tem né...é pega uma enxadinha, ir pra roça, é roça e tal. Lá agora vou falar pro cê, o que mais tem causado pobrema é isso aí. Ninguém pode plantar nem no seu quintal, e não é só do lado de cá não [referindo-se não só as 30 famílias quem estão no perímetro do Parque, mas também as 20 famílias que estão na Zona de Amortecimento]. Nem dentro das posse. Esse daqui que tava aqui desmato na frente de casa, quase dentro da casa dele e foi multado. Se quisé tem que ir lá no mercado, sofrê lá e compra. [...] lá o que vive é isso aí. O terreno já não e muito bom. É o que mais prejudica eles. (PESQUISA DE CAMPO, JUNHO DE 2014)

As palavras do senhor Miro Veredeiro e senhor Niquinho Jatobá também são ilustrativas desse processo:

> Para colocar uma rocinha, se a gente for entregue, eles multa mesmo. Ano passado eles chegô multá. [...] Ele fala mais no caso de colocar uma rocinha, sempre avisá né, avisá se fô queimá. Ainda explicô: se for um material lenhoso primeiro tem que tirar licença em São Francisco, mas se fô só capoeira, lugar já trabaiado, né, que é madeira fina, pode colocar sua rocinha. [...] o pessoal vive das rocinha, mas o pessoal pra por a rocinha fica tudo com medo [...] (SENHOR MIRO VEREDEIRO, PESQUISA DE CAMPO, JUNHO DE 2014)

> A gente planta mais tem que se escondido, ser vê pô...se descobrir não deixa não. No começo eles falava que podia plantá na terra já trabaiada, mas a coisa foi arrochando. Fico ruim, ruim, ficou pra lá de ruim. Ficô bom pra eles que ganha salário. Eles podia não comê sem a carne do gado, mas não come sem carne não. (SENHOR NIQUINHO JATOBÁ, PESQUISA DE CAMPO, JUNHO DE 2014)

Em algumas situações observou-se certo bom senso flexibilizando as normas ambientais dada a atual circunstância de impasse, o que se deve ao fato de que o Estado não apresentou alternativas às comunidades atingidas direta – no caso de estarem dentro - ou indiretamente – no caso de estarem em Zona de Amortecimento

- pelas Unidades de Conservação, cujas famílias necessitam continuar reproduzindo sua existência. De uma maneira geral é evidente por parte do IEF a prevalência do legalismo, ou seja, prescreve-se a estrita obediência à letra da lei e o respeito às normas institucionais.

Diante da falta de alternativa, mesmo com as limitações colocadas pelo novo contexto socioambiental conformado pela criação das UCs, esses agroextrativistas continuam realizando a agricultura nos moldes tradicionais, conforme pode ser visto na Figura 41, a qual ilustra o que foi verificado em diversas posses, todavia, sobre constante tensão e, muitas vezes, constrangidos com multas aplicadas pela polícia ambiental.

Figura 41: Área de Brejo sendo usada para o cultivo de feijão-catador e milho.

Autor: Robson Munhoz de Oliveira, 2013.

Essas áreas são protegidas pelo Código Florestal porque realmente são frágeis e não suportam a realização da prática de agricultura intensiva e de fato é coerente, não obstante é necessário considerar que a agricultura de excedente não pode ser vista pelo mesmo prisma que a agricultura empresarial, visto que aquela

causa baixo impacto ambiental. A esse respeito, o senhor Firmino Cagaita, monitor do IEF, expressa sua indignação: “É isso que o pessoal fica revoltado, porque acaba sobrando só para o pequeno. Porque vão fazer uma rocinha o pessoal tá fiscalizando” (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

O senhor Caroba Mulungu, monitor do IEF, acrescenta em relação às causas do assoreamento dos rios e veredas: “Eu vejo como uma questão também natural.” E argumenta: “Quando a gente sobrevoa a área [PESA], a gente vê que mesmo em locais onde não têm pessoas habitando, esse processo tá acontecendo o desabamento de partes dos morros. Isso tá acontecendo de forma natural.” (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013) O senhor Caroba Mulungu, desconsidera que essas áreas já foram afetadas pelo pisoteio do gado, como pelo fogo, podendo essas terem sido as causas, considerando que se trata do arenito Urucuia, um tipo de solo extremamente suscetível à ação da chuva porque desagrega as partículas com grande facilidade.

É verdade que o processo de voçorocamento e conseguinte assoreamento dos rios são processos muito antigos na região, inclusive datando de décadas anteriores à chegada das empresas reflorestadoras e das monoculturas de soja e semente, conforme nos relataram diversos entrevistados que nasceram e foram criados nas comunidades locais. Entretanto, é possível identificar nos relatos desses mesmos entrevistados, a ênfase dada à ocorrência do processo nas últimas décadas, ou seja, após a chegada das “firmas” e dos “gaúchos” quando o processo de voçorocamento/assoreamento dos rios e veredas se intensificou irremediavelmente.

A intensificação do processo natural de assoreamento em todas as comunidades visitadas foi presenciada in loco e igualmente confirmada pelos entrevistados que fundamentavam seu argumento na história vivida ou nas histórias contadas por “pessoas mais antigas”.

Quando questionado acerca das principais dificuldades que as comunidades de Pequi e São Félix enfrentam na atualidade, o senhor Anatalino Cabeça destaca:

> [...] é essa degradação ambiental com assoreamento dos rios e desmatamento e a falta de algum projetinho para estimular a renda para que o pessoal não adote mais essas práticas de desmatamento [para produção de carvão]. Porque se o pessoal vem fazendo isso é porque precisa, como você viu hoje, mas é por necessidade mesmo. (PESQUISA DE CAMPO, MAIO DE 2013)

Outro ponto que nos parece pertinente, diz respeito a uma das narrativas do senhor Quinca do Alambique: se historicamente se produzia nas Veredas e essas não secavam, o que atualmente estaria causando o seu secamento? Conforme a alegação dos agroextrativistas coletada durante a pesquisa de campo são bem outras as causas do secamento e assoreamento das Veredas.

Desta forma, identificamos que esse processo está relacionado principalmente a retirada da cobertura vegetal para o avanço do capital ligado ao agronegócio após a década de 1970. Entendemos que a proibição de plantar nas veredas necessita ser compreendida no contexto mais amplo de assoreamento dos rios e Veredas da região que se intensificaram com o avanço da agricultura empresarial. Assim, além desse fator, a abertura de voçoroca, associada ao assoreamento de rios e Veredas e a diminuição ou secamento das águas fluviais na região, são processo interligados e são suscitados por um conjunto de causas. Dentre eles se destacam:

a) a retirada da cobertura vegetal para a produção de carvão;

b) a retirada da cobertura vegetal e a abertura de carreadores para as monoculturas que propiciou um maior escoamento superficial da água da chuva;

c) a abertura de estradas sem planejamento, canalizando a água da chuva; e,

d) o pisoteio do gado em áreas de desmatamento ou sobre os carreadores, especialmente com a redução da área de uso comum para a solta e o adensamento dos rebanhos nas posses, o que expõe o solo nu à ação da chuva criando pequenas valas por onde a água escorre com mais velocidade, iniciando o processo erosivo[58];

Assim, dentro da concepção que prevalece no IEF e que são as diretrizes irredutíveis para a preservação da Natureza, não é feita a devida distinção entre sociedades tradicionais, de um lado, e sociedades modernas, de outro, ou mesmo daqueles agricultores familiares mais tecnificados. Isso porque, existem dois processos sociais que interferem na Natureza: o primeiro é o modo pelo qual ocorre forte impacto na trajetória natural da Natureza, pelo uso intensivo de meios técnicos estranhos ao ambiente, como agrotóxicos, fertilizantes, medicamentos veterinários

[58] A retirada da cobertura vegetal está causando sérios problemas relacionados à erosão e assoreamento de rios e Veredas, também em outras comunidades da região, conforme foi verificado em pesquisa de campo. Consoante com o que nos relatou o senhor Pico dos Buracos, também a nascente do rio Pandeiros, localizada no município de Januária, principal curso d'água de duas unidades de conservação na região – APA Rio Pandeiros e RVS Pandeiros – sofre forte processo erosivo, tendo recuado cerca de três quilômetros em função do desmatamento para monocultura de eucalipto.

etc., seja pela produção de uma Natureza sintetizada em laboratório, como plantas e animais geneticamente modificados ou pelo monocultivo que por si só é impactante, já que nega a diversidade de vida, a condição sem a qual a Natureza se desequilibra. O segundo processo reporta-se para o caso da interação Sociedade Tradicional-Natureza que desenvolveu ao longo da história um modo de vida caracterizado pelo uso de técnicas que não causam grandes externalidades ao meio.

No que concerne a esse último aspecto, conforme identificado em pesquisa de campo, varia desde a utilização de técnicas da agricultura de precisão e produtos resultantes das pesquisas de engenharia genética, até as mais simples técnicas para o cultivo, como o semear com as próprias mãos ou tendo como meio técnico, a matraca. Essas diferentes formas de interação com a Natureza causam externalidades igualmente diferenciadas para o ambiente, por conseguinte, na produção da Natureza.

4.10 RDS Veredas do Acari configurada como Unidade de Conservação de Proteção Integral

Apesar do Art. 27, § 3º estabelecer que "O Plano de Manejo de uma Unidade de Conservação deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação." e de a RDS Veredas do Acari ter sido criada há 11 anos, esta ainda não possui Plano de Manejo. A despeito disso, o parágrafo único do Art. 28 prevê que.

> Até que seja elaborado o Plano de Manejo, todas as atividades e obras desenvolvidas nas unidades de conservação de proteção integral devem se limitar àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos que a unidade objetiva proteger, assegurando-se às populações tradicionais porventura residentes na área as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais.

O problema inerente à inexistência do Plano de Manejo para a RDS, é que como não estão definidas as diretrizes de uso, ela torna-se um espaço com acesso restrito, sendo proibida a realização de práticas que poderiam não ser predatórias aos recursos naturais. Isso porque, a Lei 9.985/2000, no inciso IV do Art. 20, dispõe que:

> é admitida a exploração de componentes dos ecossistemas naturais em regime de manejo sustentável e a substituição da cobertura vegetal por

> espécies cultiváveis, desde que sujeitas ao zoneamento, às limitações legais e ao Plano de Manejo da área.

O representante do IEF, senhor Dantas do Urucuia, nos declarou que no PESA não está permitindo nenhum tipo de atividade e na RDS Veredas do Acari, “A única coisa que a gente tá permitindo é o extrativismo, a gente tá acompanhando e não tá sendo prejudicial [...] assim como apanhar os ‘braços’ do buriti para fazer artesanato.”

Não obstante, atualmente não há nenhum projeto sendo realizado na RDS ou com as comunidades situadas na Zona de Amortecimento da unidade. Por outro lado, a inexistência de um Plano de Manejo pode dar margem para prática de atividades inapropriadas para o contexto ecológico local para atender a demanda de algum produto para o mercado, de tal forma que as atividades humanas podem estar pressionando a capacidade de suporte dos recursos Naturais a um limite superior a capacidade de regeneração da Natureza.

Diante desse cenário de incertezas, o que foi observado na RDS é que o Instituto Estadual de Floresta de Minas Gerais (IEF-MG) têm adotado restrições semelhantes ao que está previsto no Plano de Manejo do PESA, ou seja, a RDS tem sido tratada como uma Unidade de Conservação de “proteção integral”.

Quando questionamos o senhor Bartolomeu Murici, atravessador no segmento de pequi e favela, sobre o rigor do IEF em relação à RDS Veredas do Acari, ele respondeu: “Tá praticamente a mesma coisa. Tão tratando as duas unidades do mesmo jeito.” (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

Isso termina por negar a própria letra da lei, onde se lê:

> A Reserva de Desenvolvimento Sustentável tem como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações. (LEI 9.985/2000, Art. 20, § 1º)

Entretanto, embora venha tornando-se lugar cada vez mais comum a resistência dos atingidos pelas UCs, a exemplo dos atingidos por barragens e outros grupos organizados em movimentos sociais similares, na área de estudo não foi verificado nenhuma forma de resistência estruturada nesses moldes. As formas de resistências identificadas são frágeis e ocorreram tardiamente, após a implementação das UCs, o que torna mais difícil sua recategorização para um

modelo que permita o uso dos recursos Naturais, o que, entretanto, não pode ser descartado como possibilidade.

Entre as comunidades estudadas, as formas de resiliência engendradas e operada pelas silenciosas táticas cotidianas, embora significativas, são insuficientes. No contexto das táticas empreendidas por essas comunidades, o aspecto mais significativo consubstancia-se nas formas encontradas para burlar as legislações vigentes, como na feitura das roças; do extrativismo de madeiras; na solta do gado; na caça, atualmente basicamente dos animais que atacam os galináceos e a roça; coleta de madeira para o fabrico de casas, currais, cercas e utensílios domésticos; ateando fogo; entre outras formas que mencionaremos ao longo desse capítulo.

A resistência, sutilmente emerge no cotidiano na reafirmação do modo de vida Cerradeiro e manifestações culturais expressa no conhecimento sobre o Cerrado-Território; da memória coletiva transmitida de geração em geração; nas cavalgadas e festas de cunho religioso como: nas Folias de Reis e do Divino; na Festa de Santo Antônio; na Festa de Santa Cruz; nas danças típicas como o lundu, a curraleira ou quatro, a sussa, o batuque, a catira, o manzuá, a caninha verde, o carijó etc., fundadas na identidade local e regional assumida frente a identidades como a gaúcha e outras identidades nacionais.

Em “A invenção do cotidiano”, Certeau (1994) fala em uma certa “arte de fazer” entendida como as “mil práticas” pelas quais o “homem comum” ressignifica as coisas e reapropria-se do espaço, organizado pelas técnicas da produção sociocultural legadas ou engendradas habilmente por certo grupo social. São artes de dar golpes, astúcias de “caçadores”, simulações polimorfas. Em suas palavras: “Em nossa sociedade, elas se multiplicam com o esfarelamento das estabilidades locais [...]” (CERTEAU, 1994, p. 47) Nesse sentido, Certeau (1994) fala que as sabedorias milenares sempre pautaram o enfrentamento da uniformização e do controle pretendido pelos poderosos e que logram governar em nome de um conhecimento supremo e falsamente do “interesse comum”.

Certeau (1994) viu nas “arts de faire” destes bravos astutos, elementos para uma verdadeira teoria da contraparte da dominação. São, pois, táticas microsociais, mas ardis que se proliferam no seio das estruturas do sistema, modificando seu movimento, deturpando-o, ressignificando-o, lesando-o. No pensamento certeauniano, o cotidiano do ser ordinário revela-nos seres não passivos: seres

críticos e seres criativos. Basta olhar para ver ali nas redes tecidas por eles mesmos um ser agente.

Certeau (1994, p. 97) adjetiva os “homens comuns”: “[...] poetas de seus negócios, inventores de trilhas nas selvas da racionalidade funcionalista [...]”, que não raro traçam “trajetórias indeterminadas”, e só aparentemente desprovidas de sentido, pois nada tem de coerente com o espaço construído, escrito e pré-fabricado onde se movimentam cotidianamente. São como frases improvisadas, como um repente, sugerindo estar fora do lugar.

Tais microrresistências são, no entendimento de Sousa Filho (2011, p. 132), mobilizadoras de recursos inimagináveis, recursos escondidos em gente simples, ocultos, não raro “[...] bem debaixo do nariz do poder, dando força à massa anônima e a sua subversão silenciosa.” Não que o território não segue sendo precarizado, explorado, subjugado, mas trata-se aqui de assinalar, na vida cotidiana desses Cerradeiros, como também os mais fracos operam seu combate silencioso para virar as regras de um contrato coercitivo. Ribeiro (1995) lembra que “[...] o despertar da consciência sertaneja para sua própria causa não assume, ainda, uma atitude de rebeldia generalizada. Mas alcança já uma postura de inconformismo que contrasta com a resignação tradicional.” (RIBEIRO, 1995, p. 359)

Costa (2003) argumenta que, em todo sistema social hierarquizado, haverá interstícios que permitem o drible, abrindo caminhos para leituras alternativas, podendo imprimir aos símbolos dominantes outros significados. Mesmo não levando a rebeliões e revoluções, sua força permanece velada nos detalhes da vida cotidiana, mais performativa que articulada, tanto quanto mais implícita que consciente. Costa (2003) defende que um espaço social não-capitalista e não-branco, subsiste no Norte de Minas Gerais, permitindo aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, reafirmarem suas autonomias, ainda que em condições subordinadas e descontínua frente à dominação imposta pelo capital.

Vista muitas vezes como banal, os micro-inventos dos Cerradeiros, fruto da engenhosidade, podem ser revolucionárias no seu âmago e âmbito, porque permite superar ranços que outrora se constituíam percalços para essas famílias. São assim, verdadeiras armas sem as quais certamente sucumbiriam. Essas táticas, por mais bem elaboradas e articuladas que sejam, entretanto, esbarram em limites impostos pelos agentes econômicos interessados e mais bem representados nas esferas de

poder, o que demanda sua análise a luz da totalidade dos atores envolvidos nos processos sociais.

Santos (2001) diz que o mundo não é constituído apenas pelo que já existe, mas pelo que pode efetivamente existir. Deste modo, Santos (2001, p. 77-78) sustenta que a globalização é “[...] o resultado de uma ideologia restritiva adrede estabelecida” e “muito menos um produto das idéias atualmente possíveis”. Por isso não devemos confundir “o que já foi realizado com as perspectivas de realização.” E ressalta: “O mundo definido pela literatura oficial do pensamento único é, somente, o conjunto de formas particulares de realização de apenas certo número dessas possibilidades.”

Quando Santos (2001) fala que o que potencialmente existe, mesmo que não concretamente, mas como possibilidade, torna-se parte da realidade, ele fala das possibilidades de superação do estado vigente das coisas como o germe de uma grande mudança. O movimento social factível pode resultar no alvorecer de novos territórios, com a superação dos aparelhos repressores das camadas oprimidas da população. Para Santos (1988, p. 10), a vocação da totalidade social como um conjunto de possibilidades “[...] é deixar de ser potência para tornar-se ato” ou o “presente ainda não realizado” ou em outras palavras, é a sociedade em seu vir-a-ser.

Neste sentido, há comunidades vem se mobilizar para por em marcha outras globalizações que consideram as diversidades sociais, mais solidárias e eminentemente locais, isto é, que tem como protagonistas as camadas populares.

É sabido que viver nos interstícios do Cerrado como resquícios sociais e monitorado em áreas de conservação, é um processo que nem sempre ocorre sem tensão. Na contramão do processo de expansão do capital e da instituição de áreas protegidas, num antagonismo inevitável e resiliência incessante, estão as populações tradicionais.

Isso posto faz-se necessário estimular o reconhecimento, utilização e aprimoramento das formas de manejo dos recursos Naturais pelos Cerradeiros, a exemplo do extrativismo de frutos silvestres, para que sejam sujeitos da sua emancipação, por meio do trabalho no território, da autogestão, do associativismo e do cooperativismo, buscando a satisfação das necessidades humanas, a justiça social, a igualdade de gêneros, a segurança alimentar, a conservação e recuperação do ambiente Natural, fundados em valores culturais e que tenha por base a

igualdade de direitos de todos os sujeitos envolvidos no processo, valorizando o protagonismo dos tradicionais grupos sociais.

4.11 A pecuária: da solta à presa

Com a criação das Unidades de Conservação e do cercamento das terras por empresas capitalistas nas áreas de Cerrado, os agroextrativistas ficaram encurralados em suas terras, para muitos, inviabilizando a pecuária para o comércio. Com isso, o tradicional modelo de criação do gado "de solta" no Cerrado ficou estrangulado, quando essa possibilidade ainda existe[59].

O senhor Caio Jatobá nos relatou, referindo-se a cria do gado a solta:

> [...] isso daí foi desde o tempo, igual desse pessoal mais velho. Igual de primeiro não tinha as manga, ninguém ligava muito pela terra, a terra era devoluta. No causo, então mais era tudo em aberto né. A criação desse pessoal mais velho chegava num lugar desse né, tinha ora que mal fazia um curralzinho ali pra prendê o gado na ora de tira o leite, na ora de as vezes enganga[60] o boi. O resto era tudo solto aí, à-vontade aí, os bicho roda meio mundo, às vezes volta pra comê o sal aí onde era o curral, acostumava a comê o sal. Ota ora ele já ia atrás, prendia ali dava o sal. Às vezes dormia uma noite, no outro dia soltava, mas o bicho era livre, andava à-vontade. Cerca começou dos anos sessenta pra cá quando chego as empresas. O pessoal foram dano mais valor e começara a se acordar né, e viram: quem não tivesse um pedacinho de terra cercado, num ia cria mais nada. Antes aqui, pra nois não tinha quê cria preso não, era quase tudo solta. As criação se misturava, mas ele própria se rabanha. Às vezes mesmo que se mistura, a criação cuidada já conhece o dono e se, às vezes, só de o dono fala com eles, eles já entende e segue o rumo. (PESQUISA DE CAMPO, MAIO DE 2013)

Segundo o senhor Fulozinho Marolo, se no início a empresa Adiflor proibiu solta do gado na área que incorporou, mas que se tratava de território tradicionalmente usado com essa finalidade, num segundo momento, a empresa deu-se conta que a imposição das restrições de uso desses territórios era em vão dada a persistência dos criadores de gado que continuavam a realizar à solta no local. Nesse segundo momento, pedindo em troca apenas a manutenção da cerca, acordo que foi firmado com 15 criadores em uma área de aproximadamente cinco a seis mil hectares, ou seja, nas terras que se estendiam entre o poção da Joaquina, Vereda da Extrema e o Gaio do Saco.

---

[59] Segundo o senhor Fulozinho Marolo, "larga" e "solta" tem diferença. Larga é quando o gado está em suas terras de sua posse e Solta é quanto o gado está em terras que não lhe pertence.

[60] Diz-se do animal preso em gangorra, ou seja, em curral de entrada fácil e saída impossível, para pega de pequenos animais (FERREIRA, 2004).

O terceiro momento que marcou a desterritorialidade desses criadores, mas também de outras famílias que usavam a área para extração de recursos comuns, foi de compra das terras pelo IEF que criou a RDS Veredas do Acari, novamente proibindo à solta, o que mais uma vez não foi respeitado, sendo que a tradição mais uma vez se impôs como necessidade. Desde então as cercas feitas pela empresa Adiflor foram se deteriorando e atualmente a RDS Veredas do Acari não está cercada, facilitando à solta do gado.

Na RDS Veredas do Acari, frequentemente na atualidade se cria o gado na solta. O senhor Dantas do Urucuia, representante do IEF, nos conta que o gado continua solto no interior da RDS Veredas do Acari e que por essa razão, ano de 2012, “provavelmente” iriam cercar RDS Veredas do Acari. Embora em entrevista concedida em julho de 2011, o representante do IEF tenha dito que pretendia em 2012 cercar o PESA e a RDS Veredas do Acari, justamente para evitar a solta do gado, até maio de 2013, por ocasião de nossa segunda pesquisa de campo, o cercamento não havia sido realizado.

O senhor Dantas do Urucuia e o senhor Carijó, na data da última pesquisa de campo (junho de 2014), nos informaram que existem perto de 800 cabeças de gado sendo criados na solta nos 60,9 mil ha da RDS Veredas do Acari, os quais pertencem a 55 criadores, o que contabilizava uma média de 14,5 cabeças por criador, portanto, em sua maioria pequenos criadores. Esses criadores são moradores não apenas de Chapada Gaúcha, mas também do município de Pintópolis e Urucuia, conforme nos informou o senhor Alegrinho do Gaio Seco. Muitos são vaqueiros que pegam na meia para criar, ou seja, cuidam do gado e tem a cria em um ano, ao passo que o dono tem a cria no ano seguinte.

Segundo o senhor Caio Jatobá, nem o Parque Estadual Serra das Araras, nem o RDS Veredas do Acari, nem a propriedade da empresa silvicultora Plantar, estão cercadas e alguns criadores soltam o gado nessas áreas. Deve-se ressaltar que a empresa não proíbe à solta na sua área e que grande parte dos criadores que moram na Serra das Araras coloca gado na área da Plantar, segundo esse entrevistado.

A Plantar tem um encarregado que reside no Distrito de Serra das Araras, mas que não tem proibido a solta do gado nem a coleta de recursos naturais na área. A única exceção se aplica a derrubada de árvores devido às proibições do IEF, especialmente porque a Plantar está em área limítrofe ao Parque.

No Parque Estadual Serra das Araras, a criação do gado na solta praticamente não ocorre, e isso se dá por duas razões: primeiro, é expressamente proibido por ser área de “proteção integral”, onde existe uma fiscalização mais rigorosa, não apenas dentro do PESA, mas inclusive em sua Zona de Amortecimento; segundo, grande parte das terras está em áreas de terrenos acidentados dificultando o acesso do gado.

Quando questionado acerca dos benefícios do PESA para a comunidade de Serra das Araras, o senhor Silvestre Matuto, que além de agroextrativista, faz frete com uma carroça de boi, inversamente falou das desvantagens:

> Eu acho que trouxe bastante foi prejuízo pra sociedade, porque a sociedade aqui vivia e veve de um gado que eles cria aí solto. Agora eles não pode criá por causa do Parque por proibiu de criar. Então a renda que tem aqui é o gado. Tirou o gado acabou a renda. É mesma coisa de matar uma galinha quando ela tá botando, mato a galinha perdeu o ovo, todo dia ela põe um ovo e se mata ela perdeu o ovo. Mesma coisa de tem matado a galinha. Comeu a galinha perdeu o ovo. O meu gado eu tirei tudo da rua [dentro do PESA]. O meu gado eu vendi e comprei uns piquetinho ali pra baixo de eu cria os gado de eu trabaiá. Tem um bucado aí que ainda cria lá dentro. Mas ano passado começou a aparta aí. O meio ambiente [polícia ambiental] veio aí começo a dá umas multa. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

Desta forma, os criadores que outrora criavam o gado “na solta”, a partir da década de 1970, passaram a criar em terrenos cercados, sobrecarregando as pastagens naturais e intensificando o pisoteio do gado, favorecendo a criação das diversas e imensas voçorocas, processo associado ao assoreamento dos rios e Veredas e generalizado em todas as comunidades estudadas.

Por essa razão, o mais comum depois do cercamento das terras, tem sido a criação do gado preso no interior da posse ou solta nas posses daqueles agroextrativistas que ainda não cercaram suas terras.

Atualmente, durante a seca, o gado é criado na “manga”[61], pequeno cercado próximo à casa do agroextrativista, área onde se planta o capim e durante todo o ano fica reservado para essa ocasião. O capim plantado na manga normalmente é o agropolo e a braquiária. A manga é reservada para a seca, porque no período chuvoso, toda propriedade ou posse possui pasto Natural. Outra estratégia para o período de seca é a plantação de cana-de-açúcar para forragem, conforme o senhor Caio Jatobá nos explicou. A pecuária realizada nas posses se caracteriza pelo baixo

[61] “Manga” é uma denominação usada para designar um pequeno espaço com formação de pastagem artificial, dentro da posse do agroextrativista, destinado a alimentar o gado no período de estiagem.

grau ou a ausência total de utilização de medicamentos veterinários, excetuando-se a vacina para a febre aftosa, obrigatória por lei.

O senhor Sucupiro, um dos agroextrativistas entrevistados, nos relatou que usa o buriti na alimentação dos porcos e do gado bovino. Esse último também se alimenta da casca do pequi e do coquinho-azedo.

O senhor Caio Jatobá nos relatou que usa o fruto do pequi para alimentação das galinhas e dos porcos, a casca para alimentação do gado. Fala também que têm muitos outros frutos silvestres que o gado come, e nos explica:

> Têm umas que as veis prejudica e outras que faz o bem. O animal sai no meio do Cerrado aí, tanto ele como e capim como ele sai comendo outras frutas aí que ele encontra dentro do Cerrado. Também têm frutas que cheira muito, que cheira longe, eles pega o faro daquela fruta e vai longe para come ela. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

O senhor Sucupiro observa que, como atualmente está “cercado” de um lado pelo Parque Estadual Serra das Araras e dos outros lados por posses e propriedades cercadas, não existe mais espaço para criar o gado na solta, ou seja, em terras de uso comum. Quando questionado se ainda possui gado, o senhor Sucupiro responde:

> O gado o que tem é poquinho. Tem um dois bois de puxar carroça e três vacas de tirar leite, criada bem dizer presa hoje né, mas também fica na reserva (RDS Veredas do Acari), lá. Não tem mais larga de capim Natural. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

Mesmo sabendo que tem desaparecido gado na RDS Veredas do Acari de outros criadores, como ocorreu com o do seu vizinho, o senhor Sucupiro é obrigado a colocar o gado na área da RDS por falta de alternativas.

Quando questionado de onde advém a renda da família, o senhor Sucupiro responde que vem da aposentadoria e da venda de alguns produtos comercializados esporadicamente, como: produtos da horta, farinha e extrativismo. Em relação a principal renda da família atualmente, o senhor Sucupiro responde que advém da aposentadoria, mas observa que a renda proveniente da pecuária já foi a mais importante. “Se a gente pudesse criar um bando de gado, era o gado né, mas não pode criar um bando, porque não tem um espaço, a terra minha é pequena, aí planta aqui planta acolá. Se a gente pudesse criá, desses três [aposentadoria, agricultura e extrativismo] era o que dava mais lucro, né.”

Consoante com o senhor Caio Jatobá, “Sempre para gente aqui, toda vida, o que mais acode agente na ora da necessidade é o gado né. E o gadinho pra

remediar as precisão da gente.” (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013) O gado bovino constituía-se, assim em reserva de valor fundamental, de fácil liquidez para eventuais crises ou outras necessidades entre as famílias Cerradeiras.

O gado pode ser vendido para o açougue local ou para o boiadeiro. Eventualmente o próprio criador mata e vende a quarta para os vizinhos da comunidade rural ou na cidade direto aos consumidores. Para o criador é mais vantajoso vender para o consumidor final, para o açougueiro e, por último, para o boiadeiro.

Em resumo, podemos afirmar que a característica produtiva da região fundamenta-se, sobretudo na pecuária por diversas razões: a) historicamente a região é produtora de carne; b) havia a possibilidade de cria à solta nos Gerais dispensando a necessidade de imobilizar recursos financeiros na compra de terra; e, c) era um investimento mais seguro que a agricultura devido a possiblidade de um longo período de estiagem. Há de se considerar como fatores favoráveis à pecuária, àqueles que concorriam desfavoravelmente à agricultura, mencionados anteriormente.

Atualmente, se a continuação da pecuária na solta vem sendo dificultada pela privatização das terras e criação das Unidades de Conservação, por seu turno, a pequena produção agrícola destinada ao mercado, ainda que em escala muito reduzida, e para a subsistência, vêm sendo proibida, em parte por esse mesmo processo. Ademais, as proibições colocadas pela legislação ambiental, após a criação das Unidades de Conservação, apresentam-se como entraves.

4.12 Paradoxo entre preservação da Natureza e criminalização das comunidades Cerradeiras

As falas dos entrevistados reproduzidas a seguir, mostra um aspecto interessante: se de um lado, é reconhecida a necessidade de criação das UCs pelas próprias comunidades para a conservação da fauna, flora, recursos hídrico e solo, paradoxalmente, fica evidente nesses mesmos relatos o desconforto criado para a manutenção dessas comunidades desde sua implementação.

Quando questionado sobre seu ponto de vista no que toca a proibição de plantar nas Veredas, o senhor Adriano Cachimbo, representante da CoopSertão, respondeu expressando seu paradoxo:

> São duas situação, uma delas melhorou o equilíbrio da preservação. Para de desmata o brejo, de drena o brejo. Então isso equilibrô, controlô bastante. Só que às vezes fica restrito a proteção. E da onde que tira o sustento com mais tranquilidade, que da uma produção segura, que é na beira da Vereda. Não tem tecnologia, não tem recurso, nem apoio a alguns fundos para se beneficiar, então acaba que tem esses entrave. Você não pode mexer na Vereda, também não tem as assistência necessária para desenvolver a produção fora da Vereda. Mas pro pessoal que cria os animal, reduz a água, reduz a quantidade de criação, fica mais isolado, não pode desmatá. Mas deu outras oportunidade, de aproveitar os fruto que não tinha valor, de conviver com a Natureza, mas as políticas tinha que ser mais fortalecida. Eles têm o dinheiro pra comprá o avião, pra contratar bons profissionais, o helicóptero, mas não tem recurso pra investir na comunidade. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

Em outro momento da entrevista, o senhor Adriano Cachimbo, mais uma vez deixa transparecer esse paradoxo:

> Em parte as Unidades de Conservação é importante, mas em parte tem restrições. Na medida que ela é importante diminui vário tipos de agressões, por exemplo, então diminuiu os fogo descontrolado, queimá Vereda, a questão da caça de animal silvestre, a venda de passarinho, enfim vários fatores que se não tivesse criado estas Unidades de Conservação a gente tava numa região muito explorada e muito desequilibrada. Ainda acontece, mas...Do outro lado, é qui...as obrigações acabam restringindo muito. Tem limite de assusta o povo. Enfim, beneficia os dois lados né. Atende a comunidade, melhora a ação da comunidade, como convivê do lado de uma Unidade de Conservação, mas por outro lado favorece mais a questão do ambiente. (PESQUISA DE CAMPO, MAIO DE 2014)

Na fala do senhor Adriano Cachimbo, fica claro que as oportunidades que chegaram com as UCs não compensaram a contento as restrições que elas criaram. No caso da narrativa da senhora Neguinha Caliandra, esse paradoxo ora fica explícito, ora subentendido quando ela fala:

> [...] Não eu também não sou muito contra eles não. Eu achei que pela lei, algumas coisa foi até melhor. Melhorou assim porque, se tiver de fazê um desmato, ele não faz. Só tem uma coisa que é ruim, porque a gente tem uma criaçãozinha pouco, eles não aceita fogo, né. [...] Algumas coisa fica um poco pesado pra gente, mais umas coisa se não tivesse esse Parque. Porque eu sou muito contra esses negócio de desmatação, essas coisa, né. [...] (PESQUISA DE CAMPO, JULHO DE 2011)

O senhor Joãozito Matraca, uma das pessoas que questionam a criação do PESA e da RDS Veredas do Acari sobre os territórios tradicionais das comunidades Cerradeiras locais, também vê com bons olhos a conservação da Natureza que

antes da criação dessas Unidades de Conservação, vinham se depauperando, mas não deixa de dar ênfase aos pontos negativos do processo:

> [...] A única vantagem que teve foi que preservo a Natureza porque pra trás tinha essas firma que desmatou e deu varia erosão. A única parte foi a parte do meio ambiente, que é as vertente, os córregos [...] e como eu sempre gostei de preservar os côrgo, a Natureza... Nesta parte aí eu concordo com ele [IEF] porque hoje as águas que tava acabando tá conservando. A única coisa boa foi essa parte, mas o resto nois não tivemo vantagem porque hoje nois somos proibido de tirar inté uma lenha, eles travô tudo aqui. Cê vai colocá uma roça... Se o cara tiver a terra ele ponha aí, se num tem... Nois somo rodiado desse IEF, por esse Parque. [...]. Aí nois não temo direito a nada. Eu fui o maior compradô de piqui que teve nessa região, mas o dono da terra ele vai preservá, porém aí veio as lei. Hoje ele não aceita tirar em riba, aí eu parei de comprar. Eu gosto de preservá, mas aí dificultô. Às vezes ainda vem um caminhão de Brasília que vem compra o que pega no chão. Às vezes ainda tem alguém que pega em riba, porém é contra a lei. [...]. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

A fala da senhora Rose Barueiza, agroextrativista da comunidade Pequi é ilustrativa do paradoxo que vivem esses agroextrativistas quando fala da madeira que tirou do Cerrado para construir sua casa em 2012, observa:

> [...] Aliás eu concordo com eles pra tudo, só um lado assim, às vezes tirar uma madeira eu acho que eles podia ter a colaboração. Se você fô lá na Serra [das Araras] pra compra uma madeira e pagá uma caminhão para puxá uma madeira, fica horroroso. Então se a gente, nem na terra da gente pode...[...]. A gente tirou essa daqui foi escondido. Mas nois recebeu um aviso pra parar que eles tava passando por aí. Isso aí eu sou a favô deles, pra num mata a Natureza. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2014)

Também o senhor Anatalino Cabeça, agroextrativista, mobilizador da CoopSertão, identificou esse paradoxo presente entre os agroextrativistas que ele oferece assistência técnica. Quando questionado sobre como os produtores têm se manifestado em relação ao maior rigor das normas ambientais com a criação das Unidades de Conservação, relata:

> Muitas reclamações, muitas famílias reclamam e muitas são a favor também. Tá bem diferenciada, digamos que tá dividida, 50% pra cada lado. Muitos reclamam pelo fato de não poder até estender sua área de trabalho, não tem uma outra geração de renda. Muitos criadores também reclamam de não poder queimar pra rebrota do capim. Eu percebi bastante reclamação. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

Na fala do Pai Velho, as empresas silvicultoras não trouxeram vantagens para as comunidades locais. Em suas palavras:

> O Parque proibiu muito o povo aqui pegá fruta, mas na parte de caça, essas coisa a gente acha até bom. Naquelas época, ante da Adiflor chegá, se via manada de veado do campo, mas quando chegou esses desmato... Hoje é difícil de cê vê. O povo ainda faz, mas diminuiu muito e só assim rendeu a Natureza. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

O senhor Pai Velho nos conta que quando foi feito a proposta da criação do PESA, o povo acreditava que poderia ser bom. Explica que a sua implementação teve o apoio da Prefeitura. “[...] eu não achei que foi bom não, porque fica muito preso [...] aqui [no Distrito de Serra das Araras] você não pode fazer nada. Os povo é muito corrigido.” (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013) Embora o senhor Pai Velho seja contra as proibições, destacando o fato de não poder produzir e colher frutos, ele aponta que o ponto positivo da criação do Parque foi as proibições da caça de veados, araras e papagaios. Observa-se, assim, nas duas passagens da fala do senhor Pai Velho, uma perspectiva igualmente paradoxal.

A pesquisa de campo nos permitiu identificar entre os agroextrativistas um paradoxo relacionado à criação das Unidades de Conservação que se revela muito claro na fala de alguns entrevistados. Assim, os agroextrativistas consideram bom o maior rigor da legislação ambiental, especialmente em função da produção de carvão com madeira nativa e plantada que vinha se generalizando na região e da expansão da silvicultura. Isso porque, essas atividades vinham causando a morte e afastamento dos animais silvestres, assoreando os rios e veredas e reduzindo a disponibilidade de água e causando aparecimento de grandes voçorocas.

Por outro lado, os entrevistados deram ênfase ao fato de a criação das UCs, ter criado um contexto de proibições que foram maléficas, especialmente devido à redução da área de uso comum, onde costumeiramente se criava o gado na solta e atualmente está proibido[62]; a proibição da produção de alimentos nas Veredas, especialmente entre aqueles moradores das Zonas de Amortecimento ou que estão em área considerada dentro do PESA; a retirada de parte do buriti; o corte de madeira de lei; o uso da lenha para cozinhar e a prática da coivara.

Em síntese, as mesmas famílias que questionam o rigor do IEF, e que reconhecem o lado positivo na criação das Unidades de Conservação, porque “tava acabando tudo”, defende que “não precisava proibi de tudo”.

O que se concluiu da manifestação desse pensamento paradoxal por parte de diversos entrevistados, é que a criação das UCs foi positiva sob um ângulo, mas precarizou e comprometeu a manutenção do modus vivendi dos Cerradeiros, em especial sua segurança alimentar e nutricional, o que demonstra que os membros

[62] O PESA, em função do relevo demasiadamente movimentado, possui pouca área de uso comum para a cria do gado na solta, assim não houve muitos questionamentos por parte dos entrevistados em relação às proibições de solta nessa área.

das comunidades possuíam uma percepção clara dos problemas de ordem ambiental.

Todavia, deve ser ressalvado que esses problemas ambientais não têm como causa a prática da agricultura de Vereda por essas comunidades. Assim sendo, defendemos a necessidade da legislação ambiental tratar a agricultura praticada nesses moldes, de forma diferenciada, não devendo dar o mesmo tratamento dado as atividades empresariais relacionadas ao agronegócio.

Também foi constatado na pesquisa, por meio de entrevistas e diversas conversas informais, que a caça realizada para o suprimento de fonte de proteínas, o que era conciliado ao lazer, como parte das práticas culturais tradicionais dessas comunidades, não teria afetado a população de animais de forma a causar desequilíbrio ambiental, visto que a caça é prática centenária na região. Afora o aprisionamento de Arara-Canindé (Ara ararauna), Arara-Vermelha (Ara choloroptera), Papagaio-Galego (Amazona xanthops) e Papagaios-Verdadeiro (Amazona aestiva) realizados por alguns membros das comunidades, bem como da produção de carvão, produzindo inclusive por pequenos produtores, que necessitavam serem tratadas com rigor, as demais práticas não causavam impactos significativos.

Não podemos perder de vista que, o pão que alimenta a cada dia os habitantes da cidade, causa impacto ao ambiente natural, o leite que alimenta as crianças dos centros urbanos, causam impactos ambientais, a carne que chega a mesa do cidadão urbano, causa algum tipo de alteração ou impacto ambiental, assim a criminalização das comunidades que vivem dentro da UCs ou em suas Zonas de Amortecimento, sob a alegação de que suas práticas causam impactos ambientais, precisam ser revistas. Não que um erro justifique o outro, mas porque o primeiro é muito mais danoso. Não que o ambientalista também não faça contundentes críticas ao processo produtivo que o alimenta, mas ele necessita se alimentar e alimentar sua família, assim continuam consumindo produtos de origem questionável. Isso porque, assim como precisam se alimentar os gestores das políticas ambientais e ambientalistas, as famílias das comunidades inseridas nesse contexto, também necessitam suprir suas necessidades vitais.

Compreendemos que a escolha dos locais de alta biodiversidade para criação de áreas protegidas deve ter como preceito a sociobiodiversidade e não apenas os critérios biológicos, priorizando-se a seleção daquelas áreas resultantes de uma

interação entre as populações tradicionais e os ecossistemas com alta biodiversidade, contribuindo assim para a superação da desmistificação das matas virgens. Isso se torna importante, especialmente porque essas comunidades não possuem uma visão dualista, “uma linha divisória rígida entre o ‘natural’ e o ‘social’, ao contrário um continuum [...]” (DIEGUES; ARRUDA, 2001, p. 81). Guha (2000) enfatiza que um número cada vez maior de biólogos tem alertado para os perigos de não se considerar as comunidades que vivem próximas ou dentro das áreas protegidas, sob pena de colocarem em xeque o sucesso dessa política ambiental.

Por seu turno, com o regime de propriedade privada forjado, após a chegada dos gaúchos e das empresas silvicultoras, pós-1970, e com o regime de propriedade estatal com a criação das UCs após-1990, o uso das terras e dos recursos da terra, se fez estreitamente subordinado à lógica desses novos agentes.

Não obstante, na área de estudo foi identificado a perda do poder das comunidades Cerradeiras sobre os territórios tradicionalmente ocupados. Isso porque, o regime de propriedade privada forjado com a expansão do capital no campo, se revelou ainda mais excludente que aqueles decorrentes das sesmarias ou griladas pré-1970, tanto para o uso da terra, como dos recursos naturais.

Entretanto, o regime de propriedade estatal, mostrou-se mais rígido que o regime de propriedade privada, isso porque, tanto a empresa Adiflor, após cessar suas atividades, foi conivente com a solta do gado pelas comunidades tradicionais em suas áreas, ainda que devido à persistência dos criadores em continuar soltando o gado. Por sua vez, a empresa Plantar que ainda possui terras próximas as comunidades estudadas, permite a solta do gado e a realização de outras atividades em sua área, tais como: a retirada de madeira, a extração de lenha, partes do buriti, caça, além da coleta de frutos nativos, proibindo apenas o uso da terra para a prática da agricultura e do corte de madeira de lei.

O senhor Di relata que após a criação do Parque, o rigor de uso nas terras da Plantar aumentou e nos conta que, quando as terras pertenciam a Plantar “No tempo de Lindolfo [encarregado de cuidar das terras], tinha uns brejão aqui e eu plantava arroz, plantava feijão, plantava milho. Naqueles tempo não tinha o aperto que tem. [...]”

Por sua vez, no PESA e na RDS Veredas do Acari, áreas as quais estão sob a ingerência do Estado e regida pela Lei 9.985/2000, contraditoriamente não é permitido estabelecer morada e a realização de atividades fundamentais para sua

existência. Sem embargo, na prática o que se verifica é a permissão apenas para o extrativismo de frutos e outros produtos que não causa impactos ambientais significativos.

Não se trata apenas do acesso e uso dos recursos naturais, mas também do direito à propriedade da terra como meio de subsistência. Se, por um lado, não basta o acesso à terra sem a cobertura vegetal, não é suficiente o acesso apenas aos recursos naturais, num regime que não permita o uso da terra como direito assegurado.

4.13 Menores restrições para a coleta de frutos nativos

Assim, outro aspecto que nos parece importante frisar refere-se às menores restrições impostas pelo IEF ao extrativismo de plantas medicinais, resíduos vegetais e de frutos nativos, isso porque, essas formas de extrativismo não são potenciais causadoras de impactos ambientais significativos. Dentre essas atividades, a mais importante geradora de renda entre as comunidades estudadas é o extrativismo de frutos nativos do cerrado.

Nesse aspecto reside um argumento importante que acreditamos sustentar a tese defendida na presente pesquisa, qual seja: a viabilidade do uso sustentável do potencial do território cerradeiro, em especial dentro das Unidades de Conservação, tendo o extrativismo de frutos nativos do Cerrado para o autoconsumo e comercialização como uma das táticas[63] de reprodução sociocultural, ainda que, como atividade complementar à renda.

Isso porque, as restrições colocadas por parte do IEF, à prática do extrativismo de frutos nativos, tanto na RDS Veredas do Acari, como no PESA[64], não

[63] *Tática* é usada aqui com a acepção atribuída por Certeau (1994, p. 41) que a define como, o cálculo das "[...] operações quase microbianas que proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram o seu funcionamento." No pensamento de Certeau, o saber popular engendra maneiras de utilizar o sistema e suas ordens dogmáticas, como forma de resistências ou ao menos "manobras" de enfrentamento entre forças desequilibradas.

[64] Conforme já foi mencionado em linhas precedentes, o parágrafo VI e inciso IX do Art. 2º da Lei Nº 9.985/2000 define que os Parques são de "proteção integral", e a manutenção dos ecossistemas deve estar "livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo apenas o uso indireto dos seus atributos naturais.", permitindo apenas o "uso indireto", ou seja, "aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos Naturais." Ademais, o Decreto nº 21.724/1981 que regulamenta o PESA estabelece no Art. 12 que não serão permitidos "I - qualquer forma de

são tão rigorosas, demonstrando que seus dirigentes entendem que essa atividade não se apresenta nociva ao ambiente natural, podendo conciliar a manutenção da cultura Cerradeira e da Natureza local. Esse aspecto ficou evidenciado em diversas passagens da fala do senhor Dantas do Urucuia, representante do IEF, durante a entrevista. Em sua fala, o entrevistado ressalta que embora proíba “a criação de gado solto” porque “isso inclusive tá gerando alguns problemas ambientais”, por outro lado, o IEF tem “incentivado bastante o pessoal a tá desenvolvendo trabalho de coleta” de frutos nativos. (PESQUISA DE CAMPO, JULHO DE 2011) O senhor Dantas do Urucuia lembra que as RDS “Permite o manejo inclusive de extração de fruto do Cerrado e a permanência de comunidades tradicionais [...]” (PESQUISA DE CAMPO, JULHO DE 2011)

Ainda de acordo com senhor Dantas do Urucuia:

> É um potencial muito grande que eles têm, muito, todo ano eles já têm um bom incentivo, todo ano eles têm, uma coleta muito grande de pequi, cajuzinho..., né. O buriti, eles têm bastante, eles têm coletado bastante dentro da Reserva que é uns 60 mil hectares. Lá também eles coletam bastante o pequi, principalmente a favela que é bastante, é muito rica, essa área é muito rica em favela, cajuzinho, né. [...] A gente incentiva o pessoal porque é uma área que tem muito frutos do Cerrado, tem a cagaita, tem o pequi, o cajuzinho [do-cerrado] também, através da Cooperativa Sertão Veredas [CoopSertão], lá da Chapada Gaúcha. Ela tem incentivado bastante principalmente essa região do Morro do Fogo dentro do Parque Estadual Serra das Araras, que é uma área que não foi regularizada, entendeu? (PESQUISA DE CAMPO, JULHO DE 2011)

Assim, o extrativismo de frutos nativos é uma das poucas atividades permitidas nas UCs, visto que essa é uma atividade considerada pelo IEF como causadora de baixo impacto ambiental, assim não oferecendo riscos potenciais ao ecossistema local. Entretanto, para a coleta de frutos nativos das UCs, é necessário solicitar autorização do representante do IEF, o qual pede que os agroextrativistas o façam considerando a forma adequada de manejo para não danificar as árvores.

No caso do pequi e do buriti, somente é permitida a coleta de frutos caídos no chão e no caso da favela, cuja coleta necessita ser feita antes que o fruto amadureça e caia, é solicitado que os agroextrativistas não quebrem o galho durante a coleta. Em todos os casos pede-se que os agroextrativistas não coletem todos os frutos, deixando parte da produção para os animais silvestres. Entretanto, é comum

---

exploração das riquezas e dos recursos Naturais; [...] III - a coleta de frutos, sementes, raízes, cascas e folhas; IV - o corte de árvores, arbustos e demais formas de vegetação; [...]”.

o acesso às UCs para coleta de frutos e outros recursos, ainda que sem a permissão do IEF.

De acordo com senhor Dantas do Urucuia:

> A gente tem orientado, tem fiscalizado, tem acompanhado, entendeu? Porque há certas situações que você tem que estar acompanhando, apesar de que é meio complicado porque às vezes o individuo chega lá e invés dele tirar só o fruto, ele pega e corta a galha, ou então você tem que tá acompanhando sempre se não complica, né. Nos fazemos conscientização ambiental constantemente. [...] (PESQUISA DE CAMPO, JULHO DE 2011)

A família do senhor Zefulô Buritizeiro, que realiza o extrativismo da favela há cinco anos nos arrabaldes da comunidade de São Félix e no interior da RDS Veredas do Acari, contou que “Todo ano panha, é pouco, né, mas panha.” Quando questionado onde é feita a coleta, o senhor Zefulô Buritizeiro responde que o IEF, libera a coleta na área da RDS do Acari, mas solicita cuidado para não se quebrar ou cortar os galhos. “Pode panhá, esse é liberado, o IEF mesmo libera, né. Num tem proibimento, só não pode estragá o pé, cortá gaia, num pode quebrá, né.” (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

Segundo o senhor Lundu Curraleiro, na comunidade Barro Vermelho,

> Pra conseguir uma coisa do Parque, tem que ser bem conversado. Tem que se com ordem mesmo, se não for eles preferi deixar acaba lá do quê deixa pegá. Mesmo para o pequi e o buriti. Além disso, eles têm os zelador do Parque, têm os monitor que monitore tudinho. Só entra pra pegar com autorização e com os coordenador que fica lá na sede deles. [...] (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

A fala do senhor Lundu Curraleiro, deixa claro que apesar da maior flexibilidade para o extrativismo de frutos nativos, o controle do IEF sobre o acesso às UCs é feito de modo a assegurar o exercício do poder do Estado sobre esses territórios, assim cada família que pretende adentrar ao Parque para coletar frutos, deve pedir autorização.

A relação da cooperativa com a gerencia da Unidade de Conservação é vista pelo senhor João Catador como “boa” e tem se constituído na prática como parceira do extrativismo. Ele corrobora que nunca houve problema de proibição da gerencia de UCs para a coleta de frutos nativos, o que existe são apenas normas que necessitam ser observadas em relação à coleta. O senhor Joãnico Pequizeiro, técnico da CoopSertão, lembra que fazendo contato com a gestão do PESA é autorizado o extrativismo desde que seja feita o manejo sustentável.

Apesar de no PESA, a rigor, a coleta extrativista ser expressamente proibida, na prática ela vem sendo permitida. Acreditamos que essa flexibilidade por parte do

IEF, considera a tradição das comunidades que habitam há muitas décadas a área que virou Parque e Zona de Amortecimento, pois o extrativismo de frutos silvestre é uma prática que essas famílias sempre realizaram, seja para comercialização em pequena escala em feiras locais, como para o autoconsumo e mais recentemente, para entregar na CoopSertão e para atravessadores. Por outro lado, devemos considerar que, como foi colocado, o extrativismo ocorre mesmo sem a permissão do IEF, demonstrando que a realidade se impõe, furtando-se das legislações vigentes[65].

Compreendemos que não basta autorizar a coleta de frutos nativos, é necessário potencializar essa atividade como geradora de renda para compensar as restrições que outrora se constituíam em fonte geradora de renda e que causavam impactos ambientais como a produção de carvão.

4.14 As territorialidades sobrepostas como uma face do território

Embora não possa haver territórios sobrepostos em razão do antagonismo de interesses que permeiam as relações sociais, na atualidade continua havendo multiterritorialidade, como uma das faces do território. A multiterritorialidade ou territorialidade sobreposta ocorre na área de estudo com o uso comum dos recursos naturais realizado pelas famílias das comunidades Cerradeiras agroextrativistas que, por força da tradição dos tempos em que as terras e os recursos eram comuns, continuam adentrando em terras de grandes e pequenos proprietários privados, empresas privadas, posseiros, mas que atualmente se realizam também sobre as Unidades de Conservação. As famílias agroextrativistas continuam adentrando esses espaços para coletar frutos silvestres, plantas medicinais, lenhas, madeiras, partes da palmeira buriti, resíduos vegetais de todo tipo para o fabrico de artesanato e utensílios domésticos, caçar, pescar, soltar o gado etc.

Todavia, o extrativismo deve ser realizado mediante a autorização do Instituto Estadual de Floresta de Minas Gerais (IEF-MG), embora nem sempre isso seja feito. Por isso mesmo, o uso comum dos recursos naturais estende sua territorialidade

[65] O Seu Pico dos Buracos, lembra que em outras unidades de conservação que integram o Mosaico Grande Sertão-Peruaçú, também não há impedimentos, como na APA de Pandeiros.

inclusive para dentro do Parque Estadual Serra das Araras, mesmo essa se tratando de uma UCs de “proteção integral”, por isso são realizadas a revelia das regras estabelecidas pelo IEF. Apesar disso, no PESA e na RDS Veredas do Acari, por se tratar de terras públicas, o uso comum dos recursos naturais é mais comumente feito sob a autorização do representante do IEF.

Embora no caso específico das Unidades de Conservação, as proibições não incidam sobre o extrativismo de frutos nativos, ervas medicinais e resíduos vegetais, mas, sobretudo, em relação à solta do gado; ao plantio nos brejos das Veredas; assim como a extração de madeira DE LEI e parte do buritizeiro; a coleta de lenha e a caça de animais silvestres. Devemos lembrar que a essas proibições não se diferenciam, mesmo em relação à RDS Veredas do Acari, ainda que em tese, essa Unidade de Conservação devesse permitir o uso sustentável dos recursos Naturais. Nessas áreas, a solidariedade e regras socialmente construídas, geralmente dão lugar ao rigor da legislação ambiental.

Heidrich (2009, p. 286) fala que “[...] O tempo presente é de sobreposição de territorialidades, de coexistências e de conflitos.” Heidrich (2005) sustenta que o território que se estrutura como espaço de domínio e controle social, pressupõe o desenvolvimento de relações sociais que o constroem como tal. Nessa perspectiva, o território é antes uma relação de apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação, separação, não obstante, como coloca o autor, ainda que apenas parte destas características esteja presentes, podemos considerar a ocorrência do princípio da territorialidade.

Nas comunidades estudadas os pequenos, médios ou grandes proprietários de terras ou posseiros não impedem o acesso dos membros das comunidades circunvizinhas em sua terra para realizarem a coleta dos recursos naturais, desde que basicamente não quebrem os galhos das árvores, o que afeta sua produtividade na próxima safra. Essa solidariedade construída historicamente é mais um elemento da instituição social daquelas comunidades a favor da tese de viabilidade do extrativismo de frutos nativos do cerrado como tática de reprodução sociocultural.

É interessante notar que as territorialidades sobrepostas não deixam de existir mesmo nos casos em que o proprietário das terras ou posseiros exploram comercialmente os recursos naturais.

Apesar da corrida para o cercamento das terras pelos posseiros durante o processo expansão do agronegócio e da criação das UCs, muitas famílias

Cerradeiras, mesmo tendo suas terras reconhecidas e demarcadas, não realizaram o cercamento, excetuando àquela destinada a algum roçado, geralmente o arroz, o feijão, a mandioca e o milho para subsistência, evitando assim o acesso do gado e do cavalo. Essas áreas não são destinadas ao uso comum, ao menos enquanto estão sendo usadas por alguma família para o cultivo de gêneros alimentícios.

Apesar disso, atualmente nas comunidades Cerradeiras, os limites das terras de cada família são conhecidos por todos, sendo que em pesquisa de campo não foi constatado a existência de conflito entre famílias Cerradeiras pela disputa por terras ou qualquer outro recurso natural, mas ao contrário, a solidariedade, especialmente no que toca a permissão para a realização do extrativismo, como em relação aos cuidados com o gado dos vizinhos que estão à solta em área de uso comum.

Segundo o senhor Anatalino Cabeça, “Muitos até consegue combina certinho de entra tranquilamente na propriedade e poder explorar e muitos entram sem falar e acabam coletando e não tem discussão, não tem briga. [...]”. O mesmo se verifica em relação à coleta do buriti, conforme a resposta do senhor Zefulô Buritizeiro, quando questionado sobre em que área é feita a coleta: “[...] pode qualquê um saí, onde encontra ele panhô seu buriti trouxe, um panha, vai outro panha, num tem nadas a vê não. Até o momento nunca teve, graças a Deus. Quem podia muitas vez proibi é as firmas, né.” (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

Quando perguntei ao senhor Quiméro do Gaio Molhado, agroextrativista da comunidade de Buraquinho, se cada um pegava o buriti apenas dentro da sua própria área, eis o que ele respondeu: “Não, o pessoal aqui pega aonde tivé, não tem essa assim de não, não pode pegar na área de fulano porque ele não vai deixá, por enquanto tá assim, só depois que vê que tá tendo saída, mais eu acho que ainda não vai tê isso não.” (PESQUISA DE CAMPO, JULHO DE 2011)

De acordo com o senhor Sucupiro, quando uma família não está praticando o extrativismo dos frutos nativos, basta pedir permissão que ela permitirá a entrada em suas terras para quem deseja explorar.

Entre os agentes em tela, entre os quais é comum a relação de parentesco e compadrio, comumente o uso dos recursos naturais se faz sem a solicitação de autorização, o que também ocorre na área das empresas privadas e grandes fazendas, cujos proprietários estão ausentes. O senhor Filó Jacarandá também declarou que, mesmo a TMG, não nega o acesso a sua área para o extrativismo de frutos do Cerrado.

A exploração comercial de frutos silvestres do Cerrado realizada por alguns agroextrativistas em um espaço onde não se exerce qualquer poder de controle, ocorre por diversas razões: por não possuírem terras; por não possuírem determinados frutos em suas terras; porque o proprietário ou posseiro das terras não pretende explorar um determinado recurso; ou ainda, porque não realizam o extrativismo em função da idade avançada. Não obstante, sobressaem a solidariedades entre parentes e compadres.

Nos dias atuais, as multiterritorialidades Cerradeiras persistem como modus vivendi, especialmente para a coleta de frutos nativos e outros recursos naturais que continuam sendo coletados não só na própria área do agroextrativista, como em posses e territórios alheios, tanto nas UCs, como em empresas privadas, mesmo estando essas terras cercadas.

Almeida (2004) assinala que os modelos tradicionais de uso dos recursos básicos não são exercidos livre e individualmente por um determinado grupo ou por um de seus membros, mas por intermédios de normas que permitem a combinação do uso comum de recursos e apropriação privada de bens, que são acatadas, de maneira consensual pelos pares em unidade societal. “A atualização destas normas ocorre, assim, em territórios próprios, cujas delimitações são socialmente reconhecidas, inclusive pelos circundantes.” (ALMEIDA, 2004, p. 10)

Não obstante, os Gerais estejam cada vez mais tomados por empresas capitalistas e UCs, continuam sendo vistos pelas comunidades tradicionais Cerradeiras do município de Chapada Gaúcha, como imensos espaços que constitui os quintais e pomares de acesso “livre”, regidos em parte pelas tradições das próprias comunidades que foram desenvolvidas e aperfeiçoadas ao longo de sua história para manter o equilíbrio dos seus ecossistemas.

Assim, apesar do avanço do agronegócio e da criação de Unidades de Conservação sobre as áreas de uso comum pelas famílias das comunidades Cerradeiras estudadas, a concepção de uso comum dos recursos naturais não foi completamente esvaecida, o que se constitui em legado dos tempos em que o território era compartilhado entre diversas famílias.

O mais comum em rincões do Cerrado é as populações tradicionais Cerradeiras continuar usando o espaço para criação do gado à solta, para a caça ou para o extrativismo, manifestando suas territorialidades, mas em condições dadas pelos detentores do poder. Desse modo, o território dos tradicionais deixa de sê-lo

no sentido lato do conceito, pois o exercício do poder está subordinado, na maioria das vezes, à vontade alheia.

Nesses casos, ainda muito recorrente no Cerrado, as comunidades foram apenas destituídas do poder que exerciam sobre seu território, mas não foram desterritorializadas fisicamente, porque continuam fazendo uso dos recursos naturais. Via de regra, nesses casos, o uso dos recursos naturais passou a ser regulado por leis ambientais ou regras estabelecidas unilateralmente por empresas privadas, em todo caso, definidas fora das comunidades, impondo claros limites à manutenção dos modos de vida tradicionais. Isso será possível porquanto o processo de territorialização das empresas não tenha aniquilado por completo os recursos naturais, o que comumente acontece quando da valorização das terras para o cultivo de algum produto comercializável em grande escala.

No caso dos agroextrativistas Cerradeiros, é possível haver territorialidade sem territorialização ou, em outros termos, pode existir a manifestação do modo de vida desses Cerradeiros em territórios alheios. Esse regime de uso da terra transcende o sentido jurídico clássico do estatuto de propriedade privada, pois as terras comuns incorporam um sentido mais flexível conformado pelo modo de vida Cerradeiro. Entretanto, importa advertir que o uso comum nas comunidades estudadas, é exclusivamente dos recursos naturais e não do uso da terra, que são particulares ou de áreas protegidas.

Com o processo de territorialização do capital, o território das populações tradicionais, somente não irá se esfacelar, enquanto o hegemonizador não ver ameaça ou, ao contrário, ver funcionalidade na territorialidade dos hegemonizados ou nos casos em que ocorre a intervenção do Estado como ocorreu com a comunidade de São Félix e Morro do Fogo, onde ainda existe o uso comum dos recursos naturais e a solta do gado, portanto onde existe multiterritorialidade entre grupos antagônicos.

Num processo que encerra disputa territorial, o poder sobre o controle do território poderá ser exercido por atores distintos, mesmo que não haja assimetria entre os agentes sociais. Para que isso ocorra é necessário que o uso dos recursos naturais em propriedades privadas seja regulado pelo Estado, nesse caso, pois o arcabouço legal reservaria limites para o exercício do poder ao seu proprietário.

Constituem exemplo os casos em que a legislação prevê uso restrito para que não haja a espoliação privada de um ou mais recursos naturais. Nesses casos, além

do detentor do título da terra exercer poder, o Estado torna-se forte regulador ao transferir o Direito de Uso dos Recursos Naturais para outros indivíduos, dando a ele algum tipo de poder ao reconhecer a necessidade de conservação da Natureza ou o direito sobre os territórios tradicionalmente ocupados por certos grupos sociais. Como exemplo, podemos citar:

a) o caso do coco babaçu no Estado do Maranhão e Tocantins, em que o proprietário, por força da Lei conhecida como "Lei do babaçu livre" Lei Municipal nº 007/ 1997[66], não é dono do recurso, uma vez que está previsto em lei que o coco babaçu é propriedade coletiva. A Lei também determina expressamente restrições à derrubada ou à queimada de babaçuais. O Art. 196 da Constituição maranhense de 1990 estabelece que as "terras públicas e devolutas do Estado assegurar-se-á a exploração dos babaçuais em regime de economia familiar e comunitária."; [67]

b) entre as comunidades de "fundos de pastos", no Estado da Bahia, desde 2005 são reivindicadas as "Leis do Licuri Livre". A primeira lei foi aprovada no município de Antonio Gonçalves (BA), a Lei n° 04 de 2005, que se constitui em um dispositivo legal análogo ao das mulheres "quebradeiras de coco babaçu" e busca proteger os ouricuzeiros, árvore do uricuri (também conhecido por licuri, aricuri ou nicuri) e garante o livre acesso e o uso comum por meio de cancelas, porteiras e passadores aos catadores do licuri e suas famílias, "que os exploram em regime de economia familiar e comunitária" (ALMEIDA, 2008, p. 37);

Almeida (2004, p. 12) salienta que, no contexto da diversidade de formas de reconhecimento jurídico das apropriações que têm como dado as "terras tradicionalmente ocupadas", o uso comum aparece combinado com a propriedade, bem como com a posse da terra, de forma perene ou temporária.

Almeida (2004) lembra que as "terras tradicionalmente ocupadas" foram instituídas no texto constitucional de 1988 e reafirmadas nos dispositivos infraconstitucionais, como em algumas constituições estaduais, diversas legislações

---

[66] Lei Municipal nº 007/ 1997 a qual determina que "dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu no município de Lago do Junco no Estado do Maranhão e dá outras providências."

[67] "Art. 196. Os babaçuais serão utilizados na forma da lei, dentro de condições que assegurem a sua preservação natural e do meio ambiente, e como fonte de renda do trabalhador rural. Parágrafo único. Nas terras públicas e devolutas do Estado assegurar-se-á a exploração dos babaçuais em regime de economia familiar e comunitária." (MARANHÃO, 1990) Existe ainda o Projeto de Lei 231/2007 apresentado pelo filho da quebradeira de coco, Domingos Dutra (PT/MA) aguardando análise da Câmara dos Deputados, mas já aprovado por unanimidade pela Comissão de Meio Ambiente da Câmara. Essa PL proíbe a derrubada de palmeiras de babaçu nos Estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará, Goiás e Mato Grosso. (BRASIL, 2013)

municipais e convênios internacionais. Não obstante, ressalta que a aplicação desses dispositivos para o reconhecimento jurídico-formal destas terras esbarra nos interesses de grupos dominantes que não querem dar visibilidade social as populações tradicionais que possam desencadear transformações na estrutura agrária.

Nesses casos, em tese, os territórios se sobrepõem, porque coexistem entre agentes com interesses que geralmente são antagônicos. A ressalva que deve ser feita chama a atenção para o fato de que além destas legislações se constituírem como exceção à regra, contemplado apenas um fruto nativo, exclui o direito ao acesso aos demais recursos naturais e não da direito ao uso da terra. Ademais, na prática, nem sempre há obediência à letra da lei pelos proprietários privados.

Neste particular, apesar dos limites, compreendemos que as UCs, constituir-se-iam espaços privilegiados para assegurar aos agroextrativistas o direito ao acesso aos recursos naturais no sentido latu, ao passo que outras políticas de cunho distributivo, deveriam garantir o acesso à terra. Defendemos que as multiterritorialidades poderiam se consubstanciar em projetos que permitissem o uso dos recursos naturais uteis às comunidades locais para o autoconsumo e no caso dos frutos do Cerrado, que atualmente encontram demanda no mercado, a colocação de parte da produção no mercado. Isso compensaria parcialmente as proibições de prática da agricultura, da solta do gado, o extrativismo de madeira e de práticas predatórias como o cavoejamento a partir de madeira nativa do cerrado e do tráfico de animais. O potencial de geração de renda a partir dos frutos silvestres disponíveis no Cerrado, porém, esbarra em alguns limites claros, tema que será retomado mais a frente.

Sem embargo, uma ressalva se faz relevante, pois o manejo dos recursos naturais por sociedades tradicionais somente é desejável e positiva sob certas circunstancias, pois conforme demostraremos mais adiante, em pesquisa de campo foi possível verificar que comunidades tradicionais premidas pelo contexto socioambiental em que estão inseridas (avanço do agronegócio e criação das Unidades de Conservação), tende a causar externalidades significativas.

4.15 Modo de vida das comunidades Cerradeira e uso dos recursos comuns: estratégia ou tragédia do Cerrado?

Diante dessas formas de multiterritorialidades na área de estudo e das restrições colocada pelo IEF, caberia perguntar se as formas de apropriação dos recursos comuns antes da criação das UCS pelas comunidades tradicionais conformavam-se como estratégia ou tragédia do Cerrado local? Devemos considerar que no caso dos grupos sociais estudados na região, não havia a "propriedade comunal" dos recursos, tal como propõe Feeny et al. (2001). De acordo com esses autores, na propriedade comunal, os recursos são manejados por uma comunidade identificável de usuários interdependentes que regulam o acesso e uso e excluem terceiros como beneficiários. Nesse regime de propriedade, normalmente os direitos de uso não são exclusivos, tampouco transferíveis, mas frequentemente isonômicos. Os direitos de um dado grupo podem ou não ser legalmente reconhecidos. Na exclusão de terceiros estaria o fator de sucesso do regime comunal, assegurando a capacidade de suporte do recurso. Nesse tipo de regime, a exclusão dos terceiros, ou seja, de pessoas não pertencentes ao grupo, ocorreria mesmo em caso onde o reconhecimento não está ancorado na formalidade legal.

Mesmo não sendo identificado o regime de "propriedade comunal" na área de estudo, podemos dizer que as formas de usurpação dos recursos comuns pelos membros das comunidades tradicionais eram realizadas tanto por algumas pessoas do Distrito de Serra das Araras, mas, sobretudo, por caçadores e traficantes que vinham de fora, conforme nos foi relatado. O senhor Varginho Mangabeiro se lembra de um tempo que,

> Tinha um povo de Serra das Araras que vinha no Barro Vermelho tira filhote de arara. No tempo que não tinha nada né, num tinha perseguição. Depois que o trem apertou teve deles que chegou até a tirar cadeia quando pegava eles com filhote de passarinho, qualquê passarinho, Arara... Tinha um tal de curió, tem um tal de bicudo. Dava muito dinheiro. O bicudo teve uma época que o cara comprava até casa. Se tivesse um casal de bicudo já manso cantando, Ave Maria! Só rico pra comprá. [...]

Perguntado se havia tráfico de animais na região, eis o que responde o senhor Firmino Cagaita, monitor do IEF:

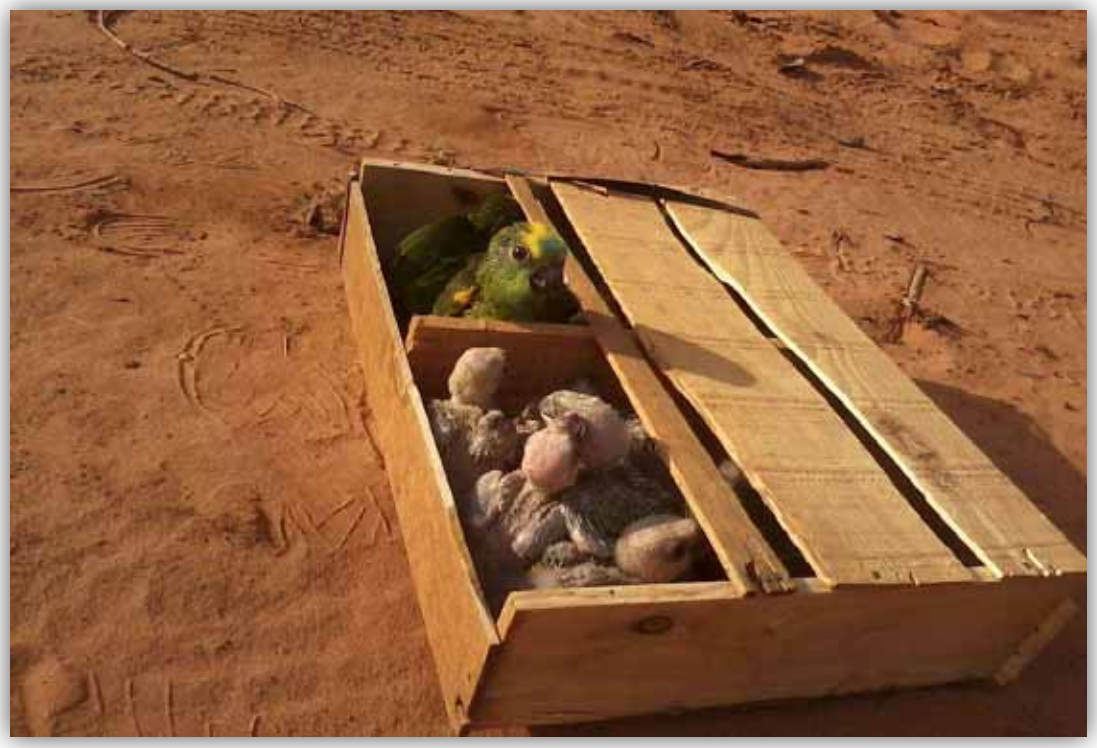
> Trafico de animais? Vixi! Era o que mais tinha aqui. Arara, papagaio. Isso aí era o pau que rola. Tem muita gente aqui da comunidade que ficou rico com isso. E até pouco tempo ainda tinha, tinha não, ainda tem, porque ano passado mesmo prenderam um cara aí. Aqui era principalmente Papagaio-Verdadeiro, Arrara-Azul e Arara-Vermelha e também bicudo, mas como por

> último foi ficando mais difícil, passaram até pra canário da terra. Na região toda, daqui pra Urucuia e Arinos era o que tinha.

O representante do IEF informou que não consegue coibir totalmente a caça nas UCs e que parece existir moradores locais realizando tal prática, mas que a maioria vem de fora da região. O entrevistado lembra que nestes dois últimos anos foram presos dois traficantes de aves silvestres, sendo que o último foi preso com 62 aves silvestres.

Corrobora a fala do senhor Velho Chico, monitor do IEF, a apreensão de Papagaios-Verdadeiros feita no entorno da RDS Veredas do Acari, a qual ocorreu, segundo senhor Araci Araçá, monitor do IEF, no final de 2012 e seriam levadas para comercialização no estado de São Paulo Figura 42. Na região existem dois tipos de papagaios, o Papagaio-Galego (Amazona xanthops) e o Papagaio-Verdadeiro, mas a preferencia maior é por este, porque ele tem maior capacidade de aprender a “falar”.

Figura 42: Filhotes de Papagaio-Verdadeiro apreendidos no entorno da RDS Veredas do Acari.



Fonte: IEF, 2014.

O senhor Alegrinho do Gaio Seco, monitor do IEF, aponta que o principal perigo que atualmente as comunidades oferecem ao PESA é a caça de animais

silvestre, como veado e ema entre outros, mais como esporte que para alimentação, e eventualmente a captura de pássaros para a venda.

Conforme o senhor Quinca do Alambique defende:

> Se o povo daqui acaba com os animais caçando, há muitos ano não existia mais nenhuma caça. O povo que mora na região mesmo, estes não quê que acaba. Agora esse povo que vinha de fora, Brasília, Belo Horizonte, aí com celebrim [um tipo de farolete], matava cinco, seis veados aí numa noite. Esse é que tem que ser proibido. Esses ficava uma semana aí caçando. Matava tanto que perdia a carne que estragava. Esses sim acaba.

Ele nos conta que os caçadores que vinham de fora, fazendo uso de celebrim, chegaram a matar até 12 veados em uma única noite, depois que a Adiflor desmatou a área onde atualmente é a RDS Veredas do Acari, isso porque os animais ficaram sem refúgio. Dessa forma, o senhor Quinca do Alambique acusa os caçadores que viam de fora como os principais responsáveis pela redução dos animais silvestres, além da retirada da vegetação nativa pelas empresas silvicultoras, como já foi dito. Inclusive, conforme nos explicou o senhor Quinca do Alambique, muitos animais silvestres foram mortos no momento em que passava o trator de esteira com o correntão para derrubar o Cerrado. Isso porque, a derrubada do Cerrado ocorreu também à noite, quando os animais ficavam confusos com a luz dos faróis dos tratores.

Na fala do senhor Rafinha das Araras fica mais uma vez evidenciado o paradoxo que permeia a vida desses agroextrativistas. Em sua fala fica evidente sua indignação em não poder caçar nem mesmo os animais silvestres que vem ser alimentar da roça:

> Pega o bichinho pra vende eu sou contra. Eu tenho vontade de compra um espingarda, mas compra pra quê? Caça aqui o quê? Aqui tem muito veado. Cê planta um feijão aqui, se não for vigiado. Tá ali as prova, dois cunhado meu, tá lá ô, plantô feijão, cerco de corda pra quem quise vê. Três fio de corda, cortô pano pra cerca a roça, senão não come. O dia que eu fui lá eles tava começando a comê, mas os cachorro corre com eles, aí eles ficam uns bando de dia sem vim. Aqui nesse quintal aqui eles comia feijão-catadô, dentro dessa mandioca, ai gente! Planta feijão naquela beira ali eles come tudo. Agora o que eles comê, o que sobre é da gente. E pior é outra coisa, aqui é Jandaia [Amazona xanthops, ave do Cerrado]. [...] Quando tava desmatando aí, era a Jandaia, era o passo-preto, tudo ia comê da roça que a gente tinha. Agora não, agora você vê que tá afastando mais os passarinho, da roça, por quê? Porque já tá tendo fruta [nativa], já tá tendo mato grande, então eles estão envolvendo mais nas fruta. Aqui de primeiro você não via quase passarinho, no tempo, igual agora na seca, porque não tinha nada pra comê. Já agora já tá tendo bem passarinho, por quê? Porque a Natureza tá voltando.

Na fala do senhor Rafinha das Araras, fica explicito que, se por um lado, as UCs foram negativas porque propiciaram o aumento da população de animais silvestres que comem a roça, ao mesmo tempo oportunizou que os pássaros não mais comessem sua roça e pomar, visto que agora se alimentam de frutos do cerrado.

Um dos relatos frequentes entre os moradores refere-se ao ataque aos galináceos por animais silvestres, especialmente o lobo-guará, raposa, gato-do-mato (jaguatirica), diversas cobras, especialmente a jiboia, que muitas vezes “não deixa uma única galinha viva”. A roça é atacada pelo caititu (catitu, porco-do-mato ou queixada) e a onça ataca cavalos e bois. Por sua vez, as rezes também trariam doenças aos animais silvestres e, portanto, a presença humana não é desejável nas Unidades de Conservação. O argumento usada para justificar a caça se baseia na necessidade de eliminar o animal silvestre sob pena de grande prejuízo econômico.

Os adeptos das UCs de “proteção integral” argumentam que a matança de onça e outros animais silvestres pelos criadores de gado seria uma das razões que justificaria a retirada das populações tradicionais dentro das áreas de conservação. Entretanto, é difícil de mensurar o peso disso no desequilíbrio ambiental. Certamente que se no ambiente natural existir um equilíbrio da cadeia alimentar, esses ataques seriam menos comuns, o que fica explicito também na fala do senhor Rafinha das Araras no que tange a redução do ataque às roças pelas Jandaias (Amazona xanthops).

Não devemos perder de vista que, apesar dos impactos causados pelas populações tradicionais ao ecossistema, há centenas de anos seu modo de vida foi capaz de conservar seu habitat natural, e que somente por isso, as UCs puderam ser criadas. O Morro do Fogo e Barro Vermelho comprovam a tese de manutenção da Natureza, visto que estão dentro do Parque há centenas de anos e a Natureza local está pouco alterada.

No caso do município de Chapada Gaúcha-MG, o que existia em um passado recente (pré-1970), era o “livre acesso” que se fazia combinado à “propriedade privada” e “terras devolutas”. Essas terras poderiam ser consideradas de “livre acesso”, porque não existiam impedimentos do uso da terra e dos recursos naturais, por parte do Estado, nem por proprietários privados, tampouco por instituições sociais, com regras claras que regulavam esse acesso.

À época, o relativo isolamento da região, tornava-se um dificultador da presença de pessoas de fora da comunidade, o que não a isentava totalmente da cobiça de forasteiros. Tanto que antes da criação das UCs, conforme foi relatado, era comum a presença de caçadores de fora da região, que matavam grande quantidade de animais silvestres, bem como faziam o aprisionamento de pássaros, assim como de atravessadores de favela e pequi que estimulavam a coleta de forma inadequada e caminhoneiros que compravam a produção de carvão.

A partir de 1970, esses fatores começam a colocar em xeque a integridade dos recursos de uso comum na área em estudo. Embora seja difícil dimensionar o tamanho desse impacto, parece que isso poderia comprometer a reprodução de algumas espécies nativas e quiçá levar ao seu desaparecimento. Nesse particular, identificamos que a ausência de uma instituição, a exemplo da “propriedade comunal”, com exclusão de terceiros, poderia ser um mecanismo importante para evitar a propalada tragédia dos recursos comuns.

É importante deixar claro que não concordamos com a teoria que defende a tragédia dos recursos sobre regime de uso comuns, como o fez Garrett Hardin em seu artigo intitulado “A tragédias dos comuns”. Isso porque, entretanto, a tragédia que se abateu, pós-1970 sobre os recursos comuns na área estudada, não tem como causa principal o “livre acesso” pelas comunidades tradicionais, mas a territorialização do regime de propriedade privada capitalista, mormente as carvoarias, as monoculturas de árvores e a produção de sementes de capim, porque se entre os Cerradeiros a responsabilidade coletiva e a solidariedade reciproca entre os membros do grupo prevalecem, entre os agentes do capital, triunfa à competitividade predatória.

Desse modo, devemos considerar que outros elementos convergiram para o sucesso do uso dos recursos comuns, sendo que principalmente o fato de essa região não estar integrada ao mercado capitalista, permitindo a essas comunidades a manutenção de modos de vida baseado na lógica da reprodução simples.

Evidentemente que a partir do momento que a região tornou-se alvo da cobiça de empreendedores capitalistas, fazia-se necessário que instituições sociais fossem criadas para coibir práticas deletérias ao ambiente natural. Aliás, práticas essas que foram estimuladas pelo mesmo Estado, que atraiu o capital ligado ao agronegócio e que mais tarde, cria o PESA e a RDS Veredas do Acari na região,

desse modo coibindo toda e qualquer forma de relação social com a Natureza, inclusive aquela que guardou a integridade daquele bioma.

Diante disso, cabe questionar se todas as sociedades tradicionais que manejam recursos naturais de uso comum estariam assentadas em estruturas institucionais frágeis para coibir práticas deletérias ao ambiente natural? Certamente que, com o avanço da lógica e das relações tipicamente capitalistas de exploração da Natureza, essas instituições sociais que autorregulam o uso dos recursos naturais comuns, por mais bem consolidada que pareça, tendem a se desmanchar. Por isso mesmo, faz-se importante compreender e valorizar aquelas comunidades que tem conseguido realizar historicamente a gestão coletiva dos recursos comuns, tornando-os aliados para a conservação de ecossistemas complexos e frágeis.

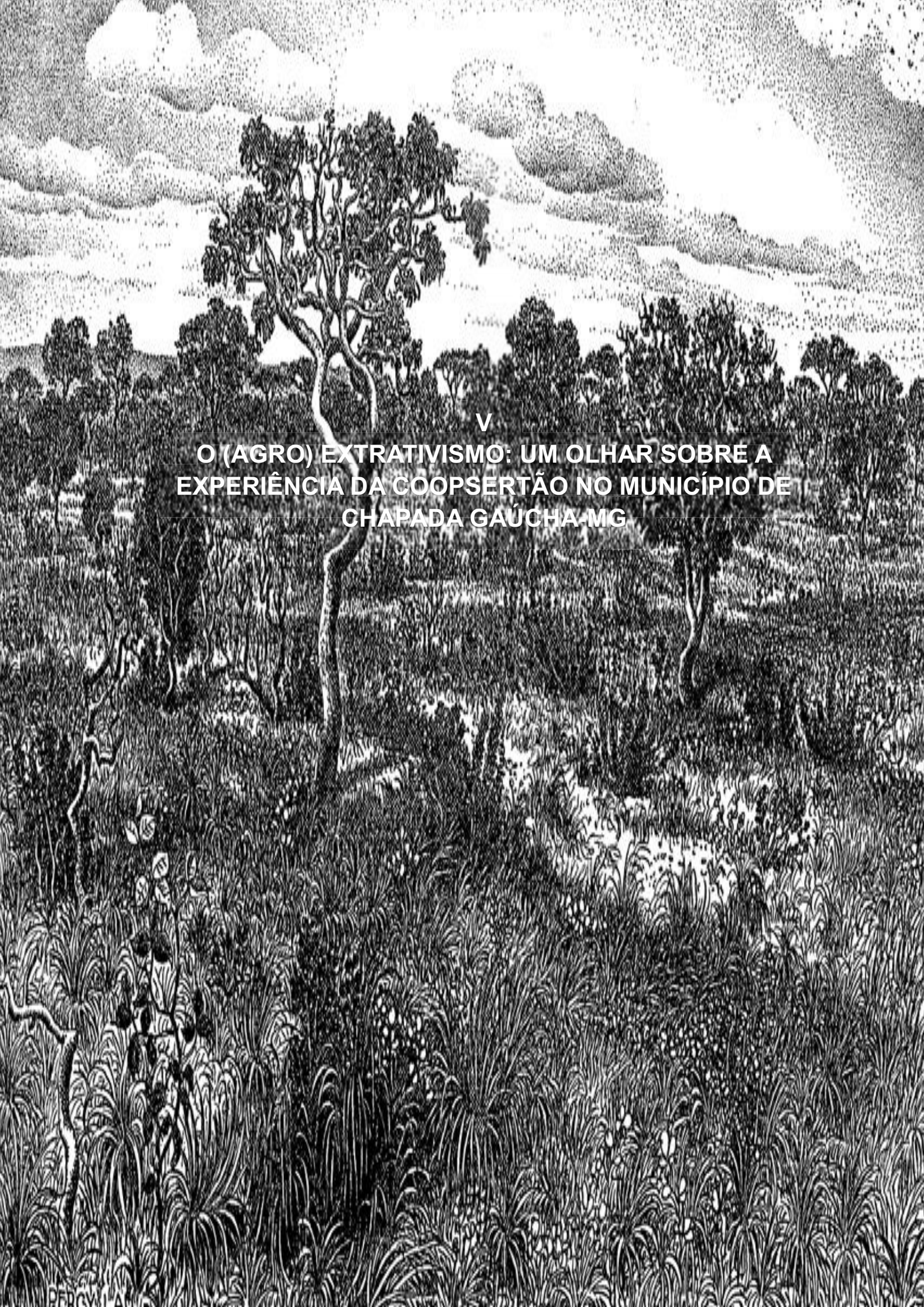
Diante desse quadro de ameaças ambientais e restrições de usos dos recursos naturais, entendemos que os tipos de regime de propriedade encontrados na área de estudo – posses, privado e público - não são excludentes entre si, mas complementares para responder a um projeto de agroextrativismo direcionado as comunidades Cerradeiras, especialmente com a redução das áreas de uso comum após o cercamento das terras com o avanço da fronteira do agronegócio na região, inclusive compelindo posseiros a também cercarem as suas terras.

É importante dizer que o sistema extrativista de frutos do Cerrado, caracteriza-se por possuir árvores e arbustos frutíferos relativamente dispersos, demandando uma área geralmente maior que as posses dos agroextrativistas das comunidades estudadas para torná-lo economicamente viável. Esse elemento justificaria a manutenção de áreas para uso comum dessas comunidades sob o controle daquilo que Feeny et al. (2001) chamaram de “propriedade comunal”, sendo que as atuais Unidades de Conservação poderiam constituir-se espaços privilegiados, especialmente por estar sob a tutela do Estado e teoricamente dos Cerradeiros. Dentro dessa proposta, as UCs de “proteção integral” tornar-se-ia um empecilho.

Compreendemos a partir da pesquisa de campo que a permanência das comunidades Cerradeiras no interior das Unidades de Conservação é necessária, mas demandará um exaustivo trabalho por parte dos gestores, entre os quais devem estar representantes das próprias comunidades. Isso porque, acreditamos que essas comunidades tradicionais, nos dias atuais, também estão suscetíveis de serem acometidas pela concepção mercadológica que vê a Natureza como mercadoria,

ainda que para reprodução simples, podendo por em risco a integridade do ecossistema local.

Diante do impasse em manter ou reassentar as comunidades tradicionais, acreditamos que a escolha mais coerente é a implementação de projetos, como o aproveitamento de frutos nativos e outros recursos, de tal maneira que envolva as comunidades atingidas pela criação das UCs de modo que elas tenham alternativa para reprodução de sua sociabilidade e geração de renda sem a destruição do Cerrado.



V
O (AGRO) EXTRATIVISMO: UM OLHAR SOBRE A EXPERIÊNCIA DA COOPSERTÃO NO MUNICÍPIO DE CHAPADA GAÚCHA-MG

Neste último capítulo, buscaremos aprofundar a dinâmica do extrativismo de frutos nativos do Cerrado, com foco no potencial desse segmento como gerador de renda. Os capítulos que precederam tiveram como propósito não tomar esse subsistema isoladamente, visto que ele só é passível de ser compreendido no contexto mais amplo do modus vivendi Cerradeiro e das tensionalidades desse grupo social com o capital e com o Estado no município de Chapada Gaúcha-MG.

O modo de vida Cerradeiro qualifica-se pelo entrelaçamento e complementariedade de diversas dimensões produtivas que se apresentam como elementos indissociáveis, destacando-se diversos subsistemas, dentre eles: a) o subsistema extrativista baseado em frutos, plantas medicinais, madeira, lenha, partes da palmeira buriti etc.; b) a agricultura de vereda, basicamente milho, feijão-catador e o cultivo de mandioca nas terras mais altas; c) a pecuária na solta e na presa, ou seja, nas “mangas”; d) o quintal constituído de um pomar (mamão, manga, bananeira, laranja, banana, jamelão, pinha, maracujina, abacaxi, melancia, abacate, goiaba, limão, acerola, romã, amora etc.) e, eventualmente, alguns pés de mandioca e, não menos importante, a horta (cebolinha, cebola, maxixe, caxixe, cenoura, jiló, coentro, beterraba, quiabo, tomate, couve etc.).

Deste modo, abordaremos o potencial inexplorado de frutos nativos do Cerrado em comunidades tradicionais; as vantagens do extrativismo sobre outras formas de uso da terra e seus limites ambientais; a importância da CoopSertão como agente dinamizador do agroextrativismo; a importância econômica do buriti para o modo de vida Cerradeiro; os estrangulamentos em relação ao aproveitamento, beneficiamento e comercialização do pequi pela CoopSertão; a favela como alternativa de renda; e, por fim, a configuração da rede de atravessadores da favela e do pequi e a importância da CoopSertão.

5.1 O potencial do território Cerradeiro como gerador de renda pelo extrativismo de frutos nativos

Na corrida pela ótima performance das atividades agrícolas e, por conseguinte, a necessidade de simplificação do processo produtivo a partir de alguns poucos cultivares, muitas espécies foram “esquecidas”, muitos espaços foram deixados de lado e neles, não raro, populações tradicionais. Assim, áreas de

montanhas ou de relevo muito movimentado, regiões áridas, solos arenosos, distantes dos mercados consumidores, pouco servidas com estradas de rodagens etc., tornaram-se locais onde atualmente se pratica uma agricultura de subsistência, associada ao extrativismo de diversos recursos naturais, a caça e a pesca. Conforme tentamos demonstrar nas páginas precedentes, esse é o caso das comunidades estudadas no município de Chapada Gaúcha.

O mesmo isolamento que relegou a própria sorte aquele contingente de sertanejos cerradeiros, atualmente apresenta-se como um potencial a ser explorado racionalmente por esse mesmo contingente, para melhoria da sua condição social em face das possibilidades que o mundo hodierno pode proporcionar em termos tecnológico, alimentício, de saúde, habitacional etc.

Saint-Hilaire (1975, p. 314-315), desde sua conhecida viagem pelos limites do sertão mineiro, observou que frequentemente os currais estavam situados relativamente longe das fazendas, de tal modo que no período em que as vacas e éguas ganham suas crias, os vaqueiros iam para próximo desses recintos e ficavam em uma cabana. Nestas ocasiões comumente não levavam provisão e estas de fato não eram necessárias, pois viviam do leite cru, de coalhada misturada com mel e de várias espécies de frutos selvagens, que se sucedem quase durante toda a estação da cria dos bezerros e potros.

Não só o viajante francês já havia observado em campo o intenso aproveitamento dos frutos nativos pelas comunidades do Cerrado desde o início do século XIX, como também Pierson (1972), em “O homem no Vale do São Francisco” fez essa observação ao descrever o modo de vida de mangabeiros que viviam nos Gerais do Vale do São Francisco na década de 1950. O que se depreende disso é que, historicamente, o espaço da Natureza foi e continua sendo o supermercado, a feira, a farmácia, o açougue e a peixaria das populações Cerradeiras.

Quando perguntado sobre a importância dos recursos naturais para o sustento da família, eis o que responde o senhor Miguilim Gamela, agroextrativista da comunidade Morro do Fogo:

> Hoje a Natureza e a terra, eu dependo muito pouco do supermercado, eu já acostumei dá pra mim tirar o sustento. Agente tira do coco, tira uma fruta, um piqui, tira a cabeça-de-nego, tira um cajuzinho, tem os pé de manga, tem muitas coisas que a gente tira aqui desse Cerrado que serve de alimento pra gente sobrevivê. Isso daqui é um jatobá né [aponta para o jatobá], é uma fruta também, chama jatobá-do-campo, serve pro passarinho e até a gente tumbém se alimenta disso aí. Eles fala que serva até pra

> própria animia, come a casca, como a fruta. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

Existem diversas comunidades no Cerrado, relativamente bem organizadas e potencializando os recursos presentes no território de maneira mais sustentável, com impactos mínimos à biodiversidade desse domínio. São saberes que fazem uso dos sabores do Cerrado. Para estas populações, a Natureza é vista como um grande e esplêndido pomar, cujos "proprietários" são todos os que se colocam a coletar seus frutos. Os frutos do Cerrado, para estas comunidades, não têm dono porque é uma providência divina.

Atualmente é sabido que o extrativismo vegetal não sofreu grandes transformações na base técnica dos meios de produção - quase inexistentes nessa atividade – tampouco na organização da coleta ou nas formas de manejo dos recursos naturais. Tokarski e Meirelles (2008) igualmente verificam que o extrativismo do pequi é uma atividade predominantemente informal, realizada principalmente por agroextrativistas que empregam a mão-de-obra familiar com técnicas e procedimentos simples de conhecimento empírico, sendo o produto resultante desprovido de padrões de qualidade desejável. A comercialização e os preços são incertos e variáveis, apesar disso gerando quantidade significativa de emprego e renda para as comunidades tradicionais.

Por esse motivo, pode causar estranhamento a defesa do fomento ao extrativismo, uma atividade realizada ainda na atualidade em moldes muito similares ao que fazia as populações indígenas coletoras há milhares de anos.

Essa proposição pode soa como retrógrada e superada nos dias atuais, especialmente em face das profundas e aceleradas mudanças impulsionadas pelas inovações tecnológicas inerentes ao campo, seja no tocante à forma de gestão da propriedade rural, seja no tocante aos processos produtivos. Por isso mesmo, onde alguns veem áreas improdutivas, não utilizadas e desabitadas, outros percebem um pomar amplamente produtivo e permeado por relações sociais. "[...] Ignora-se, e por ignorância alimenta-se o preconceito, que essas populações podem viver dignamente dessas atividades [...]" (CARTA, 2012 s/p). O extrativismo espontaneamente, cada vez mais, vem ganhando importância como fonte geradora de emprego e renda a milhares de famílias que, inventiva e criativamente, produzem suas próprias soluções, sem negar sua subjetividade e relação com a Natureza. Igualmente, o extrativismo de frutos nativos e outros alimentos e recursos naturais

provê uma fonte alternativa de renda e alimentação saudável às populações rurais e urbanas. Esses espaços que podem oferecer ou já vêm ofertando produtos diferenciados, ganharam o interesse dos consumidores por razões diversas, como pelo seu sabor, aparência e aroma, tão peculiar quanto exótico. Muitos frutos, como o pequi (Caryocar brasiliense Camb.), o baru (Dipteryx alata Vog), a cabeça-de-nego (Annona crassiflora Mart.), a mangaba (Hancornia speciosa Gomes), o jatobá-do-cerrado (Hymenaea stigonocarpa Mart. ex Hayne), o murici (Byrsonima verbascifolia (L.) DC) e o buriti (Mauritia flexuosa L.f), possuem grande aceitação popular. São alimentos funcionais, livres de agroquímicos, que além do seu valor nutricional agregado, previnem envelhecimento e doenças e são importantes antioxidantes (Figura 43).

De acordo com Vieira et al. (2006, p. 206) “[...] à busca por uma dieta mais saudável e às grandes variedades de sabores e cores que os frutos tropicais conferem as refeições, está provocando uma mudança nos hábitos alimentares de parcela da população. Para Tokarski; Meirelles (2008), a demanda por produtos à base de espécies nativas é crescente no mercado nacional e internacional. O Brasil pela sua megabiodiversidade tem um grande potencial como produtor. No Cerrado, em particular, onde se estima a existência de 12 mil espécies de plantas, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) identificou cerca de 200 espécies com possibilidades de diferentes usos alimentícios, cosméticos, medicinais, oleaginosos, entre outros (VIEIRA, et al. 2006).

Figura 43: Frutos nativos do cerrado. Da esquerda para direita, de cima para baixo, Cajuzinho-do-Cerrado (Anacardium othonianum), Cabeça-de-nego (Annona crassiflora Mart.), Araçá (Psidium guineense Swartz), Baru (Dipteryx alata Vog), Buriti (Mauritia flexuosa L.f), Cagaita (Eugenia dysenterica DC.), Jatobá-do-cerrado (Hymenaea stigonocarpa Mart. ex Hayne), Mangaba (Hancornia speciosa Gomes), Pequi (Caryocar brasiliense Camb.), Coco-indaiá (Attalea geraensis), Coquinho-azedo (Butia capitata (Mart.) Becc var. capitata.), e, Murici (Byrsonima verbascifolia (L.) DC).

Fonte: Vieira et al. (2006), Lima et al. (2010). Autor: Robson Munhoz de Oliveira, 2013.

De maneira geral, podemos dizer que sua aceitação decorre também do valor cultural e agregado a esses produtos, bem como pela origem social e cunho

sustentável que também contribuem para agregar valor simbólico. A crescente sensibilização ecológica nas últimas décadas vem contribuindo pela preferência de um nicho de mercado que escolhe os frutos de sabor exótico, raro e ecologicamente sustentável, incorporando ao produto final do trabalho, o valor dos serviços ambientais prestados por aqueles que praticam o extrativismo.

Aqueles que adquirem os produtos oriundos das comunidades tradicionais do Cerrado pela compra solidária veem o valor do produto na origem e no processo do fazer. Uma vez capturada no processo de produção, esse valor simbólico agregado ao produto também é imbricada no produto final como valor intangível. De todo modo, diferencia-se do produto industrializado ou agrícola uniforme, de qualidade duvidosa. Esses são apenas alguns dos valores subjaz aos produtos do extrativismo do Cerrado. Existem outros que procuraremos demonstrar ao longo dessa parte do trabalho. De uma maneira geral, se qualificam como produtos associados às características da cultura das comunidades locais e ao desenvolvimento sustentável dos recursos naturais.

Os frutos nativos do Cerrado possuem diversas aplicabilidades, a saber: remédio e cosmético natural, para produção de óleos comestíveis ou lubrificantes, biocombustíveis, entre diversos outros usos que nos foram ensinados pelas comunidades Cerradeiras estudadas em Chapada Gaúcha-MG. O mais comum, entretanto, é o consumo in natura de frutos nativos e a produção de derivados, como doces, sucos, licores, bolo, geleias, conservas, dentre dezenas de outras guloseimas.

Atualmente muitas comunidades, especialmente em cidades históricas do estado de Goiás e Minas Gerais, se valem da conservação da pitoresca beleza cênica regional e abundância de frutos nativos que favorece o potencial gastronômico para fortalecer o ecoturismo, atividades que têm se mostrado promissora às comunidades rurais no Cerrado. Na medida em que artesanatos, frutos do Cerrado e plantas medicinais são vendidas, in natura ou processadas, para fora da região, a renda gerada contribui para dinamizar o comércio local com a criação de oportunidades de emprego nas cidades.

5.2 As vantagens do extrativismo sobre outras formas de uso da terra e seus limites ambientais

De acordo com Miguel (2014), em texto publicado no site da CoopSertão[68], o buritizeiro, que com o esplendor de suas folhas, ocupa cerca de 20 metros quadrados, além de seu importante papel como armazenador de água para os períodos secos e das matérias-primas para o artesanato e para construções locais, pode produzir quatro cachos que totalizam até 160 kg de buriti, rendendo até 30 kg de raspa. Atualmente, a Coopsertão, vem comercializando por R$10,00/kg a raspa de buriti. Isso significa que um único pé pode proporcionar renda de até R$ 300,00 em três anos, visto que o buriti produz de três em três anos.

Miguel (2014), ao fazer a comparação da rentabilidade econômica entre o buriti com o feijão-catador que também é produzido no brejo da vereda, conclui que aquele se mostra mais viável economicamente, senão vejamos: se esse pé de buriti for retirado e no seu lugar for plantado feijão, em 20 metros quadrados, em boas condições de cultivo, a produção é de até seis quilos de feijão. Como o buriti tem intermitências trienais, vamos colher em três anos, 18 quilos de feijão-catador, que poderá ser comercializado por R$ 3,50/kg, proporcionando renda de R$ 63,00, em três anos. No caso do buriti, como parte da produção, deve ficar no buritizeiro para servir de alimento para os animais silvestres e para manutenção da espécie e, uma segunda, para o autoconsumo da família, restaria ainda cerca de R$100,00, uma renda superior a do feijão.

Acrescentamos ainda à análise Miguel (2014), alguns outros aspectos: a) no caso do buriti, não houve qualquer custo de produção, pois ele nasceu naturalmente e não demandou tratos culturais, ao passo que o feijão demandou além de cuidados ao longo de todo o ciclo produtivo, o investimento na compra das sementes, implementos agrícolas e insumos. O extrativismo de qualquer produto do Cerrado, não dando lucro, na pior das hipóteses desperdiçará o esforço e tempo do agroextrativista[69]; b) no caso do extrativismo, haveria de se adicionar à análise comparativa, os benefícios ambientais associados à manutenção da flora, da fauna e dos recursos hídricos ao passo que a retirada do buritizeiro para o plantio do feijão

[68] Disponível em: <http://coopsertaoveredas.blogspot.com.br/> Acessado em 20 de maio de 2014.
[69] Por seu turno, devido a seca, o feijão-catador, conforme o Seu Joãnico Pequizeiro, ocasionou prejuízo a muitas famílias na região em que trabalha como técnico agrícola da CoopSertão, inclusive a ele próprio.

(ou qualquer outro cultivar) elimina a fonte de alimento dos animais silvestres; d) parte da produção de feijão, tal como o buriti, não poderá ser comercializada porque servirá de abastecimento às famílias na entressafra; e) existe a possiblidade de agregação de valor a produção de buriti, convertendo o em óleo, doce, licores, bolo, farinha etc, possibilidade inexistente com o feijão; f) nas veredas existem outros recursos Naturais – medicinal, ornamental etc, - que podem ser explorado comercialmente ou para autoconsumo; g) a produção de buriti, diferentemente do feijão e outros cultivares, não conta com políticas sistemáticas de apoio técnico-científicos apoiadas com recurso público; h) no caso do modelo de produção das comunidades Cerradeiras, a produção de feijão-catador não exclui a possibilidade de exploração do buriti, pois ambas se fazem no mesmo terreno de forma associada sem que qualquer um deles afete a produtividade do outro, mesmo com a drenagem do terreno. Entretanto, se aplicarmos esse mesmo raciocínio para o plantio em larga escala, quer do feijão, soja, eucalipto, cana-de-açúcar etc., certamente todos os impactos ambientais apontados se fariam notáveis.

Mesmo sem ser questionado especificamente sobre a vantagem do extrativismo em relação a outras culturas, o senhor Adriano Cachimbo, representante da CoopSertão, reforça essa perspectiva:

> Ele planta uma mandioca na roça, ele fica dois anos trabalhando na roça esperando essa mandioca crescer pra poder vender ainda, pra tirar o dinheiro, então ele espera ela dois anos. Aí ele, o cara compro uma vaca, aí vai esperar que ela vai pegá cria, vai fica dez meses com a cria na barriga pra poder da a cria, daí espera mais seis meses o bezerro pra tá em condições de vendê. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL de 2013)

Conforme o senhor Anatalino Cabeça, quando o extrativismo de favela é comparado com a produção de leite, aquele apresenta algumas vantagens:

> [...] muitas vezes a pessoa que não explora e por falta de interesse mesmo ou alguma limitação, que não pode explorar e muitas até falam que não é compensativo que dá muito trabalho e tudo mais. Eu até usei a comparação pra incentiva a explorarem com o preço do leite, comparado o preço da fava d'anta [favela] com o preço do leite. Então o que você vai gastar com formação de pastagem, insumos, a compra da vaca, a mão-de-obra, a energia do tanque de resfriamento, que tem que arcar também a região. Quanto você chega no produto final que você coloca todos seus gastos não é tão lucrativo e a favela você não plantou, não limpou, não adubou, nem se quer fez uma poda e muitas pessoas ainda acham que não é lucrativa [...] Mas isso varia muito, depende da região, o incentivo, pessoas que já tem essa prática [...] (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL de 2013)

Com o apoio do senhor Anatalino Cabeça, procuramos estimar a rentabilidade propiciada com a exploração da favela, para que a partir daí se procedam a comparação com outras atividades geradoras de renda, e eis a conclusão que chegamos: tomamos como referencia a propriedade do senhor Anatalino Cabeça onde, segundo este, existem cerca de 10 árvores produtivas de favela por hectare. Na safra 2012, esse agroextrativista coletou 600 kg de favela em sua propriedade, obtendo uma produtividade media de cinco quilos por árvore. Ao multiplicarmos sua produção de 600 kg por R$ 1,00/kg, valor efetivamente praticado na safra 2012, chega-se a um valor de R$ 600,00, ou seja, R$ 5,00 por árvores ou R$ 50,00 por hectare, considerando 10 árvores/ha.

Esta estimativa baseia-se na propriedade do senhor Anatalino Cabeça, onde a densidade de árvores de favela é por ele considerada baixa para o contexto regional, já que existem áreas com densidades muito maiores, visto que seu espaçamento é irregular, variando de ambiente para ambiente. Devemos considerar que na mesma área de ocorrência da favela, pode ser criado o gado bovino, o cavalo, extraído as plantas medicinais, praticado a apicultura; coletado lenha e madeira, conforme foi identificado em pesquisa de campo. Existe ainda na área estudada, além de outros frutos como pequi, jatobá, buriti, etc., diversos outros recursos naturais em potencial que podem ser explorados para o autoconsumo e economicamente (fitoterápicos, fitocosméticos, resíduos vegetais para artesanato, apicultura, pecuária etc.) com manutenção da biodiversidade, mas que na atualidade não tem apoio de politicas públicas.

Nessa mesma linha de raciocínio, Gonçalves e Silva (2011, p. 63) verificam que se considerarmos apenas o aspecto econômico, ou seja, hipoteticamente desconsiderarmos o papel ecológico do barueiro, uma área com um hectare de baru da forma como ocorre na Natureza, ou seja, com cinco árvores em média por hectare, a produção seria de 43,84 kg de castanha. Esse produto beneficiado gerou em 2003, renda bruta de cerca de R$ 1.008,32/ha.

Por sua vez, um hectare de soja no Estado de Goiás, produz 55 sacas de 60 Kg, que gera renda bruta de R$ 2.255,00. Considerando que o custo médio de produção por hectare de soja no sistema de plantio direto é de R$1.185,15 do Centro Tecnológico para Pesquisas Agropecuárias (CTPA) da Embrapa (2007), Gonçalves e Silva (2011, p. 63) afirmam que:

> [...] Desta maneira, com toda a tecnologia de ponta que existe à disposição do monocultivo da soja, inclusive com recursos públicos em pesquisas da EMBRAPA, por exemplo, o rendimento da soja praticamente empata (R$1.069,85/ha) com um empreendimento agroextrativista que vem a oito anos trabalhando com um alimento completamente novo no mercado e que não conta com política sistemática de apoio técnico-científico.

Deve ser ressalvado que diversos outros frutos existentes na mesma área de ocorrência do baru podem ser aproveitados economicamente pelo extrativista no transcorrer do ano. Ademais, geralmente estas áreas ainda são utilizadas para à solta do gado, sem prejuízo para os frutos, entre outros aspectos positivos como o fizemos para o feijão, aspecto que os autores não mencionaram.

De acordo com Carvalho (2007), o Centro de Agricultura Alternativo do Norte de Minas (CAA-NM) conclui que, em um hectare de Cerrado, pode ser auferido renda anual de até R$ 1.200,00, com a comercialização de coquinho-azedo, considerando o preço de R$ 0,40/kg e mangaba, cagaita, panã e maracujá nativo, tendo como referência o preço de R$ 0,30/kg praticado no ano de 2004. “Nesse hectare de Cerrado, haveria a produção de 750 kg/ano de coquinho, 800 kg/ano de mangaba, 1.000 kg/ano de cagaita, 1.000 kg/ano de panã e 200 kg/ano de maracujá-nativo.” (CARVALHO, 2007, p. 104) Entretanto, pondera o autor: “[...] Pode-se admitir um certo exagero nessa estimativa, que sugere a existência hipotética de um hectare de Cerrado altamente produtivo, com o aproveitamento integral de todos os frutos produzindo. Além disso, desconsidera a flutuação temporal na produtividade de tais frutos. [...]”.

O extrativismo sempre foi invisível aos “olhos” do Estado, isso porque não é representativo do ponto de vista da participação no PIB, ainda que seja importante sob o prisma da geração de renda e dignidade que proporcionam a milhares de famílias rurais. No entanto, a renda derivada dos extrativistas constitui um “excedente” monetário que permite a obtenção de elementos essenciais e que anteriormente não estavam acessíveis a essas famílias. Em que pese o desconhecimento acerca dos subsistemas extrativistas locais do Cerrado pelas instituições estatais e pela comunidade científica, o que se sabe sobre ele, de uma maneira geral, é suficiente para que se promovam incentivos concretos.

Ao se propor a transição do extrativismo de valor de uso para o valor de troca, algumas ressalvas devem ser consideradas. Ao passo que alguns agentes do capital defendem a necessidade de converter a rica biodiversidade de recursos genéticos

do Cerrado em recursos puramente econômicos, ou seja, em mercadoria, estamos defendendo que esses recursos devam ser transformados em Recurso Social, assim entendida como condição para manutenção dos modos de vidas tradicionais das comunidades presente nesse bioma, ainda que isso implique em produção de excedente para o mercado.

Atualmente os limites do extrativismo esbarram na redução da área de Cerrado promovida pelo agronegócio, carvoarias e pela criação de Unidades de Conservação e, por outro lado, padece da falta de estímulos oficiais, mesmo em face do reconhecido papel que pode desempenhar na conservação da Natureza no Cerrado. Se considerarmos a necessidade de maior controle por parte do Estado em relação às praticas dos agroextrativistas em áreas próximas as Unidades de Conservação, criando limitação de uso, especialmente em Zonas de Amortecimento, fazem-se igualmente necessárias ações mais efetivas para estimular políticas conservacionistas geradoras de renda, específicas para esses espaços. O extrativismo vegetal, notadamente a exploração de árvores frutíferas e da favela, apresenta-se como alternativas geradoras de renda..

Os complexos agroecossistemas tradicionais de subsistência, no qual estão inseridas as comunidades agroextrativistas do Cerrado, sempre possuíram estreitos laços com a dinâmica da Natureza e, portanto, dependeram de sua conservação física. Sua base está há séculos alicerçada em práticas e manejos sustentáveis. O exemplo desses agroecossistemas tradicionais de subsistência, o extrativismo destinado ao mercado, deve continuar primando pela sustentabilidade ambiental, condição sine qua non para obter a sustentabilidade socioeconômica desse subsistema.

Apesar das diversas possibilidades de uso sustentável dos recursos Naturais conciliadas com a geração de renda, as medidas mais efetivas adotadas para a proteção dos ecossistemas, tem sido a criação de Unidades de Conservação, que como estamos procurando demostrar, repercute negativamente sobre as atividades socioeconômicas e culturais das comunidades tradicionais. Entretanto, nem sempre o aproveitamento desses frutos é feito pelo extrativismo predatório como é colocado por alguns pesquisadores que desconhecem e desconsideram a capacidade de manejo racional intrínseca ao saber de muitos agroextrativistas tradicionais. Não obstante, reafirmamos a necessidade de pesquisa que aprofunde o conhecimento

do extrativismo tradicional de frutos do Cerrado, para equacionar devidamente seus impactos na fauna e flora da região.

O relato detalhado do senhor Quiméro do Gaio Molhado, agroextrativista, artesão e Presidente da Associação Rural de Buraquinho, acerca do manejo do buritizeiro, demonstra saber do Cerradeiro.

> Se tira os braço verde tá prejudicando o pé e é uma coisa que não fica resistente igual quando tá maduro, muita gente tira o verde, pra usa o verde, mais não fica uma madeira boa que nem fica o seco e o maduro, né. Pesquisador: Em relação ao olho do buriti? senhor Quiméro do Gaio Molhado.: Lá, pelo menos dentro da reserva eles não deixa tirar não, né, mas fora, né, não tirando assim todo ano, né. Porque o buriti é assim: se tiro o oi dele hoje, daqui uns três, quatro dia tá apontando a ponta do outro oi, então mais o menos uns dois méis já vai tá tendo um outro oi. Se o cara tira ele hoje, daqui uns dois méis ele torna a tira ele, aí o pé do buriti não desenvolve, tá matando a arguilha dele, né, que a arguilha dele e do oi sai o buriti que vira a paia, depois sai outro e vai crescendo, se tirar tudo direto encarrilhado prejudica. Um oi vai, aí solta dois oi, crio a paia, depois mais na frente ele torno a da outro oi, aí pode tira. (PESQUISA DE CAMPO, JULHO DE 2011)

O profundo saber do senhor Quiméro do Gaio Molhado não é mero requinte, mas uma condição necessária para que a manutenção da planta da qual retira, além de diversos recursos medicinais e alimentícios, a renda para o sustento da família. O entrevistado demonstra ainda que essas populações não são uma tabula rasa, mas detentores de um saber de grande validade obtido pela transmissão e observação, fundamentais para a implementação de projetos de desenvolvimento sustentável em comunidades tradicionais. Do ponto de vista social e ambiental, a alternativa mais adequada seria qualificar para o manejo sustentável, aqueles agroextrativistas que desconhecem o ciclo biológico das plantas com as quais trabalham ou venham a trabalhar. Nesses casos, deve-se considerar o saber dos agroextrativistas mais experientes e do conhecimento científico.

Nos dias hodiernos, uma das vantagens competitivas do agroextrativismo dos frutos dos Cerrados é exatamente a mão-de-obra barata utilizada na coleta dos frutos, situação característica de regiões com pouca oferta de oportunidades de emprego, desprovida de um mercado consumidor que absorva a produção agrícola excedente, normalmente carente de organização social. Diante desse quadro, é importante considerar o potencial dos frutos do Cerrado que possuem vantagens competitivas, mas sem desconsiderar seus limites de recarga.

Assim, faz-se necessário a adoção de medidas que valorizem os produtos do extrativismo, com agregação de valor cultural e simbólico à produção a partir dos

saberes locais, por conseguinte, o trabalho dos agroextrativistas, de tal forma que sua valorização não ocorra apenas pela ampliação da produção, o que certamente aumentaria a pressão sobre os recursos naturais.

Nesse sentido, vale mencionar, como exemplo, o caso do Estado de Tocantins, onde existe a Portaria nº 55 de 2004 e a nº 92 de 2005 que proíbem a saída do material in natura da região do Jalapão, permitindo a saída somente em peças já produzidas pela comunidade local, deste modo reduzindo a pressão sobre a matéria-prima, como forma de assegurar a sustentabilidade ambiental, social e econômica local.

O exemplo em tela nos parece interessante porque, não apenas busca unilateralmente a proibição do extrativismo do capim dourado, mas também se preocupa em fomentar a agregação de saber ao produto in natura do extrativismo e estimula o associativismo local, conforme está explicito no Art. 1º desta mesma portaria, onde ele proíbe: “a coleta de capim dourado (Syngonanthus nitens) em todo o Estado do Tocantins.” Excetuando apenas, “[...] as coletas realizadas por associados devidamente credenciados, das entidades comunitárias de artesãos e extrativistas residentes nos municípios do Estado do Tocantins.”

Entendemos que muito embora a questão ambiental limite, ela não elimina as possibilidades geradoras de renda no âmbito da economia extrativista, ao contrário, a valorização dos recursos naturais pode ser um aliado na proteção do ambiente natural. Medidas coercitivas com a aprovação de leis e criação de UCs que restringem e regulam o extrativismo, somente apresentarão efeitos positivos se conciliadas com projetos e medidas que apoiem o extrativismo sustentável dos recursos naturais e quando sua aplicação for fiscalizada pelo conjunto dos interessados.

5.3 O extrativismo de frutos nativos do Cerrado e seu potencial nas comunidades Cerradeiras

O agroextrativismo no Cerrado é a realização da prática da agricultura e do extrativismo de espécies nativas pela mesma família como atividades que se complementam como geradora de renda ou para o autoconsumo. O extrativismo pode ser de recursos naturais renováveis para uso alimentício, artesanal,

fitocosmético, fitoterápico, oleaginoso, ornamental, melífero etc. para comercialização ou autoconsumo.

O agro prefixado ao termo extrativista qualifica a atividade complementar ou principal das comunidades tradicionais, seja para comercialização como para subsistência. Normalmente o agroextrativista também é criador de umas poucas cabeças de gados, na presa ou na solta. Assim, os genericamente denominados agricultores ou extrativistas são na verdade adequadamente, agroextrativistas, porque normalmente não se dedicam exclusivamente à agricultura, à coleta de frutos do Cerrado ou à pecuária. Se o leitor observar, vai perceber que nossa definição concernente ao que é ser agroextrativista, se confunde com nossa narrativa acerca da identidade do Cerradeiro, porque esses dois funde-se em um só ser social.

A resposta do senhor João Catador quando perguntado sobre a importância econômica do extrativismo para as famílias que a praticam nas comunidades tradicionais no município de Chapada Gaúcha-MG, nos permite compreender claramente a razão pela qual esses agroextrativistas necessitam conciliar estrategicamente essas três atividades:

> Eu acho que é um complemento, acho que não é um substituto, eu acho que o agricultor familiar tem que continuar criando gado, tem que continuar plantando roça, fazendo farinha e ter o extrativismo como complemento de renda. Em alguns casos específicos vai substituir, mas não é a ideia de substituir uma coisa pela outra não. Tem que continuar sendo um produtor agricultor da agricultura familiar e na época de safra ele ter onde fornecer o produto do extrativismo como complemento. O extrativismo é o que eu chamo de complemento de renda. Não dá nem pra colocar em porcentagem porque se você nesta lista de 350 e tantos produtores de buriti [que forneceram na safra 2012/13], tem um que produziu um quilo, outra 10 quilos, outro 100, outro 300 e pouco. O máximo que produziu, a 10 reais, deu três mil e pouco reais pra uma família ao longo da safra toda e agora fica dois, três anos sem produzir. Então é apenas um complemento, é um dinheirinho que ele junta alia na hora, não é confiável. Igual a favela, quem tava contando com dinheiro a favela esse ano frustrou [porque na houve comprador]. Não da pra você foca no extrativismo como fonte de renda principal ou meio a meio. Como os frutos do Cerrado ele não tem um mercado certo, se você produzir gado você tem mercado em qualquer época do ano né. Tem época que não tá no melhor preço, mas é um produto comercial, o feijão é comercial, a farinha é comercial. No caso do pequi do buriti, algumas safras funcionam bem, ele não é um mercado confiável, pelo menos por enquanto. Não dá para você deixar de produzir na agricultura familiar pra ir produzir só no extrativismo. (PESQUISA DE CAMPO, MAIO DE 2013)

Nas comunidades estudadas, todos os agricultores são extrativistas, entretanto nem todos o aproveitam economicamente, pois alguns já estão aposentados ou recebem o beneficio do Programa Bolsa Família, de tal forma que a renda proveniente dos produtos do extrativismo, via de regra, mal remunerados, se

torna relativamente pequena. Para o consumo, todavia, todos ainda praticam o extrativismo de diversos frutos e outros recursos naturais.

A denominação agroextrativista refere-se aos coletores de frutos para o autoconsumo ou para comercialização, tais como: cabeça-de-nego (Annona crassiflora), abacaxi-do-cerrado, (Ananas ananassoides), cajuzinho-do-cerrado (Anacardium othonianum), cagaita (Eugenia dysenterica DC.), murici (Byrsonima verbascifolia Rich), coco-indaiá (Attalea geraensis), coquinho-azedo (Butia capitata Mart. Becc.), buriti (Mauritia flexuosa L.f), baru (Dipteryx alata Vog), mangaba (Hancornia speciosa Gomes), pequi (Caryocar brasiliense Camb.) etc., sendo que algum pode ser além do valor nutricional, medicinal, além de serem usados para outros fins. Atualmente existem mais de 58 espécies de frutos nativas do Cerrado conhecidas e utilizadas (ÁVIDOS; FERREIRA, 2000). As Figuras 44 e 45 apresentam exemplos do aproveitamento dos frutos nativos do Cerrado na alimentação das famílias agroextrativistas estudadas.

Figura 44: Caroço do Pequi estocado por uma família da comunidade Barro Vermelho para autoconsumo da amêndoa

Autor: Robson Munhoz de Oliveira, maio de 2013.

Figura 45: Amêndoa de Pequi servida no café da tarde por família que mora as margens do rio Feio.

Autor: Robson Munhoz de Oliveira, maio 2013.

Ademais, a confecção de utensílios domésticos e artesanatos para o uso ornamental a partir das raízes, folhas, flores, galhos e troncos, cabaças, cortiça, cipós, sementes etc., e o uso fitoterápico e fitocosmético de plantas nativas, constitui em mais algumas possibilidades que já vêm sendo explorada e que podem ser potencializadas como táticas de reprodução sociocultural dessas comunidades, com impactos ambientais mínimos.

Devemos destacar que foi constatado em campo, que mesmo o buriti, a favela e o pequi, que estão em primeiro, segundo e terceiro lugar, respectivamente, como principais frutos explorados economicamente na região, são aproveitados em quantidade muito pequena, considerando o enorme potencial da região de atuação da CoopSertão. Ademais, constatamos que o potencial do extrativismo nas comunidades estudadas vai além dos três produtos mencionados conforme nos foi relatado pelos agroextrativistas entrevistados e corroborado pelos técnicos da cooperativa[70]. Em relação a esse grande potencial não devidamente aproveitado, eis o que fala o senhor Pico dos Buracos:

> Praticamente quase todos são desperdiçados, quase tudo, mesmo com incentivo. Esse ano o buriti deu pouco, a safra foi pouca, mas mesmo assim desperdiço muito, aproveitaram o mínimo possível. Tem a cagaita que eles não aproveitam em nada; depois vem a cabeça-de-nego que é o araticum; tem a fava d'anta; tem o araçá que tem bastante na região e eles não aproveita nada dela; o cajuzinho [do-cerrado], na região predomina bastante e também não aproveita a produção dele toda. Basicamente é o mínimo que aproveita. Agora que eu tô [como técnico agrícola] vai fazer uns...quatro meses na CoopSertão, agente começou a trazer produto aqui pra CoopSertão, antigamente não tava trazendo nada. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL de 2013)

Além dos frutos, o senhor Pico dos Buracos cita o coco-babaçu (coco-indaiá) como importante no Núcleo Pandeiros, área de atuação da CoopSertão. Consoante com senhor Joãnico Pequizeiro, alguns frutos têm um percentual de aproveitamento modesto em face do grande potencial da região, dentre eles se destacam, o coquinho-azedo, a cagaita, cabeça-de-nego, o coco-indaiá, o cajuzinho-do-cerrado, o jatobá-do-cerrado, além da favela.

Quando questionado se o extrativismo na região tem potencial para tornar-se uma fonte de renda mais confiável, o senhor João Catador respondeu que alguns produtos possuem esse potencial e mencionou o pequi, o buriti e a favela e acrescentou. "É só organizar o mercado, organizar o produto, ter um produto registrado pra poder ir pro mercado. Hoje podemos contar nos dedos de uma mão quantos produtos nós temos registrados na Cooperativa. Muito pouco." (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

Em relação à mangaba, a senhora Mariquinha Indaiá, agroextrativista da comunidade Morro do Fogo, responde: "Não, mangaba essa nos não pega não, bem

---

[70] A constatação feita para alguns aspectos abordados na pesquisa serão generalizadas para a região de atuação da CoopSertão, pois essa extrapola o município de Chapada Gaúcha, abarcando também Cocos-BA, Itacarambi-MG, Urucuia-MG, São João da Missões-MG, Manga-MG, Januária-MG, Arinos-MG, Formoso-MG, Cônego Marinho-MG e Bonito de Minas-MG.

que tem, aqui mesmo nesses pé de serra tem muito. [...].” (PESQUISA DE CAMPO, JULHO DE 2011). Segundo a senhora Nica do Acari, agroextrativista da comunidade de Barro Vermelho, tem potencial para exploração comercial da favela, buriti, pequi, cagaita, cajuzinho-do-cerrado, jatobá-do-campo, jatobá-carreiro e coquinho-azedo. O senhor João Jacarandá nos informou que o Barro Vermelho tem potencial para explorar o coco-indaiá e a favela.

Segundo o senhor Adriano Cachimbo, representante da CoopSertão, entre os produtos que têm grande potencial e que são pouco explorados economicamente na região, estão: a cagaita, coco-indaiá e o cocô-palmeira, o jatobá, baru, sendo que o araçá tem médio potencial e o murici e a mangaba tem pouco potencial. O senhor Manuelzão, agroextrativista da comunidade São Félix, aponta a mangaba, cagaita, cabeça-de-nego, jatobá, coquinho-azedo como frutos com grande potencial para exploração comercial pela comunidade de São Félix. A senhora Tonica do Pacari, agroextrativista da comunidade Barro Vermelho, aponta que a comunidade Barro Vermelho, tem potencial a cabeça-de-nego, o cajuzinho-do-cerrado, cagaita, maracujá-do-cerrado e jatobá-carreiro e jatobá-do-campo, sendo que nenhum deles nunca foi explorado comercialmente e explica que a comunidade somente comercializou buriti, favela, pequi e óleo do pequi.

Consoante com o senhor Sucupiro, no Morro do Fogo alguns frutos têm grande potencial que poderia ser aproveitado economicamente, dentre eles cita, o coco-indaiá, o pequi, a favela, o buriti e o jatobá-do-cerrado, destacando a possibilidade de aproveitamento de sua casca para tratamentos de doenças, a semente de sucupira, o murici e a cagaita que é fácil e rápido de coletar. Entretanto, pondera dizendo que a produção do cajuzinho-do-cerrado e a cabeça-de-nego é muito baixa em alguns anos, tornando-se inviável seu aproveitamento comercial. Por sua vez, as mangabeiras estão sobre o platô de Serra das Araras, tornando seu aproveitamento inviável pela dificuldade de acesso.

O senhor Valdô Carinhanha corrobora essa afirmativa para a comunidade Morro do Fogo e aponta em ordem de importância os frutos com potencial para exploração econômica: o pequi, o buriti, favela cagaita. O senhor Miguilim Gamela observa que para aqueles frutos que perecem mais rápido, seria necessário uma câmara fria na própria comunidade.

> Igual eu tava falando pro cê, né. Desperdiça muita coisa que gera renda, mais só que a gente ainda não consegue coletar nem a metade dos frutos, das coisas, a cagaita, tem tanto fruto...Vixe! tem ano que da que...mais por

> enquanto nos nunca vendemo a cagaita por aqui não, aí desperdiça. Desperdiça goiaba, o araçá. É poucos frutos que a gente tá aproveitando aí. [...]a gente acredita depois quê organizá direitinho, a Cooperativa organiza, a Cooperativa e a própria associação também tem que organizá, né. Pra gente podê conseguir guardar as coisas na própria comunidade pra depois transportar. (PESQUISA DE CAMPO, JULHO de 2011)

Em relação à comunidade de Buraquinho, o senhor Quiméro do Gaio Molhado, confirma o potencial do buriti não aproveitado comercialmente:

> O buriti era desperdiçado porque pouco aproveitava pra o próprio consumo. Era coisa aí que dava era de monte. Ninguém dava conta de aproveita nem a metade. Quando se vê pé de buriti, quem tem aí quatro, cinco cacho, eles começa a cai tudo os cacho, tudo de uma vez. Toda hora se fora lá tem buriti de baixo. A pessoa vai lá apanha hoje cedo, quando é no outro dia que vai volta lá pra apanha, tem buriti lá. (PESQUISA DE CAMPO, JULHO de 2011)

O senhor Adriano Cachimbo, representante da CoopSertão, revela que o coco-indaiá, a despeito da grande ocorrência, tem sido pouco explorado comercialmente na região de atuação da CoopSertão:

> É um coqueiro, eles chama de palmeira babaçu, indaiá. Ele é o menos explorado na região, mais ele é pra uso de combustível mesmo, de óleo, [...]. Tem uma demanda, uma procura muito poca também, né. Serve pra fazê óleo, castanha, comê pura, pra fazê paçoca, fazê biscoito, fazê doce... [...] ele é explorado pela comunidade, de uso da comunidade, mais pra venda, pra comércio ainda não, né. Eu vejo que tem uma saída melhor da exploração dela em outras regiões, igual Maranhão, muitas regiões têm, mais aqui em Minas ainda é muito pequena, não sei por quê. É, só que, pelo que eu vejo, que tenho conhecido, o preço também não é muito compatível, parece que o preço de outras regiões que ele é desenvolvido, o preço é muito baixo pelo trabalho, pela mão-de-obra que dá. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL de 2013)

Em relação ao buriti, eis o que nos respondeu o senhor Adriano Cachimbo quando perguntamos quais comunidades tem aproveitado o potencial do buriti, e quais não tem:

> É, não aproveitado muito buriti, então muito aproveitado, é Morro do Fogo, Barro Vermelho, Barro Fundo, Buraco, Buraquinhos, Ribeirão dos Bois, Barrocão, Cajueiro, comunidade de Laje. Então os não aproveitado foi só algumas comunidades que a gente visitamo ontem, Piripiri, São Pedro e outras regiões que não tinha um trabalho com eles ainda. Então tamo descobrindo a capacidade, sabemo que tem mais. [...] Todas elas não consegue aproveitar nem oitenta por cento da produção. [...] (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL de 2013)

Em relação ao pequi que cai no chão, o senhor Adriano Cachimbo estima que a CoopSertão não aproveite nem 10% da produção na região em que atua. A família do senhor Zefulô Buritizeiro destacou que o Cerrado circunvizinho à comunidade de São Félix também possui grande potencial para produção de pequi, cagaita e jatobá-do-cerrado. Consoante com a senhora Sussa Sucupira e o senhor Zefulô Buritizeiro,

no ano em que é safra “A cagaita fica coisa de horro! Carrega pra vale.” (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013) Para o consumo da família, entretanto, ela não é muito usada, segundo os entrevistados.

Segundo o senhor Zefulô Buritizeiro, na região também a cabeça-de-nego existe em grande quantidade. É o que pode ser apreendida da sua fala: “Cabeça, os pé tem um bando. No ano que carrega faz ficar torto.” (PESQUISA DE CAMPO, abril de 2013) E nada é aproveitado, exceto para a alimentação da família. O maracujá-do-cerrado e o araçá existem em quantidade reduzida, concordam o casal, senhora Sussa Sucupira e o senhor Zefulô Buritizeiro.

Próximo à comunidade de São Félix também existe presença da mangaba, entretanto, não em potencial propício para a exploração econômica, conforme se apreende da fala do senhor Zefulô Buritizeiro:

> Mangaba também dá um bando. Têm anos que a gente vê bem ela, assim pra comê. No ano que carrega dá bem que dá pra arranja uma quantiinha, né, mas não é muita não, não dá pra panhá pra vendê, muitos quilos, não né. Mesmo que carrega muito, mas tem muito bicho que estraga, né, passarinho, bicho come, criação. Nos tempo da mangaba, os gado descobre, fica o arrieiro nos pé, igual faz com o pé do pequi. [...] (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL de 2013)

Assim, esses agroextrativistas avaliam que não parece ser viável economicamente a exploração da mangaba na comunidade. Conforme foi colocado pelo senhor Zefulô Buritizeiro, a exploração econômica da mangaba poderia causar a falta do suprimento para a alimentação dos animais silvestres.

Na comunidade de São Félix, consoante com o senhor Calengue Raizeiro, tem potencial econômico a cabeça-de-nego, o pequi, a cagaita, a favela, o jatobá-do-cerrado e, em menor quantidade, a mangaba. O cajuzinho-do-cerrado é fraco na região. “O Jatobá [-do-cerrado] é muito importante e como tem muita saída pra tudo, o Jatobá [-do-cerrado], o aproveitamento dele é pra tudo. Da alimentação humano e animal, dá para usar ele pra todas parte.” (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL de 2013)

Na comunidade de São Félix existe um pequeno galpão com um freezer que foi conseguido com recursos do IEF com a finalidade de armazenar frutos do Cerrado. Quando questionado se a simples existência de um freezer fomentaria a exploração comercial de frutos do Cerrado, eis o que responde o senhor Anatalino Cabeça: “[...] têm muitas comunidades que precisariam bastante. Aqui na região, por exemplo, se tivesse um freezer o senhor Palmeira dos Cocos não andaria cinco, seis quilômetros para levar um araçá, uma goiaba. [...].”(PESQUISA DE CAMPO, ABRIL

de 2013) Isso porque o senhor Palmeira dos Cocos, embora seja morador da comunidade de Mangal, tem armazenado o produto do extrativismo em um freezer que existe na comunidade de Barra do Pequi, cedido pela CoopSertão.

Em relação às principais dificuldades no campo do extrativismo enfrentadas pelas comunidades onde atua, o senhor Anatalino Cabeça menciona: a falta de transporte para os produtos que normalmente é feito de moto ou no ônibus escolar; local para armazenamento dos frutos até a chegada dos funcionários da Cooperativa; desvalorização do produto no mercado; e, políticas para incentivar o melhor aproveitamento da produção.

> Por exemplo, na safra passada [2009/2010] a raspa do buriti foi pago pela CoopSertão seis reais, nessa safra [2012/2-13] foi pago dez reais. Com isso já deu um passo. Se continuar tendo essa melhora assim, cada vez mais incentiva o extrativista. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

Conforme buscamos mostrar, a região possui um grande potencial de diversos frutos silvestres, ainda inexplorados do ponto de vista econômico e quiçá na alimentação das famílias. A criação da CoopSertão representou indubitavelmente o primeiro passo para descortinar o potencial regional das comunidades, por conseguinte, estimular sua exploração em moldes sustentáveis pelas famílias destas comunidades, oportunizando mais uma alternativa de geração de renda, especialmente àquelas comunidades localizadas dentro e em Zonas de Amortecimento.

5.4 A importância da CoopSertão como agente dinamizadora do agroextrativismo

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa Regional de Produtores Agrissilviextrativistas Sertão Veredas (CoopSertão Veredas) CoopSertão, ela foi fundada oficialmente no dia 20 de janeiro de 2006, entretanto, um grupo de lideranças locais já atuava na tentativa de organizar as comunidades locais desde 2003. Segundo o senhor Joãnico Pequizeiro, a ideia da Cooperativa tem início com a execução de um plano da Fundação Pró-Natureza (FUNATURA), apoiado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) entre 2003/06, que teve como fito:

- Desenvolver as comunidades do entorno do Parque Estadual Serra das Araras e o Parque Estadual Nacional Grande Sertão, incluindo o Corredor Ecológico[71] que liga estas duas Unidades de Conservação;
- Promover o desenvolvimento sustentável valorizando e agregando valores aos produtos do Cerrado;
- Promover a cultura sertaneja e a sustentabilidade ambiental;
- Desenvolver a economia solidária no âmbito do agroextrativismo; e,
- Oferecer assistência técnica e capacitação aos agroextrativistas.

Esse projeto previa a construção de uma unidade de beneficiamento de frutos do Cerrado. No bojo desse projeto ocorreu a ideia da constituição de uma Cooperativa, que foi colocada em prática, tendo como membros diretores, os próprios agroextrativistas.

O senhor Adriano Cachimbo, representante da CoopSertão, afirmou que, desde sua constituição, a cooperativa tem recebido recursos do Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN), Agência de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável da Chapada Gaúcha (ADISC), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério de Minas e Energia (MME), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Fundação do Banco do Brasil (FBB) e Instituto Estadual de Floresta de Minas Gerais (IEF-MG), sendo que o apoio mais expressivo veio da FBB, que por três vezes apoiou a Cooperativa.

Em relação à unidade de beneficiamento pertencente à cooperativa, o senhor Adriano Cachimbo relata que eles receberam o prédio pronto de outro projeto que existia e que foi cedido a CoopSertão (Figuras 46 e 47).

[71] Nesse Corredor Ecológico estão situadas as comunidades de Buraco e Buraquinho.

Figura 46: Prédio da unidade de beneficiamento da CoopSertão.

Autor: Robson Munhoz de Oliveira, abril de 2013.

Figura 47: Instalações da unidade de beneficiamento da CoopSertão.

Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2011.

Inicialmente a cooperativa tinha como foco de atuação, sobretudo o município de Chapada Gaúcha, mas em 2011 ampliou sobremaneira para outras comunidades deste e de outros municípios da região. Vale enfatizar que a ampliação da atuação da cooperativa se deveu à aprovação do Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu realizado sob a coordenação da Fundação Pró-Natureza (FUNATURA)[72], incluindo municípios onde antes a Cooperativa não tinha atuação ou sua atuação era inexpressiva, sendo eles: Cocos-BA, Itacarambi-MG, Urucuia-MG, São João da Missões-MG, Manga-MG, Januária-MG, Arinos-MG, Formoso-MG, Cônego Marinho-MG e Bonito de Minas-MG (COOPSERTÃO, 2011), onde compra a produção de aproximadamente vinte comunidades tradicionais. Segundo o senhor Adriano Cachimbo, representante da CoopSertão, o Projeto Mosaico foi relevante, sobretudo porque propiciou ampliar a área de atuação e a equipe de funcionários da Cooperativa.

Em julho de 2011, quando visitamos a sede da CoopSertão, ela funcionava em um espaço cedido pela Agência de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável da Chapada Gaúcha (ADISC). Em 2013, a Cooperativa estava sediada em um espaço custeado pela própria cooperativa, o que mostra que ela começa a ganhar autonomia. Entretanto, em 2013 ainda é a Prefeitura de Chapada Gaúcha que paga a conta de energia da unidade de beneficiamento da cooperativa, bem como cedeu o terreno com o prédio onde funciona essa unidade de beneficiamento,

[72] Sobre o Plano ver capítulo I.

com concessão de uso de uso por quinze anos, sendo que já se passaram cinco anos. Em entrevista em maio de 2013, o senhor Adriano Cachimbo, representante da CoopSertão, admitiu que a cooperativa ainda não é autossuficiente e depende dos apoios governamentais.

Atualmente a CoopSertão é a principal representante coletiva dos agroextrativistas das comunidades tradicionais da região, tanto cooperados, como não cooperados. A cooperativa também é a principal compradora dos produtos in natura ou semi-beneficiamento do agroextrativismo nas comunidades estudadas, assim como em toda a região, afora as vendas feitas diretamente aos consumidores locais, que ocorrem em pequenas feiras locais e as vendas de pequi e favela feitas aos atravessadores que também são consideráveis em termos de volume.

A Cooperativa possui quatro mobilizadores que atuam como Agentes de Desenvolvimento Rural Sustentável (ADRS) e que recebem R$ 800,00 reais para realizarem o papel de orientação, assistência técnica e para dar suporte ao Projeto Mosaico. Os ADRS ainda têm como papel mobilizar as comunidades onde atuam na época das safras de frutos nativos e favela e para o fornecimento de outros produtos agrícolas à Cooperativa, fazendo a articulação entre a Cooperativa e estas comunidades. Os ADRS recebem da Fundação Banco do Brasil, entidade que apoia projetos sociais na região. Além dos três mobilizadores, a Cooperativa conta com três técnicos agropecuários, um engenheiro agrônomo, um gestor técnico e uma gestora financeira. Além das nove (09) pessoas ligadas ao Projeto Mosaico, a Cooperativa emprega diretamente cinco pessoas na unidade de beneficiamento que recebem remuneração, incluindo o presidente.

Atualmente a Cooperativa trabalha com frutos cultivados nos quintais dos cooperados e não cooperados, tais como: laranja, banana, tamarindo, acerola, maracujá, caju, batata doce, entre outros, e frutos nativos do Cerrado, tais como: buriti, araçá, cagaita, cabeça-de-nego, coquinho-azedo, pequi, cajuzinho-do-cerrado, baru, jatobá-do-cerrado, o murici, umbu, favela, sendo que os principais frutos, em temo de volume, são: o buriti, o pequi, a cagaita, o cabeça-de-nego, o araçá e a favela. O umbu não é um fruto de potencial da região, sendo que na safra 2012/2013, a produção fornecida à Cooperativa veio do município de Manga-MG, área de transição entre o Cerrado e a Caatinga. Segundo o senhor João Catador, a Cooperativa pretende ampliar, não a variedade de produtos, mas sim a produção daqueles que ela já trabalha, tais como: a cabeça-de-nego, a cagaita, o jatobá-do-

cerrado, o murici, o cajuzinho-do-cerrado, o umbu, entre outros, que apresentam grande potencial de aproveitamento comercial na região.

A senhora Neguinha Caliandra, moradora do Morro do Fogo, quando perguntada sobre o que a Cooperativa compra na comunidade, respondeu:

> A Cooperativa aqui compra quase todas as coisas. Na época que tiver acerola eles compra, compra maracujá, eles compra laranja, eles compra caju, tudo isso compra. [...] Do Cerrado eles compra é quase todos também, eles compra favela, compra o que aparecer, pequi, tudo eles compra. Buriti, quando tem eu vô fala, o povo falta é morre de baixo dos pé, agora não tá desperdiçando nada. [...]. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL de 2013)

Não estar desperdiçando nada foi uma forma que a senhora Neguinha Caliandra encontrou para dizer que em relação ao "desperdício" que ocorria antes, atualmente, com a CoopSertão, muitas coisas estão sendo aproveitadas, pois ficou evidente na fala dos técnicos ligados à cooperativa e aos agroextrativistas entrevistados que o aproveitamento comercial ainda é incipiente.

Segundo a senhora Tonica do Pacari,

> Sempre é uma ajuda sabe, para comunidade, porque lá o que a gente mais produzia era mandioca né, farinha, a gente plantava e colhia, mas era de ano em ano, se sabe. Então o fruto sempre ele é uma coisa, se esse ano tem uma, outro ano já tem outro fruto, então deu pra gerar mais renda na comunidade. Porque a gente aproveitava muito pouco, não tinha um comércio pra gente vender. Então a gente colhia muito poquinho, era só mesmo pra manutenção da casa e se alguém chegasse lá 'há eu quero um prato eu quero dois prato', porque lá fala é prato, num é quilo. É uma medida feita de madeira. Aí a gente vendia muito poquinho, mas era só pra alimentação mesmo, e também aí não produzia muito porque não tinha como vendê. Aí quando apareceu o Projeto [Mosaico], aí a gente foi analisa, 'tá vendo como como é as coisas, agora a gente vai tê mais renda', né. Porque não só pra alimentação, pra alimentação ninguém dava conta, que são muitos fruto aí desperdiçava bastante. Agora não, graça a Deus lá não desperdiça, todo mundo...os que não colhe muito não colhe poquinho. Todo mundo lá, a maioria, todo mundo vende, é o buriti, é a favela, é o pequi. O pequi lá sai mais é o óleo. A gente nunca conseguiu arranja um comprador pra comprar mesmo a polpa né do pequi lá. A gente tem até curso pra despolpar o pequi, mas a gente não consegui comprar aquela quantidade, então a gente deixa quieto, já o óleo a gente ranja quem compra. O óleo se a gente não tiver comércio, o pessoal procura demais lá na comunidade. As vezes a gente nem conhece, mamo supô, de Brasília, Januária, se a gente tem, a gente acaba vendendo. Mas aí já agora como tem a Cooperativa e a gente tá lá pra mobilizá. Aí com a Cooperativa tudo organizou. Eu explico 'oh! Gente, os atravessador, chega hoje pagando 20 reais, mas amanhã ele pode não tá aqui, depois de amanhã não tá aqui, a Cooperativa sim, hoje ela compra, manhã ela compra, ela compra tudo, ela compra de uma quantidade maior. Aí foi que o pessoal mais trabalharam mais, influiu mais nos fruto né. Se colhia pouco agora colhe mais. Muitas vezes a gente lá não valorizava os fruto, porque pensava que não dava uma renda maior, né. Antes se ele cortava um pé de buriti ou de pequi, hoje ele faz é plantá. E eles têm uma segurança também no dinheiro, né. Porque vão supor, se não tem uma Cooperativa, nos não sabia nem pra quem entregá, nem que dia. Tento a Cooperativa, nóis sabe, 'oh! tal dia eu vou entregar, tal dia eu tenho meu dinheirinho'. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

Conforme se depreende da fala da senhora Tonica do Pacari, a cooperativa representou um apoio importante para as famílias no que toca ao aproveitamento dos frutos nativos do Cerrado, visto que antes da cooperativa não existiam compradores para alguns produtos na região, como: o buriti, a cagaita, a cabeça-de-nego, o coquinho-azedo, o araçá, o cajuzinho, o baru e o umbu e, para algumas comunidades de mais difícil acesso, como Buraco e Buraquinho, nem mesmo para o pequi e a favela.

O senhor Quiméro do Gaio Molhado, quando questionado sobre quem comprava os produtos do extrativismo antes da CoopSertão, ele respondeu que não existiam compradores, e completou,

> [...] levava pra feira, pras cidade aí pros comércio local, oferecia lá, vê se tinha alguém interessado, mais não tinha assim um comércio garantido não. Agora com a Cooperativa, aí começo a organiza e agora sim, vai o povo vai tê interesse, né. [...] Ela começo organiza de vagarzin, comprava pouca coisa. O povo não dava valo, a maioria, muitos, até eu que sou sócio da Cooperativa, não dava valo, e muitos aí não acredita e até hoje, não acredita que a Cooperativa é um, é uma coisa que é garantia, né, de renda pras pessoa do Cerrado e pode aproveita, muitos memo. Não tem esse reconhecimento e é uma coisa muito boa, uma ajuda muito boa, uma coisa que tá desperdiçando lá, a pessoa pega. [...]. (PESQUISA DE CAMPO, JULHO DE 2011)

O senhor Sucupiro, agroextrativista e Agente de Desenvolvimento Rural Sustentável (ADRS) da CoopSertão, nos informou que antes da criação da Cooperativa, a comercialização dos frutos do Cerrado era muito incerta, pois a venda era feita na feira de Serra das Araras ou para atravessadores. Atualmente o senhor Sucupiro entrega com frequência para CoopSertão, a favela, o cajuzinho-do-cerrado, o buriti, o pequi, a cabeça-de-nego, eventualmente a cagaita, ao passo que o óleo do coco é vendido na comunidade local de Serra das Araras ou para qualquer pessoa que encomenda, sendo que, nesse último caso, a demanda não é suprida porque seu beneficiamento é muito trabalhoso.

A quantidade de produtos do agroextrativismo entregue à CoopSertão na maioria das vezes é muito pequena e ocorre de forma irregular, entretanto, oportuniza para muitos agroextrativistas complementar a renda familiar, via de regra, muito baixa. O que precisa ser compreendido para que não se considere desprezível o papel da Cooperativa na região é que seus fornecedores são todos pequenos produtores agroextrativistas que fornecem uma quantidade muito pequena de excedentes para complementar a renda.

O senhor João Catador destaca a dificuldade de logística para o recolhimento da produção nas comunidades da região. Isso em razão das grandes distâncias entre as comunidades e localização das casas, especialmente porque as estradas estão em terrenos muito arenosos. No entanto, ele ressalta que atualmente a Cooperativa possui uma caminhonete Ranger 4x4 e quatro (04) motos, que foram compradas com os recursos do Projeto Mosaico, além de uma F1000, adquirida com recurso do Ministério do Meio Ambiente, as quais são usadas pelos técnicos de campo e os mobilizadores que contribuem notadamente para organizar a produção de forma a otimizar a logística. Nos arranjos agroextrativistas do Cerrado, faz-se importante a organização dos agroextrativistas de modo que reúnam a matéria-prima em um único ponto na comunidade. Isso reduz os custos com transporte para escoar a produção para o processamento.

Atualmente existem cerca de 100 cooperados, muitos não ativos, mas existe uma quantidade muito superior de fornecedores quando se consideram também os não cooperados. Conforme o senhor João Catador, na safra 2012/13 de buriti, por exemplo, existiram mais de 350 agroextrativistas que entregaram raspa de buriti. A quantidade de fornecedores de favela para a Cooperativa também é bastante expressiva. O número de cooperados não tem aumentado, nem mesmo existe uma estratégia em execução nesse sentido, entretanto, o número de fornecedores em safra, específica por produto, vem aumentando.

O senhor João Catador destaca também que os atuais cooperados não têm se mostrado muito comprometidos com a Cooperativa. Em suas palavras:

> Um ponto que está meio fraco é essa questão dos associados que não têm uma fidelidade. Se ele encontra um preço, uma diferença em alguns centavos melhor no preço do produto, ele vende pra fora né. Então não tem essa ligação, esse cordão umbilical. [...] (PESQUISA DE CAMPO, MAIO DE 2013)

Segundo o senhor Anatalino Cabeça, os cooperados não se sentem donos da Cooperativa, vendo-a com uma entidade na qual ele não tem poder de ingerência. O senhor João Catador observa que para reunir todos os fornecedores ou mesmo apenas os cooperados, a Cooperativa teria que custear o traslado e alimentação para os mesmos, condição que a Cooperativa não dispõe. Por estas mesmas razões apontadas para a realização da assembleia geral se consegue obter apenas o número mínimo necessário para sua realização.

Outra dificuldade para aumentar o número de cooperados, destacada pelo senhor João Catador, é a exigência da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que

é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas, tais como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), condição que a imensa maioria dos produtores rurais da região não reúne pela dificuldade burocrática, isso porque para a obtenção da DAP é necessário à comprovação da condição de posseiro, documento que muitos produtores não possuem, visto que muitas vezes o custo burocrático de reconhecimento é superior ao valor da terra, ou mesmo não sendo, é muito elevada para o produtor.

Além disso, a cooperativa exige o pagamento de uma taxa anual de R$ 150,00, valor que pode ser pago parcelado ou em produtos. Considerando as condições dos produtores rurais da região, esse é um valor elevado. Para o senhor João Catador, as pessoas não veem isso como um investimento, mas como um valor que daria para a família suprir outras necessidades. O senhor João Catador destaca a necessidade de realizar um programa com intuito de captar cooperados.

Quando questionado sobre o principal problema da Cooperativa na atualidade, o senhor João Catador destacou, além da falta de fidelidade dos cooperados, a ausência de planejamento estratégico sistemático da Cooperativa, bem como de interesse por parte dos agroextrativistas em ocupar a presidência da Cooperativa, com o término do mandato da atual gestão. Ele nos explica que o desinteresse pela Cooperativa resulta da falta de recursos que ela dispõe, bem como dos grandes desafios para o futuro. Em suas palavras:

> A gente não sabe que o que vai acontecer daqui um mês né, nenhum planejamento. [...] Vai levando aos trancos. [...] Aparece à dificuldade, aí vai tentando, cobrindo as dificuldades. [...] Quando chegou a safra de buriti, a gente não sabia o que fazer né, depois que foi aparecendo o negócio. A safra de pequi entrou e saiu e a gente não consegui fazer muita coisa, na safra de favela ficou esperando, esperando [aparecer comprador] e não aconteceu nada. Não tem planejamento, não consegue se planejar para o próximo ano. (PESQUISA DE CAMPO, MAIO DE 2013)

Segundo nos explica o senhor João Catador, a Cooperativa tem passado por diversas dificuldades financeiras. Atualmente, a rentabilidade da Cooperativa não cobre as despesas, ficando ela estreitamente dependente dos projetos a fundo perdido, mas “[...] Quando tem uma safra boa de um certo produto, no caso do buriti, deu para cobrir uma lacuna que tinha aí de dificuldade financeira. [...]” (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

Contudo, o senhor João Catador admite que houve a superação de muitos gargalos ao longo dos sete anos de sua existência. O representante da CoopSertão, o senhor Adriano Cachimbo, representante da CoopSertão, quando questionado sobre os avanços da Cooperativa ao longo do tempo de existência, corrobora o que disse o senhor João Catador: “Ela é bem recente. Quer dizer, tem muito pela frente, pra gente multiplica, né, mais pelo tempo que a gente criamo, pra onde a gente tá hoje, já tem muita história, muita conquista.” (PESQUISA DE CAMPO, JULHO DE 2011)

O representante da Cooperativa desenhou um quadro bastante positivo para o aproveitamento dos frutos nativos nos próximos anos na região, conforme se depreende de sua fala:

> [...] mais vejo assim, tem muita oportunidade, muita mudança boa, já melhorou a vida social de várias pessoas com o trabalho da Cooperativa, melhorou assim de forma significativa, e acredito que daqui pra frente tem muito mais a oferecer, porque a medida que vai se estruturando, mais apoio vai tendo as comunidades, né. (PESQUISA DE CAMPO, JULHO DE 2011)

A Cooperativa tem como meta futura, a descentralização da produção com a construção de entrepostos nas comunidades, todavia, embora esteja previsto no Projeto Mosaico a aquisição de despolpadora, freezer, equipamento para extração de óleo, outros equipamentos de beneficiamento, com essa finalidade, não há previsão de construção do edifício.

A principal forma de comercialização dos produtos da Cooperativa atualmente é o mercado institucional por meio do Programa Nacional de Aquisição Escolar (PNAE), fornecendo alimentos, como banana, farinha de mandioca, batata doce, laranja etc., à rede escolar municipal e estadual no município de Chapada Gaúcha. O fornecimento ao PNAE ocorre desde 2010. Segundo o senhor Adriano Cachimbo:

> [...] vareia muito, no ano, 2010, a gente fizemo uma venda aproximadamente de cinquenta mil reais. Durante esse ano vai ser um pouco mais [...] a rede escolar ela tá [representando] na faixa dos quarenta por cento [das vendas da Cooperativa]. Esse ano ela vai pra cinquenta por cento. Depois do PNAE, são as feiras e o cliente no dia-a-dia. A gente atende turista, né. É porque tem época, por exemplo, o buriti ele é o foco grande na época, depois para, mais aí, o doce de buriti que tem no estoque vende durante o ano, vende pras prateleiras, aí tem outro produto, por exemplo, a polpa do cajuzinho [do-cerrado]. Na época de safra a gente vende pra fora, pra sorveteria, pra Brasília, pra São Paulo. A gente vende muito a farofa de pequi, muitas cestas pra presentes que a prefeitura pega, coquetéis. (PESQUISA DE CAMPO, JULHO DE 2011)

Em relação ao cajuzinho-do-cerrado, eis o que o senhor Adriano Cachimbo afirmou: “O cajuzinho é bom, ele tem sido muito útil, tem muita aceitação porque

transforma ele em outro produto. A Cooperativa tem recebido muito, inclusive tem estoque da outra safra. Dele é feito suco, é feito doce, é feito geleia, então tem uma série de atividades, coquinho-azedo [...].” (PESQUISA DE CAMPO, MAIO DE 2013)

A polpa e raspa de buriti, de pequi e óleo de pequi também foram vendidas para a Central do Cerrado; a raspa do buriti para a Cooperativa Grande Sertão e Poli; o óleo e a favela para a Merck Brasil[73]. Também constituem em canais alternativos menos relevantes para a comercialização dos demais produtos da Cooperativa, a venda para uma sorveteria em Montes Claros, na sede da própria Cooperativa, em feiras e eventos promovidos por instituições governamentais de produtos, como: rapadura e rapadura com baru, mel, raspa, doce, farinha e óleo de buriti, doce de cajuzinho-do-cerrado, polpa, o óleo e farinha de pequi, as polpas congeladas (maracujá, coquinho-azedo, araçá, umbu e araçá) a farinha de mandioca, suco de cajuzinho-do-cerrado etc. (Figura 48). Por sua vez, a venda na sede da própria Cooperativa constitui-se o canal de menor importância para a comercialização dos produtos.

Outro problema da Cooperativa destacado pelo o senhor João Catador é falta de produtos que possam ser colocados diretamente na prateleira das redes varejistas como em supermercados. Entretanto, observa que esse problema está prestes a ser superado, visto que em maio de 2013, a Cooperativa havia terminado de receber os novos rótulos dos produtos que foram confeccionados em concordância com a normatização da vigilância sanitária, o qual contém as informações nutricionais dos produtos. A partir de maio de 2013 a Cooperativa começou a usar seu novo rótulo, com as especificações exigidas pela legislação.

[73] Conforme informações obtidas no *site* da Assembleia Legislativa do Maranhão, em 2009 a empresa norte-americana Quercegen Technologies que atua no setor farmacêutico e de alimentos, comprou as duas unidades maranheses da Merck localizadas em São Luís e Barra do Corda (MARANHÃO, 2014b, s/p).

Figura 48: Produtos da CoopSertão expostos em uma estante feita dos pecílos do buriti: polpa congelada de coquinho-azedo, maracujá, umbu, goiaba, conserva de pequi em polpa, óleo de pequi, óleo de buriti, castanha torrada de baru, farinha de mandioca, raspa de buriti e artesanatos diversos.

Autor: Robson Munhoz de Oliveira, maio de 2013.

A Cooperativa não possui nenhuma estratégia de marketing para divulgar seus produtos, exceto alguns folders e a próprias feiras institucionais, que além de espaços de comercialização, são meios de divulgar os produtos da Cooperativa.

Quando contrastamos a diversidade de frutos com possibilidade de aproveitamento comercial identificados nas comunidades estudadas com o rol de produtos que a CoopSertão atualmente trabalha, percebe-se que ainda existe um grande potencial não aproveitado na região. Mesmo o pequi, o buriti e a favela - principais produtos da Cooperativa - não têm sua produção totalmente explorada comercialmente.

5.4.1 O extrativismo e comercialização do Buriti

O senhor João Catador explica que na coleta do buriti, algumas famílias, para acelerar o amadurecimento do fruto, apanham e enterram o cacho, mas essa forma não é recomendável porque o fruto escurece e perde a qualidade. Outra estratégia usada pelas famílias é apanhar o cacho ainda verde e colocá-lo para secar na sombra. O mais indicado, no entanto, é apanhar o cacho cujos frutos estão caindo bastante e deixá-lo secar na sombra para amadurecer os frutos que ainda não estão no ponto, de forma que, em poucos dias, ele termina de amadurecer.

Comercialmente, como nos explicou o senhor João Catador, é preferível o buriti apanhado na palmeira, pois aqueles que caem no chão, se não apanhados rapidamente, sofrem o ataque dos insetos e animais perdendo a qualidade. O ideal para que isso não ocorra é passar diariamente para coletar os frutos que caíram no chão de tal modo que também se tornem apropriados para o comércio.

Entretanto, existe outra forma usada para coletar o buriti no cacho, conforme nos explicou a senhora Neguinha Caliandra: “[...] em cima nos pé que a gente num alcança, bate uma vara, aqueles preto vai caindo se vai pegando, a não ser que você paga uma pessoa, ela sobe e colhe os cacho, mais quando ele tá madurim. [...]” (PESQUISA DE CAMPO, JULHO DE 2011)

Conforme os agroextrativistas entrevistados, embora não se tenha observado problemas para a palmeira com a realização da retirada de todo cacho, o manejo mais adequado do buriti é pegar os frutos que caíram no chão, pois se o extrativismo for feito com a retirada do cacho, corre-se o risco de não sobrar frutos para os insetos voadores, bem como para os pássaros, assim como não cairão frutos no chão para alimentar outros tipos de insetos e animais que vivem no solo.

A palmeira é tão abundante na região que, mesmo tendo assistido a uma grande demanda pelo buriti na safra 2012/13, a maior desde que o fruto passou a ser aproveitado comercialmente, a possibilidade de um impacto ambiental significativo pela falta de frutos na natureza, parece estar afastado, considerado o atual nível da procura. Acrescenta-se que naturalmente os cachos de difícil acesso são deixados na natureza, conforme a fala do senhor Adriano Cachimbo, representante da CoopSertão:

> [...] Na verdade o buriti você não tem como colher o cacho todo, se tivesse cem plantas lá com fruto, pra não ter nada tem quatrocentas caixa? Quer dizer cada um têm dois, três mil frutos, não tem como coletar dois, três cacho de vez, então ele cai na medida do possível, todo dia cai um pouco e então assim você não consegue vender tudo. Bicho come, tem chuva, cai em quantidade, outras tá em difícil acesso, no meio da Vereda, do pantanal, lugar fechado de difícil acesso, não tem como, então não da pra família tá todo dia, toda hora, embaixo do pé de buriti coletando fruto. Coleta hoje amanhã ele vai de novo, então, nesse período perde muito, aí tem dias de chuva que não consegue coleta o buriti, os passarinho come também, carrega. [...] (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

O recomendável pelos técnicos da cooperativa é que permaneçam cerca de 30% na natureza e que as sementes do buriti sejam devolvidas às Veredas depois de despolpado. O ideal seria que 1/3 ficasse para a fauna e reposição de sementes, 1/3 fosse comercializado e 1/3 fosse guardado para o consumo da família, visto que a safra do mesmo ocorre de dois em dois anos na região. Entretanto, não podemos afastar o fato de haver um impacto significativo em uma dada comunidade onde ela foi intensamente explorada ou mesmo em outras regiões onde a palmeira é mais escassa.

O senhor Miro Veredeiro nos explica que em uma única safra pode existir uma variação muito grande na produção entre os buritizeiros. Assim na mesma safra um pé de buriti pode produzir um e outro produzir dez (10) cachos.

A senhora Neguinha Caliandra, se manifesta em relação ao buriti dizendo: “[...] Mais só que ele também é assim, ele não enche barriga de ninguém não, como ele deu muito ano passado, agora dois ano pra ele produzir e agora tem cacho, mais vai passa esse ano, no outro, acho que ele cai no outro ainda.” (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013) O senhor Calengue Raizeiro lembra em relação ao buriti: “[...] O buriti dá de três em três anos, mas no ano que ele dá ele dá demais.” (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013) O senhor Miro Veredeiro explica que, não é que o buriti produz de três em três anos. Ele produz todo ano, mas algumas safras a produção é suficiente apenas para alimentar os animais silvestres e o autoconsumo das populações.

O buriti tem um ciclo produtivo considerado longo, ou seja, de cerca de dois a três anos e apenas as plantas fêmeas produzem, enquanto os machos apenas polinizam. Em um ano ele flora, no segundo solta os frutos e cresce e no terceiro ano finalmente amadurece e solta os frutos no chão. Esse ciclo produtivo pode variar ao longo da vida produtiva da planta, conforme nos foi relatado em pesquisa de campo, mas a razão dessa variação não foi identificada. A próxima safra do buriti na

região ocorrerá em curto prazo visto que já existem muitas palmeiras com grandes cachos, conforme podemos constatar em diversas Veredas visitadas na região.

Os cachos de buriti que existem na ocasião do trabalho de campo (abril e maio) frutificaram, segundo o senhor Caio Jatobá, em novembro e dezembro de 2013 e devem madurecer e cair a partir de fevereiro de 2014. Isso ocorre porque, algumas palmeiras, no momento em que os frutos estão amadurecendo, iniciam também o floramento, preparando-se para a próxima safra, o que ocorreu com muitas palmeiras nas Veredas da região, razão pela qual os agroextrativistas preveem uma próxima safra já para 2014/15.

Em pesquisa de campo, constatamos que algumas famílias do Morro do Fogo comercializam parte dos produtos do extrativismo e seus derivados na feira que ocorre todas as quintas-feiras no Distrito de Serra das Araras, sendo que as outras comunidades estudadas não vendem produtos em feiras. A senhora Neguinha Caliandra destaca a grande procura pelo buriti: “Agora o buriti não é só a Cooperativa não. O buriti é muitos que compra. Cê pega o buriti aqui, cê leva na Serra [Distrito Serra das Araras], o povo já vem, porque o buriti é muito procurado, né. [...]”.

O senhor Miro Veredeiro explica que na safra 2012/13 não entregou buriti para a Cooperativa porque vendeu toda a produção na feira da Serra das Araras às pessoas que encomendaram diretamente. A encomenda é feita normalmente para enviar para parentes que moram fora. O agroextrativista lembra que a renda do buriti ajudou muito na renda familiar.

Dentre os principais produtos comercializados na feira de Serra das Araras, estão: raspa de buriti, doce de buriti, óleo e polpa de pequi, castanha e o óleo do coco-catulé, entre outros produzidos no interior da unidade de produção familiar. Em relação ao aproveitamento comercial do buriti, o senhor Quiméro do Gaio Molhado respondeu:

> A o fruto é memo pro consumo e pra venda, né, pro comércio. A renda é mais um ajuda já, ué, uma sustentabilidade, né. Na última safra [2009/10] eu não tenho uma idéia não de quanta renda gerou, porque a gente nunca tiro assim pra aproveitá que nem esse ano. O ano que vem, quando tivé, se tivé buriti, o povo já tá atento que tem saída, né. Aí ninguém vai deixar o buriti desperdiçá. O máximo que pudê aproveitá, eles vão aproveitá. Mais enquanto não tinha isso aí [compra pela CoopSertão], essa saída, o povo não dava muito valor. Uns rapava, outro deixava aí pra vendê, outro rapava só pro consumo mesmo, mais se tá tendo como tava tendo ano passado o comércio, aí bom. É uma pena que já foi no final da safra. O povo não aproveitô quase nada, mais quando tive outra safra, aí ninguém vai deixar desperdiçá igual desperdiçó não. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

Um trecho de nossa entrevista realizada em julho de 2011 com o senhor Adriano Cachimbo, representante da CoopSertão, é bastante ilustrativo para demostrar o papel da Cooperativa no aproveitamento comercial do buriti na região:

> [...] Ele se deu em função [...] da habilidade das comunidade, né. Já tem o habito de utilizar o buriti, já sabia despolpar, utilizar, pra consumir, pra comércio [...] Não é difícil trabalhar o buriti com essas comunidades [...] Tem muito buriti pra aproveitá [...] e tem muita demanda de matéria-prima. (PESQUISA DE CAMPO, JULHO DE 2011)

A fala do senhor Adriano Cachimbo nos permite apreender que a CoopSertão partiu do conhecimento prévio das comunidades e, portanto, do potencial do território Cerradeiro, como elemento fundamental para o sucesso no aproveitamento comercial do buriti. Neste contexto, o papel da Cooperativa como agente foi igualmente fundamental, como se depreende mais uma vez da fala do senhor Adriano Cachimbo "[...] A primeira, experiência foi essa, fazer esse primeiro negocio, envolver comunidade, descobrir clientes, é, conhecer o procedimento do comércio do buriti. [...]" (PESQUISA DE CAMPO, JULHO DE 2011) Como já foi mencionado, a CoopSertão tem exercido papel fundamental para o aproveitamento comercial do potencial das Veredas que entrecruzam todas as comunidades da região, visto que estas têm como forma de organização socioespacial, a construção das habitações ao longo dos cursos d'águas e das Veredas.

Ainda consoante com o senhor Adriano Cachimbo: "[...] Agora na safra a gente vai ver como vai ser essa demanda, essa questão, essa proposta de negocio com a empresa, né. Como que vai ser se vai permanecer, vai ter novos clientes, como que vai ser o preço, o beneficio, né." (PESQUISA DE CAMPO, JULHO DE 2011) A perspectiva do senhor Adriano Cachimbo, em relação ao potencial para maior aproveitamento comercial do buriti, é confirmada na safra de 2013, a qual tivemos a oportunidade de acompanhar em pesquisa de campo realizada em abril e maio de 2013.

O senhor Manuelzão considera baixo o valor de R$ 10,00 pagos pela CoopSertão, mas declara que, apesar do baixo preço, está "[...] melhor do que antigamente né, que sempre não vendia, né. Panhava memo só pro consumo, né, não tinha saída assim, vê hoje já tem, né. Que dizer que a gente panha pro consumo e pra vende também né. [...] Esse ano deu um troco bom." (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

A família do senhor Zefulô Buritizeiro, mais especificamente sua esposa e quatro filhos, obteve uma renda de aproximadamente R$ 600,00. A esposa do senhor Zefulô Buritizeiro destaca que a produção de buriti foi muito grande. Eis como se expressa a senhora Sussa Sucupira: “[...] mas tinha buriti, tinha buriti. O ano que ele começa a cair tem com força. Vou fala pra você que tinha buriti e os pé tudo baixo, né. Agora esse ano memo tem muito cacho já. Daqui três anos tem mais.” (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

A Cooperativa compra dos agroextrativistas o buriti em raspa desidratado, ou seja, semi-processado artesanalmente ou transformado em óleo. A própria Cooperativa também transforma o buriti em óleo e o vende no mercado local para fins medicinais. Segundo o senhor João Catador, houve um ano em que a Cooperativa realizou a compra maciça de óleo de buriti semi-processado, mas em 2013 não ocorreu demanda pelo óleo, pois a Cooperativa não fechou contrato de venda.

O senhor Quiméro do Gaio Molhado nos explicou as etapas da despolpa do buriti que é realizado antes da venda para a CoopSertão:

> É a gente coleta lá, coloca pra amolece na água quente, aí ele amoleceu, a gente descasca ele e raspa com a faca e ponha no sol pra desgradá. Fica dois dias, aí depois ele é ensacado e vendido pra Cooperativa. [...] O ano passado [2010] foi vendido a seis reais o quilo. [...] A gente leva lá em cima da serra de carroça ou cavalo. [...] (PESQUISA DE CAMPO, MAIO DE 2013)

Segundo o senhor Adriano Cachimbo, a Cooperativa pagou na safra 2009/10, R$ 6,00/kg da raspa desidratada de buriti. “[...] foi um trabalho de experiência de primeiro ano, né [...].” (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013). Na safra 2012/13, a CoopSertão comprou 13 toneladas de raspa de buriti, sendo que pagou R$ 10,00/kg da raspa desidratada de buriti, ou seja, semi-processada artesanalmente (Figura 49). Vale observar que entre as safras 2009/10 e 2012/13, o produto teve uma valorização de R$ 4,00/kg, ou de 40%.

Figura 49: Raspas de buriti.

Autor: Robson Munhoz de Oliveira, abril de 2013.

O principal comprador de raspa de buriti foi a Cooperativa Grande Sertão, situada em Montes Claros-MG, que comprou 5.500 quilos e, que por sua vez, o transformou em óleo bruto para vender para a Natura, empresa de cosméticos. A segunda grande compradora do buriti da CoopSertão foi a Poli Óleo, situada em São Paulo-SP, empresa que atua no setor de cosméticos, farmacêutico e alimentício, tendo adquirido 6.500 quilos. A terceira maior compradora foi a Central do Cerrado, sediada em Brasília-DF, que adquiriu 1.500 quilos. Entretanto, apenas uma pequena parte dessa matéria-prima foi processada na Cooperativa para a produção de doce: parte foi dividida em pacotes de 200g e 500g para ser vendida e outra pequena parte de raspas de buriti foi reservada para a produção de doces ao longo dos dois anos de entressafra, de acordo com o senhor João Catador (Figura 50).

Figura 50: Funcionária da CoopSertão demostrando como se prepara o doce de buriti.

Autor: Robson Munhoz de Oliveira, maio de 2013.

Isso ocorre porque a CoopSertão não possui estrutura industrial para extrair o óleo do buriti e possui certificação apenas para polpas congeladas e não para produção de óleo. Segundo o senhor Joãnico Pequizeiro, para a Cooperativa seria mais rentável produzir o doce a vender a raspa do buriti à Cooperativa Grande Sertão. Todavia, a CoopSertão não possui capacidade instalada para produzir o doce com toda a matéria-prima obtida dos agroextrativistas, ainda que tenha absorvido apenas uma parcela ínfima da produção de buriti da região, visto que a imensa maioria dos buritizais não é explorado comercialmente pelos agroextrativistas.

Em face do grande potencial produtivo da região no que toca ao buriti, já foi cogitado no âmbito da Cooperativa, a possibilidade da produção do óleo do buriti. O senhor Joãnico Pequizeiro lembra que o buriti tem uma entressafra de três anos, portanto, pensar a constituição de uma planta industrial para produção do buriti implicaria em adaptar a mesma estrutura para a exploração do óleo de pequi, visto

que esse produto tem safra anual, de modo que a planta industrial não ficaria ociosa na entressafra do buriti.

Quando questionado sobre a capacidade de processamento da Cooperativa para aproveitar o potencial desperdiçado de frutos nativos do Cerrado na região, depreendemos das entrevistas com os técnicos e representantes da CoopSertão, que a atual estrutura permite processar apenas uma parte do potencial presente na região.

Outro gargalo da Cooperativa é a falta de capital de giro para estocar o produto, destarte ficando a mercê de um parceiro que antecipe o recurso para a absorção da safra. O senhor Adriano Cachimbo, representante da CoopSertão, nos explica que uma das dificuldades decorrentes da falta de capital de giro está relacionada ao fato dos frutos silvestres terem ciclo de produção muito curto, concentrando-se no verão, entretanto, a comercialização de seus derivados é feita ao longo do ano. Não obstante, o produtor não pode esperar muito tempo até que Cooperativa venda para receber. Isso impossibilita que a Cooperativa compre a produção para estocar. “O capital de giro é necessário por isso: pagar o produtor no ato da compra e fazer estoque para o longo do ano. Nos precisamos ter o estoque para atender a hora que o consumidor pede. Além disso, temo outros gastos com manutenção da Cooperativa”, declara o senhor Adriano Cachimbo (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013).

A constituição de estoque seria fundamental para o período de entressafra quando falta o produto no mercado, momento em que o preço atinge seu pico. Ressaltamos que o buriti, desidratado ou em forma de óleo, poderia ficar por mais de um ano estocado. Devemos lembrar que a maior capacidade de absorção do buriti implicaria na maior capacidade de armazenamento.

5.5 Os estrangulamentos em relação ao aproveitamento, beneficiamento e comercialização do pequi pela CoopSertão

Entendemos que atenção diferenciada deve ser despendida também ao pequi por diversas razões que buscaremos demonstrar ao longo desse item. A mais importante delas é o fato de sua polpa ser um dos produtos de maior valor comercial e base da cultura alimentar das famílias entrevistadas. O pequi é o fruto mais

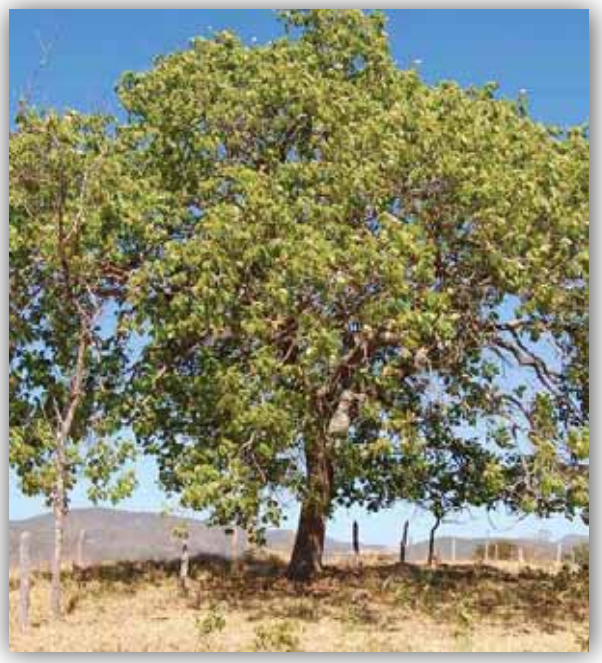
popular e usado na culinária das comunidades tradicionais e não tradicionais do Centro-Oeste.

Esse fruto possui um caroço composto por um endocarpo lenhoso envolvido por inúmeros pequenos espinhos, envolto por uma polpa de coloração amarelada, carnoso e com alto teor de óleo. No interior do caroço está a semente ou amêndoa que também é comestível (Figura 51 e 52).

Figura 51: Corte esquemático de um pequi descascado.

Fonte: Carazza e Ávila, 2010.

Figura 52: O pequizeiro, árvore de médio porte, típica do Cerrado.



Fonte: Oliveira e Scariot (2010)

O pequi cujo nome científico é Caryocar brasiliense Camb., da família Caryocaraceae, é uma palavra que vem da língua indígena tupi, onde py" significa pele e "qui" espinhos (OLIVEIRA; SCARIOT, 2010; CARAZZA; ÁVILA, 2010)

> No Cerrado é comum ocorrer em média 25 pequizeiros por hectare, mas pode chegar a 100 em algumas vegetações mais fechadas. [...] O tamanho do pequizeiro varia muito entre regiões. Em alguns lugares existem variedades de pequizeiros interessantes, como o pequizeiro anão encontrado na região sul de Minas Gerais, que forma moitas ou pequenas arvoretas de até 1,5 m de altura. Outro tipo é o pequi sem espinhos no caroço, encontrado no Parque Indígena do Xingu no norte do Mato Grosso. (OLIVEIRA; SCARIOT, 2010, p. 17)

O pequi possui uma multiplicidade de usos, pois dele se produz óleo, sabão, bombons, doces, geleias, cremes, sorvetes, vitaminas, licores, farofas, ração para

porcos e galinhas. Oliveira e Scariot (2010) mencionam que o óleo feito da polpa do pequi tem potencial para produção de biocombustíveis e lubrificantes.

A polpa do pequi preparada em conserva na salmoura ou ácido cítrico, desidratada por secamento ao sol ou secador elétrico, congelada ou transformada em óleo, além de possuir maior valor agregado, permite às famílias o armazenamento por longo período, de modo a se ter suprimento para alimentação e comércio durante a entressafra.

Na medicina popular, o óleo, as folhas e as flores do pequi são indicados como fitoterápicos para o tratamento de doenças respiratórias, tais como bronquites, gripes e resfriados. O extrato de folhas do pequizeiro faz-se remédios para combater micoses (fungos) e moluscos (caracóis) (OLIVEIRA; SCARIOT, 2010). Além disso, existe potencial de aproveitamento econômico do caroço e da casca do pequi, pontos que serão abordados mais a frente.

Nas comunidades estudadas, o pequi produz regularmente todos os anos, mas em alguns anos a produtividade é menor. Entretanto, segundo informação de diversos agroextrativistas das comunidades de São Félix, Pequi e Barro Vermelho, há duas safras não se coleta o pequi na região devido à presença de um besouro que ataca a flor do pequizeiro de forma menos intensa, mas já afetando a produtividade. O besouro está matando inclusive os pequizeiros, observa o senhor Calengue Raizeiro.

Ainda não foram feitos estudos específicos sobre o ataque do besouro às flores do pequizeiro, mas com base no que disse o senhor Calengue Raizeiro, a causa pode estar na redução do número de seriemas e anus-brancos por envenenamento nas monoculturas de soja e dos tatus, por envenenamento nas monoculturas de eucalipto e pínus da região. Esses animais são predadores naturais do besouro e talvez sejam os maiores responsáveis pelo controle da população de besouro.

Desse modo, os únicos pequis que estas comunidades vêm conseguindo coletar são os temporãos, ou seja, aqueles que são produzidos fora de época, pois o besouro aparece apenas na florada do pequi. O besouro vem atacando há cerca de dois anos e pelo que informa o senhor Anatalino Cabeça e a senhora Tonica do Pacari, ele apareceu apenas nas comunidades de Pequi, Barra do Pequi, São Félix, Mangal, Marimbas e Barro Vermelho. Na última, entretanto, o ataque dos besouros não chega a comprometer totalmente a safra como nas demais comunidades, mas

as famílias da comunidade Barro Vermelho forneceram apenas 36 litros (ou “quilos” na linguagem local) de pequi para a CoopSertão. Segundo a senhora Tonica do Pacari, a baixa produtividade do pequi na comunidade se deveu ao ataque do besouro. “Os bisouro estragou mais mesmo assim ainda salvou bastante”. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013) Por esse mesmo motivo o pequi também não foi vendido aos atravessadores que não apareceram na comunidade, possivelmente por saber da baixa produtividade na comunidade.

Com exceção do caso do besouro que vem há dois anos atacando as flores do pequizeiro nas comunidades supramencionadas, não foi identificado nenhum outro tipo de praga acometendo os frutos nativos do Cerrado a ponto de comprometer sua viabilidade.

O extrativismo do pequi no Cerrado é, há muitos anos, uma importante alternativa de renda para diversas famílias carentes em municípios pobres e com poucas oportunidades de emprego, como é o caso do município de Chapada Gaúcha. Entretanto, a CoopSertão, ainda encontra muitas dificuldades para um maior aproveitamento do produto, deixando espaço para a atuação dos atravessadores, a quem os agroextrativistas obrigam-se a submeter.

Segundo o senhor Adriano Cachimbo, a CoopSertão não consegue comprar toda a matéria-prima que as comunidades dispõem durante a safra do pequi, porque “o potencial é muito”, ou seja, superior a capacidade de absorção da Cooperativa.

Entre os motivos elencados pelo senhor Adriano Cachimbo, muitos agroextrativistas preferem vender o produto direto aos atravessadores, localmente denominados “caminhoneiros” que o compram in natura, ao passo que a Cooperativa, necessita comprá-lo depois de semi-processado artesanalmente. Como nos explicou o senhor Adriano Cachimbo, em entrevista em julho de 2011, o dispêndio com transporte e contratação de funcionário para despolpar o pequi na Cooperativa tornaria o custo final do produto muito elevado. Ademais, outro problema apontado pelo senhor Adriano Cachimbo refere-se à dificuldade de destinação da casca do pequi que, ao final do processamento, gera um grande volume de resíduos.

Nas palavras do senhor Adriano Cachimbo:

> [...] dificilmente a gente vê uma comunidade que tem condições, que tem um ponto mais de apoio com melhores condições pra se beneficiar esse produto ali, e a maioria acaba sendo transportado pra cá, então a mão-de-obra é muito. É uma situação muito complicada, né porque já tentamos fazer isso várias vezes e dificulta. Tem que primeiro a comunidade querer fazer, assumir

> e acreditar e assumi a mão-de-obra. Mas a maioria das comunidade acha que não, que dá muito trabalho, que não compensa, que não vai mexe com despolpar pequi, então quer vender o pequi in natura, caiu do pé, entregou [...] diz que da trabalho, que não dá renda, compensa vender do jeito que cai. Aí pra Cooperativa no caso que recebe esse produto que não tem um entreposto nas comunidades pra se beneficiar lá, tem que deslocar para cá, tem custo alto, tem custo do transporte, tem custo de mão-de-obra, tem prejuízo porque perde muito, né. [...] não da pra gente fazer esse investimento agora, mais tamo caminhando pra isso. Agora se despolpa na própria comunidade, eles consegue muito mais, até armazenar pra própria família. [...] ainda tem que se trabalhar isso muito ainda, porque pra nóis até agora nóis tivemos dificuldade de assumi. [...] falta estrutura, e a gente observando hoje, falta apoio. [...] Com um caminhão de caixa de pequi in natura, depois se vai devolvê de volta aquele monte de casca de pequi. Aqui onde amuntua estas cascas na cidade? Então se isso fosse feito lá na base, lá mesmo ficava as sobras, os resido. (PESQUISA DE CAMPO, JUHO DE 2011)

O senhor Lundu Curraleiro relata que, embora tenha havido demanda da CoopSertão para o fornecimento de polpa de pequi, as comunidades não podem fazê-lo porque não dispõem de um espaço com estrutura que permita a realização do trabalho dentro das condições sanitárias exigidas pela legislação.

No que toca aos resíduos do pequi, dois pontos merecem melhor atenção: o primeiro refere-se à necessidade de qualificar o agroextrativista para realizar o aproveitamento da casca do pequi, pois segundo Silva (2011):

> [...] a casca do pequi poderia ser utilizada em ração para animais e adubos. Pode ser uma alternativa interessante a ser acrescentada na alimentação do gado bovino durante a seca [...]. O adubo orgânico oriundo da casca de pequi seria, assim, um importante insumo na incrementação da agricultura familiar sustentável [...]. (SILVA, 2011, p. 153)

A casca que produz uma tintura castanho-escura que também pode ser utilizada para tingimento artesanal; como ração para bovinos, peixes, assim como para alimentação humana. (OLIVEIRA; SCARIOT, 2010)

Além disso, o benefício do semi-processamento dos frutos nas próprias comunidades, além de agregar valor e gerar emprego, está na permanência das sementes local de origem do fruto, causando assim menor impacto ambiental.

O segundo ponto refere-se à destinação do caroço do pequi, que uma vez retirado do meio natural, deveria ser devolvido de modo a se propiciar a renovação futura da população de pequizeiros no Cerrado.

A permanência das sementes dos frutos nas comunidades também permitiria às famílias fazerem pomares e adensar as espécies úteis para o extrativismo na própria natureza. Além disso, consoante com Oliveira e Scariot (2010), a amêndoa do pequi que fica no interior do caroço pode ser usada para fazer pamonhas, bolos,

doces e paçocas, mas também pode ser consumida in natura. O óleo extraído da amêndoa é de excelente qualidade e apresenta potencial para a indústria de cosméticos, com boas propriedades para hidratação e embelezamento da pele. Os autores lembram ainda que a indústria utiliza o pequi para fabricação de hidratante, xampu, condicionador e sabonete.

Quando perguntada se extrai a amêndoa (denominada localmente de "castanha") do pequi para vender, a senhora Mariquinha Indaiá, responde: "Ah! A castanha nóis não aproveita porque a bicha da trabaio. Eu mesmo nunca parti castanha pra vender." Quando fala que o trabalho não é compensador, em verdade esse é um ponto de vista relativo, e se aplica para quando o produto não tem valor de mercado compensador. Ademais, existem instrumentos que facilitam a extração da amêndoa.

Outro ponto de estrangulamento em relação ao aproveitamento comercial do pequi, segundo o senhor Adriano Cachimbo, representante da CoopSertão, refere-se à falta de estrutura nas comunidades para realizar o semi-processamento, ainda que seja feito de forma artesanal, ou seja, sem o uso de nenhum tipo de equipamento. Entretanto, lembra que as comunidades de Cajueiro e Ribeirão de Areia, situada em Chapada Gaúcha-MG, têm conseguido realizar melhor o aproveitamento porque tem feito o semi-processamento na comunidade. Conforme o senhor Adriano Cachimbo explica:

> [...] No fundo de quintal não tem como, dentro de uma propriedade familiar é difícil. Se precisa de água, precisa de vasilha, precisa de uma salinha em condições aonde que não tem envolvimento de animais, né, galinha, cachorro, criança, coisas que pode corrê risco de contaminar o produto, né. As vezes falta essas condições de apoio mesmo, de locais de mínima estrutura, né. Mais tem uma, duas ou três comunidade que têm dado esse apoio pra gente já, tem trabalhado e tem dado certo. Aqui na comunidade de Cajueiro e Ribeirão de Areia tá mais desenvolvido. A gente vê que é possível, que tem condições de fazer isso, de assumir pelo que a gente viu ontem, muita matéria-prima, e a questão eles têm vocação e oportunidade de desenvolver. A gente acha que vai ter boa oportunidade de trabalho, envolvê mais comunidade com essa capacidade de fazer pré-beneficiamento. [...] As comunidades que despolpa o pequi não em grande quantidade, mas já beneficia pra gente. [...] a gente tem treinamento, plenas condições, vasilhame, a gente da todo o treinamento suficiente, aí paga um pouco mais caro por ele já despolpado, é mais viável pra Cooperativa [...] (PESQUISA DE CAMPO, JUHO DE 2011)

Conforme observam Oliveira e Scariot (2010, p. 35), o pequi pode ser facilmente processado, todavia, lembram que os procedimentos necessitam ser feitos em ambiente fechado e com boas condições de higiene. "[...] A água utilizada deve ser filtrada e é recomendável o uso de toucas, máscaras, botas e luvas. Várias

Cooperativas já têm unidades de processamento de frutos do Cerrado nas comunidades. [...]".

Entretanto, conforme o senhor Adriano Cachimbo nos relatou em entrevista em julho 2011, se apenas cerca de 10% do pequi da safra 2010/11 chegou semi-processado do campo para a Cooperativa, segundo o senhor Joãnico Pequizeiro, na safra de 2012/13, 100% do produto, chegou depois de semi-processado artesanalmente e transformado em óleo e polpa em conserva.

Segundo o senhor Joãnico Pequizeiro, ainda não são todas as famílias que realizam os procedimentos padrões para a coleta e semi-processamento do pequi, razão pela qual a CoopSertão vem oferecendo cursos para qualificar os agroextrativistas para ensiná-los a forma correta de semi-processamento, normas sanitárias e manejo sustentável. No caso do pequi, a exemplo do buriti, se repete a falta de estrutura necessária no campo para as famílias realizarem o semi-processamento cumprindo as normas sanitárias.

A senhora Neguinha Caliandra explica como é feito artesanalmente o processo de semi-processamento do pequi para extração do óleo, denominado localmente de "óleo quente" ou "gordura do pequi":

> Nos tira ele em casa. Se pega o pequi, se parte ele, aí se coloca naqueles tamborão de [...] duzentos litro, enche ele e põe fogo. Aí quando ele tive bem cuzidin, se tira ele, aí no outro dia cedo que ele tá fritinho, se vai socá ele, bem socado, assim de vagarzinho, ele vai soltando a massa. Depois que ele solta a massa, se tem que ter água bastante fria. Aí se vai colocando a massa, vai amassando, amassando, aí despeja a água e ele sobe, aí depois que subi a gordura, se pega a gordura, frita, depois de frito se coa, se for querer ela refinada, se frita ela bem fritinha, tá amarelinha, eles prefere tudo assim amarelinha, né, a não ser se for refinado, se coa ela despois dela fritinha, aí se vai refina ela. (PESQUISA DE CAMPO, JULHO DE 2011.)

O óleo do pequi pode se produzido de duas formas, sendo que ele pode ficar mais bruto ou mais refinado. O processo para refiná-lo exige que ele seja levado ao fogo por mais tempo. Com esse procedimento, o forte cheiro característico do pequi é reduzido. Esse é mais adequando para uso na culinária e para fritura, nos explicou o senhor Miro Veredeiro.

O óleo vendido à CoopSertão é o óleo bruto, pois o refinado, segundo senhor Lundu Curraleiro, somente é produzido para o uso das próprias famílias agroextrativistas. Geralmente o processo de extração de óleo é realizado pela mulher. Outra forma de tirar o óleo é com a água fria no rio. O senhor Lundu

Curraleiro explica que na comunidade onde mora, Barro Vermelho, para tirar o óleo do pequi,

> Tem uma ciência que tem que ser de manha que a água do rio tá fria antes do sol sair cinco hora da manhã.” Joga a água na massa do pequi, joga a água aos poucos na massa e vai amassando. Depois joga um balde de água do alto para virar uma coalhada e depois vai “fritá” para secar a água. Tem que mexer constantemente e considerado bem trabalhoso. [...] O caroço a comunidade guarda e deixa secar para depois partir e comer a castanha do pequi com farinha. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

O senhor Joãnico Pequizeiro nos relatou que na safra de 2012/2013 houve uma encomenda de 1.000 litros pela Central do Cerrado, volume considerado grande, mas a Cooperativa conseguiu obter apenas 400 litros de óleo. Isso se deveu ao fato de que os agroextrativistas consideram o valor pago baixo.

Em relação à polpa que chega do campo, a Cooperativa realiza a seleção, a troca da calda da conserva e, finalmente, o produto é envasado em potes de vidro. A Cooperativa também usa a polpa para produzir a farinha de pequi que tem grande aceitação no mercado.

Apesar do preço considerado pouco compensador, o senhor Joãnico Pequizeiro lembra que muitas famílias da região semi-processaram transformando o pequi em polpa para vender a CoopSertão, mas como a Cooperativa não conseguiu estabelecer nenhuma parceria para vender o pequi na safra 2012/2013, parte da produção ficou nas comunidades.

A dificuldade de absorção de uma parcela maior da produção regional durante as safras do pequi se deve principalmente à falta de capital de giro, ficando a Cooperativa a mercê de compradores que antecipem o recurso necessário para a compra da matéria-prima, a exemplo do que ocorreu em relação aos demais produtos comprados pela Cooperativa. Segundo o senhor Joãnico Pequizeiro, caso esse estrangulamento fosse superado, seria possível realizar estoque para a entressafra, dado que o pequi possibilita a estocagem em forma de óleo, de polpa em conserva, congelada ou desidratada. Devemos lembrar que a maior capacidade de absorção do pequi implicaria na maior capacidade de armazenamento. Entretanto, segundo o senhor João Catador, o problema não é espaço para estocar, pois o pequi é muito fácil de ser estocado em conserva na salmoura, podendo ficar na forma até a próxima safra, sem perda de qualidade.

Atualmente o estoque que a Cooperativa mantém para usar na entressafra é muito pequeno e normalmente não corresponde à necessidade da Cooperativa ao

longo da entressafra. O pequeno estoque de polpa de pequi e buriti que a Cooperativa dispõe é suficiente apenas para produção da farinha de pequi e de doces de buriti ao longo da entressafra, mas não para a venda da polpa em conserva.

Também o senhor João Catador corrobora que a Cooperativa não absorveu todo o pequi ofertado durante a safra de 2012/13 e não tem feito isso nas safras anteriores, porque não conseguiu firmar contratos com compradores que antecipe o recurso para compra da matéria-prima e por não possuir capital de giro. Desse modo, caso apareça algum comprador de grande monta na entressafra do pequi, a Cooperativa não dispõe de produto para venda.

Referindo-se a CoopSertão, declara o senhor Caio Jatobá,

> Essa Cooperativa tá muito devagar, esse ano memo não panhô pequi aqui pra nada. Pequi aqui disperdiçó todinho. A gente aqui que fez a colheita pouquinho só memo pra tirá a gordura pro gasto. [...] foi já no final nóis conseguimo vendê um pouco de pequi aqui esse ano, mas foi memo pro atravessador. A metade do pequi já tinha perdido. Chegamo entregá duas veis ou trêis. Aí pra Brasília memo. Barato, seis real a caixa com a casca. Foi barato, mas serviu de mais. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

Referindo-se aos R$10,00 pagos pela garrafa de dois litros de óleo de pequi pela a CoopSertão, declara o senhor Caio Jatobá:

> Dez real pro trabalho que dá, pro cê processá ele né, ainda é abarato. Você vê ele compra ela por dez real e depois ele vai dividir ele em vidrim pequeno e vende...é quase que um vidrim daquele por dez real, vai ganhar o dobro em cima daquilo. Fala que a Cooperativa é nossa, mas no fim de qualque maneira ainda tem a exploração da própria Cooperativa em cima dos produto. Como valor que sempre a Cooperativa compra o pequi não compensa você ocupar seu dia de serviço pra faze aquilo ali, porque você vai passar seu dia envolvido você não vai ganhar nem a metade do valor do dia de serviço que hoje tá 35, 40 reais. Aqui também o IEF já trava muito, porque ele só quê que pega aqueles piqui do chão e pra carregá pra longe os caminhonero num quê. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

Quando questionado sobre a relação oferta/demanda pelos derivados de pequi, o senhor Joãnico Pequizeiro respondeu que a demanda sempre foi maior que a oferta. Lembra que embora uma parcela da produção tenha sido direcionada a Central do Cerrado e outra parcela a Montes Claros-MG, a grande maioria da produção é voltada ao mercado local, diferente do buriti que atende o mercado nacional. Isso porque, o tamanho da produção de derivados de pequi ainda não tem permitido que a Cooperativa atenda aos mercados maiores.

5.6 A favela: alternativa de renda

A favela (Dimorphandra mollis) (Figura 53), espécie nativa de ampla distribuição no Cerrado é uma leguminosa de grande interesse para a indústria farmacêutica e cosmética, por isso de grande potencial econômico.

Figura 53: Árvore da favela (Dimorphandra spp) frutificando.

Autor: Robson Munhoz de Oliveira, abril de 2013.

A Dimorphandra ssp. é nominada popularmente como fava-de-anta, favela, barbatimão, barbatimão-de-folha-miúda, faveira, faveiro-do-cerrado, fava-de-arara, farinha, farinheiro, cinzeiro, canafístula, enche-cangalha, faveiro-do-cerrado, barbatimão-de-folha-miúda e canafístula, entretanto na literatura científica o nome popular mais usado é fava d'anta. Na presente pesquisa utilizaremos a denominação popular “favela” para designar genericamente a Dimorphandra ssp. A escolha se justifica porque essa é a denominação utilizada entre os agroextrativistas estudados no município de Chapada Gaúcha-MG. Importa frisar que não foi identificada nenhuma pesquisa específica para a favela tendo como foco a área de estudo,

assim não podemos afirmar quais são as subespécies do gênero Dimorphandra na região.

No município de Chapada Gaúcha, a árvore da favela produz uma vez por ano, entre abril e maio, quando ocorre o extrativismo. Segundo o senhor Joãnico Pequizeiro, a favela é explorada comercialmente na região desde 1997, pois é a atividade que envolve o maior número de famílias na região de atuação da Cooperativa, sendo um dos principais geradores de renda para os agroextrativistas. Constatamos que em todas as comunidades pesquisadas ocorre o aproveitamento comercial da favela por diversas famílias.

Alguns agroextrativistas aguardam a confirmação do comprador, que pode ser a CoopSertão ou um atravessador, para somente depois efetuar a coleta, ao passo que outros o fazem mesmo sem ter essa garantia, visto que comumente há compradores para o produto.

Depois de coletada, a favela é espalhada no quintal, ao sol, próximo a casa, por cerca de cinco (05) a dez (10) dias até que fique desidratada. Posteriormente, a favela é ensacada e armazenada em local seco, até que o comprador venha buscá-la.

Os atravessadores também compram a favela verde pela metade do preço do produto seco. Na pesquisa de campo foi possível observar que todos os agroextrativistas entrevistados estavam preparando a favela para vendê-la seca. Devido ao tempo necessário para a secagem que é feito ao sol, a comercialização ocorre até junho (Figura 54).

Figura 54: Favela estendida ao sol para secagem unidades produtiva próxima a Vereda do Carro.

Autor: Robson Munhoz de Oliveira, abril de 2013.

A CoopSertão pagou pelo quilo da favela seca em 2011, o equivalente a R$ 0,60 para o cooperado e R$ 0,50 para o não cooperado, sendo revendida a R$ 0,90/kg para a Multinacional Merck Brasil, empresa localizada no município de Barra do Corda-MA. Em 2012, a Cooperativa pagou R$ 1,00/kg. Esse produto é comercializado com a CoopSertão que vende a produção para a empresa Merck. Depois de processada, a Merck Brasil vende a matéria-prima para laboratórios internacionais para a fabricação de medicamentos. Nos municípios de atividade da Cooperativa, existe a atuação de uma rede de atravessadores que prejudica a rentabilidade dos agroextrativistas e da Cooperativa, tema que revisitaremos a diante.

Há alguns anos a demanda da favela na região tem sido instável como mostra a fala do senhor Quiméro do Gaio Molhado:

> [...] É, esse ano [2011] não teve muito porque foi uma coisa assim meio de vagar, porque não sabia se comprava se não comprava e tem muitas pessoa aí que tem a favela e não tiro, mais o ano passado mesmo tiro bastante

> favela e o ano que vem também a previsão é de comprar muito. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

Em diversas unidades produtivas por onde passamos em pesquisa de campo realizada em abril de 2013, com o técnico da Cooperativa, o senhor Anatalino Cabeça, encontramos agroextrativistas questionando sobre a perspectiva de compra da favela pela Cooperativa. Enfatizamos que a coleta da favela envolve um grande número de agroextrativistas da região que dela dependem para levantar um "dinheirinho" para ir à "festa da serra", a qual é realizada anualmente no mês de junho, logo após a safra da favela que ocorre nos meses de abril e maio. O que se denomina corriqueiramente "festa da serra" na verdade é a tradicional Festa e a Romaria de Santo Antônio que é muito esperada por todos os moradores e romeiros da região. Por esse motivo, os agroextrativistas esperam receber o dinheiro na data combinada, não sendo admitido atraso (Figura 55).

Figura 55: Favela aguardando o caminhão da CoopSertão, comunidade Morro do Fogo, Distrito de Serra das Araras.

Autor: Robson Munhoz de Oliveira, julho de 2011.

No ano de 2013, o ponto de estrangulamento em relação à absorção da produção de favela na região pela CoopSertão foi a dificuldade desta em firmar um contrato formal com o comprador da favela com a antecedência necessária para garantir o escoamento da produção. Isso ocorreu porque, a empesa Merck que há mais de 10 anos vinha comprando a favela, informou seu desinteresse pela produção na safra de 2013, de modo que a Cooperativa não teve tempo hábil para negociar com outra empresa a venda da produção regional.

Na safra 2013, apenas os atravessadores compraram parcialmente a produção de favela. Não foi possível identificar a razão precisa do fato de Merck não

ter absorvido toda a produção de favela nas comunidades estudadas na safra 2013, mas é possível que essa empresa esteja suprindo parte ou toda sua demanda por cultivos sistematizados, a qual ela vem incentivando por meio do projeto Pro-Fava ou, conforme técnicos da CoopSertão, por possuir estoque do ano anterior. Por sua vez, o senhor Nézim Umbuzeiro, atravessador local, acredita que a Merck não fez o adiantamento porque foi vendida e o atual grupo acionista mudou a estratégia de compra. Como foi mencionado anteriormente, a Merck foi comprada pela empresa Quercegen Technologies, todavia isso ocorreu em 2009.

A senhora Nica do Acari manifesta preocupação porque a CoopSertão não iria comprar a produção da favela esse ano, o que representaria uma fonte de renda a menos a sua família, justamente em uma safra em que a produção foi muito boa.

Embora tenhamos presenciado o empenho dos técnicos e do presidente da Cooperativa em firmar contrato para venda da favela, não houve tempo hábil para a negociação, frustrando assim o esforço da Cooperativa, o que permitiu aos atravessadores entrarem em cena sem concorrentes. Assim, como a área de atuação dos atravessadores na região é, desde o início, mais ou menos definida, a favela conta com poucos compradores, o que se constitui no ponto de estrangulamento para esse produto.

5.7 A configuração da rede de atravessadores da favela e do pequi e a importância da CoopSertão

Anteriormente a 2006, toda a produção de pequi e seus derivados como óleo, assim como a favela, era voltara para o atravessador, como lembra o senhor Anatalino Cabeça, técnico Agropecuário da CoopSertão. Portanto, nesse passado recente, existiam na região diversos atravessadores para compra da favela e do pequi, entretanto, atualmente sua presença é menos expressiva. Segundo o senhor Joãnico Pequizeiro, técnico Agropecuário da CoopSertão, há cerca de 10 anos, quando já existia o extrativismo da favela na região, nem se pensava que existiria uma Cooperativa. À época, a ausência de organização dos agroextrativistas era um campo fértil para a penetração dos atravessadores. Assim, existia atuando em toda região, uma rede bem articulada de atravessadores que pagavam preços pífios aos agroextrativistas, atuando na safra de pequi e favela. Esses atravessadores eram moradores da região.

O senhor Joãnico Pequizeiro lembra que no início um dos atravessadores era morador da cidade de Chapada Gaúcha, outros de Serra das Araras, de São Francisco e de Januária. Em suas palavras:

> Tinha toda uma cadeia de atravessadores aqui na região comprando a favela e pouco trazendo algum rendimento, algum trabalho de importância de sustentabilidade para as comunidades da região. [...] A Cooperativa foi criada na região com o objetivo de acompanhar a coleta desses frutos e de trazer certa capacitação para a região, como agente trouxe na época, preocupado com a questão ecológica. Existia uma coleta predatória na área também. Atravessadores e coleta predatória lá no campo, porque o atravessador não tinha preocupação nenhuma com a preservação. (PESQUISA DE CAMPO, MAIO DE 2013)

A figura do atravessador ainda existe na região, mas a Cooperativa paga preços "bastante superiores", como afirmou o senhor Joãnico Pequizeiro. A presença desses agentes se notabiliza naqueles anos em que a CoopSertão não consegue fechar contrato de venda como ocorreu na safra da favela de 2013.

Embora exista a atuação de atravessadores que compram a favela na comunidade de São Félix, a venda tem sido feita preferencialmente para a CoopSertão. O senhor Adriano Cachimbo, representante da CoopSertão, procura destacar as vantagens da venda para a Cooperativa em relação à venda para os atravessadores e nos explica que esta faz o trabalho de organizar, juntar o produto e entregar à Merck, de forma que a renda é distribuída a todos os cooperados. Conforme esse entrevistado, diferentemente dos atravessadores "[...] Na Cooperativa, se sobrou a margem de lucro, ela é gasta com transporte, paga funcionário, paga equipamento, é investido na estrutura da Cooperativa. [...]" (PESQUISA DE CAMPO, JULHO DE 2011) Embora a cooperativa seja uma instituição que permite ratear ou reinvestir a sobra em benefício dos cooperados, muitos agroextrativistas não são cooperados, assim para estes, a entrega à CoopSertão, somente será vantajosa, se os preços forem melhor que os pagos pelos atravessadores.

O senhor Adriano Cachimbo lembra que a CoopSertão pressionou os atravessadores a pagarem preços melhor para concorrer com ele e explica:

> [...] E eles também tão pagando R$ 0,60/kg porque nóis paga R$ 0,60/kg, mais antes pagava era R$ 0,40/kg, R$ 0,45/kg, foi pra R$ 0,50/kg, brigando. [...] Tem alguns casos que a gente paga até um pouco mais, por exemplo, pegamo uma liderança lá na comunidade Rio dos Bois, outra lá na comunidade da Serra [das Araras], [...] então pode chegar a R$ 0,65/kg ou R$ 0,70/kg, depende do volume que ele vai ajuntar, porque invés da Cooperativa sair de porta em porta pegando, ela só vai ali e pega tudo junto pra gente reduzir o custo e o tempo. O pessoal junta com carroça, cavalo.

> [...] toda vida o preço do atravessador foi mais baixo. Sempre exploro o produtor [...] (PESQUISA DE CAMPO, JULHO DE 2011)

O papel da Cooperativa pressionando o preço da favela e outros frutos nativos para cima, ao pagar preço diferenciado ao agroextrativista, contribui para fortalecer a Cooperativa junto às comunidades tradicionais da região, ao mesmo tempo em que enfraquece a organização da rede de atravessadores.

Ademais, a Cooperativa vem desenvolvendo um importante papel socioambiental ao qualificar esses agroextrativistas para o manejo sustentável na coleta dos frutos nativos. A CoopSertão, diferentemente dos atravessadores, quando se pôs em contato com a empresa Merck Brasil, compradora final da favela no Brasil, se propôs não só pagar um preço melhor, mas passou também a qualificar esses produtores para realizar o manejo adequado dos recursos naturais, preocupação que está ausente entre os atravessadores. Assim, conforme o senhor Adriano Cachimbo, “O atravessador compra e não tem nada a ver mais com a vida da comunidade, se tem problema social ele não responde.” (PESQUISA DE CAMPO, JULHO DE 2011)

Outra ressalva feita pelo senhor Adriano Cachimbo foi que quando o produto sai guiado com nota fiscal do município de Chapada Gaúcha, este se beneficia da receita gerada, ao passo que os atravessadores emitem a guia fiscal no município de Januária ou Arinos, para onde o produto é destinado. No entanto, no caso da Cooperativa, devemos frisar que como esta tem atuação em diversos municípios, e não apenas em Chapada Gaúcha, à venda a CoopSertão, se constitui em prejuízo para os demais municípios.

5.7.1 Rede de atravessadores da favela

A CoopSertão vem comprando a favela dos agroextrativistas há cerca de 10 anos na região. A comunidade de Barro Vermelho, entretanto, apenas há dois anos vem comercializando a favela com a Cooperativa, pois antes a venda era feita a atravessadores. Eventualmente existe mais de um atravessador atuando na mesma comunidade. Normalmente, para que não haja concorrência entre os atravessadores, eles se organizam de modo a cada um atuar em comunidades diferentes. Essa situação deixa o agroextrativista refém de um único atravessador.

A favela, seguida do pequi, são os produtos que possuem maior concorrência para compra. Entretanto, na safra de 2013 a presença dos atravessadores se fez marcante em razão das dificuldades da CoopSertão em comprar o produto, visto que não dispunha de recursos e a empresa compradora que há diversos anos adiantava o dinheiro para a compra da favela, esse ano não se mostrou interessada em comprá-lo.

Na safra de 2013, entretanto, os agroextrativistas sujeitaram-se ao atravessador porque a Cooperativa não comprou a produção. Segundo a senhora Rose Barueiza, “Aqui mesmo que o ano passado a Cooperativa não veio panhá, eu entreguei para ele [atravessador]. Já foi no dia 11 e o povo queria ir pra festa das Serra e sem nada de dinheiro.” (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

No Distrito de Serra das Araras tivemos a oportunidade de entrevistar o senhor Nézim Umbuzeiro, um atravessador do segmento da favela, o qual declarou oque sempre comprou toda a produção que lhe é ofertada, com exceção do ano de 2013, porque a Merck Brasil não fez o adiantamento dos recursos para a compra da matéria-prima. Por essa razão, os atravessadores estão usando recursos próprios para comprar a favela ou estão adquirindo a matéria-prima para pagar depois que receber da empresa. Em razão disso, conforme nos relatou o senhor Nézim Umbuzeiro, não foi possível comprar toda a produção das comunidades que costumeiramente ele atuava, de tal modo que grande parte da produção da safra de 2013 se perdeu no Cerrado. Nesse ano, o senhor Canindé, atravessador regional que compra a favela do senhor Nézim Umbuzeiro, adiantou cinco mil reais para realizar a compra, mas o fez com recursos próprios.

A ausência da Merck Brasil como financiadora da compra da favela nos leva a cogitar a possibilidade de a empresa não mais realizar o adiantamento do recurso, não apenas aos atravessadores, mas também à CoopSertão. Considerando a falta de capital de giro por parte da CoopSertão e a necessidade imediata do pagamento por parte dos agroextrativistas que necessitam do dinheiro para participarem da Festa de Santo Antônio, a região corre o risco de novamente tornar-se refém dos atravessadores que dispõem de recursos próprios para a compra da favela, como no período anterior à existência da Cooperativa (Figuras 56 e 57).

Figura 56: Carregamento de favela chegando ao depósito do atravessador local.

Autor: Robson Munhoz de Oliveira, maio de 2013.

Figura 57: Favela comprada pelo atravessador local estocada no galpão da Associação de Moradores de Serra das Araras.

Autor: Robson Munhoz de Oliveira, maio de 2013.

O senhor Anatalino Cabeça, referindo-se as comunidades de Pequi e São Félix, foco desta pesquisa, mas também as comunidades situadas nas proximidades como Marimbas, Mangal, Barra do Pequi, Veredinha Danta, Cabeçudo e Acari, relata que sempre houve compradores para a favela, com a presença marcante de atravessadores que a comprava a preço ínfimo.

Os atravessadores que compram a favela nas comunidades são pessoas geralmente próximas a quem os agroextrativistas confiam o produto de sua coleta, portanto, são pessoas que atuam em nível local, via de regra, e possuem um caminhão que os possibilita recolher a favela em algumas comunidades.

O senhor Nézim Umbuzeiro há mais de uma década compra a favela das comunidades adjacentes e as reúne no Distrito de Serra das Araras, onde ela é recolhida pelo caminhão da Merck Brasil. Assim, o senhor Nézim Umbuzeiro contrata um membro da comunidade que atua como mobilizador diretamente nas comunidades. A favela é coletada pelos agroextrativistas e reunida em um único local da comunidade pelo mobilizador. O senhor Nézim Umbuzeiro que atua como atravessador local, por sua vez, entrega a favela a um intermediário de Januária, o senhor Canindé, que atua em nível regional e faz o elo dessa rede de atravessadores com a empresa Merck Brasil, que atua no setor farmacêutico. Esse atravessador regional eram quem obtinha o adiantamento do dinheiro da Merck Brasil e o repassava para os atravessadores locais para o pagamento dos agroextrativistas. Segundo o senhor Nézim Umbuzeiro, há mais de 10 anos que a produção da região vai para Merck Brasil.

O senhor Nézim Umbuzeiro está comprando a R$ 0,80/kg e vende a R$ 1,00 para o senhor Canindé. Esse acrescenta que, quando da entrega da produção para o senhor Canindé da favela que comprou, essa perdeu peso porque desidratou.

Segundo informações do senhor Pico dos Buracos, técnico agropecuário da CoopSertão que reside em Januária, o senhor Canindé possui um grande galpão nessa cidade destinado apenas a estocar a favela no período da safra, o que demonstra que essa atividade tornou-se um negócio de grande rentabilidade para algumas pessoas em detrimento dos agroextrativistas.

Conforme se expressa o senhor Nézim Umbuzeiro: “A favela, o ano que dá ela aqui, é que vem os compradô mesmo, ela dá uma arrancada na região, da uma ajuda, aqui corre muito dinheiro.” (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013) Na safra 2013, até o dia de realização da entrevista, o senhor Nézim Umbuzeiro já havia comprado cinco toneladas de favela nas comunidades de Papa Mel, Retiro Velho, Cedro, Catarina, Gaieiro, Buraquinho, São José, Barro Vermelho, Morro do Fogo, entre outra e tinha encomenda em diversas outras comunidades. Ele nos explica que a favela pode ficar de um ano para o outro, o que já ocorreu. Ele lembra que a favela não produz regularmente todo ano, sendo que no ano de 2013 a produção foi considerada boa.

A Merck Brasil, embora não tenha adiantado o dinheiro, enviou a sacaria para os atravessadores e se comprometeu a comprar a produção da região, entretanto como não ouve o adiantamento do dinheiro, a produção será muito menor, conforme nos explicou o senhor Nézim Umbuzeiro. O entrevistado nos explica que compra a favela na região há cerca de 15 anos e foi a primeira vez que a empresa não adiantou o dinheiro. Desde o ano de 2012 a Merck reduziu o montante de recursos destinado aos atravessadores para a compra da matéria-prima. Ele nos conta que, por esse motivo, na safra de 2012, comprou apenas 15 toneladas, mas ressalta que em anos anteriores já chegou a comprar 300 toneladas de favela.

Esta rede de atravessadores articulada regionalmente pelo senhor Canindé tem atuado nos últimos 10 anos em toda a região. Conforme nos foi relatado pelo senhor Joãnico Pequizeiro, outras redes mais ou menos articuladas existem em toda a região de atuação da CoopSertão, o que demonstra a necessidade de organização das comunidades rurais para eliminar a figura do atravessador, não apenas da favela, mas também do pequi, outro produto do agroextrativismo que tem se mostrado viável e atraído a atenção de agentes atravessadores.

5.7.2 Rede de atravessadores do Pequi, proibições do IEF e estrangulamentos da CoopSertão

Na região, apesar da atuação da CoopSertão que não absorve toda a produção de pequi, a atuação dos atravessadores ainda é uma constante. O espaço ocupado pelos atravessadores de pequi, a exemplo do que ocorre com a favela, resulta da fragilidade da CoopSertão, especialmente no que toca à falta de capital de giro e poder de barganha em relação ao valor do produto final[74]. O processo de venda do pequi aos atravessadores se assemelha bastante ao que ocorre com os atravessadores no segmento da favela, no que toca à forma de organização desses agentes.

O senhor Bartolomeu Murici, um atravessador local que atua no segmento de favela e pequi, morador do Distrito de Serra das Araras, nos explicou que os atravessadores ou "caminhoneiros", como são chamados localmente, vêm notadamente de Goiânia e Brasília e menos frequentemente de Montes Claros e Bahia, e contratam os atravessadores locais, e pagam por caixa de pequi em casca. Esse agente que chega de fora da região, combina antecipadamente com um atravessador local, quantas caixas ele necessita comprar e quanto pagará por caixa.

O senhor Bartolomeu Murici, atua como mobilizador para coleta do pequi e reúne a produção em um determinado local na comumente no Distrito de Serra das Araras, para facilitar o carregamento do atravessador que vem de fora da região. A senhora Tonica do Pacari nos explicou que também ocorre de o atravessador que vem de fora não fazer nenhum tipo de articulação com um atravessador local. Nesses casos, eles chegam no Distrito de Serra das Araras, contratam alguém para ir até uma comunidade que tenha pequi e faça a proposta de compra junto a comunidade. Assim, o atravessador de fora vai pessoalmente até as comunidades recolher a produção. O destino final da produção de pequi na região são as Centrais de Abastecimento (CEASA) de Goiânia e Brasília.

O senhor Bartolomeu Murici, que realiza o papel de atravessador local, por sua vez, contrata os apanhadores em Serra das Araras e os leva em locais em que o

[74] Retomaremos mais a frente à questão do menor poder de barganha da CoopSertão frente aos atravessadores.

mesmo sabe que existe pequi de boa qualidade e em grande quantidade, pagando a eles por caixa, de modo a manter sua margem de lucro. Ele nos explica que como não existem mais áreas de uso comum na região desde a chegada das empresas silvicultoras e da criação da UCs, é necessário pedir autorização ao IEF e, no caso das empresas silvicultoras que possuem áreas de cerrado na região, o pedido é feito aos encarregados. Ele normalmente coloca os apanhadores em sua própria área e na área da empresa Plantar.

O senhor Bartolomeu Murici também encomenda os pequis diretamente dos agroextrativistas das comunidades como Morro do Fogo e moradores da margem do rio Feio, conforme citou para exemplificar, ficando com uma parte da renda do trabalho. Esses agroextrativistas levam o pequi de carroça até um local que o caminhão consiga chegar para fazer o carregamento. O transporte até esse ponto é feito pelos agroextrativistas por meio de carrinhos de mão, carroças de tração animal, bicicletas ou de moto.

O senhor Bartolomeu Murici realiza o papel apenas de contratar apanhadores ou encomendar diretamente dos agroextrativistas e contatarem com o atravessador que vem de fora para quem vende a produção. Afirma que somente próximo da Serra das Araras obtém entre cinco a seis caminhões. Cada caminhão suporta cerca de 150 a 200 caixas. O senhor Bartolomeu Murici, que também atua como comprador de favela, afirma que a safra do pequi é mais lucrativa que a favela para os atravessadores.

Importa frisar que a coleta do pequi que ainda não caiu, exige que se suba na árvore quando não se dispõe de um instrumento adequado. Esse tipo de manejo na coleta do pequi é prejudicial à árvore porque causa a quebra de galhos, por essa razão o IEF proíbe a coleta nas árvores, ademais reduz a produtividade da planta na próxima safra, prejudicando os próprios extrativistas. Além disso, o extrativismo desenfreado pode prejudicar a relação dessas árvores com as formas de vida animal com as quais elas interagem causando desequilíbrio ao ecossistema.

Dentro do perímetro da UCs é necessário pedir autorização para o representante do IEF, que somente autoriza a coleta se apanhado o pequi no chão. Essa forma de manejo – coleta no chão - obriga que a coleta do pequi ocorra ao longo de todo o período de maturação, na medida em que o fruto vai caindo da árvore. Apesar da proibição, alguns agroextrativistas admitiram continuar retirando o pequi da árvore. O relato do senhor Miguilim Gamela corrobora a negativa do IEF: “É

moço, aqui nóis não tá vendendo os pequizinho [...] O IEF não aceita tira de riba do pé não, só apanhado no chão... Última vez deixava, que nem eu falei pro senhor, mais o menos três anos atrás nóis ainda panhô, né. [...]" (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

Segundo Oliveira e Scariot (2010, p. 35)

> Os frutos quando estão na árvore ainda não completaram a maturação, são menos nutritivos e rendem menos óleo comparado com os que caem naturalmente, assim, é melhor colher somente os frutos que já estão caídos no chão. O amadurecimento do fruto fica completo depois de três dias da queda natural no chão, quando tem maior quantidade de vitaminas e proteínas. [...]. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

Moradores locais e técnicos da Cooperativa nos relataram que o pequi derrubado da árvore tem um sabor de qualidade inferior ao que cai espontaneamente do pequizeiro. Referindo-se ao pequi derrubado do pequizeiro, o senhor Pico dos Buracos relata: "[...] só que também não é um pequi de qualidade né, porque eles derrubam, o primeiro que cai, chega lá e derrubam todos os pés e joga no caminhão e vai amadurecendo a força, não sai aquele pequi de qualidade com aquele sabor, é diferente do sabor dele né." (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013) O senhor Joãnico Pequizeiro intervém: "Então só brincando um pouquinho, você lá em Brasília ainda não conhece o verdadeiro sabor do pequi [risos]." (PESQUISA DE CAMPO, maio de 2013).

O pequi do chão, entretanto, não serve para os atravessadores, pois não suporta longas viagens porque está demasiado maduro, chegando ao destino final danificado. Também é necessário que o atravessador tenha que fazer muitas viagens e não consiga uma quantidade suficiente para encher o caminhão, o que é mais difícil adquirindo apenas a produção de pequi caído do chão. Isso porque, depois de caído no chão, o pequi começa a perecer entre três e quatro dias. Assim, a atuação do atravessador pressupõe que o pequi não esteja totalmente maduro, necessitando ser apanhado em cima da árvore.

Depreende-se do diálogo com senhor Francisco Baru, ex-atravessador que realizava o papel de comprador local do pequi e o entregava para compradores de Brasília e Goiânia, grande indignação com as proibições do IEF, quando ele fala:

> Não! Não! Não! mais não pode mais de jeito nenhum...se eu saio com ele aqui já prende ali. [...] Cheguei a ter dezenove caminhão de pequi, nove trucado, é dez trucado, pra subir a serra. Agora não faz isso mais, ele só apanha, ainda apanha por aqui escondido, mais deu ali perto da serra [interior do Parque] pra lá, se panha se tiver de baixo do pé. Então houve um prejuízo grande, igual eu falei, você compra do dono da terra [...] quem ganha mais é

> o dono do terreno, porque se ele é o dono da terra, ele não ia quebra, pra ele da mais no outro ano. Isso não existe mais aqui pra nóis. O ano passado, deve tê parado um caminhão de pequi aqui... (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

A senhora Mariquinha Indaiá relata em relação aos caminhoneiros compradores de pequi: “Aqui em cima memo acho que não veio nenhum este ano. Tem região que ninguém aproveita, eles não podia proibir isso, porque o pequi não depende de derrubá ele e quebra galho não, porque ele é um bicho muito fácil.” (PESQUISA DE CAMPO, JULHO de 201) O senhor Lundu Curraleiro explica que na época em que podia pegar o pequi na árvore, chegava até três caminhões em um único dia, hoje um único caminhão compra toda carga de pequi de Barro Vermelho.

O senhor Miguilim Gamela, agroextrativista da comunidade Morro do Fogo, também expressou grande desalento em relação ao extrativismo do pequi devido à proibição do IEF para a coleta do pequi na copa da árvore, depois da criação da RDS Veredas do Acari, mas especialmente do PESA, onde havia grande número de pequizeiros.

Um aspecto que deve ser levado em consideração é que quando o pequi cai em ritmo natural, a população local tem pequi por cerca de três a cinco meses, ou seja, de dezembro a abril. Entretanto, com a compra do pequi por atravessadores nos primeiros meses de produção, todo o produto é escoado da região em um período muito curto, de tal maneira que a população local fica desprovida do produto, gerando um desabastecimento, o que contribui para a insegurança alimentar dessas comunidades.

A senhora Tonica do Pacari conta que na comunidade Barro Vermelho a coleta do pequi é feita apenas dos frutos que caíram, não apenas porque prejudica o pequizeiro, mas porque há cerca de cinco anos a comunidade teve a experiência de vender todo o pequi coletado inclusive na árvore, mas isso desabasteceu a comunidade. Conforme seu relato, “Chegou uns atravessadores lá né e pediu pra derrubar, foi a primeira vez e a derradeira, nossa! É ruim sabe, se tiro tudinho, vendo, né, cadê? Cabô! Num tem mais né. E pegando só embaixo, não! Ele dura meses, dois mês, vai caindo.” (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

O senhor Lundu Curraleiro também nos explicou que as famílias não forneceram todo o óleo de pequi que produziram para a CoopSertão, para não ficarem desabastecidas. Diante disso, cabe a Cooperativa e aos próprios agroextrativistas tomar o cuidado para que a valorização dos produtos do

extrativismo não ocasione o desabastecimento das comunidades de forma a se tornar inacessível aos próprios agroextrativistas.

No tocante ao caso em tela, devemos fazer duas considerações que consideramos relevantes. A primeira é que a proibição da coleta do pequi na árvore foi colocada sem que antes tenha sido realizada uma pesquisa que confirmasse efetivamente os prejuízos ambientais decorrentes do extrativismo do pequi. No caso, uma parte das famílias da comunidade Morro do Fogo, a proibição se estende para o interior das posses porque essas famílias encontram-se situada em Zona de Amortecimento. Para outra parte das famílias a situação se agrava porque há o entendimento por parte do IEF-MG de que essas famílias estão dentro da área pertencente ao PESA, situação ainda em litígio, sobretudo por força da Lei 9.985/200 que regula o PESA, o qual determina no parágrafo VI, do Art. 2º, que as Unidades de Conservação de "proteção integral" devem estar "livres de alterações causadas por interferência humana" admitindo-se unicamente o "uso indireto" dos recursos Naturais, entendido como aquele que não envolve "consumo" ou **"**coleta".

A segunda consideração que julgamos pertinente fazer é que a proibição não veio acompanhada de um projeto alternativo que permitisse o uso mais eficiente do pequi maduro ou qualquer outro projeto que mitigasse o impacto resultante da eliminação desta fonte de renda como complemento às diversas famílias que realizavam o extrativismo do pequi. Diante disso, torna-se urgente fomentar estudos direcionados à compreensão do extrativismo, particularmente daquelas áreas onde o extrativismo ganhou importância econômica relevante para as subsistências das famílias envolvidas.

Por sua vez, o senhor Sucupiro afirma que apesar da coleta feita "embaixo do pé", ou seja, dos frutos que caíram do pequizeiro, não ser viável para o atravessador que vem de Goiânia ou Brasília, inviabilizando essa atividade como alternativa de geração de renda, é possível obter renda com o pequi desde que, transformado em óleo ou vendido em polpa para a Cooperativa, o que mostra que esse agroextrativista acredita que o pequi ainda constitui-se numa alternativa de renda as famílias agroextrativistas.

Consoante com o senhor Adriano Cachimbo, representante da CoopSertão:

> Eles [atravessadores] vão nas comunidade tira o pequi, só que, tira, colhe, já é tirado do pé, né. [...]. Mais pra nos também não serve, né, a gente quê o produto maduro pra despolpa, tira do pé verde, vai tê que espera amadurecê, então esse não é o nosso caso. [...] Tem veis que tem cinco caminhão na vila, na comunidade esperando pequi, então pra eles [atravessadores] é mais

> viável [economicamente] compra pequi e revendê do que a gente que despolpa o pequi na comunidade. Agora é pensando bem as vezes eles têm que raciona mais, porque o caminhoneiro que transporta por fora não tá fazendo um coleta controlada. As vezes não tem nenhuma noção de preservação ambiental. [...] (PESQUISA DE CAMPO, JULHO DE 2011)

Além disso, com base em sua experiência como agroextrativista e membro de comunidade tradicional, lembra que a coleta feita na árvore afeta a produtividade do pequizeiro na próxima safra. Como senhor Adriano Cachimbo nos falou, “Tirado na hora pra nos não serve, esse pequi não serve. Pra nos não. Tira o pequi do pé tá sendo uma agressão também, tira o pequi antes dele amadurecer tá forçando, então ano que vem vai dá menos pequi. Os que caiu hoje, de boa qualidade, ainda serve [...].” (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013) O senhor Adriano Cachimbo lembra ainda os benefícios da geração de tributos, assim como da geração de emprego e renda na comunidade local quando o produto é beneficiado, seja na comunidade, seja na Cooperativa.

Da fala do senhor Adriano Cachimbo aprende-se que a CoopSertão somente compra o pequi coletado no chão, todavia a CoopSertão não absorve toda a produção, além de pagar preços pouco compensadores em face do grande dispêndio de tempo para produção do óleo. Como nos conta o senhor Francisco Baru:

> Aí não compensa também não porque você vai panhá o pequi somente pra tira a polpa e a gordura. A única utilidade que eles hoje tem é pra tira a gordura e fazer a polpa que é aquela que o Adriano Cachimbo compra por exemplo. Só que a renda é pequenininha, trabalha muito e a renda é pouca.

Em concordância como senhor Francisco Baru, o senhor Miguilim Gamela afirma: “A cooperativa compra... Ela ando comprando aí, né. Mais, pouco, né. Compra pouco, poquim mesmo.” (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013) Se, por um lado, é positivo que as condições de compra do pequi tenham favorecido a CoopSertão, que teoricamente deveria pagar melhores preços, além de poder prestar serviços ambientais, por outro, a CoopSertão compra uma quantidade ínfima da produção, porque somente adquire o óleo ou a polpa em quantidade pequena, além de pagar preços pouco compensadores e atrasar a pagamento.

Assim, a CoopSertão apresenta para os agroextrativistas uma desvantagem em relação aos atravessadores, porque, não raro, vem atrasando o pagamento, de modo que a produção de óleo à Cooperativa torna-se menos compensador que a venda do produto in natura para o atravessador. São comuns as críticas feitas pelos

agroextrativistas acerca da morosidade no pagamento em relação ao pequi. Isso ocorre nas situações em que a Cooperativa não consegue realizar a parceria para efetuar o pagamento à vista do pequi aos agroextrativistas, como ocorreu na safra 2012/2013, por essa razão ficando na dependência de vender a produção para somente depois efetuar o pagamento aos agroextrativistas.

Esse problema relativo à demora no pagamento também pode ser depreendido da fala da senhora Neguinha Caliandra e que também tem sido alvo das criticas dos ADRS ligado à Cooperativa.

> Mais, só que eles agora não sei que as veis, pode corrigi, e eu vô fala pro cê, só que comigo nunca aconteceu porque a hora que chega aqui eu já falô memo o que eu tenho que falar. Falô ó [...] eu peguei porque eu tenho precisão, e eu preciso do dinheiro, mais inclusive aqui [...] teve gente, não sei nem se tem gente que recebeu todo. Ai, meu Deus do céu, o povo briga o povo briga e o povo fala, fala, na época do pequi, pegô pequi aí disse que não pagarô. Teve uma fia minha [...], a Neuzita, de Filó, ela fico no pé, agora tem esses dias que veio receber, mais eu falei um dia pra o seu Adriano Cachimbo, falei ó seu Adriano Cachimbo, nóis, a gente sofre tudo a gente pega, mais a Cooperativa tem que caprichar também [...] (PESQUISA DE CAMPO, JULHO DE 2011)

Durante as pesquisas de campo, ouvimos diversas críticas de agroextrativistas, que consideram baixo o valor pago pelo litro do óleo de pequi pela Cooperativa. Diversas famílias relataram que o processo de extração de “gordura” do pequi é muito dispendioso e o valor de R$ 5,00 por litro não é compensador.

A senhora Fava D’anta, agroextrativista da comunidade Barro Vermelho, que na safra 2012/2013 forneceu 40 kg de raspa de buriti e 12 litros de óleo de pequi para a Cooperativa, reclama que o pagamento do óleo do pequi estava em atraso, mas, sobretudo, dos baixos preços pagos pela CoopSertão.

> Engraçado que eu fui lá tava minha gordura lá, eu falei ‘da próxima vez que vim aqui eu vou levá, porque dois mês que a gordura tá lá, diz que não tem dinheiro e é só cinco reais o litro, eu falei ‘cinco reais o litro eu não vendo, muito barato é dado de graça. Eu falei ‘no dia que eu vim, no dia seis eu vó lá traze ela de volta’. Cinco reais eu não vendo não, é barato de mais. Eu vendi muitas aqui foi dez reais, agora lá eu vou vendê de cinco? Eu falei: ‘eu levo ela de volta, dia seis se não tivé dinheiro. Aqui eu vendi de dez, vendendo pro povo, um queria outro queria. Só que vendendo ela tirado da árvi né, aí essa que tá lá é amarela [feita com o pequi que caiu]. Ô moço dá trabaio de mais...o dia todinho pra tira quando é do noite a gente tá... (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

O senhor Anatalino Cabeça observou que muitos agroextrativistas das dez (10) comunidades em que atua consideram que o preço pago pela polpa do pequi é pouco compensador pelo trabalho que demanda. A senhora Joinha Sambaíba e o

senhor Caio Jatobá nos explicam justificando porque o preço de R$ 5,00 pagos pela CoopSertão é pouco vantajoso em comparação à venda ao atravessador que compra o pequi in natura e em casca: “Tem que panhá, parti, cuzinhá, pô pra esfriá, no outro dia cedo, pisa [socar no pilão] para soltar a polpa. Põe os poquinho de água, aí vai, você mexe a gordura solta. Aí você pega ela frita de novo, ai vai seca toda água.” (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013) É nesse processo que se obtêm o óleo do pequi. O pequi apanhado no chão é mais adequado para a produção de óleo.

A senhora Tonica do Pacari lembra que em 2013, os atravessadores pagaram R$ 6,00 a caixa de pequi com casca e que mesmo o preço sendo considerado baixo foi mais compensador entregar a produção para os atravessadores que para a CoopSertão, pois a Cooperativa somente compra o óleo de pequi que demanda muito trabalho do agroextrativista.

O casal, a senhora Joinha Sambaíba e o senhor Caio Jatobá, estima que ao longo de um dia de oito horas de trabalho um agroextrativista apanha pequi para produção de dois litros de óleo. No mesmo dia, ele consegue descascar e colocar para cozinhar para, ao longo do outro dia, socar no pilão e levar ao fogo para secar a água que ainda existe no óleo. Nessa estimativa desconsideramos ainda o tempo necessário para a coleta de lenha para o fogo, visto que a produção do óleo do pequi no fogão à gás tornaria o trabalho inviável economicamente. Isso nos permite estimar um valor médio de R$ 10,00 ao dia, o que torna claramente desestimulador o trabalho do agroextrativista, pois o dia de serviço do trabalhador rural no município é de R$ 30,00.

Por sua vez, o atravessador paga R$ 6,00 por caixa de pequi in natura e com casca. Ao longo de um dia, um único agroextrativista consegue colher 20 caixas, o que lhe permite auferir uma renda de 120 por dia. Segundo o senhor Antônio Dó, técnico da CoopSertão, “Em condições favoráveis no tocante a acesso aos pequizeiros e outros fatores, a média que temos observado por aqui fica em torno de 20 caixas, isso pode aumentar consideravelmente se o agroextrativista tiver mercado certo com valor favorável.” (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013) Segundo o senhor Anatalino Cabeça, um único agroextrativista pode coletar “Em média 25 caixas mais varia de região para região.” (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

Entretanto, atualmente o pequi tem preço mínimo estipulado pela CONAB. Segundo o senhor João Catador, caso o agroextrativista receba pelo pequi um preço

inferior ao preço mínimo, desde que consiga comprovar com nota fiscal, ele pode receber o complemento da CONAB. Segundo o entrevistado, no prazo de um mês tem saído o recurso para o agroextrativista. Apesar disso, muitos agroextrativistas acham difícil e dispendiosa a realização do semi-processamento do pequi e consideram que não é compensador, assim o coletam para vender para atravessadores ou não o coletam.

As frequentes queixas entre os agroextrativistas e ADRS acerca dos baixos preços em ao atraso no pagamento da produção estende-se a todos os produtos, sendo que a ênfase foi dada ao pequi. O buriti foi a única exceção no que toca ao atraso no pagamento. Isso se deveu ao fato de a CoopSertão ter conseguido fazer uma parceria com a Cooperativa Grande Sertão para a venda do buriti, que repassou o dinheiro para o pagamento à vista.

O senhor Zefulô Buritizeiro, da comunidade de São Félix, lembra que o buriti comprado pela CoopSertão foi pago à vista, mas o repasse do dinheiro do coquinho e da acerola demorou alguns dias, isso porque, como me explicou, a Cooperativa depende de vender o produto para obter o recurso necessário para pagar os agroextrativistas. Sua esposa, senhora Sussa Sucupira, explica: “Demora, mais paga tudo certinho.” (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013) No caso do coquinho-azedo, o filho do senhor Zefulô Buritizeiro havia coletado apenas 20 kg, vendida a R$ 1,00 o quilo, mas mesmo sendo uma quantidade muito pequena, o valor não foi pago à vista pela CoopSertão. Mesmo com a morosidade no pagamento, a família do senhor Zefulô Buritizeiro prefere vender à CoopSertão, pois conforme relato da senhora Sussa Sucupira e do senhor Zefulô Buritizeiro, na safra de 2011, um dos filhos coletou uma grande quantidade de coquinho-azedo para uma pessoa que se comprometeu a comprar, mas essa não veio buscar a produção que estragou.

Na safra 2012/13, a CoopSertão pagou R$ 10,00 por kg de buriti e apesar dos agroextrativistas considerarem pouco e a safra do buriti coincidir com o plantio da roça, muitas famílias se envolveram na coleta do fruto. Consoante com o senhor Joãnico Pequizeiro, técnico agropecuário da CoopSertão:

> [...] o buriti teve muitas famílias que falaram que o preço era baixo, mas que não parava de colher. [...] E é uma atividade que coincide, assim é uma safra que coincide com a época de mexer com roça [...] e que não impede ele de trabalhar, de fazer a roçinha dele, de cultivar a terra que é de costume. Então acaba que todos questionam o preço fala que dá muito trabalho, mas que não pararam de colher e muitas famílias ganharam um

> dinheirinho considerável. Tem famílias que chegaram a ganhar três mil [...] Todo trabalho da propriedade que é um trabalho familiar. O marido muitas vezes é o que vai lá no brejo buscar o fruto, traz pra casa, deixa num ponto organizado pra chegar, pra chegar no momento de raspar e aí o processo de raspação na maioria das vezes, era à noite, reunia a família e ia raspá. [...] foi uma renda extra. [...] a região do cajueiro [...] a gente trouxe 5.500 kg de raspa de buriti e todo mundo mexeu as roças normalmente e isso tornou um valor 55 mil reais distribuídas nas famílias extrativistas lá. [...] E aí eu cheguei perguntar para algumas famílias quanto que eles conseguem render dos produtos da agricultura familiar fazer girar em toda comunidade o valor que girou da safra do buriti, 55 mil reais né, 5.500 kg a 10 reais, 55 mil reais, e eles falaram pra mim 'não nunca, nunca conseguimos essa renda dos produto da agricultura familiar aqui, 55 mil reais, o que a gente produz e pra subsistência e pra consumo, e o que sobra aqui algumas vendas são feitas, mas não se fala em valores altos assim não.' [...] Sem tratos culturais nenhum, nasceu, cresceu, produziu e continua produzindo e a visão produtiva é por muitos anos. E só colher, cuidar da cerca, pra não deixar o fogo entrar [...] (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

Entretanto, as famílias da comunidade Barro Vermelho, em função do trabalho realizado pela mobilizadora da CoopSertão, têm se comprometido a entregar a produção para a CoopSertão. Ela nos explica que,

> Pra vender pro atravessador o trabalho e menos, você vai lá pego e entrega e pra gente vendê pra Cooperativa dá muito trabalho. Até você extraí o óleo, demora muito né e pra despolpa também pra vendê também é bem mais demorado e o preço da Cooperativa e menos que do atravessadô, mas mesmo assim minha comunidade só vende [para o atravessador] se a Cooperativa não querê.

Dois técnicos ligados à CoopSertão chamaram a atenção para o fato de que a entidade, muitas vezes, não consegue pagar ao agroextrativista preços melhores que outros compradores em relação aos produtos de quintal, hortifrútis, pequi e favela, restando a esses Agentes de Desenvolvimento Sustentável (ADRS), tentarem convencer os agroextrativistas, evidenciando o papel social que a Cooperativa vem desempenhando e seu potencial para tanto, com o intuito de convencer que entreguem sua produção à Cooperativa. Conforme observou o senhor Anatalino Cabeça:

> [...] o pessoal daqui, igual a Dona Rose Barueira lá, são povo assim, muito humilde e mas muito honesto e firme a fiel na palavra, entendeu? Por exemplo, se eu for lá e falar, seu Rafinha das Araras, Dona Rose Barueira, esse ano a Cooperativa vai tá trabalhando com a favela, vai tá pagando preço X, entendeu? Eu queria que vocês dessem preferencia pra nós. A Cooperativa tá assim, a Cooperativa é suas, ele é cooperado, ele dá a credibilidade. Aí beleza! 'Anatalino Cabeça nos vamos entregar pro cê.' Se fica quieto, chega o atravessador, e chega, mobiliza e fala: 'ô gente, eu vou tá pagando é a vista, tal data eu vô tá passando' e encosta a caminhonete e pega tudo que tem. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

Mas, por outro lado, o senhor Anatalino Cabeça enfatiza: "Quantas pessoas já vendeu favela para atravessador e não receberam o dinheiro." (PESQUISA DE

CAMPO, ABRIL DE 2013) Com isso, o senhor Anatalino Cabeça, quer mostrar a necessidade de a Cooperativa cumprir os compromissos firmados com os fornecedores e pagar preços diferenciados, sob pena de perderem a credibilidade de que gozam na atualidade, abrindo campo para a atuação dos atravessadores. Além disso, segundo o senhor Anatalino Cabeça, a Cooperativa muitas vezes não consegue cumprir com o prazo de pagamento firmado com o produtor. Esse problema resulta da falta de capital de giro, visto que a Cooperativa necessita vender a produção que o produtor entregou, para só depois pagá-lo. Isso acaba por criar um clima de desconfiança do cooperado em relação à Cooperativa, podendo afugentá-lo como cooperado ou como fornecedor de produtos. Atualmente a falta de capital de giro é o principal problema enfrentado pela Cooperativa.

O senhor Anatalino Cabeça lembra que a dificuldade de acesso às comunidades devido a precariedade das estradas onera demasiado o custo final do produto, não permitindo a CoopSertão remunerar melhor o preço do produto do extrativismo. Acrescentaríamos à análise do senhor Anatalino Cabeça, as longas distancias e o pouco volume em cada comunidade.

A Cooperativa parece uma instituição que goza de mais credibilidade pelo fato de ser dirigida pelo senhor Adriano Cachimbo, representante da CoopSertão, morador da comunidade de Buraco e ex-presidente do sindicato rural do município de Chapada Gaúcha-MG, sendo uma pessoa há muitos anos conhecida como liderança no município.

A reprodução de um trecho do nosso diálogo com o senhor Adriano Cachimbo, nos permite compreender as razões que, na sua visão, fundamenta a necessidade de fidelidade e envolvimento dos agroextrativistas com a Cooperativa:

> Quando se fala de Cooperativa é um espaço do próprio produtor. Pega o produto dele, ele vai deixa perde lá ou ele vai se organizar em grupo pra vender, então demora mais recebe e de fato do caminhoneiro recebe na hora, mais não sabe pra onde vai esse produto, pra onde eles estão, como que está sendo essa coleta, se está sendo agressiva ou tá sendo feita de forma correta, é, como que tem que contribuir com isso? O município tá ganhando com o ICMS com essa venda que estão vendendo? Na Cooperativa por mais que demora, mais é produto dele, se eles não acredita na Cooperativa que é deles, no município deles, é a mesma coisa de não acreditar na minha família, não acreditar na minha igreja, na minha comunidade, quer dizer, então tem tudo isso, que tem que ser trabalhado. [...] Mais eles questionam, eles reclamam, porque a Cooperativa não tem caixa, aí tem que pegá o produto, pra transformar o produto. A gente pega o pequi, a gente mostra pra eles como é que é feito pra transformar o pequi em outro produto, em uma conserva, em uma farofa de pequi, que produto deles tão sendo transformado com transparência, conquistando cliente diferente. Então eu acho que tem que pensar nisso, né. Mais eles não tem muito essa noção, o negocio é

> vender. Não, é?! Eu vejo a razão deles, não tiro a razão deles é claro mais. [...] É o que a gente fala também pros produtores nas comunidades, a gente tem demora? Tem! Tem uns problema, é frágil, é que a Cooperativa não compra só o pequi, não compra só a favela, ela tá aí no dia a dia ela tem importância, a pessoa tá aqui quer ir pra comunidade, precisa de um material pra levar, o carro tá ai, leva o material, então tá contribuindo de uma forma ou de outra, a Cooperativa vai na comunidade com o transporte, tem alguém que quer vir, trazer alguma coisa, traz de novo, a mais aí tem outro produto, tem o cajuzinho, tem o buriti, tem não sei o que. Então a Cooperativa trabalha o tempo todo com tudo isso, aí tem o caminhoneiro que trabalha só com o pequi, e só o pequi, cabô o pequi é só daqui um ano que ele vai voltar aqui. O outro compra a favela, é só daqui um ano que ele vai voltar aqui. A Cooperativa tá o ano inteiro, quer dizer, eles têm uma fragilidade de negocio, por outro lado tem uma oportunidade bem maior do que essa fragilidade, então, mais ainda não pensam nisso, né, eles pensam numa coisa muito imediatista, numa coisa muito na hora, é claro que você trabalha quer receber logo, né. E a gente não proíbe os outros, a gente só orienta, orienta e tal, porque quanto mais forte, mais ligado a Cooperativa, mais a gente se compromete enquanto Cooperativa, de correr pra resolver os problemas que tá todo mundo empenhado, né. Mais na medida que as pessoas não empenham, então não adianta ter um trabalho de assistência se não tiver um empenho. (PESQUISA DE CAMPO, JULHO DE 2011)

Mais uma vez a fala do senhor Adriano Cachimbo é elucidativa ao mostrar os benefícios da organização coletiva, a nosso ver, especialmente ao referir-se ao fato de que a Cooperativa, diferentemente dos atravessadores, além de proporcionar esporadicamente transporte a estas comunidades, na sua maioria, relativamente isolada, fomenta o aproveitamento de uma diversidade muito ampla dos produtos do extrativismo.

De toda sorte, é possível concluir das análises que, mesmo em face dos poucos incentivos ao extrativismo, ele apresenta potencial para geração de trabalho e renda às comunidades muito carentes nas áreas de Cerrado. Além de não depredar o ambiente natural, eventualmente causando baixo impacto, fomenta sua manutenção e a recuperação de áreas fortemente antropizadas. Igualmente o extrativismo contribui para a conservação de material genético, com potencial de uso atual e futuro, sujeito a erodir em face do avanço da monocultura e da produção de carvão em áreas de Cerrado. Como apontado no capítulo II, Estudos demonstram que a interação entre sociedades tradicionais, historicamente tem contribuído para o aumento da ocorrência de espécies úteis, ampliando a biodiversidade em seus territórios.

Assim, os modos de vida de diversas comunidades de agroextrativistas apresentam-se como realidade concreta do que estamos procurando demonstrar na presente investigação. Referimo-nos às mulheres, homens e crianças que têm na coleta de frutos do Cerrado, como uma das táticas de resistência no embate com a

territorialização do agronegócio e a criação das UCs na região do Cerrado. A narrativa de três agroextrativistas, moradores das comunidades tradicionais estudadas são ilustrativas acerca da importância que a Natureza tem, primeiramente como recurso social e secundariamente como mercadoria. Ao referirem-se à necessidade de conservação, traduzem suas cosmologias, suas concepções de Natureza e a importância vital do Cerrado para a manutenção da existência desse grupo social. Destarte, na interpretação do senhor Paulo a Pique:

> O buriti é uma fruta muito valizada. E não é só nóis, é o bichinho também, o passarinho, o loro verdadeiro. O loro tem veis que pega de cá do cacho e vai até em riba..Um senta aculá e roeu, roeu..Então uma fruta dessa não vamos tirar não, pra vendê, deixa aí. 'Mas o passarinho tá comendo tudo', eu digo: 'mas é dele que Deus deixou'. O buriti é um grande futuro pra nóis aqui. A gente da roça, nóis têm que dá valor no Cerrado, porque o Cerrado dá de tudo um pouco. Então tem que da muito valor no buriti, porque ela é uma fruta que produz muita coisa boa né, porque com ele nóis têm muita vitamina. Ele é tão provado que aonde não tem o buriti o terreno é fraco, né. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

Conforme a narrativa do senhor Caio Jatobá,

> O pequi e o buriti atacado pelos passarinhos, a fruta o que a gente aproveita é o que sobra pra gente, porque as fruta já próprias pros bichos mesmos né. Da gente é aquilo que sobra mesmo né. O buriti é tantos passarinzim pra come aí. Na verdade é pra isso mesmo. (PESQUISA DE CAMPO, ABRIL DE 2013)

A partir dos relatos acima, fica evidente como a dimensão econômica está permeada pela dimensão sensorial, afetiva e simbólica que estas comunidades desenvolveram no processo de construção coletiva do território em interação com a Natureza. O senhor Paulo a Pique justifica que vendeu pouco buriti na safra 2012/13 porque ficou com medo de faltar buriti para o suprimento da família, já que para vender é necessário tirar todo o cacho e, caindo aos poucos, tanto a família como os animais podem se servir deles. Conta que um filho queria tirar para vender, mas que ele não deixou. Ademais, ele e a esposa não têm grandes necessidades de liquidez financeiras, conforme nos explicou, porque tira da sua posse quase tudo que precisa para viver bem.

Vê-se que apesar de poder se constituir em uma fonte de renda importante, esses agroextrativistas expressam uma concepção de que a Natureza não é primordialmente mercadoria. Ademais, o modo de vida e de produção das comunidades cerradeiras não se fundamentam em grandes ganhos monetários visto

que as famílias suprem parte de suas demandas com os benefícios previdenciários do Programa Bolsa Família.

A inserção ao mercado, ainda que tênue, se deu para satisfazer o fetiche da mercadoria, ou seja, para obter renda para consumir algum produto oferecido pelo mercado capitalista e uma forma encontrada para manutenção dos modos de vida Cerradeiro, entretanto, sem sujeitar-se à migração definitiva para a cidade e submeter-se ao modo de vida urbano.

Essa tênue inserção ao mercado capitalista, com produtos do extrativismo e agricultura de excedente, ocorre também para suprir necessidades básicas em áreas como saúde, vestuário, transporte etc., muito embora precariamente.

Assim, o vínculo com o mercado, embora tênue, existe, seja como consumidor, seja como produtor. Não obstante, essa inserção mercantil como produtores agroextrativistas ocorre em escala muito reduzida e irregular, ela vem se tornando cada dia mais primordial devido a incorporação dos seus membros ao mercado consumidor, em especial os mais jovens. Entretanto, podemos afirmar que na atualidade, a racionalidade comercial desses agroextrativistas não está ancorada na lógica capitalista ou mesmo na lógica produtiva da Agricultura Familiar de base tecnificada encontrada frequentemente no Centro-Sul do país, mas na mera manutenção da base material familiar para reprodução simples.

Nesse caso, a produção de uma pequena parcela para o mercado é uma condição para a reprodução das formas de organização societária do grupo. Ademais, a produção com valor de uso é prioritária. No caso das comunidades tradicionais, a dinâmica da Natureza se funde com a própria dinâmica da sociedade, embora não se confundam. O processo de reprodução da vida e da produção dos meios materiais para a organização social não está separado do mundo Natural.

A inserção social que se reclama para estas comunidades tradicionais não pode ser tomada como a simples inserção ao mercado capitalista, especialmente porque muitos deles já estão precariamente integrados como fornecedores de produtos sem valor agregado. Mas, devem-se propiciar as condições para que a inclusão se faça com autonomia. Se essa integração ao mercado não se fizer de forma planejada e por meio de organizações sociais fortalecidas, corre-se o risco de assistirmos ao desvanecimento dos modos de vida e cultura das comunidades tradicionais Cerradeiras. Portanto, defendemos que essa integração ao mercado não deve ser vista como uma imersão muito profunda, ou seja, na qual as regras de

mercados ditam os ritmos da produção, mas uma integração que propicie a obtenção de uma renda que possibilite a melhoria de vida das famílias rurais.

Diante disso, poderíamos nos perguntar com Bourdieu (2007, p. 25)

> [...] Trataria-se-ia, portanto, de estabelecer de que maneira a estrutura das relações econômicas pode, ao determinar as condições e as posições dos sujeitos sociais, determinar a estrutura das relações simbólicas que se organizam no termos de uma lógica irredutível à lógica das relações econômicas.

Em outros termos, podemos pensar a economia como autônoma, como um campo próprio independente da cultura ou da política? Na presente análise, tendemos a negativar essas indagações. Por mais força que a economia demonstre na atualidade, nenhum campo pode se tomado como um universo plenamente autônomo, porquanto o homem Cerradeiro também é movido pelo devir, porém não na mesma medida que os homens da sociedade urbano-industrial. Mesmo na sociedade urbano-industrial, essa afirmação não pode ser tomada como categórica.

Na tentativa de suscitar respostas a tais indagações, lembremos Bourdieu (2005, p. 17), para quem "[...] tudo o que a ortodoxia econômica considera como um puro dado, a oferta, a demanda, o mercado, é produto de uma construção social, é um tipo de artefato histórico, do qual somente a história pode dar conta". O pensamento bourdiano, segundo Raud (2007, p. 207) trata o fato econômico como um “fato social total” na medida em que “o mundo social está inteiramente presente em cada ação 'econômica'"

Para compreender essa proposta de interpretação, necessitamos nos afastar do etnocentrismo do pensamento econômico dominante que assume uma posição homo economicus[75], ou seja, a racionalidade segundo a qual o homem fundamenta suas decisões unicamente por interesses econômicos, para somente assim explicar a aproximação destas comunidades ao mercado. Deve-se tomar o cuidado para não se separar a dimensão moral, ética, religiosa da dimensão econômica, fragmentando as relações econômicas e as reduzindo as relações puramente mercadológicas intermediadas pelo calculo funcionalista.

O econômico deve ser tomado apenas como um aspecto do objeto total e que, portanto não se explica isoladamente das demais dimensões sociais entendidos

[75] Homem Econômico (*Homo Economicus*). “Conceito criado pelos economistas da escola clássica (Adam Smith, David Ricardo etc.) e utilizado pelos administradores, segundo o qual o homem seria perfeitamente racional e capaz de fundamentar suas decisões exclusivamente por razões econômicas, preocupando-se em obter o máximo de benefício com o mínimo de sacrifício de modo imediato. [...]” (SANDRONI, 1999, p. 285)

como, a cultura, a moral, a ética e tantas outras dimensões imbricadas nas relações sociais entre agroextrativista e o mercado capitalista.

Bourdieu (2005, p. 40) ao definir “mercado” como uma "construção social", compreende que não há uma irredutibilidade do social ao econômico. Assim, as relações sociais não são irredutíveis ao aspecto econômico puramente. Os sistemas de significados socialmente construídos têm peso relevante na construção das relações sociais que tecem o território.

As relações entre as comunidades tradicionais e, destas com o Cerrado, não podem ser reduzidas à dimensão puramente econômica, mas caracteriza-se pela reciprocidade solidária entres os agentes envolvidos como elemento fundante, de forma que o elemento econômico não é central. Os diversos usos em potencial do Cerrado, não são redutíveis a uma única dimensão, porque se entrecruzam diversos interesses que são determinantes na trajetória histórico-social das comunidades tradicionais em sua relação com o mundo. No plano territorial, devemos olhar para realidade como um todo indivisível, mas possuidoras de características peculiares e condicionadas no plano local.

As comunidades Cerradeiras não fundamentam seu modo de vida segundo a mesma lógica do modo de produção capitalista que, por sua vez, tem como pilar a exploração da força de trabalho alheio e a acumulação de capital. As comunidades Cerradeiras baseiam-se na produção voltada para o autoconsumo dos membros familiares, comercializando o excedente, quando há, sendo o saber, a terra e o Cerrado, os elementos sine qua non para a reprodução do modus tradicional (cultural, social, religiosa e econômica) de existência.

A base lógica não cumulativa que subjaz os modos de vida das comunidades tradicionais Cerradeiras funda-se na concepção de Natureza como ente vivo e que faz parte do seu mundo, assim contrastando com a lógica cumulativa das sociedades capitalistas, a qual se funda na lógica imediatista de curto prazo que vê a Natureza como objeto, sem se preocupar com seu caráter finito. Entre os Cerradeiros, ao contrário, as necessidades ditam o ritmo da produção e, portanto, da exploração da Natureza.

As comunidades tradicionais que vivem e convivem no e do Cerrado, são os principais atingidos pelo avanço da monocultura empresarial e, portanto, os primeiros interessados na manutenção dos ambientes e mesmo na criação de UCs, desde que estas não os neguem como seus moradores seculares. Diante do

avançado processo de dilapidação do Cerrado, faz se urgência pensar políticas de reprodução socioeconômicas e culturais, compatíveis com o Cerrado em pé, pois é certamente como esse bioma tem mais valor, no sentido lato e não estritamente econômico. A ideia contida nessa proposta é resguardar o direito à manutenção do modus vivendi Cerradeiro e garantir os direitos básicos, promovendo qualidade de vida com a manutenção da Natureza social, assim permitindo a sobrevivência do/no Cerrado.

Estando ocupados com o extrativismo, os sertanejos Cerradeiros, certamente não necessitarão se sujeitar à prática do trabalho análogo ao escravo, ao trabalho precário e mal remunerado nas fazendas capitalistas e nas carvoarias ou ao trabalho degradante no corte da cana na Região Sudeste e Centro Oeste. Também seus filhos não necessitarão migrar para a periferia de Brasília, onde são obrigados a submeter-se ao trabalho na construção civil, o que tem ocorrido com muita frequência no município de Chapada Gaúcha. A subsunção ao mercado, apenas ofertando a força de trabalho, normalmente não garante a obtenção da renda necessária para superar o atual estado marginal de um grande número de famílias nessas comunidades.

Considerações Finais

A pesquisa teve como foco de estudo a trama social inerente à expansão do agronegócio no município de Chapada Gaúcha e a criação de Unidades de Conservação, especialmente a de Proteção Integral e propôs contribuir para compreender e superar os problemas decorrentes desse processo, particularmente no que tange aos impactos sobre o modo de vida das comunidades tradicionais agroextrativistas. Neste contexto, procuramos demonstrar que o aproveitamento comercial das potencialidades inerentes ao Cerrado, especialmente dos frutos nativos para alimentação, apresentam-se como alternativa para reprodução sociocultural das comunidades tradicionais e conservação da Natureza no Cerrado.

O extrativismo de recursos naturais tem como cenário um complexo contexto socioambiental que vem passando por intenso processo de transformação que se evidencia a partir de 1970, com a territorialização de empresas silvicultoras e migrantes gaúchos e, a partir de 1990, com a instituição de duas unidades de conservação, o PESA e a RDS Veredas do Acari.

Atualmente as populações tradicionais cerradeiras no município de Chapada Gaúcha ainda sentem os efeitos negativos do processo de territorialização do capital ligado ao agronegócio e da criação de unidades de conservação. Isso porque, o Estado, ainda que não tenha desapropriado e indenizado os posseiros atingidos diretamente pelo PESA, por estarem situados em terras, consideradas pelo IEF dentro do perímetro dessa unidade, fez as restrições de uso dos recursos e dos territórios tradicionalmente ocupados serem sentidas com rigor. As restrições não são impostas apenas àquelas posses que o IEF considera que estão no interior das UCs, mas inclusive àquelas que estão fora das UCs, mas em Zona de Amortecimento.

A resistência de muitos Cerradeiros vem permitindo que suas territorialidades sigam existindo, todavia, em muitos casos precariamente. Isso porque, tem se tornado lugar cada vez mais comum, as práticas de subsistência das comunidades tradicionais ocorrerem em territórios alheios e sob a tutela do Estado, no caso das unidades de conservação, ou sob o regime de propriedade privada. Esse processo tem se mostrado como um fator negativo para a manutenção das comunidades Cerradeiras presentes no bioma Cerrado e ao próprio bioma. Esta situação se torna especialmente delicada em municípios como o de Chapada Gaúcha-MG,

caracterizado pela baixa empregabilidade na agricultura fortemente mecanizada e pelo baixo dinamismo nos setores da indústria e comércio. Ademais, os solos pobres e o uso exclusivo de meios técnicos rudimentares na agricultura e na pecuária, dificultam a produção comercial e a subsistência nas comunidades tradicionais.

Neste contexto, compreendemos que, a exemplo do que ocorre com as terras indígenas e quilombolas, faz-se necessário a demarcação imediata dos territórios efetivamente usados pelas comunidades tradicionais Cerradeiras, especialmente aquelas ameaçadas pela territorialização do agronegócio e atingidas pela criação de UCs de Proteção Integral.

Com a pesquisa, foi possível constatar que as comunidades tradicionais, ao explorar os recursos dos quais dependem para a manutenção de seu modo de vida ou para comercialização, longe de impor sua demanda, majoritariamente respeitam o limite de suporte dos recursos do ecossistema, ao passo que no processo de produção aos moldes da produção capitalista, o mercado determina o ritmo da produção. No primeiro caso, busca-se a reprodução social, no segundo, a reprodução ampliada do capital. Não que nesse primeiro caso não se busque a produção de excedentes, mas a escala e o intuito com que é feito, é que são distintos. Isso porque, os impactos causados pelas sociedades tradicionais à Natureza, normalmente são de pequena proporção, não causando alteração significativa no ecossistema, somente por isso foi possível eleger como monumentos Naturais intocáveis, as áreas onde essas populações habitam.

Entretanto, há que se considerar que diante da falta de alternativas para a geração de renda e formas de suprir as necessidades das comunidades direta e indiretamente afetadas pela criação das UCs, alguns membros destas comunidades não vêm respeitando as normas ambientais. Entre as principais alternativas de geração de renda na região, estão: a) a produção de carvão em pequena escala com madeira nativa, a qual é comercializada com atravessadores que, por sua vez, vendem a produção para empresas siderúrgicas localizadas do município de Três Lagoas-MG; b) a criação do gado na solta, sem planejamento, dentro do PESA e na RDS Veredas do Acari, assim como em suas Zonas de Amortecimento, somado ao uso do fogo de forma indiscriminada para a rebrota do capim. Esse último fator, somado ao tipo de solo frágil da região e a abertura de carreadores que concentram e aumentam a força da água da chuva, vêm contribuindo para a formação de imensas voçorocas e o assoreamento dos rios e veredas da região; c) o extrativismo

vegetal de frutos nativos do Cerrado, que por falta de planejamento, eventualmente ocorre de forma predatória pela quebra de galhos de árvores afetando sua produtividade na safra subsequente, pela coleta de todos os frutos, não deixando alimento aos animais silvestres ou por não devolverem as sementes ao Cerrado; e, d) a captura de aves silvestres, especialmente as Araras-Azuis, Araras-Vermelhas e Papagaios-Verdadeiros, além de Veados e Caititu, constitui fonte de renda a alguns caçadores, os quais também ateiam fogo ao Cerrado como estratégia de caça. Ainda que a prática da caça e da produção de carvão sejam realizadas por um número muito restrito de pessoas, seus impactos podem ser de grande proporção.

Os territórios das comunidades tradicionais no município de Chapada Gaúcha-MG não mais continuarão existindo ou existirão em subalternidade nesse novo campo de força social, se a atual ordem estabelecida não for redefinida a partir de uma base que considere seus modos de vida tradicionais, conciliando políticas ambientais conservacionistas e uso de espécies nativas úteis e outras atividades, por meio do manejo sustentável. Isso porque, a criação das unidades de conservação, tomada como uma política isolada, tem se mostrado insuficiente para a conservação dos ecossistemas na região, visto que alguns membros das comunidades tradicionais tendem a continuar explorando os recursos Naturais, muitas vezes de forma predatória, com vistas a angariar o recurso monetário para suprir algumas demandas que consideram essenciais.

Diante disso, defendemos que o agroextrativismo de frutos nativos deve ser aliado a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável como estratégia de conservação da Natureza e geração de renda. Neste contexto, o cooperativismo deve constituir-se em um instrumento para que o estreitamento de laços das comunidades cerradeiras com o mercado não ocorra em condições de subalternidade.

Atualmente o baixo dinamismo do extrativismo se deve a falta de organização e apoio para que os agroextrativistas coloquem seus produtos no mercado, o qual existe potencialmente, tanto no Brasil como no exterior. Esse cenário não sofreu alteração significativa mesmo após a criação da CoopSertão, a qual não absorve toda produção e, muitas vezes, quando o faz, paga preços pouco compensadores, além de comumente atrasar o pagamento.

Para que a atual condição de desalento acerca do extrativismo seja superada, será necessário encontrar soluções para alguns pontos de estrangulamento

identificados na região, especialmente em relação ao extrativismo. Dentre as medidas que nos parece mais relevante, podemos destacar: o melhor aproveitamento da diversidade de frutos que o Cerrado local oferece; oportunizar a qualificação dos agroextrativistas para o manejo adequado das árvores frutíferas; instrumentalizar os agroextrativistas para o semi-processamento dos frutos nativos com a construção de mini-usinas de beneficiamento nas próprias comunidades; formar pequenos pomares de frutas nativas e exóticas que podem ser cultivados próximos à residência do agroextrativista; adensar plantas na própria Natureza; estimular a adesão dos agroextrativistas ao sistema cooperativo; viabilizar a capacidade da CoopSertão de adquirir estoque de matéria-prima; recategorizar as unidades de conservação de uso integral convertendo-as preferencialmente em RDS e, como segunda opção, em Reservas Extrativistas; tornar efetivo o uso sustentável da RDS Veredas do Acari; permitir a participação efetiva das comunidades na construção dos Planos de Manejo; promover a gestão participativa da UCs envolvendo as comunidades e outros segmentos da sociedade; implementar políticas diferenciadas para oportunizar a geração de renda aos habitantes do interior da UCs e das Zonas de Amortecimento; implementar medidas de conservação do solo e contenção do processo erosivo na região; oportunizar a realização de estudos para compreensão da real dimensão dos impactos causados pela pecuária, uso do fogo na renovação de pastagens, prática da agricultura nas Veredas e extrativismo de frutos nativos, especialmente buriti, favela e pequi; realizar o reconhecimento e titulação das posses dos agroextrativistas; restringir à produção de carvão a partir da madeira nativa; limitar a expansão da agricultura empresarial, com urgência para àquelas que ocorrem nas bordas das chapadas; e, coibir a prática da caça esportiva e profissional. Por outro lado, acreditamos que medidas paliativas certamente levarão ao recrudescimento dos problemas no futuro próximo.

Diante das tensionalidades sociais existentes, não raro veladas, deve-se assumir o problema e reconhecer os direitos espoliados das populações tradicionais, especialmente em relação à desterritorialização das terras tradicionalmente ocupadas, envolvendo os cerradeiros na tentativa de superá-los, o que necessita ser feito através de um fórum de intermediação. Somente assim, será possível buscar as condições que permitam a ampliação e a consolidação de alianças entre os diferentes segmentos da sociedade e o Estado. Para que isso seja possível, deve-se

ter como prerrogativa a participação de todos os envolvidos no processo com isonomia política, cimentado na ética e na ampla liberdade de pensamento, mas, sobretudo, na garantia de igualdade de todas as partes nas tomadas de decisões.

As comunidades tradicionais devem ter assegurado seus direitos fundamentais, o que passa necessariamente pelo controle local dos recursos Naturais e sociais, pelo direito ao acesso ao território, a segurança alimentar e nutricional, a liberdade de expressão, mantendo distantes os interesses econômicos, localizado num contexto que defenda a função social e ambiental do território. Não se trata da conservação pura e simples da Natureza, mas de sua conservação pela e para as comunidades tradicionais e toda a humanidade.

Por fim, considerando tudo que foi exposto, defendemos a tese de viabilidade do uso sustentável do potencial do território cerradeiro, em especial dentro das Unidades de Conservação, tendo o extrativismo de frutos nativos do Cerrado para a comercialização como uma das táticas de reprodução sociocultural, ainda que, como atividade complementar à renda.

Referências

ABRANCHES, Sergio. **A Chapada da Soja**. Disponível em <http://www.oeco.com.br/sergio-abranches/16523-oeco_16859> Acessado em 02 de dezembro de 2012.

ABREU, João Capistrano. O sertão. In: **Capítulos da História Colonial, 1500-1800.** 5ª ed. Revisada. Brasília: Ed. Unb, p. 121-191, 1963.

AB`Saber, Aziz. **Os Domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo Ateliê Editorial, 2003, 151 p.

ADHB. Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. **Perfil Municipal**. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/chapada-gaucha_mg> Acessado em 30 de junho de 2014.

ALLEGRETTI, Mary Helena. **A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros**, 2002, 827f., Tese (Doutorado em Gestão e Política Ambiental) Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. **Os cerrados e a sustentabilidade: territorialidades em tensão.** 2006.271f. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Ordenamento Territorial e Ambiental, Universidade Federal Fuminense.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil pela abundância do gado e courama e outros contratos reais que se rematam nesta conquista**: cultura e opulência do Brasil. 3. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia/Edusp, p. 197-207, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil).

ARTICULAÇÃO AGROEXTRATIVISTA. **Conheça a articulação agroextrativista do Cerrado**. Disponível em<://www.povosdocerrado.org.br/> Acessado em 02 de fevereiro de 2013.

AGOSTINI-COSTA et al. Espécies de maior relevância para a região centro-oeste. In: VIEIRA, Roberto Fontes et al. **Nativas da Região Centro-Oeste do Brasil.** Brasília, Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, p. 12-25, 2006.

ÁVIDOS, M. F. D; FERREIRA, L. T. **Frutos dos Cerrados**: preservação gera muitos frutos. In: Biotecnologia Ciência & Desenvolvimento, Ano 3, n. 15 - Julho/Agosto 2000. Disponível em: <http://www.biotecnologia.com.br/revista/bio15/frutos.pdf>. Acesso em 25 de fevereiro de 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023:** informação e documentação, referências, elaboração. Rio de Janeiro, 2000. 24 p.

_____. **NBR 10520:** informação e documentação: apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro, 2000. 07 p.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livre","castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.** Manaus: 2.ª ED. PGSCA, UFAM, 2008 192 p.

_____. Terras tradicionalmente ocupadas – processo de territorialização e movimentos sociais". **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais.** Vol.6, nº 1. ANPUR, maio de 2004. p. 9-32.

ALMEIDA, Maria Geralda. Cultura Ecológica e Biodiversidade. **Revista Mercator**. Fortaleza: v. 02, nº 03, Janeiro/Junho, p.71-82, 2003. Disponível em: < http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/166/133> Acessado em: 20 de março de 2012.

_____. Fronteiras, territórios e territorialidades. **Revista da ANPEGE** (Fortaleza/CE), v. 01, nº 02, p. 103 – 114, 2005. Disponível em: < http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/view/86/46> Acessado em: 20 de março de 2012.

_____Territórios de Quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás - patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. Goiânia, IESA, **Ateliê Geográfico** – EDIÇÃO ESPECIAL, v. 1, nº 9 fev. p.36-63, 2010. Disponível em < http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/9389/6470> acessado em 8 de outubro de 2010.

ANDERSON, Anthony B.; IORIS, Edviges Marta. A lógica do extrativista: manejo de recursos e geração de renda por produtores extrativistas no estuário amazônico. In: DIEGUES, Antônio C. S.; MOREIRA, André de C. C. (Org.). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: NUPAUB-USP, p. 163-180, 2001.

ANDRADE, Manuel Correia. **Caminhos e descaminhos da Geografia**. Campinas: Papirus, 1989, 85 p.

AMIN, S. (2003). **Pobreza mundial, pauperização & acumulação de capital.** Disponível em <http://resistir.info/samir/pobreza_mundial.html> Acessado em 25 de agosto de 2010.

APF, ARTICULAÇÃO PUXIRÃO DOS POVOS FAXINALENSES, **Carta Faxinalense,** Guarapuava, 28 de Agosto de 2011.. Disponível em < http://redepuxirao.blogspot.com.br/2011/08/articulacao-puxirao-dos-povos.html> Acessada em: 16 de março de 2011.

ARRUDA, Rinaldo - Populações Tradicionais e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação". In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 1., 1997, **Anais eletrônicos**...v. 1. Conferências e Palestras, pp. 262-276. Curitiba, Brasil, Disponível em: <http://www.usp.br/nupaub/ArtigoCuritiba.pdf> Acessado em: 21 de setembro de 2011.

AZEVEDO, Aldemir Inácio de; MARTINS, Herbert Toledo; DRUMMOND, José Augusto Leitão. A dinâmica institucional de uso comunitário dos produtos nativos do

cerrado no Município de Japonvar (Minas Gerais). **Sociedade e Estado. Brasília,** v. 24, nº 1, Abril. 2009 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922009000100009&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 10 setembro de 2010.

BERLINCK, C.N.; LIMA, L. H. A. Identificação de rastros de animais, educação ambiental e valorização da fauna local no entorno do Parque Estadual de Terra Ronca (GO). In: **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental.** v.18, janeiro a junho de 2007.

BERTRAN, Paulo. **Breve história do Noroeste Mineiro e do Parque Nacional Grande Sertão:** Veredas. FUNATURA/IBAMA: Brasília, 1999.

_____História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal – Do indígena ao colonizador. Brasília: Verano, 1994, 314 p.

BEZERRA et al. Araçá. In: VIEIRA, Roberto Fontes et al. **Nativas da Região Centro-Oeste do Brasil.** Brasília, Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, p. 42-62, 2006.

BIAZZO, Pedro Paulo. Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária. Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa, 4., São Paulo. **Anais Eletrônico...** pp. 132-150, 2008. Disponível em <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%204%C2%BAENGRUP/trabalhos/biazzo_p_p.pdf> Acessado em 27 de maio de 2011.

BOURDIEU, Pierre; SAYAD, Abdelmalek. A dominação colonial e o saber cultural. **Revista de sociologia e política**, Curitiba, nº 26, Junho 2006 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782006000100005&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 13 janeiro de 2012. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782006000100005.

BOURDIEU, Pierre. (2005) **O campo econômico.** Política & Sociedade, 6: 15-58 (tradução de "Le champ économique". Actes de la Recherche en Sciences Sociales, 119: 48-66, 1997.

BRASIL. Decreto 6.135 de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm> Acessado em 28 de agosto de 2014.
_____. Ministério do Desenvolvimento Social. MDS. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico> Acessado em 01 de julho de 2014.

_____. **Portal da Transparência. Chapada Gaúcha (MG) - Recursos recebidos diretamente pelo cidadão.** Disponível em: <http://mg.transparencia.gov.br/Chapada_Ga%C3%BAcha/receitas/pelo-cidadao/acoes?exercicio=2013> Acessado em: 14 de junho de 2014.

_____ Transferência de recursos por estado/município - Minas Gerais exercício: 2013. Disponível em:

<http://www.portaldatransparencia.gov.br/PortalTransparenciaListaFavorecidos.asp?Exercicio=2013&SelecaoUF> Acessado em: 14 de junho de 2014.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Senado, 1988. Diário Oficial da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acessado em 30 de janeiro de 2013

_____. **Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988.**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 1988b. Diário Oficial da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7668.htm> Acessado em 13 de março de 2014.

_____. **Decreto de 13 de julho de 2006**. Altera a denominação, competência e composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Brasília, 2006.

_____. **Projeto de Lei 231/2007.** Diário Oficial da União. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid.>. Acesso em 25 de janeiro de 2013.

_____. **Decreto nº 6.040 de 7 DE fevereiro de 2007.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm> Acessado em 16 de janeiro de 2013.

_____. **Lei Nº 12.651 de 25 de maio de 2012.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm Acessado em 12 de novembro de 2013.

_____. **Decreto Nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990.** Diário Oficial da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D98897.htm> Acessado em 16 de janeiro de 2013.

_____ **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**, Brasília, DF, 26 fev. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ leis/L8629.htm> Acesso em 14 de junho de 2014.

_____. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Diário Oficial da União. Política Nacional do Meio Ambiente. 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938compilada.htm> Acessado em 16 de janeiro de 2013.

_____. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em 14 de junho de 2014.

_____. **Lei Nº 9.985, de 18 de junho de 2000.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, **. Disponível em: <**http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-1/leis-

ordinarias/legislacao-1/leis-ordinarias/2000#content: Acessado em 08 de março de 2012.

_____. **Proposta de emenda à constituição número 115-A, De 1995. Comissão especial destinada a proferir parecer à proposta de emenda à constituição nº 115-a, de 1995.** Modifica o parágrafo 4º do artigo 225 da Constituição Federal, incluindo o Cerrado na relação dos biomas considerados patrimônio nacional. Disponível em <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/406699.pdf> Acessado em 16 de março de 2011a.

_____. **Monitoramento do desmatamento nos Biomas Brasileiros- 2009-2010.** Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2011b, 55 p.

_____. **Monitoramento do desmatamento nos Biomas Brasileiros- 2008-2009.** Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2011c, 55 p.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 2.519, de 16 de Março de 1998. Convenção sobre Diversidade Biológica - Brasil.** Diário Oficial da União. Brasília: 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2519.htm> Acessado em 9 de setembro de 2010.

_____. **Conferência Nacional de Economia Solidária**, 1., Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento. Documento base, BRASÍLIA, Junho de 2006.

_____. **Lei 9985 de 18 de julho de 2000.** Sistema nacional de unidades de conservação da Natureza-SNUC. Diário Oficial da União. Decreto nº 4340 de 22 de agosto de 2002. Ed. Aumentada. Brasília: MMA\SBF, 2000- 2002.

_____. **Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Disponível em: <**http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869compilada.htm> Acessado em: 14 de junho de 2014.

CAA-NM, Centro de Agricultura Alternativo do Norte de Minas. Disponível em: <http://www.caa.org.br/site.php?pagina=formas-deatuao> Acessado em 30 de janeiro de 2013.

CAJKA, Frank. Antropologia ecológica: uma maneira de ver o mundo. In: DIEGUES, Antônio C. S.; MOREIRA, André de C. C. (Org.). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: NUPAUB-USP, p. 163-180, 2001.

CALAÇA, M. Territorialização do capital: Biotecnologia, Biodiversidade e seus impactos no Cerrado. **Revista Ateliê Geográfico**, Edição Especial, Goiânia: v. 1, nº 9 fev/2010 p.06-23,UFG. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/9388/6469> Acessado em 11 de setembro de 2010.

CARTA **dos extrativistas e agroextrativistas.** Goiânia, 03 de fevereiro de 2012. Disponível em: <http://www.povosdocerrado.org.br/> Acessado em 26 de Janeiro de 2013.

CARVALHO, Igor S.H. **Potenciais e limitações do uso sustentável da biodiversidade do Cerrado:** um estudo de caso da Cooperativa Grande Sertão no Norte de Minas. 2007. 164 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

CASTRO, Edna. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES. Antônio Carlos (Org.) **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, p. 165-182, 2000.

CARAZZA, Luis; ÁVILA, João Carlos Cruz e. **Manual Tecnológico de Aproveitamento Integral do Fruto do Pequi.** Brasília. Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), Brasil, 2010, 48 p.

CLAVAL, Paul. As abordagens da geografia cultural. In : CASTRO, Iná Elias de, CORRÊA, Roberto Lobato, GOMES, Paulo César (Org.). **Explorações Geográficas:** percursos no fim do século. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1997.

CARVALHO, Priscilla. **Projeto agroextrativista da favela cria fundo rotativo para agricultor.** Disponível em: <http://www.rts.org.br/noticias/favelas-para-o-cerrado/>Acessado em 19 de outubro de 2013.

CHAPADA GAÚCHA. **Construindo nossa história, três décadas de pioneirismo gaúcho no município de Chapada Gaúcha – MG**. Secretaria de Cultura Municipal de Educação e Cultural: Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha, 2007.

CERTEAU, Michel. **A Invenção do cotidiano:** artes de fazer; tradução de Ephrain Ferreira Alves – Petrópolis, RJ: Vozes 1994, p. 351.

CODEVASF. **Codevasf implantou mais de onze mil barraginhas no noroeste de Minas Gerais.** Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/noticias/2007/codevasf-implantou-mais-de-onze-mil-barraginhas-no-noroeste-de-minas-gerais/> Acessado em 03 de dezembro de 2013.

CONTI, José Bueno; FURLAN, Sueli Angelo. Geoecologia: o clima, os solos e a biota. In: ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 4. ed., p. 67-207, 2003.

CORDELL, John. Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia. In: DIEGUES, Antônio C. S.; MOREIRA, André de C. C. (Org.). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: NUPAUB-USP, p. 139-160, 2001.

COOPSERTÃO. **Extrativismo vegetal sustentável. Edital nº 5.07.** Brasília: 20011, 43 p.

CORREIA, J. R. at al. Planejamento participativo de projeto de pesquisa em comunidades de agricultores familiares, no Norte de Minas. Simpósio Nacional do Cerrado, 9., e Simpósio Internacional Savanas Tropicais **2.,** 2008, Brasília. **Anais**

eletrônicos... Brasília: Embrapa Cerrado, Disponível em: <http://simposio.cpac.embrapa.br> Acessado em 19 de março de 2012.

CORREIA at al., Critérios preliminares para definição da aptidão agroecológica e agroextrativista das terras para agriculturas de base familiar - estudo de caso em uma comunidade do alto rio pardo, norte de minas gerais. Congresso das Sociedade Brasileira de Sistema de Produção, 8., 2010. São Luiz, **Anais eletrônicos**... Disponível em: <www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/147.pdf> Acessado em 13 de setembro de 2010.

COSTA, João Batista Almeida. Fronteira regional do Brasil: o entre-lugar da identidade e do território baianeiro em Minas gerais. In: **sociedade e Cultura**. Goiânia, v.5, nº1. 2002.

COSTA, João Batista de Almeida. **Mineiros e Baianeiros:** englobamento, exclusão e resistência. 2003, 333 f.: Tese (Doutorado em Antropologia Social) DAN/Universidade de Brasília, Brasília.

DAYRELL, Carlos Alberto. Os Geraizeiros descem a serra ou a agricultura de quem não aparece nos relatório dos agrobusiness. In: LUZ, Cláudia; DAYRELL, Carlos Alberto (org.). **Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade.** Montes Claros, 2000. p.189- 272.

_____. **Geraizeiros e Biodiversidade no Norte de Minas**: A Contribuição da Agroecologia e da Etnoecologia nos Estudos dos Agroecossistemas Tradicionais**.** 1998, 182 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) Universidade Internacional de Andalucia, Montes Claros.

DESCOLA, Philippe. Ecologia e cosmologia. In: DIEGUES. Antônio Carlos (Org.) **Etnoconservação:** novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, p. 81-99, 2000.

DIEGUES. Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 6º ed. São Paulo: Hucitec, 1996, 198 p.

_____. Conhecimento Tradicional e Apropriação Social do Ambiente Marinho. In: **Roteiros Metodológicos:** plano de manejo de uso múltiplo das reservas extrativistas Federais. Org. RODRIGUES, E.; PAULA, A. C.; ARAUJO, C. M. Brasília: IBAMA, p. 125-157, 2004.

DIEGUES. Antônio Carlos; ARRUDA R. S.V. (Org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil.** Brasília: MMA, 2001. Dispensável em: http://www.usp.br/nupaub/publica0.html. Acesso em: 07 de setembro de 2010.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp e Editora Ícone, 1985, p. 160.

EDWARD, José. **Bah, é minas, tchhhê!** Revista Veja, edição de 22 de julho de 1998. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/220798/p_076.html> Acessado em 14 de agosto de 2013.

EMBRAPA. **Feijão-Caupi.** Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/feijao-caupi/Abertura.html> Acessado em 10 de maio de 2014.

FANZERES, Anna. **Temas Conflituosos Relacionados à Expansão da Base Florestal Plantada e Definição de Estratégias para Minimização dos Conflitos Identificados.** Brasília, Secretaria de Biodiversidade e Florestas/Ministério do Meio Ambiente, março, 2005. 261p.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. A guerra dos Barbaros. In: **Bandeiras e Bandeirantes de São Paulo.** São Paulo: Editora Nacional, v. 181, p. 109-119, 1940.

FEENY, David, et al. A Tragédia dos Comuns: Vinte e Dois Anos Depois. In: DIEGUES, Antônio C. S.; MOREIRA, André de C. C. (Org.). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: NUPAUB-USP, p. 17-42, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Eletrônico Aurélio. São Paulo.** 3ª. edição, Editora Positivo, **versão 5.0,** 2004.

FERREIRA, Francisco Ricardo et al. Abacaxi do Cerrado. In: VIEIRA, Roberto Fontes et al. **Nativas da Região Centro-Oeste do Brasil.** Brasília, Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, p. 26-41, 2006.

FIGUEIREDO; Isabel B. SCHMIDT, Isabel B. SAMPAIO, Maurício B. Artesanato de capim dourado e buriti: união do conhecimento tradicional e científico para o manejo sustentável e geração de renda. In: LOBO, A. S. (Org.) ANDRADE, K.; FIGUEIREDO. **Sementes lançadas, frutos colhidos. O Programa de Pequenos Projetos Ecossociais.** 1. ed. Brasília: Athalaia Gráfica e Editora, 2010. v. 1. p. 45-57 .

FILIZOLA, Bruno de Carvalho. **Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável da fava d'anta.** Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza, 2013, 76 p

FUNATURA. **Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu.** Disponível em: <http://mosaico.cub3.com.br/> Acessado em: 01 de setembro de 2014.

_____. **Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu. Fundação Pró-Natureza – FUNATURA,** Brasília: 2008, 60 p.

_____. **Relatório de Cumprimento do Objeto Parcial – RCO.** Projeto Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu MMA/FNMA – 106/2005. Brasília, 2007.

_____. **Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra das Araras**. Brasília: Fundação Pró-Natureza FUNATURA E Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais IEF MG, 2005, 134 p.

GONCALVES, Ana Cecília et al. Conservação de Dimorphandra mollis benth. (fabaceae) baseada na estrutura genética de populações naturais. **Revista Árvore**, Viçosa, v. 34, nº 1, Feb. 2010 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-67622010000100011&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 13 Mar. 2011.

GOLDMAM, Michel. Inventando os comuns: teoria e prática dos profissionais. In: DIEGUES, Antônio C. S.; MOREIRA, André de C. C. (Org.). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: NUPAUB-USP, p. 43-78, 2001.

ENGELS, F. **Humanização do macaco pelo homem.** In: A Dialética da Natureza. Rio De Janeiro: Paz e Terra, 3ª Ed. p. 215-238, 1979.

GARLIPP, José Rubens Damas. **O agronegócio nas terras de Goiás**. Economia-Ensaios, Uberlândia (MG). v. 19, nº 2, p. 143-146, jul. 2005. Resenha. Disponível em:<http://www.seer.ufu.br/index.php/ O agronegócio nas terras de Goiás. revista economia ensaios/article/viewFile/1545/1371.>Acesso em 31 setembro de 2010.

GOMES, José Raimundo Ribeiro. **Histórico.** Disponível em: http://www.chapadagaucha.mg.gov.br/portal1/municipio/historia.asp?idMun=100131179 Acessado em 12 de novembro de 2013.

GONÇALVES, C. W. Porto; SILVA, A. K. **Territórios em Rede:** a criatividade político-cultural dos Povos do Cerrado. Goiânia: Rede, 2011, 54-74. Disponível em < http://www.emporiodocerrado.org.br/pt-br/documentos/artigo-territorialidade-em-rede.pdf> Acessado em 17 de fevereiro de 2011.

GONÇAVES, C. W. Porto, Geografia da riqueza, da fome e meio ambiente. In: **O campo no século XXI:** território de vida, de luta e de construção da justiça social. OLIVEIRA; A. U.; MARQUES, M. I. M. (Org.) São Paulo: Ed. Casa Amarela e Editora Paz e Terra, p. 207-253, 2004.

GUHA, Ramachandra. O biólogo autoritário e a arrogância do anti-humanismo. In: DIEGUES. Antônio Carlos (Org.) **Etnoconservação:** novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, p. 81-99, 2000.

IBGE. Estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2013. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2013/populacoes_estimativas_municipios_TCU_31_10_2013.pdf Acessado em 05 de julho de 2014.
_____. **Cidades.** 2010 Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=311615> Acessado em 12 de novembro de 2013.

_____. **Cidades.** 2010 Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=311615> Acessado em 31 de maio de 2014.

_____. **Contas Nacionais Produto Interno Bruto dos Municípios 2004-2008.** número 33. Rio de Janeiro, 2010
_____. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010, p.1-259.
IBGE, Séries Estudos e Pesquisas em Geociências. In: **Zoneamento Geoambiental e Agroecológico- Goiás/Região nordeste**. Rio de Janeiro, 1995. p. 84.

_____. Produção Agrícola Municipal entre 1990 a 2012. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/default.asp?z=t&o=4&i=P> Acessado em: 14 de junho de 2014.

_____. Pesquisa Pecuária Municipal entre 1995 e 2012. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/default.asp?z=t&o=4&i=P> Acessado em: 14 de junho de 2014.

_____. Censo Agropecuário de 1995 e 2006. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/default.asp?z=t&o=4&i=P> Acessado em: 14 de junho de 2014.

IEF. **Parque Estadual Serra das Araras**. Disponível em<http://www.ief.mg.gov.br/areas-protegidas/209> Acessado em 13 de agosto de 2013.

ISPN, INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA. **Anuário Estatístico da ABRAF, 2009: base 2008**. Brasília: ISPN, 2009. Disponível em: <http://www.ispn.org.br/LevantamentoSite.pdf.>. Acesso em: 31 de agosto de 2010.
JACINTO, Andréa Borghi Moreira. **Decifrando a Mãe do Jarro:** uma construção do encontro etnográfico. Campos 4:155-170, 2003.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização a multiterritorialidade. Encontros de Geógrafos da América Latina. X, 2005, São Paulo. **Anais eletrônicos**... São Paulo, X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, p. 6774 -6792.

HAESBAERT, Rogério da Costa. (2010, p. 43) **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: 5º ed. Bertrand Brasil, 2010.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades:** teorias, processo e conflitos. São Paulo: 1º ed. Expressão Popular: p. 271-290, 2009.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Encontro de Geógrafos da América Latina. Integração socioespacial e seus efeitos sobre as territorialidades,10., 2005, São Paulo. **Anais eletrônicos**... Disponível em:<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaespacial/12.pdf> Acessado em 27 de julho de 2011.

KUHLMANN-PERES, M. **Frutos e Sementes do Cerrado Atrativos para Fauna:** Guia de Campo. 1. ed. Brasília: Rede de Sementes do Cerrado, 2012. v. 1. 360p .

HEIDRICH, A, L. Fundamentos da formação do território moderno. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, nº 23, p. 9-18, 1998.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir and LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e Economia do "Agronegócio" no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** [online]. 2010, vol.25, nº 74 [cited 2012-05-29], pp. 159-176 . Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092010000300010&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0102-6909. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092010000300010.

HESPANHOL, R. A. M. **Produção familiar:** perspectiva de análise e inserção na Microrregião de Presidente Prudente. 2000, 354 f. Tese (Doutorado em Geografia) Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

_____. **Agroecologia: limites e perspectivas**. In: ALVES, A. F.; CORRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Org.) Desenvolvimento territorial e agroecologia. São Paulo: Expressão Popular. 1ª ed., 2008, p. 117-136.

_____. **A adoção da perspectiva territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil**. In: Campo-Território: revista de geografia agrária, v. 05, nº 10, p. 123-147, agosto, 2010.

_____**. Perspectivas da agricultura sustentável no Brasil.** Paris, Confins, Revista Franco-Brasileira de Geografia. Nº 02, p. 01-15, 2008. Disponível em: <http://confins.revues.org/2353> Acessado em 01 agosto de 2010.

HESPANHOL, R. A. M.; COSTA, V. M. H. M. Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente. In: GERARDI, L. H. O.; MENDES, I. A. (Org.). **Do natural, do social e de suas interações**: visões geográficas. Rio Claro: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP. AGETEO, p. 157-172, 2002.

HENRIQUES, Ricardo. Desnaturalizar a desigualdade e erradicar a pobreza no Brasil. In: WERCHEIN, Jorge. NELOTO, Marlova Jovchelovitch. **Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social.** Brasília. Unesco, 2003 p. 63-68.

HENRIQUES, Ricardo; BARROS, Ricardo Paes de; MENDONCA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo , v. 15, n. 42, fev. 2000.

HENRIQUE, Wendel. A Natureza nos interstícios do social: uma leitura das idéias de Natureza nas obras de Milton Santos. In: **Revista Terra Livre**: São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros, v. 2, nº 21, p. 249-262, 2003.

KAGEYAMA, Angela; HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. In: **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006.

KLINK, C. A.; MACHADO, R. B. **A conservação do Cerrado brasileiro: megadiversidade.** v.1, nº 1, julho, p. 147- 155, 2005. Disponível em: <http://www.conservation.org.br/publicacoes/files/20_Klink_Machado.pdf>Acessado 5 de janeiro de 2010.

LANDAU, Elena Charlotte et al. **Variação geográfica do tamanho dos módulos fiscais no Brasil.** Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2012, 199 p.

LEITE, Sergio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agronegócio. CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 81-87, 2012.

LIMA, Isabela Lustz Portela; SCARIOT, Aldicir. **Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável da mangaba.** Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2010, 68 p.

LIMA, Victor Vinícius F. de; SILVA, Priscila Albertasse Dutra da; SCARIOT, Aldicir. **Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável do coquinho azedo**. Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2010, 60 p.

LOBO, A. S. (Org.); ANDRADE, K.; FIGUEIREDO. **Sementes lançadas, frutos colhidos:** o Programa de Pequenos Projetos Ecossociais**.** 1. ed. Brasília: Athalaia Grafica e Editora, 2010. v. 1. 151 p.

LÖWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SAHR, Wolf-Dietrich. Territórios – faxinais – espaço. A problemática “espaço/território” na formação social brasileira. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades:** teorias, processo e conflitos. São Paulo: 1º ed. Expressão Popular: p. 143-174, 2009.

MAIA, Adriana Silva. **Efeitos do Programa Bolsa Família na redução da pobreza e distribuição de renda**. Disponível em: http://www.ipc-undp.org/publications/mds/46P.pdf> Acessado em 19 de agosto de 2014.

MAGRI, Caio, BECKER, Michael, LINS, Neylar. A cadeia produtiva do carvão vegetal: estudos de caso. In: _____ **Combate à devastação ambiental e trabalho escravo na produção do ferro e do aço: Amazôn**ia, Cerrado e Pantanal. 1 ª ed. p. 72-85, 2012.

MARANHÃO. **Constituição do Estado do Maranhã de 1990**. Atualizada até a Emenda Constitucional nº 66, de 20.06.2012. Disponível em: <http://www.cge.ma.gov.br/pagina.php?IdPagina=2315>. Acesso em 25 de janeiro de 2013.

_____. Rigo Teles pede que Assembleia ajude na venda da Merck. Assembleia Legislativa do Maranhão. Disponível em: <http://www.al.ma.gov.br/not.php?id=15251>. Acessado em 21 de maio de 2014b.

_____. **Assembleia Legislativa do Maranhão.** Disponível em: http://www.al.ma.gov.br/discursoDetail.php?discursoid=3522. Acessado em 21 de maio de 2014a.

MARCATTO, Celso. **Agricultura Sustentável:** alguns conceitos e princípios. Disponível em: <http://www.redeambiente.org.br> Acessado em: 1999, 17 p.

MARTINS, Geraldo Inácio. **As tramas da des (re) territorialização camponesa**: a reinvenção do território veredeiro no entorno do Parque Nacional Grande Sertão-Veredas, Norte de Minas Gerais. 2011, 296 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade De Uberlândia, Uberlândia.

MARTINS, Geraldo Inácio; JUNIOR, João Cleps. **Políticas públicas, interfaces ambientais e desterritorialização camponesa no entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas- Norte de Minas Gerais, Brasil.** VI Encontro de Grupos de Pesquisas, 2011.

MARTINS, Renata C.; SANTELLI Paulo; FILGUEIRAS, Tarciso S. Buriti. In: VIEIRA, Roberto Fontes et al. **Nativas da Região Centro-Oeste do Brasil.** Brasília, Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, p. 1-2-119, 2006.

MELO, José Teodoro de. Araticum. Bezerra et al. Araçá. In: VIEIRA, Roberto Fontes et al. **Nativas da Região Centro-Oeste do Brasil.** Brasília, Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, p. 64-75, 2006 .

MENDES, Jefferson B. **Incentivos e mecanismos financeiros para o manejo florestal sustentável da Região Sul do Brasil**. Relatório da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO, Curitiba, fev. de 2004 136 p.

MENDONÇA, M. R.; SANTOS, R. Antes de tudo um forte: a existência e (re) existência dos povos cerradeiros frente as tramas do capital**.** V Simpósio Nacional de Geografia Agrária e IV **Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Niterói, RJ, 2009.** Disponível em: http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completos/Rodrigo%20dos%20Santos.pdf Acessado 28 ago. 2010.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **A modernização da agricultura nas áreas de Cerrado em Goiás (Brasil) e os impactos sobre o trabalho.** In: Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía, UNAM**.** ISSN 0188-4611, Núm. 55, 2004, pp. 97-121. Disponível em: <http://www.revistas.unam.mx/> Acessado em 11 de abril de 2013.

MENDONÇA, M.R. **Biocombustíveis x Agrocombustíveis: a polêmica sobre a expansão do setor sucroalcooleiro nas áreas de Cerrado no Brasil Central.** XII

Encuentro de Geógrafos de América Latina. Montevidéo. Abr. 2009. Disponível em: http://egal2009.easyplanners.info/area06 Acesso em: 13 de março de 2012.

MENEZES, Paula. **Interpretações críticas de Bourdieu a partir da Nova Sociologia econômica:** imprudências e pertinências. II Simpósio de Pesquisa de Pós-Graduandos em Sociologia. Disponível em <http://www.fflch.usp.br/ds/pos-graduacao/simposio/m_4_Paula.pdf> Acessado em 16 de Janeiro de 2012.

MERCADANTE, Aloizio. Construindo estratégias para combater a desigualdade social: uma perspectiva socioeconômica. In: **Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social.** Orgs. NOLETO, Marlova Jovchelovitch; WERTHEIN, Jorge.Brasília: UNESCO, 2003. p. 37-51. Anais do Seminário Internacional Pobreza e Desigualdade no Brasil, maio de 2003.

MIGUEL, Wilson. **Meio ambiente e sustentabilidade.** Disponível em: <http://coopsertaoveredas.blogspot.com.br/> Acessado em 26 de janeiro de 2013.

MINAS GERAIS. Lei 21.147 de janeiro de 2014. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=Lei&num=21147&comp=&ano=2014> Acessada dem 19 de agosto de 2014.

_____. **Decreto nº 39.400, de 21 de janeiro de 1998.** Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=1492> Acessado em 13 de agosto de 2013.

_____. **Lei Delegada 180 de 20 de janeiro de 2011.** Disponível em: <http://www.casacivil.mg.gov.br/userfiles/lei-delegada_180-2011.pdf> Acessada em 25 de julho de 2013.

_____. **Lei estadual nº 703, de 17-09-1917.** Disponível em: < http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=703&comp=&ano=1917&aba=js_textoOriginal#texto> Acessado em 11 de dezembro de 2012.

_____. **Lei nº 10.883, de 2 de outubro de 1992.** Disponível em: < http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=2253> Acessado em 28 de fevereiro de 2013.

_____. **Lei nº 17.682, de 25 de julho de 2008.** Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 10.883, de 2 de outubro de 1992, que declara de preservação permanente, de interesse comum e imune de corte, no Estado de Minas Gerais, o pequizeiro Caryocar brasiliense. Disponível em: <http://ws.mp.mg.gov.br/biblio/informa/010810611.htm> Acessado em 28 de fevereiro de 2013.

_____. **Projeto de lei n° 1.799/2011**. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/documento.html?a=2011&n=1799&t=pl&doc=4> acessado em 28 de fevereiro de 2013.

_____. **Decreto n° 42.646, DE 05 de Junho DE 2002.** Regulamenta o Programa Mineiro de Incentivo ao Cultivo, à Extração, ao Consumo, à Comercialização e à Transformação do Pequi e demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado-Pró-Pequi. Disponível em: <http://www.deloitte.com.br/publicacoes/2002all/072002/Icmsestados/decreto42646.pdf> Acessado em 28 de fevereiro de 2013.

_____.. **Lei nº 13.965.** Cria o Programa Mineiro de Incentivo ao Cultivo, à Extração, ao Consumo, à Comercialização e à Transformação do Pequi e Demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado - Pró-Pequi. Disponível em: <contadez.cenofisco.com.br/boletim/Leis.../lei139652001mgdivers.rtf> Acessado em 28 de fevereiro de 2013.

MOURÃO, Nadja Maria. **Sustentabilidade na produção artesanal com resíduos vegetais**: uma aplicação prática de design sistêmico no Cerrado Mineiro / Nadja Maria Mourão -- Belo Horizonte, 2011, 219 p.

MUNHOZ, Cássia Beatriz Rodriguez; EUGÊNIO, Chesterton Ulysses Orlando; OLIVEIRA, Regina Célia. **Vereda:** guia de campo. Brasília: Redes de Sementes do Cerrado, 2011, 224 p.

NUNES, I. H. O.; SAWYER, D. R. . **Mapeamento do Extrativismo no Estado do Tocantins**. In: IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2008, Santa Cruz do Sul. IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2008.

NUNES, Josefina Dorotéa. **Manejo, extrativismo e análise morfológica da fava-d'anta (Dimorphandramollis Benth.) na região do Norte de Minas Gerais**. 2010, 97 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) ICA, Universidade Federal de Minas Gerais, Montes Claros.

NUNES, Silvia Cristina Paslauski. **Respostas fisiológicas, fenológicas e anatômicas de Sungonanthus elegans (Bong) Ruhland e Syngonanthus elegantulus Ruhland cultivadas sob dois níveis de radiação Diamantina, MG**. 2008, 58 f. Dissertação (Mestrado em Produção Vegetal) - Faculdade de Ciências Agrárias, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina.

OLIVEIRA, Dario Alves de et al . Variabilidade genética de populações de fava d'anta (Dimorphandra mollis) da região norte do Estado de Minas Gerais. **Revista Árvore**, Viçosa, v. 32, nº 2, Abril. 2008 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-67622008000200018&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 13 março de 2011.

OLIVEIRA, ELIANE DE. **Exploração de espécies nativas como uma estratégia de sustentabilidade socioambiental – o caso do pequi (Caryocar brasiliense Camb.) em Goiás**, 2006, 281 f. Tese (Doutorado em Política e Gestão Ambiental) Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

OLIVEIRA, Robson Munhoz. **A integração agricultura-indústria:** uma análise da cadeia agroindustrial da borracha natural da Microrregião Geográfica de São José

do Rio Preto – SP. 2004, 246 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

OLIVEIRA, Washington Luis de; SCARIOT Aldicir. **Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável do pequi.** Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2010, 84 p.

ONU, Organizações das Nações Unidas. **Declaração da Conferência de ONU no Ambiente Humano**. Estocolmo, junho de 1972.

_____. **Ranking do IDH dos Municípios Brasil de 2003.** Disponível em: http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH_Municipios_Brasil_2000.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Ranking2003> Acessado em 02 de dezembro de 2012.

PIERSON, Donald. **Homem no vale do São Francisco.** Tradução de Ruy Jungman. Rio de janeiro: SUVALE, 1972a. Tomo III.

PRADO JÚNIOR, Caio. Povoamento. In: **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Ed. Brasiliense, p. 35-54, 1999.

PIMBERT, Michel P.; PRETTY, Jules N. Parques, comunidades e profissionais. In: DIEGUES. Antônio Carlos (Org.) **Etnoconservação:** novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, p. 165-182, 2000.

POIIÓLEOS. **Polióles Vegetais.** Acessado em: http://www.polioleos.com/?url=polioleos-vegetais> Acessado em 12 de novembro de 2013.

POSEY, D. A. Interpretando e utilizando a “realidade” dos conceitos indígenas: o que é preciso aprender dos nativos? In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. (Or**g.) Espaços e recursos naturais de uso comum.** São Paulo: Nupaub, 2001. 279-294 p.

RAUD, Cécile. Bourdieu e a nova sociologia econômica. In: **Tempo social**, São Paulo, v. 19, nº 2, Nov. 2007 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702007000200008&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 10 janeiro 2012. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702007000200008.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido de Brasil. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 483 p.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. São Paulo: Editora Nova Aguilar, 2006, p. 608.

SALGADO, C. L. **A prática educativa e o desenvolvimento territorial:** um estudo de caso no município de Chapada Gaúcha, MG. Dissertação de mestrado Unb: Brasília. DF. 2010.

SAMPAIO, Maurício Bonesso; et al. **Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável do capim dourado e buriti**. Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2010. 72 p.

SAMPAIO, Maurício Bonesso. **Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável do buriti.** Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza, 2011, 80 p.

SANDRONI, Paulo. (Org.) **Novíssimo dicionário de economia.** São Paulo: 1ª edição, Editora Best Seller,1999, 650 p.

SANTAMARTA, J. (2002). La crisis de la biodiversidad. **World Watch.** Disponível em <http://www.nodo50.org/worldwatch/ww/htm/02-15.html> Acessado em 23 de junho de 2009.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo Belo Horizonte**. São Paulo: EDUSP, 1974.

SANTILLI, Juliana. **O socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biolótica e cultural.** São Paulo: Peirópolis, p. 90-134, 2005.

_____. Agrobiodiversidade: um conceito em construção. In: **Agrobiodiversidade e direito dos agricultores.** São Paulo: Peirópolis, p. 91-99, 2009.

SANO; BRITO; RIBEIRO (2006). Baru. In: VIEIRA, Roberto Fontes et al. **Nativas da Região Centro-Oeste do Brasil.** Brasília, Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, p. 76-101, 2006.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 4. ed. 2006, p. 259.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora Edusp, 2005, p.174.

_____. Saúde e ambiente no processo de desenvolvimento. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2003 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232003000100024&lng=en&nrm=iso>. access on 31 July 2013. http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232003000100024.

_____. SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001, 471 p.

_____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. São Paulo, Record. 2001.

_____. Território e Sociedade. **Entrevista com Milton Santos.** 2 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. Território e Sociedade. **Entrevista com Milton Santos.** 2 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. **O dinheiro e o território.** 1999**.** Disponível em <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia> Acessado em 23 de maio de 2011.

_____. **Técnica espaço tempo:** globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Ed. Hucitec, 1994.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. Hucitec, São Paulo, 1988, 124 p.

_____. Sociedade e Espaço: Formação Espacial como Teoria e como Método In SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade:** Ensaios. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982. 156p.

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; Spósito, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. Expressão Popular, 1 Ed., p. 73-94, 2009.

SILVA, Marcos Nicolau Santos da. **Entre brejos, grotas e chapadas:** o campesinato sertanejo e o extrativismo do Pequi nos Cerrados de Minas Gerais. 2011, 277 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SILVA, José Graziano. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas, SP, Instituto de Economia, Unicamp, 1994, 217 p.

SILVAIRA, Rogério Leandro Lima da. **Redes e território:** uma breve contribuição geográfica ao debate sobre a relação sociedade e tecnologia. Disponível em **<**http://www.ub.edu/geocrit/b3w-451.htm> acessado em 24 de julho de 2011.

SILVA, Suelma Ribeiro. **Ecologia de População e Aspectos Etnobotânicos de Dimorphandra gardneriana Tullasne (Leguminosae) na Chapada do Araripe, Ceará.**, 2007, 101 f: il. Tese (Doutorado em Ecologia) Instituto de Ciências Biológicas, Universidade de Brasília, Brasília.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, 250 p.

SOUSA FILHO, A. **Michel de Certeau:** fundamentos de uma sociologia do cotidiano. Sociabilidades. São Paulo-SP, v.2, p. 129 - 134, 2002

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de et al. (Org.) **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, RJ. 1995. p. 77-116.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Espaço geográfico uno e múltiplo.** Scripta Nova, Barcelona, v.93, 2001. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm> Acessado em 25 de maio de 2011.

SUZUKI, Júlio César. Território, modo de vida e patrimônio cultural em sociedades tradicionais brasileiras. In: **Espaço & Geografia**, v.16, n. 2 p. 627-640, 2013.

TAUNAY, Affonso de D' escragnolle. **História geral das bandeiras paulistas**. São Paulo: Impressa Oficial. Tomo IX, p. 319-358, 1948.

_____. **História geral das bandeiras paulistas.** São Paulo: Impressa Oficial. Tomo V, p. 127-142, 1929.

TEIXEIRA, Márcio Antonio; LAGES, Vinicius Nobre. **Transformações no espaço rural e a geografia rural idéias para discussão.** In Revista de Geografia. São Paulo, 1997, p. 05-33.

TRANSPARENCIA BRASIL. **Como São Nossos Parlamentares**, janeiro 2008. Disponível em: <http://www.excelencias.org.br/> Acessado em 12 dezembro de 2012.

TOCANTINS. **Portaria Naturatins nº. 362**. Disponível em: <central2.to.gov.br/arquivo/31/367> Acessado em 19 de fevereiro de 2012.

TOKARSKI, Donizete J; MEIRELLES, Elisa M. Lima. **Metodologia Participativa de Capacitação em Agroextrativismo no Cerrado**. Brasília: ECODATA, 2008, 129 p.

VAINSENCHER, Semira Adler. **Babaçu.** Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=502&Itemid=1 Acessado em 09 de julho de 213.

VIEIRA, Roberto Fontes et al. **Nativas da Região Centro-Oeste do Brasil.** Brasília, Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2006, 322 p.

WWF. Mapa revela situação do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/?uNewsID=29802> Acessado em 01 de setembro de 2014.
_____**Agricultura e extrativismo caminhando juntos**. Disponível em <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/reducao_de_impactos2/agricultura/agr_acoes_resultados/agro/> Acessado em 17 de janeiro de 2013.

_____. **Seminário lança programa de capacitação que vai beneficiar mais de 2,5 mil famílias.** Disponível em <http://www.wwf.org.br/informacoes/sala_de_imprensa/contatos_imprensa/?20280/Seminrio-lana-programa-de-capacitao-que-vai-beneficiar-mais-de-25-mil-famlias> Acessado em 17 de janeiro de 2012.

ZATZ, Inez Gonzaga. **Levantamento de fatores culturais:** Serra das Araras: vivendo festas. (Relatório Final). Brasília, julho de 2004.